

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



O Conselheiro da Transição:
Afonso Arinos de Melo Franco na
Ditadura Militar brasileira (1964-1985)

Robson Arruda de Araújo

Orientador: Prof. Doutor Sérgio Carneiro Campos Matos
Coorientador: Prof. Doutor Francisco Carlos Palomanes Martinho

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutoramento em História com Especialidade
História e Cultura do Brasil

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



O Conselheiro da Transição:
Afonso Arinos de Melo Franco na
Ditadura Militar brasileira (1964-1985)

Robson Arruda de Araújo

Orientador: Prof. Doutor Sérgio Carneiro Campos Matos

Coorientador: Prof. Doutor Francisco Carlos Palomanes Martinho

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutoramento em História com Especialidade História e Cultura do Brasil

Presidente do júri: Doutor José Manuel Damião Soares Rodrigues, Professor Associado com Agregação e Diretor da Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Membros do júri:

- Doutora Angela Maria de Castro Gomes, Professora Titular da Universidade Federal Fluminense (1ª Arguente);
- Doutor José Manuel Gomes da Silva André, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2º Arguente);
- Doutor António Jorge Pais Costa Pinto, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração da Universidade Lusófona (Vogal);
- Doutora Tatyana de Amaral Maia, Docente Permanente da Universidade Federal de Juiz de Fora (Vogal);
- Doutor Francisco Carlos Palomanes Martinho, Professor Titular da Universidade de São Paulo (Coorientador).

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
LISTA DE FIGURAS.....	4
LISTA DE GRÁFICOS	7
LISTA DE QUADROS.....	7
LISTA DE SIGLAS.....	7
RESUMO	9
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO.....	11
- As várias faces do poliedro	15
- Uma identidade desafiada	31
- Um tempo histórico complexo	43
- Um democrata na ditadura	46
- Um percurso sinuoso	52
1 DA HISTÓRIA À MEMÓRIA: UM DEMOCRATA NA DITADURA	55
1.1 “Eles fizeram história para depois escrevê-la para você!”	55
1.2 “Uma tranquila convicção democrática”	77
1.3 Silêncio, acomodação e ambivalência de um homem público	115
2 UMA IDENTIDADE ESTRATÉGICA.....	140
2.1 A abertura, uma oportunidade	140
2.2 Um <i>intelectual mediador</i> nas páginas dos jornais	166
2.3 O professor na Coluna do Castello	204
3 O CONSELHEIRO DA TRANSIÇÃO	232
3.1 “Toque de recolher em torno do presidente”	232
3.2 O constituinte solitário	271
3.3 O notável da Nova República	320
CONSIDERAÇÕES FINAIS	360
FONTES E BIBLIOGRAFIA	369
FONTES.....	369
- LIVROS, ARTIGOS E DISCURSOS DE ARINOS.....	369
- PERIÓDICOS	373
- SITES.....	389

- FILMES	390
BIBIBLIOGRAFIA	390
- BIBLIOGRAFIA GERAL - POLÍTICA E CULTURA NO TEMPO DE ARINOS	390
- BIBLIOGRAFIA- TEORIA E METODOLOGIA.....	401
- BIBLIOGRAFIA SOBRE AFONSO ARINOS.....	403

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sertão Pernambucano, por ter me concedido a licença de capacitação para realização do doutoramento no exterior.

Às amigas e diretoras do Campus Floresta, Rosineuman Soares e Vera Filha, pelo apoio, incentivo e solicitude.

A Laís Moreno e Cristina Lima, que me ajudaram na pesquisa e na correção da tese.

Aos amigos professores, companheiros de sonhos e projetos, Eduardo Vergolino, Daniel Feitosa, João Paulo, Daniele Jovem, Demétrius Caldas e Samuel Marques.

À amiga Camila Teixeira, melhor presente do meu retorno ao Campus Floresta.

Aos meus antigos professores e sempre amigos Rogério Alves Paiva e Elisa Mariana, que me iniciaram na docência e no amor às letras.

Aos amigos de mesão e de infância, portadores das minhas melhores risadas, fundamentais para sobreviver à pandemia: Laerte, Junior e Michel.

À família Dantas, Tibério e Seu Luís, pela amizade, apoio e pelo Sítio Dantas, refúgio das primeiras e das últimas linhas da tese. A Thiago Dantas (*in memoriam*), o eterno Tampinha, amigo de infância e de mesão, sua alegria e esperteza acompanham todos que te conheceram.

Aos amigos Raniere, Cícero, Sonaya, Elida e Sérgio que, nos nossos reencontros e desencontros, sempre reforçam a nossa amizade fundada na admiração mútua.

Aos amigos brasileiros que conheci em Lisboa e tornaram a experiência em Portugal menos solitária: Daniel, Nelson, Rodrigo, Izaías, Carol, Potyra, Murilo e Cassio.

À comadre Marcela Araújo, e ao compadre Luís Augusto, amigos das horas alegres e dos minutos tristes, das viagens, dos sonhos, dos doces e das cachaças.

Aos meus irmãos Delson e Nana e à minha sobrinha querida Suelen, por todo amor dedicado e compreensão pelas horas que lhes faltei.

Aos meus pais, Seu Tadeu e Dona Nice. Nunca esquecerei tudo o que vocês fizeram para que eu chegasse aonde cheguei.

Ao corpo docente do doutoramento em História da FLUL, em especial aos professores José Manuel Damião Soares Rodrigues, Ernesto Castro Leal, Maria Alexandre Lousada, pelos ensinamentos fundamentais para a arquitetura dessa tese.

Ao meu coorientador, professor Francisco Martinho, pela leitura atenta e estimulante, pelos bons conselhos e ótimas referências, pela prestatividade e atenção.

Ao meu orientador, Sérgio Campos Matos, pela gentileza, pelo incentivo contínuo e paciência, pela leitura criteriosa e pelo exemplo de intelectual e pessoa.

À minha companheira de caminhos e descaminhos, Lydiane Vasconcelos. Obrigado por todo cuidado, dedicação, afeto e delicadeza. Não há eu sem você.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	65
Figura 2	75
Figura 3	75
Figura 4	76
Figura 5	79
Figura 6	81
Figura 7	83
Figura 8	84
Figura 9	85
Figura 10	89
Figura 11	89
Figura 12	91
Figura 13	97
Figura 14	100
Figura 15	114
Figura 16	120
Figura 17	121
Figura 18 e Figura 19	127

Figura 135	20		
Figura 136	21		
Figura 199	22		
Figura 218	23		
Figura 227	24		
Figura 232	25		
Figura 233	26		
Figura 235	27		
Figura 237	28		
Figura 239	29		
Figura 240	30		
Figura 241	31		
Figura 244	32		
		Figura	33
			246
Figura 250	34		
Figura 251	35		
Figura 254	36		
Figura 260	37		
Figura 264	38		
Figura 267	39		

Figura 40	
268	
Figura 41	
276	
Figura 42	
276	
Figura 43	281
Figura 44	
283	
Figura 45	
289	
Figura 46	
298	
Figura 47	
300	
Figura 48	
303	
Figura 49	
305	
Figura 50	
307	
Figura 51	
309	
Figura 52	
311	
Figura 53	
315	
Figura 54	
317	
Figura 55	
320	
Figura 56	
321	
Figura 57	
323	
.....	325
Figura	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Recortes de jornal selecionado/Período (1967-1985)	187
Gráfico 2 -	Número de recortes selecionados/Período/Jornal	188

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Textos “O som do outro sino: o breviário liberal” (1978)	92
Quadro 2 -	Textos “Política e Direito” (1981)	93
Quadro 3 -	Recortes de jornais selecionados x Ano X Jornal (1967-1985)- Sem Coluna do Castello	185
Quadro 4 -	Recortes de jornais selecionados x Tipo de publicação jornalística (1967-1985) – Sem Coluna do Castello	185
Quadro 5 -	Recortes de jornais selecionados x Tema (1967-1985) – Sem Coluna do Castello	185
Quadro 6 -	Coluna do Castelo x Afonso Arinos	186
Quadro 7 -	Coluna do Castelo x Afonso Arino - Menções por período	201
Quadro 8 -	Número de citações a Arinos x Localização na Coluna do Castello	203
Quadro 9 -	Forma de tratamento a Arinos/ número de edições citadas na Coluna do Castello	203
Quadro 10 -	Menção a Afonso Arinos/Tema central da Coluna do Castello	204
Quadro 11 -	Importância relativa da citação de Arinos em relação ao tema central da Coluna do Castello	205
Quadro 12 -	Publicação de Textos de Arinos na Revista de Ciência Política INDIPO-FGV	255

LISTA DE SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABL	Academia Brasileira de Letras

AI	Ato Institucional
AI-2	Ato Institucional nº 2
AI-4	Ato Institucional nº 4
AI-5	Ato Institucional nº 5
Arena	Aliança Renovadora Nacional
CBAs	Comitês Brasileiros de Anistia
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CFC	Conselho Federal de Cultura
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CPDOC-FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
Embratel	Empresa Brasileira de Telecomunicações
ESG	Escola Superior de Guerra
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FSP	Folha de São Paulo
INDIPO-FGV	Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
JB	Jornal do Brasil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OESP	O Estado de São Paulo
OG	O Globo
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDS	Partido Democrático Social

PEI	Política Externa Independente
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Popular
PRM	Partido Republicano Mineiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SNI	Serviço Nacional de Informação
STF	Supremo Tribunal Federal
UnB	Universidade de Brasília
UDN	União Democrática Nacional
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

RESUMO

Afonso Arinos de Melo Franco foi um político e intelectual brasileiro com longa e diversificada participação na vida pública brasileira. Teve atuação de destaque nos campos da política e da cultura, sobretudo entre as décadas de 1940 e 1960, quando foi um dos principais quadros da União Democrática Nacional (UDN). Sua trajetória não passou despercebida por estudiosos interessados na investigação dos aspectos intelectuais e políticos de sua produção pública. O próprio Afonso Arinos tentou intervir na forma como sua imagem era percebida tanto pelos seus contemporâneos quanto na posteridade, lançando mão de diversas formas de escrita de si, tais como relatos, depoimentos e livros de memória. Apoiador de primeiro momento do golpe que acabaria por instituir uma ditadura militar no Brasil, não tardou em se distanciar da coalizão que chegou ao poder com a deposição de João Goulart. Se suas atividades públicas entre as décadas de 1930 e 1960 são bastante documentadas e estudadas, o período que compreende a ditadura militar, não. Nessa fase, Arinos e seus amigos mais próximos trataram de reproduzir a (auto)imagem de um homem lançado a um completo ostracismo pela incompatibilidade entre suas convicções democráticas e a realidade autoritária, o que só teria sido interrompido quando fora convocado para liderar os esforços nacionais pela redemocratização e reconstitucionalização do país. Tendo como base os estudos historiográficos que buscam

compreender as relações complexas entre indivíduos, instituições e grupos sociais com o regime autoritário, a presente tese objetiva contribuir para as discussões sobre a ditadura militar a partir da investigação da trajetória pública de uma figura complexa, multifacetária e polêmica. Como um homem que sempre buscou se afirmar enquanto exemplar democrata-liberal, que apoiou e concedeu legitimidade àquilo que nomeava de “Revolução Democrática”, se relacionou com a ditadura que pôs fim ao experimento democrático do qual foi um dos principais artífices? Para responder a essa questão utilizamos uma documentação diversificada, que vai dos livros e textos publicados, passa pelos registros memorialísticos e chega à sua inserção nos jornais de grande circulação nacional. Do confronto entre as diferentes fontes, percebe-se uma trajetória muito mais sinuosa e ambivalente do que supõem os registros memorialísticos. O que se percebe é o silêncio acerca das violências cometidas pela ditadura, certa acomodação à realidade autoritária, e uma relação ambivalente nutrida com o regime. Quando o governo iniciou aquilo que nomeava de “abertura lenta, gradual e segura”, lançou mão de diversos recursos para se tornar um ator relevante nos debates sobre a redemocratização e reconstitucionalização do país. Foi nesse momento que buscou construir uma *identidade estratégica* específica, que visava, ao mesmo tempo, controlar a autoimagem a ser difundida entre seus contemporâneos e em direção à posteridade; e se recolocar no centro das decisões nacionais. Forjou, portanto, uma autoimagem de conselheiro, um sábio respeitado que falava em tom moderado, seguindo a melhor orientação da razão prudencial, capaz de aconselhar o país, suas elites, o povo e o governo na direção da “conciliação nacional”. Conseguiu, enfim, pavimentar seu próprio caminho na ordem política que nasceria com o fim da ditadura, ocupando lugar de relevo nas discussões constitucionais e sendo alçado como caso exemplar de um homem de Estado que sempre lutou pela democracia e pelo estabelecimento da ordem legal no país.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Afonso Arinos, Democracia, Transição.

ABSTRACT

Afonso Arinos de Melo Franco was a Brazilian politician and intellectual with a long and diverse involvement in the Brazilian public life. He played a prominent role in politics and culture, especially during the decades of 1940s to 1960s, when he was one of the main figures of the *União Democrática Nacional* (UDN). His career did not go unnoticed by scholars interested in investigating the intellectual and political aspects of his public work. Afonso Arinos himself sought to influence how his image was perceived by both his contemporaries and posterity, utilizing various forms of self-writing, such as accounts, testimonials, and memoir books. Initially, he supported the coup that led to the establishment of a military dictatorship in Brazil, but he soon distanced himself from the coalition that came to power after the ouster of João Goulart. If his public activities between the decades of 1930s and 1960s are well-documented and studied, the period during the military dictatorship is not. In this phase, Arinos and his closest friends worked to reproduce the (self-)image of a man cast into complete ostracism due to the incompatibility between his democratic convictions and the authoritarian reality—a narrative that, according to them, only changed when he was called upon to lead national efforts toward the country's democratization and constitutional reform. Based on historiographic studies that seek to understand the complex relationships between individuals, institutions, and social groups with the authoritarian regime, this thesis aims to contribute to the discussions about the military dictatorship through the investigation of the public trajectory of a complex, multifaceted, and controversial figure. How a man who consistently sought to present himself as an exemplary liberal democrat, who supported and legitimized what he termed the “Democratic Revolution”, did engage with the dictatorship that ended the democratic

experiment he helped shape? To address this question, we draw on a wide range of sources, including published books and articles, memoirs, and his presence in major national newspapers. From the comparison of these diverse sources, a much more complex and ambivalent trajectory emerges than is suggested by the memoirs. What is observed is a silence regarding the dictatorship's violence, a certain accommodation to the authoritarian reality, and an ambivalent relationship with the regime. When the government initiated what it called a "slow, gradual, and secure opening", Arinos employed various means to position himself as a key player in the debates about the country's democratization and constitutional reform. It was at that moment that he sought to construct a specific *strategic identity*, aiming both to control the self-image disseminated among his contemporaries and posterity, and to reposition himself at the center of national decision-making. Thus, he forged a self-image as a counselor, a respected wise who spoke in a moderate tone, following the best guidance of prudent reason, capable of advising the country, its elites, the people, and the government toward "national reconciliation". He ultimately succeeded in paving his own way in the political order that would emerge with the end of the dictatorship, taking a prominent role in constitutional discussions and being elevated as an exemplary case of a statesman who had always fought for democracy and the establishment of legal order in the country.

Keywords: Military Dictatorship, Afonso Arinos, Democracy, Transition.

INTRODUÇÃO

Escrever sobre Afonso Arinos de Melo Franco é como abordar um mundo. Principalmente para quem o faz menos mandado por motivações intelectuais que pelas que nascem do coração. Como englobar em escassas páginas cada uma das múltiplas facetas desse poliedro humano. Eis a primeira perplexidade. Falar de quem? Do poeta, do ensaísta, do crítico, do cronista, do historiador, do biógrafo, do memorialista, do tratadista de direito, do teórico político, do revolucionário, do oposicionista, do secretário estadual, do deputado, do ministro, do embaixador, do mineiro, do brasileiro, do ibero americano ou do latino?¹

Escrito por Pedro Nava para a introdução de *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos* (1983), tal texto revela uma das dificuldades da pesquisa sobre um homem cuja obra foi tão extensa, quanto diversa. Aquilo que foi mobilizado no enfrentamento dos embates políticos e ideológicos, ou seja, o acúmulo de créditos sociais e posições políticas e culturais, tornou-se, para quem o toma como matéria de investigação, um desafio complexo, um obstáculo quase intransponível de delimitação e seleção. O próprio título do livro de entrevistas que o texto de Nava introduz parece demarcar o que mais chama a atenção na trajetória pública de Afonso Arinos: foi tanto um homem de letras, escritor e autor de obras em campos de conhecimentos diversos, quanto um agente político de primeira monta.

¹ NAVA, P. Afonso. In: CAMARGO, A.; TEIXEIRA, M. T.; MARIANI, M. C. (org.). *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Rio de Janeiro; Brasília: Senado Federal; Dom Quixote; FGV, 1983, p. 27.

Quando observado o conjunto das análises erigidas sobre Afonso Arinos, duas questões saltam aos olhos: percebe-se que se dividem entre relatos e elogios, dedicados a definir a exemplaridade da sua atuação pública, e os textos e estudos menos simpáticos, voltados para as denúncias de suas contradições e ambiguidades; além disso, dada a longevidade de sua atuação pública e a diversidade de sua produção política e intelectual, boa parte das pesquisas estabeleceram uma definição mais precisa da temática, período ou campo de atuação a ser estudado. Se sua vasta produção significa um verdadeiro labirinto para quem se dedique a estudá-la, o resultado foi uma vida recortada, dividida em temporalidades e em problemáticas variadas.

A presente tese de doutoramento objetiva analisar como Afonso Arinos se relacionou com a ditadura militar e a especificidade de sua atuação pública naquele período. Trata-se, portanto, de um estudo sobre um momento específico de uma longa trajetória individual. Sem pretender abordar os elementos íntimos da sua personalidade e nem mesmo os aspectos secretos da sua vida privada, busca observar a conformação de um discurso público que se voltava para

a avaliação do seu tempo e para a construção de uma autoimagem a ser preservada e difundida². Nesse sentido, a discussão sobre como um indivíduo se relacionou com o tempo histórico possui interfaces com a problemática da construção de uma memória individual que, embora buscasse resguardar a singularidade de um homem dedicado ao pensamento e à ação, se queria representativa da história da nação e de seus dilemas fundamentais.

A percepção da relevância de se pesquisar tal personagem nesse tempo histórico preciso emergiu quando nos deparamos com uma situação no mínimo curiosa: mesmo com sua obra sendo utilizada por sociólogos, cientistas políticos e historiadores para a compreensão de diferentes temáticas e temporalidades, não há uma avaliação sistemática da sua atuação na ditadura, o que contrasta com a quantidade e diversidade da sua atividade pública do período. De modo geral, tanto Arinos como seus interlocutores mais próximos trataram de preservar a imagem de que esse foi um momento em que, dada a incompatibilidade com a realidade autoritária, teria sido lançado ao ostracismo. É retratado, portanto, como uma voz muda, um indivíduo recluso na sua famosa biblioteca, dedicado exclusivamente às atividades intelectuais.

² Nossa pesquisa se concentrou nos aspectos públicos da obra de Afonso Arinos. Mesmo fontes que carregavam um discurso íntimo, tal como os seus livros de memórias e correspondências, foram utilizadas por terem sido publicadas. Há toda uma documentação privada que não foi consultada e que merece maior atenção, sobretudo aquela oriunda do período ditatorial que poderia demonstrar outros elementos que escaparam a nossa análise. Portanto, deve-se considerar que esse é um primeiro ponto de seleção de nossa pesquisa e que define os limites e potencialidades dos seus resultados.

Se tomássemos como referência apenas os discursos laudatórios erigidos em sua homenagem, a ditadura militar teria significado um grande hiato na sua longa vida pública, o que sugere uma construção memorialista bem articulada, com razoável grau de eficácia³.

Tratando-se de um sujeito que buscou se projetar no espaço público tanto como um intérprete racional do seu tempo, uma testemunha ocular dos principais acontecimentos de sua época e um ator político de primeira importância, a construção e a difusão de sua imagem tornaram-se parte constitutiva de seu projeto político e intelectual, sendo mobilizada nos diversos embates de que fora participante ativo. A longevidade de sua trajetória pública e a diversidade de sua produção política e intelectual resultaram em uma obra preñe de significação e interesse. Embora Arinos tenha lutado incansavelmente para dotar sua trajetória de unidade e coerência, revelou-se, antes de tudo, uma figura complexa, cujas múltiplas facetas permitem interpretações variadas e muitas vezes conflitantes.

Declarando-se representante de uma tradição de pensamento que remontaria à própria construção da nacionalidade brasileira, Arinos buscou se projetar como um exemplar caso de liberal-democrata, que lutara incansavelmente pela construção da ordem constitucional e das instituições políticas e sociais capazes de resguardar as liberdades públicas e privadas dos cidadãos. A forma como se relacionou com a problemática democrática, portanto, esteve no centro das principais controvérsias que experimentou em vida, ganhando especial relevo com a instauração de um regime ditatorial. Tendo apoiado em seus primeiros dias aquilo que nomeou como “Revolução Democrática”, não tardou por se afastar da coalizão que tomara o poder com a deposição de João Goulart. A ditadura militar, nesse sentido, pôs à prova a sua retórica democrática, questão que o acompanhou por todo o período, desafiando-o a redobrar seus esforços na sustentação da imagem que fazia de si e de como esperava que fosse observada pelos outros.

Como conciliou a identidade liberal-democrática com o respaldo que deu ao golpe que pôs fim ao regime constitucional de que foi um dos mais importantes artífices? Como se relacionou com a ditadura de maneira a preservar certo protagonismo no debate público nacional sem macular a autoimagem de convicto democrata que sempre buscou ostentar? Por

³ SANTOS, A. S. **Afonso Arinos historiador**: uma identidade para as elites brasileiras. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2006.

fim, quais as estratégias e recursos utilizados para preservar uma imagem de si que se queria coerente e unívoca? Eis o conjunto de questões que a presente tese busca responder.

Nesse texto introdutório percorreremos o seguinte caminho: primeiro reconstruiremos a trajetória de Afonso Arinos entre as décadas de 1930 a 1960, tendo como base tanto o próprio material oferecido pelo autor, quanto as diversas análises que foram empreendidas em torno de sua obra, de modo a definir, com o máximo de precisão possível, quais os aspectos gerais do seu discurso público até a instalação da ditadura militar. A apresentação da historiografia elaborada sobre tal personagem favorece dois aspectos relevantes: ao mesmo tempo que permite reconstruir a sua trajetória até o início do período ditatorial, delineando os elementos fundamentais de sua atuação pública e os contornos mais amplos do seu projeto político, intelectual e autobiográfico, abre caminho para a compreensão da importância de se estudar tal período a partir do ponto de vista de uma figura complexa, multifacetária e polêmica. Portanto, quando tratamos de um indivíduo que já percorrer um longo caminho e que já definira os marcos gerais do seu discurso público, a análise de sua atuação em um momento determinado deve ser considerada não apenas no interior da sincronicidade daquele período, como também confrontada com sua própria produção anterior, possibilitando a avaliação diacrônica das continuidades e mudanças que conformaram aquela “vida em muitas”⁴.

Isso nos permitirá lançar a hipótese geral da pesquisa, que é acompanhada de uma discussão teórico-metodológica sobre a problemática da construção de uma identidade em suas interfaces com a memória e com o tempo histórico. Também procura-se situar a especificidade dos três principais conjuntos de fontes utilizados: a sua obra memorialista, os seus livros e discursos de interpretação e a fonte jornalística. O confronto das informações legadas pelas diferentes fontes analisadas favorece a avaliação de como Arinos articulou uma obra intelectual voltada para definir quais os principais “problemas políticos brasileiros” que condicionaram “a evolução da crise brasileira”, uma produção autobiográfica que procurava controlar a imagem de si a ser preservada para a posteridade, e uma prática comunicacional que se esforçava duplamente em difundir uma autoimagem específica e a garantir a relevância de suas ideias e opiniões para o enfrentamento da crise nacional.

A presente tese se inscreve no debate aberto pela historiografia da ditadura brasileira que problematiza como a sociedade se relacionou com o Estado autoritário e como foi forjada toda

⁴ CAMARGO, A. *E pluribus unum*. In: CAMARGO, A.; TEIXEIRA, M. T.; MARIANI, M. C. (org.). **O intelectual e o político**: Encontros com Afonso Arinos Brasília. Rio de Janeiro: Senado Federal; Dom Quixote; FGV, 1983, p. 15-26.

uma memória social sobre a ditadura, evidenciando a potencialidade do estudo de uma trajetória individual para a compreensão do modo pelo qual os setores sociais que apoiaram o golpe de 1964 buscaram reposicionar seu discurso, sobretudo ao longo do processo de transição, de modo a silenciar a sua participação na conformação da ordem autoritária e de resguardar seu lugar no regime emergente. Ainda nesse sentido, um tema de fundo importante para a compreensão da trajetória de Afonso Arinos na ditadura militar é a discussão sobre a sua compreensão do significado da palavra democracia e os diversos usos que dispôs desse conceito. Por fim, definiremos o argumento geral e a estruturação dos capítulos da tese.

- As várias faces do poliedro

Herdeiro de uma longa linhagem de homens públicos, Arinos nasceu em 1905 e foi educado no ambiente político e cultural do início da República. Os espaços de sociabilidades frequentados, as relações de amizades estabelecidas, as leituras acumuladas, os eventos históricos relevantes testemunhados durante as primeiras décadas de sua vida foram alvo de

algumas avaliações, especialmente nos relatos que comemoram as raízes “aristocráticas” de um pensador moderno e atual⁵.

Ponto importante, porém, é a constatação da existência de um sentimento geracional assentado em “uma tradição intelectual brasileira realçada a partir da década de 1920 que legitimou a ação desses personagens, garantindo-lhes uma ‘vocação nacional’ na definição dos rumos do país”⁵. Seja no interior da sua casa, no contato íntimo com importantes nomes da política e da cultura brasileira ou mesmo nas relações de sociabilidades estabelecidas com figuras de relevo da sua geração, a ideia de que a vocação para as letras se mesclava com a missão política de comando dos negócios de Estado – ou seja, a crença na indispensabilidade da sua voz para os destinos da nação – foi desenvolvida nas primeiras décadas de vida e, com o passar do tempo e com o acúmulo de posições adotadas e funções desempenhadas, tornou-se parte constitutiva do seu discurso público, cujo elitismo é socialmente demarcado⁶.

⁵ MAIA, T. A. **Os cardeais da cultura nacional**: O Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967/1975). São Paulo: Itaú Cultural; Iluminuras, 2012, p. 45.

⁶ PÉCAULT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990; MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Se até a década de 1930 sua trajetória não despertou atenção especial – a não ser no que diz respeito à exaltação dos aspectos mais íntimos da sua personalidade⁷ –, a partir daquele momento Arinos vai empreender um consistente esforço de se colocar enquanto um intérprete racional do seu tempo. Acompanhando de longe as movimentações que circundaram a Revolução de 1930, cuja atuação mais relevante no seio familiar foi a de seu irmão, Virgílio de Melo Franco⁸, Arinos será reconhecido como autor de livros, ensaios e artigos jornalísticos que versavam sobre os mais diversos assuntos que iam da literatura, passavam pela política e economia e chegavam à história e à filosofia.

⁵ Dois textos publicados pela Academia Brasileira de Letras (ABL) são exemplares nesse sentido: FRANCO FILHO, A. A. **Afonso Arinos de Melo Franco**. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Academia Brasileira de Letras; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012; VENANCIO FILHO, A. **Elogio de Afonso Arinos: Discurso de posse de Alberto Venancio Filho**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1992.

As obras do período foram assimiladas como exemplares dos ensaios de interpretação do Brasil¹⁰. Os títulos das publicações indicam as suas principais preocupações intelectuais: *Introdução à realidade brasileira* (1933), *Preparação ao nacionalismo* (1935), *Conceito de civilização brasileira* (1936), *O índio brasileiro e a Revolução Francesa* (1937), *Roteiro lírico de Ouro Preto* (1937), *Espelho de três faces* (1937), *Síntese da história econômica do Brasil* (1938) e *Desenvolvimento da civilização material do Brasil* (1944)¹¹.

Nos anos 1950, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, em texto de combate⁹, analisou o que chamou de “ideologia *jeunesse doree*”. A partir das obras de Arinos, Alceu Amoroso Lima

⁷ Além de uma extensa obra autobiográfica, Arinos publicou as cartas íntimas trocadas com sua futura esposa na década de 1920: FRANCO, A. A. M. **O Diário de bolso seguido de retrato de noiva**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

⁸ Integrante de uma longa linhagem de homens públicos que remontam ao período imperial, Arinos era o filho mais novo de Afrânio de Melo Franco, deputado federal durante boa parte da Primeira República, ministro da viação no curto governo de Delfim Moreira, embaixador brasileiro na Liga das Nações e ministro das relações exteriores do governo Vargas entre 1930 e 1934. Seu irmão, Virgílio de Melo Franco, cujo espírito combativo Arinos sempre ressaltaria, foi uma das suas principais influências políticas. Deputado federal na década de 1920, bastante atuante na imprensa, se opôs ao governo de Washington Luís e foi uma peça importante nas articulações da Aliança Liberal. Eleito deputado constituinte, em 1933, logo passou a se colocar na oposição de Vargas após verem frustradas suas pretensões de governar Minas Gerais. Segundo Arinos, foi o seu irmão que o convenceu a entrar na vida política. Virgílio foi assassinado em 1948, em circunstâncias não muito bem esclarecidas. Seu outro irmão, Caio de Melo Franco, teve carreira na diplomacia, sendo embaixador brasileiro na França entre 1953 e 1955.

⁹ Nesse texto, o autor define a atualidade de sua análise e afirma que o pensamento e ação política de Arinos continua a orbitar nos mesmos marcos dos seus textos dos anos 1930. Escrito por um dos principais intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), revela os conflitos políticos e intelectuais que Arinos se envolveu nos anos 1950. Também demonstra como Arinos estava atento às críticas a ele dirigidas. Em suas memórias chega a se referir a Ramos: “O brilhante sociólogo tinha, por mais de uma vez, atacado severamente alguns livros meus, escritos na juventude, aos quais eu deixara de atribuir importância. Não me incomodei com os seus ataques precisamente porque eles não atingiam, em mim, nada do que representasse a forma atual do meu espírito.” (FRANCO, A. A. M. Planalto. In: FRANCO, A. A. M. **A alma do tempo: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018 [1968], p. 1305.

e Otávio Farias, Ramos percebe uma tendência acadêmico-normativa que emergiu na esteira da Revolução de 1930 e esteve presente na obra de um grupo de escritores, “oriundos de famílias tradicionais e abastadas, afastadas das lutas partidárias e preocupadas quase exclusivamente com a vida intelectual”¹⁰. Segundo o sociólogo, a visão *doreé* é eivada por uma abordagem psicologizante e esteticista da vida, “tentando a perfeição interior pela auto-análise, pelo esclarecimento, pelo exercício do domínio da vontade”¹⁴, e também se caracteriza por ser uma ideologia conservadora e reacionária, que se desenvolveu sob o primado do costume e da tradição. Sobre Arinos especificamente, o golpe desferido é duro: “No domínio da teoria política, entre outras coisas, o sr. Arinos é racista”, evidenciado pela publicação de *Conceito de Civilização Brasileira*, “cuja conclusão fundamental é a de que a sociedade brasileira só poderá

¹⁰ Sobre o debate a respeito dos intelectuais que se dedicaram a criar uma identidade para o Brasil, Cf.: REIS, J. C. **As identidades do Brasil**: De Varnhagen a FHC. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

¹¹ Apesar de ser publicado em 1944, *Desenvolvimento da civilização material do Brasil* se originou de um conjunto de cinco palestras pronunciadas em 1938, no Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), a pedido de seu primo e amigo, fundador daquela instituição, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Sobre como é uma obra que destoa do conjunto de suas produções da época e foi “alheia às preocupações intelectuais dominantes na década de 1930”, Cf.: CARVALHO, J. M.. Prefácio à 3ª Edição. In: FRANCO, A. A. M. **Desenvolvimento da civilização material no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006 [1944], p. 9-16. Sobre o conceito de “civilização brasileira” em Arinos, Cf.: SERPA, E. C.; CAMPIGNOTO, J. A. **Filologia da civilização brasileira**: a proposta de Afonso Arinos de Melo Franco. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 20, jan-jun, 2010. p. 199-216.

ser bem governada se os seus postos diretivos forem confiados a pessoas bem-nascidas ou de sangue limpo”¹¹.

Carlos Guilherme Mota observou que Arinos foi um “explicador do Brasil”, cuja produção intelectual, assentada “na tradição cultural de uma família aristocrática”, se tornou fundamental para a constituição de uma “ideologia da cultura brasileira”¹². A releitura de tais obras não escapou a algumas sutis diferenças: foram compreendidas ora como indício de um pensamento conservador com nítidos contrastes em relação à visão mais especificamente

¹⁰ RAMOS, A. G. A ideologia da “Jenesse doreé”. **Cadernos do nosso tempo**, São Paulo, n. 4, p. 101-112, abr.ago., 1955, p. 101. ¹⁴ *Ibid.*, p. 102.

¹¹ RAMOS, 1955, p. 106-107.

¹² MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1985.

fascista de autores como Candido Mota Filho e Miguel Reale¹³, ora enquanto evidência do viés autoritário, racista e cínico do pensamento ultraconservador do seu autor¹⁴.

Enquanto os críticos tratavam de recuperar tais textos, mobilizando-os na denúncia das relações entre o autor e o pensamento antidemocrático, Arinos e alguns comentadores próximos se dispuseram, ao longo dos anos, a minimizar sua importância, a isolar os aspectos positivos ou a realçar as obras menos polêmicas. Em *A alma do tempo* (1961), os títulos que guardam alguma conexão com o pensamento de direita são abordados como “artificial” e “mediocre literatura”, uma “inteligência moça à procura de orientação”¹⁵. Ao que se seguiram avaliações como a de Alberto Venâncio Filho, para quem tais obras “revelam as inquietações de um jovem intelectual diante das perplexidades que as transformações mundiais e os efeitos da Revolução de 30 deixaram na geração que ascendia à idade madura”, e, mesmo tendo muitas de suas posições reformuladas, indicariam “todo o vigor de uma mente particularmente dotada para especulação intelectual e para o trato com as ideias, e uma atenção voltada para os problemas de organização política e de estrutura do Estado”¹⁶.

É entre as décadas de 1940 e 1960 que irá se multiplicar e diversificar a sua obra pública. Além de escritor, Arinos agregou à sua imagem a de militante partidário, um homem dedicado à missão política. A construção de seu nome próprio, inclusive, esteve relacionada com o

processo de redemocratização e com a sua entrada para a vida político-partidária como um dos principais quadros da União Democrática Nacional (UDN)¹⁷.

¹³ OLIVEIRA, L. L. Introdução. In: OLIVEIRA L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A.M.C. (org.). **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982, p. 14-30.

¹⁴ REIS, J. C. Civilização brasileira e pessimismo ultraconservador (cínico): Afonso Arinos de Mello Franco e o medo da emergência do "monstro da lagoa brasileira". In: REIS, J. C. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 87-121.

¹⁵ FRANCO, A. A. *A alma do tempo*. In: FRANCO, A. A. M. **A alma do tempo: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018 [1961], p. 455.

¹⁶ VENÂNCIO FILHO, A. Afonso Arinos e o Direito Constitucional. In: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB: Conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981**. Brasília: Editora UnB, 1981, p. 3-4.

¹⁷ Afonso Arinos relembra que passou a ser assim nomeado pela tipografia da Câmara dos Deputados, uma vez que seu irmão, conhecido como deputado Melo Franco, já carregava o seu nome de família. Em tom de brincadeira, na conferência realizada em seu nome pela UnB, chegou a afirmar: “Este cavalheiro sério que vocês estão homenageando hoje é, pois, um produto da Tipografia da Câmara. Mas eu poderia ter sido o Deputado Melo Franco” (FRANCO, A. A. M. Afonso Arinos por ele mesmo. In: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB: conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981a**. Brasília: Editora UnB, 1981a, p. 76).

O que impressiona é a vultuosa obra de Arinos nos campos da cultura e da política. Não à toa a imagem de um *intelectual* na *política* foi fartamente explorada, sendo tanto ostentada como um exemplo de um virtuoso caso de como suas raízes “aristocráticas” não o impediram de empreender uma ação política intelectualmente orientada para a construção da democracia brasileira¹⁸, quanto observada como o capital social acumulado na esfera da produção cultural que serviu de trunfo para os embates no campo político. De acordo com Grill, figuras públicas como Arinos desvelam como o uso da escrita e o reconhecimento enquanto escritor “foram trunfos contundentes para encarnar o papel de porta-voz da ‘nação’, que indissociavelmente prescrevia a habilidade do ‘intérprete da nação’ e a capacidade política do ‘tribuno da identidade’”¹⁹.

Nesse sentido, a leitura dos seus ensaios, memórias e discursos produzidos na época, e das avaliações críticas e elogiosas posteriores, parece indicar um ponto em comum. Arinos construiu uma obra pública diversificada, dividida em pelo menos três eixos ao mesmo tempo distintos e complementares: uma atuação político-partidária consistentemente orientada para a defesa da UDN como o partido vocacionado à defesa das instituições democráticas e melhor representante da tradição liberal brasileira; uma produção intelectual vigorosa, que encontrou na intersecção da política, do direito e da história sua matéria preferencial de análise e do qual emergiu uma interpretação de país que ressalta a necessidade das elites tradicionais adequarem a própria demanda por ordem social ao movimento mais amplo de democratização; e a elaboração de um projeto autobiográfico, a partir do qual pretendeu controlar tanto a imagem que seus contemporâneos faziam de si, quanto definir os contornos gerais da autoimagem a ser legada para a posteridade.

Alguns dos títulos conquistados e posições ocupadas mais relevantes dataram desse momento: não tendo sido eleito deputado federal na primeira campanha depois da redemocratização, ascendeu ao posto em 1947, ocupando a vaga deixada por Milton Campos, eleito governador de Minas Gerais. Na Câmara dos Deputados, integrou a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, a partir de 1952, se tornou líder da oposição nos governos de

¹⁸ MERQUIOR, J. G. Afonso Arinos, o último patricio. In: FRANCO, A. A. M. **A alma do tempo**: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018, p. 32-33.

¹⁹ GRILL, I. G. As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 54, jun. 2015, p. 39.

Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Em 1958, foi eleito senador pelo estado da Guanabara, na campanha que ficou conhecida como a do “Caminhão do Povo”. No curto governo de Jânio Quadros, tornou-se ministro das relações exteriores, voltando a desempenhar tal função, por breve período, na fase parlamentarista do governo João Goulart. A sua produção legislativa mais festejada foi a lei que definiu a discriminação racial como contravenção penal, a primeira do país nesse sentido e que ficou conhecida como Lei Afonso Arinos²⁰. Da cadeira de senador da República, acompanhou o movimento que depôs João Goulart e acabou por instituir um regime ditatorial no país.

As relações do partido dos bacharéis com o regime constitucional de 1946, as particularidades da democracia representativa defendida pelos liberais udenistas, o espaço concedido pelo direito e pela moralidade no âmbito do seu projeto político, bem como as ambiguidades de um partido que se afirmava defensor das instituições democráticas mas que, reiteradamente, se mobilizou na direção contrária, produzindo crises e articulando golpes, foram matérias que chamaram a atenção de alguns estudiosos do período, especialmente daquelas interpretações que procuraram compreender as relações complexas do liberalismo brasileiro com o autoritarismo e com a democracia²¹.

Sobre o udenismo enquanto estilo da tradição liberal brasileira, que empreendeu um conjunto de reflexões sobre o Brasil, destacam-se os artigos de Jorge Gomes de Souza Chaloub²². Não é a atuação especificamente partidária que o interessa, e nem é um estudo erigido especificamente sobre a obra de Arinos, mas uma avaliação mais ampla sobre a construção de um pensamento que se queria representativo do liberalismo brasileiro. Para o

autor, embora o udenismo tenha comportado características gerais que conformaram a particularidade do seu discurso político, havia também algumas nuances importantes no seu interior. Segundo Chaloub, Arinos foi o melhor exemplo do “udenismo pedagógico” que julgava negativo o conflito social aberto e atribuía às elites o papel de mediação e conciliação,

²⁰ Para uma análise do debate nos jornais da Lei Afonso Arinos em suas interfaces com o racismo, Cf.: CAMPOS, W. O. **A Lei Afonso Arinos e sua repercussão nos jornais (1950-1952):** Entre a democracia racial e o racismo velado. Tese (Doutorado em História). Assis: UNESP, 2016.

²¹ Nesse âmbito, se destaca o livro: BENEVIDES, M. V. B. **A UDN e Udenismo:** ambiguidades do liberalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

²² Os artigos do autor que tomam a obra de Arinos como exemplar do pensamento dos bacharéis liberais são: CHALOUB, J. Dois liberalismos na União Democrática Nacional: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito. **Revista Estudos Políticos**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 294-311, 2013; CHALOUB, J. G. A economia política dos bacharéis udenistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017; CHALOUB, J. G. O Brasil dos bacharés: um discurso liberal udenista. **Lua Nova**. São Paulo, v. 107, p. 263304, 2019.

se opondo ao “udenismo conflitivo”, exemplarmente encarnado por Carlos Lacerda, o qual tomava o confronto como parte fundamental da prática política e buscava inserir as elites como agentes integrantes do combate político e social²³.

Do ponto de vista da atuação estritamente partidária de Afonso Arinos, Magri contribui para a percepção da complexidade que envolveu sua ação política no interior do partido dos bacharéis. Cruzando as informações mais lembradas com aquelas menos comentadas, o autor avalia os conflitos que Arinos se envolveu não apenas em relação às correntes getulistas, mas também no interior da sua própria agremiação partidária. Desse estudo emerge um personagem mais vacilante do que supõe sua memória ou mesmo as denúncias empregadas por seus críticos. Magri observa, por exemplo, as contribuições que o então líder da oposição deu ao governo Vargas nos casos da reforma administrativa e do acordo militar Brasil-Estados Unidos; a diferença da posição assumida em relação aos demais udenistas na altura da cassação dos mandatos dos parlamentares do PCB, em 1948; a relação complexa que travou com Carlos Lacerda; o envolvimento com as articulações golpistas de 1954 e 1955, bem como suas respectivas justificações; os embates vivenciados na altura de sua gestão à frente do Ministério das Relações Exteriores; e a sua ação partidária nos dias finais da República de 1946²⁴.

Além das atividades parlamentares, Arinos foi aprovado nos concursos da cátedra de Direito Constitucional na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (atual UERJ) e na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Na primeira, apresentou a tese de caráter técnico-jurídico, *As leis complementares da Constituição*; na federal, defendeu o trabalho *História e teoria do partido político no direito constitucional brasileiro*²⁵. Escreveu diversos livros e textos que versavam sobre o Direito Constitucional, matérias em que se aprofundou no exercício das atividades congressuais e na cátedra universitária, sempre atentando para o entrelaçamento do direito, da política e da história²⁶.

Em 1959, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL), derrotando Guimarães Rosa, seu conterrâneo e já aclamado escritor, o que o ajudou no acúmulo de créditos sociais que reforçaram a autoimagem de um homem público vocacionado às letras. A biografia sobre seu

²³ CHALOUB, 2013.

²⁴ MAGRI, R. R. **Um bacharel liberal: Afonso Arinos na UDN (1945-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). São João del-Rei, PPGH-UFSJR, 2016.

²⁵ Obra que ganharia edição na década de 1970, Cf.: FRANCO, A. A. M. **História e Teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-ômega, 1974 [1948].

²⁶ Um bom balanço da obra de Arinos voltada para o direito constitucional encontra-se em: VENANCIO FILHO, 1981.

pai e o primeiro volume de suas memórias foram os pontos máximos da sua produção intelectual. Outras obras de menor alcance, mas que se tornariam exemplares do seu pensamento político, também foram produzidas nesse momento. Caso exemplar é o prefácio escrito para *Presidencialismo e parlamentarismo* (1958), livro publicado em parceria com Raul Pilla, que veiculou as discussões legislativas do tema nas duas oportunidades em que foi proposto pelo deputado gaúcho e negado pela relatoria do udenista, mas cujo texto introdutório trouxe a público sua nova visão sobre o assunto²⁷. Outro aspecto da sua produção do período diz respeito à sua atuação no Ministério das Relações Exteriores e à seu pensamento sobre a política externa brasileira, sobretudo no que tange aos princípios e fundamentos do que chamou de Política Externa Independente (PEI), do qual fora, ao lado de San Tiago Dantas, um dos principais artífices no país²⁸.

Sobre o período que se estende entre a entrada e saída de Arinos no Congresso Nacional, Fernando Lattman-Weltman busca compreender como tal personagem, no interior do regime democrático, procurou construir uma “particular *vocação* de intelectual-político que se realiza através da prática de uma particular forma de produção discursiva, quer dizer, *retórica*, num determinado *contexto* histórico, político, social e cultural”²⁹. O autor observa que esse é o momento em que Arinos buscou conciliar as pressões, muitas vezes conflitantes e contraditórias, da situação do intelectual, “inserido em debates de natureza teórica e/ou acadêmica pretensa e frequentemente comprometida com padrões de juízos abstratos, realidades filosóficas últimas, valores éticos de pretensão universal e/ou transcendente etc.”, com a inserção na política concreta de representante eleito e membro destacado de agremiação partidária, “às voltas com cálculos políticos circunstanciais e da defesa de interesses particulares e, frequentemente, contingentes”³⁴.

Na avaliação de Lattman-Weltman, a obra de Arinos desse período foi constituída a partir de três temas básicos. Primeiro, tem-se a nostalgia e o resgate dos valores do antigo regime, ou

²⁷ FRANCO, A. A. M. Prefácio. In: FRANCO, A. A. M.; PILLA, R. **Presidencialismo ou parlamentarismo?** Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 1999 [1958], p. 1-13.

²⁸ Sobre a “fase internacional de Afonso Arinos” Cf.: FRANCO FILHO, A. A. M. **Diplomacia Independente (um legado de Afonso Arinos)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002; RANGEL, V. M. Afonso Arinos e a política externa. In: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB: Conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981**. Brasília: Editora UnB, 1981, p. 15-34.

²⁹ LATTMAN-WELTMAN, F. **A política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 14. ³⁴ *Ibid.*, p. 17.

seja, “de uma era aristocrática da vida política e parlamentar brasileira que teria se desenvolvido e atingido seu ápice no período do Império, se perdendo nas convulsões e transformações dos anos 1920 e 1930”³⁰. Depois, vem a denúncia e a caracterização do fenômeno do “caudilhismo”, que “se assenhorearia personalisticamente do poder, com maior ou menos apoio (demagógico) das massas mas sempre sustentado pela força das armas”³¹. Por fim, tem-se a crença no fenômeno do progresso social, caracterizado pela crescente aspiração da igualdade e da justiça social e pela tomada de consciência de que os valores da democracia representativa “não apenas não constituiriam impedimentos a esse progresso, como também, na verdade, seriam seus pré-requisitos”³².

Deste modo, Arinos percebia que o grande desafio da então nascente democracia brasileira poderia ser descrito em termos da contradição *ordem x movimento*, entre um “conjunto de valores tradicionais de apego à liberdade liberal e à racionalidade jurídica e, de outro lado, o desejo pela igualdade e pela justiça social, e sendo essa contradição de tal natureza que só poderia ser sanada a contento através da intervenção lúcida, consciente e responsável das elites esclarecidas”³⁸.

Portanto, a chave dialética *ordem x movimento* foi um dos recursos utilizados por Arinos para se posicionar frente à configuração institucional da época e na sua específica correlação de forças.

Se o pensamento de Afonso Arinos foi demarcado pela dialética *ordem x movimento*, a forma como refletiu os dilemas de seu tempo, tal como prescreveu suas respectivas soluções, se deu a partir de um discurso que encontrava no espaço de experiência o local privilegiado de análise. Nesse aspecto, a pesquisa de Alessandra Soares Santos é a que mais se concentra na investigação das obras historiográficas de Arinos, em um arco temporal mais amplo, que vai dos títulos da década de 1930 até a publicação de *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo* (1973)³³. Para a autora, em síntese: “Afonso Arinos soube redefinir a sua

³⁰ LATTMAN-WELTMAN, 2005, p. 26.

³¹ *Ibid.*, p. 26-27.

³² *Ibid.*, p. 27. ³⁸

Ibid., p. 28.

³³ Para um balanço da produção historiográfica de Arinos, Cf.: VENANCIO FILHO, A. A historiografia republicana: a contribuição de Afonso Arinos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 151-160, 1990; BARBOSA, F. Afonso Arinos, historiador da República. In: FRANCO, A. A. M. *Afonso Arinos na UnB: conferências, comentários e debates*. Brasília: Ed. UnB, 1981, p. 53-62.

interpretação do passado brasileiro e os seus projetos de futuro para o país em função das necessidades cambiantes do seu presente. O desafio da sua historiografia foi o desafio da elite dirigente de sua época: incorporar as mudanças para conservar sua estabilidade social”³⁴.

De acordo com Santos, a produção historiográfica de Afonso Arinos correspondeu ao seu projeto de construir uma identidade moderna para as elites tradicionais brasileiras. Isso teria ficado mais explícito a partir de meados dos anos 1940, quando deixou de observar a história a partir de uma visão pessimista e abandonou os conceitos de “raça” e “civilização”, utilizados anteriormente na legitimação da tradição agrária brasileira. Com o processo de redemocratização, os rumos da Segunda Guerra Mundial e o desmantelamento do Estado Novo, Arinos reinterpreto a história brasileira sob um ponto de vista otimista, não se contentando com uma contemplação do passado e daquilo que se perdeu com a modernização. Arinos não negou suas origens “aristocráticas”, mas buscou rever suas interpretações históricas e propor estratégias de ação mais condizentes com o momento democrático. É nesse momento que passa a reconhecer a importância do negro e do índio para a formação histórica brasileira, tal como observar os fenômenos da industrialização e da urbanização como aspectos inelutáveis da modernização³⁵.

Outro trabalho que se dedicou a compreender a elaboração do discurso intelectual de Afonso Arinos é empreendido por Berenice Cavalcante, em uma pesquisa que não se concentra em uma temporalidade específica, mas visa apreender os aspectos gerais que definiram a especificidade do seu *estilo intelectual*. Confrontando um aspecto importante, presente na autodescrição oferecida por Arinos de que haveria uma quase irreconciliável divisão entre sua “vocação intelectual” e sua “missão política”, a autora aponta que ambos seguem o mesmo desiderato: “independentemente do fato de seu exercício ser desempenhado com maior ou menor prazer, em razão de seguirem um dom ou em um cumprimento a um dever, tal como ele as concebia, nas duas circunstâncias ele era movido pelas mesmas aspirações em afinada sintonia com seu tempo”³⁶.

Segundo Cavalcante, Arinos foi um cultivador de uma tradição intelectual “de rara presença em nossa elite intelectual”. Ao valorizar os padrões da cultura clássica e colocá-los em

³⁴ SANTOS, 2006, p. 54.

³⁵ *Ibid.*

³⁶ CAVALCANTE, B. **Passaporte para o futuro**: Afonso Arinos de Melo Franco, um ensaísta da República. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006, p. 58.

sintonia com as indagações e dilemas de sua época, definiu o “molde clássico de sua postura moderna”. O resultado foi a conformação de um tempo histórico complexo, no qual a

“valorização do passado não foi uma alternativa para escapar da esfera das contingências ou refúgio nostálgico onde se abrigam aqueles que foge de seu tempo. Arinos, ao reler os clássicos, atualiza o legado do passado, o que lhe confere status de um pensador moderno”³⁷.

Nesse sentido, a escrita biográfica de Arinos teve como preocupação central ressaltar as virtudes cívicas e políticas dos personagens retratados em um tom fundamentalmente moral, “dito de outra maneira, nestes textos o passado é submetido a um tratamento segundo o qual as estruturas morais presidem a elaboração da narrativa”³⁸. A construção de um verdadeiro panteão de estadistas correspondeu a uma espécie de seleção das virtudes cardeais aos homens públicos, que sobreviveriam às contingências históricas. Isso não implicou na negação da importância da compreensão da ação do indivíduo no tempo, ao contrário, mesmo com uma visão moralista da história, Arinos abria espaço para a intervenção humana na história, deixando transparecer uma noção de tempo histórico que buscava aliar permanência e transitoriedade.

Em comum, essas duas perspectivas aparentemente paradoxais, a histórica e a moralista, “partilham a preocupação constante em afirmar a função pedagógica de seus escritos”³⁹. A construção da imagem arquetípica do estadista desvela a importância conferida por Arinos para a educação da elite dirigente. Deste modo, o reconhecimento do mérito de uma dada forma de se fazer política, explicitada pela ação dos estadistas no passado, constitui o “*corpus* de um projeto para o qual sua estratégia retórica foi crucial”, ou seja, “a construção da imagem do estadista e uma concepção de poder e de exercício da política calcada na atuação de homens que reunissem as qualidades já enumeradas e que teriam como *locus* de ação as instituições da República, nunca se afastando do primado da Lei e do Direito constitucional”⁴⁰.

Lattman-Weltman chega a conclusões semelhantes, sobretudo no que se refere à função pedagógica da escrita biográfica de Arinos e à organização de todo um ideário normativo de ação política. De acordo com o autor, as virtudes morais dos estadistas são antes de tudo as de uma elite, apresentadas tanto na forma de um elogio a uma tradição que deveria ser realçada em seus atributos políticos e históricos, quanto à maneira de um apelo “para que retorne ao leito seguro de suas tradições, para que retorne os valores de sua linhagem e para que neutralize,

³⁷ CAVALCANTE, 2006, p. 17-18.

³⁸ *Ibid.*, p. 63.

³⁹ *Ibid.*, p. 65.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 72.

expurgue as práticas impróprias e indignas da grandeza de suas responsabilidades”⁴¹. Portanto, a construção de um panteão de estadistas permite “reconhecer, ao mesmo tempo o resgate de

uma *época* e de uma *herança*, a construção de uma *linhagem*, a valorização de uma tradição e, por fim mas não menos importante, a definição de uma *identidade* tanto individual quanto coletiva”⁴².

Lattman-Weltman observa que não se deve restringir a noção de história de Arinos à maneira da *historia magistra vitae*, pois não seria apenas um repositório de experiências e juízos morais sobre as escolhas dos homens, mas é revestida de um sentido direcionado, um *telos*, que delineia sua trajetória e circunscreve a ação “não somente em vista do conhecimento legado pelo passado, mas também a avaliação em direção ao futuro”⁴³. Portanto, a celebração dos valores éticos presentes na ação dos estadistas recuperados pela escrita biográfica de Arinos não se pretende à reprodução de um sentido moralista estático, mas, “procura revesti-los de qualidades cronológicas, quer dizer, ao crivo discricionário da história acerca do que é velho e novo, do que é atrasado e o que é *moderno*”⁴⁴.

Em 1955, Arinos publicou a biografia do seu pai, inteiramente dedicada a ressaltar a importância do “Estadista da República” para a história do Brasil⁴⁵. Tal obra, reconhecida como uma importante contribuição para a historiografia republicana brasileira, se inseriu num movimento intelectual que legou à tarefa biográfica o status de complementariedade ao labor historiográfico. Assim como em outros escritos, o homem público biografado encontrou no Estado e na comunidade nacional espaço privilegiado de atuação. Conciliando uma pesquisa documental copiosa com alguma dose de “imaginação criadora”, o autor não deixou de adequar os personagens retratados aos anseios do seu projeto político. No caso de Afrânio de Melo Franco, a identificação era total, o que facilitou a assimilação da situação histórica vivida pelo personagem ao que se passa no presente do biógrafo. De acordo com Santos, a escrita biográfica de Arinos esteve afinada com as demandas do seu presente e a busca do estadista ideal foi um

⁴¹ LATTMAN-WELTMAN, 2005, p. 49-50.

⁴² LATTMAN-WELTMAN, 2005, p. 49-50.

⁴³ CAVALCANTE, 2006, p. 44.

⁴⁴ LATTMAN-WELTMAN, *op. cit.*, p. 44.

⁴⁵ FRANCO, A. A. M. **Um estadista da república**: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

recurso estratégico para legitimação do seu próprio projeto político de modernização das elites tradicionais⁴⁶.

Arinos não apenas se dedicou a construir um amplo quadro das virtudes materializadas pela vida e obra dos estadistas do passado, como também elaborou um consistente discurso que objetiva definir os marcos referenciais da sua própria atuação política e intelectual. Eis outra

face de sua obra pública no período: entre as décadas de 1940 e 1960, desenvolveu os aspectos centrais do seu projeto autobiográfico. O trabalho de edificação, cristalização e difusão de sua autoimagem teve como primeiro e principal artífice o próprio Afonso Arinos, atividade que se constituiu como uma das principais marcas da sua atuação pública, já que “esperava que sua vida despertasse interesse póstumo e desejava controlar a maneira como os outros o percebiam”⁴⁷.

Não coincidentemente, a figura do “Homem Público” foi uma das formas recorrentes encontradas para falar de si. Definido pelas “funções coletivas que exerce”, não seria apenas aquele que desenvolve atividades políticas, mas também o professor, o escritor e todas “as formas de submissão da personalidade a um estilo coletivo”⁴⁸. Na reflexão que ofereceu sobre o significado sobre sua vida e obra, Arinos afirmou que a sua trajetória enquanto homem público é o que desperta interesse geral, pois teria sido “o produto de uma convergência de circunstâncias históricas, no sentido verdadeiro da palavra ‘histórica’, quer dizer, evolução social, que, de certa forma, pode decifrar uma fase da existência brasileira”⁴⁹.

Como sugere Pollak, para as personalidades de relevo, a reconstrução biográfica é empreendida de forma a identificar as datas e os eventos coletivos como pertencentes à esfera de sua vida privada. Portanto, o trabalho de organização da memória contribui para a construção de uma identidade social, entendida como a imagem que uma “pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si próprio, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”⁵⁰.

⁴⁶ SANTOS, A. S. Um Estadista da República: História e biografia em Afonso Arinos. **Revista Ágora**, Vitória, v. 13, p. 1-24, 2011.

⁴⁷ SANTOS, 2006, p. 27.

⁴⁸ FRANCO, 1981a, p. 67.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 69.

⁵⁰ POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 204. ⁵⁷ GRILL, 2015, p. 23.

Portanto, tratou-se de um bem-sucedido projeto de longa maturação, cujas linhas definidoras foram traçadas pelo próprio Arinos, convertido em sujeito e objeto da sua memória, que encontrou, na identidade política de democrata-liberal, o seu princípio definidor.

Grill ressalta que Arinos foi alvo de um trabalho coletivo de eternização por diferentes instâncias de consagração intelectual; o reconhecimento como grande memorialista “o qualificou a controlar a transmissão da própria imagem pública, intervindo, assim, sobre as demais narrativas biográficas produzidas sobre ele”⁵⁷. Santos concorda que “o autor empenhou-se em edificar uma determinada imagem de si, manipulando os dados do passado a serviço do

presente e da sua legitimação em um futuro hipotético”⁵¹, utilizando-se de diversas modalidades de escrita de si como autobiografias, testemunhos, relatos, entrevistas concedidas à imprensa, entre outras.

Portanto, desde meados da década de 1940, Arinos elaborou a estrutura narrativa que repetiria nos anos subsequentes: ressaltou sua vocação literária e intelectual, cuja origem estaria fincada na sua ilustre genealogia; destacou as qualidades pessoais de equilíbrio e moderação, particulares à sua formação humanista e liberal, oferecidas como modelo ao conjunto das elites tradicionais; e assumiu que o principal desafio da modernização política seria a construção de uma democracia duradoura e estável⁵².

No final da década de 1950, o udenista iniciou a redação dos seus livros de memórias, cujo primeiro volume, *A Alma do Tempo*, foi publicado em 1961. A essa obra se seguiu a publicação de *A escalada* (1965), *Planalto* (1968), *Alto-mar Maralto* (1976) e *Diário de bolso* (1979)⁵³. Ao estudar os diferentes registros biográficos elaborados a respeito de Arinos, Grill conclui que o principal material sobre o qual se baseou boa parte dos relatos póstumos é aquele

⁵¹ SANTOS, 2006, p. 27.

⁵² *Ibid.*, p. 27.

⁵³ Utilizamos para a pesquisa a edição publicada pela editora Topbook, de 2018. Tal edição se baseia na publicação, realizada pela editora José Olympio, que reuniu os quatro primeiros números de memórias, acrescentados de notas do autor, em 1978, cujo título geral foi *A alma do tempo*. Na edição da Topbook, porém, consta o *Diário de bolso* (1979), ausente na referida edição da José Olympio. Importante notar que quando nos referenciamos aos escritos de Arinos no corpo do texto, sempre colocamos a data original da primeira publicação do livro, mesmo que a edição utilizada tenha sido outra. Nas referências consta o ano de publicação original em colchetes e a data da publicação da obra consultada. Naquelas obras que coincidiram o ano de primeira publicação (e foram utilizadas o texto original), optamos por distingui-las por ordem alfabética. Procuramos, com isso, contribuir para o leitor melhor se situar.

fornecido por ele em tal produção autobiográfica, o que favorece a percepção da centralidade que teve na perpetuação da sua imagem pública⁵⁴.

Sobre os intelectuais que se dedicaram à escrita de suas memórias, Miceli adverte que: “esses escritores se aproveitaram do gênero para escrever sua obra-prima (...) todos empenhados em conferir às suas memórias o valor de documento histórico e testemunho de época”⁵⁵. De acordo com o sociólogo, quase todos que empreenderam o esforço autobiográfico buscavam definir um ponto de vista objetivo a respeito dos “‘destinos’ paralelos de uma família, de uma geração, de uma classe e, por essa via, de toda a sociedade. [...] o relato autobiográfico assume os contornos de trajetória exemplar, às voltas com os dilemas morais, intelectuais e políticos”⁶³.

A alma do tempo (1961) foi escrito em um momento em que o próprio Afonso Arinos se encontrava no auge da sua carreira política. Eleito senador e tendo participado da campanha que levou Jânio Quadros à presidência da República e a ele próprio chefiar o Ministério das Relações Exteriores, a data da publicação não poderia ser mais significativa. O estilo de escrita, tal como o seu conteúdo, fora abordado por seus interlocutores mais próximos como a materialização de uma trajetória pública capaz de aliar uma atividade intelectual vigorosa com uma ação política consistente⁵⁶.

A leitura do conjunto de trabalhos e pesquisas desenvolvidos sobre a trajetória política e intelectual de Afonso Arinos somada à análise dos seus textos, livros e discursos da época favorece a percepção de que consolidou os aspectos gerais do seu projeto político, intelectual e autobiográfico desde o final da década de 1950. No final daquela década, o já senador udenista promoveu certas alterações no seu discurso público: depois da sua experiência à frente do Ministério das Relações Exteriores, iniciou um movimento de despartidarização da sua retórica política, deixando de observar na UDN o melhor mecanismo para a implantação da democracia no Brasil e passando a denunciar o caráter reacionário e demagógico do partido dos bacharéis;

⁵⁴ GRILL, 2015.

⁵⁵ MICELI, 2001, p. 84. ⁶³

Ibid., p. 85.

⁵⁶ A edição consultada é introduzida pelos relatos de diversos autores que realçaram a importância dessa obra como expressão da coerência de Arinos, tais como: Afonso Arinos de Melo Franco Filho, Alceu Amoroso Lima, Antônio Gontijo de Carvalho, Odylo Costa Filho, José Guilherme Merquior, Francisco de Assis Barbosa e Pedro Nava. Uma boa avaliação da escrita autobiográfica de Arinos encontra-se em: CAMARGO, A. Afonso Arinos: alguns momentos de sua vida. In: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB: Conferências, comentários e debates de um Seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981**. Brasília: Ed. UnB, 1981, p. 8592.

empreendeu consistente pregação parlamentarista, apontando o modelo presidencialista como motivo originário da crise política e institucional brasileira; incorporou o povo como objeto de atenção do seu discurso político e intelectual; defendeu reformas que não deveriam ser feitas apenas no âmbito das instituições políticas, mas também no sentido de estimular o que entendia por progresso social; redobrou seus esforços em se projetar enquanto um homem público moderado, averso a qualquer tipo de radicalismo.

O ponto cego das avaliações críticas empreendidas sobre Afonso Arinos é justamente o período ditatorial. O golpe de 1964 é a linha de chegada da maioria das análises. Ali destacam-se o apoio que conferiu aos militares, bem como o subsequente distanciamento da coalizão que chegara ao poder com a deposição de João Goulart. Sobre os anos que se estendem entre 1964 e 1967, o próprio senador udenista legou uma relevante obra dedicada à compreensão tanto do significado do movimento histórico que então se processava, como da especificidade de sua própria posição naqueles eventos. Sobre o período que se segue à sua saída do Senado,

entretanto, não há avaliações mais consistentes, apenas registros de algumas atividades intelectuais e intervenções públicas realizadas em momentos específicos.

Quando observada a listagem dos escritos de Arinos, salta aos olhos o fato de que a ditadura foi um dos períodos mais produtivos da sua trajetória pública. Sobretudo a partir de meados da década de 1970, voltaria a publicar um conjunto de textos que versavam sobre a história, o direito e a política. Também empreendeu discursos de repercussão nacional e ocupou posições de prestígio, como a de conselheiro do Conselho Federal de Cultura (CFC) e a de presidente do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas (INDIPO-FGV). Escreveu o terceiro, quarto e quinto volumes de suas memórias. Publicou coletâneas de textos representativos de sua trajetória, além de ser sucessivamente alvo de comemorações e homenagens. Em 1973, levou a público um dos seus principais escritos histórico-biográficos, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Nos primeiros anos da chamada “Nova República” presidiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, responsável por elaborar o anteprojeto constitucional a ser remetido para a constituinte que se instalaria nos próximos anos. Em 1986, foi eleito para o Senado Federal pelo Rio de Janeiro, o que o alçou à posição de prestígio na Assembleia Constituinte de 1987 e 1988⁵⁷.

⁵⁷ Uma leitura mais ampla da trajetória de Afonso Arinos, com aspectos gerais da sua vida e obra, consta no dicionário biográfico organizado pelo CPDOC-FGV, Cf.: LEMOS, Renato. *Verbetes Biográficos*. CPDOC-FGV,

O contraste entre uma produção vultuosa e a ausência de uma avaliação mais sistemática parece ser o indício daquilo que Santos chamou de “ilusão biográfica como ilusão coletiva”⁶⁶. Em nossa compreensão, o próprio Arinos continuou a perseguir dois dos principais objetivos que caracterizaram sua atuação pública: ser uma voz relevante nos debates sobre os temas fulcrais de sua época e definir os marcos referenciais da forma como desejaria ser retratado na posteridade. Porém, o contexto autoritário e a saída da vida político-partidário implicaram um significativo desafio à consecução de tais objetivos.

Eis um dos pontos que parece ter passado despercebido: qual o impacto que o regime militar provocou na atuação pública de Afonso Arinos ou, de outra forma, como o udenista reagiu aos novos desafios que se apresentavam? Portanto, a presente tese de doutoramento inverte a lógica apresentada nos vários estudos e depoimentos elaborados sobre Afonso Arinos: o golpe civil-militar de 1964 e o subsequente regime autoritário não são encarados como uma

linha de chegada de uma trajetória pública já longínqua e consagrada, mas o seu ponto de partida.

- Uma identidade desafiada

O título da presente tese, *O Conselheiro da Transição: Afonso Arinos de Melo Franco na Ditadura Militar brasileira (1964-1985)*, lança luz sobre a relação entre indivíduo, tempo e identidade. Ao estudarmos a trajetória pública de Afonso Arinos percebemos que a temática da identidade ocupa posição de centralidade no seu projeto político e intelectual, o que por si só não é uma novidade, uma vez que, como já observado por diferentes pesquisadores, foi matéria que o bacharel udenista se confrontou ao largo de seu percurso entre as décadas de 1940 e 1960: uma identidade individual que se queria representativa da nação e de suas elites, elaborada consistentemente no âmbito da sua atuação partidária e através de um conjunto significativo de obras e discursos voltados para a fixação da imagem que fazia de si e de como desejava ser observada pelos outros.

Porém, como indica Paul Ricoeur, a construção identitária sempre é precária e o principal fator de sua desestabilização é a delicada relação estabelecida com o tempo, “dificuldade

Rio de Janeiro. <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-arinos-de-melo-franco>. Acesso em: 10 maio 2023. ⁶⁶ SANTOS, 2006.

primária que, precisamente, justifica o recurso da memória, enquanto componente temporal da identidade, juntamente com a avaliação do presente e a projeção do futuro”⁵⁸. De acordo com o filósofo, o problema da identidade pessoal constitui o lugar privilegiado da confrontação entre os dois usos do conceito de identidade: *mesmidade* e *ipseidade*. A mesmidade é definida pela unicidade e pelo critério de similitude: “Toda a problemática da identidade pessoal vai girar em torno dessa busca de um invariante relacional, dando-lhe a significação forte de permanência no tempo”⁶⁸. Ainda segundo o autor, “ao falar de nós mesmos, dispomos de fato de dois modelos de permanência no tempo, que resumo por dois termos, ao mesmo tempo descritivos e emblemáticos: o *caráter* e a *palavra considerada*”⁵⁹. Enquanto o *caráter*, considerado como o conjunto de marcas distintivas que permitem um indivíduo identificar-se consigo mesmo, assegura a continuidade do eu na dispersão temporal, a *palavra considerada* é um modelo de permanência no tempo que procura afirmar uma *manutenção de si* na forma de uma promessa, que “parece realmente constituir um desafio no tempo, uma degeneração da mudança”⁶⁰.

O que a avaliação de Ricoeur sobre a relação entre identidade e tempo demonstra é o *paradoxo da identidade*: uma identidade que compreendida como totalidade singular pressupõe um sujeito constante e idêntico a si mesmo em meio à disparidade dos eventos que compõe a sua existência. Segundo Oliveira, a reflexão teórica a respeito da relação entre o indivíduo e a sua identidade pessoal foi o grande legado da contribuição intelectual de Paul Ricoeur para os estudos biográficos, sobretudo a partir do conceito de “identidade narrativa”. Tal noção favoreceu a substituição da percepção da identidade pessoal como núcleo identitário, fixo e imutável pela noção de identidade como si mesmo (*ipse*), o que “colocaria em evidência portanto, a dimensão temporal tanto do sujeito quanto da ação”⁶¹, além de contribuir com a análise das complexas relações estabelecidas entre o indivíduo e o tempo, “incluindo as mutações e contingências constitutivas de sua relação com o outro”⁷².

A problemática da identidade em suas interfaces com a memória, sobretudo no que concerne aos seus usos, ainda revelaria duas fragilidades: o contato com o outro, uma vez que são “as humilhações, os ataques reais ou imaginários à auto-estima, sob golpes da alteridade

⁵⁸ RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 94. ⁶⁸

RICOEUR, P. **O si-mesmo como outro**. Campinas: Papirus Editora, 1991, p. 142-143.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 143.

⁶⁰ RICOEUR, 1991, p. 149.

⁶¹ OLIVEIRA, M. G. Para além de uma ilusão: indivíduo, tempo e narrativa biográfica. In: AVELAR, A. S.; SCHMIDT, B. B. (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 67. ⁷² OLIVEIRA, 2018, p. 70.

mal tolerada, que fazem a relação que o mesmo mantém com o outro mudar da acolhida à rejeição, à exclusão”⁶²; e a herança de uma violência fundadora: “o que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário”, pois “À celebração, de um lado, corresponde à execração, do outro. É assim que se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas reais e simbólicas”⁷⁴.

Para Ricoeur, os usos e abusos da memória devem-se à intervenção de um fator inquietante que se intercala entre a reivindicação de uma identidade e as suas expressões públicas. No plano mais profundo, o das mediações simbólicas da ação, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa, “a configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contornos da própria ação”, portanto “[...] É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia de esquecimento quanto de rememoração”⁶³.

Tratando-se de um indivíduo que se dedicou a definir a exatidão do seu *caráter*, ao mesmo tempo que empenhou a sua palavra na forma de uma promessa de completo compromisso com o regime democrático, a ditadura militar pode ser considerada um fator de desestabilização da identidade de Arinos. Nesse sentido, as análises de Ricoeur lançam luz sobre uma questão importante, que constitui o cerne da presente tese de doutoramento: em que medida aquela construção narrativa e identitária bem-articulada, que encontrou na autoimagem de democrataliberal seu ponto de unidade e estabilidade, foi impactada pela emergência da ditadura? Como reagiu aquele evento fundador em um tempo histórico cujas linhas definidoras parecia se distanciar do autodeclarado ideal de sociedade?

A resposta a essas questões contrariam as diferentes análises já elaboradas sobre tal personagem, sejam aquelas elogiosas, que negam qualquer mácula na autoimagem oferecida de convicto democrata, sejam as mais críticas, que observam a atuação pública de Arinos pelo viés do cinismo, cuja roupagem democrática e moderna mal conseguira disfarçar seu lado antidemocrático. Para esses últimos, a forma como Arinos reagiu à instauração do regime

⁶² RICOEUR, 2007, p. 95. ⁷⁴

Ibid.

⁶³ RICOEUR, 2007, p. 98.

ditatorial teria sido a manifestação de uma hipocrisia, consequência necessária de um intelectual e político que sempre se caracterizou por suas opiniões racistas, elitistas e, ao fim e ao cabo, autoritárias. Nesse sentido, tanto as denúncias como os discursos laudatórios parecem se encontrar em um mesmo ponto, embora com valorização diversa: entre as décadas de 1930 e 1960, Arinos consolidou uma dada forma de pensar o Brasil e suas instituições e tudo que fizera nos anos posteriores fora apenas uma consequência natural do seu *caráter* já estabelecido.

Embora consideremos que os compromissos assumidos e as posições ocupadas foram fundamentais para a sua ação nos idos de 1964, sobretudo no que se refere à legitimidade que emprestou ao movimento que depôs João Goulart, a ideia de que a implantação de um regime autoritário foi inócua do ponto de vista da sua identidade pública nos parece, após a leitura das diversas fontes do período, equivocada. Mais do que isso, a simples caracterização de sua atuação a partir da chave de leitura do cinismo, da hipocrisia e da dissimulação, mesmo que guarde alguma verossimilhança – sobretudo quando observadas as contradições e ambiguidades que permearam sua trajetória política e intelectual – não permite observar a especificidade de seu discurso público e a significação particular dos seus atos, ações e omissões naquele tempo histórico preciso.

Observados em conjunto, os diversos escritos de si elaborados por Arinos ao longo da ditadura militar, ao passo que revelam o consistente esforço em definir a imagem com a qual gostaria de ser visto, ofuscam o percurso acidentado pelo qual atravessou. Nesse momento, Arinos continuou a se situar, nas palavras de Pierre Bourdieu, enquanto “ideólogo da própria vida”, preocupando-se em “dar sentido, de forma razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário”⁶⁴.

A elaboração da identidade possui, de acordo com Michel Pollak, uma intrínseca relação com a memória. Entendida enquanto fenômeno construído socialmente, é permeada por tensões, conflitos e negociações, e o principal desafio para a sua inteligibilidade é a compreensão de como e porque é solidificada e dotada de estabilidade e duração⁶⁵. Ainda conforme o autor, é fundamental perceber que “as preocupações do momento” constituem um dos elementos

⁶⁴ BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA M. M.; AMADO, J. (org.). **Usos & Abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 184.

⁶⁵ POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 4.

centrais da estruturação da memória⁶⁶. Porém, não se deve encarar esse tipo de estratégia retórica como indicador de dissimulação ou falsificação, importando saber “qual é a ligação disso com a construção da personagem”⁶⁷.

Esse é um dos pontos mais sensíveis do estudo de trajetórias de sujeitos como Arinos, já que ele não apenas ocupou posições de prestígio nos campos da cultura e da política, como também se dedicou consistentemente a oferecer um registro detalhado sobre a sua vida e obra, se alinhando à tendência moderna, materializada pelas “documentações do eu”, da noção de verdade enquanto sinceridade. De acordo com Angela de Castro Gomes, a incorporação desse tipo de fonte exigiu uma alteração na formulação das questões: não se trata de avaliar “o que realmente aconteceu”, mas compreender a ótica assumida pelo registro, ou os “efeitos de verdade” que busca engendrar⁶⁸.

É nesse sentido que Pierre Rosanvallon oferece subsídios teórico-metodológicos para a análise da trajetória de Arinos na ditadura militar. Ao discutir os fundamentos da *história conceitual do político*, que tem por objeto “a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação encaram seu futuro”⁶⁹, o autor define que as representações não são globalizações exteriores à consciência, mas resultam do

trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma. Importa, portanto, fazer a história da maneira pela qual uma época, país ou sociedade procuram construir respostas para “aquilo que percebem mais ou menos confusamente com um problema”, de modo a ressaltar a interação permanente “entre a realidade e a representação definindo o campo históricoproblemático”⁷⁰.

Se a *matéria* da história conceitual do político não se limita às grandes obras e autores, preocupando-se em incorporar o conjunto de elementos que compõe este objeto complexo que é a cultura política, “o modo de leitura das grandes obras teóricas, as obras literárias, a imprensa e os movimentos de opinião, os panfletos e os discursos de circunstâncias, os emblemas e os

⁶⁶ *Id.*, 1992, p. 204.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 203.

⁶⁸ GOMES, A. M. C. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, A. M. C. **Escrita de si, escrita da história** (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

⁶⁹ ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 22, 1995, p. 16.

⁷⁰ ROSANVALLON, 1995, p.16.

signos”⁷¹, o seu *método* é ao mesmo tempo *interativo*, *compreensivo* e *empático*: “Interativo pois consiste em analisar a forma como a cultura política, as instituições e os fatos interagem uns com os outros, compondo figuras mais ou menos estáveis” e “[...] compreensivo pois se esforça por compreender uma questão re-situando-a em suas condições efetivas de emergência”⁸⁴.

Deste modo, a abordagem compreensiva proposta por Pierre Rosanvallon, inspirada na sociologia weberiana, busca reconstruir a forma como os atores elaboraram sua compreensão das situações, detectando as “recusas e atrações a partir das quais os atores pensam sua ação, em desenhar a árvore dos impasses e das possibilidades que estrutura implicitamente seu horizonte”⁷². É também um método empático, porque supõe a capacidade de retomar uma questão “situando-se no interior do seu trabalho. Mas empatia naturalmente limitada pelo distanciamento que permite pensar as zonas escuras e as contradições dos atores ou dos autores. Empatia controlada, se preferirmos”⁸⁶.

Quando observado o conjunto de obras produzidas por Arinos voltadas para a edificação de uma dada memória de si, salta aos olhos o fato de que parte significativa foi publicada ao longo da ditadura militar. Nesse momento, deu continuidade aos seus livros de memórias. Também reuniu os quatro primeiros volumes em uma mesma edição com o título *A alma do tempo* (1978) que, além da republicação dos textos originais, trazia notas explicativas redigidas nos últimos anos. Ainda foram lançados livros comemorativos em sua homenagem, tais como *Tendências Atuais do Direito Público* (1976) e *Afonso Arinos na UnB* (1981); coletâneas de

textos que reuniam escritos redigidos pelo autor ao longo das décadas de vida pública: *O Som do Outro Sino: um breviário liberal* (1978) e *Política e Direito* (1981); livro que publicou as entrevistas oferecidas ao programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), intitulado *O Intelectual e o Político: Encontros com Afonso Arinos* (1983).

Essas obras nos permitem averiguar como Arinos geriu sua autoimagem, procurando dotá-la de estabilidade e unidade em meio à dispersão da duração temporal. Também são exemplares daquilo que Angela de Castro Gomes comenta a respeito da *escrita de si* na

⁷¹ *Ibid.*, p. 17. ⁸⁴

Ibid.

⁷² *Ibid.*, p. 18. ⁸⁶

Ibid.

modernidade: “toda essa documentação de ‘produção do eu’ é entendida como marcada pela busca de um ‘efeito de verdade’”, uma vez “que se exprime pela primeira pessoa do singular e que traduz a intenção de revelar dimensões ‘íntimas e profundas’ do indivíduo que assume sua autoria”⁷³. Deste modo, ao lançar mão de um conjunto significativo de escrita de si, percebe-se um sujeito dedicado a “ordenar, rearranjar e significar a trajetória de uma vida no suporte do texto, criando-se através dele, um autor e uma narrativa”⁷⁴.

A problemática da memória em suas dimensões individuais e coletivas, além do próprio estatuto da biografia enquanto objeto legítimo da investigação histórica, se relaciona com um movimento historiográfico que restituiu a importância da reflexão sobre o papel do indivíduo na história. Não se trata, porém, de sustentar uma individualidade dotada de liberdade irrestrita sem nenhum tipo de condicionamento social. Segundo Dosse, o “retorno do sujeito”, e sua expressão através de uma renovada forma de tratamento da biografia, ocorreu a partir de um simultâneo distanciamento teórico tanto em relação ao estruturalismo, quanto à ideia de biografia totalizante e cronológica, o que instituiu uma nova forma de relacionamento com o tema do indivíduo na história, abrindo caminho para investigações que se orientam pela reconstrução dos diversos processos de identificações que atravessam a trajetória de uma dada singularidade individual⁷⁵.

Uma das importantes questões levantadas pela microhistória italiana para o debate sobre o estatuto da biografia enquanto objeto da história diz respeito à relação complexa entre agência individual e pressões estruturais. Tal reflexão permitiu o questionamento da experiência biográfica sob o signo da necessidade, trazendo à tona a percepção de que as escolhas estratégicas são socialmente construídas a partir da gama de possibilidades oferecidas aos

agentes em algum momento de sua trajetória⁷⁶. O empreendimento biográfico lança à história o desafio de compreender a amplitude da escolha dos indivíduos, sendo o campo privilegiado de verificação do caráter intersticial da liberdade, uma vez que nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente⁷⁷.

⁷³ GOMES, 2004, p. 14-15.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 21.

⁷⁵ DOSSE, F. **O desafio biográfico**: Escrever uma vida. Trad. G.C. Souza. São Paulo: Editora USP, 2009.

⁷⁶ CARNEIRO, D. F. Os usos da biografia pela micro-história italiana. In: AVELAR, A. S.; SCHMIDT, B. B. (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 33-34.

⁷⁷ LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA M. M.; AMADO, J. (org.). **Usos & Abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191.

O que essas premissas teórico-metodológicas parecem questionar em seu conjunto é o *princípio da coerência*. Situar uma trajetória individual a um conjunto relacional, de modo a atentar para as relações de interdependência entre sujeito e meio social, acaba por evidenciar um indivíduo cheio de incertezas, sem uma clara percepção de si, o que contribui para entender os limites dos esquemas explicativos funcionalistas e neoclássicos, que observam os indivíduos como sujeitos perfeitamente informados, possuidores das mesmas disposições cognitivas e portadores de uma racionalidade seletiva voltada para a maximização do lucro⁷⁸.

A visão de um indivíduo que constrói sua identidade através da escrita de si, nas suas relações sociais e em meio às dinâmicas particulares do contexto histórico em que está inserido favorece a observação do *desafio biográfico* a partir de um ângulo de análise que atenta para a multiplicidade e a complexidade do tempo histórico, entendidas como as recíprocas relações que as dimensões do passado e futuro estabelecem em um determinado presente⁷⁹. A leitura do conjunto das obras, relatos e testemunhos elaborados por Arinos ao longo da ditadura militar é exemplar de como uma trajetória individual “tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. Também pode mostrar como o mesmo período de vida de uma pessoa pode ser ‘decomposto’ em tempos e ritmos diversos”⁹⁴.

Ao longo da ditadura, Arinos também se esforçou em se colocar como um intérprete racional do seu próprio tempo, o que pode ser observado em livros como *Evolução da crise brasileira* (1965), *História do povo brasileiro* (1967), *Problemas políticos brasileiros* (1975). Nessas obras, a ditadura militar — ou “revolução”, como a nomeava — apareceu como uma problemática que exigia certa reflexão, embora não tenha seguido uma mesma direção e contou com algumas nuances que variaram conforme a ocasião. Na condição de analista do seu tempo, importava menos ressaltar qual a sua participação no processo histórico contemporâneo do que

interpretar objetivamente as causas e razões da crise brasileira, o que não deixou de ser oportuno do ponto de vista da gestão da sua autoimagem. Confrontar as informações contidas na sua obra memorialística com aquelas legadas por seus ensaios interpretativos parece ser uma forma viável para a compreensão de quais estratégias retóricas e narrativas foram mobilizadas para projetar uma imagem de si que se queria coerente e unívoca.

⁷⁸ *Ibid.*

⁷⁹ KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-RJ, 2006. ⁹⁴ GOMES, 2004, p. 13.

A história continuou sendo objeto de atenção de Arinos na ditadura militar, embora a relação entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* tenha sofrido variações ao longo do período. Para Koselleck, tais categorias, ao entrelaçarem passado e futuro, são adequadas para a análise do tempo histórico, “enriquecida em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político”⁸⁰. Nesse sentido, tanto a sua obra memorialista, quanto seus ensaios interpretativos permitem a percepção de como mobilizou sua avaliação do passado e articulou suas visões de futuro. Porém, em mais de duas décadas de ditadura militar, a forma como observou o tempo histórico sofreu significativas variações: em alguns momentos *horizonte de expectativa* e *espaço de experiência* pareciam se alinhar, permitindo a análise das continuidades entre passado e presente e favorecendo a elaboração de um prognóstico com base na experiência histórica pretérita; em outros contextos, contudo, observa um distanciamento entre expectativa e experiência, passando a sensação de um tempo de ruptura, cujo futuro não seria mais capaz de ser contemplado à luz do passado, dando lugar a uma forma de ver o tempo que ressalta sua total imprevisibilidade⁸¹.

No centro do seu discurso público esteve o esforço de interpretação da história brasileira, sobretudo no que concerne à estruturação das instituições nacionais, ao papel desempenhado pelas elites políticas e intelectuais e aos impasses políticos, institucionais e culturais que bloquearam a democratização do país. A narrativa histórica foi instrumento indispensável na legitimação das suas propostas e opiniões. A forma como Arinos observava o presente e o futuro

do Brasil esteve ancorada numa leitura histórica do país, de suas instituições e atores principais. A reelaboração de algumas avaliações já empreendidas e a confirmação de diagnósticos anteriormente formulados fazem parte de um discurso complexo e multifacetário, que, mesmo contando com elementos de continuidades, não deixou de sofrer significativas alterações.

⁸⁰ KOSELLECK, 2006, p. 308.

⁸¹ Nos estudos biográficos, a relação texto-contexto é fundamental. Para Jacques Revel (2010), há pelo menos três tipos de biografia: a *serial*, na qual o método prosopográfico e as fontes quantificáveis são agenciadas no sentido de reconstituir um dado espaço social a partir de informações biográficas; a *biografia reconstituída em contexto*, que se propõe a explicar o texto biográfico pelo contexto de referência no qual está inserido, não sendo a narrativa de uma trajetória individual contada por si mesma, mas a investigação de um contexto que é necessário reconstruir; e a *biografia reconstruída a partir do texto*, segundo a qual o alvo seria a reconstrução social de uma biografia a partir de um texto ou de um *corpus* de texto, cuja explicação é situada através de um trabalho de interpretação textual. Em nosso estudo, pretendemos oferecer uma leitura dinâmica da relação entre texto e contexto, tomando como base os próprios documentos produzidos por Arinos e avaliando a forma como ele se relacionou com seu tempo histórico, sem deixar de perceber quais os elementos contextuais que condicionaram sua *escrita de si* e sua interpretação da história. Cf.: REVEL, J. A biografia como problema historiográfico. In: REVEL, J. **História e historiografia**: Exercícios críticos. Curitiba: Editora UFPR, 2010, p. 235-248.

Portanto, avaliar como Arinos interpretou a história brasileira em sintonia com as preocupações do momento, tal como a utilizou como meio de convencimento e persuasão, é uma forma de observar a particularidade do seu discurso público e as características fundamentais de seu projeto político e intelectual.

Uma das alternativas possíveis para abordar a experiência de tal personagem nesse tempo histórico específico é deslocar a pesquisa tradicional da personagem autêntica para o terreno das “flutuações de apreço ou despreço pela visão da figura estudada”, colocando em segundo plano as particularidades de sua equação pessoal e concentrando a investigação no “campo das representações coletivas e das práticas induzidas pela eficácia de sua imagem”⁸². Nesse âmbito, a documentação jornalística oferece um recurso valioso, pois permite avaliar que o seu esforço autobiográfico não prescindiu da colaboração de outros atores e de que as transações e interações sociais são fatores que condicionam como determinadas escolhas são tomadas, mas também a maneira pela qual dadas categorias e valores são compartilhados e reproduzidos⁹⁸.

A imprensa se tornou o espaço de intersecção dos dois principais objetivos de Arinos ao longo da ditadura militar: foi o meio de difusão e fixação dos marcos referenciais estabelecidos pela sua *escrita de si*; e tornou-se o instrumento privilegiado de comunicação de ideias e de uma forma específica de intervenção no debate público, constituindo-se enquanto instância de publicização da *identidade estratégica* elaborada no período.

A fonte jornalística, por suas qualidades intrínsecas — em especial a de se caracterizar por produzir registros diários de fatos e opiniões — possibilita acompanhar a evolução da trajetória pública de Arinos a partir do que Angela de Castro Gomes chamaria de um “rascunho de história imediata”. Os jornais favorecem a observação da forma como o ex-senador recepcionou os principais acontecimentos políticos e institucionais do regime militar no momento exato de sua gestação. Como um primeiro registro dos acontecimentos, as entrevistas,

discursos, textos e matérias jornalísticas abrem espaço para um tipo de interpretação que atenta para as contingências e incertezas que permearam a ação pública de tal personagem⁸³.

⁸² DOSSE, 2009, p. 315. Nesse trecho, o autor cita a biografia de Annie Collovald sobre Jacques Chirac. Em outro capítulo definiremos o conceito “identidade estratégica” da autora que nos parece útil para compreensão da trajetória pública de Arinos, sobretudo a partir de meados da década 1970. ⁹⁸ LEVI, 2006.

⁸³ Me inspiro no texto: GOMES, A. M. C. Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em triângulos de cartas. In: GOMES, A. M. C.; SCHMIDT B. B. (org.). **Memórias e narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul: FGV; ed. UFRGS, 2009, p. 41-77. Nele, a historiadora estuda as

Há, ainda, uma vantagem adicional de estudar a inserção de Arinos nos jornais de grande circulação nacional. Como já se buscou assinalar, o intelectual mineiro sempre foi muito cauteloso na forma como buscava se projetar publicamente, calculando suas declarações de modo a proceder um rigoroso *enquadramento da memória*¹⁰⁰. Os seus escritos autobiográficos, ou mesmo as coletâneas de textos que publicou a partir do final dos anos 1970, são documentos que exemplificam bem como procedeu no sentido de dotar de coerência e unidade a sua atuação pública. Não há rasura nessa imagem construída de si e mesmo os eventos e ações mais constrangedores eram devidamente contextualizados e justificados. Além disso, o período que se segue à sua saída do parlamento é retratado como um momento de reclusão e distanciamento, sem maior significação e interesse, a não ser pelo repúdio à “inominável situação política” então experienciada.

Das páginas dos jornais, porém, salta outra figura, bastante diferente daquela sublinhada nos seus relatos memorialistas. Mesmo calculando bem suas declarações, não deixou de emitir falas e discursos que poderiam arranhar a imagem cuidadosamente construída de “convicto democrata”. Se foi capaz de ofuscá-las no interior de sua produção autobiográfica, seja através de silenciamentos eloquentes, seja através da elaboração de justificativas mais ou menos plausíveis, as páginas dos jornais demonstram uma atuação muito mais sinuosa do que gostaria de transparecer.

Não apenas Arinos aparece ativamente envolvido nas discussões abertas pela imprensa, como também é representado como um intelectual atual e relevante, uma das poucas vozes que seriam capazes de orientar o país no rumo da democracia e do progresso social. A inserção de Arinos na grande imprensa nacional evidencia o que Berenice Cavalcante já havia notado, ou seja, revela seu inquestionável envolvimento com as questões de sua atualidade, “sobre as quais não se furtou a refletir a respeito. Sua rejeição a alguns traços da modernidade não lhe retirava a condição de um pensador moderno voltado para os dilemas de seu tempo (...) No

enfrentamento dos problemas de seu presente e na reflexão sobre as perspectivas futuras seu olhar voltava-se para as experiências pretéritas”⁸⁴.

correspondências do Barão de Rio Branco, Joaquim Nabuco e Manuel Oliveira Lima, no período de 1880 até 1910, ou seja, no exato momento em que se iniciava a República brasileira, permitindo elaborar um “rascunho de história imediata” da República a partir de seus próprios dilemas e contingências. ¹⁰⁰ POLLAK, 1989.

⁸⁴ CAVALCANTE, 2006, p. 72-73.

Desse modo, nossa pesquisa se concentrou no estudo da presença de Afonso Arinos nos quatro maiores jornais de circulação nacional da época: *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*⁸⁵. Como aponta Motta, esse tipo de seleção justifica-se pela capacidade de circulação e influência de tais meios de comunicação⁸⁶. A abrangência nacional desses veículos não era estranha a Afonso Arinos, que fez dela uso estratégico na difusão da sua pedagogia cívica. Outro fator decisivo para a definição desse *corpus* documental, uma vez que Arinos também contribuiu com outros meios de comunicação escrita, falada e audiovisual, se deve ao fato de que ele concedia grande importância ao jornal como meio de comunicação de massa, sendo um leitor diário dos principais periódicos do país.

A pesquisa nos quatro principais jornais brasileiros de circulação nacional foi realizada de modo a coletar as principais informações veiculadas sobre Afonso Arinos de 1967 a 1985⁸⁷. Devido ao grande número de informações contidas nesse tipo de fonte, optamos por selecionar as matérias, reportagens, comentários e opiniões que dizem respeito à visão do ex-parlamentar mineiro sobre o processo político e jurídico brasileiro. Além disso, recolhemos alguns recortes com temas relativos à sua biografia, bibliografia, memória, cursos, história e política externa⁸⁸. Na própria leitura dos jornais, percebemos que o espaço concedido por Carlos Castello Branco em sua coluna diária a Afonso Arinos se constituía na fonte mais consistente, tanto em termos numéricos, quanto em termos qualitativos, uma vez que as informações ali contidas se referiam

⁸⁵ Como estratégia de economia textual, utilizaremos nas referências as abreviações em negrito: OESP (*O Estado de São Paulo*), FSP (*Folha de São Paulo*), OG (*O Globo*) e JB (*Jornal do Brasil*).

⁸⁶ MOTTA, R. P. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan.-jul. 2013. O historiador indica, a partir do trabalho de Juarez Bahia, que tais veículos, juntamente com o *Correio da Manhã* e *A Última Hora*, possuíam uma tiragem diária de 100 a 250 mil exemplares, correspondentes a 20% do total de jornais impressos no Brasil, e cada exemplar chegava a atingir quatro pessoas, representando um total de leitores diários de quatrocentos mil a um milhão de pessoas.

⁸⁷ No ano de 1985, só fizemos a coleta de dados até abril, quando Tancredo Neves vem a falecer e José Sarney fica em definitivo na presidência. Optamos por acompanhar os últimos meses da ditadura militar e os primeiros meses da Nova República por percebermos uma importante atuação de Arinos nesse momento. Além disso, o recorte cronológico e temático de nossa pesquisa se relaciona diretamente com o período dos militares no poder. Após março/abril de 1985, Arinos vivenciará outra fase da sua atuação pública, não analisada pela presente pesquisa.

⁸⁸ Os instrumentos utilizados foram os acervos digitais presentes no site dos jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Os respectivos acervos virtuais de Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo encontram-se em: <https://acervo.folha.com.br/>; <https://acervo.oglobo.globo.com/>; <https://acervo.estadao.com.br/>. No caso do *Jornal do Brasil*, utilizamos o sistema da hemeroteca da Biblioteca Nacional, disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

justamente às temáticas em análise. Daí que, além de uma leitura mais abrangente nos jornais, voltamo-nos à avaliação específica da presença de Afonso Arinos na Coluna do Castello⁸⁹.

- Um tempo histórico complexo

O período ditatorial significou um dos momentos mais delicados do ponto de vista da sustentação da autoimagem de Arinos enquanto democrata-liberal. Não se tratava mais de uma personagem instada a conciliar a defesa da democracia com a ampliação de seu próprio poder político¹⁰⁷. No período autoritário, foi desafiado a afirmar sua vocação democrática ao mesmo tempo que via dirimir suas posições de prestígio e influência política. Arinos continuou a acreditar na indispensabilidade da sua voz para resolução dos impasses nacionais e parte do esforço de cristalização e difusão de sua autoimagem foi cuidadosamente articulada enquanto arma de combate político e meio privilegiado de sustentação da importância de suas ideias para o enfrentamento dos problemas que julgava serem os mais dramáticos de sua contemporaneidade.

Sobretudo a partir de sua saída do Congresso, com a marginalização dos liberais udenistas do primeiro plano da política nacional e com o recrudescimento autoritário, ser acusado de conivência com o autoritarismo ou deixar de ser voz ativa nos debates fulcrais da vida nacional impuseram um desafio complexo para um indivíduo duplamente preocupado com o significado que suas posições adquiririam em um futuro hipotético e com a capacidade de ser um ator relevante nos debates do presente. Em mais de vinte anos de ditadura militar, as respostas que deu a esse duplo desafio não foram isentas de ambiguidades, tensões e nuances. Se relacionaram, inclusive, com os limites particulares a um regime autoritário, mas também com certas contingências históricas, que lhe ofereceram alguma margem de manobra, ao mesmo tempo que exigiram uma ímpar capacidade de adequação, fluidez e plasticidade, só possível de ser eficazmente praticada por um sujeito que havia acumulado múltiplas notabilidades nos campos da política e da cultura e que, já naquela altura, se apresentava como um mestre na arte da representação de si.

⁸⁹ Nos beneficiamos, inclusive, do sítio virtual mantida pela família do renomado jornalista que contém a totalidade dos artigos publicados na Coluna do Castello nas três décadas de sua existência, o que favoreceu uma análise mais rigorosa em termos quantitativos. Disponível em: <https://www.carloscastellobranco.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2022. ¹⁰⁷ SANTOS, 2006.

A análise sobre a trajetória pública de Afonso Arinos na ditadura militar dialoga com a historiografia brasileira que vem se desenvolvendo nos últimos anos em torno da discussão sobre as relações estabelecidas entre Estado e sociedade no período autoritário. Nesse âmbito, destacam-se os estudos que objetivam compreender as várias formas de produção da legitimidade, consenso e consentimento no processo de “produção social dos regimes autoritários”⁹⁰ e as pesquisas sobre a construção da memória social sobre a ditadura. De acordo com Denise Rollemberg: “parece fundamental que se tornem objetos de estudos os movimentos, as instituições, as manifestações, os personagens etc. que respaldaram o regime, desconstruindo a memória da resistência, não raramente superdimensionada e mitificada”⁹¹.

Para Daniel Aarão Reis Filho, sobretudo nos anos finais da ditadura, ocorreu um movimento de reconstrução da memória sobre o período, consolidando a versão de que a sociedade, vista como naturalmente democrática, apenas resistira ao Estado autoritário, sendo os militares os exclusivos responsáveis pela instauração e manutenção da ditadura no Brasil, o que significou o silenciamento da participação de importantes setores da sociedade na conformação da ordem autoritária. Nesse momento, “figuras de maior expressão – favoráveis à instauração do arbítrio e, durante muitos anos, partidários de sua continuidade – e seus beneficiários surgiram agora visitando preso político e defendendo a democracia”⁹².

O termo “resistência democrática” tornou-se uma espécie de passaporte para uma futura recomposição ao sistema político, utilizado tanto por ex-militantes da esquerda armada, quanto

⁹⁰ O tema da relação entre sociedade e regime militar foi desenvolvido a partir de diferentes chaves de leitura. Sobre a conspiração de civis e militares no golpe de 1964, destaca-se o seminal estudo: DREIFUSS, R. A. **1964: A conquista do Estado**. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981. Nos anos 2000, algumas pesquisas foram direcionadas para a discussão da “construção social dos regimes autoritários”, destacando-se a coletânea: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (org.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários: Legitimidade, Consenso e Consentimento no Século XX**. 3 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Para um balanço mais amplo da historiografia sobre o regime militar e suas principais diferenças teórico-metodológicas, Cf.: FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017.

⁹¹ ROLLEMBERG, D. As trincheiras da memória: A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (org.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários: Legitimidade, Consenso e Consentimento no Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 102.

⁹² REIS FILHO, D. A. Ditadura e sociedade: a reconstrução da memória. In: REIS FILHO, D. A.; MOTTA, R. P.; RIDENTI, M. (org.) **O Golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004, p. 45.

por personalidades próximas ao regime ⁹³, todos preocupados em definirem seus posicionamentos ao longo da ditadura como essencialmente democráticos, em um momento em

que “o binômio democracia/democratização, em suas diversas e contraditórias leituras, passou a dar o tom das ações políticas do governo e da oposição”⁹⁴.

Embora uma memória crítica da ditadura tenha sido consolidada nos seus anos finais, a construção da memória social sobre o regime militar se deu desde os seus primeiros dias e foi fenômeno complexo e multifacetado. A análise da trajetória de Afonso Arinos parece corroborar o diagnóstico oferecido por Marcos Napolitano: o período entre 1964 e 1974 se caracterizou por ser aquele que se vivenciou as “experiências históricas matriciais”, no qual foram lançadas as bases para as argumentações posteriores. Entre 1975 e 1979, estruturou-se a memória hegemônica, definida como “aquela construída no processo de afastamento político entre liberais (cujos espaços de ação eram as associações profissionais liberais, os sindicatos empresariais e a imprensa) e os militares no poder”⁹⁵. Para o historiador, mesmo que tenha incorporado valores e elementos simbólicos da esquerda não armada, a memória hegemônica foi “liberal-conservadora”, elaborada no sentido de silenciar o papel dos liberais na conformação da ordem autoritária.

A discussão empreendida por Napolitano sobre a construção da memória hegemônica da ditadura traz à luz duas questões importantes na investigação sobre a atuação de Arinos naquele período: a centralidade da imprensa na confecção e difusão da memória social sobre o regime e a relevância de se estudar setores e atores sociais que escapam a classificações mais rígidas, definidas ou pela sua “adesão” ou pela “resistência”. Nesse sentido, parece necessário averiguar não apenas os militares e as oposições, objetos de estudo privilegiado da historiografia da ditadura, como também setores sociais, indivíduos e instituições que se inseriram numa espécie de *zona cinzenta*⁹⁶ ou que se caracterizaram por promoverem *práticas de acomodação*⁹⁷.

⁹³ REIS FILHO, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000a.

⁹⁴ NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 5, p. 22, nov. 2015.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 17.

⁹⁶ LABORIE, P. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (org.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários: Legitimidade, Consenso e Consentimento no Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 31-44.

⁹⁷ MOTTA, R. P. **Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

De toda maneira, acreditamos que a pesquisa sobre Afonso Arinos na ditadura militar⁹⁸ contribui para a historiografia brasileira dedicada à investigação do período, sobretudo em dois pontos ainda não muito bem esclarecidos e que carecem de maiores reflexões: como os liberais udenistas se relacionaram com o regime que ajudaram a implantar, especialmente após 1968, quando muitos deixaram a vida político-partidária ou passaram a ocupar funções na magistratura? E quais as estratégias que homens como Arinos dispuseram para garantir espaço nas discussões sobre a transição de modo a abrir caminho para sua recomposição na ordem política que emergiria com a saída dos militares do poder?

- Um democrata na ditadura

Há, ainda, um tema de fundo em relação ao qual a presente tese pretende contribuir. Trata-se da história do conceito de democracia⁹⁹.

Conceito com alta carga polissêmica, de acordo com Koselleck, tem uma especificidade adicional: uma antiga palavra que na modernidade adquiriu novos significados, remetendo a um esquema temporal com intermináveis transições e sobreposições, passando a indicar tanto uma forma constitucional e possível da pólis, quanto um “conceito de expectativa que, sob a perspectiva histórico-filosófica – seja legislativa ou revolucionária – precisa satisfazer

⁹⁸ Há uma discussão na historiografia brasileira sobre a nomenclatura do regime que se sucedeu ao golpe de 1964. Alguns autores, como Daniel Aarão Reis Filho (2000), passaram a nomeá-lo como “ditadura civil-militar”, na tentativa de evidenciar a participação ativa dos setores civis. Embora tal nomeação permita a visualização da participação civil no golpe e no regime político subsequente, acompanho a análise de Carlos Fico (2017), quando afirma que tal qualificação pouco informa sobre a natureza do regime político, já que sua direção política estava a cargo dos militares. No presente trabalho utilizaremos as expressões “regime militar” e

⁹⁹ Para uma análise da história do conceito de democracia, especialmente no âmbito da Iberoamérica, nos baseamos em: CAETANO, G. *Itinerário conceptuales de la voz "democracia" em Iberoamérica*. In: FERNÁNDEZ, S. J. (org.). **Dicionário político y social del mundo ibero-americano** - Iberconceptos II, v. 2. Madrid: Universidade del País Vasco; Centro de estudios políticos y constitucionales, 2014, p. 53-68. O Projeto Iberconceptos se propõe a escrever a história dos conceitos políticos nos países da América e da Europa que integram as línguas portuguesa e espanhola, no período entre 1750-1870, seguindo a orientação dos estudos conceituais expressos em obra análoga de Reinhart Koselleck. No que diz respeito ao conceito de democracia, o referido dicionário expõe a história de sua incorporação ao vocabulário político em diferentes países, tais como Brasil, Portugal, Espanha, Argentina, México, Venezuela, Costa Rica, Uruguai, entre outros. No Brasil, a discussão sobre a história conceitual redundou em diferentes obras, tais como: FERES JÚNIOR, J (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014; JASMIN, M. G; FERES JÚNIOR, J. (org.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006. Ainda há outra obra que deu continuidade ao projeto e que apresenta resultados instigantes, expandindo os marcos cronológicos da proposta inicial: NEVES, L. M. B. P; FERREIRA, F. S. M.; NEVES, G. P. (orgs). **Linguagens da identidade e da diferença no mundo IberoAmericano (1750-1890)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. Parece-nos que um ponto importante, ainda a ser mais bem analisado, é a história conceitual no século XX. ¹¹⁸ KOSELLECK, 2006, p. 107.

necessidades até então desconhecidas, que despontam continuamente, para poder liberar seu verdadeiro sentido”¹¹⁸. Portanto, ainda conforme o historiador alemão, “democracia” se tornou um *arquilexema*, um conceito generalizante que “poder ser ocupada, do ponto de vista político,

“ditadura militar”, mesmo sublinhando a participação ativa de setores da sociedade civil na conformação da ordem autoritária. Sobre os conceitos de “autoritarismo” e “ditadura” Cf.: ROLEMBERG, D.; QUADRAT, S. Memória, história e autoritarismos. In: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (org.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários: Legitimidade, Consenso e Consentimento no Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 11-32. Sobre a diferença entre o “golpe civil-militar” e a “ditadura militar”, Cf.: FICO, C. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 116 *et seq.*

de modos completamente diversos, faz-se necessário moldar novamente o conceito por meio de definições adicionais. Somente assim é que ele pode ser funcional politicamente: surgem a democracia popular representativa, a cristã, a social etc”¹⁰⁰.

Ponto fundamental cujo potencial polêmico se origina na indeterminação básica que remonta à formulação das instituições modernas: a democracia se define pela desincorporação do poder, o que exige um intenso trabalho de construção simbólica erigido em torno das noções de *povo* e de *nação*¹⁰¹. Nesse sentido, o estudo de Cintra favorece a observação de que já nas primeiras décadas da República houve diferentes leituras sobre os modos legítimos de constituição do povo. De acordo com o autor, no Brasil não há propriamente uma polêmica entre os defensores e opositores da democracia, mas a lógica adversarial se instala no interior do próprio conceito, resultando em uma grande variedade de interpretações que, embora comportassem notáveis diferenças entre si, resultaram em uma prática sistemática de valorização e positividade¹⁰².

Arinos dedicou-se a definir quem seria o sujeito da democracia, quais os elementos sociais e políticos que configurariam o poder do povo. É justamente em torno desse conceito generalizante, aberto a apropriações diversas, que vai se deter em vários de seus escritos. Mais do que um objeto de atenção intelectual, a palavra democracia será mobilizada como um princípio de construção de identidade e unidade de coerência da memória autobiográfica.

¹⁰⁰ KOSELLECK, 2006, p. 107.

¹⁰¹ CINTRA, W. A. **Qual democracia?** O governo do povo no pensamento político brasileiro (1914-1945). Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 2013. Me baseio na leitura de Claude Lefort promovida por pelo autor.

¹⁰² Cintra (2013) estuda o conjunto de onze intelectuais que, ente 1914 e 1945, se puseram a refletir sobre a problemática democrática. A leitura que Arinos fez dos principais pensadores da Primeira República é um tema ainda a ser explorado. As relações mais óbvias dos udenistas com o pensamento de Ruy Barbosa, já foram parcialmente discutidos por: HOLLANDA, C. B.; CHALOUN, J. G. Rui Barbosa em disputa: a memória política na República de 1946. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 26, p. 99-126, nov. 2017. Mas outros nomes da intelectualidade republicana parecem ter influenciado no pensamento de Arinos, tais como Sérgio Buarque de Holanda e Assis Brasil, tema ainda a ser explorado.

Portanto, nossa pesquisa se concentrou nos usos políticos de tal conceito operado por um intelectual que se apresentou consistentemente como um “convicto democrata”. Ponto relevante na discussão sobre a história dos conceitos é o debate a respeito de sua impossibilidade. Em um dos seus últimos textos, Koselleck afirma que, uma vez cunhado, o conceito escapa à mudança, o que o levaria a deduzir que conceitos como tais não *têm* história, mas *contêm* uma história. Falar da história do conceito, pois, seria um desleixo lógico. A provação do historiador alemão se dirigia à ideia de que o vocabulário conceitual pode ser objeto de reapropriações, releituras

e reinvenções¹⁰³. Nesse sentido, uma mesma palavra pode ser portadora de novos conceitos que indicariam novos estados de coisas: “Significados que, certa feita, fizeram parte de um vocabulário conceitual podem sobreviver à formação conceitual a que estiveram originalmente associados”, podendo “ser objetos diacrônico de mediação semântica e, desse modo, podem ser relidos e aplicados às circunstâncias históricas distintas, num movimento que envolve simultaneamente preservação e transformação, continuidade e invenção, permanência e reformulação”¹⁰⁴. Essa nova perspectiva da história dos conceitos sugere uma pesquisa que se detenha na pragmática da linguagem política e social. Isso parece adequado não apenas pelas características específicas do conceito de democracia, mas também por estudarmos a trajetória de um intelectual e político que o mobilizou de diversas maneiras e em diferentes direções.

Enquanto princípio de coerência da escrita de si, a democracia aparece na forma de uma herança e de uma aprendizagem. Nos seus livros de memórias, Arinos delineou sua trajetória como a de um inevitável encontro com a perspectiva democrática. Herdeiro de uma “tradição aristocrática de pensamento”, a partir de determinado momento passou a defendê-la como um valor universal e, mais do que isso, um *telos*, um sentido em direção à qual a história inexoravelmente marcharia. Esse *drama tocquevilliano* nunca foi plenamente resolvido¹⁰⁵. Ao contrário, Arinos fez da tensão entre a valorização de uma tradição cujas raízes remontariam à construção da nacionalidade brasileira e à necessidade de modernização democrática do Brasil,

¹⁰³ KOSELLECK, R. **História de conceitos**: Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 377-414.

¹⁰⁴ ALFAIX, A.; FERREIRA, B. Prefácio: O paradoxo da história dos conceitos. In: KOSELLECK, R. **História de conceitos**: Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 10.

¹⁰⁵ LATTMAN-WELTMAN, 2005.

de suas instituições, do povo e da elite, matéria preferencial do seu discurso político e intelectual.

O momento em que passou a proferir suas juras de amor e fidelidade ao regime democrático, porém, foi bem preciso. Em sua escrita memorialística, relata que o aprendizado democrático esteve diretamente relacionado com os acontecimentos decisivos da primeira metade dos anos 1940: o Estado Novo, a Segunda Guerra Mundial, o Manifesto dos Mineiros, a “redemocratização” de 1946 e a formação da UDN são os marcos inaugurais não apenas de um novo tempo que estava por emergir, mas de uma identidade política que se queria expressar. Vendo despontar como horizonte normativo no ocidente, Arinos não tardou em defender aquilo que considerava os poucos, imutáveis e universais princípios que constituem a doutrina democrática. Em meados da década de 1940, escreveu texto no qual buscou sintetizar as

mensagens da guerra. Em sua perspectiva, o fracasso intelectual e moral da experiência fascista indicou que a dignidade da vida está atrelada à liberdade de pensamento e que a paz autêntica só seria conquistada com a restauração das liberdades cívicas e privadas do cidadão. Para isso, seria necessário:

[...] a reaplicação das fórmulas basilares da democracia adaptadas aos novos panoramas do mundo social, fórmulas que, apesar de todas suas insuficiências inerentes a qualquer criação humana, se mostraram, através da dura experiência do mundo, nestes últimos vinte anos, infinitamente superiores a tudo o que torva a paixão, que o sombrio messianismo e a grosseira ambição pretenderam erigir em seu lugar.¹⁰⁶

Nos anos que se seguiram à sua atuação na Câmara dos Deputados, em meio à inédita experiência democrática no país, passa a orientar seu discurso intelectual e ação política a partir de uma retórica que objetivava propor alternativas de modernização das elites tradicionais. O desafio principal no Brasil seria o de arquitetar instituições políticas e jurídicas sólidas, capazes de frear as tendências personalistas e autoritárias da cultura política brasileira.

Porém, sua atuação pública entre as décadas de 1940 e 1960 não deixou de comportar importantes nuances: ao falar de estabelecimento de um regime constitucional e democrático, procurava informar de que se tratava de um “retorno democrático” ou uma “redemocratização”, o que evidencia algumas linhas de continuidades entre o liberalismo oligárquico da Primeira

¹⁰⁶ FRANCO, A. A. M. **Homens e Temas do Brasil**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944, p. 138.

República e o liberalismo udenista do Regime Constitucional de 1946¹⁰⁷. Embora os udenistas se arrogassem defensores intransigentes das liberdades e instituições democráticas, tiveram uma atuação errática, articulando golpes e gerando crises, contribuindo para a desestabilização do regime que juravam defender¹²⁷.

O golpe de 1964 e a subsequente instauração da ditadura militar foram observados por seus contemporâneos como um acontecimento decisivo na história do país. Políticos, intelectuais, imprensa e diversos setores da sociedade brasileira se puseram a refletir sobre suas causas originárias. Mais do que uma disputa política, o regime militar abriu caminho para um enfrentamento no campo simbólico. Nesse momento, a problemática democrática ganha uma renovada gravidade: não se tratava mais de sustentar os caminhos tidos como ideais para a

consolidação da democracia no país, mas de encontrar explicações e justificações variadas para seu insucesso.

Além disso, sobretudo para os apoiadores de primeiro momento e que se encontraram marginalizados do centro de decisões do novo regime, o desafio elementar foi o de organizar um discurso coerente que buscasse conciliar sua autoimagem de fiéis defensores da democracia com a atuação nomeadamente golpista que vieram a exercer. Por isso, explicar as causas históricas da derrocada democrática no Brasil e justificar a sua própria atuação nos idos de 1964 foram os dois desafios já enfrentados nos primeiros meses após o golpe.

Logo que o governo convocou a “imaginação criadora” para promover algum tipo de abertura, Arinos prontamente atendeu ao chamado. Volta a figurar nas páginas dos principais periódicos do país, reafirmando sua devoção à democracia-liberal. Procura se reposicionar no debate público da época em um momento em que democracia se torna, talvez pela primeira vez na história do país, a palavra-chave do discurso político e intelectual¹⁰⁸. Não apenas os setores da oposição ao regime fizeram uso da retórica democrática para legitimar-se nas disputas

¹⁰⁷ Sobre o liberalismo oligárquico da Primeira República, Cf.: RESENDE, M. E. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: Ferreira, J.; Delgado, L.N.A (org.). **O Brasil Republicano**: O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 89-120. ¹²⁷ BENEVIDES, 1981.

¹⁰⁸ Acompanho a leitura de Daniel Pécault (1990) de que esse foi um momento de intensa mobilização do conceito de democracia. Outros autores parecem reafirmar tal diagnóstico, tais como: LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática no Brasil: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. **Cad. AEL**. v. 8, n. 5, p. 5693, 2001; SORJ, B. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**: da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

políticas e simbólicas¹⁰⁹, mas também homens como Afonso Arinos, que apoiaram o golpe de 1964 e chegaram a emprestar-lhe legitimidade. Durante todo o processo que vai do anúncio de abertura gradual até a saída dos militares do poder, o conceito de democracia foi ao mesmo tempo instrumento de combate e objeto de domínio, justamente por seu significado polêmico, favorecido pela contradição básica entre o sentido abstrato de poder do povo e manifestações empíricas que se materializam em regimes eleitorais¹¹⁰.

Mais do que um teórico da democracia, Arinos se serviu de tal conceito em meio aos conflitos políticos e ideológicos do seu tempo. Os usos, abusos e mobilizações diversas foram

empreendidas de forma estratégica e bem-elaborada. Na maior parte das vezes, importava menos definir com precisão o significado de tal conceito, do que fixar o tipo ideal da figura do democrata. Mesmo que sofresse algumas variações, especialmente no que tange a um maior espaço conferido à presença do povo na história brasileira, Arinos continuou a ser fiel a uma visão de que os verdadeiros sujeitos da democracia no país eram as elites políticas e intelectuais, responsáveis pela arquitetura institucional, encarada como o grande desafio para a redemocratização do país.

Portanto, a presente pesquisa volta-se à discussão de qual o conceito de democracia Arinos estava a mobilizar ao longo da ditadura militar. Nossa hipótese é de que o intelectual e político mineiro defendeu uma compreensão liberal-conservadora do significado de democracia que, desde o século XIX, quando foi incorporado ao vocabulário político da época, tentou domesticar seu potencial igualitário¹¹¹. Embora já constasse no seu discurso público desde meados da década de 1940, Arinos redobrou seus esforços, no decorrer do processo de transição, para definir o que considerava serem os elementos básicos constitutivos da doutrina

¹⁰⁹ Estudo interessante, que busca compreender as relações entre intelectuais e movimentos sociais nos anos 1970 e 1980, que fez emergir uma concepção de democracia que dava centralidade aos temas da participação e da cidadania, encontra-se em: PERUSO, M. A. **Em busca do "novo"**. Intelectuais e movimentos populares nos anos 1970/1980. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Uma pesquisa que se concentra nos conflitos normativos que atravessaram o processo de transição, tomando como base o estudo da linguagem política de importantes intelectuais brasileiros, encontra-se em: MOREIRA, M. S. **Raízes intelectuais da democracia brasileira: linguagens políticas e formação da república**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Belo Horizonte: UFMG, 2013. Para uma análise de como as esquerdas do período passaram a incorporar o debate sobre a democracia, Cf.: ARAUJO, M. P. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

¹¹⁰ MIGUEL, L. F. A teoria democrática atual: esboço de um mapeamento. **BIB**, São Paulo, n. 59, p. 5-42, 1º sem. 2005.

¹¹¹ LYNCH, C. E. C. Do Despotismo da gentinha à democracia da gravata lavada: história do conceito de democracia no Brasil (1770-1870). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, 2011.

democrática, tal como se projetar como o melhor exemplo de democrata-liberal. Para isso, além de uma obra intelectual de fôlego e de um consistente esforço autobiográfico, lançou mão de uma atividade comunicacional bem-articulada que encontrou nos jornais de grande circulação nacional o espaço propício para sua fomentação.

- Um percurso sinuoso

Nossa pesquisa se concentrou na análise da obra de Arinos erigida na ditadura militar: os livros de memórias, os textos, os discursos e ensaios de interpretação, os artigos publicados em revistas especializadas, os relatos comemorativos empreendidos em sua homenagem, a sua produção técnica (especialmente a produzida no CFC e no INDIPO-FGV), tal como sua presença nos principais jornais de circulação nacional. Mesmo não esgotando a totalidade de sua produção no período, consideramos que tal conjunto de fontes fornecem indicadores suficientes para definir a periodização, os contornos temáticos da tese e a hipótese geral do trabalho.

O nosso argumento é de que a ditadura militar desafiou Arinos a reposicionar seu discurso público, especialmente nos dois âmbitos que demarcaram a especificidade do seu pensamento

e ação: controlar a imagem com a qual desejava ser observado e garantir a presença da sua voz nos debates fulcrais da nação. Desafio complexo a que respondeu, em momentos distintos, lançando mão de diferentes estratégias.

Entre os anos de 1964 e 1968, mobilizou todo seu arsenal retórico e os recursos políticos e culturais de que dispunha em um sentido comum: definir a especificidade de sua atuação naqueles anos, em especial no processo que levou à deposição de João Goulart e à institucionalização de um regime autoritário, tal como apresentar uma avaliação das causas originárias da crise brasileira. Até 1967, enquanto ocupava a cadeira no Senado Federal, empreende um esforço de defesa da memória de sua atuação pública no período, de articulação política no interior da heterogênea coalizão que chegara ao poder com o golpe de 1964 e de definição dos marcos interpretativos sobre o que chamava de “revolução” e seus “desvios autoritários” posteriores. Nesse momento, Arinos articula as faces política, intelectual e autobiográfica em um sentido comum: dizia tratar-se de um sujeito histórico que lutou pela democracia, mas que, derrotado e sem espaço em um regime autoritário, saiu da vida política e passou a dedicar-se exclusivamente às atividades intelectuais.

Entre 1975 e 1985, percebe-se uma segmentação na sua atuação pública. O seu discurso autobiográfico e a intervenção no debate público se orientam em duas direções distintas: de um lado, volta a promover um consistente esforço de definição dos contornos de sua memória autobiográfica, numa prática sistemática de fixação de uma identidade pública como um “convicto democrata”; do outro, passa a se envolver no debate sobre a transição, estreitando o diálogo com o governo e com as forças políticas e sociais que lhe garantiam sustentação.

O destinatário privilegiado da escrita de si são os leitores futuros. Sua preocupação principal é como seria retratado pela posteridade. Consideramos, então, que Arinos promoveu práticas de enquadramento da memória, selecionando os eventos e discursos que confirmariam a identidade que almejava sustentar, ao mesmo tempo que excluía aqueles mais sinuosos ou contraditórios, que poderiam macular a memória de si cuidadosamente construída.

Porém, afirmar-se como fiel defensor das instituições democráticas o habilitava para participar dos debates que se organizaram na esteira do anúncio do projeto de abertura controlada. Se a sua escrita autobiográfica mirava o futuro, não deixou de ser mobilizada para o enfrentamento das questões do presente. Defendemos que Arinos, a partir de meados da década de 1970, passou a elaborar uma *identidade estratégica* específica, voltada para habilitar-lhe enquanto uma voz relevante nos debates sobre a transição. O espaço privilegiado de comunicação pública e instância de publicização de tal *identidade estratégica* foi a imprensa, contando com a contribuição de renomados jornalistas que observavam em Arinos um intelectual moderno e atual, cujas propostas e diagnósticos poderiam contribuir decisivamente com a redemocratização do país.

Nesse sentido, a presente tese se estrutura da seguinte maneira.

No capítulo *Da história à memória: um democrata na ditadura*, avaliamos primeiramente como Arinos mobilizou os recursos políticos e sociais para definir tanto a especificidade da sua atuação nos primeiros anos da ditadura, quanto uma interpretação sobre a *evolução da crise brasileira*. Em seguida, analisamos o seu discurso memorialístico, num arco temporal mais longo, indo das celebrações dos seus 70 anos, em 1975, até as entrevistas concedidas ao CPDOC-FGV, em 1983. Nessa análise, percebemos que um momento em específico ficou totalmente de fora do enquadramento de memória: trata-se dos anos que se estendem entre a sua saída do Congresso até o suposto retorno à vida pública, em meados da década de 1970. Embora tenha sido um momento que de fato teve uma atuação pública discreta e intermitente, esteve bem longe do total ostracismo que disse ter experimentado. Nesse período, é possível perceber não apenas o *silêncio* sobre as graves violações aos Direitos Humanos, mas também

uma atuação pública ao mesmo tempo *acomodada* à situação autoritária e *ambivalente* nas relações nutridas com a ditadura.

No capítulo seguinte, *Uma identidade estratégica*, discutimos como Arinos recepcionou o anúncio do projeto de abertura lenta, gradual e segura. Nesse capítulo, abordaremos primeiramente quais foram as características da *identidade estratégica* adotadas, sobretudo no que concerne à sua dimensão comunicativa. A autoimagem de conselheiro, seu discurso moderado e conciliador e a visão que possuía da transição foram retirados da *cultura política liberal-conservadora*. Aspecto fundamental nesse capítulo é a avaliação da sua relação com a imprensa e do papel que os jornais de grande circulação nacional tiveram na confecção de tal identidade estratégica, revelando uma outra forma de atuação intelectual, a de um *intelectual mediador*, que encontrou na atividade comunicacional seu objeto privilegiado de atenção. Outro ponto importante são as relações mantidas com Carlos Castello Branco, talvez o mais importante colunista da época, que na sua *Coluna do Castello* dedicou amplo espaço para os discursos e sugestões do seu amigo de longa data, o que nomeadamente contribuiu para ser alçado como um dos principais interlocutores civis do governo no que tange à problemática das reformas institucionais.

No último capítulo, *O Conselheiro da Transição*, investigamos como Arinos se projetou no debate sobre a transição. Dividimos o capítulo a partir das próprias inflexões do conselheiro em seu diálogo com o regime militar e com as forças políticas da situação e da oposição moderada. Primeiramente, observamos que, entre os anos de 1975 e 1979, operou uma forma de atuação mais condizente com as linhas diretivas do projeto oficial de abertura, através de um discurso que não deixava de ser ambíguo, dividido entre o elogio ao governo e a crítica ao regime. De 1980 até mais ou menos 1982, Arinos passa a defender a fórmula que considerava ideal para a transição. O trabalho à frente do INDIPO-FGV, bem como sua inserção na imprensa periódica, o habilitou como um nome incontornável em matéria de Direito Constitucional. Nesse momento, percebe-se um distanciamento paulatino em relação ao governo e uma maior cobrança para que as forças civis promovessem a medida que consolidaria a transição democrática: a instalação de uma *Constituinte Instituída*. Nos anos finais da ditadura, levantou a voz contra os militares e participou ativamente das articulações em torno da sucessão de Figueiredo, sendo alçado a um dos “notáveis da Nova República” que se reuniram ao redor de Tancredo Neves e definiram a forma final da transição pactuada.

1 DA HISTÓRIA À MEMÓRIA: UM DEMOCRATA NA DITADURA

1.1 “Eles fizeram história para depois escrevê-la para você!”

Em dezembro de 1966, Afonso Arinos de Melo Franco subiu, por repetidas vezes, à tribuna do Senado Federal. Cuidadosamente planejados, os discursos proferidos demarcaram a despedida de sua experiência parlamentar que, naquela altura, já se estendia por quase duas décadas¹¹². Em *Planalto* (1968), o já ex-senador ofereceu uma síntese da sua vida política e da forma como resolveu finalizá-la:

Minha atuação parlamentar cobriu toda a vida da Constituição de 1946. Foram vinte anos de luta para quase nada, para voltarmos, em piores condições, ao simulacro de democracia.
Eis uma confissão sincera e triste. Meu consolo, em face da consciência de um possível insucesso que terá sido de toda uma geração, reside em que eu terminei minha passagem pelo Congresso tal como a iniciei: lutando¹¹³.

Segundo Arinos, seus pronunciamentos, previamente impressos e distribuídos ao plenário, despertaram forte interesse nos parlamentares, o que “coincidiu com a grande repercussão que os discursos, desde o primeiro, iam alcançando na imprensa, inclusive nos jornais que habitualmente me atacavam”¹¹⁴. Mesmo com o tom mais ácido, chegou a receber, do próprio presidente, elogios e congratulações¹¹⁵.

O contexto era complexo. Desde os primeiros dias após o golpe, o senador vinha defendendo a necessidade da institucionalização jurídica do regime. Entretanto, o projeto constitucional que chegou ao Congresso¹¹⁶ foi o preparado pelo ministro da justiça, Carlos

¹¹² Arinos subiu à tribuna em cinco seções seguidas: no dia 14/12/1966, fez “As considerações gerais”; em 15/12/1966, tratou do “poder militar e poder civil”; no discurso do dia 16 de dezembro discutiu tanto a “legitimidade do Executivo”, quanto a “intervenção do Estado e liberdade econômica”; no dia 19 de dezembro abordou a temática dos “direitos e garantias”. Por fim, em 20 de dezembro de 1966, tratou da “solução parlamentarista”. Desde setembro, Carlos Castello Branco já noticiava a pretensão de Arinos encerrar sua vida parlamentar com uma avaliação crítica do projeto de Constituição em votação (Carlos Castello Branco. Arinos fará críticas ao projeto. **JB**. 07 set. 1966, Coluna do Castello, p. 4).

¹¹³ FRANCO, 2018 [1968], p. 1419.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 1418.

¹¹⁵ Carlos Castello Branco. Governo satisfeito com Arinos. **JB**. 15 dez. 1966, Coluna do Castello p. 4; Carlos Castello Branco. Castello lisonjeia Arinos. **JB**. 16 dez. 1966, Coluna do Castello, p. 4.

¹¹⁶ Outro projeto tinha sido preparado anteriormente. O Decreto 58.198/66, de 15 de abril de 1966, nomeou uma comissão especial de juristas para promover estudos relativos às alterações constitucionais. Tal comissão foi composta por Onozino Nonato, Levi Carneiro, Seabra Fagundes e Temístocles Cavalcanti. Como resultado do trabalho desta comissão, construiu-se um pré-projeto constitucional, não utilizado pelo ministro da justiça.

Medeiros Silva, figura que Arinos afirmava possuir concepções de política e de justiça

completamente opostas às suas: “e isso somente explica a violência dos ataques que dirigi, não a ele, mas ao seu lamentável anteprojeto de Constituição, na minha opinião o pior projeto de toda a história constitucional brasileira”¹¹⁷.

No início de dezembro de 1966, o presidente Humberto Castelo Branco editou o Ato Institucional nº 4 (AI-4), que convocou o Congresso Nacional a “votar e promulgar” o texto constitucional enviado pelo Executivo. Essa foi uma das tentativas do regime militar no sentido de institucionalizar-se juridicamente¹¹⁸. Para Arinos, o resultado não poderia ser mais decepcionante, uma vez “que só vai durar enquanto for mantida pela força, porque, apesar das emendas que o Congresso conseguiu introduzir no projeto, permaneceu carente do elemento essencial a uma Constituição democrática, que é o consentimento do povo”¹¹⁹.

Com os “discursos de despedida”, Arinos buscava projetar uma autoimagem de independência, tentando deixar claro o seu descontentamento quanto aos rumos tomados pela “revolução” que, nos seus primeiros dias, apoiou e conferiu legitimidade¹²⁰. Naquela altura, denunciou o AI-4 como uma medida inédita e sem respaldo na cultura jurídica do país. Entretanto, resguardou como respeitável a ação dos congressistas, “não no sentido de fazer o melhor, mas no empenho de evitar o pior”¹⁴¹. Além dos aspectos formais, a principal crítica se dirigia ao fortalecimento do Poder Executivo em detrimento dos outros poderes, redundando numa “irresponsabilidade autocrática” concedida ao presidente. Em sua visão, a escolha presidencial por vias indiretas estaria fundando uma “oligarquia juridicamente amparada”, instituída para manter a “classe armada no poder”¹²¹.

¹¹⁷ FRANCO, 2018 [1968], p. 1415.

¹¹⁸ Sobre as diversas tentativas do regime tentar se institucionalizar juridicamente e suas interfaces com a Doutrina de Segurança Nacional, Cf.: ALVES, M. H. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

¹¹⁹ FRANCO, *op. cit.*, p. 1416.

¹²⁰ Não foi a primeira vez que o senador havia indicado uma posição de independência em relação ao regime militar. Pouco antes da votação do projeto de Constituição, na altura da eleição indireta de Costa e Silva, em setembro de 1966, Arinos se absteve. Seu voto foi acompanhado, como de costume, por um discurso crítico aos “rumos da revolução”. Sobre esse assunto, Arinos falaria mais detidamente nas entrevistas concedidas ao CPDOC-FGV: CAMARGO, A.; TEIXEIRA, M. T.; MARIANI, M. C. **O intelectual e o político: Encontros com Afonso Arinos**. Brasília; Rio de Janeiro: Senado Federal; Ed. Dom Quixote; CPDOC-FGV, 1983, p. 200. ¹⁴¹ FRANCO, A. A. M. **História do Povo Brasileiro**. v. 6. 2. ed. São Paulo: J. Quadros Editores Culturais S. A, 1968 [1967], p. 304.

¹²¹ FRANCO, A. A. M. A reforma constitucional de 1966. In: FRANCO, A. A. M. **O Som do outro sino: um breviário liberal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1966], p. 85.

Naquela ocasião, caracterizou o golpe de 1964 como uma “revolução política”, a possuir uma dupla faceta, sendo tanto “restritiva”, no sentido administrativo, quanto “repressiva”, em termos políticos. Diferentemente dos primeiros textos escritos sobre o assunto, Arinos reconhece que, embora temperada pelos “atributos gentis do povo brasileiro”, também foi

marcada por “violências censuráveis” e “injustiças repugnantes”¹²². Portanto, o projeto constitucional em discussão corresponderia a uma “Constituição-Instrumento”, um “projeto destinado a compendiar toda a carga de dinamismo da revolução que ainda não terminou”¹²³, além de manifestar o empenho de Castelo Branco em passar ao seu sucessor um “Estado limitado pelo Direito”.

Ao longo do seu sinuoso discurso, uma contradição não passou despercebida por outros parlamentares: não seria aquele texto constitucional um recurso de institucionalização do autoritarismo? com tal Constituição, não se estaria fundando um Estado de direito ditatorial?¹²⁴ Apegado a um formalismo jurídico peculiar ao bacharelismo liberal¹⁴⁶, o senador atuou no sentido de criticar os excessos e contradições do projeto em votação, ao mesmo tempo em que resguardava a necessidade da sua aprovação. A lógica íntima da sua ação é pragmática e formalista: na impossibilidade de construção de um verdadeiro Estado de Direito, seria melhor a institucionalização do arbítrio do que a ausência completa de instrumentos legais que fossem capazes de limitar o uso da força.

Vê-se um Afonso Arinos resignado, dividido entre as aspirações liberais e a realidade autoritária. As respostas a essa situação foram sempre dúbias. Se, por um lado, esse “projeto não pode ser incriminado no estrangeiro de poder antidemocrático, de projeto confuso e autoritário, de projeto de implantação de um regime inominável e ilegítimo, exclusivamente porque o brasileiro, no exterior, poderá mostrar o capítulo em que se inserem os artigos referentes ao Poder Judiciário”¹²⁵; por outro, reconhece o ineditismo da situação, pois seria a primeira vez “que o Congresso Nacional se reúne com poderes constituintes, tendo o seu sistema de trabalho limitado pelo ato do Executivo”¹²⁶.

¹²² FRANCO, 1978 [1966], p. 55.

¹²³ *Ibid.*, p. 55.

¹²⁴ No referido debate, alguns parlamentares pediram um aparte e questionaram o significado daquela Constituição em um contexto autoritário. O senador emedebista, Josaphat Marinho, interrogou: “Eu me permitiria, apenas, lembrar a V. Ex^a que o projeto busca, em grande parte, institucionalizar o arbítrio” (*Ibid.*, p. 57). Já Aurélio Vianna afirmou que: “o Estado será de direito, mas não será um Estado democrático” (*Ibid.*, p. 65). ¹⁴⁶ CHALOUB, 2019.

¹²⁵ FRANCO, *op. cit.*, p. 84.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 59.

Foi na atuação em meio ao processo constituinte que Arinos pôde elaborar uma das suas mais importantes obras legislativas: o capítulo dos direitos e garantias individuais¹²⁷. Mais tarde ostentada como prova cabal da sua “real convicção democrática”, tal documento foi escrito depois da veemente crítica à forma como os direitos civis estavam sendo tratados no projeto

inicial¹²⁸. Recebendo apoio de outros importantes parlamentares, foi autorizado a escrevê-lo pelo próprio presidente, mesmo contando com a resistência do ministro da justiça, que o acusava de ser um “senador contrário à revolução”¹²⁹.

Em páginas assinadas no dia 24 de fevereiro de 1968 e, portanto, antes da decretação do Ato Institucional nº 5, que encerrou a tentativa do regime militar de se institucionalizar juridicamente, Arinos deixou registrado que:

Conservei em manuscrito o texto que escrevi, durante aquela madrugada, sozinho no Hotel Nacional. Com alteração de pouquíssimas palavras ele é hoje o capítulo dos direitos e garantias individuais da Constituição do Brasil; a trincheira que ainda defende as liberdades do povo diante do poder. Não creio que haja, felizmente, força capaz de destruí-la e a sua própria existência propiciará a volta à democracia.¹³⁰

Além de elaborar uma análise sobre a situação política e jurídica brasileira, de acusar os erros formais e substantivos do projeto constitucional em votação e de contribuir com a escrita do “capítulo dos direitos do homem”, também ofereceu uma proposta de saída da crise brasileira, a chamada “solução parlamentarista”. Segundo o senador, a problemática da “transferência pacífica de poder” se constituía no principal dilema brasileiro e a implantação do sistema parlamentar de governo seria a melhor forma de resolvê-lo: “Quando o poder se transfere pela força das armas e pela eleição indireta, a transferência pode dar-se com aparência de transferência pacífica, mas não legítima; e quando o poder se transfere por eleição, a transferência é legítima” porém, “hoje, no sistema presidencial, já não se transfere pacificamente, ou o poder legítimo do presidente traz o terremoto, ou poder do Governo

¹²⁷ O capítulo IV da Constituição de 1967 englobava os artigos 150 e 151, que versavam sobre os direitos individuais e civis.

¹²⁸ Esse foi o objeto do quarto discurso, realizado em 19 de dezembro de 1966, dedicado à discussão dos “direitos e garantias”.

¹²⁹ FRANCO, 2018 [1968], p. 1425.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 1418.

oligárquico traz a Ditadura nas fontes do poder. Ditadura eventual, com a sufocação do povo, com a ausência do povo”¹³¹.

Pouco antes da aprovação da Constituição e do término do seu mandato, no dia 16 de janeiro de 1967, agora na tribuna da Câmara dos Deputados, o senador proferiu o último dos discursos de despedida. Intitulado *Exortação ao Congresso*, o seguinte trecho foi registrado nas páginas finais de *Planalto* (1968):

É com o término deste turvo e meio misterioso período de elaboração, de transformação e de filtragem, e com a abertura da fase que hoje se inaugura, de exibição, de proclamação aos olhos do povo das posições realmente assumidas, que o plenário se vai animar. É aqui que ele vai voltar a viver os seus velhos dias, aqueles velhos dias que nós tanto conhecemos, prolongados por anos; é realmente daqui, desta tribuna, que é uma eminência de onde se descortina o panorama do país, que vamos contemplar o espaço nacional, o espaço temporal, o espaço histórico de que o Parlamento brasileiro tem sido, há tantos anos, há mais de século, há quase século e meio, a expressão genuína e o espelho fiel... Sou um homem que parte, sou um homem que vai partir. Aqui neste recinto, tomado não na sua significação material de sala, de ambiente concreto, mas na sua significação simbólica de local por excelência da vida brasileira, aqui neste recinto, nos seus dois ramos, transcorreram, na sua maior parte, os últimos vinte anos da minha existência. Aqui, sr. presidente, branquearam-se os cabelos, aqui confrangeu-se, muitas vezes, o meu coração em lutas que se tingiram de sangue, em embates que se turvaram, muitas vezes, de aspectos oprobriosos, mas também em espetáculos que se engrandeceram e que se iluminaram com as cores mais puras e com os sons mais altos da nossa alma... Daqui sigo certo de que fui participante de momentos em que, à minha vista, se despetalaram horas de grandeza e de drama, mas com a confiança de que esta instituição prosseguirá no papel que sempre teve, de testemunha da nossa dimensão histórica, da nossa dimensão nacional.¹³²

Na altura dos discursos de despedida, Arinos passava da casa dos sessenta anos de idade e já havia testemunhado diversos acontecimentos decisivos para a história do país. Mais do que demonstrar que a política brasileira tinha tomado um melancólico caminho, em nada se adequando ao seu ideal de sociedade, tais pronunciamentos evidenciam a preocupação com o significado das suas posições, tanto no que diz respeito à forma como seria retratado pela posteridade, quanto no que tange à imagem que procurava veicular no exato momento de sua enunciação. Com tais discursos, se deixou fotografar como alguém que a todo custo lutou pela democracia. As sucessivas derrotas nesse empreendimento eram ostentadas com o orgulho de

¹³¹ FRANCO, 1978 [1966], p. 133. Arinos apresentou emenda no mesmo dia, que previa que, a partir de 15 de março de 1971, ficaria instituído no país o sistema parlamentar de governo, a ser regulamentado pelo Congresso Nacional. Proposta que teve parecer contrário, mas que, segundo Arinos, recebeu apoio de vários deputados e senadores. Sobre isso, Cf.: Franco, *op. cit.*, p. 1426-1428.

¹³² FRANCO, 2018 [1968], p. 1428-1429.

quem acreditava estar do lado certo da história, mesmo que mal compreendido por seus contemporâneos.

Porém, essa não foi a primeira vez que ofereceu algum relato a respeito daqueles dias, seja em relação ao seu próprio lugar naquele processo histórico, seja no que tange à interpretação das causas da crise brasileira. Como afirma Carlos Fico, o golpe de 1964 foi entendido por muitos de seus contemporâneos como um evento-chave da história brasileira. Embora não pressupusesse a instalação de uma ditadura¹³³, havia uma crença, “largamente difundida na sociedade de então, de que era admissível uma intervenção violenta, arbitrária, para ‘pôr a casa em ordem’”¹⁵⁶. De toda forma, os eventos que circundaram a deposição de João

Goulart inspiraram alguns dos principais analistas da época a encararem aqueles acontecimentos como um ponto de virada na história brasileira.

Com Afonso Arinos não foi diferente. Em distintas ocasiões, procurou oferecer tanto uma leitura sobre significado histórico daqueles eventos, quanto uma narrativa coerente sobre o seu próprio papel naquele processo. Entre 1964 e 1968, o senador mobilizou diversos recursos e veículos para registrar sua opinião sobre os acontecimentos fundadores do período, colocandose, ora como intérprete racional do seu tempo, ora enquanto testemunha de um processo que não possuía qualquer poder de influência, ou mesmo na condição de um ator político de relevo que lutara incansavelmente para o encaminhamento democrático do que chamava de revolução.

As diferentes formas narrativas escolhidas para falar de si e do seu tempo não deixaram de ser estratégicas do ponto de vista de alguém que almejava ser uma voz relevante nos debates que considerava fulcrais para a vida nacional. Também parecem revelar a dramaticidade daqueles dias e o peso que cada escolha ou ação poderia significar do ponto da confecção e perpetuação da sua imagem pública. Além dos discursos de despedidas e outros documentos parlamentares produzidos no período, Arinos escreveu uma série de artigos publicadas pelo *Jornal do Brasil*, reunidos em livro ainda em 1965, com o sugestivo título *Evolução da crise brasileira*; lançou o segundo e terceiro volumes de suas memórias, *A escalada* (1965) e *Planalto* (1968); e publicou *História do povo brasileiro* (1967), cujos últimos capítulos eram dedicados à análise da crise que levou à deposição de João Goulart e à subsequente instauração da ditadura

¹³³ FICO, 2014, p. 116. ¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 120.

militar. Essas fontes fornecem indícios do caminho tortuoso que atravessara naqueles anos e, lidas em conjunto, demonstram as estratégias mobilizadas para falar de si e do seu tempo, tentando, a todo custo, passar a imagem que queria consolidar: sempre lutou pela democracia, mesmo que isso lhe custasse sabores.

Nas páginas de *Evolução da crise brasileira* (1965) é possível observar o caminho que Arinos seguiu no desenrolar dos acontecimentos, mediante os quais afirmou se encontrar alheio ou sem poder de intervenção. Vai da denúncia dos “ímpetos caudilhescos” de João Goulart, passando pela legitimação daquilo que chamou de “revolução democrática” e chegando à percepção de que o regime então instaurado estava a rumar para o autoritarismo. Posta-se de maneira diferente, não mais como participante ativo do jogo político, mas como um sábio, cuja experiência acumulada permitia-lhe traduzir com precisão os anseios da elite brasileira, pondo-se a veicular conselhos segundo os quais o melhor método de ação política seria o da cautela e prudência.

Além do apelo à moderação, também promoveu uma denúncia: a crise brasileira correspondia à incapacidade de suas elites de se postarem virtuosamente perante os acontecimentos, o que significaria não temer o progresso, mas agir de forma a antecipar as mudanças sociais e sugerir transformações institucionais capazes de promover o alinhamento entre a ordem legal e o progresso social. A crise brasileira seria a crise das elites brasileiras e o único caminho de sua superação passava por retomar a sua melhor tradição de conciliação e moderação.

A partir de uma leitura mais ampla, Arinos também observa que o país estava a vivenciar uma “crise de transformação”, resultante de um profundo movimento socioeconômico estabelecido a partir do alargamento das bases populares da democracia, “ou em palavras mais diretas, pela participação de camadas mais amplas da população nas áreas de decisão política e de fruição dos benefícios da produção econômica”¹³⁴.

No *Jornal do Brasil*, primeiramente alinhou-se à tese de que a “Revolução” foi incontornável e sua legitimidade adveio da preeminente necessidade de “restaurar a disciplina social e a autoridade do poder que se encontrava em termos de naufrágio às vésperas da revolução”¹⁵⁸. Não percebendo qualquer contradição entre os conceitos de “revolução” e

¹³⁴ FRANCO, A. A. M. **Evolução da crise brasileira**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 4-5.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 122.

“democracia”¹³⁵, acreditava numa espécie de “revolução saneadora”, capaz de expurgar do Brasil aquilo que havia corrompido as suas instituições e ferido o seu tecido social. Em suas palavras: “foi uma revolução pelos métodos de execução, que exigiram o emprego da força, e também porque propõe acelerar um processo de reformas nacionais que o governo anterior transformava em simples expediente de agitação subversiva”¹³⁶. Portanto, os seus rumos dependeriam do equilíbrio entre “dinamismo transformador revolucionário” e a permanência da legalidade democrática: “torna-se indispensável que nem ela se esvazie do conteúdo revolucionário, nem sacrifique a forma democrática”¹⁶¹.

A sua definição de democracia revelou-se abstrata e formalista: abstrata, por entender democracia como o regime de organização social que resguarda os elementos constitutivos da

liberdade humana, sem discutir as sérias ameaças às liberdades civis e políticas que estavam a ocorrer; formalista, por definir que, no plano das instituições políticas, o regime democrático preservava-se, uma vez que o Ato Institucional reconheceu a Constituição de 1946, “donde se conclui que a legalidade democrática considerada historicamente preexistiu, coexistiu e sucedeu ao movimento revolucionário”¹³⁷.

Não haveria, então, qualquer injustiça operada pela “revolução”, visto que não poderia ser avaliada por um crivo moral, mas pelos seus resultados políticos concretos. Em outras palavras, os expurgos, as prisões e as perseguições seriam justificadas por fazerem parte da sua “fase preparatória”. Outrossim, a “revolução” teria se adequado à “doçura nacional”, um dos “padrões de honra de nossa civilização”¹³⁸, capaz de reduzir o alcance dos atos de força. Nesse aspecto, Arinos serve-se de uma visão, bastante difundida na época, que buscava assinalar que “as grandes transformações políticas – como a Independência e a República – teriam se dado sem derramamento de sangue”¹³⁹. Segundo Fico: “a tese de um golpe asséptico e banal

¹³⁵ Sobre a relação entre os conceitos de “democracia” e “revolução” na perspectiva do pensamento de direita no Brasil e suas interfaces com o pensamento autoritário, Cf.: CUNHA, D. Os conceitos de democracia e revolução no pensamento autoritário de direita entre a ditadura do Estado Novo e o fim do regime militar. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 27, p. 85-122, 2018. Para uma avaliação a respeito do “fantasma da revolução brasileira”, na perspectiva das esquerdas do período, Cf.: RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. rev. amp. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

¹³⁶ FRANCO, *op. cit.*, p. 124. ¹⁶¹

Ibid.

¹³⁷ FRANCO, 1965, p. 126.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 198.

¹³⁹ FICO, 2014, p. 57.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 59.

relaciona-se à persistência do mito da história incruenta e corrobora a leitura segundo a qual nos primeiros anos do regime militar não teria havido tortura”¹⁶⁵.

A imagem que Afonso Arinos procurou projetar, nos meses seguintes ao golpe, foi a de um reformista moderado. Sem deixar de legitimar o que chamou de “revolução democrática”, observava uma forte concorrência em torno dos caminhos a serem tomados. Para o então senador, “a grande obra da revolução” só poderia ser empreendida dentro da legalidade e com a manutenção das franquias democráticas, resguardando o direito — e mesmo o dever — do emprego da força para alcançar os objetivos imediatos. A ação repressiva é considerada legítima, desde que operada de forma incremental, como técnica revolucionária orientada para o reestabelecimento da ordem democrática.

A leitura dos artigos reunidos em *Evolução da crise brasileira* (1965) permite acompanhar os caminhos trilhados pelo “movimento de 1964” a partir da perspectiva de um ilustre expectador, que foi do otimismo ponderado à desconfiança e decepção. Do Ato Institucional de 9 de abril de 1964 ao Ato Institucional nº 2, promulgado em outubro de 1965, as suas percepções alteraram-se à medida em que o regime se afastava das alternativas propostas. Enquanto nos meses iniciais a possibilidade de instauração de um regime autoritário consistia em hipótese remota, o curso do processo pendeu para uma solução não democrática.

Nesse momento, ficaria perceptível a “negativa implícita dos ideais de restauração democrática da revolução”, revelando “a preferência pela alternativa ditatorial”¹⁴⁰. Para Arinos: “ou criamos uma verdade institucional ou o mal das aparências irreais nos levará fatalmente à ditadura”¹⁴¹.

Com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extinguiu todos os partidos, estabeleceu eleição indireta para presidente da República e facilitou a decretação do estado de sítio, iniciou-se o afastamento gradual dos liberais udenistas do regime, tendo como marco mais representativo a saída de Milton Campos do Ministério da Justiça. Esse foi o início da fase que Benevides chama de “autocrítica” da UDN. Segundo a autora, a autocrítica dos liberais históricos esqueceu um elemento fundamental, “a crença de que um regime autoritário será transitório e necessário para a realização da democracia”¹⁴². Restaria saber se tal afastamento foi fruto de uma reação liberal, advinda da crença na democracia representativa, ou a expressão de uma frustração, originada no fato de ter feito a “revolução” e não ter conseguido o poder, sendo as duas hipóteses

¹⁴⁰ FRANCO, 1965, p. 175.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 181.

¹⁴² BENEVIDES, 1981, p. 135.

“plausíveis e indicam, ainda uma vez, a ambivalência do partido”¹⁴³.

A versão de sua participação na articulação que depôs João Goulart consta em algumas páginas de suas memórias. Em *A escalada* (1965), registra, no dia 19 de abril de 1964, as impressões iniciais dos acontecimentos. Lembra que, desde sua chegada de viagem que fizera a Europa¹⁴⁴, acompanhou as movimentações de Magalhães Pinto, governador udenista de Minas Gerais e uma das principais lideranças civis no movimento conspiratório¹⁴⁵, “acompanhava não só no sentido de informação, como também no da concordância”¹⁴⁶.

Em um tom mais elevado do que aquele apresentado em seus artigos no *Jornal do Brasil*¹⁴⁷ – os quais são citados como parte da convicção que foi tomando, mas “sem se referir

diretamente a conspiração em marcha de que era líder o governador de Minas”¹⁷⁴ –, Arinos reafirma que o presidente estava entregue às influências extremistas e enveredara em um beco sem saída, sendo “impossível continuar assim”¹⁷⁵. No fim de março, assumiu compromisso de tomar posse como secretário de governo de Minas Gerais, com a missão de buscar o reconhecimento internacional da nova situação institucional brasileira caso prosseguisse o “estado de beligerância”¹⁷⁶. Chegou a Belo Horizonte na véspera do golpe e assistiu, ao lado de Magalhães Pinto, aos episódios decisivos dos dias 31 de março e 01 de abril.

No que diz respeito aos dias imediatamente posteriores à deposição de João Goulart, há poucos registros em seus livros de memórias. O período entre 1964 e 1968 não é narrado com a mesma riqueza de detalhes dos acontecimentos anteriores. Ao contrário, é descrito de forma telegráfica e um tanto quanto apressada¹⁴⁸. Nas páginas finais de *Planalto* (1968), se refere ao

¹⁴³ *Ibid.*, p. 136.

¹⁴⁴ O último registro que Afonso Arinos fez na Europa data de 22 de janeiro de 1964 e o primeiro registro que é feito no Brasil data do dia 19 de fevereiro de 1964. Em nenhum deles, Arinos narra os contatos que teve com as lideranças da conspiração, mas possivelmente é entre o final de janeiro e o início de fevereiro que Arinos passa a se envolver diretamente.

¹⁴⁵ Sobre a participação de Magalhães Pinto na conspiração que depôs João Goulart e sua posterior imagem de “grade líder civil da revolução”, Cf.: STARLING, H. **Os senhores das gerais**: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

¹⁴⁶ FRANCO, A. A. M. *A Escalada*. In: FRANCO, A. A. M. **A alma do tempo**: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks. 2018 [1965], p. 811.

¹⁴⁷ Uma diferenciação importante, que pode auxiliar na compreensão do papel de Afonso Arinos no golpe de 1964, é a apresentada por Fico (2014, p. 31): “a campanha de desestabilização do governo de João Goulart não foi a mesma coisa que a conspiração que levou à sua deposição”. Está claro que, através dos artigos publicados no *Jornal do Brasil*, Arinos participou ativamente da campanha de desestabilização. Sobre a conspiração, todas as fontes consultadas indicam que só veio a se envolver nos últimos dias, quando as forças civis e militares já haviam se preparado para o golpe e só faltava definir como e quando.

¹⁴⁸ Em *Planalto* (1968), livro escrito entre dezembro de 1965 e fevereiro de 1968, Afonso Arinos se dedica a reconstruir sua trajetória entre a sua posse no Ministério das Relações Exteriores do governo de Jânio Quadros,

que disse em *A escalada* (1965), quando afirmou que só se dedicaria àqueles episódios em outro volume de suas memórias, porém considera desnecessário fazê-lo, uma vez que não se proporia a escrever “História”, mas “Memórias”, pois: “Aquele segue uma ordenação técnica e exaustiva; estas um desenvolvimento emotivo e caprichoso. Lá conserva-se objetivamente o que pode interessar ao patrimônio social: é ciência. Aqui revive-se o que sensibiliza subjetivamente o escritor: é arte”¹⁷⁸.

¹⁷⁴ Neste trecho, Arinos cita dois artigos escritos próximos ao golpe, um publicado na véspera e outro posteriormente. O primeiro, “A crise e o Poder Executivo”, tratava da incompatibilidade de Goulart com o presidencialismo moderno; o segundo, “O comício e o Senado”, denunciava a técnica subversiva “bonapartista” de apelo ao povo contra as instituições e alude à iminência de guerra civil.

¹⁷⁵ FRANCO, 2018 [1965], p. 811.

¹⁷⁶ Sobre a participação de Arinos nos eventos e sua nomeação para secretário de Minas Gerais, Carlos Fico observa como um indício das articulações das lideranças golpistas com os Estados Unidos, reiterando que, “muito provavelmente, as diretrizes norte-americanas (inclusive a ideia de ‘estado de beligerância’) foram acertadas também com os brasileiros, numa ação conjunta, ou o episódio de Afonso Arinos seria menos compreensível” (FICO, C. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 92).

É particularmente interessante a dualidade estabelecida entre uma narrativa mais literária e uma abordagem mais analítica, uma vez que a confecção da sua escrita biográfica não foi realizada a partir de uma rigorosa diferenciação entre história e memória. Ao contrário, o empreendimento biográfico se constituiu como um dos seus métodos preferenciais de análise histórica¹⁴⁹. Segundo Carlos Fico:

É de se notar que a recusa dos participantes em tratar do assunto provavelmente se deve ao grotesco da situação em que esses homens se envolveram, pois não enaltece a biografia de ninguém ajudar a depor o governo constitucional de seu país (ainda mais tendo servido a esse governo como ministro das Relações Exteriores) com o auxílio e segundo as diretrizes estrangeiras.¹⁵⁰

em 1961, até sua despedida do parlamento, no início de 1967. A narrativa sobre os anos 1961 a 1963 cobre, na edição consultada, quase trezentas páginas (p. 1110-1400); já entre o segundo semestre de 1963 (fase mais aguda da crise que levaria à deposição de João Goulart) e o início de 1967, pouco mais de trinta páginas são escritas (p. 1400-1431). Essas páginas foram redigidas em três dias, entre 22 de fevereiro de 1968 e 25 de fevereiro de 1968. Tratando-se de um momento tão delicado, com a atuação de Arinos tendo especial relevância, leva-nos a supor que isso tem relação com uma dada estratégia de memória, em que procurava enquadrar os momentos mais gloriosos de sua atuação pública e silenciar aqueles mais constrangedores. Segundo o próprio Arinos, em nota de 1973, na primeira página de *Alto-mar Maralto* (1976), o período de extenso trabalho que ele atravessara foi acompanhado por problemas de saúde e crises de depressão que se iniciaram justamente na época de escrita das últimas páginas de *Planalto* (1968) e se estenderam até 1972, quando procurou tratamento médico e conseguir se curar, Cf.: FRANCO, A. A. M. *Alto-mar maralto*. In: FRANCO, A. A. M. **A alma do tempo**: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018 [1976], p. 1435. ¹⁷⁸ FRANCO, 2018 [1968], p. 1404.

¹⁴⁹ SANTOS, 2011.

¹⁵⁰ FICO, 2008, p. 92.

Nas poucas páginas dedicadas ao período, são elencados os eventos tidos como mais relevantes: lembra da sua contribuição na escrita do projeto de resolução pelo qual o Congresso concederia plenos poderes ao Comando Revolucionário; relata as ameaças de perda do mandato; fala da entrevista que concedeu ao *O Estado de São Paulo*, na qual defendeu a “institucionalização jurídica da revolução”; trata do seu relacionamento com Humberto Castelo Branco; dos estudos solicitados e igualmente não implementados; e, por fim, desenvolve, com certo orgulho, a narração dos bastidores da elaboração da Constituição de 1967. Toda construção narrativa aponta para um caminho coerente de defesa das instituições democráticas no interior da heterogênea coalizão que chegara ao poder com o golpe de 1964.

Os capítulos finais do livro *História do povo brasileiro* (1967) são o veículo escolhido para apresentar a interpretação do processo histórico que possibilitou a chegada dos militares ao poder. Talvez, ao dizer que seus livros de memórias não eram o lugar propício para veicular sua interpretação histórica, estivesse pensando em expô-la através deste livro, que estava a escrever no mesmo período em que redigia as citadas páginas de *Planalto* (1968). A sensibilidade da questão tratada, o momento histórico crítico e o esforço intelectual de escrever, ao mesmo tempo, um texto historiográfico e um testemunho autobiográfico, devem ter contribuído para Arinos proceder tal separação.

Esse procedimento, no entanto, não deixou de ser estratégico do ponto de vista da confecção de sua imagem pública, uma vez que, ao não tratar, no interior da sua escrita autobiográfica, da particularidade do seu engajamento nos eventos que circundaram o golpe de 1964, não comprometia a linha narrativa adotada, dada a incompatibilidade entre a imagem

projetada de fiel defensor das instituições democráticas com o tipo de atuação notadamente golpista que veio a exercer. O recurso de uma narrativa histórica pretensamente desapaixada permitiu a Afonso Arinos analisar os acontecimentos que se seguiram a março de 1964 de uma maneira que não precisava comprometer-se pessoalmente com os “rumos da revolução”.

Coleção escrita em parceria com Jânio Quadros, os volumes dedicados ao período imperial e republicano foram escritos por Arinos em cooperação com Antônio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa. Publicada pela recém-criada “J. Quadros Editores Culturais S. A”, foi concebida como uma obra de síntese histórica voltada para o público mais abrangente, com

a função, nas palavras de seus autores, “mais ampla e pedagógica, de apresentar, à grande massa de leitores, elementos de fato e sugestões interpretativas sobre a nossa formação”¹⁵¹.

Diferentemente de outros escritos históricos de Afonso Arinos, esse não foi um livro que contou com reedições sucessivas. São poucas as menções a seu respeito nas suas memórias e praticamente nenhum de seus comentadores adentram em seus termos específicos¹⁵². No momento da publicação, algumas notas na imprensa foram veiculadas. O que despertou maior curiosidade, e que seus autores tentaram aproveitar em termos de publicidade, foi o fato de que aquele livro apresentaria, enfim, a “versão oficial” dos motivos que levaram Jânio Quadros a renunciar¹⁵³.

Fato importante, do ponto de vista da construção da sua imagem pública, é que este foi o primeiro livro publicado depois que se despediu do parlamento. Não é trivial, portanto, que a propaganda do livro, impressa nos jornais paulistas e cariocas, carregava as fotografias dos seus autores, acompanhadas do seguinte slogan: “Eles fizeram História para depois escrevê-la para você!”¹⁵⁴.

Figura 1

¹⁵¹ FRANCO, A. A. M; QUADROS, J. **História do Povo Brasileiro**. v. 1. 2. ed. São Paulo: J. Quadros Editores Culturais S. A, 1968 [1967], p. 15.

¹⁵² Arinos registra em cinco oportunidades em *Planalto* (1968), se referindo ao duro trabalho de confecção daquela obra, apontando que a versão verdadeira da renúncia estaria no livro e ressaltando o seu compromisso com o parlamentarismo, expresso nas páginas finais daquele livro.

¹⁵³ Tal capítulo foi escrito por Antônio Houaiss. A repercussão na imprensa pode ser observada em: Quadros retorna em março. **OESP**. Quadros revela apreensão. 21 fev.1967, p. 4; **OESP**. 25 out. 1967, p. 4; Benetito F. Bastos A explicação. **OESP**. 04 nov. 1967, p. 4; Carlos Castello Branco. A versão da renúncia. **JB**. 05 out. 1967, Coluna do Castello, p. 4.

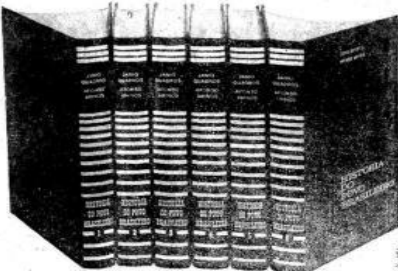
¹⁵⁴ **OESP**. Eles fizeram História para depois escrevê-la para você! 16 nov. 1967, p. 12.

**Êles fizeram
História para
depois
escrevê-la
para você!**



**HISTÓRIA DO
POVO BRASILEIRO**

**(De Cabral aos
nossos dias)**
Escrita, analisada
e comentada por
**Janio Quadros e
Afonso Arinos**



**500 anos
de nossa história
no maior lançamento
editorial
brasileiro**

6 volumes luxuosamente encadernados. Totalmente ilustrado com obras dos grandes artistas brasileiros: Portinari, Victor Meirelles, Benedito Calisto e outros – uma verdadeira galeria de arte. Impresso em off-set. Ilustração em coucho finíssimo. HISTÓRIA DO POVO BRASILEIRO. Uma obra para você não ficar alheio à evolução política, social e econômica de nossa gente.

Fonte: Eles fizeram História para depois escrevê-la para você! OESP. 16 nov. 1967, p. 12.

Apesar da prometida revelação de Jânio Quadros, o livro atraiu pouca atenção da crítica e uma das raras menções veiculadas pela imprensa diz respeito à defesa da “solução parlamentarista”¹⁵⁵. Essa é, aliás, a tese principal da análise histórica veiculada no livro. A problemática institucional como causa da crise que se desdobrou desde a renúncia até a chegada dos militares ao poder é a linha definidora do argumento histórico então apresentado. De acordo com Arinos, João Goulart, sem preparo moral e intelectual para ocupar a presidência, não teria compreendido a missão histórica que lhe foi imposta, ou seja, a de agir como um verdadeiro

¹⁵⁵ **FSP**. Povo é herói na história de Arinos. 30 maio 1967. Caderno Ilustrado, p. 24; OESP. Arinos propõe solução. 21 abr. 1968, p. 5.

estadista e fazer consolidar aquela institucionalidade que “assegurara tantos anos de paz para o império”¹⁵⁶.

Como lembram Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, entre as explicações do golpe de 1964, foi frequente a tentativa de interpretá-lo à luz de eventos anteriores, muitas vezes redundando em narrativas com forte conteúdo teleológico¹⁵⁷. Afonso Arinos, ao definir os acontecimentos decisivos de 1964 como consequência necessária do retorno do presidencialismo, procedeu semelhante abordagem. Portanto, o olhar que lança sobre tal momento da vida política brasileira é o olhar dos derrotados da “solução parlamentarista” de 1961, algo que marcará profundamente sua obra intelectual nos próximos anos.

Teria sido justamente a ação no sentido de dismantelar a única forma de “salvação do poder civil”, arquitetada com a finalidade de preservar e garantir “solução legal para a crise” e evitar a “ditadura militar”, que se constituiu como a principal causa do movimento que levou à deposição de Jango. Na opinião de Arinos, os militares, ao vetarem o nome do presidente gaúcho, tiveram razão no temor ao provável uso demagógico dos poderes presidenciais por um homem com o histórico caudilhesco e antidemocrático, o que os acontecimentos posteriores só confirmariam. Não fosse a “solução parlamentarista”, as Forças Armadas procederiam “de acordo com a honrosa tradição militar brasileira de procurar evitar, tanto quanto possível, solução ilegal para as crises e de estimular a volta a legalidade logo que aquelas se dissipam”¹⁸⁸.

Para Arinos, a responsabilidade da crise foi civil, não militar. Estes só reagiram às dificuldades encontradas pelas forças políticas na preservação da institucionalidade democrática. Embora João Goulart fosse considerado o principal agente da crise, não seria o único responsável, uma vez que os principais líderes políticos, levados por cálculos eleitorais

¹⁵⁶ FRANCO, 1968 [1967], p. 246.

¹⁵⁷ Jorge Ferreira e Angela de Casto Gomes assinalam a importância de se observar o processo histórico que acompanhou o golpe de 1964 a partir do alto grau de imprevisibilidade do período. Nesse sentido, as “razões do golpe” não poderiam ser encontradas fora das ações dos sujeitos que estiveram envolvidos no seu processo e das alternativas que a eles se apresentavam. De toda maneira, os autores observam os eventos posteriores à renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, como decisivos para a crise que redundou na deposição de João Goulart. Entretanto, diferente de Afonso Arinos, descartam a hipótese de que tal crise levou, necessariamente, ao golpe de 1964. Cf.: FERREIRA, J.; GOMES, A. M. C. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. ¹⁸⁸ FRANCO, 1968 [1967], p. 250.

mesquinhos ou despreparo intelectual e moral, agiram igualmente de forma irresponsável, o que poderia ser observado na atuação de Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda e Leonel

Brizola em torno da proposta de antecipação do plebiscito que definiria se o regime continuaria parlamentarista ou voltaria a ser presidencialista¹⁵⁸.

Depois do plebiscito, o país retornou ao sistema presidencialista. De acordo com Arinos: “estava encerrado um novo capítulo na História republicana e iniciava-se uma triste época de agitações irresponsáveis, que levaram o país às fronteiras do caos, determinando novo colapso nas instituições democráticas com a instalação de uma nova ditadura militar”¹⁵⁹. Essa citação tem importância na medida em que tanto estabelece uma relação de causalidade entre a volta do presidencialismo e o movimento de 1964, quanto nomeia, de forma clara, o regime que se seguiu à chegada dos militares ao poder como uma “ditadura militar”.

Estranho, no entanto, é que esta passagem não parece contradizer o que afirmou anteriormente a respeito da tradição legalista dos militares brasileiros. Esse é um dos pontos mais sinuosos do discurso de Afonso Arinos: mesmo definindo o regime então existente como uma “ditadura militar”, não deixou de emitir um juízo positivo a respeito da “tradição legalista” das Forças Armadas. Essa ambiguidade irá permear seu discurso público nos próximos anos, podendo ser definida como parte de uma estratégia retórica que o permitia abordar criticamente a situação militar no Brasil, sem deixar de manter algum tipo de interlocução com os integrantes tidos como moderados das Forças Armadas.

A história imediata¹⁶⁰ elaborada por Arinos reforça o que já dissera nos artigos publicados no *Jornal do Brasil*, agora com mais clareza: João Goulart pretendia golpear a democracia e instalar uma ditadura pessoal, ao estilo do que fizera, em 1937, Getúlio Vargas. Não teria

¹⁵⁸ A Lei Complementar nº 2 de 16/09/1962 modificou a Emenda Constitucional nº 4, no que concerne à convocação de um plebiscito que definiria se o sistema parlamentar seria ou não mantido. Segundo a legislação que definiu o sistema parlamentarista, isso ocorreria nove meses antes do fim daquele mandato, ou seja, nos primeiros meses de 1965. Entretanto, a realização do referendo se deu em 06 de janeiro de 1963, contando com uma esmagadora maioria de votos a favor do sistema presidencialista.

¹⁵⁹ FRANCO, 1968 [1967], p. 261.

¹⁶⁰ Em nossa compreensão, Arinos procedeu aquilo que Chaveau e Tetard chamam de história imediata, cuja principal potencialidade é a de oferecer um primeiro registo dos acontecimentos, Cf.: CHAVEAU, A.; TETÁRD, P. **Questões para história do tempo presente**. São Paulo: Edusc, 1999, p. 7-28. Para um debate mais amplo sobre a História do Tempo Presente, Cf.: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. (org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014. ¹⁹² FRANCO, *op. cit.*, p. 273.

restado alternativa às Forças Armadas se não intervir preventivamente. Isso não ocorreu devido às reformas sociais defendidas pelo governo, pelo menos não em relação à sua substância, “mas os meios pelos quais se pretendia chegar até ela”¹⁹². Para Arinos, as reformas de base foram

apenas um estratagema demagógico, agenciado no sentido de jogar as massas contra as instituições¹⁶¹.

A “autocrítica” do já ex-senador udenista, portanto, não passou pelo questionamento da legitimidade do que então nomeava por “revolução”. Ao contrário, já com um certo distanciamento temporal e tendo observado o recrudescimento do regime, reforça a sua inevitabilidade e necessidade histórica¹⁶². O problema não teria sido a intervenção militar, mas os “rumos”, então “desviados” dos seus “propósitos democráticos iniciais”.

A revolução tornara-se necessária e inevitável pela atuação insensata e amoral do governo presidencial de Goulart. Mas foi desviada, logo de início, do seu curso histórico, adquirindo uma fisionomia que não tinha verdadeira relação com as suas causas. Esse erro, embora reconhecido mais tarde por muitos partidários sinceros da revolução (inclusive pelo próprio presidente Castelo Branco, que a ele se teria referido em conversas privadas), e também pelos militares mais jovens da chamada ‘linha dura’, marcou-lhe, contudo, a fisionomia histórica de forma penosa, embora injusta, até certo ponto, comprometendo, em grande parte, esforços louváveis e honradas intenções¹⁶³.

O “desvio” inicial já havia sido comentado nos artigos do *Jornal do Brasil*, traduzido pelo embate entre os que se dedicavam à preservação da institucionalidade democrática e os que defendiam uma solução de força. Em *História do povo brasileiro* (1967), Afonso Arinos diz que principal erro da “revolução” foi a escolha dos seus conselheiros jurídicos, divididos entre

¹⁶¹ Sobre a discussão a respeito das relações entre democracia e reformas, bem como o fracasso das tentativas de promoção de reformas dentro da institucionalidade democrática, Cf.: FIGUEIREDO, A. C. Democracia & Reformas: A conciliação Frustrada. In: TOLEDO, C. N. (org.). 1964: Visões críticas do golpe. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 59-67.

¹⁶² A discussão sobre a fatalidade do golpe de 1964 foi comum nos estudos sobre o período. Sobre esse debate, Jacob Gorender escreveu interessantes páginas, defendendo que só nos dias finais do governo de João Goulart que a tentativa de golpe se tornou incontornável, embora seu sucesso ainda não era tido como certo. Cf.: GORENDER, J. Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, C. N. (org.). 1964: Visões críticas do golpe. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 133-142.

¹⁶³ FRANCO, 1968 [1967], p. 283.

os “partidários do governo ditatorial como remédio radical e permanente” e entre as “as correntes democráticas do Congresso”¹⁶⁴.

Para Arinos, o preâmbulo do Ato Institucional deixou clara a escolha feita pelo Comando Revolucionário.

Ou se reconhece a existência de um direito objetivo, expressão da justiça, que se impõe no Estado, mesmo em revolução, e chega-se a solução democrática, ou não se vê no direito senão uma emanção do Estado, destinada a atender aos seus interesses, e então, sobretudo em momentos de crise, desaparece o conceito de justiça, substituído pelo ato de força. Mas, também, desaparece a democracia.¹⁹⁷

Segundo o senador, os autores do Ato Institucional pretendiam fechar o Congresso e afastar os parlamentares democratas do processo revolucionário, porém o Comando Revolucionário decidiu mantê-lo aberto, pois, embora possuíssem condições materiais para tanto, não haveria viabilidade histórica, uma vez que a isso se seguiria graves repercussões negativas. Por outro lado, ainda que submetido à crescente pressão autoritária, o Congresso permitiu a “revolução” vencer e se viabilizar institucionalmente.

A tensão entre as forças democráticas e autoritárias se seguiu no período entre a publicação dos dois primeiros atos institucionais. Na sua visão, mesmo com os erros iniciais, ainda havia alguma margem para correção de rumos. O recrudescimento do regime não foi uma consequência lógica das falhas iniciais, mas deu-se em razão das “contingências do processo revolucionário que levaram o Governo Castelo Branco a editar mais três atos institucionais”¹⁶⁵.

Enquanto compreendia a intervenção militar como inevitável, os “rumos da revolução” foram conduzidos tanto em função das escolhas empreendidas, quanto em razão das contingências históricas imprevisíveis. O juízo então formulado por Arinos se deu a partir do seu próprio posicionamento nos eventos: nos dias que antecederam a deposição de João Goulart, não havia alternativa à intervenção militar, restando-lhe apenas agir de acordo com a imposição das circunstâncias políticas; nos dias posteriores, abriu-se alguma margem de manobra, o que lhe permitiu participar de algumas das decisões mais sensíveis, tal como a que levou à prorrogação do mandato de Castelo Branco¹⁶⁶.

¹⁶⁴ O texto escrito de Arinos na ocasião, e rejeitado pelo Comando Revolucionário, foi publicado em 1983, em anexo ao livro de entrevistas, *Cf.: CAMARGO; TEIXEIRA; MARIANI, 1983, p. 393-396.* ¹⁹⁷ FRANCO, *op. cit.*, p. 285.

¹⁶⁵ FRANCO, 1968 [1967], p. 286.

¹⁶⁶ Arinos registrou no seu quarto livro de memórias a sua participação nas discussões que circundaram a prorrogação do mandato de Castelo Branco, *Cf.: FRANCO, 2018 [1976], p. 1610 et. seq.* ²⁰⁰ FRANCO, *op. cit.*, p. 293.

Para Arinos, tal disputa não foi travada apenas entre os conselheiros jurídicos da “revolução”, mas também entre os grupos sociais que a apoiaram. Havia, de um lado, aqueles para quem a restauração da ordem não implicava reação econômico-social; e, de outro, os que agiam por sectarismo ideológico ou pela defesa mesquinha dos seus privilégios econômicos. Entre estes se reuniram os proprietários rurais, os magnatas do capital e negócios, setores das classes médias fanatizadas, ex-parlamentares integralistas, setores reacionários do clero e a imprensa “testa de ferro da plutocracia financeira nacional e internacional”. Portanto, “[...] Todos estes queriam a liquidação da justiça em nome da ordem; a sufocação do progresso social para garantir a estabilidade e o incremento dos privilégios e pleiteavam abertamente a supressão da liberdade para evitar o comunismo, que consideravam próximo e ameaçador”²⁰⁰.

Arinos analisa as circunstâncias políticas que levaram à edição das sucessivas legislações autoritárias. Sua narrativa preserva a imagem pessoal de Castelo Branco, com quem manteve interlocução constante, sendo chamado a oferecer conselhos e soluções aos impasses que se apresentavam, o que foi detalhado em suas memórias, mas pouco comentado nos capítulos finais de *História do povo brasileiro* (1967). Deve ter contribuído para a confecção dessa imagem positiva o fato de o primeiro presidente militar ter sido o seu principal fiador político quando alguns “revolucionários radicais” tentaram cassar o seu mandato¹⁶⁷.

Humberto Castelo Branco é descrito como um homem dotado de “inestimável autoridade moral” e “elevado preparo intelectual”, que sempre perseguiu os “objetivos democráticos da revolução”. A prorrogação do mandato, por exemplo, teria sido realizada à sua revelia ou com alguma resistência. O Ato Institucional nº 2, só fora decretado por conta de personagens como Carlos Lacerda, cuja atuação irresponsável agitou os quartéis e ameaçou a autoridade presidencial. Para Arinos, a posição delicada em que se encontrava o primeiro presidente militar situava-se no difícil equilíbrio entre a pretensão de seguir uma linha democrática de atuação e a necessidade de atender as exigências repressivas dos militares da chamada “linha dura”¹⁶⁸.

¹⁶⁷ Sobre as perseguições sofridas e as tentativas de cassação do seu mandato, Cf.: FRANCO, 2018 [1968], p. 1405-1408.

¹⁶⁸ Tal narrativa, que visava demarcar as ações de Castelo Branco como essencialmente democráticas, se consolidaria nos próximos anos, especialmente após a publicação do livro: VIANA FILHO, L. **O governo Castelo Branco**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. Sobre a divisão de “duros” e “moderados”, a historiografia tem chamado atenção da insuficiência que tais termos possuem para definir as posições dos militares em diferentes ocasiões, uma vez que um mesmo indivíduo poderia variar entre posições mais duras e mais brandas a depender da situação. Sobre esse assunto, Cf.: MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Carlos: Ufscar, 1995.

Entretanto, após o AI-2, descrito como “verdadeira constituição ‘linha dura’ revolucionária”, findou-se o momento de disputa em tornos dos “rumos” a serem tomados pela “revolução” e definiu-se, de forma mais precisa, a linha autoritária adotada: “Essas novas regras, além de outras menos importantes, instalaram, sem disfarces, uma ditadura que não chegou a ser instalada pela revolução, pelo menos juridicamente. Foi nesse regime de ditadura jurídica que o Brasil viveu até a promulgação da Constituição de 1967”¹⁶⁹. Com esse instrumento nomeadamente autoritário, a Constituição de 1946 foi declarada morta. Além disso, os sucessivos atos institucionais e complementares instalariam o caos jurídico no país¹⁷⁰.

Os capítulos de *História do povo brasileiro* (1967) referentes ao processo político e jurídico posterior à deposição de João Goulart são marcados pela ambiguidade entre a

expectativa de direcionamento jurídico da “revolução” e a desilusão com os “rumos” autoritários tomados. Tendo visto suas propostas de institucionalização do regime serem sucessivamente derrotadas, Afonso Arinos recebeu o esforço de Castelo Branco em entregar ao seu sucessor um regime constitucional, com um misto de desconfiança e interesse. Em outubro de 1966, viu mais uma crise entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo redundar no “recesso parlamentar” — o primeiro dos três fechamentos provisórios que o governo militar faria em seus mais de vinte anos de poder. Para o autor, “esse assalto militar ao poder popular e desarmado foi uma página inesquecível do governo revolucionário. Foi um erro”¹⁷¹. Interessante notar que o comportamento ambíguo em relação à Constituição de 1967, dividido entre a crítica a um texto constitucional que respaldava a manutenção do autoritarismo e o elogio de um instrumento que dava contornos jurídicos ao arbítrio, pareceu demarcar a sua própria maneira de atuação pública nos anos posteriores à sua saída do parlamento. Ainda durante a votação do projeto constitucional, chegou a declarar que “a nova carta está democratizada”¹⁷² e que não havia qualquer razão para pessimismo¹⁷³. Um ano depois de sua aprovação, em março de 1968, voltaria a afirmar que uma Constituição duradoura (uma Constituição-Suma) ainda seria o grande passo a ser dado para tornar o país uma verdadeira democracia¹⁷⁴.

¹⁶⁹ FRANCO, 1968 [1967], p. 299.

¹⁷⁰ Embora os primeiros cinco Atos Institucionais sejam os mais comentados e lembrados, entre 1964 e 1969, foram editados 17 Atos Institucionais (AI), regulamentados por 104 Atos Complementares (AC).

¹⁷¹ FRANCO, 1968 [1967], p. 303.

¹⁷² **JB.** Arinos: nova carta está democratizada. 10 jan. 1967, p. 4.

¹⁷³ **OESP.** Arinos contra o pessimismo. 17 jan. 1967, p. 4.

¹⁷⁴ **JB.** Arinos limita a duração da Carta de 67. 17 mar. 1968, p. 24.

Portanto, no período entre 1964 e 1968, Arinos, pouco a pouco, assentou alguns dos principais elementos da sua interpretação sobre o golpe de 1964 e a subsequente implantação da ditadura militar no país: a “revolução” foi necessária, pela atuação irresponsável de João Goulart; por ser uma resposta à crise de transformação pela qual atravessava a sociedade brasileira; pela respectiva dificuldade das elites conciliarem as demandas sociais por progresso com o imperativo da ordem que lhe era mais cara; ou mesmo por conta dos problemas intrínsecos do regime presidencialista, cuja volta, em 1961, teria decidido o rumo inexorável da crise em direção à implosão do regime constitucional de 1946. A responsabilidade, então, não foi militar, mas civil, cujas principais lideranças, imbuídas por mesquinhos interesses políticos ou econômicos, se lançaram contra as instituições democráticas. O problema da “revolução” não teria sido seu “projeto”, mas o “processo”, cujos desvios já se apresentavam nos primeiros dias, primeiramente na oposição entre os conselheiros jurídicos democráticos e autoritários e, depois, no embate entre forças democráticas do Congresso e os civis e militares radicalizados. Mas o rompimento do processo revolucionário com suas causas democráticas originárias só se

tornaria incontornável com a decretação do AI-2 e com o afastamento dos elementos moderados que apoiaram a deposição de João Goulart.

Também nesse momento estabeleceu os marcos referenciais que balizaram a narrativa sobre a especificidade da sua ação nos primeiros anos da ditadura: sempre teria agido como um político e intelectual moderado, que via a necessidade de conciliar a ordem social com reformas políticas profundas. Na condição de intransigente defensor das instituições democráticas, se opôs aos ímpetos caudilhescos de João Goulart, mas também aos elementos mais autoritários da coalizão que chegara ao poder em 1964. Se, em um primeiro momento, não via qualquer oposição entre “revolução” e “democracia”, observando no projeto revolucionário fenômeno intrinsecamente democrático, já nos primeiros dias teria percebido uma disputa em tornos dos “rumos da revolução”, colocando-se ao lado dos elementos mais moderados do Congresso, de modo a lutar pelo encaminhamento jurídico da revolução.

Diferente de outros episódios decisivos na vida nacional em que foi testemunha e ofereceu um registro copioso nos seus livros de memórias, não apresenta em riqueza de detalhes o que viu naqueles dias. A autoimagem reproduzida, sobretudo em *Planalto* (1968), é empreendida a partir do signo da derrota: não conseguiu encaminhar a legitimidade jurídica da revolução como pretendeu; os vários pareceres e documentos solicitados por Castelo Branco não foram

implementados; a solução final para a resolução da crise nacional, a adoção do parlamentarismo, foi descartada.

Mas, também, como se nota nos discursos de despedida e no relato veiculado pelo terceiro livro de memórias, deixa transparecer um certo orgulho: embora derrotado em seus dias, passaria à história como um sujeito que lutou sem titubear pela democracia. Mesmo gestos e ações que poderiam soar contraditórios, a exemplo da sua participação na elaboração da Constituição de 1967 que tanto criticou quanto trabalhou pela aprovação, foram revestidos com ares de coerência e linearidade. A introdução do capítulo dos direitos e garantias individuais naquele texto constitucional materializaria a força de suas ideias. Sua ação enquanto constituinte num regime já claramente autoritário desvelaria a capacidade de aliar a defesa dos valores democráticos com uma atuação firme e pragmática. Derrotado no terreno da política, sairia vitorioso no campo das ideias.

Sobretudo em *Planalto* (1968), assume uma radical separação entre os aspectos políticos e intelectuais da sua atuação pública, ausente, ou dirimida, em *A alma do tempo* (1961). Enquanto o primeiro volume de suas memórias é permeado por uma narrativa voltada para ressaltar como conseguiu aliar uma produção intelectual copiosa com uma ação política relevante, no terceiro volume produz uma radical separação entre aquilo que seria sua verdadeira vocação, as letras, e a política, compreendida como uma missão, o que os eventos do período entre 1964 e 1967 só reforçariam, quando se revelou um político fracassado ao mesmo tempo que um intelectual virtuoso.

O que mudou? As ocasiões da escrita de cada um dos volumes de suas memórias. Enquanto em 1961, Arinos acabara de ser eleito senador, coroando um percurso de mais de uma década de vida parlamentar, além de ser alçado a ministro das relações exteriores e de ter adentrado para a Academia Brasileira de Letras (ABL), o que agregou valor e prestígio a um homem público já reconhecido pelas suas notabilidades no campo da política e da cultura, em 1968 seu projeto político já não era mais vitorioso. Afastado do centro das grandes decisões da política nacional, sua autorrepresentação também mudou. Restava-lhe se afirmar como um intelectual cuja virtuosidade de suas ideias ultrapassaria as condições do momento¹⁷⁵.

¹⁷⁵ ALBERTI, V. "Ideias" e "fatos" na entrevista de Afonso Arinos de Melo Franco. In: FERREIRA, M. M. Ferreira; ABREU, A. A. **Entre-vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994, p 33-65. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6784/193.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 dez. 2022. ²¹⁰ NAPOLITANO, 2015.

A radical separação entre *ação* e *ideia* também foi estratégica do ponto de vista da forma como gostaria que fosse lido por seus contemporâneos e, sobretudo, pelas gerações póstumas. Permitiu-lhe condicionar o principal objeto em torno do qual se erigiriam as avaliações presentes e futuras: assumindo-se enquanto intelectual, pedia para que fosse avaliado, sobretudo, por suas ideias. Se suas ações no campo da política poderiam comportar algum tipo de ambiguidade, os valores e princípios veiculados pelo seu discurso intelectual, não. Nesse sentido, o golpe de 1964 e a implantação da ditadura militar significaram um corte na própria forma como Arinos narrou sua vida e obra pretérita, evidenciando uma espécie de “consciência fraturada”, comum aos liberais da época²¹⁰.

1.2 “Uma tranquila convicção democrática”

Ao longo da década de 1970, Afonso Arinos continuou a empreender seu projeto autobiográfico. Afastado do centro de gravidade das grandes decisões nacionais, o autorretrato oferecido era o de um experiente sábio, distante da vida política e dedicado exclusivamente às atividades intelectuais.

Sua principal obra do período, o texto histórico-biográfico *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo* (1973), demonstra que continuou a se dedicar ao estudo de figuras de proa da vida nacional, na sua busca incansável pelo modelo ideal de estadista. À semelhança do *Estadista da república: Afrânio de Melo Franco e seu tempo* (1955), o personagem biografado também possuía vínculos familiares (avô de sua esposa) e teve forte atuação na Primeira República. Também como o livro sobre seu pai, o autor continuou o empreendimento de compreensão da história a partir do estudo biográfico, aliando uma pesquisa documental sistemática com alguma dose de “imaginação criadora”¹⁷⁶. Porém, contém algumas diferenças importantes: buscou incorporar o povo como categoria sociológica, embora não deixasse de observar nas elites o sujeito histórico por excelência da história brasileira¹⁷⁷, e estabeleceu o marco de origem do “declínio do presidencialismo”, reforçando o argumento parlamentarista que vinha defendendo desde o final dos anos 1950 como a grande solução da crise nacional.

¹⁷⁶ SANTOS, 2011.

¹⁷⁷ *Id.*, 2006.

Outro ponto em comum entre as duas obras biográficas de Arinos era o evidente vínculo estabelecido entre biógrafo e biografado, sobretudo no que concerne aos valores morais e princípios políticos expressos pelo personagem estudado, o que foi ressaltado por Tristão de Athaíde: “Não duvido, aliás, que além de todos os motivos que levaram o nosso Afonso Arinos a se lançar no que declara ser, infelizmente, sua última aventura biográfica, foi o seu espírito moderador, tão semelhante ao que invoca, no seu biografado, para a solução da atual e democrática crise política brasileira”¹⁷⁸.

Esse livro levou seu autor a ser agraciado com o Prêmio Juca Pato e com o título de “intelectual do ano” pela União Brasileira dos Escritores¹⁷⁹. O reconhecimento público de Arinos enquanto um grande intelectual que, além de ter uma obra política e literária farta, se mostrava um grande historiador da República, foi explorado com pompas pelos principais jornais da época.

Figura 2

¹⁷⁸ Tristão de Athaíde. Atores e expectadores. **JB**. 08 fev.1974, p. 6.

¹⁷⁹ **FSP**. Afonso Arinos recebe troféu “Juca Pato”. 05 maio 1974, p. 14.



Afonso Arinos, quando veio a São Paulo autografar "Rodrigues Alves"

Afonso Arinos, O Intelectual do Ano-1973

Por 221 votos contra 214, o ex-ministro Afonso Arinos de Melo Franco foi escolhido "o Intelectual do Ano", derrotando Lígia Fagundes Telles, em votação iniciada dia 28 de janeiro e encerrada ontem. O concurso, patrocinado pela FOLHA DE S. PAULO, dará ao autor de "Rodrigues Alves" o Troféu Juca Pato, criado em 1962. A cerimônia da entrega do troféu ainda não tem data marcada, segundo a União Brasileira de Escritores — seção de São Paulo.

DUVIDAS

O resultado da votação deveria ter sido anunciado anteontem à noite, mas houve problema na contagem dos votos. O escritor Henrique L. Alves, lançador da candidatura de Arinos, trouxe consigo 24 de intelectuais filiados à UBE do Rio de Janeiro.

Um grupo de escritores quis impedir que os votos fossem computados, uma vez que pelo regulamento do concurso só devem ser considerados válidos os votos enviados pelo correio e endereçados, diretamente, à entidade. Excluídos os 24 votos, Lígia Fagundes Telles venceria por 214 contra 197.

Sentindo-se impossibilitada de resolver o problema minutos depois do encerramento da votação, a diretoria da UBE de São Paulo marcou uma reunião para ontem à noite, quando decidiu que deveria ser seguida a tradição, que manda computar os votos trazidos pessoalmente por seus associados, embora contrarie o regulamento.

Fonte: **FSP**. Afonso Arinos, O Intelectual do ano-1973. 02mar. 1974, p. 21.

Figura 3



Candido Mota Filho entrega o prêmio a Afonso Arinos.

Afonso Arinos recebe troféu "Juca Pato"

Fonte: **FSP**. Afonso Arinos recebe "Juca Pato". 05 maio 1974, p. 14.

Não deixa de ser curioso que sua principal obra do período tenha recuado tanto no tempo, abandonando qualquer reflexão mais detida sobre os seus próprios dias. Embora em algumas

passagens o autor deixe transparecer os vínculos entre o passado do biografado e o presente do biógrafo, a história de um ilustre personagem do início da República significou uma espécie de fortaleza no interior na qual Arinos buscou abrigo naqueles anos. Esse parece ser o ponto ressaltado por Temístocles Linhares no comentário que ofereceu, alguns anos antes, sobre *Planalto* (1968): “Estamos vivendo realmente sob o signo das memórias. É hoje esse o gênero dominante em nossa literatura. Diante dos tempos duros que atravessamos o remédio é recordar, debruçar-se sobre o passado, reviver é reconquistar o tempo perdido, vendo e encarando as coisas sob o ângulo de uma visão mais normal do mundo”. De acordo com o resenhista, cultivar o passado poderia ser uma forma de escapar a um futuro que “não imputa a mesma confiança de antes”, afinal “já temos um passado que nós mesmos criamos, cuja imagem não deve morrer, seja ela colhida na abundância ou na miséria dos acontecimentos”¹⁸⁰.

Vendo o horizonte de expectativas se estreitar, Arinos voltou-se para o espaço de experiência¹⁸¹. A julgar pelo escrito de Temístocles Linhares, não foi algo experimentado unicamente pelo autor de *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*, mas um movimento amplo, de toda uma geração de homens públicos preocupados em consolidar e difundir a imagem que faziam de si e da sua obra. Nesse âmbito, Arinos se colocava como um agente não apenas na memória de si, mas de toda uma geração que dizia representar, sentimento geracional que era amplamente difundido pelos órgãos de imprensa e por seus principais colonistas, também consumidores e produtores de uma memória a ser monumentalizada¹⁸².

Figura 4



Fonte: A contribuição de duas gerações para a cultura nacional. **OESP**. 16 nov. 1975, p. 38.

¹⁸⁰ Temístocles Linhares. Desabafo de um homem de Estado. **OESP**. 31 maio 1969. Suplemento Literário, p.1.

¹⁸¹ KOSELLECK, 2006.

¹⁸² LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

Mesmo admitindo os limites teóricos da categoria *geração*, esta pode ser operacionalizada no sentido de se estabelecer certas relações horizontais e verticais entre os sujeitos que compartilharam experiências comuns¹⁸³. Segundo Angela de Castro Gomes, o uso de tal categoria permite “uma abordagem que pretende destacar as características das trajetórias de vida dos autores, relacionando-as entre si através de vínculos pessoais e profissionais/públicos ao longo do tempo”¹⁸⁴. A historiadora ainda afirma que a noção de geração se situa na intercessão entre a história e a memória, “sendo fundamental explicitar que a referência é uma memória ‘comum’, entendida enquanto testemunho de como um conjunto de homens experimentou certo ‘tempo’”²²⁰.

Ao acompanhar a trajetória de Afonso Arinos, sobretudo no período imediatamente posterior à saída do Congresso, percebe-se uma aparição pública mais discreta e intermitente, embora não deixasse de circular por diversas instituições e espaços de sociabilidades políticas e intelectuais. Além do Conselho Federal de Cultura (CFC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Academia Brasileira de Letras (ABL), Arinos teve importante atuação na Editora José Olympio, cujo proprietário era seu amigo de longa data¹⁸⁵.

Tal editora também foi fundamental para a reprodução de uma memória positiva daqueles que se consideravam pertencentes às elites políticas e intelectuais brasileiras. A *Coleção Documentos Brasileiros* esteve entre suas publicações mais consistentes e representativas. Lançada em 1936, sob a direção de Gilberto Freyre, cujo primeiro número foi o clássico *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, a “brasileira”¹⁸⁶ da José Olympio ainda contaria com a direção de Octávio Tarquínio de Souza e, a partir de 1962, até sua extinção, no final da década

¹⁸³ GOMES, A. M. C. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 39. ²²⁰

Ibid., p. 40.

¹⁸⁵ Sobre José Olympio, Afonso Arinos escreveu uma nota comemorativa em homenagem ao seus 75 anos. *Cf.*: Afonso Arinos de Melo Franco. José Olympio, 75 anos. **JB**. 11 dez. 1977 Caderno B, p.1.

¹⁸⁶ O termo “brasileira” se popularizou na década de 1930 com a publicação da Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional. Naquela década, outras editoras iniciaram a confecção de suas “brasileiras”, caso da José Olympio com a *Coleção Documentos Brasileiros*. Sobre as coleções brasileiras entre as décadas de 1930 e 1950, *Cf.*: PONTES, H. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, editoras e das “Coleções Brasileiras” nas décadas de 1930, 40 e 50. **Bib - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 56-89, jun.-dez. 1988.

de 1980, foi dirigida por Afonso Arinos. A relação com tal selo editorial é de longa data. Já em 1937, na edição nº 7, publicou *O Índio brasileiro e a Revolução Francesa*. Em 1955, o livro

sobre Afrânio de Melo Franco também contou com o selo da *Coleção Documentos Brasileiros*, tal como o estudo sobre Rodrigues Alves e seus livros de memórias²²³.

Grande parte da *Coleção Documentos Brasileiros*²²⁴ se inscreve nos gêneros biográfico e memorialístico¹⁸⁷. Sob a direção de Arinos, o primeiro número publicado foi, sugestivamente, o livro de Carolina Nabuco, intitulado *A vida de Virgílio de Melo Franco* (1962), que contou, inclusive, com um prefácio de sua própria autoria. Os prefácios são formas de garantir credibilidade e notoriedade tanto para o autor da obra publicada, quanto para o seu prefaciador¹⁸⁸. Embora poucos, se comparados ao número total da publicação, são significativos os títulos prefaciados pelo diretor da coleção. Além do volume já citado, Arinos prefaciou as memórias de Café Filho (1966), Candido Mota Filho (1972), Juarez Távorá (1975), Daniel Krieger (1976), o livro de Delso Renault sobre o Rio de Janeiro nas páginas dos jornais (1969) e o volume dedicado a Teixeira de Freitas, escrito por Silvio Meira (1979). Escreveu, ainda, uma nota introdutória para a segunda edição do importante livro de Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil* (1967, 1981)¹⁸⁹.

Também sob a direção de Afonso Arinos, parte significativa da *Coleção Documentos Brasileiros* foi reservada à celebração da memória de grandes nomes da política brasileira que vivenciaram diferentes momentos históricos¹⁹⁰. Foram publicados títulos voltados a políticos

¹⁸⁷ Tomamos como fonte a lista de títulos e autores presente na edição nº 200 da *Coleção Documentos Brasileiros*, Cf.: LACOMBE, J. A. **Afonso pena e sua época**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

¹⁸⁸ Sobre a importância da prática de escritas de prefácio, Cf.: FARIA FILHO, L. M. Editoração, sociabilidades intelectuais e mediação cultural: a ação dos prefaciadores na publicação das obras completas de Rui Barbosa (1939/1949). In: GOMES, A.M.C.; HANSEN P. S. (org.), **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 366-402.

¹⁸⁹ A segunda edição de “*Geopolítica do Brasil*” foi publicada em 1967, também pela *Coleção Documentos Brasileiros*. Originado de conferências que seu autor lecionou na década de 1950, é tido por muitos estudiosos como uma das obras fundantes da Ideologia de Segurança Nacional e do pensamento da Escola Superior de Guerra (ESG). Em 1981, a editora José Olympio publicou edição fac-símile do livro com o acréscimo de textos mais recentes de seu autor, passando a intitular-se *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*, sendo reproduzido o texto de Afonso Arinos de 1967.

¹⁹⁰ Sobre o número de biografias e livros de memória publicados pela *Coleção Documentos Brasileiros*, entre 1936 e 1960, Heloísa Pontes (1988) afirma que das 107 obras publicadas no período, 40 (37,3%) se dedicavam ao gênero. Como ressaltamos na nota anterior, não há estudos especificamente voltados para a análise na produção

- ²²³ Além dessas publicações, a Editora José Olympio publicou os quatro primeiros volumes de memórias de Arinos, bem como a primeira publicação que reunia os quatro primeiros volumes com o título *A alma do tempo*, em 1978.
- ²²⁴ Há dificuldade de avaliar qual a participação efetiva de Afonso Arinos na seleção das obras publicadas. Para isso, seria necessária uma análise mais detida no espólio documental da Editora José Olympio, ainda não realizada. Algumas informações importantes sobre a *Coleção Documentos Brasileiros* encontram-se em: FRANZINE, F. **À sombra da Palmeira**: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH-USP, 2006; OLIVEIRA, G. G. *Coleção Documentos Brasileiros: o Brasil em ensaios de história e interpretações sociológicas* (1936-1989). **Resgate - Rev. Interdiscip. Cult**, Campinas, v. 25, n. 33, p. 89-110, 2017.

que tiveram mais notabilidade na Primeira República (a exemplo de Nilo Peçanha, Rodrigues Alves, Artur Bernardes, Rui Barbosa e Afonso Pena); a personagens que ganharam relevância no cenário político nacional a partir da Revolução de 1930 (como José Américo de Almeida, Juarez Távora e Virgílio de Melo Franco); e a personalidades que encontraram o auge de suas carreiras políticas no regime constitucional de 1946 (entre os quais Milton Campos, Café Filho, Hermes Lima e Daniel Krieger). Sobre o período posterior ao golpe de 1964, Humberto Castelo Branco, o primeiro entre os ditadores militares, foi abordado pela pena de Luís Viana Filho.

Figura 5



Fonte: Memórias políticas. JB. 03 set. 1977, Livro, p. 1

das décadas de 1960 a 1980. Porém, numa primeira leitura, percebemos que o número de publicações continuou relevante.

Portanto, a atuação de Arinos no interior de *espaços de sociabilidades intelectuais* como a ABL, o CFC e a Editora José Olympio sugere um esforço, ao mesmo tempo individual e coletivo, de construção e compartilhamento de uma memória histórica comum. Os livros de memórias e as biografias publicadas pela *Coleção Documentos Brasileiros* são exemplares nesse sentido. São muitos os acontecimentos históricos considerados fundadores do sentimento geracional partilhado por Arinos e seus interlocutores: o movimento modernista dos anos 1920, a Revolução de 1930, o Estado Novo, o Manifesto dos Mineiros, a instituição do regime constitucional de 1946, o movimento militar de 1964, a decretação do AI-5 de 1968 etc.

Nos anos 1970, alguns dos símbolos mais caros, que garantiam o sentimento de pertencimento geracional, estavam sendo questionados. O esforço conjunto de celebração da memória política da geração de homens públicos nascidos no início do século XX parecia responder à desnaturalização a que foram submetidos. Não apenas isso. A reafirmação da atualidade de suas ideias evidencia um esforço de se colocarem como agentes ativos nas disputas políticas, ideológicas e simbólicas do seu próprio tempo.

Para isso, facilitava a inserção de Afonso Arinos no debate público em um momento em que a sociedade brasileira apresentava radicais mudanças, fato que, desde os anos 1940, produziu um discurso que afirmava a necessidade de as elites não temerem as mudanças, mas a elas se anteciparem. Em sua concepção, era possível conciliar conservação e progresso, partindo do pressuposto de que, sempre que isso ocorreu, a sociedade brasileira conseguiu avançar historicamente¹⁹¹.

Nesse aspecto, deixa transparecer uma noção de tempo histórico complexa, que buscava aliar permanência e transitoriedade, repetição e constância. De acordo com Cavalcante, esses são elementos que constituem “os fundamentos de sua Filosofia da História”: “a concepção de História como repositório de um estoque de situações que se apresentariam em épocas distintas, aliada à noção de uma natureza humana constante, atribui ao seu conhecimento um sentido pragmático para que os homens, conhecendo as experiências passadas, pudessem orientar-se em sua conduta presente ou futura”¹⁹².

¹⁹¹ A descrição de Rodrigues Alves como um *conservador progressista* parece ser um dos exemplos mais bem acabados de como a mensagem de Afonso Arinos, nos anos 1970, procurava mediar a necessidade de ordem com o que considerava progresso. Segundo Arinos: “No quadro do pensamento partidário, Rodrigues Alves era um conservador progressista, como havia sido na Faculdade e como seria, depois, nas funções de deputado, senador, ministro e presidente. Toda a sua obra, toda a sua vida, são o desdobramento natural desse traço psicológico e comprovam o vigor da aliança do conservadorismo com o progressismo”. FRANCO, A. A. M. **Rodrigues Alves**: apogeu e declínio do presidencialismo. Vol. 2. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973, p. 39.

¹⁹² CAVALCANTE, 2006, p. 70.

Cumprir ressaltar que Arinos nunca desistiu de ser visto na dupla condição de historiador e memorialista. Seu trabalho na José Olympio, suas obras sobre Rodrigues Alves e Afrânio de Melo Franco e seus livros de memórias fazem parte de um mesmo projeto intelectual que remonta aos anos 1940, mas que, ao longo da ditadura militar, ganharia novos e importantes contornos. O desafio não era mais sustentar um projeto de país que estava em vias de ser realizado, mas encontrar os motivos pelos quais não foi concretizado. Resta enfatizar que a sua própria imagem enquanto memorialista e historiador fora mobilizada para garantir relevo às suas ideias e propostas em um momento delicado, quando não possuía os recursos políticos de outrora.

Figura 6

PÁGINA 10 □ CADERNO B □ JORNAL DO BRASIL □ Rio de Janeiro, sábado, 8 de março de 1980

AFONSO ARINOS

MEMORIALISTA

Geraldo Bezerra de Menezes

JOSUÉ Montello, que realizou no Conselho Federal de Cultura obra duradoura, não se entrega unicamente à faina da publicação de romances, o último dos quais, *A Coroa de Areia*, mereceu de Tristão de Alameda crítica definitiva sob a epígrafe *Um mestre do romance*. Enriquece o autor de *Estante Giratória* a crônica brasileira nas colunas do JORNAL DO BRASIL. Em sua colaboração semanal é nítida a vocação do ensaísta.

A 5 de fevereiro último, deteve-se, com argúcia, em *O memorialista* Afonso Arinos, o estilista de *A Alma do Tempo*, *A Escalada*, *Planalto* e *Alto Mar*, Maralito. Por último, *Diário de Bolso Segurado de Retrato de Noiva*, livro que o escritor, sem razão de ser, julga "o fim de suas memórias" (pág. 87).

Não se estranhe o número de volumes evocativos. Afinal o autor tem o que contar. Dele próprio, no pronunciamento sobre os 90 anos da Lei Aurea, em que se permitiu "duas ou três lembranças de ordem pessoal", esta natural efusão: "de vez em quando, ponho capítulos de memória no que estou falando". E acrescenta: "No fundo, sou um memorialista" (*Boletim do CFC*, nº 31, 1978).

São páginas que enaltecem a bibliografia especializada, ao lado de outras de coadjuvantes seus, como Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Cyro dos Anjos, Maria Helena Cardoso e Helena Morley.

O articulista evoca-nos o Velho Afonso Arinos, mestre de *Pelo Sertão*, cuja obra e personalidade foram fixadas no livro primeiro de Tristão de Alameda.

De igual modo, relembra a figura focalizada com muita adequação em *Um Estadista da República*. Tenho pelo vulto de Afrânio de Melo Franco, o solucionador da questão de Letícia, especial apreço. Minha geração universitária acompanhou-lhe a trajetória no Ministério das Relações Exteriores. Guardo a primorosa carta com que me distinguiram o estadista por lhe haver realçado a atuação no discurso de orador dos bacharelados de 1936.

De outro lado, salientou muito bem o labor do memorialista, onde refluem o cientista político-social e o historiador. Frise-se que o senso histórico domina os escritos do pensador mineiro, pensador político por excelência e de notável espírito crítico. Vou além, tendo em conta as linhas gerais de sua obra, da maior coerência, para caracterizá-la para "consciência histórica da problemática social e jurídica". Consulte-se, no ponto, sua fala sobre Tobias Barreto, em que sublinha a "posição anti-histórica" do escritor sergipano (*Boletim do CFC*, nº 28, 1977). Mentalidade realista, nas análises a que se entrega

ou nas confrontações pelo "tirocínio democrático do Poder". Afonso Arinos não perde de vista a formação cultural da nacionalidade. Desse modo, recusa "as constituições sem geografia" da crítica de Posada, ou sejam, as cartas políticas refratárias ao desenvolvimento das instituições nacionais, ditadas em função de situações históricas e sociais alienígenas.

O cronista fez justiça ao biógrafo, ao professor, ao parlamentar, ao jurista. Recente a biografia de Rodrigues Alves, além de cuidadoso, atilado estudo político e sócio-cultural de uma fase da vida republicana brasileira.

Voltado, que sempre estive, ao Direito do Trabalho e à Seguridade Social, atento à sua ressonância no campo do Direito Público, há muito admiro o jurista Afonso Arinos de Melo Franco, acima de tudo, mestre de teoria do Estado e Direito Constitucional. Não silêncio a homenagem que lhe tributaram conhecidos professores universitários, à testa Aliomar Baleeiro, na obra coletiva *As Tendências Atuais do Direito Público*. A propósito, tenho presente sua tese consagrada às *Leis Complementares*, que dissipou controvérsias acerca do tema.

Não obstante, o que particulariza sua obra de publicista não é tanto o labor do exegeta de preceitos tomados isoladamente, e sim o intérprete do sentido orgânico dos institutos, voltado aos princípios que os informam. Tudo isto sem perder-se em formulações meramente abstratas, atento que sempre esteve aos instrumentos de ação do Estado. Em outros termos, de maneira explícita, dão relevo peculiar à sua contribuição os estudos e reflexões do doutrinador, se quiserem, do analista das construções jurídicas e instituições estatais, especialmente da técnica jurídica do Poder, através do Executivo e do Legislativo. Tal área, complexíssima, polariza divergências; consequentemente, não seria de exigir-se fossem todas as suas posições teóricas unanimemente aceitas. São imensas as dificuldades para que se estabeleça a "correlação entre o elemento conceitual e o fático", entre os esquemas e a vida. Em última análise, o que se colima neste campo, melhor, neste processo criativo, é o triunfo da justiça, individual e coletiva, inatingível, não é outra a preservação de Afonso Arinos, sem a preservação da liberdade e da ordem.

Quanto à sua presença na cátedra e na tribuna de conferências, assim nos debates públicos, estou em afirmar que raros neste país detêm poder de comunicação tão forte com as novas gerações. E sem cortê-las: pelo contrário, esclarecendo-as com mensagens construtivas, fêis, reitero, à boa tradição montanheza da liberdade e da ordem.

Razão assiste a Josué Montello: qual Jean Jacques Rousseau nas *Confissões*, poderia Afonso Arinos inserir em *A Alma do Tempo* a frase singela e consagrada: "Eis o que fiz, o que pensei, o que fui". Ainda que o considerem exímio no gênero, os que lhe acompanham o labor incessante têm-no por memorialista *in fieri*, inacabado. Compreende-se. Presença poderosa, para completar as memórias, Arinos terá que recriar o presente.



Arinos: muito para contar

Fonte: Gerardo Bezerra de Menezes. Afonso Arinos memorialista. **JB**. 08 mar.1980, Caderno B, p.10.

Arinos, no decorrer dos anos 1970, não se dedicou apenas a colaborar com a construção de uma memória geracional ou com a história de grandes estadistas da República. Também empregou consistente esforço autobiográfico. Os momentos comemorativos foram chave nesse empreendimento, já que despertavam grande interesse público e foram acompanhados com atenção pela imprensa.

Em outubro de 1970, o *Jornal do Brasil* dedicou um Caderno Especial com oito páginas inteiras voltadas para o tema *O Estado Novo: 25 anos depois*. Além de textos sobre a figura de Getúlio Vargas¹⁹³, da cronologia, dos atos arbitrários daquele regime de exceção, o jornal carioca reservou meia página ao Manifesto dos Mineiros como um dos acontecimentos entendidos como fundamentais para a dissolução da ditadura getulista. O texto *Manifesto dos Mineiros*, assinado por Arinos, evidencia como seu autor buscava se projetar no debate público.

Arinos se colocava na dupla condição de testemunha da história e analista do cenário político contemporâneo. Em sua visão, a evolução da guerra no sentido favorável à causa democrática permitiu a construção de um ambiente político interno de contestação do regime autoritário getulista. Apesar de não ter sido um dos principais articuladores do texto, afirma que foi sua a ideia de construir um manifesto com a dupla característica de capitalizar a “histórica vocação liberal de Minas desde a independência” e de utilizar a retórica em uso na Revolução de 1930 como meio de confrontar o Getúlio do presente com o seu próprio discurso do passado. Tratando-se de um documento de elite, a força daquele manifesto não teria sido sua originalidade, mas a capacidade de proferir verdades em tom moderado, o que, em um ambiente político de arbítrio, significaria indisfarçada rebeldia. Talvez, mais significativo, foi a tentativa de dotar aquele documento de irremediável atualidade:

O texto escrito há 27 anos manteve-se com surpreendente atualidade. As palavras as vezes envelhecem, mas as ideias subsistem ou retornam. Naquele tempo falava-se em ‘prosperidade’, hoje em ‘desenvolvimento’. Quando os fatos voltam com aparências distintas, as ideias também ressurgem com palavras diferentes.¹⁹⁴

Em 1973, nas comemorações de trinta anos do Manifesto dos Mineiros, *O Estado de São Paulo* dedicou uma página inteira voltada ao tema. A voz de Afonso Arinos esteve ao lado de outros signatários daquele documento, como Dario de Almeida Magalhães, Adauto Lúcio

¹⁹³ Ao longo dos anos 1970, Arinos vai mudando sua opinião sobre Vargas, ressaltando seus aspectos positivos. Em texto escrito para o *Jornal do Brasil*, revela que começou a admirar, depois de sua morte, o “caudilho com consciência de missão histórica”. Nesse texto, procede dura avaliação sobre a posição udenista: “Nós fomos contra a ditadura enquanto ela representava uma forma de progresso social e passamos a aceitar a ditadura, desde que ela passou a ser uma forma de contenção do progresso social. Daí vem minha revisão da posição de Vargas”. Cf.: Afonso Arinos de Melo Franco. Começo a condenar os que o condenaram. **JB**. 25 ago./1974, Caderno Especial, p. 5. Outro depoimento da época, com semelhante abordagem, encontra-se em: **OG**. Getúlio Vargas, o homem, o político e o mito, segundo os adversários, 20 anos depois. 21 ago. 1974, p. 6.

¹⁹⁴ Afonso Arinos de Melo Franco. O Manifesto dos Mineiros. **JB**. 26 out. 1970, Caderno Especial “O Estado Novo 25 anos depois”, p. 5.

Cardoso e Magalhães Pinto¹⁹⁵. Todos afirmaram o mesmo ponto: o Manifesto dos Mineiros é um documento histórico cuja importância excedeu seu próprio tempo, sendo atual na medida em que a liberdade, a democracia e o Estado de Direito se encontram em risco, como era a realidade nos anos finais do Estado Novo¹⁹⁶.

O jornalista Carlos Chagas sistematizou a comparação implícita em todas as falas dedicadas a ressaltar a atualidade do Manifesto dos Mineiros: se a “revolução” de 1930 poderia ser comparada com a de 1964, o Estado Novo seria análogo ao regime militar no período posterior à decretação do AI-5. Ambas as revoluções, de caráter originalmente democrático, foram corrompidas, chegando “a ofuscar o eterno sentimento democratizante de nossas forças armadas”. Segundo esse raciocínio, chegaria o momento de uma manifestação política semelhante, tanto no conteúdo democrático quanto na forma “suave, moderada e equilibrada”¹⁹⁷.

Figura 7

¹⁹⁵ **OESP**. Princípios atuais. 24 out.1973, p. 5 (Página Censurada). Nessa matéria, encontramos a única vez que alguma nota jornalística, que envolvia o nome de Arinos, sofreu com a censura prévia. O trecho censurado foi a fala de Aduauto Lúcio Cardoso, que dizia: ““O Estado Novo conseguiu autodestruir-se, principalmente por causa da censura à imprensa. O regime fermentou e apodreceu como um vaso fechado. Aprendemos, entre 1937 e 1945, que não se suprime impunemente a liberdade de criticar os erros dos governantes e os abusos dos poderosos”. Ele também considera o Manifesto atual: ‘corresponde às aspirações do país, nas condições de temperatura e pressão em que vivemos’”. A fala de Arinos, mantida na íntegra, parece manejar no tom, em contraste com o posicionamento mais incisivo de Aduauto Lúcio Cardoso: “Gostaria de assinar um novo manifesto, igualmente sereno e firme, no sentido de um exame crítico e de sugestões construtivas sobre as instituições políticas nacionais”.

¹⁹⁶ Para uma crítica da memória liberal sobre o Manifesto dos Mineiros, Cf.: CALIL, G. G. Reflexões sobre a historiografia brasileira da redemocratização de 1945. **Tempos Históricos**, [s. l.] v. 3, n. 1, p. 91-120, ago. 2001.

¹⁹⁷ Carlos Chagas. Os mineiros, onde estão? **OESP**. 24 out. 1973, p. 5.



Adauto Lúcio Cardoso **Magalhães Pinto**

Afonso Arinos **Dario de Almeida Magalhães**

Magalhães Pinto prega volta das garantias constitucionais

Do Sucursal de Brasília

"Queremos alguma coisa além das franquias fundamentais, do direito de voto e do 'habeas corpus'. Nossas aspirações fundam-se no estabelecimento de garantias constitucionais, que se traduzem na efetiva segurança econômica e bem-estar para todos os brasileiros, não só das capitais, mas de todo o território nacional". Este trecho do Manifesto dos Mineiros, de 24 de outubro de 1943, foi reafirmado ontem, no Senado, por um de seus signatários, senador Magalhães Pinto, que também reafirmou simbolicamente aquela declaração de princípios, destacando a sua atualidade.

Magalhães Pinto foi ouvido com muita atenção pelos senadores, sem ser apartada uma única vez. Quando o senador Franco Montoro quis apartá-lo, o líder da MDB, Nelson Carneiro, solicitou-lhe que não o fizesse. Ao concluir sua discursão, Magalhães Pinto foi abraçado pelo líder Petrônio Portela e, em seguida, pelos senadores João Cleofas e Franco Montoro, enquanto era vivamente aplaudido. Na noite da minúcia, Nelson Carneiro ocupou a tribuna para exaltar e pronunciar de seu colega e seu amigo os trechos do Manifesto dos Mineiros, para que constassem nos anais da Casa.

ATUALIDADE

Magalhães Pinto iniciou o discurso do saudade ao 32º aniversário do Manifesto lembrando que, com a morte de Milton Campos — "que nunca será de mais lamentar" — ele em um único remanescente no Senado dos signatários do documento. E depois de enfatizar que suas palavras, "hoje, como no manifesto mineiro", seriam as mesmas e não trariam nada de solto e nenhuma revelação, prosseguiu:

"A maior importância do manifesto está em sua eterna atualidade, quase intocada através de três décadas. Essa presença é que o eleva da esfera de peça política a de documento histórico."

Magalhães Pinto advertiu que não pretendia recriar "feições que o tempo vai a seu modo circunscritas", e que não pretendia — como não o pretendeu o manifesto — acusar de impatriotas os que furtaram do Estado Novo e não negaram "evidentes traços de progresso material, inclusive a criação de uma indústria de base, realizada naquele período".

Solicitou que, ao invés de dar ênfase ao negativo, o manifesto se pusesse a reconhecer a realidade e a necessidade de reformas e de conciliação com a democracia, explicando que "da recusa a esse apelo do documento, em grande parte, a maneira tumultuosa pela qual se processou a retomada das liberdades civis, tornando impossível retirar das consequências da guerra os benefícios que o País merecia, por sua vocação democrática e pelos compromissos selados com o sangue da FEB na Itália".

A partir de 1943 — de acordo com a exposição de Magalhães Pinto — passou a participação popular no processo político: enquanto, em 1934, para 35 milhões de eleitores havia um milhão e quinhentos mil eleitores (4,3 por cento), em 1952, para 75 milhões de habitantes, contavam-se 18 milhões e seiscientos mil eleitores.

Há 30 anos, a ditadura Vargas começava a cair

Embora hoje possa parecer excessivamente moderado, o Manifesto dos Mineiros, publicado há 30 anos, representou então a primeira tentativa de se enfrentar a ditadura Vargas, em meio a lavoura sem limites e a censura repressiva que dominavam o Brasil. Na verdade, foi a primeira expressão de revolta; logo vieram outras, e dois anos depois Getúlio Vargas caiu.

Em 1943, começava a ficar evidente que o sistema político implantado em 1937 não poderia durar ainda muito tempo. O Brasil já tinha entrado na guerra e combates na Europa, ao lado dos Aliados, contra as forças do Eixo; as páis iniciadas, era forte a oposição à ditadura, principalmente entre aqueles que, dispostos de melhores fontes de informação, dispunham a propaganda aliada. E a reação partiu de um grupo heterogêneo, formado de antigos políticos militares, intelectuais e representantes das classes produtoras, todos unidos pela convicção de que era fundamental um retorno à democracia.

A idéia de redigir um manifesto surgiu logo após a realização de um congresso jurídico no Rio, em agosto de 1943, quando pela primeira vez reuniram-se Pedro Aleixo, Adauto Lúcio Cardoso, Afonso Arinos, Dario de Almeida Magalhães, Milton Campos, sob o apelo do liberalismo, a seis destacados advogados de todos os pontos do Brasil.

Nem sequer realizado no mês seguinte para prestar uma homenagem ao Poder Legislativo na pessoa de seu último presidente, Pedro Aleixo, muitos dos participantes do congresso entraram-se novamente, surgindo aí o manifesto em sua primeira forma, debatido por Odilon Braga. A partir desse primeiro texto, Dario de Almeida Magalhães redigiu outro, diferente.

Custa o segundo redator do manifesto: "Não sabemos que reação, teria tomado medidas drásticas para pôr as responsabilidades. Então, o objetivo era cobrir o erro. Pretendíamos levar a alma. Acreditamos que Virgílio de Mello Franco sabia que a repressão seria muito violenta e fundou os dois textos um só. Depois, na medida que as pessoas convidadas a assinar liam o documento, iam sugerindo mudanças e impondo alterações, e com isso o manifesto foi ficando mais ameno, mais conciliatório".

Apesar de ameno e cauteloso, o manifesto, depois de divulgado em cópias datilografadas, mimeografadas e impressas, fez com que o governo desistisse de uma nova de violentas perseguições contra seus signatários; a maioria perdeu o emprego. Getúlio Vargas chegou ao ponto de mandar demolir remanescentes membros da diretoria de um banco particular e de desapropriar as respectivas ações.

Dizia o manifesto: "Para que não se ponha em dúvida a sinceridade dos sentimentos que nos animam, reconhecemos que o Brasil está em fase de progresso material e tem sabido mobilizar muitas de suas riquezas naturais, aproveitadas inteligentemente as realizações do passado e as eventualidades favoráveis do presente. Limitar-nos-emos a notar que, em outros países, sem como vichia sucedendo no nosso próprio, identicos revólutos foram conseguidos sem o sacrifício dos direitos civis, o que demonstra não serem periculosa as formas autoritárias de governo."

"Não se sabe, porém, da realista feita, que desejamos voltar aos valores das organizações e práticas políticas anteriores a 1930 (...). Se tentamos copiar o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam realidades a todos os povos, certamente não pedimos demais reafirmando para nós os mesmos direitos e garantias que se caracterizam".

Os mineiros, onde estão?

CARLOS CHAGAS

Para uns, a história apenas se repete como faro. Para outros, nada existe de novo sob o sol. Entre os dois extremos, é possível reconhecer no presente situações análogas ao passado. Apesar da distância dos anos, nenhum documento será mais oportuno para a realidade de nossos dias que o Manifesto dos Mineiros, hoje harmonia espontânea e não unanimidade forçada, convergência de propostas lucidas e voluntárias e não soma de ideias indolentes. Uma povo reunido ao silêncio e privado da liberdade de pensar e de opinar é um organismo corrompido, incapaz de assumir as imensas responsabilidades.

"... O tempo do liberalismo passivo já findou. Não é de frequência recalcitrante e de tolerância ética que a democracia precisa. Assim, escolhida, grandes revoluções nacionais da século suplantam-se de maneira até surpreendente, material que o historiador do futuro não deixará de anotar. Da mesma forma, o Manifesto dos Mineiros encontrou o mundo contagiado entre duas ideologias opostas. Lá, em meio à guerra trágica; aqui, entre a sofisticação de acordos duvidosos que são colares a realidade. O protesto para as medidas de fôlego, no entanto, foi o mesmo, e lá bem representado que chegou, hoje como

Fonte: OESP. 24 out.1973, p. 5.

Exemplar desse esforço de celebração coletiva da memória de Afonso Arinos são as homenagens, relatos e entrevistas proferidas em ocasiões comemorativas como a que ocorreu em torno do aniversário de seus setenta anos, em novembro de 1975. Naquela altura, os grandes jornais brasileiros veicularam algum tipo de relato (auto)biográfico. A *Folha de São Paulo*, em

matéria intitulada *Afonso Arinos, um intelectual na política*, veicula a imagem mais intimista de um homem experiente, vivendo no ostracismo político a que fora condenado por não se adequar à política vigente, mas orgulhoso de sua obra pública um tanto quanto incompreendida, cujo tempo teria ajudado a confirmar as suas intrínsecas qualidades¹⁹⁸. Ao *O Globo*, Arinos ofereceu entrevista, publicada em página inteira, em que relembra suas principais contribuições para a história do país, a exemplo da lei de sua autoria que definiu o racismo como contravenção penal.

Figura 8

¹⁹⁸ FSP. Entrevista a Isa Sabará: "70 anos de Afonso Arinos, um intelectual na política". 24 nov.1975, p. 3.

O GLOBO ☆ 27-11-75 – Quinta-feira ☆ Página 37



Afonso Arinos de Mello Franco

"Sentir coisas é uma situação secundária no homem. Importante é não sentir dó, inveja, ambição, frustração e angústia"

Afonso Arinos de Mello Franco chega aos 70 anos. O que mudou de 1905 para cá? "Machado de Assis dizia: mudou o netal ou mudou eu? Digo: mudou o tempo ou mudou eu?" "Mudou tudo, ele mesmo responde. E algumas dessas mudanças — sobretudo a incredulidade nos processos da democracia representativa — o deixaram impossibilitado de exercer a faculdade que foi mestre em sua vida: a da compreensão. Não que se recuse a entender o fenômeno de certas transformações por que passou o mundo neste século; mas considera difícil mesmo a racionalização da realidade nos dias de hoje. "Tudo isso", esclarece ele em sua biblioteca de 20 mil volumes. "Não faz com que me afaste do mundo moderno, mas faz com que me encontre perplexo". Este é o sentimento que hoje à noite os amigos que forem à casa da Rua Dona Mariana, no Rio, encontrarão no escritor em plena força intelectual — o último livro, "Maralto", sairá breve —, o antigo líder da UDN, chanceler da Jânio, ex-senador, ex-catedrático de Direito Constitucional (ontem foi jubilado), membro do Conselho Federal de Cultura, acadêmico, detentor de vários outros títulos conquistados nesses 70 anos de vida.

Aos 70 anos, na força da idade



"Não sentir nada disso é sentir paz. E é o que eu sinto hoje: paz espiritual, paz moral, paz intelectual, paz de convivência"

Fonte: Afonso Arinos de Mello Franco: Aos 70 anos, na força da idade. **OG**. 27 nov. 1975, p. 37.

Figura 9



Fonte: **JB**. Afonso. Testemunho e poesia. 28 nov. 1975, Caderno B, p. 1.

Arinos não deixou de notar a grande quantidade de manifestações na comemoração do seu aniversário, registrando detalhadamente as principais declarações. Sobre os motivos de tal demonstração pública de apreço, avalia que:

A explicação não me parece muito difícil. No declínio de uma vida já longa, dedicada à cultura, à tolerância e à liberdade, tudo o que fiz, o que disse, o que escrevi nesse quase meio século de copiosa produção aparecem subitamente como a expressão coerente de valores humanos ameaçados. Minha obra é numerosa, minha ação foi intensa, mas nem uma nem outra explicaria, por elas mesmas, essa feição nacional (deixem-me falar com vaidade) que cercou o marco inicial da minha velhice. A explicação está em que esses brasileiros, que me elevaram e enalteciram, viram em mim não o que sou, mas o que eles desejariam que eu fosse, isto é, a expressão daqueles valores que a força, a cupidez, a violência ou o medo esmagam ou consideram superados.¹⁹⁹

No *Jornal do Brasil*, o retrato do “setentão Afonso Arinos” ficou a cargo de um dos seus mais importantes interlocutores do período, o jornalista Carlos Castello Branco:

É este homem que o JORNAL DO BRASIL, por sua diretoria, está hoje homenageando, num esforço de impor, em meio a mediocridade a que se condenou a vida pública do país, o que ele representou como símbolo e expressão mais alta de uma geração que criou e viveu o regime constitucional de 1946, sem se furtar a qualquer risco com que se deparou, inclusive o de apelar mais de uma vez, ainda em 1964, para a intervenção das Forças Armadas, em busca de intervalos que permitissem, a sombra de uma autoridade nacional incontestável, recompor as feridas e os vícios de instituições que não tiveram oportunidades de serem aperfeiçoadas [...]

¹⁹⁹ FRANCO, 2018 [1976], p. 1607.

Os créditos acumulados na vida pública não impediram o julgamento errôneo da sua personalidade depois do movimento de 1964, do qual participou inclusive como Secretário de Justiça do Governo revolucionário de Minas Gerais. [...] E via-se nele o político de formação supostamente aristocrática a revelar sensibilidade pelas causas populares e pelas reivindicações sociais, incompatível com o conservantismo e o reacionarismo que emergiram após abril de 1964. Hoje a revisão daqueles erros foi feita espontaneamente e a voz de Afonso Arinos, no seu estilo de professor e de cientista, volta ser ouvida com respeito [...]

Dele pode dizer-se que, honrado e respeitado, chega aos 70 anos sem ressentimentos, pois os viveu bem, no seio de uma família amorosa, e os alcança em meio a consagração que nele distingue uma das expressões do que havia de melhor e de mais autêntico na geração que teve o seu canto de cisne no Governo do Marechal Carlos Castelo Branco. Foi Afonso Arinos quem redigiu, na carta de 1967, em estilo clássico, a declaração de direitos e deveres do cidadão. Essa declaração que nem por estar com sua vivência suspensa deixou de expressar as aspirações mais legítimas de nossa gente.²⁰⁰

Esse retrato de Carlos Castello Branco esteve bastante fiel à forma como Arinos buscou elaborar sua autorrepresentação no período, sobretudo no que diz respeito às relações com a ditadura: positiva à sua ação na altura da intervenção militar; ressalta a revisão dos erros; reforça a imagem de um sujeito sensível às causas sociais, o que o incompatibilizou com o reacionarismo dominante do pós-abril de 1964; lembra a sua principal obra legislativa como expressão das “aspirações mais legítimas de nossa gente”.

Outro aspecto importante: pontua que a voz de Arinos voltou a ser respeitada e ouvida. Esse é um dos elementos fundamentais na compreensão do porquê, a partir de meados dos anos 1970, volta a desenvolver um conjunto significativo de testemunhos e registros que reafirmavam a importância da sua obra para a história do país: almejava ocupar um lugar de destaque em meio ao processo de distensão gradualista proposta pelo governo Geisel. Antes de adentrar nesse assunto, parece relevante perceber qual a imagem que Arinos veiculava de si em relação à forma como vivenciou a primeira década da ditadura, em especial os anos que se seguiram à sua despedida do Congresso, até 1975, quando, segundo Carlos Castello Branco, retomou o protagonismo de outrora.

O quarto volume de suas memórias, *Alto-mar Maralto*, que se dedicaria a esse momento, só viria a ser publicado em 1976. Em vez de uma narrativa memorialística, que guarda certa distância entre o presente da escrita e o passado rememorado, tal livro se caracterizou por ser construído a partir de uma escrita em forma de diário, que poderia contribuir para a observação

²⁰⁰ Carlos Castello Branco. O setentão Afonso Arinos. **JB**. 28 nov. 1975, Coluna do Castello, p. 2.

de como seu autor se relacionou com o regime militar, bem como apresentar o juízo formulado em torno de alguns dos acontecimentos fundadores do período, tais como o fechamento do

Congresso, a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a nova rodada de perseguições políticas e os governos de Costa e Silva e Médici. Porém, o que se observa é um silêncio quase absoluto a respeito do processo político e institucional brasileiro.

Entre 1968 e 1974, são poucos os registros diários de Arinos e, em sua maior parte, narram suas viagens, o processo de elaboração do livro sobre Rodrigues Alves e algumas reflexões mais abrangentes a respeito de temas literários e artísticos. Tal livro de memórias conduz o leitor à imagem de um homem recluso, dedicado exclusivamente à sua vida intelectual e espiritual. Poucas são as menções ao regime militar e, quando realizadas, não deixam claro o seu posicionamento, apenas expressam um ar de reprovação e um olhar distanciado a respeito da conjuntura política e institucional. Em 28 de julho de 1969, por exemplo, o ex-parlamentar descreve seus dias da seguinte forma:

Hoje deu-me ganas de voltar a este caderno esquecido há tantos meses. As razões deste olvido são indeterminadas, confusas, como tantas vezes acontece com as fortes razões. A retomada dos cursos nas duas universidades, a absorção da biografia de Rodrigues Alves (estou terminando o estudo da sua ação como ministro de Prudente) talvez também o tédio causado pela inominável situação política brasileira...²⁰¹

As reticências no final desta frase possuem um significado especial: demarcam o início, no interior do seu registro memorialista, do intervalo de tempo que deixou de oferecer algum juízo sobre o processo político e institucional brasileiro, uma vez que, só em julho de 1974, em razão dos acontecimentos portugueses, voltaria a tratar do assunto.

A autoimagem que buscava fixar era a de um homem condenado ao ostracismo por sua postura rebelde e insubmissa ao autoritarismo dominante. Por exemplo, em nota de março de 1978, incorporada à edição de *A alma do tempo* lançada naquele ano, afirmou: “Depois da presidência Castelo Branco e da Constituição de 1967, o que me coube foi o exílio político”²⁰². No *Diário de bolso* (1979), último volume de suas memórias, ao lembrar do afastamento político outrora experimentado pelo pai, registrou que: “Meu ostracismo foi muito mais longo.

²⁰¹ FRANCO, 2018 [1976], p. 1449.

²⁰² FRANCO, 2018 [1961], p. 388.

A ditadura militar repressiva nele me conservou, desde o fim do governo Castelo Branco, até o corrente ano, quando se abriu o processo de redemocratização”²⁰³. Ainda nesse sentido:

Desde nossa chegada da Europa, em junho, tenho sido solicitado constantemente, para as mais variadas tarefas, embora completamente à margem da vida pública e

profissional, aposentado na universidade e mantido pelos sucessivos governos militares, durante mais de dez anos, em deliberado ostracismo. A perda dos meus direitos políticos não chegou a ser decretada, como pretendeu a ala mais reacionária e obscurantista da chamada revolução, durante os governos Castelo Branco e Costa e Silva. Minha vida de escritor, professor e parlamentar terminou por se impor contra as tentativas de indivíduos e grupos que eu não conhecia e desdenhava. Durante o governo Castelo, foi o próprio presidente quem se opôs aos que queriam me atingir. Durante o governo Costa e Silva não sei quem deteve o seu pitoresco ministro da Justiça. Agora, ou melhor, desde os meus 70 anos, as ameaças e intrigas foram substituídas por demonstrações de carinho e apoio.²⁰⁴

A partir do contraste entre um passado recente em que foi perseguido e lançado ao ostracismo e um presente de demonstração de carinho e apreço, parece revelar um novo momento em sua trajetória pública. Quando a democracia tinha sido extirpada do horizonte de expectativa, saiu da vida pública, voltando-se ao campo de experiência remota que, embora possuísse alguma relevância para o entendimento do tempo presente, já não mais poderia servir de modelo, dado o completo ocaso das instituições republicanas; quando a redemocratização voltou a despontar no horizonte, o intelectual retomou o protagonismo no debate nacional. Dessa maneira, através da narrativa memorialista, costurava sua própria história pessoal à história da democracia brasileira, ao passo que reforçava sua completa incompatibilidade com os rumos autoritários tomados nos últimos anos.

Alberto Venâncio Filho demarca o ano em que completou setenta anos e se afastou da cátedra universitária como um momento de virada na sua vida pública. A partir dali várias celebrações foram feitas em torno do seu nome, como o evento organizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, que reuniu importantes juristas brasileiros em torno da discussão sobre o Direito Público²⁰⁵. Em tom hiperbólico, afirma que naquele momento se iniciaria uma nova fase na vida de Arinos, “a atual, do ‘elder statemen’ [...] onde a sua voz mesclada de sabedoria, experiência e naturalidade, fala a todos os brasileiros nessa nota incessante pelo

²⁰³ FRANCO, A. A. M. Diário de bolso. In: FRANCO, A. A. M. **A alma do tempo: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018 [1979], p. 1697.

²⁰⁴ FRANCO, 2018 [1979], p. 1649.

²⁰⁵ Conferências publicadas no livro: BONAVIDES, Paulo *et. Al.* **As Tendências Atuais do Direito Público: Estudos em Homenagem ao Professor Afonso Arinos de Melo Franco**. Rio de Janeiro: Forense, 1976. ²⁴⁴ VENANCIO FILHO, 1981, p. 13.

reestabelecimento do estado de direito [...] Cada pronunciamento seu ecoa em todos os círculos da nação como uma voz de advertência de alerta e conclamação”²⁴⁴.

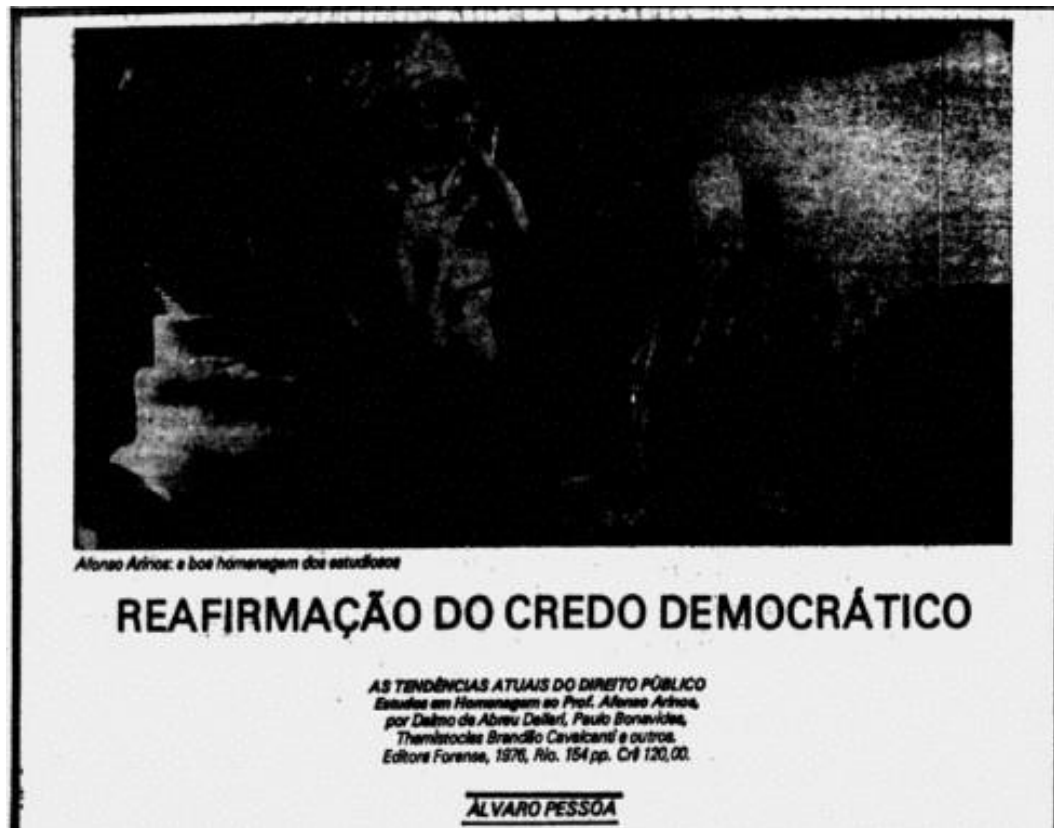
Em cada obra publicada ou discurso proferido, a imagem que Arinos procurava fixar, e que contou com a contribuição decisiva da imprensa, era a de que possuía uma “tranquila convicção democrática”. Os lançamentos dos seus livros se tornaram oportunidades ímpares para a cristalização de tal imagem de si.

Figura 10



Fonte: Pedro Dantas. Uma tranqüila convicção democrática. **JB**. 20 set.1975, Livro, p. 2.

Figura 11



Fonte: Alvaro Pessoa. Reafirmação do credo democrático. **JB**. 28 nov. 1976, Livro, p. 6.

Afonso Arinos, no interior de seus livros de memórias, demarca os anos de 1976 e 1977 como um momento de virada na sua trajetória pública, quando deixou claras as suas “manifestações de inconformidade política” a partir de dois discursos com ampla repercussão nacional. O primeiro, realizado em aula magna na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, foi *Pela restauração do Direito*²⁰⁶. O segundo discurso, proferido na altura do recebimento do Prêmio Teixeira de Freitas pelo Instituto de Advogados, em 1977, intitulou-se *Teixeira de Freitas e a renovação do direito*. Sobre esse último, deixou registrado que: “quando se fizer o retrospecto do levante de ideias em favor da restauração democrática, neste fim da triste festa a que estamos assistindo sem participar, creio que o meu discurso no Instituto dos Advogados será colocado entre os brados pioneiros de alerta e inconformidade”²⁰⁷.

A análise comparada das publicações dedicadas à celebração da obra pública de Arinos evidencia uma alteração na forma de enunciação de si a partir de meados dos anos 1970, bem

²⁰⁶ Arinos deixaria registrado, no quarto volume de suas memórias, a grande quantidade de manifestações públicas e privadas de aprovação do seu discurso. Finaliza o texto revelando as suas expectativas: “Agora é esperar pela possível maturação da sua leitura desapaixonada pelos grupos dirigentes, principalmente aqueles não institucionalizados” (Franco, 2018 [1976], p. 1610).

²⁰⁷ FRANCO, 2018 [1979], p. 1651.

como uma prática sistemática de enquadramento da memória. Os dois últimos volumes de memórias foram escritos com contornos mais intimistas e pouco relatam sobre acontecimentos políticos mais amplos, especialmente no que se refere ao regime autoritário. O cenário político reaparece apenas quando promoveu algum ato público de questionamento do arbítrio ou quando foi instado a cooperar com as reformas institucionais.

Importante notar que, a partir do final da década de 1970, Arinos encontrou uma outra forma de anunciar seu compromisso com a democracia e a especificidade da sua identidade liberal: não apenas a partir da escrita de livros de memórias, nos quais a narrativa subjetivista tem centralidade, mas por meio da publicação de coletâneas de textos. Nesse sentido, não é a “vida” que recebe especial atenção, mas a “obra” que ganha estatuto de prova objetiva da memória construída²⁰⁸. Nessas coletâneas, privilegiam-se uma organização diacrônica, na qual a passagem do tempo, explicitada pelas datas da publicação original dos textos e discursos selecionados, só reforçaria a imagem que se procurava veicular. Deste modo, a publicação das coletâneas de textos somava-se à já extensa escrita autobiográfica de Afonso Arinos, ambas dirigidas na confecção de uma identidade política que se definia por democrata liberal.

O som do outro sino: um breviário liberal (1978) e *Política e Direito* (1981) podem ser considerados exemplares do modo pelo qual Afonso Arinos, ao apresentar publicamente sua vida e obra, procedeu um intenso trabalho de memória que, como tal, foi tanto um exercício de *construção*, quanto de *seleção*. Para Michael Pollak, a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, sendo gestado como fator determinante para garantir uma certa

continuidade e coerência de uma pessoa ou grupo em relação a si mesmo. Ainda segundo o autor, a memória é seletiva, o que significa que o que ela relembra ou exclui é resultado de um intenso trabalho de organização, um processo de “enquadramento da memória”, que consiste na valorização e hierarquização de certas datas, personagens e acontecimentos²⁰⁹.

Figura 12

²⁰⁸ Sobre a relação entre vida e obra na confecção das biografias tradicionais, especialmente no interior dos estudos realizados pela crítica literária, ver a discussão sobre a “vidobra”, Cf.: DOSSE, 2009, p. 80, *et. seq.*

²⁰⁹ POLLAK, 1992.

BREVIÁRIO LIBERAL

Vamireh Chacon

O Sem de Cetre Sine, de Afonso Arinos de Melo Franco. Civilização Brasileira/LIBS, 1978, Rio, 328 pp. Cr\$ 140.

As vezes o tempo decanta a inteligência. Afonso Arinos está neste caso. À medida que os anos passam, ele vem ficando mais lucido e mais crítico. Este seu último livro confirma e renova todo um itinerário. Nas palavras do autor, é "a linha de coerência, sinceridade e moderação da nossa vida", "repellido pelos exaltados dos dois lados". Com a alegria de quem não trabalhou em vão.

Do ponto-de-vista ideológico, o autor Afonso Arinos trilha o caminho do que os espanhóis chamam de "Derecho Político", evitando limitar o Direito Constitucional ao Direito da Constituição.

Do ponto de vista ideológico, o autor opta pelo Liberalismo e pela Democracia, que nem sempre andam juntas. Pois Democracia significa governo das maiorias e Liberalismo a divisão dos Poderes mesmo democráticos. Daí sua definição do paradoxal Peijó, "um liberal austero meio reacionário", que dizia em 1837:

"Não posso governar com esta Câmara; ela é feita de inimigos meus, por isso me retiro".

Donde Afonso Arinos tira uma lição historicamente válida: "Isso porque no Brasil, sempre, os frustrados, em vez de se conformarem em fazer oposição, transbordam para a revolução, assim como o Governo, em vez de fazer coordenação, transborda para a repressão". Deste círculo vicioso precisamos sair finalmente.

Mas o autor continua realista, quando por exemplo sugere, num relatório a propósito de reformas políticas, a distinção entre segurança do Estado e segurança do indivíduo dentro do Direito de Segurança, hoje tão em moda. "A questão é distinguir segurança policial e segurança de Estado, perturbação da ordem com subversão da ordem". Em ambos os casos cumpre vigiar em favor da segurança do cidadão, dada a inexistência abstrata da sociedade e o caráter instrumental do Estado, nunca um fim em si mesmo. Ao lado do "Direito de segurança social contra a subversão e o terrorismo", tem de existir também "O Direito de segurança social contra a ação arbitrária e ilegal das autoridades".

Surpreende e anima esta fusão de teoria e prática liberais em Afonso Arinos de Melo Franco. Sua pregação data de décadas como ensaísta, tratadista e parlamentar. Muito além de uma simples coletânea de discursos, seu último livro projeta a imagem de corpo inteiro do praxista e doutrinário da política. Vamireh Chacon, sociólogo, ensina na Universidade de Brasília.

**ARINOS:
UMA LONGA
LUTA
TEÓRICA E
PRÁTICA
PELO
LIBERALISMO
E A
DEMOCRACIA**



Fonte: Vamireh Chacon. Breviário Liberal. **JB**, 16 jan. 1979, Caderno B, p. 3.

Portanto, tais coletâneas de textos são fontes que contribuem para a compreensão da identidade política que Arinos procurou conformar e do trabalho de memória que tal empreendimento implicava. Os textos ali republicados foram criteriosamente selecionados, organizados e enquadrados. Se o conceito de democracia se tornara a palavra-chave do discurso intelectual e político desde meados dos anos 1970, o adjetivo “democrata” passa a ser uma

espécie de passaporte para a entrada no debate público. Homens como Afonso Arinos, que agiram no sentido de respaldar o golpe de 1964 e se mantiveram na esfera de influência do regime militar, tinham como desafio elementar desvencilhar sua “identidade liberal” do “autoritarismo instrumental”²¹⁰ de que poderiam ser acusados.

²¹⁰ Wanderley Guilherme dos Santos foi um dos intelectuais que tentou discutir o “dilema do liberalismo no Brasil”. Sobre o *autoritarismo instrumental* e suas relações com o que chama de “liberalismo doutrinário”, o autor afirma: “A percepção do autoritarismo, como um formato político transitório, estabelece a linha divisória

A publicação de coletâneas de textos possuía uma vantagem adicional: o autor do discurso não precisaria explicar as condições objetivas de sua enunciação. Este foi um movimento semelhante ao empreendido nos capítulos finais de *História do povo brasileiro* (1967). Naquele momento, Arinos retirou das páginas mais “pessoais” das suas memórias o relato sobre os acontecimentos do pós-1964, relegando tal tarefa à objetividade da narrativa histórica. No fim dos anos 1970, mais importante do que apresentar sua própria “versão da história”, seria evidenciar como, ao longo de sua longa trajetória pública, sempre se colocou ao lado da democracia e contra o arbítrio; a prova cabal disso estaria materializada nos vários discursos, aulas e textos redigidos em diferentes momentos de sua trajetória pública.

Nos quadros abaixo, podemos observar quais os textos selecionados, as datas e os locais de sua veiculação original, além do tipo de texto e os seus temas preferenciais.

Quadro 1 - Textos “O som do outro sino: o breviário liberal” (1978)			
Título	Local/data da publicação original	Tema do texto	Tipo de texto
O Senado Republicano	Discurso na Câmara dos Deputados, proferido em: 12 jan. 1959	Discussão sobre a emenda constitucional que inclui no Senado, com o título de “Conselheiros da República, os ex-presidentes”	Discurso parlamentar
A Reforma Constitucional de 1966	Discursos proferidos no Senado Federal em: 14 dez. 1966 15 dez. 1966 16 dez. 1966 19 dez. 1966 20 dez. 1966	Debate sobre a Constituição de 1966-1967, problemas e virtudes; apontamentos para a solução da crise brasileira: “a solução parlamentarista”	Discurso parlamentar
As ideias políticas no Brasil	Aula na Faculdade de Direito da PUC-RS, em: 1972	Debate das ideias políticas no Brasil, em especial o legado histórico do liberalismo e o problema da ausência de ideias no tempo presente	Curso de extensão universitária
Pela restauração do direito	Aula magna na Universidade de Minas Gerais em:	Ressalta a tradição liberal de Minas Gerais e a necessidade de “retorno do Estado de Direito”	Aula magna

	mar. 1976		
Constituição Americana: o maior documento político da história humana	Artigo para a Revista Manchete em: jul. 1976	Sobre a importância histórica da Constituição Americana e o trabalho virtuoso dos Federalistas	Artigo em revista

entre autoritarismo instrumental e as outras propostas políticas não democráticas” (SANTOS, W. G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas cidades, 1978, p. 103).

Democracia e República	Artigo para O Estado de São Paulo em: jul. 1974	Análise da relação entre República e Democracia, a partir do pensamento político e jurídico moderno, especialmente dos Federalistas	Artigo em jornal
JK e a Democracia	Discurso na Academia Mineira de Letras em: 14 out. 1977	Tradição política e intelectual mineira; discurso elogioso em relação a Juscelino Kubitschek	Discurso de posse
Discurso de Professor Emérito	Sem local dito no livro (possivelmente UFRJ) em: jul. 1977	Necessidade de reconstrução do Direito Público; discurso em defesa da conciliação nacional	Discurso de professor emérito
Não existe democracia relativa	Entrevista para O Estado de São Paulo em: 19 mar. 1978	Análise da conjuntura política; papel nas reformas institucionais; discussão sobre a suspensão do AI-5	Entrevista para jornal
Relatório sobre as reformas políticas	Texto redigido a pedido de Petrônio Portella datado em: 14 mar. 1978	Texto sobre as reformas políticas e institucionais, em especial sobre a supressão do AI-5, o retorno de garantias individuais como <i>habeas corpus</i> e a discussão da lei da anistia	Relatório direcionado a representantes do governo sobre reformas políticas.

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 2 - Textos “Política e Direito” (1981)			
Título	Local/data da publicação original	Tema do texto	Tipo de texto
Discurso de posse na Cátedra de Direito Constitucional	Discurso proferido no Salão Nobre da Faculdade Nacional de Direito em: 09 jul. 1950	Versa sobre o ensino e a teoria do Direito Constitucional	Discurso de posse
O Constitucionalismo Brasileiro na primeira metade do século XIX	Texto para livro “El Constitucionalismo a mediados del siglo XIX”, Universidade Nacional do México, publicado em: 1957	Análise do constitucionalismo brasileiro e da Constituição imperial brasileira	Texto para livro
Raul Fernandes, o Jurista e o Político	Discurso proferido no Palácio do Itamaraty em: 24 out. 1967	Elogio da atuação pública de Raul Fernandes, especialmente no que tange à política externa brasileira	Discurso de saudação solene comemorativa do 90º aniversário do embaixador Raul Fernandez
Aspectos Jurídicos da Independência	Conferência no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (Sem data na obra, possivelmente em 1972)	Análise do pensamento jurídico na independência, especialmente no processo de formulação da Constituição Imperial	Conferência na OAB

Uma Política Nacional de Cultura	Conselho Federal de Cultura (sem data exata no livro, possivelmente na primeira metade da década 1970)	Discussão sobre política nacional de cultura	Súmula do pensamento do CFC, em torno de um documento produzido pelo MEC
Teixeira de Freitas e a Renovação do Direito	Discurso proferido na Instituto dos Advogados Brasileiros em: 27 jul. 1977	Legado de Teixeira de Freitas para a história do direito brasileiro e análise da conjuntura atual, clamor pela volta do Estado de Direito	Discurso de recebimento da medalha Teixeira de Freitas
Discurso de Posse no Instituto de Direito Público e Ciência Política da FGV	Fundação Getúlio Vargas em: 28 abr. 1980	Plano de Trabalho como diretor do INDIPO-FGV	Discurso de posse
Discurso na Solenidade de Abertura do VII Curso de Direito Internacional	Fundação Getúlio Vargas em: 04 ago. 1980	Fala sobre Direito Internacional e história do pensamento brasileira em termos de relações exteriores	Discurso de abertura de curso
Prerrogativas parlamentares	Exposição oral no Senado Federal em: 06 ago. 1980	Participa do debate sobre as “prerrogativas parlamentares”	Exposição oral no Senado Federal
Homenagem a Tiradentes	Discurso pronunciado na Praça do Palácio em Ouro Preto em: 21 abr. 1980	Discurso em homenagem às tradições mineiras	Discurso pronunciado na presença do Secretário Geral da Unesco, em razão do título de monumento mundial conferido à cidade de Ouro Preto
Cultura e Nação	Aula magna na UFRJ em: 11 abr. 1981	Sobre a questão da cultura e da nação no Brasil; clamor pela elaboração de uma Constituição democrática no Brasil	Aula magna
Os partidos políticos brasileiros	Conferência na Escola Superior de Guerra realizada em: 05 ago.1981	História dos partidos políticos no Brasil	Conferência na ESG
Ouro Preto e seu destino	Discurso comemorativo realizado em Ouro Preto em: 08 jul. 1981	Homenagem a Ouro Preto	Discurso comemorativo
A constituinte instituída	Discurso proferido no Senado Federal em: ago. 1981	Defesa da tese de Congresso Constituinte	Discurso no Senado

Fonte: elaborado pelo autor

Os textos inseridos em *O som do outro sino: um breviário liberal* (1978) datam do período que se estende entre 1959, ano em que seu autor entrou para o Senado Federal, e 1978, quando participou diretamente dos debates em torno das reformas políticas promovidas pelo governo

Geisel. Curioso notar que, dos dez textos selecionados, oito são do período posterior à sua saída do parlamento e, destes, sete são posteriores à 1974, momento em que se anunciou o projeto de abertura lenta, gradual e segura.

A temática constitucional, os pedidos de retorno ao Estado de Direito e a reconstrução da tradição liberal (especialmente a mineira) são as questões principais a serem destacadas pela quase totalidade dos textos. Os únicos documentos parlamentares datados do período autoritário, republicados na coletânea, são justamente os discursos de despedidas do Congresso. Nos demais escritos, em especial naqueles produzidos entre 1977 e 1978, vê-se um Afonso Arinos inteiramente voltado para a defesa do Estado de Direito e para a conclamação da “conciliação nacional”.

Em *Política e Direito* (1981), o tema central orbita em torno do debate constitucional. O período coberto é mais amplo, vai de 1950, ano da sua posse na cátedra de Direito Constitucional da então Faculdade Nacional de Direito, até aulas e conferências realizadas no início dos anos 1980. Percebe-se a centralidade que Arinos legava à questão constitucional no debate político e institucional, levando-o a dirigir o Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas (INDIPO-FGV) e a desenvolver pesquisas que pudessem embasar a redação de uma nova constituição.

Nas duas coletâneas de textos, Arinos procedeu semelhante enquadramento. Não há qualquer indício das relações que possuiu com o regime militar, a não ser no que tange às publicações que apontavam, em alguma medida, à saída do arbítrio. Os pareceres e sugestões escritos para o presidente Castelo Branco, por exemplo, não são ali publicados. Também não é no interior dessas obras que divulga os artigos, escritos no início dos anos 1970, que relativizavam o alcance da democracia liberal. No que diz respeito à sua atuação no Conselho Federal de Cultura (CFC) só há um texto, dedicado a discutir a “Política Nacional de Cultura”. Não há registro relativo à sua atuação no interior da Arena, mesmo depois da criação da Fundação Milton Campos, quando chegou a se definir enquanto um “soldado arenista disciplinado”. Dos vinte e quatro escritos publicados nas duas coletâneas, dezesseis são relativos ao momento posterior ao início da liberalização gradual; três são dos anos anteriores à chegada dos militares ao poder; e só cinco datam do período entre o início do regime militar e o começo da liberalização²¹¹.

²¹¹ Esse número é aproximado, uma vez que três textos não têm data definida no interior da obra e chegamos a uma data aproximada pela leitura comparada de outras fontes.

Com essas coletâneas, Arinos estabelecia os marcos referenciais e cronológicos a partir dos quais buscava controlar a sua autoimagem, fixando tanto a identidade de democrata-liberal,

quanto a própria periodização da sua trajetória pública, de modo a lançar luz sobre os aspectos que considerava mais adequados de serem ressaltados, ao mesmo tempo que ofuscava aqueles mais comprometedores que poderiam sugerir algum tipo de contradição ou ambiguidade.

Os comentários de terceiros publicados na imprensa ou no interior das próprias obras são indícios do significado que tais coletâneas tiveram para a confirmação de uma identidade política enquanto legítimo representante do liberalismo democrático brasileiro. Mário da Silva Brito, em nota impressa na “orelha” de *O som de outro sino: um breviário liberal* (1978), afirma que o livro refletiria: “um espírito capaz de iluminar as mentes, afastando as cores cinzentas, sombrias, que pairam sobre nós, mostrando e demonstrando que se pode viver ao sol da liberdade – e que a divergência de opinião é salutar exercício democrático”²¹². Para Vamireh Chacon, tal obra confirmaria o itinerário de um homem marcado pela coerência, sinceridade e moderação, uma “longa luta teórica e prática pelo liberalismo e pela democracia”²¹³. Este mesmo escritor, em introdução a *Política e Direito* (1981), assim resume o sentido da obra política e intelectual do “neoliberal” Afonso Arinos:

Não seduz, portanto, a Afonso Arinos, nem o autoritarismo militar-tecnocrático, nem sua camuflagem, o chamado “Estado orgânico”, ambos ultimamente empenhadas em negar os partidos, negando o rodízio no poder, sob a capa da doutrina da segurança estatal, crismada de nacional, como se a parte da subversão tivesse condições de destruir o todo institucional, muito mais ameaçado por dentro, pelos seus ultrazelosos e auto-arrogantes defensores.

É preciso enfim sair do longo túnel do autoritarismo, remontando a quatrocentos anos antes mesmo de 1964, nas deformações culturais, econômicas e sociais que mantêm a grande maioria do povo brasileiro ainda sob o peso das opressões as mais iníquas. Afonso Arinos aproxima-se do ocaso da vida, já vendo a luz da nova etapa que virá. Passará sua última fase dedicado à construção desde as bases, a partir da solução do impasse constituinte, que ele apresenta como superado através do auto-investimento de poderes constitucionalizantes pelo Congresso Nacional, expressão máxima da soberania popular²¹⁴.

²¹² BRITO, M. S. Um salutar exercício democrático. In: FRANCO, A. A. M. **O Som do outro sino: um breviário liberal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

²¹³ CHACON, Vamireh. Breviário Liberal. **JB**. 16 jan. 1979, Caderno B, p. 3.

²¹⁴ CHACON, V. O neoliberal Afonso Arinos. In: FRANCO, A. A. M. **Política e Direito**. Brasília: Ed. UnB, 1981, p. 7.

Uma outra publicação em comemoração à vida e obra de Afonso Arinos foi lançada pela Editora da Universidade de Brasília. Trata-se de *Afonso Arinos na UnB* (1981), livro que trouxe a público uma série de conferências, comentários e debates que ocorreram naquela universidade

entre os dias 07 e 09 de abril de 1981²¹⁵. Diferentemente das publicações anteriores, essa não é uma coletânea de textos de autoria de Arinos, mas de declarações voltadas para homenageá-lo, redigidas e apresentadas por importantes nomes da política e da intelectualidade brasileira.

Essa obra demonstra que a construção da memória da atuação pública de Afonso Arinos, além de ser seletiva, foi resultado de um esforço coletivo, em que contribuíram diferentes atores políticos e intelectuais que mantiveram com ele algum grau de interlocução. Nesse sentido, tanto os temas das conferências, como os seus comentadores parecem importantes de serem ressaltados: Alberto Venâncio Filho falou sobre a obra de Arinos voltada para o Direito Constitucional; Vicente Marotta Rangel tratou da contribuição do ex-ministro das relações exteriores para a política externa brasileira; José Sarney abordou a vida parlamentar do antigo deputado e senador; Francisco de Assis Barbosa, por sua vez, reforçou a faceta de grande “historiador da República”; Aspásia Brasileiro Camargo voltou-se para a sua produção memorialista; já José Guilherme Merquior teceu alguns comentários sobre o seu pensamento liberal.

Figura 13

²¹⁵ Em 1981, a Universidade de Brasília promoveu uma série de eventos sobre algumas das personalidades, brasileiras e estrangeiras mais notáveis do liberalismo e do conservadorismo, à exemplo de Miguel Reale e Raymond Aron. Todos publicados em livros organizados pela editora da instituição, na Coleção Itinerários. Sobre os títulos das obras, Cf.: <https://www.loja.editora.unb.br/colecoes/1/ITINERARIOS> Acesso em: 11 out. 2023.



Fonte: Capa do livro: **Afonso Arinos na UnB**: Conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981.

Mais uma vez, na imagem que seria consagrada por Pedro Nava, Arinos era retratado como um verdadeiro “poliedro humano”, cujas variadas faces concorriam para a confecção de uma personalidade pública complexa e multifacetada. Para Luís Viana Filho, Afonso Arinos é uma das poucas personalidades brasileiras a possuir “com a mesma grandeza, com a mesma luminosidade, com a mesma intensidade, essa multiplicidade de facetas”²¹⁶.

Se as áreas de conhecimento e os campos de atuação profissional de Arinos foram variados, haveria um ponto de coesão e unidade na diversidade da sua atuação pública: toda sua vida e obra seriam marcadas pela defesa intransigente da democracia e da ordem legal, podendo ser comprovado por sua atuação partidária, quando “o fulgor de suas ideias e sobretudo a sua atualidade, fizeram-no o paladino dos valores democráticos”²¹⁷; pela sua produção constitucionalista, que lhe garantiu a alcunha de “advogados dos direitos humanos e da legitimação do poder”²¹⁸; e pela sua formação liberal, que conformou em si uma “plena

²¹⁶ VIANA FILHO, L. Encerramento. In: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB**: Conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981. Brasília: Ed. UnB, 1981, p. 109.

²¹⁷ SARNEY, J. Afonso Arinos, parlamentar. In: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB**: Conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981. Brasília: Ed. UnB, 1981, p. 39.

²¹⁸ VENANCIO FILHO, 1981, p. 13.

convicção democrática”, impedindo-lhe de fazer do conceito de democracia “uma espécie de refém da superstição ideológica”²¹⁹.

Interessante notar uma certa dualidade na descrição da sua vida naqueles dias: de um lado, alguns relatos ressaltam sua avançada idade e a sua já completa e consagrada obra pública; de outro, há aqueles que o reivindicam como um intelectual necessário e que poderia, ainda, contribuir, com sua ampla experiência política e vasta bagagem intelectual, para a construção da democracia brasileira. O próprio Arinos fazia uso dessa dupla forma de apresentação, tanto colocando-se à disposição para a resolução dos impasses nacionais, quanto reclamando da sua já avançada idade e do melancólico rumo tomado pela política nacional. Nesse sentido, ao fazer seu “*strip-tease* intelectual”, descreve a si e aos seus dias da seguinte forma:

Agora, depois de dois concursos sucessivos – um, na Estadual e, outro, na Federal – e depois de uma cátedra durante tantos anos, a melancolia de um fim de vida sem objetivo, porque a Revolução de 64 acabou com o Direito Público. (...) E eles acabaram também com o ensino. Não havia mais interesse pelo Direito Público. A Teoria do Estado, o Direito Constitucional, a Ciência Política eram matérias consideradas, digamos, obscenas. *Obsceno* quer dizer *fora de cena* e aquilo estava fora de cena. Eu, então, era professor de uma cadeira obscena, que era o Direito Constitucional, ou a Teoria de Estado, Ciência Política.

E, assim, eu envelheci, cheguei à aposentadoria ensinando um troço que não existia. Então, eu não ensinava. Eu chegava, dava aula sobre assuntos gerais: a teoria geral, os princípios gerais, o Direito Comparado... Nunca me submeti. E todo mundo sabe disso. Também não ia me acontecer nada, não. Eu já estava velho, não estava chateando muito [...]
E hoje eu estou na tranquilidade daquele crepúsculo que sabe que há uma aurora além da noite²²⁰.

A partir dos relatos oferecidos em suas diferentes produções biográficas, tal como a forma que seus interlocutores mais próximos recepcionavam e veiculavam a autoimagem que o intelectual e político buscava fixar, é possível concluir que Arinos, no período entre 1975 e 1981, conseguiu, com razoável sucesso, definir os contornos gerais da memória de si que pretendia legar para posteridade, especialmente no que concerne ao período posterior à sua saída do parlamento: lutou pela democracia a ponto de ser ameaçado pelos elementos mais radicais da coalizão de forças que chegara ao poder em 1964; mesmo com as dificuldades enfrentadas, teve atuação política exemplar, sendo o autor do capítulo dos direitos individuais da

²¹⁹ MERQUIOR, J. G. Império e Nação: reflexões a partir de Afonso Arinos. In: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB**: Conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981. Brasília: Ed. UnB, 1981, p. 93.

²²⁰ FRANCO, 1981a, p. 82-83.

Constituição de 1967; saiu da política, mas entrou para a história. Viveu no ostracismo até a segunda metade da década de 1970, quando proferiu atos públicos de contestação do arbítrio e foi convidado a contribuir com a redemocratização do país. Nunca se submeteu ao autoritarismo dominante. Defensor da democracia e do liberalismo, não haveria quaisquer atos ou palavras que pudessem indicar sinal de ambiguidade ou contradição. Historiador, memorialista, constitucionalista, cientista político, homem público exemplar, sua obra política e intelectual estava mais viva do que nunca. Envelhecido, já poderia observar um horizonte de expectativa aberto, a apontar para um “crepúsculo que sabe que há uma aurora além da noite”.

Essa não foi, entretanto, a última ocasião em que passou a limpo o significado da sua trajetória pública e ofereceu alguma interpretação sobre a ditadura militar. Entre 1982 e 1983, concedeu uma série de entrevistas ao Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOCFGV), conduzidas pelas pesquisadoras Aspásia Camargo, Maria Tereza Teixeira e Maria Clara Mariani, e que contaram com a contribuição de nomes próximos a Arinos, tais como Carlos Castello Branco, Fernando Pedreira, Otto Lara Resende e Pedro Nava. Elaboradas a pedido do Senado Federal, que buscava homenagear alguns dos seus principais líderes, tais entrevistas foram reorganizadas e publicadas em livro com o sugestivo título *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos* (1983).

Essa publicação, além das entrevistas, também trazia à público um conjunto de 25 anexos com algumas das principais contribuições parlamentares do político e intelectual mineiro²²¹.

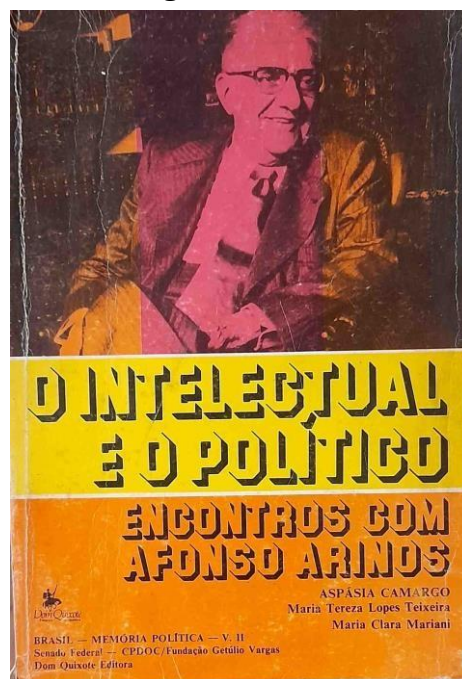
Mais uma vez a vida e a obra de Arinos eram apresentadas como expressão “da luta pela ordem legal”²²². Os textos publicados são elucidativos e podem ser observados como parte da

²²¹ Dos 25 textos em anexo, 23 são discursos, depoimentos e textos legislativos produzidos entre 1951 e 1967. Os documentos foram organizados entre os temas: *A crise político-institucional* (1954-1955); *A política externa* (1958-1963); *Saudações a chefes de Estado* (1964); *A defesa da igualdade racial* (1951-1967); *A luta pela ordem legal* (1959-1966). Os dois únicos textos que não dizem respeito à sua atividade parlamentar são: *Prerrogativas parlamentares: exposição no Senado Federal* (06/08/1980) e *Discurso na Academia Mineira de Letras recebendo o governador Tancredo Neves* (02/1983).

²²² Esse, aliás, é o título do mais numeroso conjunto de anexos. Os textos publicados na seção “Da luta pela ordem legal” foram: *Declaração de voto contra o impedimento de João Goulart e pela implantação do parlamentarismo* (30/08/1961); *Comentário sobre a ação do Congresso ao dar posse ao vice-presidente da República* (01/09/1961); *Declaração de voto sobre o plebiscito que devolveu ao presidente João Goulart poderes presidenciais* (14/09/1962); *Documento enviado aos líderes políticos e chefes militares propondo a concessão de poderes ao Executivo pelo Congresso* (09/04/1964); *Apreciação sobre o acordo de garantia dos investimentos americanos no Brasil* (30/04/1964); *Discurso sobre o Ato Institucional nº 2* (27/10/1965); *Discurso sobre a Revolução de 1964 e sobre a restauração da ordem constitucional* (08/02/1966); *Discurso*

estratégia autobiográfica de apresentar sua trajetória pública por meio da republicação de obras representativas. Lidos em conjuntos, relatam uma atuação política fortemente identificada com os ideais democráticos. Mesmo a ação em favor da intervenção militar, que poderia arranhar tal imagem construída de si, era contextualizada e devidamente justificada.

Figura 14



Fonte: Capa do livro: **O Intelectual e o político: Encontros com Afonso Arinos**, 1983.

Enquanto as produções em anexo seriam capazes de comprovar, de forma objetiva e inequívoca, o seu passado liberal, o conjunto das entrevistas apresentava a voz de um intelectual ainda ativo no empenho de edificação de uma ordem constitucional democrática. Para Aspásia Camargo, Arinos estava interessado em debater a crise atual, considerando necessário mergulhar no passado²²³. Segundo Alberti, a motivação da entrevista esteve relacionada com o contexto de inércia ou apatia do governo João Figueiredo na direção da democratização do país, havendo uma “vontade política de ‘sacudir’ o país e suas elites para lembrar o caráter inevitável da democratização e a necessidade de se combater a letargia com propostas de ação consistentes”²²⁴.

sobre a Reforma Constitucional (03/03/1966); Declaração de voto na eleição indireta para presidente da República – justificação de abstenção (29/09/1966).

²²³ CAMARGO, 1983.

²²⁴ ALBERTI, 1994, p. 3.

Ainda de acordo Alberti, a marca autobiográfica de Afonso Arinos está presente nesse conjunto de entrevistas: uma personagem que reflete sobre sua vida em suas relações com a tradição familiar e com a história política nacional. As entrevistas foram organizadas a partir de capítulos que seguiam uma ordem cronológica e temática correspondentes às “etapas” e “fases” de sua vida: “o intelectual na história”; “a herança”; “a iniciação”; “o tribuno”; “o chanceler”; “o estadista”; “sempre o político”. De modo geral, há um alinhamento entre o que já havia sido veiculado pelo conjunto dos cinco volumes de memórias e o que é dito nas entrevistas. O relato sobre sua infância, a tradição familiar liberal, a importância do seu irmão para a sua entrada na vida política, as obras e produções intelectuais dos anos 1930 e 1940 são repassadas a limpo e narradas com a mesma coloração já presentes em *A alma do tempo* (1961).

Porém, é na reflexão sobre a sua experiência parlamentar e no significado da sua atuação política que parece haver alguma tensão entre o que registrou em suas memórias e o que afirmou nas entrevistas. Na narrativa presente em *A alma do tempo* (1961) e *A escalada* (1965), observase uma personagem ativamente envolvida nos principais conflitos e crises políticas; nas entrevistas, por outro lado, Arinos reduz sua participação como “aquele que falava”, “um ornamento da tribuna”, estabelecendo uma dura dicotomia entre “palavra versus ação”²²⁵. Teria sido justamente a sua habilidade como orador que demarcou sua ação política. Entretanto, suas palavras não possuíram qualquer significação especial, pois se tratava de “um homem desinformado”, sem poder de decisão partidária, que nunca produziu acontecimento político

relevante. Como líder da UDN, por exemplo, não teria chegado a imprimir suas próprias ideias e convicções, mas apenas expressou a opinião majoritária da bancada.

Segundo Alberti, reside aí uma diferença marcante das entrevistas com os dois primeiros livros de memórias: nestas obras, Arinos constrói uma versão sobre si que evidencia um sistemático engajamento político; nas entrevistas, a narrativa sobre sua atuação partidária é eivada por um ar de distanciamento, no qual a figura do intelectual se sobrepõe inteiramente a do político. O que mudou foram os contextos de enunciação: enquanto em 1961 e em 1965 a conjuntura era-lhe favorável, no começo dos anos 1980, por outro lado, o seu projeto político já não é mais vitorioso. Essa estratégia de apresentação de si, como já notamos, foi levada a

²²⁵ *Ibid.*

cabo desde sua despedida do parlamento, cujos contornos já são delineados em *Planalto* (1968), mas é consolidada em *Encontros com Afonso Arinos* (1983)²²⁶.

Sobre o significado histórico da UDN, também apresentou um discurso sinuoso. Desde a sua “autocrítica”, Arinos denunciava a presença de um radicalismo demagógico nos quadros do partido dos bacharéis, exemplificada pela ação irresponsável de Carlos Lacerda. Afirmava que a UDN se afastara das suas aspirações democráticas e se convertera em um partido majoritariamente golpista e antidemocrático. Ao longo dos anos 1970, em algumas entrevistas, textos e falas públicas, replicava essa imagem, ressaltando a ação dos bacharéis liberais, especialmente na transição para o regime constitucional de 1946²⁶⁶.

Sobre essas críticas, foi confrontado em algumas ocasiões no começo dos anos 1980. Em entrevista ao *O Estado de São Paulo*, afirmou a atualidade do bacharelismo udenista:

Nunca voltei atrás em minhas posições, nunca menosprezei o movimento udenista, porque isso seria trair não apenas os meus companheiros, muitos deles já mortos, como a mim mesmo. Eu me empenhei naquilo com muita lealdade. O que é preciso que se recorde aos que tacam a UDN, o seu bacharelismo, o seu irrealismo, o seu moralismo é que a situação do mundo na época em que se formou era completamente diferente de hoje. Os valores da legalidade jurídica, do direito da justiça, da moralidade administrativa eram tão atuais naquela época como são os valores da distribuição dos benefícios econômicos, do Estado progressista que levanta o nível de vida das massas. Somos criticados por não estarmos pensando, em 1945, como estamos pensando em 1981²²⁷.

Nas entrevistas, na mesma linha, Arinos afirma que a UDN foi o fenômeno partidário mais importante da história brasileira. Cita o trabalho de Maria Vitória Benevides, declarando que a autora não entendeu o clima da época e o impulso de desprendimento dos liberais bacharéis. O que teria ocorrido, entretanto, na fase final, é que “a UDN perdeu muito esse *élan*. A Revolução de 1964 já não foi feita por políticos, mas pelas marchas – marcha da família por não sei o quê... Os juristas falavam e os golpistas agiam”²²⁸.

²²⁶ ALBERTI, 1994. ²⁶⁶ Na avaliação das crises dos anos 1950, Arinos assim define a atuação do seu partido: “a U.D.N, obstinada na incompreensão, demolia as instituições sob o pretexto de atacar o governo”. FRANCO, A. A. M. **Direito constitucional**. Teoria da Constituição/As Constituições do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981 [1976], p. 129.

²²⁷ FRANCO, A. A. M. No Brasil, o Estado ainda está modelando a nação. Entrevista à Lourenço Dantas Mota. OESP. Suplemento Cultura, nº 44. 14 abr. 1981. In: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB**: conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981. Brasília: Editora UnB, 1981b., p. 120.

²²⁸ CAMARGO; TEIXEIRA; MARIANI, 1983, p. 144.

O seu papel no processo que levou ao golpe de 1964 foi outro ponto de tensão da entrevista. Questionado sobre sua reação à aliança da “facção golpista com os militares”, afirma que “naturalmente, eu observava esse movimento, mas não fui solicitado pelos companheiros que preferiram essa solução. Nunca conspirei com os militares”²²⁹. Arinos se coloca como um agente que tentou, a todo custo, evitar a intervenção militar, o que poderia ser comprovado na atuação pela aprovação da “solução parlamentarista”. Segundo o depoente, não fez nada contra Jango, só acompanhando a evolução dos acontecimentos de longe, sem deles participar, ainda mais porque seus companheiros o consideravam um “boquirroto” e não o colocaram a par dos acontecimentos²³⁰. Perguntado sobre o que levaria um homem que preza pela legalidade a se envolver nesse tipo de movimentação, respondeu da seguinte maneira:

Foi uma razão ligada à minha experiência intelectual e às minhas convicções. De fato, não estava havendo a segurança de um governo legal. Tanto Brizola quanto Goulart não tinham nenhum interesse na estabilidade constitucional do país, e talvez ambos estivessem com intenções paralelas no propósito de subverter a ordem constitucional. Goulart, para permanecer no poder; Brizola, para chegar até ele. Acontece que existe um contraste entre o processo revolucionário, em si, e as motivações do processo. O processo revolucionário tinha fundamento na suspeição contra o governo, nas intenções do governo. A herança intelectual do janguismo era uma herança não representativa no que toca ao processo político. Era uma herança de coronelismo trabalhista e manifestações de democracia plebiscitária. Essa foi a herança que o próprio Getúlio transmitiu ao Goulart, que era um homem de grandes qualidades de coração, mas que não possuía as qualidades políticas do seu chefe. A resistência contra Goulart, Brizola e todo esse sistema estava fundada numa experiência política e numa teoria política. Não podíamos confiar naquilo. Por outro lado, as forças que alimentara a revolução tampouco eram democráticas, tanto que todas aquelas manifestações exteriores que assumiu – marcha pela família e não sei o quê –, pelas quais nunca tive entusiasmo, tinham uma significação antidemocrática.²³¹

Nesse trecho, Arinos concilia os próprios argumentos que apresentou em 1964 sobre os motivos que justificaram a “revolução”, com aspectos da autocrítica elaborada a partir de 1965,

acrescentando um fato novo à sua narrativa: antes do golpe já era perceptível, entre “as forças que alimentaram a revolução”, a presença de elementos antidemocráticos.

Lembrando que ocorreu uma patente incompatibilidade dos liberais udenistas com o “processo revolucionário”, reafirma que não chegou a fazer parte do “governo revolucionário”, mesmo que tenha trabalhado pelo seu encaminhamento democrático, o que poderia ser

²²⁹ *Ibid.*

²³⁰ CAMARGO; TEIXEIRA; MARIANI, 1983, p. 194.

²³¹ *Ibid.*, p. 196.

comprovado pelos atos públicos de insatisfação, à exemplo da negativa em apoiar a eleição de Costa e Silva²³². Sobre a chegada dos militares ao poder, volta a sublinhar sua inevitabilidade histórica, embora com argumentos distintos daqueles apresentados na esteira dos acontecimentos:

Isso tudo fez parte do processo de estatização do Brasil. Um país subdesenvolvido como o nosso ou cai no tribalismo africano ou caminha para a estatização. É inevitável. Mas a estatização leva, naturalmente, ao domínio da burocratização – nos países subdesenvolvidos, ao domínio da militarização. O Getúlio, pessoalmente, ainda foi superior aos militares, mas já dependia bastante deles. Acho que a influência militar é um coroamento do estatismo burocrático – essa ideia eu estou tirando de Max Weber.²³³

Apesar de situar a intervenção militar como consequência necessária do subdesenvolvimento do país, já que “o militarismo, nos países subdesenvolvidos, é a forma superior da disciplina no plano da burocratização do Estado”, Arinos defende que no “Brasil de hoje, os problemas que estão exigindo solução não se contentam mais apenas com a disciplina; demandam uma competência que os militares não têm”²³⁴. Sua conclusão sobre a experiência dos militares no poder é bem mais rígida do que a veiculada anteriormente. Em suas palavras, “eles fracassaram”²³⁵. Mesmo não duvidando das “intenções dos que fizeram 1964”, a própria experiência histórica recente demonstrou que o “governo forte” não resolveu os problemas brasileiros, entregando uma obra desastrosa, sem progresso econômico e nem ordem jurídica. Para Arinos, a crise brasileira só seria resolvida com um governo democrático²³⁶.

O último capítulo das *Encontros com Afonso Arinos* (1983) se concentra na sua atuação no tempo presente. Novamente aparece o tema do “intelectual na política”. Quando questionado sobre o motivo de ser constantemente procurado por políticos para falar sobre a situação brasileira, Arinos afirma que o fato de estar fora da política permitia um diálogo desinteressado, franco, pautado apenas no interesse recíproco de resolver os impasses nacionais²³⁷. Ainda sobre

o tema, confrontado se a sua proposta de reformulação constitucional não significaria uma forma de ação política, o depoente diz que isso é mais um assunto de história do que de política:

²³² CAMARGO; TEIXEIRA; MARIANI, 1983, p. 199.

²³³ *Ibid.*, p. 197.

²³⁴ *Ibid.*, p. 203.

²³⁵ *Ibid.*, p. 203.

²³⁶ FRANCO, 1981b., p. 1981.

²³⁷ CAMARGO; TEIXEIRA; MARIANI, *op. cit.*, p. 216.

Como jurista, ligo muito a ideia do direito à ideia de história e acho que hoje a indispensabilidade da fixação de um conjunto de preceitos constitucionais no Brasil corresponde à etapa final do processo histórico que estamos vivendo. Então, se você diz que estou fazendo política, tenho que concordar, mas no fundo o que estou fazendo é história.²³⁸

Esse trecho da entrevista parece ser revelador do significado adquirido pelo conjunto de depoimentos no interior da produção autobiográfica de Arinos. Não se tratava mais de um intelectual que apenas observava de fora os acontecimentos, mas de um sujeito engajado na construção da democracia brasileira. Mesmo que tentasse sustentar a radical separação entre as esferas intelectuais e políticas do seu discurso, não poderia negar que estava se dedicando a uma prática consistente de intervenção no debate público, especialmente no âmbito constitucional. À diferença da sua autorrepresentação elaborada no final da década de 1960, ou mesmo daquela veiculada na segunda metade dos anos 1970, na altura da publicação das entrevistas seria difícil para Arinos continuar sustentando um completo ostracismo ou exílio político. Habilmente, quando percebe a possibilidade efetiva de redemocratização, volta a se apresentar como um intelectual atuante e disposto, mais uma vez, em “fazer história”.

A avaliação crítica da ditadura, tal como a reconciliação com a memória udenista, era mobilizada em um sentido diverso: ressaltava a importância do liberalismo para o enfrentamento das questões mais relevantes do tempo presente, ao passo que tentava desvincular qualquer relação entre essa corrente de pensamento com o regime ditatorial. Revisitar o passado nesse momento era uma forma de sustentar os caminhos possíveis de serem trilhados no presente, ainda autoritário, para um futuro democrático, e isso passaria, inevitavelmente, pela atuação dos liberais, pois, em sua visão, o vácuo institucional e político aberto com o processo de transição tornava o liberalismo indispensável²⁷⁹.

Nessas entrevistas, inclusive, Arinos reafirma a sua identidade liberal: “sou um liberal, e liberalismo, para mim, é a forma de ação que corresponde a menor injunção sobre a liberdade de decisão dos outros. Ser liberal é aceitar as divergências”²³⁹. A busca pela concórdia, porém, não poderia levar à paralisia. Nesse sentido, seria necessário estar atento às “surgências”, ou

²³⁸ CAMARGO; TEIXEIRA; MARIANI, 1983, p. 216

²⁷⁹ CAMARGO, 1983.

²³⁹ CAMARGO; TEIXEIRA; MARIANI, *op. cit.*, p. 217.

seja, à “manifestação de forças sociais que não estão ainda disciplinadas nem acolhidas pelo aparelho estatal”²⁴⁰. O papel do liberalismo, mesmo o de colação socialmente conservadora, seria acompanhar as movimentações mais profundas da sociedade brasileira e criar uma organização jurídica capaz de incorporá-las.

De alguma forma, o apelo liberal de Arinos se aproximava do que fizera anos antes, nos meses que circundaram o golpe de 1964: as elites não poderiam temer o progresso social e deveriam contribuir para a construção de um ordenamento jurídico ao mesmo tempo flexível e estável. A diferença, contudo, é de que nesse momento aceita os movimentos sociais emergentes como interlocutores legítimos. Mesmo reafirmando seu elitismo político e social e definindo a organização do Estado como objeto privilegiado de atenção, nos seus discursos do início da década de 1980 há uma tentativa de aproximação e valorização de outros canais de expressão e veiculação política e social. Eis uma nova camada que agrega à sua imagem pública que, somada à reiterada afirmação do papel ativo do Estado na economia e na promoção de direitos sociais, faz com que alguns dos seus interlocutores mais próximos o reconheça como um “neoliberal”, alguém capaz de aliar os imperativos do progresso social com os objetivos mais amplos do Estado²⁸².

Portanto, nesse momento de sua trajetória pública, Arinos procede um triplo reenquadramento de memória. Primeiro, reforça a incompatibilidade sua e dos udenistas liberais com o autoritarismo, afirmando peremptoriamente que nunca conspirou para depor João Goulart e deixando claro que já era perceptível a presença de elementos antidemocráticos antes mesmo do golpe. Depois, embora continue a sustentar o “movimento de 1964” como uma necessidade histórica, afirma que os principais responsáveis foram os militares que, além de tudo, entregaram uma obra política, jurídica e econômica desastrosa, avaliação bem distinta daquela ofertada a partir de meados dos anos 1970, quando depositou nas Forças Armadas as suas esperanças de redemocratização e teceu elogio sobre o que considerava as “conquistas da revolução”. Por fim, situa o liberalismo como a única corrente de pensamento capaz de levar o país à saída da crise, circunstância que impunha aos demais liberais o dever de “fazer história”, o que contrasta com a autorrepresentação anterior, voltada para sustentar que vivia em completo ostracismo, dedicando-se unicamente à sua “vocação intelectual”.

Importante notar que tais entrevistas cobrem um período longo da trajetória de Afonso

²⁴⁰ CAMARGO; TEIXEIRA; MARIANI, 1983, p. 56.

²⁸² MERQUIOR, 1981.

Arinos, mas um momento em específico é ausente ou minimizado. Pouco comenta a respeito

da fase mais repressiva da ditadura e há quase que um completo silêncio sobre sua atuação pública ao longo dos anos 1970. O enquadramento volta-se, sobretudo, para sua experiência parlamentar entre as décadas de 1940 e 1960. Há uma eloquente lacuna a respeito da atuação de Arinos no período que vai da sua saída do Congresso, em 1967, ao início dos anos 1980, quando se apresentou como “advogados dos direitos humanos” e passou a reclamar a elaboração de uma nova constituição.

Desse modo, a luz lançada ao passado parlamentar e sobre o presente de defesa da democracia criou uma sombra sobre um dos momentos mais importantes da vida política brasileira, na qual Arinos teve importante papel. Não apenas as entrevistas, mas o conjunto de produções autobiográficas não explicam uma questão fundamental: qual a natureza da sua relação com a ditadura, especialmente a partir do momento em que saiu do Congresso?

Alguns textos e discursos dos anos 1970 fornecem alguma pista sobre como via o problema da transição, embora seu caráter lacunar deixe em aberto a questão da especificidade de sua ação pública ao longo do processo de abertura lenta, gradual e segura. Outro ponto relevante que parece ter sido cuidadosamente deixado de fora dos seus relatos e testemunhos: no período entre 1967 e 1974, como Arinos se comportou publicamente e, sobretudo, como recebeu o recrudescimento repressivo da ditadura? Por fim, o que significou voltar a “fazer história” na primeira metade da década de 1980?

Assim, o discurso memorialístico, erigido para cristalizar a autoimagem de fiel defensor das instituições democráticas, acabou por ofuscar uma trajetória muito mais sinuosa e ambivalente do que gostaria de transparecer, deixando de lado outro ponto importante: além de ter encontrado na pretensão de controlar a autoimagem a ser legada para a posteridade o marco da sua ação pública, Arinos também acreditava na indispensabilidade de sua voz para a resolução dos dilemas do tempo presente. O que leva às interrogações: como conseguiu aliar uma identidade que se dizia democrática com alguma atuação mais consistente no interior de um regime autoritário? Quais as estratégias que lançou mão para continuar a ser uma voz relevante nos debates fulcrais de sua contemporaneidade — que significou dialogar e contribuir com o governo — sem comprometer a autoimagem longamente construída de convicto defensor das instituições democráticas?

Os seus relatos, testemunhos e depoimentos voltados para a fixação de uma dada imagem de si não parecem responder a contento tal conjunto de problemas. Antes de serem a linha de

chegada, como parecia desejar seu autor, são o ponto de partida para a investigação da relação que nutriu com a ditadura e da especificidade da sua trajetória pública no período.

1.3 Silêncio, acomodação e ambivalência de um homem público

O ano de 1967 foi marcante para Afonso Arinos não apenas por ter publicado a principal versão sobre o processo que levou os militares ao poder, mas, sobretudo, porque demarcou o fim de um longo período de atuação parlamentar e o início de uma fase mais discreta do ponto de vista da sua inserção pública. Contudo, essa não foi uma experiência meramente individual. Para a crônica política da época, a legislatura que se findava naquele ano representava o ocaso da “banda da música”, entidade política “que, durante vinte anos – de 1946 a 1966 – produziu acontecimentos dramáticos, denunciou e derrubou Presidentes da República e atingiu gravemente a reputação de líderes e organizações partidárias”²⁴¹.

Essas palavras, emitidas pelo jornalista Carlos Castello Branco, não deixavam de ser críticas à ação política udenista, responsabilizando-a pelo “movimento vitorioso em março de 1964”, sendo essa “sua obra final, esse seu canto do cisne”. Mesmo com o tom crítico, a *Coluna do Castello* lamentou a saída de cena dos renomados políticos. O jornalista elaborou um quadro detalhado do destino dos principais integrantes da “banda da música”. Apenas Milton Campos continuaria no parlamento. Aliomar Baleeiro, Adauto Lúcio Cardoso e Prado Kelly passaram, pela mão do presidente Castello Branco, ao quadro do Supremo Tribunal Federal (STF)²⁴². Pedro Aleixo se tornou vice-presidente de Costa e Silva. Bilac Pinto²⁴³ e Afonso Arinos, em contrapartida, se retirariam da vida política. Sobre esse último, Castelinho assinala que:

Sr. Afonso Arinos, maestro da banda na derrubada de Getúlio Vargas, encerrou ontem sua carreira parlamentar, numa atitude que também o distanciou da exaltação de sentimentos que inspiraram seus grandes discursos de 1954. Rompido com o Sr. Lacerda, divergente da banda desde a crise de 1961, visto com reservas pelos militares da linha dura, põe-se ele à margem do quotidiano político, reservando-se a futuras missões que algum Governo lhe haverá de atribuir, pois é dos poucos homens que, na vida pública, têm sempre alguma coisa a dar nas tarefas de Governo.²⁴⁴

²⁴¹ Carlos Castello Branco. Depois que a banda passou. **JB**. 22 jan. 1967, Coluna do Castello, p. 4.

²⁴² Sobre STF na ditadura militar, Cf.: RECONDO, F. **Tanques e togas**: o STF durante a ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

²⁴³ Bilac Pinto foi embaixador na França entre 1967 e 1970, nesse ano foi indicado para o Supremo Tribunal Federal, onde ficaria até 1978.

²⁴⁴ Carlos Castello Branco. Depois que a banda passou. **JB**. 22 jan. 1967, Coluna do Castello, p. 4.

O colonismo político parece reafirmar a impressão de que, com a saída da arena política dos bacharéis udenistas, ocorreu uma espécie de vácuo histórico, sendo difícil definir quem seria capaz de “empunhar a bandeira liberal”. No fim de 1969, a coluna *Coisas de Política* do *Jornal do Brasil* refletiu a esse respeito, compondo um painel de quais forças políticas poderiam

continuar a obra da defesa da institucionalidade liberal. O quadro não deixava de ser melancólico: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição, era composto, em geral, por adesistas e conformistas, restando apenas alguns remanescentes do PSD considerados liberais. Do outro lado, os liberais udenistas tiveram sua sorte amarrada aos destinos da “revolução”, o que implicou, inclusive, sua marginalização política²⁴⁵. Desse modo, os “rumos da revolução” não se deram da forma esperada para os liberais que respaldaram o golpe. Essa é uma fase crítica para os que se identificavam enquanto liberais e as respostas que deram às circunstâncias políticas e institucionais variaram entre o silêncio, a conivência, a acomodação e, no máximo, uma oposição moderada.

Nos anos imediatamente posteriores à sua saída do Congresso, o pensamento de Afonso Arinos a respeito do regime político em vigor é de difícil definição. De fato, sua inserção na esfera pública declinou consideravelmente, sobretudo se comparada à intensa participação nos debates políticos e intelectuais nas duas décadas de vida parlamente. Se, de meados dos anos 1950 ao final da década de 1960, publicou pelo menos seis obras de inestimável importância para a sua fortuna crítica — tal como a biografia do seu pai, os três primeiros volumes de suas memórias, a coletânea que reuniu os textos publicados no *Jornal do Brasil* e *História do Povo Brasileiro* (1967) —, durante o período subsequente, apenas em 1973 publicaria outro texto de igual importância, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*.

O conjunto de relatos e testemunhos analisados procurou reforçar a imagem de um homem público lançado ao ostracismo político pela incompatibilidade de suas convicções democráticas com o ambiente crescentemente autoritário. O próprio título do quarto volume de memórias, *Alto-mar Maralto*, (1976) buscava consolidar essa imagem. Nesse livro, Arinos narra os seus dias a partir do olhar de um homem completamente distanciado da vida pública, quase um naufrago. Nos registros diários, pelo menos até 1974, não apresenta qualquer avaliação sobre o que se estava processando no país, apenas expressando certo descontentamento e melancolia. Nas entrevistas concedidas ao CPDOC-FGV, também não apresenta leitura da sua trajetória

²⁴⁵ **JB.** Quem pode empunhar a bandeira liberal. 31 dez. 1969, *Coisas de Política*, p. 6.

pública no período. No seu “*strip-tease* intelectual”, veiculado nas conferências promovidas pela UnB em seu nome, apenas relembra a situação constrangedora de lecionar matérias “obscenas”, além de reafirmar que não se submetera ao autoritarismo. Do conjunto de vinte e quatro textos republicados em *O som do outro sino: um breviário liberal* (1978) e *Política e Direito* (1981), apenas quatro são datados do período entre

sua saída do Congresso e o seu suposto retorno à vida pública, a partir de meados da década de 1970. Esses textos apresentam um homem ainda comprometido com a defesa da tradição liberal, traço imaculado da sua atuação pública.

O foco da sua narrativa autobiográfica ou recai sobre a forma como se despediu da política ou volta-se para as articulações reformistas que indicavam algum grau de abertura do regime, sublinhando um total comprometimento com a redemocratização do país. Como já dito, Arinos costurou habilmente sua própria história pessoal aos rumos da democracia no Brasil: teria agido para o encaminhamento democrático da revolução, saindo da vida pública quando o presente e futuro se mostraram inexoravelmente autoritários e retornando quando a redemocratização passou a ser vislumbrada no horizonte.

Arinos, na construção da autoimagem de alguém que vivera no ostracismo pela sua incompatibilidade com o autoritarismo, sustentada sobretudo na segunda metade da década de 1970, promoveu um consistente movimento de enquadramento da memória, deixando de fora um período cuja atuação pública poderia macular a imagem que gostaria de ser preservada para a posteridade. A leitura de outras fontes indica que, mesmo em um momento de menor inserção pública, continuou a desempenhar funções culturais de relevo, além de apresentar algumas opiniões ambíguas quanto ao contexto político e institucional daquele momento. O suposto hiato entre a saída do Congresso e a volta ao debate político e institucional foi mais sinuoso do que gostaria de transparecer, o que o levou a silenciar ou minimizar a importância da sua atuação pública em um momento político delicado.

Talvez, o silêncio mais eloquente a respeito da sua atuação nesse período seja em relação às atividades que desenvolveu no interior do Conselho Federal de Cultura (CFC)²⁴⁶, sobretudo

²⁴⁶ Em suas memórias, constam apenas cinco menções ao CFC. Em nota de março de 1978, incluída na edição conjunta dos quatro primeiros volumes daquele ano, lembra que seu livro *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*, originalmente publicado em 1944, foi republicado pelo Conselho Federal de Cultura

porque, como aponta Tatyana de Amaral Maia, foi um dos “cardeais da cultura nacional” que integraram, durante anos, o núcleo decisório daquele órgão²⁴⁷.

Foi por ocasião de uma conferência proferida por Afonso Arinos na Academia Brasileira de Letras (ABL) que Josué Montello, então presidente daquela instituição, aproveitou a presença de Humberto Castelo Branco e propôs a criação de um conselho dedicado à cultura, “com o objetivo de tecer uma estratégia de reação às críticas feitas pela imprensa e por agentes da área e realçar a importância de institucionalização do setor e do fomento estatal na cultura”²⁴⁸. Dessa maneira, o CFC aparecia como forma de contrabalancear a imagem negativa legada pela atuação repressora do governo na cultura²⁴⁹.

Tal órgão abrigou, em suas fileiras, importantes nomes da intelectualidade brasileira que, desde os anos 1920, vinham desenvolvendo uma consistente ação no âmbito cultural. Os integrantes do CFC, em geral também pertencentes a outras instituições culturais dedicadas à preservação da memória nacional como a Academia Brasileira de Letras (ABL) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)²⁵⁰, se esforçaram na promoção de uma política cultural que tinha como norte o ideal de civismo. Apesar de existir até o final da década de 1980, viveu seu período mais efervescente entre os anos de 1967 e 1975, “caracterizado pela relativa autonomia dos intelectuais que atuavam no interior do MEC, especialmente dos membros do CFC”²⁵¹.

(FRANCO, 2018 [1961], p. 444); em 19 de dezembro de 1967, relata conversa com o também conselheiro Artur Cesar Ferreira Reis em reunião do CFC em que este lhe disse que protestou contra a acusação sofrida por Arinos de ser inimigo de Portugal (FRANCO, 2018 [1968], p. 1267); em 20 de outubro de 1971, ao tratar da obra literária de seu tio, o primeiro Afonso Arinos, afirma fazer parte do grupo do CFC incumbido de indicar à UNESCO os trinta melhores livros da literatura brasileira, indicando *Pelo sertão* do renomado literato mineiro (FRANCO, 2018 [1976], p. 1512); em 26 de dezembro de 1975, elenca as inúmeras manifestações comemorativas em relação ao seu aniversário de 70 anos, afirmando que o CFC esteve entre as instituições que celebraram aquele momento (*Ibid.*, p. 1606); em 10 de março de 1978, diz ter usado em diversas ocasiões o microfone do CFC, notadamente em homenagem Aliomar Baleeiro, que morrera naquele ano (FRANCO, 2018 [1979], p. 1668). Dessa maneira, observa-se que não há nenhuma passagem em que avalie mais detidamente tanto sua atuação naquela instituição, quanto o próprio significado histórico de existência institucional do CFC.

²⁴⁷ MAIA, 2012.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 39.

²⁴⁹ Um bom painel sobre a censura na ditadura militar em termos de legislação censora encontra-se em: RIDENTI, M. Censura e ditadura no Brasil, do golpe à transição democrática, 1964-1988. **Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 33, p. 86-100, dez.2018.

²⁵⁰ Texto de referência sobre as elites intelectuais brasileiras e a forma como ocupam espaço em distintas instituições culturais: QUINTELA, M. M.. Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu? In: MICELI, S. **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984, p. 112-134.

²⁵¹ MAIA, *op. cit.*, p. 28. ²⁹⁴

Ibid., p. 29.

Caracterizado por Tatyana Amaral Maia como um espaço de *sociabilidade intelectual*, cujos integrantes possuíam uma relativa homogeneidade social, no que diz respeito à forma como os “cardeais da cultura” percebiam o regime militar, havia, na verdade, uma certa heterogeneidade de posições. A historiadora ressalta a relação ambígua estabelecida entre civis e militares, o que gerou “momentos de proximidade-legitimidade e outros de clara oposição”²⁹⁴. No interior do CFC estiveram presentes intelectuais com diferentes posicionamentos políticos

e com graus distintos de comprometimento com o regime²⁵², o que os obrigou a se esforçar na criação de certo consenso interno que permitisse uma ação institucional mais ou menos coesa. Porém, “o consenso negociado constantemente pelo grupo mostrava seus pontos de fissura nos embates sobre os rumos da ação do Estado e sua relação com a sociedade civil”²⁵³. Alguns dos membros insistiam na reafirmação do “movimento de 1964” como um ato revolucionário e legítimo, tal como enfatizavam que o CFC era a evidência cabal da ação democrática do primeiro presidente militar²⁵⁴.

A censura foi a questão que criou alguma tensão entre os integrantes do órgão, uma vez que, mesmo para os apoiadores do regime, a abordagem censória do governo não era vista com bons olhos. O discurso oficial do CFC buscava resguardar a liberdade de criação artística. Porém, o que se viu foi a divisão do grupo entre os que criticavam toda forma de censura, os que achavam que a atividade censora deveria sair do âmbito do Ministério da Justiça e ir para um setor específico do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e os que resguardavam o direito, e mesmo dever, da ação enérgica do Estado nesse quesito²⁵⁵.

Nesse debate, Afonso Arinos também operou uma forma sinuosa de proceder: nas discussões iniciais, apontou a necessidade de preservação da liberdade artística e cultural e chegou a concordar com a proposição de que a censura cultural deveria ser desempenhada por

²⁵² Um dos casos exemplares de intelectual de direita que defendia publicamente o regime militar e compôs o CFC é o de Raquel de Queiroz que escrevia para a revista *O Cruzeiro*. Sobre a trajetória de Raquel de Queiroz na ditadura, Cf.: FERREIRA, R. F.; VENANCIO, G. M. Raquel de Queiroz: adesão e crítica dos desdobramentos políticos pós-1964. *Perseu*. São Paulo, n.11, p. 93-111, 2016.

²⁵³ MAIA, 2012., p. 74.

²⁵⁴ Assim como nos textos de Afonso Arinos já discutidos, a imagem de Castelo Branco, o patrono do CFC, é reiteradamente comemorada pelos integrantes daquele órgão, sendo o único entre os presidentes militares a ser homenageado durante as sucessivas comemorações do aniversário da “Revolução de 1964”.

²⁵⁵ **JB**. CFC se reúne e fica na dúvida. 05 mar. 1970, p.3; **JB**. Conselho Federal de Cultura marca reunião para avaliar efeito da censura prévia. 25 jul.1970, p. 3.

órgão do MEC²⁵⁶. Porém, quando o assunto voltou à tona em 1971, emitiu opinião burocrática, declarando “que não tem o conselho de se manifestar a respeito da censura, porque em longo parecer, aprovado por unanimidade, se pronunciou oficialmente contra a instauração desse controle”²⁵⁷.

A pesquisa nas publicações do CFC²⁵⁸ revela a maneira de atuação de Arinos naquele órgão. De modo geral, o ex-senador agiu de forma burocrática. Durante as quase duas décadas

em que esteve entre as fileiras do conselho, integrou a Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e presidiu a Comissão de Normas e Legislação. Com ativa e constante participação nas reuniões trimestrais, escreveu inúmeros pareceres que analisavam a viabilidade jurídica de determinado projeto e recomendavam a aprovação de verbas para o setor patrimonial. É possível perceber que agia de acordo com a crença segundo a qual tal órgão possuía objetivos nobres e relevantes e que sua institucionalidade deveria ser resguardada das orientações políticas do regime. Parecia concordar com Josué Montello, um dos principais integrantes do conselho e seu primeiro presidente, de que o CFC não era espaço propício à discussão política²⁵⁹.

Do ponto de vista da sua imagem pública, entretanto, o CFC possibilitou ao autointitulado “senador da cultura”²⁶⁰ algumas vantagens em termos de notoriedade intelectual e prestígio social²⁶¹. A imagem de um “homem de Estado”, comum aos integrantes da sua geração, favorecia o discurso que resguardava a autonomia da política cultural frente às diretrizes políticas do regime em vigor²⁶². Isso permitiu a Afonso Arinos se apresentar publicamente como

²⁵⁶ OESP. O M. Educação deveria ser o censor, 26 abr. 1967, p. 8.

²⁵⁷ MAIA, *op. cit.*, p. 83.

²⁵⁸ Fizemos uma pesquisa introdutória nos documentos publicados pelo CFC entre os anos de 1967 e 1975. A maior parte das falas e discursos de Arinos nesse período são de ordem administrativas. Afonso Arinos

²⁵⁹ CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. **Boletim do Conselho Federal de Cultura**. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 7, jul.-set. 1972. Nesta edição, Josué Montello fala sobre a polêmica em que esteve envolvido sobre o tema da relação entre intelectual e política, citando artigo que escreveu para o *Jornal do Brasil*, em junho de 1972, em que afirmava que o conselheiro no exercício de suas funções administrativas não devia falar de política. Assinala suas contrariedades com o regime em vigor, mas resguarda a necessidade de separação entre ação institucional e opinião política.

²⁶⁰ Afonso Arinos definiu o CFC como o “Senado da Cultura Nacional”, *Cf.*: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. **Boletim do Conselho Federal de Cultura**. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 2, abr.-jun. 1971.

²⁶¹ Segundo Maia (2012, p. 246), o CFC também financiou publicações de obras de seus conselheiros, totalizando 12 obras. Afonso Arinos teve dois de seus livros republicadas pelo órgão: *Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil* e *O contratador de Diamantes*.

²⁶² Possivelmente, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, primo e amigo de Afonso Arinos, foi o exemplo maior de um discurso que procurava garantir a autonomia da política cultural em relação às questões políticas mais abrangentes. Ele dirigiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) entre 1937 e 1967,

porta-voz do CFC sem, contudo, se vincular explicitamente ao regime militar. Entre os anos de 1967 e 1974, na pouca inserção que teve nos jornais de grande circulação nacional, foi no papel de “conselheiro da cultura” uma das formas encontradas para se manifestar

continuou no CFC até 1984, embora não tenhamos pesquisado sobre todo o período, uma vez que parece claro que as funções desempenhadas pelo órgão após 1975 tenham declinado consideravelmente, além do fato de que nesse momento já consta uma farta produção da imprensa sobre Arinos, matéria preferencial de nossa pesquisa. Em 1979, Arinos voltaria a figurar nos jornais como representante do CFC defendendo o “livre debate na universidade” (**JB**. Arinos prega no CFC livre debate na Universidade. 24 fev. 1979, p. 25). Em 1984, foi submetida ao CFC lei, redigida pelo senador Gastão Muller, que proibia a circulação do livro “Memórias de um criminoso: condenado pela justiça, relativas a delito por ele praticado”, cujo parecer favorável foi redigido por Arinos (José Carlos de Oliveira. Proíbam essa lei! **JB**. 22 fev.1984, Caderno B, p. 2).

publicamente. Do mesmo modo que procedia nas discussões internas, agia externamente: resguardava a importância da missão cultural daquele órgão ao passo que buscava ofuscar qualquer vínculo mais evidente com o regime do qual era tributário²⁶³.

Figura 15

atravessando tanto os períodos ditatoriais como o democrático. Também foi um dos integrantes do CFC, de 1967 até 1969, ano da sua morte. Sobre a monumentalização da imagem de Rodrigo de Melo Franco e sua importância para a história cultural do país, Cf.: BAUER, L. B. **O homem e o monumento**: criações e recriações de Rodrigo de Melo Franco Andrade. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2015.

²⁶³ Sempre que se apresentava como “cardeal da cultura”, Arinos defendia a aprovação de “Plano Nacional de Cultura” e solicitava mais verbas para o setor cultural. Sobre esse assunto, Cf.: **JB**. Afonso Arinos recomenda formulação de política de desenvolvimento cultural. 10 nov. 1972, p. 4; **OG**. Afonso Arinos: Só incentivo fiscais salvarão a cultura. 24 nov. 1972, p. 20; **JB**. Entrevista com Afonso Arinos: “Cultura também tem preço”. 07 jan. 1973, Caderno Especial, p. 1; **JB**. Arinos diz que Plano de Cultura não dá prioridade à criação do Ministério. 27 fev. 1973, p. 14; **JB**. Entrevista com Afonso Arinos: “Preservar o que é nosso”. 20 mar. 1973, Caderno B, p. 10.

PRESERVAR O QUE É NOSSO

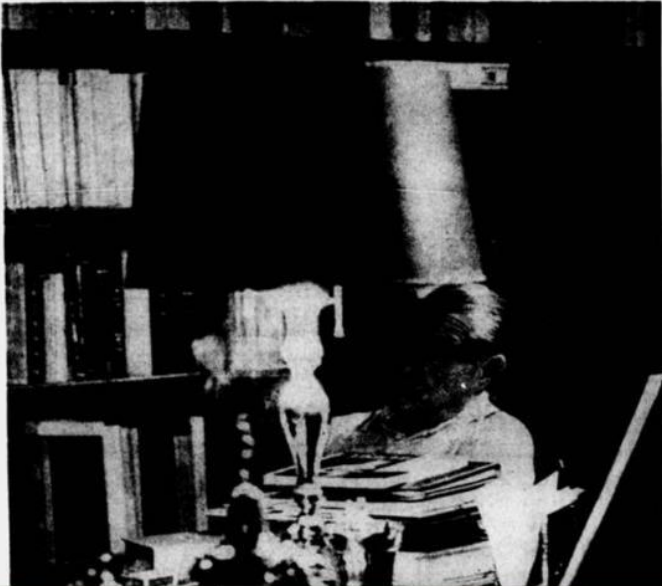
Entrevista de Afonso Arinos de Melo Franco sobre o Plano Nacional de Cultura

Preservação do acervo, incentivo e difusão da cultura brasileira foram os principais aspectos considerados pelo Conselho Federal de Cultura para a elaboração das diretrizes do Plano Nacional de Cultura. O professor Afonso Arinos de Melo Franco, explica a ampla visão com que os membros da comissão analisaram o assunto:

— Cultura é música do padre José Maurício, o barroco mineiro, quadros de Di Cavalcanti, poemas de Drummond e Bandeira, assim como o carnaval e o futebol

ESTABELECEER o que o Conselho considera cultura foi a primeira preocupação na elaboração do documento: — Fiz um relatório de 34 páginas sobre isso — diz o professor — que foi discutido por sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e intelectuais em geral. Adotamos posição para a elaboração do texto. Vale lembrar agora que o criador da palavra cultura foi Horácio que, numa de suas odes, fala sobre ela como se falasse da cultura dos campos: há indivíduos mais dotados para a cultura intelectual, certos terrenos mais propícios. Há nisso um sentido aristocrático, mas em sentido de aristocracia mental, de inteligência.

Mas cultura representa todas as formas de criatividade que nada têm a ver com contexto social e têm que ter conotação popular. Carnaval e cultura, como futebol e dança



zar recursos diante dos quais as dotações são lamentáveis. Segundo um levantamento que fiz nos últimos 10 anos, a percentagem do Orçamento dedicada à cultura oscila entre 0,03% e 0,04%.

Para a cultura, então, a verba atual é irrisória. Quanto ao futuro Plano Nacional de Cultura foi seguida orientação do Ministro Passarinho:

— Queríamos especializar percentagens de grandes impostos federais para constituir o Fundo Nacional de Desenvolvimento Cultural. Mas o Ministro achou preferível a criação de um fundo autónomo feito de dotações.

O que faltou

— O terceiro aspecto das diretrizes, o da difusão, usará todos os meios de comunicação de massas. As Universidades irão formando especialistas na conservação e restauração, além de promover um levantamento catastral de tudo o que incumbe ao Estado defender. A ideia é fazer um grande dicionário, um cadastro nacional da cultura.

Esse cadastro poderia ficar em Brasília, por exemplo, e sua consulta enviaria o interessado diretamente à fonte original procurada, sem maiores problemas de pesquisas prévias.

— As Universidades prepararão ainda os estudantes para exercerem atividades culturais. A difusão da cultura compreende pedido de auxílio à educação por parte da cultura. As influências vão ao povo e voltam como inspiração.

Houve um item que o professor Afonso Arinos lamenta não ter

Fonte: **JB**. Entrevista com Afonso Arinos: “Preservar o que é nosso”. 20 mar. 1973, Caderno B, p.10.

De acordo com Maia, a ação cultural empreendida pelo CFC foi estruturada a partir do ideário cívico, considerado a função prioritária das políticas culturais:

O civismo estará ancorado no otimismo, buscando no passado as experiências consideradas construtivas da cultura nacional. A radicalização da noção de civismo, já existente no pensamento político brasileiro desde os primórdios da República, marcará as especificidades do projeto elaborado pelos intelectuais do Conselho na ditadura civil-militar. Nesse período, o civismo sobrepõe-se à cidadania, amputando alguns de seus direitos fundamentais em nome da preservação da nação ameaçada pela presença constante do inimigo interno.²⁶⁴

A perspectiva moral e cívica, portanto, se constituiu em objeto privilegiado do CFC, uma vez que os conselheiros consideravam fundamental conscientizar a população da importância do patrimônio por meio da educação, tarefa que coube às disciplinas de “Educação Moral e Cívica”, no ensino básico, e “Estudos dos Problemas Brasileiros”, no ensino superior. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre 1971 e 1980, promoveu o “Curso de Atualização sobre Problemas Brasileiros”, destinado à capacitação docente e organizado em conferências temáticas lecionadas por intelectuais, ministros de Estado e militares de alto

²⁶⁴ MAIA, 2012, p. 30.

escalão. Afonso Arinos foi um dos professores que se dedicaram a “conscientizar as elites brasileiras sobre os desafios nacionais”²⁶⁵. Não à toa, um dos seus livros mais importantes do período foi publicado justamente com o título *Problemas políticos brasileiros* (1975).

Maia também ressalta o empenho daquele órgão nas comemorações do Sesquicentenário da Independência, oportunidade em que foram publicadas obras coletivas e organizados eventos públicos que objetivavam enfatizar a importância da cultura nacional para a formação da consciência cívica. Tais comemorações foram consideradas estratégicas para o governo, sendo mobilizadas como mecanismo de criação do consenso social em torno do regime militar²⁶⁶. Afonso Arinos participou desses festejos, ressaltando a importância da memória histórica da independência para a elucidação dos problemas políticos, jurídicos e econômicos da sua contemporaneidade²⁶⁷.

Poucos foram os textos publicados por Afonso Arinos nesse período, o que dificulta a avaliação sobre o que pensava a respeito do processo político e institucional brasileiro. Os documentos que poderiam demonstrar algum posicionamento mais claro seriam a *Revista de Cultura Brasileira* e a seção de *Estudos e Proposições* dos periódicos *Cultura* e *Boletim* do Conselho Federal de Cultura. Em ambos, a participação de Afonso Arinos foi tímida se comparada a de outros membros daquela instituição²⁶⁸.

Embora os temas privilegiados se inscrevessem na esfera cultural e literária, dois artigos publicados na *Revista Brasileira de Cultura* ofereceram uma leitura, mesmo que lateral, sobre a conjuntura brasileira. Publicados em 1970 e 1971, tais textos evidenciam os temas que

despertaram mais atenção de Arinos nesse momento. Diferentemente do período anterior, quando o então senador ofereceu uma visão mais geral do processo político e institucional em curso, chegando a elaborar críticas à gestão econômica e à política externa do governo Castelo Branco, as análises veiculadas são pontuais e tratam de uma questão específica: a problemática da organização jurídica do Estado brasileiro.

²⁶⁵ MAIA, 2012, p. 184.

²⁶⁶ CORDEIRO, J. M. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

²⁶⁷ **OG**. Afonso Arinos conta como nasceu a independência. 27 abr. 1972, p. 12.

²⁶⁸ No cálculo de Tatyana Amaral Maia, Afonso Arinos, entre 1967 e 1975, contribuiu com cinco textos na seção Estudos e Proposições dos periódicos *Boletim* e *Cultura*. No que diz respeito ao número de artigos na *Revista Brasileira de Cultura*, publicação semestral que se estendeu entre 1969 e 1974, a autora contabiliza apenas quatro artigos. Em nossa pesquisa contabilizamos seis artigos de Afonso Arinos nesse último periódico.

O primeiro texto, intitulado *Ciência Política nos países tropicais* (1970), foi elaborado em razão do debate promovido pelo Instituto de Tropicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), instituição que era dirigida por Gilberto Freyre, também um dos “cardeais da cultura”²⁶⁹, e que mantinha com Afonso Arinos relações de proximidade e tensão desde os anos 1930²⁷⁰. Partindo de uma concepção jurídica de Ciência Política, em estilo que caracterizaria seus escritos nos próximos anos, avalia como alguns países da “área tropical”²⁷¹, tais como Índia, Senegal e o Brasil imperial, promoveram avanços, em termos de organização constitucional, quando souberam adaptar o legado da institucionalidade ocidental à realidade social nacional. Logo, seria o descompasso entre uma construção institucional que importava as fórmulas estrangeiras, sem mediação e necessária flexibilidade, o principal problema enfrentado pelo Brasil republicano.

A conclusão, em vista disso, é de que o impasse institucional brasileiro só seria solucionado quando o país fosse capaz de decidir optar por um caminho próprio, de modo a organizar instituições políticas atentas à realidade sociopolítica nacional. O Brasil só produziria uma espécie de “descolonização intelectual” quando garantisse, “dentro das necessidades do Estado, o livre desenvolvimento da personalidade humana, mas sem a preocupação – que chamei de colonialismo intelectual – de adotar necessariamente fórmulas ou modelos europeus

e norte-americanos, cuja aplicação, ao cabo de mais de século e meio, tem sistematicamente fracassado”²⁷².

²⁶⁹ Gilberto Freyre publicou na seção “Estudos e Proposições” do *Boletim de Cultura* texto que produziu para o Diário de Pernambuco intitulado “Mestre Afonso Arinos no Seminário de Tropicologia do Recife”, em que elogiava a participação do mineiro e sua contribuição para a reflexão jurídica do tema estudado por tal instituição. (CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. **Boletim do Conselho Federal de Cultura**. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 4, out.-dez. 1971, p. 63-65).

²⁷⁰ Por diversas vezes, em suas memórias, Afonso Arinos relata as complicadas relações que manteve com Gilberto Freyre. Em páginas mal recebidas pelo escritor pernambucano, referindo-se a sua atuação como deputado federal na legislatura iniciada em 1946, Arinos chega a ressaltar o contraste entre o agudo sociólogo e a sua debilidade em matéria de Direito Público e em termos de visão política e institucional (FRANCO, 2018 [1961], p. 551-553).

²⁷¹ Interessante notar como Arinos adequava o seu discurso ao público e à ocasião específica de sua veiculação. No caso do tema do “luso-tropicalismo”, Arinos relata em suas memórias, quando avaliou o debate sobre as heranças ibéricas no Brasil contemporâneo, comparando as obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, que se tratava de uma “sutil e torturada teoria” (*Ibid.*, p. 241). Sobre a temática do luso-tropicalismo na obra do mestre de Apipucos, Cf.: MEUCCI, S. O mundo português criado por Gilberto Freyre: fundamentos, efeitos e possibilidades do luso-tropicalismo nos anos 1950. In: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. **Revisão do pensamento conservador**: Ideias e políticas no Brasil (pp. 311-343). São Paulo: Editora Hucitec; FAPESP, 2010, p. 311-343.

²⁷² FRANCO, A. A. M. *Ciência Política nos países tropicais*. **Revista Brasileira de Cultura**, [s. l.], n. 4, p. 63-74, abr./jun. 1970, p. 74.

Um dos poucos juízos emitidos a respeito do regime militar nesse momento é presente nesse artigo nos seguintes termos: “a revolução de 1964 não alcançou, por seu lado, nenhuma originalidade de pensamento. Tenho chamado atenção, algumas vezes, para o fato de que toda a literatura oficial, civil e militar, só fala em *ideais* da revolução, mas nunca em *ideias* dela. É que não existem”²⁷³.

Essa é a mesma tese de fundo que o professor de direito constitucional abordou no segundo artigo, intitulado *Constituição: mito e realidade* (1971). Arinos denuncia como as constituições contemporâneas passaram a ser usadas como matéria de propaganda ou enquanto simples declaração de intenções, formando uma tradição jurídica caracterizada como “mitologia constitucional”. O Brasil já teria conhecido esse tipo de expediente no Estado Novo. A mitologia constitucional também prevaleceu no Brasil contemporâneo, uma vez que vigorava formalmente a Constituição de 1967, mas, de modo efetivo, todo sistema constitucional estava submetido aos termos da Emenda Constitucional nº 1, de 1969. Novamente, a forma de superar a mitologia constitucional estaria na capacidade de “construirmos as nossas instituições nacionais aplicando os princípios gerais e imutáveis da democracia às nossas ‘solidariedades vividas’”²⁷⁴.

Esse raciocínio apresentava alguns termos ambíguos. De um lado, havia a clara reprovação da organização jurídica do Estado brasileiro; do outro, a proposta de conciliar os “princípios gerais da democracia” às especificidades das “nossas solidariedades vividas” parecia apontar uma maneira de aperfeiçoar o regime em vigor. A lição que o bacharel udenista proferia não era agenciada no sentido de enfrentar a ditadura, de questionar sua legitimidade ou mesmo de apontar para uma saída rumo ao “poder civil”, mas de contribuir com sua estabilidade jurídica.

Tais manifestações permitiram a Afonso Arinos se apresentar como um interlocutor civil às alas moderadas das Forças Armadas. O texto de 1970, por exemplo, foi acompanhado com curiosidade pelos setores militares tidos como moderados. A ideia de implantação de um modelo “tipicamente brasileiro” deve ter alcançado a sua sensibilidade nacionalista, já que

²⁷³ *Ibid.* (grifos do autor).

²⁷⁴ FRANCO, A. A. M. *Constituição: Mito e Realidade*. **Revista Brasileira de Cultura**, [s. l.], n. 9, jul.-set. 1971, p. 41-42.

demonstraram “grande interesse e não foram os poucos chefes militares que chegaram a solicitá-la ao Sr. Afonso Arinos”²⁷⁵, sendo convidado para tratar do assunto na Escola Superior de Guerra (ESG) — o que, porém, acabou não se confirmando por não ter encontrado, em suas palavras, “as respostas às indagações que faço a mim mesmo sobre o caminho a seguir”²⁷⁶.

O convite para proferir palestra na Escola Superior de Guerra (ESG) é significativo na medida em que se percebe a importância estratégica daquela instituição para a sistematização, reprodução e disseminação do *corpus* oficial da Doutrina de Segurança Nacional. De acordo com Alfred Stepan, na década de 1970, a ESG não contava com o mesmo poder de influência dos anos iniciais do regime, mas, ainda assim, se constituía em fonte autorizada da “ideologia militar para os militares enquanto instituição”²⁷⁷. Segundo Aloysio Castelo de Carvalho, tal instituição se tornou um dos principais polos de produção intelectual autorizados pelo regime, e o debate sobre o “modelo brasileiro de democracia” foi o tema que ocupou a centralidade das discussões ali empreendidas, contando não apenas com a participação dos militares com inclinações liberais, mas também com a contribuição decisiva de lideranças civis interessadas no aperfeiçoamento das instituições políticas²⁷⁸.

Acompanhados atentamente pela imprensa, especialmente pelo *Jornal do Brasil* e pelo *O Estado de São Paulo*, os debates sobre o “modelo político brasileiro” permitiram o resgate da ideia de liberalização, “uma estratégia amadurecida e articulada em condições de prosperidade econômica que visava amenizar o grau de coerção, mas buscava garantir a institucionalização do autoritarismo”³²². As atividades da ESG e as ações dos setores liberais que sustentavam o regime militar contribuíram para a constituição de um campo de força que questionava a permanência do modelo político instituído após dezembro de 1968. Embora não tenha sido um dos civis a desempenhar a centralidade nessas discussões — tais como Roberto Campos, Milton Campos e Luís Viana Filho — Afonso Arinos, ao tratar da discussão do “modelo político brasileiro”, parecia se aproximar desse campo de forças que exigia a diminuição do arbítrio e cobrava um maior esforço no sentido de institucionalização jurídica do Estado brasileiro.

²⁷⁵ **JB.** Arinos vai debater na ESG o sistema político. 04 dez. 1970, p. 3.

²⁷⁶ **OESP.** Arinos prega o livre debate. 22 jun. 1971, p. 4.

²⁷⁷ STEPAN, A. **Os militares:** da abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 58.

²⁷⁸ CARVALHO, A. C. **A liberalização e tutela militar:** o governo Geisel. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. ³²² *Ibid.*, p. 123.

Não apenas os militares tidos como moderados estavam atentos às teses jurídicas de Arinos. Em 1971, por exemplo, tais lições foram apresentadas em algumas conferências, como as concedidas na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e no Fórum de Estudos de Problemas

Brasileiros da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)²⁷⁹. A *Coluna do Castello*, importante espaço de interlocução liberal, detalhou cada um dos argumentos apresentados por Afonso Arinos nessas oportunidades e aproveitou a fala do prestigiado intelectual mineiro para questionar a linha claramente autoritária adotada pelo regime:

[...] um modelo brasileiro de democracia não é o Ato Institucional n.º 5, simples instrumento de emergência política que arma o Governo dos meios de que há milênios se armam os Estados contra adversários eventuais. Um modelo democrático, qualquer que seja, brasileiro, peruano, inglês ou latino, deverá ter em conta que sua denominação se justifica em função da fidelidade ao Estado de direito, que regula de maneira certa, e os assegura, os direitos dos cidadãos e as liberdades públicas.²⁸⁰

A pesquisa nos jornais de grande circulação nacional permite observar outras manifestações públicas de Afonso Arinos que parecem indicar as relações ambivalentes que possuía com o projeto autoritário em curso. Se o silêncio a respeito das graves violações contra os Direitos Humanos foi contrabalanceado pelas sucessivas declarações de necessidade de retorno do Estado de Direito, algumas falas iam na direção de relativizar as violências cometidas pela ditadura. Ainda em 1970, na esteira das denúncias produzidas pela imprensa internacional a respeito da violência de Estado no Brasil, Afonso Arinos negou que tivesse respaldo institucional e sustentou que, como em qualquer outro país, tratava-se de um fenômeno eminentemente social²⁸¹.

²⁷⁹ **OESP**. Prevalece no país o mito constitucional. 25 maio 1971, p. 4.

²⁸⁰ Carlos Castello Branco. Modelo nacional para a democracia. **JB**. 05 dez. 1970, Coluna do Castello, p. 4. O colunista apresentou fala semelhante em: Carlos Castello Branco. Por instituições de caráter nacional. **JB**. 18 ago. 1970, Coluna do Castello, p. 4.

²⁸¹ **JB**. Origem. 25 jul. 1970, Informes JB, p. 10; **FSP**. Arinos refuta visões da imprensa estrangeira. 25 jul. 1970, p. 3.

Figura 16

Arinos refuta versões da imprensa estrangeira

RIO (Sucursal) — O ex-senador e ex-chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, ao regressar ontem da Europa, onde passou algumas semanas de férias, disse que as denúncias de violências no Brasil «não vêm atentando para o mais importante, que é a origem, as causas do fenómeno, desconhecendo-se, deliberadamente ou não, que a violência é hoje um fenómeno social, que nada tem com as instituições, no mundo inteiro, mas com conflitos da sociedade humana».

Segundo o ex-chanceler, «a mesma violência que se verifica no Brasil, também se registra nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra e na China, para não falar em outros países da América Latina. Não são as instituições que permitem a prática da violência em vários países do mundo, mesmo de regimes diferentes, mas sim os conflitos da própria sociedade universal».

«Verifica-se que, nos problemas sociais, residem as causas dessa violência sem limites, que chega a provocar surpresas, diz o sr. Afonso Arinos. Os estudiosos ainda não tiveram tempo e condições para determinar, com clareza e precisão científica, as verdadeiras origens desse mal».

Ao comentar matéria publicada no "Time" desta semana, o ex-ministro lembrou que todos esses artigos poderiam criar uma imagem irrereal do Brasil, e não apresentar o problema da violência com uma explicação científica, desde que o mal não se localiza somente em nosso País. Lembrou que, nos Estados Unidos, essas violências são praticadas contra os negros por uma engrenagem que não é controlada pelas instituições políticas do país.

Acrescentou que «durante a luta pela independência da Argélia a Organização do Exército Secreto, sociedade clandestina de extrema direita, que lutava pela permanência daquele país como colônia da França, efetuou os atentados mais desumanos, inclusive em Paris, como fuzilamento de doentes em hospitais e outras barbaridades».

"Atentados, incêndios e sequestros não tiveram sua marca inaugural no Brasil — prosseguiu o ex-chanceler — mas em outros tempos, inclusive na França com a ofensiva desencadeada pela Organização do Exército Secreto. No Brasil, assim como em outras partes do mundo, os estadistas e suas respectivas elites dirigentes terão que empreender um grande

esforço para modificar as estruturas e elevar o padrão de vida do povo».

A sinala o ex-chanceler que, «enquanto não se elevar o padrão de vida das massas, fatalmente o problema da violência será uma constante. Até porque, reitera ele, a violência tem origem em conflitos de ordem social, provados nas dificuldades de vida das sociedades».

O sr. Afonso Arinos está disposto a continuar fora da vida político-partidária. Nos próximos dias, entretanto, pretende voltar a colaborar na imprensa diária, como articulista, na análise de diversos problemas que afligem a sociedade brasileira e o próprio mundo.

O testemunho de italianos

A "Associazione Italiana Combattenti e Reduci", Federação do Brasil, em sessão plenária do Conselho Diretor, aprovou a seguinte mensagem, que foi objeto de ordem do dia:

"considerando os recentes pronunciamentos acrimoniosos de uma parcela da imprensa italiana, partidária e, com toda a evidência, sensacionalista, e de determinados homens públicos daquela República, que acolham le-

vianamente o Governo brasileiro e infligir sevícias e torturas a opositores políticos que estariam encarcerados;

"considerando que a alusão a questões internas desta Nação não é inspirada em motivos humanitários, mas de ordem exclusivamente ideológica e política, obedecendo a imposição de campanha que se desenvolve simultaneamente em países europeus;

"considerando que essa conduta reprovável destoa dos sentimentos de amizade e de fraternidade italo-brasileira, consagrada por um século de trabalho, de lutas e de sacrifícios comuns, e por laços indissolúveis de sangue e de afetividade, que são nossos filhos, netos e bisnetos brasileiros; DELIBERAMOS:

"1 — repudiar veementemente aqueles pronunciamentos, que evidenciam a mais absoluta ignorância da realidade brasileira, dando a exata dimensão da injustificável manifestação inamistosa contra essa nobre e generosa Nação;

"2 — reafirmar a nossa devoção e a nossa fé nos destinos desta Terra eleita, à qual aportamos num dia feliz da nossa existência para trabalhar e prosperar em paz, nesta Nação que integra o patrimônio comum da latindade, fonte, hoje, como outrora, dos valores perenes do espírito e da liberdade."

Fonte: FSP. Arinos refuta visões da imprensa estrangeira. 25 jul. 1970, p.3.

Outras declarações, não menos ambíguas, fogem ao escopo da questão jurídica e passam para o terreno econômico²⁸². Enquanto a política econômica era uma das matérias que Afonso Arinos se opunha ao governo de Castelo Branco, no início dos anos 1970 com o chamado “milagre econômico”²⁸³, o intelectual mineiro, nas poucas oportunidades que falou sobre o assunto, pareceu otimista quanto aos caminhos tomados pelo regime nesse âmbito. Segundo ele, “a estatização era uma tendência inevitável” e a livre iniciativa não encontraria no Brasil a mesma dinâmica dos países desenvolvidos, já que “nossa realidade é completamente diferente.

Somos um país subdesenvolvido competindo com os desenvolvidos e não podemos ficar à espera da livre iniciativa”²⁸⁴.

A formação da “ideologia nacional” à qual se referia em seus textos jurídicos deveria se respaldar na condição socioeconômica do país. O conjunto das suas declarações sobre o assunto parece evidenciar que, em sua opinião, o regime encontrara a legitimidade desejada desde os seus primeiros dias, não no âmbito jurídico, mas pela via do desenvolvimento econômico. Eis a estranha situação que Arinos vivenciou entre 1970 e 1973: do ponto de vista jurídico e institucional, o resultado da “revolução” era negativo e em nada se aproximava da sua visão, sendo Castelo Branco o único presidente militar que tentou, sem sucesso, a institucionalização democrática do regime; do ponto de vista do desenvolvimento econômico, a atuação negativa do primeiro governo militar foi substituída pelo planejamento estatal nos governos de Costa e Silva e Médici²⁸⁵, que, embora tenham entregado um arranjo institucional caótico, teriam encontrado, nos resultados econômicos, a matéria preferencial de legitimação social.

Figura 17

²⁸² Outro tema que parecia aproximar a visão de Arinos com os governos de Costa e Silva e Médici diz respeito à gestão da política externa que teria se distanciado da política de alinhamento automático aos Estados Unidos do governo Castelo Branco. Cf.: **OESP**. Telegrama. 08 abr. 1967, p. 3; **OG**. Arinos vê confirmação de sua política. 22 jun. 1971, p. 9. Sobre política externa nos governos militares, Cf.: SILVA, F. C. T. O Brasil no mundo. In: REIS FILHO, D. A (org.). **Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)**. História do Brasil nação vol. 5. Madrid; Rio de Janeiro: Fundación Mafre; Editora Objetiva, 2014, p. 127-181.

²⁸³ Para uma síntese da política-econômica do regime militar, Cf.: SINGER, P. O processo econômico. In: REIS FILHO, D. A (org.). **Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)**. História do Brasil nação vol. 5. Madrid; Rio de Janeiro: Fundación Mafre; Editora Objetiva, 2014, p. 183-231.

²⁸⁴ **FSP**. 200 milhas é ato legal, diz Arinos. 22 jun. 1971, p. 4.

²⁸⁵ Sobre a memória social construída em torno do governo Médici, Cf.: CORDEIRO, J. M. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85-104, jun. 2009.



Arinos vê normalização próxima

Êxito econômico trará abertura, diz Arinos

Da Sucursal do Rio

O ex-ministro Afonso Arinos de Melo Franco afirmou, ontem, acreditar que o atual governo, ao término de seu mandato, ou o próximo, no seu início, removam os obstáculos existentes, devolvendo o País à plenitude democrática. Baseia-se, para fazer tal afirmação, nos êxitos econômicos brasileiros, acreditando que estes levem à abertura política.

O ex-ministro acha, entretanto, que não se deve esperar o retorno à forma de democracia vigente antes do Ato Institucional n.º 3 — a seu ver a fonte das limitações políticas atuais — prevendo o advento do que chamou de “democracia estatizante”, na qual os direitos individuais serão diminuídos em âmbito e em número, de acordo com as necessidades da vida moderna, mas fortalecidos em suas raízes e com defesas mais adequadas. E explicou que esta nova fórmula democrática, contudo, manterá os preceitos básicos de rotatividade do poder, existência de oposição que garanta a participação das minorias e plenitude do Estado de Direito.

ria importante uma definição do País em relação a certos problemas, como, por exemplo, o conflito no Sudeste asiático.

ÁFRICA

Saindo do discurso do presidente Médici, e atendo-se ao problema internacional, o ex-chanceler manifestou seu apoio à política de aproximação com a África, lembrando que “a Brasil é o país mais africano do mundo, com cerca de 60 por cento da sua população com sangue africano em suas origens”.

Ainda com relação à África, preconizou que para ligações naturais sejam adotadas também soluções naturais — iniciadas, como salientou, em sua gestão no Itamaraty. Entre

tanto, recusa-se a afirmar que o Itamaraty esteja seguindo a política preconizada ao seu tempo de chanceler, admitindo apenas, que ele e Gibson Barboza estão “marchando na mesma linha”. Finalizou sua opinião sobre este problema dizendo que o Brasil deve aproximar-se da África inclusive porque está destinado a impedir que a União Soviética a acabe dominando.

LIDERANÇAS

Afonso Arinos contesta as afirmações de que não estejam se formando novas “lideranças políticas no País, em consequência do impedimento dos debates políticos por meio dos diretórios acadêmicos. Com sua experiência de professor universitário, tem observado que novos líderes vão surgindo, através de um processo aristocrático, “como de resto é a formação de líderes em todos os países, inclusive nos estados socialistas e nos Estados Unidos”.

Reconhece, contudo, que a liderança que se está formando agora é eminentemente técnica. As ciências humanas, observou, estão sendo relegadas a um segundo plano. Contra isso o ex-ministro tem protestado, acreditando não ser salutar, do ponto de vista das consequências futuras, o abandono da formação de lideranças nesse setor.

MODELO

Fonte: OESP. Êxito econômico trará abertura, diz Arinos. 03 jan. 1973, p. 5.

Não é possível afirmar categoricamente que o intelectual mineiro tenha se aproximado de forma definitiva do governo. Um possível indício desse movimento poderia ser encontrado em algum tipo de ação mais consistente na Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido ao qual se filiou na esteira da reorganização partidária levada a cabo em 1965. Não foi o caso. Desde sua experiência à frente do Ministério das Relações Exteriores, Afonso Arinos procedeu um movimento de despartidarização do seu discurso político e intelectual. Embora tenha entendido como acertado o estabelecimento do bipartidarismo no Brasil, a Arena não ocupou o espaço outrora reservado à UDN no seu discurso público. Não consta, na documentação relativa à sua produção bibliográfica, memorialista e jornalística uma autoapresentação pública explicitamente vinculada à legenda governista²⁸⁶.

De toda forma, pelo menos no início dos anos 1970, algumas de suas teses pareciam ir ao encontro, ao menos em parte, das discussões estabelecidas no interior da Arena. Grimberg

²⁸⁶ As únicas referências que encontramos sobre alguma participação de Afonso Arinos na Arena entre 1967 e 1974 foi uma nota publicada pelo *Jornal do Brasil* sobre problemas na direção do partido na seção carioca, informando que Afonso Arinos ocupou cargo na direção partidária estadual, além de algumas notas veiculadas na imprensa, em 1968, informando que Arinos mudaria seu domicílio eleitoral para Minas Gerais, a fim de concorrer para deputado federal nas eleições daquele ano, o que acabou não se verificando Cf.: JB. Arena carioca e Lopo reafirma posições políticas já adotada. 14 jul. 1967, p. 3; OESP. Arinos vai voltar a política. 18 jun. 1968, p. 5.

ressalta que, diferentemente das posições dos dirigentes daquela agremiação no momento de sua fundação, quando consideravam a “revolução” como uma solução para a defesa das instituições liberais, após 1969 aparece um discurso de desconfiança em relação a capacidade do liberalismo na resolução dos problemas nacionais²⁸⁷.

No processo de reorganização partidária, empreendida após o AI-5, Filinto Müller, presidente do Diretório Nacional, buscou sugestões para o programa e cartas de princípios do partido. Entre os intelectuais consultados, estava o sociólogo Gilberto Freyre, conhecido apoiador do regime e diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. As sugestões apresentadas pelo intelectual pernambucano, em 1972, são muito semelhantes às teses veiculadas por Afonso Arinos entre 1970 e 1971:

Nas suas sugestões para o programa da Arena, Gilberto Freyre considerava que o partido podia corresponder àquela busca de ‘soluções brasileiras para problemas brasileiros’, proposta pelo presidente Médici. Com esse propósito, defendeu a necessidade de encontrar soluções adequadas à singularidade nacional, respondendo justamente às principais denúncias feitas naquela conjuntura contra o Estado

brasileiro, de quebra de princípios liberais considerados universais: a representação política e a dignidade da pessoa humana²⁸⁸.

A sinuosidade do discurso público de Afonso Arinos é de difícil classificação em termos da história do pensamento político brasileiro. A ideia de incompatibilidade entre a realidade social brasileira e as fórmulas institucionais estrangeiras já constava no repertório do pensamento autoritário desde, pelo menos, os anos 1920²⁸⁹. A denúncia contra os formalismos jurídicos liberais foi matéria que o próprio Afonso Arinos se confrontou ao longo de sua trajetória intelectual, ao passo que a defesa da universalidade da institucionalidade

²⁸⁷ GRIMBERG, L. **Partido ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena) 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

²⁸⁸ GRIMBERG, 2009, p. 169.

²⁸⁹ Para uma análise mais abrangente da relação entre leis e costumes no pensamento político e social brasileiro, Cf.: FERREIRA, G. N.. A relação entre leis e costumes no pensamento político e social brasileiro. In: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (org.). **Revisão do pensamento conservador**: ideias e políticas no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, p. 55-75. A crítica ao liberalismo empreendida por intelectuais como Oliveira Vianna passava pela afirmação de que havia uma incompatibilidade entre a formação histórica brasileira e os modelos político-institucionais importados, daí a necessidade de construção de uma institucionalidade brasileira fundada com base na realidade sociocultural nacional. Para uma análise da obra “População meridional do Brasil” de Oliveira Vianna, que avalia a crítica ao “idealismo constitucional” dos liberais, Cf.: BRANDÃO, G. M. Populações meridionais do Brasil. In: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (org.). **Revisão do pensamento conservador**: ideias e políticas no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2010a., p. 119-146.

liberaldemocrática foi incorporada pelo seu discurso a ponto de ser considerada parte constituinte de sua identidade política.

Como ressalta Grimberg, o começo dos anos 1970 não foi um momento fácil para os defensores do formalismo jurídico, mesmo assim várias lideranças ligadas à Arena questionaram se não era possível uma saída liberal para o regime autoritário. A historiadora lembra que parlamentares como Milton Campos, Daniel Krieger e Herbet Levy, bem como personalidades que se afastaram da vida partidária e assumiram cargos na magistratura, à exemplo de Adauto Lúcio Cardoso e Aliomar Baleeiro, produziram discursos e gestos públicos em defesa das liberdades políticas e civis²⁹⁰.

Seria Afonso Arinos o único entre os principais liberais udenistas a ratificar o endurecimento do regime e a negar seu passado de luta liberal? Pouco provável. Não é possível, a partir da documentação consultada, afirmar que Afonso Arinos abandonou integralmente suas convicções liberais. Pode-se dizer, no entanto, que nesse momento Arinos foi confrontado na base de suas crenças, que foram pressionadas pelos resultados econômicos favoráveis e pelo endurecimento progressivo do regime. As respostas dúbias e, em parte, contraditórias, parecem

antes revelar a ambivalência de uma “consciência fraturada”, dividida entre “entre elogios e dúvidas, entre adesão pragmática e crítica doutrinária”²⁹¹.

Cumprir lembrar que no mesmo momento em que abria brecha para interpretações autoritárias dos seus argumentos jurídicos, buscava ressaltar a importância das ideias políticas liberais para a conformação da “personalidade nacional” brasileira. Em 1972, lecionou curso na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), aprofundando as reflexões desenvolvidas desde o início dos anos 1970, não mais em termos de estrutura jurídica do Estado brasileiro ou no que diz respeito à “Ciência Política Tropical”, mas, especificamente, em relação às “ideias políticas” no Brasil. A linha interpretativa é a mesma: há uma lacuna entre as ideias elaboradas no exterior e a realidade social interna. É da dificuldade das elites intelectuais de se apropriarem criativamente da cultura ocidental que emerge a fragilidade das instituições nacionais e a impossibilidade de resolver pacificamente os seus dilemas e crises. Arinos não

²⁹⁰ GRIMBERG, *op. cit.*

²⁹¹ NAPOLITANO, M. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1964-1985). **Estudos ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017, p. 356.

nega a tradição liberal, ao contrário, ressalta que sua obra possibilitou ao Brasil avançar historicamente. A crítica é dirigida aos seus contemporâneos, considerados incapazes de construir uma institucionalidade jurídico-política estável e duradoura.

As últimas palavras nessa ocasião são importantes, uma vez que revelam, ao mesmo tempo, um clamor e uma confissão. Na condição de experiente professor, convocou a juventude para participar do principal desafio do Brasil contemporâneo, ou seja, “O Brasil é um país que precisa ser pensado, que precisa ser meditado”:

Confesso que não tenho mais condições para isso na minha idade, depois de ter atravessado uma vida em que atuei intensamente. Não me sinto mais em condições para lutar novamente, mas considero que vocês moços têm essas condições e esse dever. Claro, o produto nacional bruto está crescendo, as estradas estão aumentando; claro, há tanto arroz, que não se sabe onde guardá-lo; claro, há tanto trigo, que é preciso suspender a plantação; claro, há muito ferro nas montanhas de Minas. Claro, tudo está muito bem, mas é preciso que o País construa um tipo de Estado que corresponda ao que está acontecendo: ao trigo, às vias de penetração, à população; que construa um País que tenha condições por si mesmo. Mas para isso é preciso ter ideias e a Universidade é a mina de ideias do futuro²⁹².

Sempre discreto e cuidadoso em suas manifestações públicas, Afonso Arinos vivenciou a única polêmica que se envolveu naqueles anos no início de 1973. A ocasião foi um almoço em homenagem ao jornalista Carlos Castello Branco. *O Estado de São Paulo* noticiou a

participação de Arinos no evento da seguinte forma: “Êxito econômico trará abertura, diz Arinos”. Segundo a matéria, o intelectual mineiro teria dito que, ao término do atual mandato, o Brasil alcançaria a plenitude democrática. Mas a democracia a ser instaurada não seria semelhante à existente anteriormente, uma vez que os “direitos individuais serão diminuídos em âmbito e número, de acordo com as necessidades da vida moderna (...) E explicou que essa forma democrática, contudo, manterá os preceitos básicos da rotatividade do poder, existência de oposição que garanta a participação das minorias e a plenitude do Estado de Direito”²⁹³. Em *O Globo*, a manchete anunciava que “Afonso Arinos tem novo conceito de democracia”. O jornal carioca acentuou a ideia de existência de uma “democracia estatizante”, não devendo o Brasil voltar à democracia liberal, mas instituir um novo tipo de regime democrático, com

²⁹² FRANCO, A. A. M. As ideias políticas no Brasil. In: FRANCO, A. A. M. **O som do outro sino**: um breviário liberal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1972], p. 188-189.

²⁹³ FSP. “Êxito econômico trará abertura”, diz Arinos. 03 jan. 1973, p. 3.

predominância dos fatores social e econômico sobre as questões jurídicas e as liberdades individuais²⁹⁴.

Embora não se tratasse de novidade, as convicções estatistas de Afonso Arinos, cujas manifestações mais consistentes remontam à década de 1950²⁹⁵, e a relativização da necessidade de instrumentos jurídicos como *habeas corpus* pareciam indicar uma verdadeira virada no seu pensamento político-jurídico. Tema delicado, se tratando de um símbolo do endurecimento do regime, além do seu retorno ser umas das principais bandeiras da oposição²⁹⁶.

Ponto importante foi percebido pela coluna *Coisas de Política* do *Jornal do Brasil*: “Há, entretanto, nas declarações do Sr. Afonso Arinos um item que parece coincidir com a linha atual da estratégia revolucionária. É quando ele critica a democracia liberal e preconiza o que chama de democracia estatizante”²⁹⁷. O jornal lembra que essa era a mesma estratégia de legitimação social do regime, o que ficaria evidenciado pelo elogio que o senador Filinto Müller, presidente da Arena e figura conhecida por suas convicções autoritárias, fez a Afonso Arinos, quando afirmou que o importante é o desenvolvimento e que o liberalismo seria uma escola ultrapassada²⁹⁸.

Estava em jogo sua própria identidade política. Foi esse o ponto levantado, com certa ironia, por Carlos Castello Branco, ao sugerir que Arinos entrou para o rol dos pensadores que

qualificam a democracia, o que seria um forte indício de seu distanciamento do pensamento liberal:

Ele afirmou, como ex-liberal e devoto da ‘democracia estatizante’, que emerge do modelo econômico posto em prática pelo Brasil. Deve-se entender que o Embaixador se tornou mais sensível à influência dos modelos políticos, a tal ponto que abandonou velhos preconceitos, para admitir a convivência dos ideais democráticos com crescente socialização da grande propriedade. Houve uma nítida avançada no rimo do socialismo democrático, que seria já o reino do Brasil.²⁹⁹

Cioso da sua imagem pública, Arinos se pôs a responder as acusações sofridas. A *Coluna do Castello* foi um dos espaços utilizados para sua defesa. Em carta publicada no dia 18 de

²⁹⁴ **OG**. Afonso Arinos tem novo conceito de democracia. 03 jan. 1973, p. 2; **JB**. Arinos vê esse ano uma boa possibilidade de abertura. 03 jan. 1973, p. 3.

²⁹⁵ Sobre a economia política dos bacharéis udenistas, Cf.: CHALOUB, 2017.

²⁹⁶ **OESP**. Oposição pede volta do *habeas corpus*. 04 jan. 1973, p. 5; **OG**. Nelson Carneiro discorda da tese de Arinos. 04 jan. 1973, p. 2.

²⁹⁷ **JB**. De onde virão as aberturas. 04 jan. 1973, *Coisas de Política*, p. 1.

²⁹⁸ Na esteira dessas discussões, o senador Filinto Müller aproveitou para declarar a morte do liberalismo, Cf.: **OESP**. Para líder arenista, liberalismo morreu. 06 out. 1973, p. 4.

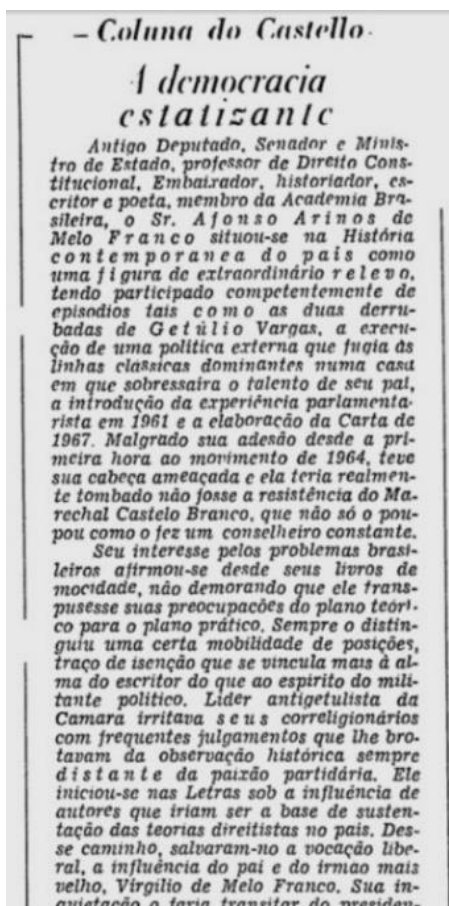
²⁹⁹ Carlos Castello Branco. A democracia estatizante. **JB**. 07 jan. 1973, *Coluna do Castello*, p. 4.

janeiro de 1973, diz que a caracterização de democracia é um vício de estúdio da Teoria do Estado e não significaria despreço pela democracia. Declara, também, que não negou a validade do *habeas corpus* como instrumento de garantia jurídica da liberdade individual, mas só buscou situá-lo historicamente e apenas teria lembrado que até pouco tempo esse instituto não fazia parte do arcabouço jurídico brasileiro³⁰⁰.

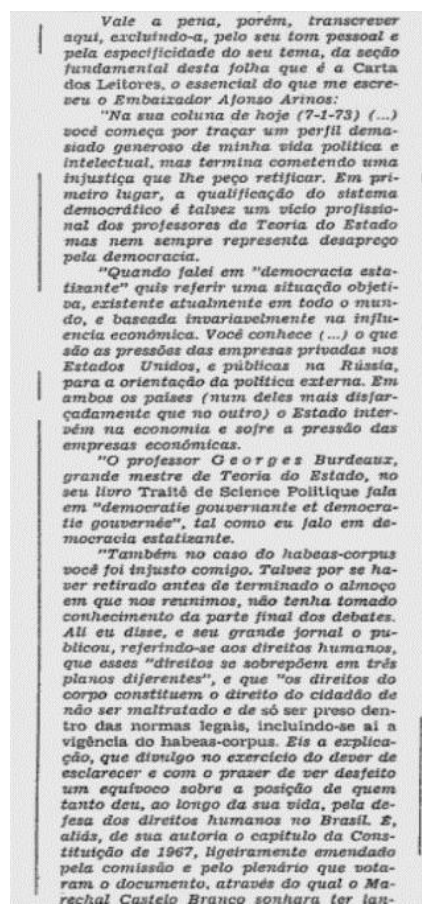
Figura 18

Figura 19

³⁰⁰ Carlos Castello Branco. Questão do regime. **JB**. 18 jan. 1973, Coluna do Castello, p. 4; **OESP**. Arinos esclarece sua posição 06 jan. 1973, p. 4; **OESP**. Tancredo confirma Arinos. 17 jan. 1973, p. 6.



Fonte: **JB**. 07 jan.1974, Coluna do Castello, p. 4



Fonte: **JB**. 18 jan. 1973, Coluna do Castello p. 4

Mesmo silenciado em suas memórias, esse é um acontecimento decisivo para a trajetória de Afonso Arinos, uma vez que reúne várias questões que irão se desdobrar posteriormente. Além de ser um ponto de tensão na sua identidade liberal, supostamente estabelecendo um “novo conceito de democracia”, marcando um certo alinhamento com a política econômica do regime militar, também é significativo por ser um raro momento em que as opiniões de Carlos Castello Branco e Afonso Arinos se distanciaram publicamente.

Os seus discursos e falas do período são nomeadamente ambivalentes. Às vezes parecia compreender que o Brasil caminhava, por meio do desenvolvimento econômico, para uma situação de “democracia estatizante”; em outras ocasiões, contudo, dizia que a “revolução” se desviara dos seus “objetivos democráticos”, sobretudo no âmbito jurídico. Em alguns momentos parecia negar suas próprias convicções liberais; em outros, defendia que o liberalismo ainda era atual e relevante, embora necessitasse ser remodelado. Em poucos trechos de suas memórias, buscava informar a decepção e a melancolia em relação à realidade política brasileira; nas

páginas dos jornais, por outro lado, aparece com um discurso otimista, observando que o Brasil estaria rumando para uma situação de normalidade democrática.

Suas duas obras mais importantes do período, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo* (1973) e *Problemas políticos brasileiros* (1975), ora se lançam em uma análise histórica de longa duração, evitando declarações mais contundentes sobre a realidade política imediata, ora tratam o problema democrático brasileiro a partir de uma perspectiva formalista, idealista e teleológica, também mantendo-se equidistante de posições mais incisivas, que poderiam soar ou como rebelde ao poder ou como uma adesão explícita ao regime.

De modo geral, a impressão é de que Arinos se movimentou nesses anos com cautela, sobretudo para não arranhar a imagem longamente construída de “convicto democrata”, ao mesmo tempo que tentava manter pontes com os setores políticos e sociais próximos ao regime. Em um contexto repressivo e de suspensão das liberdades civis, isso não foi uma tarefa fácil. Na maior parte das vezes utilizou-se do silêncio e da resignação, o que soa estranho dado seu longo histórico de intervenção no debate público e do autoatribuído papel de “homem público”. Em algumas ocasiões, mobilizou seu repertório intelectual e o acesso à imprensa para passar uma mensagem dúbia e um tanto quanto indeterminada. As posições mais claras, presentes nos já comentados capítulos de *História do povo brasileiro* (1967), dão lugar às manifestações nomeadamente ambíguas e, em parte, contraditórias.

Nesse momento, pareciam se chocar as duas principais preocupações de toda sua atuação pública: garantir que sua voz fosse ouvida nos debates fulcrais da vida nacional e ser alçado como exemplo de democrata liberal. Impossibilitado de exercitá-las integralmente, Arinos utilizou-se do silêncio e da ambivalência como forma de garantir alguma inserção no debate público sem deixar que sua imagem de democrata fosse inteiramente desconstruída.

Esse é um ponto que dialoga com os estudos que buscam compreender o papel da sociedade no processo de desestabilização e conspiração contra o governo de João Goulart, na legitimação do golpe de Estado perpetrado em março de 1964, no respaldo que deu ao regime

então implantado e no apoio social que permitiu que a ditadura se perpetuasse no poder por mais de vinte anos. Entre os historiadores que se dedicaram ao assunto, o trabalho de Motta³⁰¹

nos oferece um instrumental teórico que permite observar, a partir de um ângulo mais complexo, as atitudes e os comportamentos sociais em tempos de autoritarismo³⁰².

Se apoiando em estudos oriundos da historiografia francesa, o historiador busca conformar uma perspectiva teórica capaz de superar os esquemas analíticos mais simples e binários assentados em torno do par “resistência/colaboração”³⁰³ ao propor a classificação “resistência/adesão/acomodação”. Para Motta, mesmo as práticas de “adesão” e “resistência” comportando nuances, é o conceito de “acomodação” que permite o estudioso do período militar observar com mais precisão os paradoxos e as ambiguidades das relações estabelecidas entre sociedade e Estado autoritário.

Esse tipo de classificação serve ao propósito do presente trabalho na medida em que nos interrogamos a respeito da posição de Afonso Arinos em relação à ditadura instaurada em 1964. Sua inserção pública nesse período foi marcada por um tipo de comportamento que Pierre Laborie chamou de “pensar-duplo”, que “aparece como uma forma de resposta social a alternativas consideradas insuperáveis, uma resposta datada que deve ser vista como tal, como tentativa patética entre o desejo e o possível”³⁴⁸.

Em resumo: Afonso Arinos só aderiu integralmente à “revolução” nos primeiros meses após a deposição de João Goulart. Até 1967, suas posições foram claras: agiu no sentido de disputar os “rumos da revolução” com os elementos mais autoritários da coalizão política e

³⁰¹ MOTTA, 2021.

³⁰² O autor escreveu importante livro que pode ser referenciado como contribuições para a análise das complexas relações entre ditadura militar e sociedade, a partir de uma chave de leitura que caracteriza a ditadura como um processo de “modernização-autoritária” e que tem como objeto de estudo as universidades brasileiras. Cf.: MOTTA, R.P. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

³⁰³ Segundo Motta (2021, p. 151), tal conceituação surgiu no período da Segunda Guerra Mundial, em meio à luta contra o fascismo e na ocupação nazista. Integrados ao vocabulário político, foram mobilizados no Brasil pós-64 por opositores do regime que acreditavam reviver uma experiência fascista, o que se mostrou inadequado ao caso brasileiro, tanto pelo fato de o regime autoritário brasileiro não ser de tipo fascista, quanto porque a ideia de colaboração está intimamente relacionada à experiência de ocupação, inexistente no Brasil. ³⁴⁸ LABORIE, 2010, p. 41.

social que chegou ao poder com a intervenção militar. Do AI-2 até sua despedida do Senado, procurou contribuir com o regime em termos de sua institucionalização jurídica. De adesão explícita passa a uma contribuição pontual, por vezes colorida de oposição moderada. Depois disso, é bem mais difícil saber o que pensava sobre a situação política brasileira. Mais fácil de definir, no entanto, é o que não fez: não se colocou na oposição ao regime, não havendo respaldo para a afirmação posterior de que *resistira* ao autoritarismo. Sua participação no CFC, por outro lado, parece indicar que conseguiu se *acomodar* à situação autoritária, resguardando alguma posição de prestígio, sem se vincular definitivamente ao regime.

Portanto, ao silenciar ou adotar um discurso sinuoso quanto ao processo político e institucional brasileiro, parecia se movimentar no interior de uma *zona cinzenta*³⁰⁴. O intelectual mineiro não foi o único a dispor de práticas de acomodação e silenciamento como maneira de relacionamento com o regime, mas antes encontrou respaldo, e até incentivo, de todo um campo de interlocução que se articulou para pressionar o governo a reduzir o grau de repressão e contribuir com a promoção de medidas de institucionalização jurídica do regime, ao mesmo tempo que procurava resguardar as “intenções democráticas originais da revolução”.

O anúncio da pretensão do governo em proceder algum tipo de distensão política, mesmo que lenta e gradual, se apresentou para Arinos como uma oportunidade de voltar ao primeiro plano do debate nacional e garantir a presença da sua voz não apenas como alguém que observa de longe o processo político e institucional contemporâneo, mas enquanto um sujeito profundamente envolvido com a redemocratização do país. Além de uma oportunidade, também se apresentava como um desafio complexo: se desejava garantir sua presença nas articulações das reformas prometidas pelo regime, isso significaria se aproximar do governo, o que poderia soar contraditório com a autoimagem de democrata que buscava preservar. O seu discurso memorialista é apenas uma das formas com a qual tentou conciliar a cristalização de uma dada imagem de si a ser legada para a posteridade com a garantia da sua presença nos debates fulcrais de sua contemporaneidade. Trataremos no próximo capítulo das estratégias mobilizadas por Arinos para responder a esse duplo desafio.

³⁰⁴ LABORIE, 2010.

2 UMA IDENTIDADE ESTRATÉGICA

2.1 A abertura, uma oportunidade

Na segunda metade da década de 1970, Arinos publicou algumas obras voltadas para a avaliação das instituições políticas e jurídicas contemporâneas. Nelas, o autor se porta como um analista rigoroso, preocupado com a interpretação dos problemas e temas que considerava mais elementais. A história, o direito e a política são as áreas principais de interesse. Três são os livros publicados nesse momento que oferecem uma leitura sobre a história do direito e das instituições políticas brasileiras: *Problemas Políticos Brasileiros* (1975), *Direito Constitucional: Teoria da Constituição. As Constituições do Brasil* (1976) e *A Câmara dos Deputados: Síntese Histórica* (1976).

De um modo geral, tais escritos recuam no tempo e fazem uma avaliação mais abrangente sobre as instituições políticas e jurídicas. Poucas páginas são escritas sobre a ditadura, estas geralmente redigidas à guisa de conclusão. O autor não se aprofunda na reflexão sobre o período, e quando o faz lança mão de uma leitura próxima da que já tinha oferecido nos discursos parlamentares de 1965 e 1966 e, sobretudo, do que havia exposto nos capítulos finais de *História do Povo Brasileiro* (1967).

Chegou, inclusive, a apresentar o motivo pelo qual dispensou uma leitura mais aprofundada sobre a ditadura. Em *A Câmara dos Deputados: Síntese Histórica* (1976), depois

de copioso relato da importância daquela instituição para a resolução de todas as crises brasileiras nos últimos 150 anos, afirma que a imprevisibilidade do período tornaria impossível uma avaliação mais consistente: “sob as aparências da ordem e da estabilidade, a Revolução, depois de vitoriosa, tem sofrido profundas alternativas e transformações, demasiado próximas para que sejam interpretadas objetiva e racionalmente”. Portanto, diz não ter condições para uma formulação histórica, cuja ótica interpretativa exigiria “a sedimentação de causas e efeitos, que ainda se encontram em estado de conturbação dinâmica. Pode-se intervir, colaborar, procurar novos caminhos, afirmar ou negar. Não se pode, ainda, julgar nem interpretar. E estas são as funções da História”³⁰⁵.

Nessas linhas, Arinos parecia mudar sua compreensão de história expressa nos capítulos finais *História do Povo Brasileiro* (1967), quando teceu uma leitura a respeito das principais

dinâmicas políticas e institucionais da crise brasileira. Preferiu, no entanto, apontar que, embora fosse impraticável, a análise da ação do legislativo “no quadro da dinâmica revolucionária”, há “antecedentes que são seguros e consequências que parecem inevitáveis”: ressalta que “a liderança revolucionária de março tinha como propósito assentado restaurar a legalidade democrática, que ela considerava subvertida, pelos assaltos da corrupção, da demagogia e do radicalismo imaturo do período Goulart”³⁰⁶; e reforça que, devido às circunstâncias conjunturais nacionais e internacionais, se tem obstado o “objetivo básico da Revolução” de limitar o poder pela submissão das leis, porém: “Não é possível negar, no entanto, que, sem eles, o ideais de 1964 terão sido afastados assim como frustrada historicamente a ação conjugada das Forças Armadas com as Forças Democráticas”³⁰⁷. Ao terminar seu livro, as últimas palavras são de otimismo: o patriotismo e visão dos chefes militares – cuja presença na atual conjuntura é tão inevitável quanto necessária – se ajustarão às reivindicações das lideranças civis, para que retorne o Brasil ao fastígio de seus grandes dias e dos seus grandes homens, do Império e da República³⁰⁸.

A mensagem otimista quanto ao futuro das instituições brasileiras também é veiculada nas linhas finais de *Direito constitucional: teoria da constituição, as constituições do Brasil* (1976). Depois de rápida avaliação da Constituição de 1967 e da Emenda Constitucional número

³⁰⁵ FRANCO, A. A. M. **A Câmara dos Deputados**: Síntese histórica. Brasília: Centro de documentação e informação da Câmara dos Deputado, 1976, p.115.

³⁰⁶ FRANCO, 1976, p. 115.

³⁰⁷ *Ibid.*

³⁰⁸ *Ibid.*, p. 115-116.

1 de outubro de 1969, Arinos afirma que “provavelmente, para não dizer inevitavelmente, toda essa estrutura jurídica imposta vai ser substituída, quando as condições do próprio processo revolucionário permitirem a reinstalação, no Brasil, do regime democrático”³⁰⁹. No último parágrafo do livro, emite, ainda, um conselho apaziguador: “Todas as esperanças dos patriotas devem ser no sentido de que a dura experiência de estéreis lutas ensine às novas gerações o caminho da união em torno da criação e da defesa de instituições políticas verdadeiramente brasileiras, nas quais o país possa viver dentro da ordem e da liberdade”³¹⁰.

Em *Problemas políticos brasileiros* (1975), Arinos buscou sistematizar o conjunto de inquietações despertadas nos anos anteriores. A partir da escrita ensaística, conciliou os saberes acumulados nas áreas de História, Ciência Política e Direito Constitucional, a fim de definir, com mais precisão, o que entendia por democracia e quais os desafios para sua plena

implementação no país. Nesse livro, procurou elucidar as teses ambíguas que vinha anunciando desde o início daquela década, tentando garantir-lhes coerência e consistência teórica. Pouco comenta sobre a situação brasileira imediata, preferindo enquadrar os “Problemas Políticos Brasileiros” no âmbito da história das ideias e da institucionalidade ocidental mais ampla.

Caracterizada enquanto uma doutrina política – ou seja, “conjunto orgânico de ideias políticas fundadas na observação e na experiência histórica”³¹¹ – a democracia, palavra que comporta enorme carga polissêmica, também poderia ser considerada tanto, em sentido estrito, um sistema de governo, quanto, numa abordagem mais ampla, uma filosofia de coexistência social. Segundo Arinos, o sistema democrático sofreu profundas variações ao longo do tempo, passando a ser muito mais “humanista do que individualista. A democracia individualista correspondeu à fase do chamado liberalismo econômico, que já estava terminando em fins do século passado. Hoje a defesa dos direitos humanos tornou-se uma preocupação mais social do que propriamente individual”³¹². Portanto, “o grande problema, num mundo convulsionado pela incerteza, as dificuldades econômicas, os problemas raciais e a violência, consiste na possibilidade de uma elevação dos povos subdesenvolvidos ao estágio democrático”³⁵⁸.

³⁰⁹ FRANCO, 1981c. [1976], p. 134.

³¹⁰ *Ibid.*

³¹¹ FRANCO, A. A. M. **Problemas Políticos Brasileiros**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975a., p. 25.

³¹² *Ibid.*, p. 27.

³⁵⁸ *Ibid.*

De todo modo, a democracia, a partir de uma compreensão eminentemente teleológica, ainda poderia ser considerada como “o regime que melhor corresponde à lei e à evolução da história”, o “fim político e moral da História, que coincide com o mais completo desenvolvimento da personalidade humana”³¹³. Se o futuro, inevitavelmente, seria democrático, o tempo presente ainda comportaria barreiras materiais e morais capazes de frear seu avanço. Nesse livro, Arinos reapresenta as teses veiculadas em outras obras, seja em relação ao processo que levou os militares ao poder, ou, de forma mais ampla, os problemas institucionais e políticos que acompanharam toda a história brasileira.

o êxito da Revolução no processo de desenvolvimento econômico, na restauração da disciplina militar, na ordem, permitindo a retomada do trabalho produtivo, é indiscutível e se encontra incorporado à História da República. O carregado ambiente repressivo foi mais recentemente se desvanecendo. De resto o conceito de segurança e subversão, básicos na ação repressiva, são indefinidos juridicamente e desconhecidos para o grande público, o que aumentou, principalmente durante o segundo e terceiro governo revolucionário, dose de arbítrio das autoridades e, obviamente, a dose de injustiça que se confunde sempre com o uso da força. Todo esse processo decorria de uma ótica ideológica falsa, porque desprovida de doutrina válida, que dominou o ambiente político nacional na fase punitiva da Revolução. Para sermos justos não devemos esquecer que essa ótica ideológica sem doutrina seguiu-

se a outra, idêntica (embora com valores esquerda-direita trocados) que foi a ação do peleguismo predatório e agitador, acobertada por diretrizes pretensamente ideológicas do governo Goulart-Brizola. A diferença está em que o radicalismo ideológico anterior se apresentava como ameaça social (quer dizer impessoal), enquanto o radicalismo revolucionário tomou muitas vezes a forma não só de ameaça como de agressão aos direitos humanos, quer dizer, às pessoas. Esta diferença marca o aspecto mais dramático e triste de todas as repressões revolucionária, da direita ou da esquerda, em países atrasados ou adiantados³¹⁴

Problemas políticos brasileiros (1975) pode ser considerada tanto uma obra de síntese, ao reunir o conjunto das teses que vinha defendendo desde o fim dos anos 1950, quanto um texto de transição, ao anunciar a possibilidade de mudança na conjuntura política do país. Em um clima de maior liberdade, Arinos se permite elaborar um juízo mais crítico sobre a “situação revolucionária”, apontando elementos anteriormente silenciados, tais como as temáticas da repressão e da violação dos Direitos Humanos.

É um texto de transição sobretudo por tentar conciliar o que acreditava ser a obra bem-sucedida da “revolução” com aqueles pontos que deveriam ser corrigidos ou dirimidos.

³¹³ *Ibid.*, p. 36.

³¹⁴ FRANCO, 1975a, p. 179.

Segundo o autor, “a própria maturação do processo revolucionário, nos seus dez anos de duração, trouxe uma gradativa distensão do ambiente político. Esse fenômeno foi reconhecido e a distensão gradualista proclamada pelo Presidente Ernesto Geisel desde as suas primeiras manifestações públicas, como chefe de Estado”³¹⁵.

Nas poucas páginas em que Arinos escreve sobre seu próprio tempo, vê-se um intelectual otimista a apontar os aspectos que concorreriam para o sucesso da chamada distensão gradualista. Ainda sob um clima de indefinição, o autor de *Problemas políticos brasileiros* (1975) observa que o “bipartidarismo artificial” foi assaltado pela “conscientização do poder de sufrágio, que é o poder originário e mais alto, dentro da doutrina democrática”³⁶². Estava se referindo ao resultado das eleições de 1974, observado menos como uma vitória da oposição, do que uma consequência do “voto consciente”. Segundo o autor, o reconhecimento da nova situação levaria o governo a iniciar um delicado processo de reformas.

O ponto ótimo da evolução será aquele, ainda em futuro imprevisível, no qual a aplicação do direito político costumeiro tiver conseguido um grau de comprovada eficácia, formal e material, que absorva, nas suas soluções, as exigências ainda incógnitas de segurança e subversão, cuja indefinição jurídica é a causa única do arbítrio político ainda existente, e da necessidade, para as classes armadas, da manutenção do direito positivo de exceção, com aquilo que chamamos as potencialidades repressivas. Nesse possível momento ótimo, etapa final do processo

de distensão encarado pelo presidente, é que será indispensável o que denominou a colaboração da ‘imaginação criadora’ dos juristas especializados para a nova institucionalização política, a qual, se corresponder à realidade histórico-social, poderá ser capaz de evoluir pacificamente³¹⁶.

Esse trecho parece demarcar, de forma evidente, o próprio papel a que Arinos se atribuía em relação ao projeto de distensão gradual. O ex-senador buscou atender o chamado à “imaginação criadora”, de modo a oferecer conselhos e sugestões para uma saída moderada da situação autoritária. A partir dali, as posições de Afonso Arinos ganhariam novos contornos, sobretudo porque sua atuação pública do período anterior, notadamente intermitente e sinuosa, seria substituída por uma crescente participação nos debates político-institucionais.

Figura 20

³¹⁵ *Ibid.*, p. 179-180.

³⁶² *Ibid.*, p. 180.

³¹⁶ FRANCO, 1975a, p. 180.

Terça-feira, 26 de novembro de 1974

FOLHA DE

Uma revisão de prioridades ?

GILBERTO NEGREIROS
Da Sucursal do Rio

RIO (Sucursal) — A convocação do MDB para assumir, com o Governo, os riscos e responsabilidades da tarefa de dar ao desenvolvimento brasileiro uma nova orientação, voltada principalmente para o atendimento das necessidades de ordem social das camadas majoritárias da população, constitui, segundo o ex-senador e ex-ministro Afonso Arinos, aquilo que imediatamente se oferece no processo político brasileiro, após as alterações produzidas com a vitória da Oposição nas eleições de 15 de novembro.

A necessidade de mudança ficou clara, no entender do líder da antiga UDN, pela preferência dada pelo povo aos candidatos oposicionistas. Paralelamente, ela vem ao encontro do que se pode chamar de esforço de autocritica promovido no centro de decisão nacional e cujos resultados se refletem na revisão de prioridades e objetivos, já delineada na política econômico-social do governo Geisel.

Enriquecido, portanto, pela manifestação popular, o sistema de forças políticas e sociais aí está, em sua nova configuração, como desafio a capacidade de dirigentes e representantes políticos e encerrando o que Afonso Arinos considera uma lição proporcionada pelo resultado das urnas: "Mais uma vez em nossa história, o povo foi adiante das elites."

E por este caminho que, na sua opinião, o País reunirá condições para superar o impasse político-institucional em

alternativas tomar diante da realidade que o cerca, enquanto seus problemas se resolvem por meio de uma tecnologia que desconhece. A massa dos indivíduos, portanto, limita-se a conhecer e sentir os problemas, mas não tem capacidade para propor as soluções. Sua participação em nível político dá-se, não mais por opinião, mas por adesão, através dos partidos políticos."

"E, sob esse aspecto — assinala Afonso Arinos — que devem ser vistas as alterações profundas que as eleições de 15 de novembro introduziram no quadro político brasileiro. O MDB foi reconstruído nas ruas e transformado pelo povo em partido capaz de congregar movimentos de opinião, para surpresa dos seus próprios dirigentes. O voto fez o MDB e não o MDB fez o voto."

O ex-senador diz que, por terem sido criados por força de ato institucional, Arena e MDB representam um artificialismo, do qual, somente agora e pela via legitimadora das urnas, o partido conseguiu livrar-se. A propósito da Arena, da qual tornou-se membro fundador atendendo a pedido do seu amigo Daniel Krieger, Afonso Arinos recorda que "enquanto, num recinto fechado do Congresso, 500 pessoas se reuniam para criar o partido, a poucos metros, na esquina da avenida W-3, o povo sequer sabia o que estava acontecendo lá dentro".

"Criada para servir de simples instrumento de apoio parlamentar aos governos revolucionários, a Arena não conseguiu formular, em termos políticos, seu compromisso com a Revolução. Para Afonso Arinos, o drama vivido



O ex-chanceler Afonso Arinos entende que a eleição convoca o MDB a assumir com o governo as responsabilidades pelo desenvolvimento do Brasil.

precioso para o encaminhamento do problema político-institucional.

"O caminho me parece aberto para que Governo e Oposição, juntos, executem a tarefa de revisão da política de desenvolvimento. É preciso que o MDB seja convocado, não propriamente para a união nacional, mas para compartilhar com o Governo dos riscos e responsabilidades que envolvem a busca da solução

combate à subversão e negação da anistia", prosseguiu.

"Partindo das opções extremas, infalíveis em qualquer negociação, mas sempre eliminadas com o progresso delas, ou se chega a uma composição, que não quer dizer coalizão em torno de pessoas, mas convergência em torno de soluções nacionais, ou não se chega. No primeiro caso, a geração civil e militar terá vivido uma das mais impor-

Fonte: Gilberto Negreiros. Uma revisão de prioridades? FSP. 26 nov. 1974, p. 5

No mesmo momento em que apresentou algum balanço sobre o regime militar em seus livros, Arinos passou a frequentar as páginas dos jornais, sendo convidado a relatar tanto seu posicionamento nos primeiros anos após o "movimento de 1964", quanto a promover alguma avaliação dos "rumos da revolução". Exemplo desse esforço de lembrança e de interpretação é o depoimento publicado pela *Folha de São Paulo*, em 31 de março de 1976³¹⁷ (figura 20).

Sobre o papel do então senador udenista, a matéria lembra da escrita do documento encaminhado ao Comando Revolucionário que concederia ao Congresso Nacional o lugar legitimador da revolução, o que foi descartado e substituído pelo primeiro Ato Institucional, redigido por Francisco Campos, o mesmo autor Constituição de 1937. Porém, o jornal não deixa de apresentar um balanço crítico: "Os doze anos decorridos desse episódio encontram o

³¹⁷ FSP. Afonso Arinos narra a sua participação. 31 mar. 1976, p. 6.

legislativo ainda sob a tutela de um poder que lhe é superior e em pleno exercício da prerrogativa que se conferiu de lançar mão das cassações e de restringir direitos, a partir do momento em que se veja contestado”.

Figura 21

País comemora o Movimento de Março de 64

O ministro Silvio Frota afirma que as grandes revoluções não têm prazo



Afonso Arinos por P. Caruso

Afonso Arinos narra a sua participação

RIO (SUCURSAL) — Nos primeiros dias de abril de 1964, já com a investitura do general Castelo Branco na Presidência decidida, o então senador Afonso Arinos foi procurado pelo seu companheiro da antiga UDN, Diárie Mariz, que lhe pediu para redigir o que seria a Constituição de 1964.

O auge do presidente à Constituição de 1964 serviu de ministério, prosseguindo Afonso Arinos. Ele recorda que, em 1963, o próprio Castelo Branco, como pressentido a crise

Dos Sucursais

A propósito do 12.º aniversário da Revolução de março, os ministros Silvio Frota, do Exército; Araripe Macedo, da Aeronáutica; Azevedo Henriques, da Marinha; e Antonio Jorge Correia, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, baixaram as seguintes Ordens do Dia:

“O Movimento cortou a marcha desagregadora”

A Ordem do Dia do ministro do Exército:

“Um dos mais belos e autênticos movimentos cívicos que registra a história do Brasil é, sem dúvida, a revolução democrática de 31 de março de 1964, que cortou a marcha desagregadora no sentido da comunização do País. Realizada, com raro civismo, por um governo em que os ineptos e traidores disputavam a primazia das cargos.

“Lancada às ruas pelas Forças Armadas, sob aplausos da população civil, tornou-se vitoriosa em pouco mais de quarenta e oito horas, confirmando, assim, a repulsa geral às teses marxistas, decantadas e acalentadas pelos adeptos de uma doutrina que — na expressão feliz de escritor contemporâneo — é a mais cruel e diabólicamente sagaz de toda a história da Humanidade.

“A consciência de sua verdadeira significação, tirando rumos sadios à administração pública, lutando com coragem e perseverança para conter e

“Por ter a consciência disto, o Exército de hoje prosseguirá, como em 1964, defendendo os ideais revolucionários, que se identificam com os ideais anseios do povo brasileiro, ao qual está ligado por seus origens, servindo-o sempre com desprendimento e lealdade.”

“Nossos ideais sempre foram democráticos”

A Ordem do Dia do ministro da Aeronáutica:

“MEUS CAMARADAS — Em 31 de março de 1964, as Forças Armadas assumiram com o povo brasileiro o compromisso de restaurar a dignidade nacional, dignidade combatida pela corrupção a ameaçada pela subversão.

“Os que fizeram a Revolução jamais tiveram dúvidas sobre o sentido ideológico do movimento, nem tão pouco quanto aos seus objetivos. Deles jamais se poderá dizer que se ocultaram nas sombras da indefinição ou na retórica inexistente das frases de efeito. Não negociaram uma imagem que a todos contentasse, pois não tinham compromissos senão com a Pátria.

“Assi que hoje relembram, como se os houvessem esquecido, dos ideais democráticos da Revolução, queremos reafirmar que eles permaneceram vivos como viva Lulim é a certeza de que não serviu de instrumento ao inimigo.

“O combate à corrupção, ponto de honra do Movimento, não deve ser entendido como uma fase ultrapassada do processo revolucionário, pois se muito foi feito neste campo, muito há por fazer.

uma mudança renovadora nos métodos e costumes que até então dominavam o cenário político brasileiro. “Nesses doze anos de vida revolucionária, forçoso é reconhecer, não tem sido fácil a caminhada.

“Hoje, quando parecem olvidadas, em alguns setores do país, as causas que determinaram a eclosão do Movimento de 31 de março de 1964, cumpre lembrar o que de fato ocorreu no Brasil. Não foi apenas a simples troca de governantes mas, na realidade, uma autêntica revolução em seu mais amplo sentido político, econômico e social. Revolução significando alteração profunda de hábitos e costumes, não condizentes com a moral pública e com os justos anseios da nacionalidade.

“Como tal, na busca desse ‘desideratum’, teria o governo que nasceu sob a inspiração desses sagrados objetivos, grandes dificuldades a superar, pois nunca foi fácil suprimir-se, na vida das nações, a corrupção que lhes corre as entranhas nem, tampouco, o anacronismo e os maus hábitos decorrentes de uma atividade político-administrativa inadequada aos interesses do País e às mais legítimas aspirações de seu povo.

“No amplo quadro das dificuldades a superar, quase todas exigindo do Governo atitudes corajosas e totalmente desvinculadas de quaisquer compromissos com a popularidade, teríamos ainda a acrescentar, as decorrentes da impostura e da solidez dos processos idealizados pelo movimento comunista internacional que, embora sofrendo no Brasil, quando da ‘Revolução de março’, uma das mais contundentes derrotas de sua existência, insiste, não obstante, a nos tentar impingir um sistema de vida infenso à nossa cultura, inteligência e crença nos valores que bem configuram o caráter e a personalidade do homem

Magalhães lembra que foi o chefe civil

BRASILIA (SUCURSAL) — Autorgando-se o título de chefe civil da Revolução de 1964, o senador Magalhães Pinto fez, ontem, as seguintes declarações: “Doze anos vividos depois de 64, recordo-me do depoimento prestado no decurso da histórica decisão, quando assinalo que só a contestação setorial negará que numa coisa não de estar de acordo partidários e adversários da Revolução: a estabilidade, a segurança e a organização do poder conferiram eficiência excepcional ao projeto de progresso de nosso País no elenco das nações poderosas de nosso tempo.

“Disse, ainda, que a decisão partida de Minas não foi fruto de uma aventura. Decorreu de maduras reflexões e de profundas preocupações da consciência democrática, apreensiva diante dos sintomas de desmantelamento do poder, que configuravam a iminente destruição da ordem pública, a ruína das instituições e a morte da liberdade. Uma grave motivação como a que ocorreu no governo deposedo a 31 de março, legitimava o apelo da Nação Civil à Nação Armada para a ruptura de um sistema de falsa legalidade. Acentua, então, que ‘esta autenticidade não é de uma necessidade à força de

“Por que fizemos a Revolução? Que fizemos dela até hoje? Que devemos fazer daqui para diante, a fim de não trair suas bandeiras e poder comparecer de cabeça erguida perante a História? São três perguntas fundamentais que nos devemos fazer. Sei ser esta a responsabilidade de quem, no exercício do governo de Minas, assumiu o risco e a honra da chefia civil do movimento a que as Forças Armadas deram o êxito fulminante que se conhece.

“A Revolução foi feita para defender a Constituição da República e as estruturas jurídicas e sociais, ameaçadas por ações subversivas em nome da pregação de retóricas — muitas delas necessárias — mas que não poderiam ser feitas à margem da lei, pelo arbítrio ou pela violência. Para manter a soberania do Poder Legislativo, do Judiciário e do próprio Executivo, precisamos acudidos por pessoas legítimas. Para deter os radicalismos antidemocráticos, em que minorias esquerdistas, articuladas com os extremistas, buscavam a aventura do assalto ao poder. Para assegurar o tratamento ético dos negócios públicos, não nos podemos deixar de

Fonte: FSP. 31 mar. 1976, p.6.

Arinos situa o Ato Institucional nº 5 (AI-5) como o acontecimento que “levou o regime ao atual impasse”. Essa é uma discreta mudança em relação ao que havia dito na esteira dos acontecimentos, quando afirmou que a decretação do Ato Institucional nº 2 (AI-2) foi o marco

inaugural da separação definitiva entre “revolução” e “democracia”. Sobre o AI-5, no momento mesmo de sua emergência, pouco teve comentários públicos, e quando o fez apenas o situou em termos estritamente jurídicos. No depoimento oferecido à *Folha de São Paulo*, chega a avaliar, em chave crítica, o que a legislação autoritária significava do ponto de vista dos Direitos Humanos. Porém, não deixa de elogiar o governo e suas ações “no caminho para a democracia”.

A data da matéria é bem relevante, sobretudo quando se percebe a importância das comemorações anuais da “revolução de 1964” para fixação de uma memória social do regime. Marcos Napolitano, ao estudar os editoriais dos principais jornais brasileiros nas datas comemorativas da “revolução”, afirma que a argumentação e as representações simbólicas contidas nesses relatos revelam “não apenas o leque de críticas liberais ao regime, mas nos permite mapear a construção da memória social, alicerçadas em ‘dobras’ de tempo histórico,

pontos de virada do discurso memorialista em que a revisão crítica do passado e a síntese do que se deve ser lembrado ou esquecido são particularmente significativas e contundentes”³¹⁸.

A análise de Napolitano a respeito da construção de uma memória liberal-conservadora sobre o regime militar contribui para o entendimento da forma como Arinos buscou readequar seu discurso, especialmente a partir de meados da década de 1970. Os textos já analisados, sugerem que a forma como passou a representar a ditadura seguiu, com algumas nuances importantes, os contornos mais amplos da maneira pela qual os liberais, e seus porta-vozes na imprensa, buscaram caracterizar tanto o que chamavam de “revolução”, quanto o que consideravam os indicadores dos seus “desvios autoritários”.

De acordo com Napolitano, se os primeiros anos do regime foram vistos como um processo histórico aberto, e mesmo a percepção de autoritarismo era justificada pela sua suposta necessidade histórica ou atenuada pela expectativa de normalização futura, com a decretação do AI-5, a percepção do fluxo histórico se fechou, sendo notável a sensação de incerteza quanto ao futuro. Para o historiador, a partir de 1974, na altura da comemoração dos dez anos do regime, percebe-se uma narrativa que reflete a percepção de um ciclo temporal encerrado a sinalizar para um novo horizonte de expectativa.

Os discursos de Arinos contêm os dois aspectos centrais desse novo momento na construção da memória social do regime: são caracterizados pela sensação de uma bem delineada diacronia fechada, o que favoreceu um balanço crítico do regime, e defendem a construção de um novo sistema político, ainda a ser definido, mas capaz de romper com as

normas institucionais de arbítrio, fortemente representadas pelo Ato Institucional nº 5. O diagnóstico de Arinos, exposto em alguns relatos do período, tentava deixar claro esses pontos: “A partir de 1964, a República Brasileira atravessa uma fase de constante estabilidade de poder e permanente instabilidade institucional”³¹⁹. Chegara o momento de resolver esse impasse.

Desde os anos de 1970, uma relevante literatura legada pela Ciência Política se debruçou sobre a problemática das transições políticas e as possibilidades de construção da democracia naqueles países que estavam a vivenciar algum tipo de regime autoritário. Os cientistas políticos atentaram para os movimentos emergentes em diversas partes do mundo em que ocorreram alguma forma de transição de regime político. O primeiro esforço interpretativo deu-se em torno

³¹⁸ NAPOLITANO, 2017, p. 350.

³¹⁹ FRANCO, 1976, p. 115.

da caracterização dos tipos de regime autoritário e como as diferenças institucionais e sociopolíticas de cada regime possibilitaram algum tipo de transição. Geralmente empreendidos a partir de uma abordagem comparativa, uma vez que era encarada como um fenômeno político internacional, tais estudos se dedicaram a evidenciar os elementos condicionantes das transições para a democracia³²⁰.

Juan Linz, ao fazer um balanço dos estudos das transições, destaca que um dos principais esforços deste campo de pesquisa foi a tentativa de sistematização das “vias alternativas para a democracia”. Nesse tipo de abordagem, tentou-se perceber as diferenças entre os países que tiveram uma transição em função da pressão advinda do exterior, no qual o peso do contexto internacional incidiu sobre a mudança de regime; os países que procederam à transmissão do poder a partir do interior do regime; e as transições empreendidas pela oposição, que se deram na forma de pacto dos partidos de oposição, pela rejeição social do regime autoritário ou por meio de revolta violenta que redundou em algum tipo de guerra revolucionária. Era fundamental identificar quem conduzia o processo de transição, qual o espaço de tempo em que se processaria a mudança do regime e quais atores políticos e sociais definiriam as regras básicas do processo político futuro³²¹. O caso brasileiro parecia exemplar dos processos de transição em que o próprio regime controlou tanto seu ritmo como sua amplitude, prologando-se por

quase uma década e contando, em seus momentos finais, com um amplo pacto das elites civis e militares na definição das regras do jogo democrático³²².

O tema da transição do regime autoritário para a democracia no Brasil foi incorporado pela historiografia como um dos capítulos da ditadura militar. Atenta às especificidades do caso brasileiro, tal produção busca investigar como se deu a passagem da ditadura para a democracia, levando em conta seus atores, acontecimentos e movimentações principais. A definição da

³²⁰ Para uma revisão da literatura sobre as transições na América Latina, em especial a partir das duas principais linhas de investigações da Ciência Política, “cultura política” e “escolha racional”, Cf.: KRISCHKE, P. Cultura política e escolha racional na América Latina: interfaces nos estudos. **BIB.** Rio de Janeiro, v. 43, p. 103-126, 1997. Para um balanço crítico das teorias da “transição para a democracia”, Cf.: AVRITZER, L. Cultura Política, Atores Sociais e Democratização: Uma crítica às teorias da transição para a democracia. **Rev. Bras. Ciências Sociais – Anpocs.** Vol, 26, p. 109-122, 1995.

³²¹ LINZ, J. Transições para a democracia. **Política internacional**, v. 1, n. 4, 1991.

³²² Sobre o modelo de transição por meio de transações ou negociações (em contraponto às transições por colapso), que encontrou na experiência espanhola o seu exemplo mais bem acabado, Cf.: O'DONNELL, G. Transição Democrática e políticas sociais. **Rev. Adm. Pública.** Rio de Janeiro, v.4, p. 9-16, out./dez., 1987.

natureza do regime autoritário bem como da sua periodização específica ainda é um dos pontos que anima o debate historiográfico³²³. De toda forma, parece consensual que a partir do governo Geisel iniciou-se um processo político-institucional que apontava para algum tipo de abertura do regime. Entretanto, não é pacífico o que significou tal abertura e se correspondia a uma evidente tentativa do regime de conduzir uma “transição para a democracia”.

De acordo com Rollemberg, o debate historiográfico em relação à redemocratização do país se desenvolveu em torno de três diferentes eixos. O primeiro, foca no papel dos movimentos de oposição e/ou resistência democrática, tidos como fundamentais para a crise da ditadura. Essa leitura enfatiza a insatisfação da sociedade, sobretudo após o esgotamento do milagre econômico, além de avaliar que a violência fora obra exclusiva do Estado e dos militares. A segunda linha interpretativa chama atenção para o fato de que o projeto de abertura não foi pensado devido à crise do milagre econômico. Essa abordagem procura compreender as diferenças entre os militares da linha dura e os moderados, também destacando o papel dos movimentos de oposição na perda gradativa do controle da abertura pelos militares. A terceira vertente busca explicar a transição a partir dos conflitos internos à corporação militar, ressaltando que os militares jamais perderam o controle do processo e que toda transição foi resultado quase que exclusivo do projeto de abertura gestado na caserna³²⁴.

Thomas Skidmore avalia que a liberalização política se iniciou por dentro do regime, graças à volta dos castelistas ao poder. Segundo o brasilianista, antes da posse de Geisel já havia movimentações no sentido de se estudar uma forma gradualista de passagem do “autoritarismo

absoluto” para um regime “semi-democrático”. Evidência disso foram as consultas ocorridas entre 1972 e 1974 a Samuel Huntington. O cientista político escreveu um texto, que circulou pelas lideranças civis e militares do regime, intitulado *Métodos de descompressão política*, no qual alertava que o relaxamento dos mecanismos de repressão poderia ser explosivo e um dos efeitos possíveis seria a perda do controle do processo por aqueles que o iniciaram, sugerindo que se empreendesse algum tipo de institucionalização política ao modo do que foi feito no

³²³ Nas últimas décadas, alguns historiadores têm se dedicado a rediscutir a periodização do regime, especialmente no que se refere ao seu início e fim. Sobre esse debate pode-se encontrar uma ampla revisão da literatura, em: FICO, 2017. Uma boa revisão historiográfica do “problema da transição para a democracia” nos casos portugueses e brasileiros, encontra-se em.: FREIRE, A. O.; MARTINHO, F.C.P. Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia. **Historia da historiografia**, p.124-145, dez., 2012.

³²⁴ ROLLEMBERG, 2010.

México, com a formação de um partido único. Em setembro de 1973, Wanderley Guilherme dos Santos, em conferência mais tarde publicada pelo *Jornal do Brasil*, propôs as “estratégias de descompressão política”. O cientista político brasileiro apresentou uma saída mais sofisticada para um processo gradual e controlado de liberalização, dando centralidade à reintrodução dos direitos liberais³²⁵.

Aloysio Castelo de Carvalho lembra que o debate sobre a institucionalização do regime militar já constava na pauta dos círculos civis e militares antes mesmo da chegada de Geisel ao poder. Segundo o autor, a proposta de liberalização ressurgiu em reação ao modelo políticoinstitucional inaugurado após a decretação do AI-5. Nesse momento, o autoritarismo militar adotou um tipo de regime repressivo que anulava os traços do modelo político liberal conservador, expresso na Constituição de 1967³²⁶. Espaços como a Escola Superior de Guerra (ESG) tornaram-se importantes fóruns de discussão em torno dos temas da institucionalização do regime e da promoção de algum tipo de liberalização política. Os dirigentes militares buscavam ampliar a legitimidade do regime quando decidiram pela liberalização, que foi idealizada na esteira do milagre econômico “e encontrou condições para se viabilizar em virtude de as tradicionais instituições do sistema político não terem sido eliminadas, mas manipuladas sob o controle autoritário”³²⁷, possibilitando a revitalização dos mecanismos representativos clássicos, eleitorais e partidários, além da ampliação dos canais de comunicação com a sociedade.

Assim como Carvalho, Alves rejeita a tese de que as intenções do grupo de Geisel com o projeto de liberalização se deram no sentido de conduzir o país à democracia. Para os autores, o projeto distensionista anunciado pelo governo Geisel deve ser compreendido dentro da lógica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Segundo Alves, a problemática da liberalização do regime já constava na agenda dos líderes militares desde 1964 e as medidas de

institucionalização do autoritarismo se relacionam com a dialética estabelecida entre Estado e oposição, o que explicaria o seu movimento pendular entre tentativas de diminuição do arbítrio e momentos de recrudescimento repressivo. A autora afirma que o governo Geisel inaugurou a terceira fase da institucionalização do Estado de Segurança Nacional, e a distensão correspondeu à tentativa do regime de “encontrar uma nova base de legitimidade [...] a teoria

³²⁵ SKIDMORE, T. **Brasil:** de Castelo a Tancredo (1964-1985). M.S. Silva (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³²⁶ CARVALHO, 2019, p. 18-19.

³²⁷ *Ibid.*, p. 19.

da ‘distensão’ pretendia assegurar o afrouxamento da tensão sociopolítica associando-se a níveis mais elevados (mas sempre controlados) de participação política”³²⁸. Tratava-se, portanto, de um programa de medidas de liberalização cuidadosamente controladas “definidas no contexto do slogan oficial de ‘continuidade sem imobilidade’”³²⁹.

Com o crescente descontentamento em relação à abordagem nitidamente repressiva do regime, os setores militares e civis tidos como moderados tentaram encontrar outras bases de sua legitimação social. É dessa maneira que o projeto de liberalização proposto por Geisel e Golbery dava atenção especial para o sistema eleitoral, perseguindo o objeto, já presente no governo de Castelo Branco, de respaldar o regime pelos resultados eleitorais. A estratégia, no entanto, era garantir flexibilidade para o processo eleitoral, passando a impressão de que as escolhas dos representantes se davam de forma livre, ao mesmo tempo que buscava garantir ao partido do governo força eleitoral no longo prazo.

Ainda de acordo com Alves, o projeto distensionista foi concebido seguindo uma estratégia de liberalização em etapas, que se iniciava pela suspensão parcial da censura prévia aos veículos de imprensa, passava pela negociação com a oposição em temas ligados aos Direitos Humanos, e chegava às reformas eleitorais e à revogação dos mecanismos coercitivos mais explícitos. Portanto, o objetivo final do governo militar, com a implementação de medidas de liberalização gradual, não era o reestabelecimento da democracia representativa em moldes clássicos, mas a construção de algum tipo de “democracia relativa”, em que o Estado disporia de salvaguardas e poderes repressivos de emergência, ao mesmo tempo em que viabilizava a existência de instituições políticas cuja flexibilidade permitiria a participação limitada da sociedade³³⁰. Para Aloysio Castelo de Carvalho, “a transição iniciada pelo presidente Geisel

procurou resgatar o modelo de democracia representativa idealizado no governo Castelo e institucionalizado na Constituição autoritária de 1967”³⁷⁸. Embora seja evidente a centralidade do papel dos militares na definição do *projeto* de distensão gradual, alguns estudiosos veem a necessidade da distinção entre *projeto* e *processo* de abertura, pois se o projeto se iniciou “com

³²⁸ ALVES, 2005, p. 223.

³²⁹ *Ibid.*, p. 224.

³³⁰ Várias pesquisas tentam compreender quais eram os objetivos e estratégias dos militares com a implementação da política distensionista, Cf.: MATHIAS, S. K. . O projeto militar da distensão: notas sobre a ação política do presidente Geisel. **Revista de Sociologia e Política**, n.4-5, p. 149-160, 1995. Um documento de fundamental importância para a compreensão da forma como as principais lideranças militares observavam o projeto distensionista, encontra-se no conjunto de entrevistas concedidas por Ernesto Geisel aos pesquisadores do

autonomia pelo alto, com importantes passos liberalizantes, logo virou processo, cujo rumo foi determinado por muitas forças”³³¹.

O estudo de Figueiredo e Cheibub demonstra que o tema da abertura se tornou uma das principais pautas a serem veiculadas na imprensa. Segundo os autores, a partir da escolha de Geisel para presidir o país e, sobretudo, após a primeira reunião ministerial do novo governo, quando o recém-empossado fez um apelo à “imaginação criadora” para dar prosseguimento ao projeto de distensão gradual, os principais nomes da política e da intelectualidade passaram a debater o assunto. A discussão girou em torno de três questões: 1) o porquê da abertura; 2) a estratégia sugerida para chegar à democracia; 3) qual o modelo de democracia a ser implementada no país³³².

No que diz respeito ao “porquê da abertura”, os autores percebem diferentes argumentos mobilizados para afirmá-la como um fato passado (porque abriu) ou para defender sua necessidade (porque deve abrir): abertura como fruto da crise econômica; consequência da complexidade econômica; busca de legitimidade para o sistema; um ato de vontade do governo Geisel; e enquanto parte de uma crise de autoridade do regime. No âmbito das estratégias defendidas para o desenvolvimento da liberalização, Figueiredo e Cheibub percebem três variações: a estratégia global para descompressão do sistema político; a reforma partidária e a participação política; e a reforma constitucional. É primeiro na esfera da justificação da necessidade de descompressão política e, depois, na defesa da reforma constitucional como a melhor saída do regime autoritário que Arinos irá se posicionar nos debates sobre a abertura.

O ano de 1979 é apontado pela literatura dedicada ao estudo da transição como um momento chave para a compreensão do processo político e institucional brasileiro. Em março, tomaria posse o último presidente militar do regime instaurado em 1964. Para Marcos

CPDOC-FGV. Sobre isso, Cf.: D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. (org.). **Ernesto Geisel**. 6ª ed. Rio de Janeiro; Santa Maria: FGV Editora; Editora UFSM, 2021. Outra importante coletânea de entrevistas com militares sobre a abertura-se encontra-se no livro: SOARES, G. A.; D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. Introdução. In: SOARES, G. A.; D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. (org.) **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 7-41. ³⁷⁸ CARVALHO, 2019, p. 22.

Napolitano, o governo de João Batista Figueiredo marcou a passagem da distensão para a efetiva abertura política³³³. É possível verificar que a partir daquele ano intensificou-se o complexo

³³¹ SOARES; D'ARAUJO; CASTRO, 1995, p. 39.

³³² FIGUEIREDO, M. F.; CHEIBUB, J. A. A abertura política de 1973 a 1981: Quem disse o quê, quando - inventário de um debate. **BIB**. Rio de Janeiro, v.14, p. 29-61, 2º semestre, 1982.

³³³ NAPOLITANO, M. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2021.

movimento de conflitos e acomodações que envolveram diferentes atores políticos e sociais em torno da possibilidade de redemocratização³³⁴.

Autores como Marcos Napolitano, Basílio Sallun Jr, e Francisco C. T. Silva destacam a necessidade de diferenciar as concepções de transição política que possuíam o governo e as defendidas pelas forças de oposição. Estas criticavam o ritmo lento e gradual da liberalização governista e exigiam imediato retorno ao Estado de Direito e a ampliação das franquias democráticas. Com o termo “redemocratização”, as oposições buscavam se contrapor ao projeto de liberalização proposta pelo governo que, por sua vez, pretendia “conduzir o país a uma democracia restrita, comandada por uma elite civil responsável, protegida das tentações populistas derivadas da competição eleitoral pela chefia do Estado, por meio de um processo de liberalização política paulatina e controlada”³³⁵.

Figueiredo chegou à presidência com a missão de dar prosseguimento à liberalização gradual iniciada no governo Geisel. Os militares não pretendiam entregar o poder à oposição, mas viabilizar uma transição que redundasse na eleição de um presidente alinhado com o regime. O projeto dos militares se deu orientado para o futuro, procedendo uma estratégia de recuo organizado, que cedia espaço aos adversários ao mesmo tempo que buscava garantir a unidade das Forças Armadas e a manutenção do poder de iniciativa na definição das reformas políticas. Para isso, redobrou seus esforços na busca pela popularidade do regime e procurou elaborar estratégia capaz de dividir a oposição³³⁶.

Porém, o quadro político, econômico e social desde o início do governo Figueiredo foi dos mais desafiadores. Do ponto de vista político, viu a oposição se fortalecer com a emergência de movimentos sociais que questionavam a legitimidade do regime³³⁷. A liberalização da imprensa permitiu a presença crescente de vozes que clamavam pela redemocratização. No cenário internacional, tanto a nova política internacional dos Estados Unidos, que privilegiava a retórica da defesa dos Direitos Humanos, quanto os processos de transição democrática que estavam a ocorrer na Europa, pressionavam o governo a adotar medidas mais concretas de

³³⁴ MOTTA, 2021.

³³⁵ SALLUN JR, B. Notas sobre a (re)democratização. In: ALONSO, A.; DOLHNIKOFF, M. (org.). **1964: do golpe à democracia**. São Paulo: Hedra, 2015, p. 234.

³³⁶ MOTTA, *op. cit.*

³³⁷ RIDENTI, M. As oposições à ditadura. In: REIS FILHO, D. A.; MOTTA, R.P.; RIDENTI, M (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

diminuição do arbítrio³³⁸. No campo da economia, o quadro piorou com a crise do petróleo agravada pela Revolução Iraniana, com aumento da inflação e a redução na taxa de crescimento, esvaziando os efeitos positivos do “milagre econômico”³³⁹. Aliado a isso, o movimento sindical do ABC paulista, dias antes da posse de Figueiredo, retomou o ciclo de greves iniciadas no ano anterior, desafiando o novo governo que, por sua vez, teve que reagir com cautela para não contradizer a propaganda oficial que buscava reafirmar o compromisso com o retorno da democracia. Para Marcos Napolitano, as greves do ABC demonstraram os limites da abertura controlada e foram lidas como a “síntese da sociedade civil oprimida, em luta pela democracia”³⁴⁰.

Já no início do governo avolumavam-se os debates sobre novas reformas institucionais a serem implementadas. A primeira questão enfrentada se deu em torno do tema da anistia. Desde meados da década de 1970, já havia reivindicações sociais nesse sentido, mas ganharam corpo como um movimento de envergadura com a fundação dos Comitês Brasileiros de Anistia (CBAs)³⁴¹. Esse debate tocava em questões sensíveis, tais como a reintegração dos expurgados do sistema político, a atitude em face dos crimes cometidos pelo regime e a construção da memória sobre a ditadura³⁴².

A discussão sobre a anistia ganhou corpo nos veículos da grande imprensa que, no geral, defendiam uma fórmula de conciliação e tornaram-se canais de vocalização das condições impostas pelo Estado. Enquanto os militares pareciam preocupados com o que chamavam de “revanchismo”, os jornais mais influentes chegaram a defender que a anistia não poderia beneficiar os “terroristas” que cometeram “crime de sangue”, ao mesmo tempo que concordavam com o perdão aos atos violentos dos agentes da ditadura. Pouco a pouco foi se estabelecendo um argumento sutil, o qual buscava conciliar as exigências da oposição e as condições impostas pelo governo: mesmo a anistia não perdoando os acusados de “crimes de

³³⁸ SILVA, F.C.T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA J.; DELGADO, L.A.N. **O Brasil republicano**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.245-282.

³³⁹ NAPOLITANO, 2021.

³⁴⁰ *Ibid.*, p. 291.

³⁴¹ Sobre a importância dos CBAs e do Movimento Feminino pela Anistia para as “dimensões fundacionais da luta pela anistia, Cf.: GRECO, H. A. **As dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: UFMG, 2003.

³⁴² MOTTA, 2021.

sangue”, estes poderiam ser beneficiados pelo indulto presidencial ou pela reversão de penas pelo judiciário³⁴³.

Depois de extenso debate parlamentar a contar com projeto de lei complementar que objetivava implementar a anistia “ampla, geral e irrestrita” defendida pelas oposições, o projeto enviado pelo governo venceu, por pequena margem, e introduziu o conceito de “crimes conexos”, beneficiando os agentes de Estado que cometeram crimes a serviço da ditadura e consolidando a tese da “anistia recíproca”. Deste modo, a estratégia de conciliação e a política de esquecimento corporificada pela Lei da Anistia pode ser entendida como exemplo emblemático do modo pelo qual se processou a redemocratização no Brasil, uma vez que “acabou pavimentando o caminho para situações semelhantes, que seriam a marca da transição brasileira”³⁴⁴.

Com a extinção dos instrumentos de exceção e com a promulgação da Lei da Anistia, vários exilados políticos começaram a retornar ao Brasil. O governo preocupou-se com a volta à cena pública de nomes como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes, mas também percebeu que, com um maior número de lideranças representativas, a oposição deixaria de agir em bloco, abrindo caminho para a fragmentação e favorecendo eleitoralmente o partido do governo. Nesse sentido, no final de 1979 foi aprovada a Lei nº 6767, que alterou a organização partidária. A observação de que o sistema bipartidário tinha se transformado em uma espécie de plebiscito sobre o regime, o que favorecia eleitoralmente o MDB, levou o governo a adotar o sistema multipartidário, pensado como método que acirraria as divisões internas na oposição³⁴⁵.

Até 1979 as oposições tinham garantido sua unidade em torno da rejeição comum à Ditadura Militar. Porém, existiam sérias diferenças em termos de projeto político e de compreensão do significado de democracia. Os liberais e as esquerdas até aquele momento agiam segundo uma estratégia frentista, negando, inclusive, a opção moderada e conciliatória proposta pelo regime. O ciclo de mobilizações iniciado em 1977 – que encontraram na Campanha pela Anistia e nas greves do ABC os seus pontos de maior envergadura – adquiriu um caráter aglutinador das oposições, uma vez que a defesa das liberdades democráticas e da

³⁴³ *Ibid.*, p. 279-280.

³⁴⁴ MOTTA, 2021, p. 285.

³⁴⁵ *Ibid.*

justiça social era ampla o suficiente para acomodar as diferenças. Tal unidade, que se revelara frágil, não sobreviveu à reforma partidária, à Lei da Anistia e às eleições diretas para governador em 1982³⁴⁶. As medidas de casuísmo eleitoral provocaram um efeito contraditório: mesmo abrindo caminho para a formação de diferentes partidos de oposição (Partido do Movimento

Democrático Brasileiro PMDB, Partido dos Trabalhadores - PT e Partido Democrático Trabalhista - PDT), as regras que dificultavam as alianças partidárias obrigaram o partido de centro-direita organizado por Tancredo Neves (Partido Popular - PP) a se reintegrar ao PMDB, o que desfavoreceu eleitoralmente a agremiação governista (Partido Democrático Social - PDS)³⁴⁷.

Até 1982, o governo manteve a iniciativa na definição de reformas, conseguindo definir, na linha da distensão gradual iniciada com Geisel, o ritmo e o alcance da abertura. A gravidade da situação econômica, que ficaria mais dramática com a crise da dívida externa e o sucessivo aumento da inflação, contribuiu para a fragilização do governo. Aliado a isso, o resultado das eleições de 1982, quando a oposição conseguiu vitórias em estados-chave, e a dificuldade do governo na negociação política, sobretudo com a morte de Petrônio Portella (no início do governo) e com a demissão de Golbery do Couto e Silva (após o atentado do Riocentro), se somaram como fatores que deflagraram a crise do regime. A partir desse momento, o governo perdeu a iniciativa das reformas e as oposições passaram a ditar o ritmo da abertura³⁴⁸.

Entre 1983 e 1984, dois movimentos concomitantes se sucederam e seu desfecho foi fundamental para o tipo de transição adotada pelo Brasil. Por um lado, a pauta das eleições diretas para presidente animou o debate público nacional. A campanha, com fortes colorações cívicas, conhecida como *Diretas Já*, ganhou as ruas de todo o país, possibilitando a formação de uma frente ampla das forças oposicionistas direcionada a pressionar o Congresso pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira³⁴⁹. Por outro lado, viu-se uma intensa movimentação de bastidores que visava garantir uma saída negociada do regime, “os discursos pela conciliação que alguns segmentos da elite vinham proferindo há alguns anos acabaram por concretizar-se.

³⁴⁶ NAPOLITANO, 2021.

³⁴⁷ FLEISCHER, D. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se voltou contra o feiticeiro. In: SOARES, G.A.; D'ARAUJO, M.C. **21 anos de regime militar: balanços e perspectiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 154-197.

³⁴⁸ SILVA, 2007.

³⁴⁹ Sobre as *Diretas Já*, Cf.: DELGADO, L. A. N. Diretas-Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, D. A. (org.). **Revolução e Democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 409-427. ³⁹⁸ MOTTA, 2021, p. 297.

O objetivo reiterado era acomodar a oposição e uma parte do governo para a saída suave da ditadura”³⁹⁸.

Se existiu um movimento político e social que defendeu uma ruptura com o regime militar e uma saída que contrariasse a natureza e o ritmo da abertura gradual e segura, também houve aqueles que se movimentaram para evitar que a participação popular pudesse abrir caminho

para mudanças sociais agudas³⁵⁰. Derrotada a Emenda Dante de Oliveira, a transição brasileira rumou para um desfecho conhecido em sua história política: uma transição sem mudanças sociais e políticas substantivas. Nesse sentido, o político que liderou o momento final da transição, Tancredo Neves, simbolizaria a transição brasileira e encarnaria o discurso da conciliação nacional já amplamente difundido desde meados da década 1970 e “enraizado na cultura política brasileira”³⁵¹. O acordo político que viabilizou a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, nomeado de Aliança Democrática, reuniu, além dos diversos setores da oposição, dissidentes do partido governista, o que redundou na indicação de José Sarney, um dos líderes civis do regime militar, para compor a chapa vitoriosa. O longo processo, que vai do projeto de distensão iniciada no governo Geisel à eleição indireta do primeiro presidente civil desde 1964, possibilitou uma reacomodação das forças políticas e sociais que participaram em alguma medida da construção da ordem autoritária.

A historiografia sobre a ditadura no Brasil avançou sobre o complexo movimento político e social que se desenvolveu ao longo de todo período autoritário, porém, o foco das pesquisas ainda se concentra nos militares e nas oposições, concedendo pouco espaço para a avaliação de atores sociais e instituições que travaram uma relação ambivalente com o regime. Sobre a específica discussão a respeito da transição não parece ser diferente. Embora existam trabalhos que busquem compreender como diferentes atores sociais se comportaram no processo que vai do anúncio da liberalização gradual à transição mais claramente delineada nos anos 1980, ainda se verifica certa lacuna sobre como os diversos setores da sociedade que emprestaram legitimidade ao regime iniciado em 1964, e dele se afastaram posteriormente, se relacionaram com o projeto distensionista anunciado desde os primeiros dias do governo Geisel.

³⁵⁰ Sobre as “lutas democráticas contra a ditadura” e o papel das esquerdas no período que vai de 1974 a 1985, Cf.: ARAUJO, 2000.

³⁵¹ MOTTA, 2021, p. 297.

É nesse sentido que o estudo sobre a trajetória de Afonso Arinos ao longo da ditadura militar busca contribuir para a historiografia sobre a transição brasileira, uma vez que permite a observação de como o intelectual e político mineiro, que nutriu relações ambivalentes com o regime, recepcionou o *projeto* distensionista e se reposicionou ao longo do *processo* de abertura política.

A partir de meados da década de 1970, Arinos começou a observar uma alteração no quadro político. A liberalização controlada anunciada pelos líderes do regime pareceu-lhe indicador suficiente de que o próprio governo se abria para a possibilidade de reforma

institucional. A julgar pela leitura das diversas fontes do período, ao mesmo tempo em que se dedicou a construir um autorretrato como um fiel defensor da democracia que tinha sido lançado ao ostracismo, iniciava um bem articulado reposicionamento do seu discurso público. O desafio era complexo, o apoio ao regime, mesmo na temática específica da abertura política, poderia macular a autoimagem cuidadosamente construída de convicto democrata, ao mesmo tempo que o chamado à imaginação criadora por parte do novo governo permitia-lhe voltar a contribuir na definição dos rumos da nação, matéria preferencial de sua ambição enquanto homem público.

O anúncio do projeto distensionista do governo, nesse sentido, se apresentou como uma oportunidade ímpar de voltar ao primeiro plano da política nacional. Contudo, para isso lançou mão de uma estratégia de inserção no debate público específica que ao mesmo tempo o possibilitava se projetar como um fiel defensor das instituições democráticas e intelectual portador de uma visão singular sobre a forma como deveria se processar a transição da ordem autoritária para o regime democrático.

É nesse sentido que se pode afirmar que Afonso Arinos, no decorrer dos anos 1970, se dedicou a construir uma *identidade estratégica* própria, visando se recolocar como ator relevante no debate público³⁵². Esta *identidade estratégica* comportou pelo menos três

³⁵² Conceito inspirado em: COLLOVALD, A. Identité(s) stratégique(s). *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.73, p. 29-40, jun., 1988. A autora estuda como Jacques Chirac geriu sua imagem pública de modo a construir uma *identidade estratégica*. Embora Collovald (1988) analise um “homem político” em sentido estrito, ou seja, alguém que disputa eleições e ocupa cargos na burocracia estatal e na direção partidária, consideramos adequado seu uso para a caracterização da forma como Arinos se inseriu no debate público em meio ao processo de transição, pois mesmo não concorrendo a cargos eletivos, não deixou de ser um “empresário da representação” e de dispor de recursos estratégicos na gestão de sua imagem pública. Nesse sentido, pode ser considerado um “homem político”, mas em sentido amplo, compreendendo o político como espaço de articulação do real em suas múltiplas dimensões, como compreende Rosanvallon (1995). Grill (2015)

características: a centralidade dos periódicos de grande circulação nacional como instância de publicização da imagem pública a ser ressaltada; o tipo de mensagem que buscava veicular, em um tom moderado, na forma de conselhos, dirigidos tanto à nação e às suas elites, quanto, em específico, ao próprio governo; e o tema preferencial dos seus conselhos, circunscrito na problemática da transição do regime autoritário para um sistema democrático, que buscou na *cultura política liberal-conservadora* a sua “linguagem comum simplificadora”.

A autoimagem de conselheiro que Arinos cultivou não guardou distância do estilo intelectual que apresentou ao longo de toda sua trajetória pública. Primeiro porque esteve associada à concepção de intelectual que desenvolveu desde os anos 1930; segundo, por ser

ancorada numa compreensão bastante arraigada de que a missão das elites culturais e políticas era a de promover uma pedagogia cívica entre as massas; terceiro, pela visão de que a história brasileira, em seus melhores momentos, foi capaz de superar seus impasses graças à ação de ilustres homens públicos que falaram e agiram para além das paixões partidárias, seguindo a melhor orientação da razão prudencial.

Ao estudar uma série de pequenos artigos escritos por Afonso Arinos na década de 1960, dedicados a construir retratos de personagens históricos, Berenice Cavalcante assinala que a construção de tais perfis tinha a função de ressaltar as virtudes civis e políticas com conteúdo eminentemente moral. Com uma descrição fragmentada e moralista, o tempo histórico é atomizado, “construindo, assim, uma espécie de seleção de virtudes cardeais aos homens públicos, ou, como preferia Arinos, aos verdadeiros estadistas”³⁵³. Desta maneira, as virtudes da tolerância, prudência, equilíbrio, sagacidade e integridade eram destacadas como as melhores medidas de avaliação do homem público.

Ainda de acordo com Cavalcante, mesmo Arinos utilizando um modelo narrativo no qual a contingência histórica era secundarizada, uma vez que a cronologia se submetia à moral, não se pode negar que ele empreendeu um verdadeiro esforço de compreensão do papel do indivíduo na História, exemplificado no *elogio da sagacidade*, que elaborou quando tratou de personagens que, em razão de uma visão realista, tiveram a audácia de mudar de posição. Em outras palavras,

também faz uso desse conceito na análise de Arinos, embora se concentre nas produções (auto)biográficas produzidas em torno de tal figura.

³⁵³ CAVALCANTE, 2006, p. 63.

“o elogio da postura realista implica a consideração da importância dos fatos circunstanciais e das condições históricas próprias do momento em que cada um desses personagens atuou”³⁵⁴.

O retrato que Cavalcante faz de Arinos como um político e intelectual preocupado com as questões do presente, cujo discurso histórico apresenta como fator distintivo um entrelaçamento das noções de permanência e continuidade, expressando uma compreensão de temporalidade que alia repetição e constância, é reforçado quando se percebe o espaço conferido à retórica e à oratória como formas preferenciais de convencimento. Os estadistas celebrados são homens que se notabilizaram por agirem no terreno das ideias, que souberam aliar um pensamento vigoroso com uma ação política consistente, destacando-se por sua “ação diligente em seus gabinetes de trabalho”, como formuladores de princípios constitucionais e enquanto negociadores de acordos políticos.

Não à toa, o período que vai do final do século XVIII a meados do século XIX é o momento histórico em que se deteve em vários de seus escritos. Daquela época, Arinos reteve a ação dos homens de letras que influenciaram no jogo político e na construção das principais instituições modernas, fosse no âmbito internacional, encontrando nos federalistas norteamericanos o exemplo mais bem acabado de uma ação intelectual responsável, expressa na arquitetura do arcabouço jurídico cuja perenidade deveria ser ressaltada; fosse no cenário nacional, com retratos de estadistas como José Bonifácio, exaltado por sua qualidade de “político moderado, opositor dos radicais, contrários às divisões internas e apologistas dos regimes constitucionais. O Patriarca da Independência seria, em nosso passado, o modelo de político que apostava num ideal de sociedade harmonizado pela Lei, pelos princípios constitucionais, escudo e armas contra tiranos, déspotas e radicais.”³⁵⁵.

Deste modo, os estadistas recuperados por Arinos não eram personagens que se notabilizaram pela conquista e manutenção do poder, mas por participarem das decisões fulcrais de determinados períodos históricos como intelectuais que *influenciavam o poder*. Mesmo figuras como a do “conselheiro” Rodrigues Alves⁴⁰⁵, eleito presidente em duas oportunidades, não foram caracterizadas como alheias à importância de uma ação política intelectualmente orientada. A imagem do conselheiro, na República ou no Império, se confunde com a própria

³⁵⁴ *Ibid.*, p. 65.

³⁵⁵ CAVALCANTE, 2006, p. 75.

⁴⁰⁵ FRANCO, 1973.

evolução histórica brasileira. Em seus melhores e piores momentos, foram eles, os conselheiros, os grandes responsáveis pelos rumos históricos tomados.

Vale lembrar, a título de exemplo, que o “desvio autoritário Revolução de 1964”, em sua opinião, se dera pela escolha dos conselheiros jurídicos de primeira hora. No período, inclusive, Afonso Arinos disputou aquele lugar, formulando documentos e mantendo diálogo com algumas de suas lideranças mais proeminentes. Os líderes militares, porém, preferiram outro caminho, e nomes como o de Milton Campos, ministro da justiça no primeiro ano do regime, foram preteridos por figuras como Carlos Medeiros da Silva e Alfredo Buzzaid, conhecidos representantes da linhagem autoritária do pensamento político-jurídico brasileiro.

A problemática das transições também foi algo que demarcou profundamente sua produção intelectual. A leitura dos seus textos historiográficos e jurídicos torna perceptível como Arinos se dedicou a estudar os momentos históricos de crise e a forma com a sociedade brasileira conseguiu resolvê-los. A própria morte de Rodrigues Alves, por exemplo, foi considerado o evento inaugural do “declínio do presidencialismo republicano”. Os textos de

sua autoria, que compõem a coletânea *História do povo brasileiro* (1967), são fundamentalmente dedicados às transições as quais a sociedade brasileira atravessou⁴⁰⁶. Na condição de estudioso do Direito Constitucional, algo que recorrentemente despertou sua atenção foi como o Estado brasileiro, através da ação de estadistas, realizou a passagem de um modelo político-jurídico em declínio para uma nova ordem institucional, encontrando na elaboração constitucional seu ponto de culminância³⁵⁶.

A maneira pela qual Arinos compreendia a temática da transição, não apenas as processadas no passado, mas a que via emergir no seu presente, esteve ancorada numa compreensão própria da *cultura política liberal-conservadora*, da qual retirou a forma e o conteúdo dos conselhos veiculados a partir de meados da década de 1970. Para Serge Berstein, o conceito de cultura política supre, ao mesmo tempo, “uma leitura comum do passado e uma projeção do futuro vivida em conjunto”, sendo formulada a partir de “uma concepção da sociedade ideal tal como a veem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação”³⁵⁷. Portanto, a teorização de Berstein favorece a compreensão da

³⁵⁶ FRANCO, 1981 [1976].

³⁵⁷ BERSTEIN, S. A cultura política. In: RIPUX, J. P.; SIRINELLI, J.-F. (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998 p. 350-351. Para um debate mais amplo do conceito de cultura política, tentando mediar as diferenças entre os usos empreendidas pela historiografia francesa e pela ciência política

forma pela qual Arinos mobilizou os elementos da *cultura política liberal-conservadora*, reforçando-a como “força originária de tradição política”, dispondo-a como “sistema de referência” e, sobretudo, manejando-a enquanto uma “linguagem comum simplificadora”³⁵⁸.

A adoção da expressão “liberal-conservador” não é fortuita. Trata-se justamente do “bem cultural” que Arinos procurou mediar. Na linguagem política empregada para sua autodefinição

⁴⁰⁶ No volume IV da referida Coleção, Arinos escreveu os capítulos sobre os primeiros anos do Império, que vão da Constituição de 1824 aos anos iniciais do Segundo Reinado. No volume V, trata do começo da República, do governo Campos Sales, a sucessão do primeiro governo de Rodrigues Alves, a segunda eleição e morte do presidente paulista, e sobre a crise da República Oligárquica. No volume VI, trata de todo período que vai da Revolução de 1930 à redemocratização de 1945, além do ciclo desde a renúncia de Jânio Quadros à Constituição de 1967, esses últimos já comentados.

pública, se afirmava tanto enquanto herdeiro de uma *tradição* intelectual que remonta ao final do século XVIII, quanto pertencente à *geração* de homens públicos nascidos no início do século XX. Embora as noções de *geração* e *tradição* sejam empregadas em termos lineares, a reivindicação de pertencimento a algum tipo de linhagem cultural e política, segundo Gomes e Hansen, não deve ser tomada como uma chave autoexplicativa, mas enquanto fatores a serem identificados e avaliados⁴¹⁰.

De acordo com Lattman-Weltman, Afonso Arinos agregou ao seu discurso político, especialmente quando trata da imagem ideal do estadista, um conjunto heterogêneo de tradições filosóficas, gerando uma combinação do liberalismo humanista à maneira de John Stuart Mill com o “conservadorismo iluminista”³⁵⁹, cuja preocupação primordial com a manutenção da ordem política e social existente estava associada à demanda por inovação política moderada. Nesse sentido, Arinos segue uma tradição conservadora de pensamento³⁶⁰, “que, mesmo quando

norte-americana, de modo a propor uma reflexão para o estudo das culturas políticas no Brasil, Cf.: MOTTA, R.P.S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, R. P. S. (org.). **Culturas políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. O autor também refletiu sobre a relação entre cultura política e ditadura, estabelecendo um debate em torno do conceito de “modernização conservadora” e “modernização autoritária”, no texto: MOTTA, R. P. S. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**. Florianópolis. v. 10, n. 23, p. 109-137, jan.-mar., 2018. Para uma avaliação mais detida sobre a importância da linguagem política nos estudos sobre cultura política, Cf.: MORÁN, M. L. Cultura y política: nuevas tendencias en las análisis sociopolíticas. In: LEDESMA, M. P., & SIERRA, M. (org.). **Culturas políticas**: teoria e história. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, 2010.

³⁵⁸ BERSTEIN, S. Os partidos políticos. In: REMOND R. (org.). **Por uma nova história política**. 2. ed. D. Rocha, Trad. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 89.

³⁵⁹ Lattman-Weltman (2005, p. 43-44) utiliza terminologia proposta por J. P. Q. Pocock para designar as correntes de pensamento antirrevolucionárias que se desenvolveram na Inglaterra após guerras civis e religiosas do século XVII, observando certa afinidade entre os “conservadores iluministas” e Afonso Arinos, sobretudo na tentativa de conjugar a manutenção da ordem com certa necessidade de mudança.

³⁶⁰ Sobre o conservadorismo como uma das vias da modernidade, em contraponto à visão mais corrente de Karl Mannheim (O significado de conservantismo. In: FORACCHI, M.M (org.). **Karl Mannheim**. Sociologia. São Paulo: Ática, 1982, p. 107-136), segundo a qual seria uma ideologia reativa, Cf.: SILVA, C. F. T. O

diz inovação, quer dizer reforma, quando diz liberdade, quase sempre lhe agrega o necessário complemento e contraponto da (eterna) vigilância e, quando diz progresso, quer dizer evolução e continuidade”⁴¹³.

A problemática do significado histórico do liberalismo no Brasil é assunto que demandou, por parte de historiadores, sociólogos e cientistas políticos, uma gama de interpretações voltadas, sobretudo, para identificar as relações que tal *linhagem do pensamento político* possui

⁴¹⁰ GOMES, A. M. C.; HANSEN, P. S. Apresentação: intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. GOMES, A. M. C.; HANSEN P. S. (org.), **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. com a democracia e com o autoritarismo ³⁶¹. Na obra historiográfica de Afonso Arinos, especialmente a que busca interpretar a construção da institucionalidade brasileira no período monárquico, é perceptível a existência de uma clara filiação à uma “tradição” política que observa nos termos “ordem e liberdade” um par indissociável.

Nesse âmbito, conservadorismo e liberalismo não seriam duas correntes de pensamento distintas, mas fundamentalmente complementares. Em sua perspectiva, a grande obra do Império, que permitiu um período de intensa estabilidade institucional e paz social, foi justamente sua capacidade de equilibrar as demandas liberais e conservadoras por ordem e liberdade. A senha “liberdade sem anarquismo e ordem sem despotismo” parece ser justamente a síntese de uma cultura política a ser comemorada e atualizada.

conservadorismo como via para a modernidade. **Anos 90**, n. 6, p. 7-20, 1996. Para um debate mais amplo sobre o pensamento conservador e suas apropriações no Brasil, Cf.: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. Introdução: Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e políticas no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, p. 11-22. Dois textos oferecem boas análises de como o pensamento conservador brasileiro, especialmente nos momentos de transição, fundiu elementos “regressistas” e “progressistas”: LYNCH, C.E.C. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e políticas no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, p. 25-54; RICUPERO, B. O conservadorismo difícil. In: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e políticas no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, p. 76-94. ⁴¹³ LATTMAN-WELTMAN, *op. cit.*, p. 43.

³⁶¹ Uma importante leitura sobre as *linhagens do pensamento político brasileiro*, pode ser observada na obra de Gildo Maçã Brandão. Nela, o autor investiga a existência de *famílias intelectuais no Brasil*, tomando como ponto de partida os conceitos de “idealismo orgânico” e “idealismo constitucional”, formulados originalmente por Oliveira Viana. Além dessas “formas de pensar”, Brandão ainda encontraria mais duas outras correntes de pensamentos “antiaristocratas”, quais sejam: “o pensamento radical de classe média” e o “marxismo de matriz comunista”. Sobre isso, Cf.: BRANDÃO, G. M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2010b.

No estudo de Lynch sobre a história do constitucionalismo monárquico e do pensamento político do Marquês de Caravelas – um dos principais responsáveis pela combinação entre princípios liberais e conservadores no âmbito da Constituição de 1824 –, é assinalado que a tradição conservadora brasileira não se funda a partir de uma oposição ao liberalismo, mas antes é caracterizado como “um liberalismo de direita, de caráter reformista e antirrevolucionário”³⁶². Segundo o autor, a ideologia conservadora advoga uma “visão política na qual a tradição, ao invés de aprisionar o presente num círculo perpétuo, pudesse ao menos guiar o progresso numa senda prudente e gradual, sem cair nos excessos das rupturas revolucionárias”, ou seja, “era a experiência histórica que deveria ajudar a organizar o presente, sem se confundir com ele”³⁶³.

Não apenas nos textos sobre o período monárquico é possível observar a fusão entre princípios liberais e conservadores na construção de uma institucionalidade sólida e duradora. A ação dos heróis republicanos de Arinos, como Rodrigues Alves e Afrânio de Melo Franco, parece indicar a perenidade da fórmula “liberdade sem anarquia e ordem sem despotismo”. No mesmo sentido, Minas Gerais era considerada a representação geográfica da cultura política liberal-conservadora³⁶⁴ e os seus principais estadistas, no Império e na República, souberam movimentar-se pendularmente entre os eixos da ordem e da liberdade.

Do ponto de vista tanto do pensamento quanto da ação política, a especificidade do liberal-conservadorismo de Arinos foi desenvolvida no exercício da experiência partidária udenista. Segundo Chaloub, uma das peculiaridades da tradição liberal brasileira é o papel subalterno reservado ao conceito de “mercado” ao mesmo tempo em que o “Estado” é tomado por categoria fundamental, indispensável para o desenvolvimento econômico, o que afastava os bacharéis udenistas da visão mais economicista e liberalizante de certas correntes liberais³⁶⁵. Ainda segundo o autor, o liberalismo udenista era de tipo jurdica, comportando uma concepção conservadora do direito, segundo a qual a lei deveria ser instrumentalizada no sentido de conter mudanças sociais mais profundas. Nesse tipo de liberal-conservadorismo, a racionalidade utilitária dá lugar a imperativos da harmonia social, revelando certa hostilidade à ideia de

³⁶² LYNCH, C. E. C. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia**: O pensamento político do Marquês de Caravelas. Belo Horizonte: Humanitas, 2014a., p. 30.

³⁶³ *Ibid.*, p. 29.

³⁶⁴ CHALOUB, 2019.

³⁶⁵ Chaloub (2019) aponta que Maria Victória Benevides (1981) não percebeu a sutil diferença entre liberalismo econômico e liberalismo político no discurso udenista. No estudo sobre Arinos, é perceptível como há uma clara filiação à concepção de que “Estado” é a principal categoria de pensamento e indispensável agente de organização da vida econômica, além de ser explícita uma reiterada desconfiança em relação ao liberalismo econômico, considerado anacrônico.

conflito. Outro aspecto importante, apontado por Chaloub, é que os bacharéis liberais eram refratários a políticas de massas. Daí que, no seu ideário político, reservavam especial papel às elites políticas e intelectuais, consideradas os sujeitos históricos por excelência e responsáveis pela construção jurídico-política do Estado brasileiro.

É nesse sentido que, na altura do anúncio do projeto de abertura, Arinos observava uma oportunidade de se reposicionar no debate público. Tanto a forma como o conteúdo do seu discurso estiveram ancorados numa compreensão liberal-conservadora de transição e o método “lento, gradual e seguro” anunciado pelo regime era bastante adequado à sua própria forma de observar a maneira pela qual as mudanças institucionais se processaram na história brasileira. Como veremos adiante, tanto o aspecto “liberal” – sobretudo no que concerne à visão de que as transformações sociais devem ser acompanhadas por inovações institucionais no âmbito do direito constitucional – quanto o lado “conservador” de seu discurso público – corporificado numa certa maneira tida como realista de articulação política, que encontra no Estado e nos quadros das elites políticas, seus sujeitos históricos por excelência – irão ser fartamente mobilizados, e ditarão a forma e o conteúdo dos conselhos emitidos, sejam aqueles direcionados à sociedade brasileira como um todo, sejam os que se dirigiam ao próprio governo.

Porém, antes de adentrarmos nos termos específicos do seu discurso sobre a melhor forma de se processar a transição, parece importante avaliar a instância de publicização da identidade estratégica. Como aponta Annie Collovald, a identidade está presente nas carreiras políticas de

modo cada vez mais importante e um aspecto central no processo de sua confecção são as instâncias de publicização, uma vez que são mais do que simples instrumentos que moldam a biografia de fora, pois a representação do homem político se dá no encontro entre os seus princípios de construção e as propriedades específicas que caracterizam dada identidade³⁶⁶.

A leitura comparada das diversas fontes de Arinos no período ditatorial, permite a visualização de que o local privilegiado de veiculação da *identidade estratégica* não foram seus livros de memórias ou as obras mais especificamente ensaísticas (embora ali encontrem-se indícios de qual o principal veículo de difusão dessa identidade estratégica), mas os periódicos de grande circulação nacional. Deste modo, a imprensa enquanto uma instância de publicização de uma *identidade estratégica* participa de modo ativo – seja pela linguagem propriamente jornalística que a caracteriza, seja pelas dinâmicas políticas e sociais mais amplas que

³⁶⁶ COLLOVALD, 1988.

condicionam o trabalho jornalístico – do processo de sua constituição. A relação de Arinos com a imprensa, bem como o espaço aberto por alguns dos principais jornalistas da época, foram fundamentais para torná-lo um porta-voz autorizado de uma forma específica de observar a transição. Sobre tais aspectos trataremos a seguir.

2.2 Um intelectual mediador nas páginas dos jornais

Em meio ao complicado contexto político e social que o Brasil vivenciou entre os anos de 1963 e 1965, Afonso Arinos, ainda senador da República, passou a publicar, nas páginas do *Jornal do Brasil*, um conjunto de artigos dominicais, elaborados com a intenção de demonstrar sua visão sobre os intricados eventos que estavam a se desenrolar naquele momento. Reunidos em livro, que contou com o sugestivo título *Evolução da crise brasileira* (1965), tais artigos, além de revelarem as impressões e angústias do seu autor e de registrarem as posições que foi tomando no desenrolar dos acontecimentos, demarcaram uma nova forma de intervenção no debate público.

Como já demonstrado, sentindo-se marginalizado no meio político-partidário dado o radicalismo que tomou de assalto boa parte das lideranças políticas do país, inclusive as do seu próprio partido, o ainda senador transfere da tribuna do Senado para as páginas dos jornais o veículo privilegiado de comunicação pública. Dali buscou projetar uma imagem de si enquanto político e intelectual averso a todo tipo de radicalismo. As análises veiculadas a respeito da

evolução da crise brasileira foram acompanhadas de conselhos, dirigidos à nação como um todo. Também foram endereçadas às chamadas “elites brasileiras”, as quais, em sua visão, estavam se distanciando da sua melhor tradição de *ordem* e *progresso*. Com seus artigos dominicais, buscava, de alguma maneira, intervir no debate público, de modo a apontar possíveis soluções para os impasses que se apresentavam. A postura adotada era a de um reformista moderado, que aliava a defesa da necessidade de reformas políticas, mesmo que gradualistas e suaves, com o imperativo da manutenção da ordem social.

A repercussão dos artigos de Arinos, bem como a discreta mudança no local preferencial de enunciação de suas ideias políticas, foi percebida por Carlos Castello Branco, também colunista do *Jornal do Brasil*. Segundo a *Coluna do Castello*, os artigos de Afonso Arinos “vêm sendo atentamente lidos em Brasília. O último, sobre corrupção, provocou reações na UDN,

cujos chefes ostensivos aludiam à necessidade de vir o próprio Senador para dentro da agremiação a que pertence lutar por suas posições, o que seria mais legítimo do que defendê-las apenas pelo Jornal”. O colunista ainda deu voz a observação, atribuída a Gilberto Amado, de que “o mais grave nos artigos de Afonso Arinos está em que, pela primeira vez, um senador da República se dá conta, de que encontrara mais repercussão para suas ideias num artigo de jornal do que num discurso no Senado”³⁶⁷.

Antônio Gontijo de Carvalho, editor do livro que reuniu o conjunto dos artigos veiculados pelo *Jornal do Brasil*, ao fazer a apresentação na orelha da obra, listou o conjunto de notabilidades que Arinos havia acumulado em seus vários anos de vida pública: “um grande homem público. Orador, escritor e professor” que fez “da tribuna do Parlamento, da cátedra dos institutos universitários e das colunas da imprensa numa atividade incessante, com uma capacidade e método de trabalho de causar inveja, o veículo de suas ideias de brasilidade”³⁶⁸. Segundo o editor: “*Evolução da crise brasileira* é obra de jornalista, não de jornalista-articulista ou de suelto que comenta, a voos de pássaro, o assunto do dia, mas do *jornalista-ensaísta*, um

gênero literário, na classificação de Alceu Amoroso Lima, do jornalista com os olhos voltados para o passado, atentos para o presente e perscrutadores do futuro”³⁶⁹.

Quando observado o conjunto da fortuna crítica elaborada sobre Arinos, percebe-se que boa parte das pesquisas e dos elogios proferidos em sua direção baseiam-se ou nos livros, artigos e aulas públicas ou nos seus discursos parlamentares. Nestes estudos, são ressaltadas diversas posições e funções públicas desempenhadas pelo intelectual e político mineiro no decorrer do tempo. Porém, uma das suas múltiplas notabilidades parece ter escapado à crítica, justamente aquela que Gontijo de Carvalho procurava ressaltar: a de *jornalista-ensaísta*.

³⁶⁷ Carlos Castello Branco. Os artigos do Senador Afonso Arinos. **JB**. 03 set. 1963, Coluna do Castello, p. 4. Em outro momento, Carlos Castello Branco notara que “o artigo de domingo do Senador Afonso Arinos de Melo Franco, no JB, sobre a crise brasileira, como os anteriores, irritou a UDN, mas agradou os chefes militares”. (Carlos Castello Branco. Arinos repercute na área militar. **JB**. 24 set. 1963, Coluna do Castello, p. 4) A *Coluna do Castello* também publicou telegrama de Jânio Quadros felicitando Arinos pelo “magnífico estudo sob título A Crise Brasileira” (Carlos Castello Branco. Jânio felicita Afonso Arinos. **JB**. 02 out. 1963, Coluna do Castello, p. 4).

³⁶⁸ CARVALHO, A. G. s/t. In: FRANCO, A. A. M. **Evolução da Crise Brasileira**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.

³⁶⁹ CARVALHO, 1965.

A publicação dos artigos no *Jornal do Brasil* não foi a primeira e nem a última vez em que Arinos fez uso da imprensa para fazer circular suas “ideias de brasilidade”. A relação que manteve com a mídia, embora pouco analisada, pode ser considerada como parte constitutiva da sua autoimagem como um “homem público”. A imprensa de modo geral, e os jornais em específico, desempenharam diferentes papéis na sua trajetória. Foram tanto meio de formação profissional e espaço de sociabilidade intelectual, quanto veículo de exposição de ideias e campo de embates políticos.

Ainda jovem, iniciou sua trajetória profissional, como muitos filhos das elites tradicionais, justamente na redação jornalística³⁷⁰. Primeiro trabalhou no *Diário de Minas*, periódico ligado às oligarquias mineiras, depois atuou como diretor geral dos *Diários Associados* em Minas Gerais. A experiência na direção jornalística permitiu-lhe, inclusive, observar o processo de modernização pelo qual a imprensa brasileira atravessava naquele momento. Na comparação com os jornais em que trabalhara anteriormente, *O Estado de Minas*³⁷¹ era visto como um jornal autêntico, possuidor de autonomia financeira, organização empresarial e visão comercial, além de não estar vinculado ao chefe político local³⁷². Posteriormente, em junho de 1934, Arinos e seu irmão fundaram a *Folha de Minas*, jornal que procurava dispor de uma redação com feitura profissional e prestígio político, contando com a colaboração de jovens e já renomados intelectuais.

A imprensa escrita ainda foi o meio privilegiado de publicização das suas ideias políticas e literárias. Publicou as primeiras poesias no periódico carioca *O Jornal*³⁷³. Nos anos 1930, atuou como crítico literário no *Diário de Notícias* e colaborador dominical no *A manhã*. Na década de 1940, depois de ser aposentado do cargo que ocupava no Banco do Brasil, recebeu a proposta dos *Diários Associados* para integrar seu quadro de colaboradores remunerados. Nesse período, escreveu nota diária para o periódico paulista *Diário Popular*³⁷⁴. Suas obras publicadas

³⁷⁰ MICELI, 2001.

³⁷¹ Sobre *O Estado de Minas*, Cf.: FERREIRA, M.M. O Estado de Minas. Verbete Temático. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/estado-de-minas-o>. Acesso em: 24 set. 2022.

³⁷² Sobre o processo de modernização da imprensa na primeira metade do século XX, Cf.: ELEUTÉRIO, M.L. A imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 83-102.; LUCA, T. R. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: Martins, A. L.; LUCA, T. R. (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 149-155.

³⁷³ FRANCO, 2018 [1961], p. 268.

³⁷⁴ *Ibid.*, p. 492.

encontraram nas páginas dos jornais, e na pena de alguns dos principais colunistas da época, um importante veículo de comunicação, difusão e debate, o que contribuiu para ser alçado ao patamar de grande intérprete do Brasil.

No envolvimento quase que diário com a imprensa, Arinos estabeleceu relações de sociabilidade com importantes nomes da intelectualidade, jornalistas e proprietários de meio de comunicação. Na redação do *Diário de Minas*, criou fortes vínculos de amizade com Carlos Drummond de Andrade³⁷⁵. Em *O Jornal* e na *Revista do Brasil*, se aproximou de seu primo, Rodrigo de Melo Franco de Andrade. Como proprietário da *Folha de Minas*, teve a colaboração de já renomados intelectuais, tais como Manuel Bandeira, Gilberto Freyre, Mario de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda³⁷⁶. Ao longo do tempo, ainda manteria contato com os mais poderosos donos jornais do país, a exemplo de Assis Chateaubriand, Júlio de Mesquita Filho e Roberto Marinho. Alguns jornalistas com quem estabeleceu relações de amizade foram fundamentais para a difusão da sua imagem pública, caso de Carlos Castello Branco, Carlos Lacerda e Prudente de Moraes Neto³⁷⁷. Outros intelectuais, como Tristão de Athaíde, que possuíam largo espaço na imprensa periódica, contribuíram para a difusão da sua identidade política de democrata-liberal.

A imprensa também foi marcante na trajetória de Arinos por ter se constituído como um dos principais palcos de embates políticos. Caso emblemático se deu em torno de sua nomeação ao cargo de procurador de Minas Gerais, em 1927. Além de ser muito jovem, não havia concluído o curso de bacharel em Direito, fato explorado pelos jornais ligados às facções políticas rivais³⁷⁸. Nessa mesma época, outros dissídios se sucederam, sendo travados no

³⁷⁵ Dessa amizade, que se prolongou por longo tempo, o aclamado poeta sempre lembraria. É Carlos Drummond de Andrade, um dos respeitáveis nomes da cultura brasileira, que irá trabalhar intensamente, já nos anos 1970, para colocar em evidência a importância de Afonso Arinos para a cultura brasileira. Na coluna que assinava no *Jornal do Brasil*, Drummond irá dedicar várias linhas elogiosas a Afonso Arinos, sendo figura importante na confecção da memória de Arinos. Em pequena biografia, escrita por seu filho para coleção organizada pela Academia Brasileira de Letras, uma poesia escrita por Drummond para o *Jornal do Brasil*, intitulada “A Afonso Arinos, setentão”, é republicada, (FRANCO FILHO, A. A. M, 2012, p. 15-19). Carlos Drummond de Andrade também escreveu prefácio ao *Diário de Bolso seguido de Retrato de Noiva* (1979), se detendo na avaliação das cartas entre Arinos e sua esposa e definindo-as como “a explicação profunda, de uma vida pública que vem honrando a paisagem cultural do Brasil” (ANDRADE, C. D. Depoimento de leitor. In: FRANCO, A. A. M. **O diário de bolso seguido de retrato de noiva**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979, p. XVII).

³⁷⁶ FRANCO, 2018 [1961], p. 407.

³⁷⁷ Amigo do tempo do Colégio Pedro II, Prudente de Moraes Neto teve importante atuação na imprensa brasileira, em especial a partir de 1975, quando se tornou presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e passou a criticar o regime na questão da censura da imprensa.

³⁷⁸ FRANCO, 2018 [1961], p. 254-255.

interior do próprio Partido Republicano Mineiro (PRM), uma vez que seu pai ambicionava chegar à presidência do Estado, o que fomentava um ambiente cercado de polêmicas, fofocas e discussões³⁷⁹ estimulados pelos veículos de imprensa ligados aos diversos ramos das correntes políticas mineiras³⁸⁰.

Entre as décadas de 1930 e 1950, boa parte de sua atuação na imprensa foi atravessada por uma consistente oposição ao “caudilho de São Borja”. Esse ímpeto de combate levou à sua saída do comando dos *Diários Associados* em Minas Gerais e à fundação da *Folha de Minas* que se dedicou, sem sucesso, à luta contra a eleição de Getúlio Vargas para presidente na Assembleia Constituinte de 1934. Apesar da sua curta duração, segundo Arinos, este veículo foi um dos porta-vozes “desinteressados e francos de toda uma ala revolucionária que resistia ao consulado de Vargas e ao domínio gaúcho”³⁸¹.

Já nos últimos dias do Estado Novo e com a fundação da UDN, Arinos lembra da importância da imprensa, uma vez que o “despertar das forças democráticas” foi acompanhado pelos jornais e jornalistas que “anos seguidos, ruminavam junto ao cocho do DIP³⁸², mostraram subitamente que a consciência livre pode ressurgir, límpida e nua, dos andrajos de uma escravidão de tantos anos”³⁸³. Segundo o udenista, os veículos de imprensa desempenharam papel importante na deposição de Vargas, ao denunciarem as limitações legais e materiais “que lhe tolhiam a liberdade”⁴³⁷.

A Campanha do Lenço Branco, que almejou tornar o brigadeiro Eduardo Gomes presidente, contou com intensa colaboração dos meios de comunicação, ao procurarem compensar a falta de apelo popular com a construção de uma imagem positiva e um clima otimista em relação vitória udenista: “Em São Paulo o jornal *O Estado de S. Paulo*, no Rio de

³⁷⁹ A historiografia da imprensa no Brasil tem percebido como os veículos de comunicação se utilizaram de diferentes estratégias de comunicação nos embates políticos, algo presente desde a construção da imprensa brasileira no século XIX. Sobre esse assunto, Cf.: LUSTOSA, I. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000; MUNARO, L. F. Fofocas, boatos e rumores: do Correio Brasiliense ao Padre Amaro em Londres (1808-1822). **Anais do XIII Congresso de Ciência da Comunicação na Região Norte**. Manaus, 2013.

³⁸⁰ FRANCO, *op. cit.*, p. 282-283.

³⁸¹ *Ibid.*, p. 413. Em razão de problemas financeiros, *A Folha de Minas* foi vendida em 1935.

³⁸² Departamento de Imprensa e Propaganda, fundado pelo Estado Novo como principal órgão de controle de informações e construção e difusão da propaganda do regime. Sobre o DIP, Cf.: ARAUJO, Rejane. DIP. Verbetes Temáticos. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetetematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>
Acesso em: 20 set. 2022.

³⁸³ FRANCO, *op. cit.*, p. 512. ⁴³⁷ *Ibid.*, p. 502.

Janeiro o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias* e o *Diário Carioca*, principalmente, reproduziam os discursos do Brigadeiro pelas cidades; os *Diário Associados* patrocinaram a campanha no país inteiro”³⁸⁴.

A partir de 1947, como mencionado, a atuação pública de Arinos se confundiria com a do seu próprio partido. Os jornais deixaram de ser o veículo preferencial de comunicação das suas ideias, lugar ocupado pelas tribunas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Despontando como importante nome da política brasileira, seus passos eram acompanhados pelos veículos de imprensa, seja por aqueles mais próximos, cujos editoriais lhe eram favoráveis, seja pelos jornais menos simpáticos à ação udenista. Afonso Arinos sabia da importância de periódicos como o *Jornal do Comércio*, que se dedicavam aos assuntos parlamentares e publicavam na íntegra os discursos e pareceres mais importantes; e deles fez uso recorrente. Desde seus primeiros dias na Câmara dos Deputados, os vários contatos que possuía na imprensa atuaram como agentes ressonantes da sua produção parlamentar³⁸⁵.

Aquela que teria sido sua principal produção legislativa, a lei que definiu a discriminação racial e o preconceito de cor como contravenção penal, também foi alvo de enfrentamento entre as forças políticas da época e teve nos meios de comunicação o espaço privilegiado de embates. Tal legislação, em tramitação no Congresso antes da posse de Getúlio Vargas, foi por este sancionada, iniciando um movimento da imprensa getulista para nomeá-la como “Lei Getúlio Vargas”, ao que se sucedeu uma intensa campanha de escritores e jornalistas para defini-la como “Lei Afonso Arinos”, como finalmente ficou conhecida³⁸⁶. Outra contribuição parlamentar, dessa vez mais estritamente ligada à questão da liberdade de imprensa, foi o

parecer escrito para a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, em razão do projeto governamental que versava sobre o tema⁴⁴¹.

³⁸⁴ BENEVIDES, 1981, p. 46.

³⁸⁵ Logo na sua estreia enquanto orador na Comissão de Constituição e Justiça, Prudente de Moraes Neto, publica crônica intitulada “Herdeiro e Sucessor”, em que ressalta que, por meio de seu filho, estava garantida a continuidade da obra de Afrânio de Melo Franco naquela comissão que havia presidido e teria sido uma das figuras mais destacadas (Franco, 2018 [1965], p.622-623).

³⁸⁶ No segundo volume de suas memórias, Afonso Arinos narra em detalhes todo esse processo, acompanhando as principais matérias de jornais que batizaram aquela lei com seu nome. Segundo Arinos, foi o *Diário de Notícias*, do seu amigo Orlando Dantas, o veículo que assim primeiro nomeou esta legislação, sendo noticiada da seguinte forma “Sancionada pelo Presidente da República a Lei Afonso Arinos”, em 05/07/1951 (Franco, 2018 [1965], p. 732-737).

A partir de 1952, quando se tornou líder da minoria na Câmara dos Deputados, foi desafiado a adotar uma posição política delicada que exigia um esforço de equilíbrio entre as diversas alas do partido. Diferentemente do momento anterior, quando a UDN operou uma “oposição cordial”⁴⁴² ao governo de Eurico Gaspar Dutra, a presença de Vargas na presidência fez com que o partido dos bacharéis se radicalizasse e tomassem corpo suas posições mais especificamente golpistas³⁸⁷. Na condição de líder da oposição, Arinos vivenciou o período mais ativo da sua atuação parlamentar. A radicalização udenista demandou um tipo de ação política que contrastava com o autodeclarado perfil conciliador e moderado. Esse viés não sectário, inclusive, favoreceu enfrentamentos não apenas com os políticos das agremiações partidárias rivais, encontrando resistências dentro do seu próprio partido³⁸⁸.

O fato mais relevante desses anos se deu a partir do atentado sofrido por Carlos Lacerda. Iniciou-se ali a crise política que redundaria no suicídio de Vargas³⁸⁹. Em 13 de agosto de 1954, Afonso Arinos proferiu o seu mais famoso discurso, em que pedia, de forma exaltada, a renúncia do presidente. Discurso esse que foi amplamente difundido pela imprensa, sendo retransmitido na íntegra pelo rádio *O Globo*. No clamor popular que se seguiu à morte do presidente gaúcho, os udenistas foram responsabilizados pelo desfecho dramático³⁹⁰.

⁴⁴¹ Sobre a questão dos limites da liberdade de imprensa no período do governo J. K., Cf: BIROLI, F. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 213-240, 2004.

⁴⁴² BENEVIDES, 1981, p. 61 *et. seq.*

³⁸⁷ *Ibid.*, p. 83 *et. seq.*

³⁸⁸ Logo no início dessa fase, o parlamentar mineiro se deparou com tal problema. Arinos contribuiu tanto com o acordo militar estabelecido entre Brasil e Estados Unidos, quanto com a reforma administrativa empreendida pelo governo Vargas, o que despertou o fulgor da imprensa antigetulista contra seu nome, em que era denunciado como líder fraco e destituído de condições para desempenhar tal papel. Os artigos da *Tribuna da Imprensa* nos dias 17/02/1954 e 25/02/1954 sugeriram que sua indicação para representar a Câmara dos Deputados na X Conferência Interamericana, realizada em Caracas, foi uma forma encontrada pelo governo para comprar Afonso Arinos (Magri, 2016, p. 54, *et. seq.*).

³⁸⁹ Sobre o papel da imprensa na crise que levaria ao suicídio de Vargas, Cf.: LATTMAN-WELTMAN, F; ABREU, A. A. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, A.M.C. **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011, p. 23-60.

³⁹⁰ O próprio Afonso Arinos, em diversos momentos de sua reconstrução memorialística, parece acreditar na importância que seu discurso para o desenrolar daquele processo, lembrando, com certo pesar, do papel que desempenhou naqueles dias. Em 1983, nas entrevistas que concedeu as pesquisadoras do CPDOC-FGV, apresenta uma versão mais detida sobre sua participação naqueles eventos, sobre isso Cf.: CAMARGO; TEIXEIRA; MARIANI, 1983, p. 140 *et. seq.* Sobre as disputas entre a imprensa getulista e antigetulista, exemplificado pelos embates entre a *Tribuna da Imprensa* e *A Última Hora*, Cf.: LAURENZA, A. M.. Batalhas em letras de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 175-205.

De todas as personalidades com quem Afonso Arinos estabeleceu alguma relação, a mais complexa foi travada com Carlos Lacerda³⁹¹. O polemista, jornalista e político carioca tornou-se uma das mais importantes figuras públicas nos anos 1950 e 1960, principalmente por sua implacável e verborrágica oposição a Getúlio Vargas e, posteriormente, aos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Em todo o período que vai da posse de Vargas ao golpe de 1964, o seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*, atuou como centro irradiador de polêmicas e meio de expressão das posições mais radicais da UDN.

Na condição de líder da oposição, Afonso Arinos manteve contínuo contato com Carlos Lacerda, o que, na maior parte das vezes, implicou no envolvimento em conflitos e crises políticas. Magri lembra que a sua indicação para liderança da minoria na Câmara não se deu de forma unânime e foi justamente Lacerda o principal nome a sustentá-la³⁹². Apesar disso, todo o movimento moderado era duramente criticado pela *Tribuna da Imprensa*, que exigia um posicionamento de intransigente oposição³⁹³.

Como afirma Benevides, a verborragia de Lacerda foi utilizada para insuflar os militares, tornando-o “líder de fato da oposição civil e militar, embora sofresse certa hostilidade dentro da UDN nacional”³⁹⁴. A aliança entre militares, civis e imprensa foi decisiva para as sucessivas crises estabelecidas entre 1954 e 1955. Nesse período, vários movimentos conspiratórios foram articulados. Sobre tais episódios, Arinos relembra a atuação de Carlos Lacerda como uma pregação abertamente golpista, em que o jornalista defendia a tese da necessidade de um “estado de exceção” provisório.

Apesar disso, após o chamado “contragolpe defensivo” que permitiu a posse do presidente eleito³⁹⁵, Arinos usou a tribuna da Câmara dos Deputados para denunciar o que entendia ser o golpismo do PSD e do PTB³⁹⁶, criticando as censuras no *Diário de Notícias* e a

³⁹¹ Para uma análise crítica da atuação de Carlos Lacerda nas sucessivas crises dos anos 1950 e 1960, Cf: DELGADO, M. P. **O golpismo democrático: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: PPGH-UFJF, 2006.

³⁹² Magri (2016, p. 46) cita matéria da *Tribuna da Imprensa* datada de 10/07/1952.

³⁹³ Outro caso em que opôs Arinos e a *Tribuna da Imprensa* foi a discussão em torno da cédula eleitoral, nas vésperas das eleições presidenciais de 1955. Para Arinos, a instituição da cédula única significou uma vitória parcial, já Lacerda considerou uma derrota total (*Ibid*, p. 75).

³⁹⁴ BENEVIDES, 1981, p. 88.

³⁹⁵ Uma boa síntese sobre os principais acontecimentos da crise política que se estendeu entre 1954 e 1955, encontra-se em: FAUSTO, B. A vida política. In: GOMES, A.M.C. (org.). **História do Brasil Nação 4: Olhando para dentro (1930-1964)**. Rio de Janeiro; Madrid: Fundación Mapfre; Editora Objetiva., 2013, p. 91-141.

³⁹⁶ Curioso notar que toda narrativa que Afonso Arinos elabora dos eventos que se sucederam entre a eleição de JK e sua posse coloca o peso do golpismo nos partidários do presidente eleito e não nas ações conspiratórias

suspensão da veiculação da *Tribuna da Imprensa*, realizadas sem “nenhuma medida legal de exceção”³⁹⁷. Mesmo reprovando a forma de atuação política de Carlos Lacerda, agiu em sua defesa, seja nos bastidores, como a que ocorreu depois da intervenção militar, em 1955, oportunidade em que o auxiliou a encontrar refúgio na embaixada cubana³⁹⁸; seja publicamente, a exemplo da celeuma estabelecida após a *Tribuna da Imprensa* publicar telegrama secreto que, supostamente, evidenciava a corrupção do vice-presidente, João Goulart. Nessa ocasião, os adversários do então deputado aproveitaram a oportunidade para tentar cassar seu mandato, cuja bem-sucedida defesa ficou a cargo do líder udenista³⁹⁹.

Embora haja indícios de que Arinos tenha atuado em parceria com Lacerda e com os militares para depor Vargas⁴⁰⁰, o parlamentar mineiro buscou se diferenciar do jornalista. Em suas palavras, o maior dom do proprietário da *Tribuna da Imprensa* era o de “congregar fanáticos”, não existindo “nada no mundo que repugne tanto à minha sensibilidade, que choque tanto a minha inteligência, como o fanatismo (...) Seria, portanto, inevitável meu afastamento do homem cuja avassaladora presença na nossa geração não tem outra razão de ser senão o fanatismo”⁴⁰¹. Esse tipo de narrativa, assentada numa oposição entre o idealismo liberalconservador dos bacharéis udenistas e o pragmatismo demagógico do “udenismo lacerdista”⁴⁰², ao mesmo tempo em que serviu ao propósito de produção de uma imagem moderada de si, silenciou sobre os usos eleitorais que os bacharéis liberais fizeram dos arroubos autoritários de Carlos Lacerda.

Benevides, ao tratar da estratégia udenista nas eleições de Jânio Quadros, em 1960, ressalta que a UDN decidiu partir para uma agressiva campanha popular, com fortes acenos moralistas: “Pela primeira vez, igualmente, os políticos udenistas resistem à sedução golpista e

dos militares e políticos udenistas. Diferentemente de outros temas, a reconstrução desse cenário se manteve fiel ao discurso da época, em que acusa a deposição de Carlos Luz e Café Filho como um ato golpista.

³⁹⁷ FRANCO, 2018 [1965], p. 991.

³⁹⁸ *Ibid.*, p. 998.

³⁹⁹ *Ibid.*, p. 1024 *et. seq.* Arinos narra em detalhes o escândalo e a defesa que fez de Carlos Lacerda. Segundo o memorialista, esse debate se expandiu, por meio da imprensa, por todo o país, tendo Lacerda alcançado seu principal objetivo, que era se tornar o centro das atenções nacionais.

⁴⁰⁰ Benevides (1981) cita as memórias de Juarez Távora, então comandante da Escola Superior de Guerra (ESG), em que relata ter sido procurado por Afonso Arinos e Júlio de Mesquita Filho a respeito da possibilidade de deposição de Vargas.

⁴⁰¹ FRANCO, *op. cit.*, p. 1030.

⁴⁰² MAGRI, 2016, p. 72.

apostam nas instituições, na legalidade. A tática inovadora revela a face conciliatória do partido, que pretende reunir os anseios populares às esperanças elitistas”⁴⁰³. Porém, a novidade das

eleições federais de 1960 não foi a primeira vez que o arranjo “liberal-populista”⁴⁶⁰ foi empreendido pelo partido.

Em 1958⁴⁰⁴, Afonso Arinos foi convidado por Carlos Lacerda, com quem passou a manter boas relações depois da defesa que fez do seu mandato, para disputar a vaga do Senado pelo então Distrito Federal. Interessante notar os símbolos presentes na discussão dos udenistas a respeito do tipo de estratégia eleitoral a ser adotada. Em uma primeira conversa, o então deputado por Minas Gerais teria sugerido uma reedição da “Campanha do Lenço Branco”. A contraproposta de Lacerda surpreenderia todos. A ideia seria a de promover uma propaganda política de corpo a corpo, visitando os vários recantos do Rio de Janeiro, em cima de um caminhão e auxiliado por um alto-falante. Conhecida como a “Campanha do Caminhão do Povo”, foi lembrada como um dos pontos mais altos da sua carreira política⁴⁰⁵.

A imagem de um político com clara postura aristocrática, em cima de um caminhão, a manter contato direto com a população, não deixava de ser curiosa e foi fartamente explorada pela imprensa rival, em especial pelo *Última Hora*⁴⁰⁶, que reproduziu charges ironizando a incompatibilidade entre um homem de elite e sua tentativa de se tornar um político popular⁴⁰⁷.

⁴⁰³ BENEVIDES, 1981, p. 107.

⁴⁰⁴ Outro acontecimento relevante que se desenvolveu neste ano foi a eleição de Afonso Arinos para a Academia Brasileira de Letras (ABL) em que contou como adversário, o renomado escritor João Guimarães Rosa. Novamente, a imprensa foi palco de discussão que opunha o influente líder partidário e o autor de *Grandes Sertões Veredas*. Mais tarde, pouco antes da sua morte, Guimarães Rosa será aceito na ABL e Afonso Arinos foi o responsável pelo discurso de saudação do escritor (FRANCO, 2018 [1965], p. 1053-1054).

⁴⁰⁵ *Ibid.*, p. 1056 *et. seq.*

⁴⁰⁶ Não foi apenas o *Última Hora* que criticou o método de campanha, jornais mais próximos, como o *Diário Carioca*, também o fizeram (MAGRI, 2016).

⁴⁰⁷ Magri reproduz cinco charges expostas no *Última Hora*, entre os dias 24 de setembro e 2 de outubro de 1958, que ressaltavam o lugar de “aristocrata” de Arinos e sua aversão ao povo, inclusive sendo repetido trechos de obras de Arinos dos anos 1930 que denotavam a ojeriza popular do então candidato ao Senado (*Ibid.*, p. 131133).

Descrita como a mais “memorável campanha popular, das mais importantes já feitas no Rio”, não foi realizada sem esforço, inclusive no uso “de uma linguagem adequada nos bairros

⁴⁶⁰ Sobre o conceito de populismo, a historiografia brasileira recente tem analisado suas limitações e mesmo anacronismo. De toda forma, no contexto específico da fala de Benevides (1981), serve para ilustrar o contraste das posições no interior da UDN. Sobre o debate do conceito de populismo, Cf.: FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Não há registro, no interior da produção pesquisada de Arinos, do uso do conceito de populismo. No que diz respeito às críticas elaboradas a Getúlio Vargas, o termo empregado era o “caudilhismo”. Também não há indício de que ele usou esse conceito para definir o período entre 1930-1964, o que parece corroborar a afirmação dos autores da referida coletânea de que não se tratava de um termo em uso na época.

populares”⁴⁰⁸. Arinos venceu aquele pleito com o surpreendente resultado de quase 400 mil votos, algo até então inalcançado em uma eleição majoritária no Distrito Federal⁴⁰⁹.

Enquanto ministro das relações exteriores e na tentativa de implementar a Política Externa Independente (PEI), Arinos notou que, além de políticos e grupos econômicos hostis à linha adotada pela nova política internacional, foram os veículos de comunicação os maiores opositores, uma vez que eram beneficiados economicamente pela posição de alinhamento automático com os Estados Unidos. Os ânimos e críticas se acirraram na medida em que ensaiava uma posição de equilíbrio na questão cubana⁴¹⁰. Novamente Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, atacou Arinos e Jânio Quadros, seguido de órgãos mais tradicionais como *O Estado de São Paulo* e *O Globo*⁴¹¹.

Outro ponto em que a PEI favoreceu o enfrentamento com setores mais conservadores da imprensa se deu em razão de sua orientação anticolonialista (o que significava um

⁴⁰⁸ Apesar de ressaltar a importância que tal campanha teve na sua trajetória política, Arinos não disfarçou sua postura elitista. Em passagem que relata que depois de vários comícios teve de conceder uma entrevista à TV Rio, estando completamente desarrumado, o memorialista chega a dizer em tom jocoso: “eu não poderia falar de manga de camisa como qualquer ademar” (FRANCO, 2018 [1965], p. 1062).

⁴⁰⁹ Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral, Afonso Arinos obteve 397.466 votos contra 319.172 votos recebidos por Luthero Vargas, seu principal adversário. Dados disponíveis em: <https://www.tre-rj.jus.br/otre/memoria-das-eleicoes-do-rj/dados-das-eleicoes>. Acesso em: 20 set. 2022.

⁴¹⁰ A estranha condecoração de Ernesto Guevara pelo presidente Jânio Quadros alimentou a especulação de que Afonso Arinos se convertera ao comunismo e estava realizando uma gestão de tons nitidamente esquerdizante. Arinos explica que não participou da decisão de entrega das honrarias a Guevara e que sua aproximação com o revolucionário só se deu para intermediar, a pedido do Vaticano, o problema da perseguição aos religiosos que se seguiu à Revolução Cubana. Lembra, ainda, que Cuba ainda não havia se declarado comunista e que sua posição em favor da União Soviética só se deu posteriormente (FRANCO, 2018 [1968], p. 1206-1208).

⁴¹¹ *Ibid.*, p. 1155.

posicionamento crítico ao colonialismo português), consequência da tentativa de fortalecimento das relações bilaterais entre Brasil e os países africanos. De acordo com Arinos, o regime português tinha forte atuação diplomática no Brasil, mobilizando os jornalistas para desprestigiar suas posições diante da opinião pública⁴¹².

Em 6 de maio de 1965, à luz dos eventos dramáticos testemunhados nos anos anteriores, o senador refletiu sobre o papel da imprensa na crise brasileira:

No dia 24 de agosto, a Tribuna da Imprensa, em comemoração à data, publicou violento manifesto de Carlos Lacerda, tendo sua edição apreendida pela polícia, então chefiada pelo general Magessi. Dias depois, a revista *Maquis*, de Amaral Neto, republicou o manifesto, em primeira página, sendo igualmente apreendida. Eram repetições da situação, até hoje insolúvel, da liberdade de imprensa no Brasil. A educação política depende das leis, mas as leis dependem da educação política. Fechada neste círculo vicioso, a situação não progride. Jornalistas agitadores atassalam a honra privada e põem em risco a ordem pública em seus jornais, protegidos por uma legislação liberal que, defendendo a liberdade, não coíbe os seus

excessos. Então a autoridade intervém e prática violências, às vezes crimes, em nome da ordem. Isto se repete monotonamente desde a Regência, em cada geração. A única solução viável, a meu ver, seria fundar a responsabilidade dos jornais não na pena corporal (prisão) contra o jornalista, que provoca reações populares e logo se torna inviável, mas na pena pecuniária elevada, imparcialmente aplicada pelo Judiciário, tal como se faz na Inglaterra. Ameaçados nos seus interesses econômicos, por ações prestes e eficazes, os jornalistas teriam muito mais cautela.⁴¹³

Embora desde a década de 1940, no processo de redefinição e inovação técnica e profissional do jornalismo, a grande imprensa tenha adotado uma autodefinição de independência, “abandonando uma de suas tradições: o jornalismo de combate, de crítica, de doutrina, de opinião”⁴¹⁴ e passando a valorizar a técnica e o ideário da isenção como marcas características do “jornalismo moderno”⁴¹⁵, de modo a conformar “um jornalismo que privilegia a informação e a notícia e que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação”⁴¹⁶; Arinos continuava a reconhecer a função política desempenhada pela grande mídia. Na avaliação que ofereceu sobre o lugar da imprensa na crise brasileira, não deixou de compreender que, assim como ressalta Capelato, a mídia desempenhou o tríplice papel de

⁴¹² *Ibid.*, p. 1228.

⁴¹³ FRANCO, 2018 [1965], p. 1015-1016.

⁴¹⁴ ABREU, A. A. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: ABREU, A. A. (org.). **A imprensa brasileira em transição: os jornalistas brasileiros nos anos 1950**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 15

⁴¹⁵ BIROLI, F. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspecto da construção do "jornalismo moderno" no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 26, n.2, p. 115-143, 2007.

⁴¹⁶ ABREU, *op. cit.*

formadora de opinião, instrumento de mobilização de interesses e recurso de intervenção política⁴¹⁷.

A percepção de que os grandes veículos de comunicação se constituíram em ator decisivo no jogo político foi fator determinante para que se tornassem uma fonte privilegiada da historiografia⁴¹⁸, especialmente nas pesquisas que almejam destrinchar o apoio civil ao golpe de 1964 e a produção da “legitimidade, do consenso e do consentimento” do regime militar instaurado com aquele ato de força⁴¹⁹. Apesar do tema que desperta mais atenção ainda ser o impacto do regime militar sobre trabalho jornalístico, sobretudo no que diz respeito às práticas de censura e limitação da liberdade de expressão⁴²⁰, tais estudos também se dedicam a desconstruir a memória pacificadora e a denunciar os silêncios engendrados pela “operação

mediográfica” produzida nos dias finais da ditadura⁴²¹. Também procedem uma avaliação dos interesses e benefícios econômicos que parcela da imprensa obteve no apoio dispensado ao governo⁴²², além de observarem casos em que os próprios jornalistas agiram como censores e apoiaram expressamente o endurecimento do regime⁴²³.

Com raras exceções, os principais jornais brasileiros apoiaram decididamente aquilo que nomearam de “revolução democrática”. Também encamparam o discurso, ao menos nos primeiros dias, de que havia total compatibilidade entre a ação militar que derrubara Jango e a legalidade democrática instituída pela Constituição de 1946. A imagem reproduzida nos meses que antecederam o golpe era a de que o Brasil estava a vivenciar um estado de desordem geral e de que o presidente se articulava com elementos mais radicalizados para atentar contra as instituições democráticas. Um dos argumentos mais recorrentes, mobilizado para legitimar a intervenção militar, foi o do “contragolpe defensivo”. As ambiguidades que poderiam sugerir o

⁴¹⁷ CAPELATO, M. H. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, L. A.; FERREIRA, M. M. **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014, p. 299-315.

⁴¹⁸ LUCA, T. R. Fontes impressas. História dos, nos e por meio da imprensa. In: PINSKY, C. B. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

⁴¹⁹ ROLLEMBERG, 2010.

⁴²⁰ AQUINO, M. A. **Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência. *O Estado de São Paulo e O Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

⁴²¹ Sobre o conceito de “operação midiográfica” Cf.: SILVA, S. M. **A operação midiográfica**: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Tese (Doutorado em História). Niterói: PPGH-UFF, 2011.

⁴²² CAMPOS, P. H. Empreiteiros e imprensa: a atuação dos empresários da construção pesada junto aos veículos de comunicação antes e durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1988). **Revista de História**. São Paulo, n. 177, p. 1-22, 2018.

⁴²³ KUSHINIR, B. **Cães de Guarda**: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004.

uso das expressões “revolução democrática” e “contragolpe defensivo” foram engendradas numa narrativa que procurava garantir coerência entre uma suposta ação voltada para a manutenção da legalidade e uma prática efetiva de sua supressão⁴²⁴.

A maior parte dos veículos de imprensa dizia-se adepta dos valores liberais e democráticos, o que, segundo Motta, impôs um dilema na relação com os militares: cindida entre a “devoção à liberdade” e o “amor à ordem”, por diversas vezes tiveram que escolher entre o desejo de autonomia e os favores do Estado. O discurso liberal que demarcava sua identidade como defensora dos valores democráticos, não impediu que fizesse concessões ao autoritarismo, porém, de modo geral, havia uma crença de que era possível circunscrever as medidas de força a um uso incremental, orientado para a manutenção da ordem social⁴²⁵.

De acordo Motta, ocorreu um virtual consenso em torno das políticas anticomunistas e antissubversivas entre 1964 e 1968. A falta de entendimento, no entanto, se deu em torno do programa autoritário ou, mais especificamente, no alcance dos instrumentos de força empregados. Da perspectiva dos veículos de imprensa, a dimensão mais festiva do golpe não

foi acompanhada de uma empolgação com a obra política dos militares, sobretudo por esta limitar a autonomia desejada. Não houve adesão integral aos valores militares, o que colocava sob tensão o experimento ditatorial. A dubiedade de suas posições marcou a sua relação com o regime, uma vez que mesmo não se colocando como apoiadora integral do projeto ditatorial, não procedeu uma oposição frontal⁴²⁶. Em resumo, o que caracterizou a relação da grande imprensa com o regime militar foi primeiro uma atitude de *adesão* e, depois, de *acomodação*. Se a ação da grande mídia se deu em bloco no apoio ao golpe de 1964 e na legitimação do regime que o sucedeu, não deixou de contar com nuances e algumas importantes diferenças.

O Estado de São Paulo esteve entre os órgãos de imprensa mais engajados no apoio ao golpe, sobretudo através da ação do seu proprietário que chegou a descrever-se como “revolucionário de primeira hora”⁴²⁷. Para este jornal, o regime deveria durar de dois a três anos,

⁴²⁴ MOTTA, R.P., 2013.

⁴²⁵ *Ibid.*

⁴²⁶ Motta (2013) ainda aponta as críticas empreendidas pelos jornais *Diário da Manhã* e *Última Hora*, ambos duramente perseguidos pela ditadura, o que levou ao seu fechamento ou venda. Deve-se considerar que os elementos do jornalismo que mais se esforçaram na oposição foram aqueles da “imprensa nanica” ou “alternativa”. Sobre a imprensa alternativa, Cf.: KUCINSCKI, B. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed.. São Paulo: EDUSP, 2003.

⁴²⁷ Sobre a história do *O Estado de São Paulo*, Cf.: CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-ômega, 1980.

tempo suficiente para fazer varrer da cena pública brasileira a corrupção e os elementos subversivos, além de promover reformas econômicas que permitissem modernizar o país⁴²⁸. Como lembra Capelato, uma das suas especificidades era o tipo de discurso veiculado, uma vez que o próprio Júlio de Mesquita Filho procedeu um “uso político do passado”, ao evocar a memória de 1932 (momento em que se travou uma guerra civil entre São Paulo e União) para legitimar o golpe de 1964⁴²⁹. Chegando a ser porta-voz da linha dura entre os anos 1964 e 1965, reproduziu críticas ao presidente Castelo Branco, o acusando de excessivamente moderado, além de justificar as medidas repressivas então instauradas. Porém, não concordava com as mudanças no calendário eleitoral, se distanciando do poder após o Ato Institucional nº 2 (AI2), que dissolveu os partidos políticos e mudou a estrutura partidária e eleitoral. Recebendo com desconfiança a chegada de Costa e Silva à presidência⁴⁸⁷, depois do Ato Institucional nº 5 (AI-5), foi o matutino paulista, entre os grandes jornais brasileiros, aquele que mais sofreu com a restrição de liberdade de imprensa, estando submetido à censura prévia entre 1972 e 1975.

A Folha de São Paulo, a partir de 1962, sob a direção de Octávio Frias e Carlos Caldeira Filho, experimentou um notável crescimento em termos de importância jornalística e

empresarial. Caracterizando-se por emitir um discurso de entusiasmo e esperança a respeito do regime que nasceu em 1964, agiu em apoio a Castelo Branco, afirmando seu perfil democrático e o representando como homem dedicado à reconstrução do Brasil. Tentou afastar o primeiro presidente militar da ala radical, pressionando-o para a manutenção das eleições. Chegou a fazer críticas pontuais a respeito da crescente repressão. Assim como *O Estado de São Paulo*, denunciou a radicalização das esquerdas, mas não via como necessária a decretação de uma medida mais forte como o AI-5. Após 1968, ficou cada vez mais cautelosa, sendo notável sua simpatia, e mesmo contribuição, ao governo Médici. *A Folha de São Paulo*, a partir do final dos anos 1970, procedeu uma importante reformulação da sua imagem, passando a se apresentar como defensora intransigente da democracia e a empreender um movimento de silenciamento das relações que manteve com a ditadura⁴³⁰.

⁴²⁸ MOTTA, *op. cit.*

⁴²⁹ CAPELATO, 2014.

⁴⁸⁷ MOTTA, *op. cit.*

⁴³⁰ BIROLI, F. Representação do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa - 1984-2004. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 21, n. 41, p. 269-291, jan.-jun., 2009.

De todos os grandes veículos de imprensa, aquele que manteve com o regime militar uma relação de maior afinidade e obteve grandes benefícios econômicos e comerciais foi *O Globo*. Jornal fundado em 1925, estando sob a direção de Roberto Marinho desde 1931, viu, durante todo o período militar, sua importância em termos econômicos e comunicacionais crescer, a ponto de tornar-se um dos maiores conglomerados de comunicação do mundo⁴³¹. Em abril de 1964, estampou em suas páginas o discurso de que o que estava ocorrendo era uma “revolução democrática”. Com editoriais e reportagens abertamente engajadas, e fazendo uso de uma retórica sensacionalista, definiu o regime deposto como marcado pela corrupção e pelo comunismo. Chegou a pedir moderação na prisão de artistas, mas, de modo geral, apoiou a institucionalidade autoritária-liberal de Castelo Branco, defendendo, inclusive, a instituição do voto indireto para presidente⁴³². Diferentemente dos demais jornais, deixou explícito seu apoio ao governo no pós-AI-5. Durante os anos mais repressivos, encampou a propaganda do “milagre brasileiro”, contribuindo para a legitimação social do regime por meio do argumento econômico. Manteve-se como um “governista inveterado”⁴³³ por todo o período ditatorial, chegando a se opor às *Diretas Já*, o que definiu a singularidade da sua posição em relação aos

outros veículos de imprensa, os quais, desde o final dos anos 1970, passaram a encampar um discurso crítico ao regime.

O *Jornal do Brasil*, embora tenha sido criado em 1891 por importantes nomes da intelectualidade monarquista, só ganhou algum destaque na vida pública nacional a partir dos anos 1950, sob a direção de Nascimento Brito⁴³⁴. Nos primeiros dias após o movimento de 1964, comemorou o golpe, caracterizando-o como uma “contrarrevolução”. Apoiou, com certo entusiasmo, a posse de Castelo Branco, além de subscrever, em seus editoriais, a cassação de políticos como Juscelino Kubistcheck. Defendeu, ainda, o AI-2 e as mudanças eleitorais impostas, atribuindo à classe política a responsabilidade pelo recrudescimento do regime. De toda maneira, dispôs de um tom mais moderado no que diz respeito ao uso da força e dos

⁴³¹ Sobre o discurso de *O Globo* no contexto da ditadura militar, Cf.: COSTA, E. A ditadura brasileira no tempo: um estudo dos discursos do jornal *O Globo* em 1964/1985 e 2014. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: PUC-SP, 2014; HERZ, D. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

⁴³² MOTTA, 2013.

⁴³³ FONSECA, F. **O consenso forjado**: a Grande Imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.

⁴³⁴ FERREIRA, M. M. A reforma do Jornal do Brasil. In: ABREU, A.A.(org.). **A imprensa brasileira em transição**: os jornalistas brasileiros nos anos 1950. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 141-156.

instrumentos autoritários, chegando a criticar os excessos repressivos que atingiam não apenas opositores do regime, mas também agentes políticos e intelectuais que tinham contribuído para sua instalação. A partir de 1965, com as leis da imprensa e da segurança nacional, vai gradualmente diminuindo o seu apoio ao regime, recebendo com frieza a nomeação de Costa e Silva para presidente. Após o AI-5, continuou veiculando críticas leves ao governo, considerando aquele instrumento excessivamente autoritário⁴³⁵.

Já a partir de meados dos anos 1970, com o projeto de distensão gradual proposto pelo governo Geisel, a grande mídia nacional passaria a experimentar outro tipo de relacionamento com o regime militar. Segundo Duarte, a liberalização da imprensa foi fundamental para a viabilização do projeto de abertura, para a ampliação da capacidade governativa do Estado e para o fortalecimento do grupo de Geisel no poder, sendo encarada como fator de rearticulação e reativação política da sociedade civil, mesmo que limitada pela sua própria estrutura empresarial e pelos mecanismos diretos e indiretos de controle mantidos nas mãos do Estado⁴³⁶.

O desafio principal do projeto distensionista, segundo um dos seus idealizadores, Golbery de Couto Silva, era enfraquecer os setores radicais e promover a recomposição com as alas moderadas, ao mesmo tempo que fossem erigidos novos mecanismos de ação política e canais de diálogo com a sociedade. Portanto, a liberalização da imprensa “inscreve-se na própria gênese do processo de abertura política”⁴³⁷, sendo concebida como mecanismo eficiente para a solução dos impasses, pois, a um só tempo, favorecia maior comunicação com a sociedade civil;

publicizava os embates estabelecidos no interior da caserna entre “moderados” e “duros”, trazendo a opinião pública para próximo do governo e neutralizando as forças contrárias ao processo de abertura; e abria novos canais de debate e crítica da situação econômica, revertendo as expectativas criadas com o “milagre econômico”, de modo a preparar a sociedade civil para os momentos difíceis que estava por vir⁴³⁸.

Entretanto, a liberalização da imprensa se deu de forma sinuosa. Ao mesmo tempo que restituía parte da autonomia perdida, o governo a manteve sob intensa pressão. Abreu e Lattman-Weltman lembram que os meios de comunicação de massa sofreram constante

⁴³⁵ MOTTA, 2013.

⁴³⁶ DUARTE, C. R. Imprensa e redemocratização no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 181-195, 1983.

⁴³⁷ *Ibid.*, p. 183.

⁴³⁸ DUARTE, 1983.

interferência durante todo o período militar⁴³⁹. O regime atuou tanto no sentido de modernização do setor quanto de controlá-lo através da legislação censora. As várias instituições criadas, tais como a Embratel (1965), o Ministério das Comunicações (1965), a Telebras (1972), a Assessoria Especial de Relações Públicas (1968), o Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo (1970) e a Assessoria de Relações Públicas (1976), demonstram a centralidade que o regime dedicou ao problema da comunicação social e à estruturação de um sistema de informação capaz de “integrar o país” e de difundir a propaganda política do governo, que passou a empregar técnicas modernas de comunicação de massa⁴⁴⁰.

A liberalização da imprensa se deu de forma desigual entre os diversos órgãos, estimulando a prática de autocensura. O caso mais emblemático nesse sentido foi o do jornal *O Estado de São Paulo*. Desde 1972, tal veículo esteve submetido à presença de censores na redação e o primeiro ato formal de liberalização da imprensa foi a suspensão da censura prévia, em janeiro de 1975, mas só em meados do ano posterior realizou uma reportagem de grande repercussão política⁴⁴¹. Outros órgãos de imprensa, contudo, mantiveram-se sob o julgo da censura prévia, como foi o caso do semanário *O Movimento*⁴⁴², dos jornais *Tribuna da Imprensa* e *O São Paulo*, ou mesmo da *Revista Veja*, cuja censura prévia foi retirada em junho de 1976⁴⁴³.

Como afirma Duarte, além da manutenção dos instrumentos legais de controle sobre a imprensa⁴⁴⁴, outros, de natureza extralegal, foram mobilizados, tais como as pressões não oficiais e informais, a burocratização da informação, o estímulo à autocensura e a pressão econômica. Como efeito disso, “grande parte da imprensa se convenceu de que, na luta pela democracia, era muitas vezes mais conveniente deixar calmo o ambiente político, a fim de

⁴³⁹ ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In ABREU, A. A. (org.) **A democratização no Brasil**: atores e contextos. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 67-191.

⁴⁴⁰ FICO, C. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA J.; DELGADO, L. A. N. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 167-206.

⁴⁴¹ ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006.

⁴⁴² AQUINO, 1999.

⁴⁴³ KLANOVICZ, L. R. No olho do furacão: Revista Veja, censura e Ditadura militar (1968-1985). **Revista Literatura em Debate**. v. 4, n. 6, p. 35-50, jan.-jul., 2010.

⁴⁴⁴ Os principais institutos de controle sobre a imprensa, foram: EC nº 1 (17 out. 1969), Lei da Imprensa (Lei nº 250/09 fev. 1967), Decreto-Lei 1077/1970, Portaria 11-B e a Lei de Segurança Nacional (Decreto Lei 898/29 set. 1969).

facilitar a implantação do projeto de distensão, do que assumir atitudes mais agressivas que pudessem provocar uma interferência mais decisiva dos setores militares radicais”⁴⁴⁵. A própria agenda dos jornalistas era influenciada pelo governo, uma vez que a realidade política de Brasília e o contato com o poder acabaram por absorvê-los numa retórica oficiosa que supervalorizava os temas ligados à esfera federal.

A questão da pressão econômica sobre os órgãos de imprensa correspondeu a uma transformação mais profunda pela qual atravessaram ao longo do regime militar. Nesse período, o setor passou por um processo de intensa modernização, sendo gerido sob bases empresariais de acordo com as regras do mercado e com a lógica capitalista na busca pelo lucro. O trabalho jornalístico foi afetado por tais transformações, sobretudo na adoção de novos princípios de comunicação de massa, voltado para o público leitor amplo e heterogêneo, numa linguagem que se pretendia despolitizada e neutra. Ocorreu, ainda, uma monopolização do mercado jornalístico e maior dependência das linhas de financiamento estatal e da propaganda oficial⁴⁴⁶. Sobre a importância que a crescente monopolização dos meios de comunicação assumiu, Duarte afirma que: “esses veículos principais exercem influência no restante da imprensa regional. Pela distribuição de matérias através de suas agências de notícias, pela venda dos direitos de reprodução de artigos”⁴⁴⁷. O regime militar soube utilizar dos instrumentos de pressão econômica tanto para punir os veículos mais rebeldes, quanto para premiar aqueles mais próximos.

Apesar das ressalvas a respeito dos objetivos democratizantes do governo Geisel na liberalização da imprensa, parece indiscutível que os efeitos de um clima de maior liberdade foram positivos do ponto de vista da luta pelo retorno da democracia. Segundo Skidmore, ao criar uma atmosfera menos rígida para a imprensa, Geisel tornou possível uma opinião pública

mais bem informada e mais facilmente mobilizada, “ajudando a sociedade civil a despertar novamente, mas não estava preparado para ouvir o que a voz da sociedade tinha pra dizer”⁴⁴⁸. Para Abreu e Lattman-Weltman, a mídia exerceu uma influência no processo de transição que perpassou as instituições e os mecanismos representativos clássicos, uma vez que, como detentora de uma dimensão simbólica, “suas mensagens circularam e foram apropriadas de

⁴⁴⁵ DUARTE, 1983, p. 187.

⁴⁴⁶ ABREU, A. A. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 48, p. 53-65, 2005.

⁴⁴⁷ DUARTE, *op. cit.*, p. 188.

⁴⁴⁸ SKIDMORE, 1988, p. 369.

formas diferenciadas, adquirindo diversos significados, permitindo a expressão de conflitos de diferentes setores sociais que se encontraram represados pela falta de liberdade”⁴⁴⁹. Por sua vez, Maria Helena Moreira Alves afirma que, com a suspensão da censura prévia, os principais veículos passaram “a publicar artigos criticando o modelo econômico e denunciando a corrupção de altos funcionários governamentais” e, mais importante ainda, “foi o rompimento da cultura do medo, pela eliminação do silêncio: a cada denúncia de tortura, a imprensa oferecia ampla cobertura, exigindo investigações e o fim da violência”⁴⁵⁰.

Embora possa se afirmar que com a abertura os órgãos de imprensa experimentaram maior liberdade é importante ressaltar que, desde o período anterior, veículos como o *Jornal do Brasil* já procuravam ampliar o exíguo campo de crítica ao Estado, exaltando os compromissos originais dos dirigentes militares. Segundo Carvalho, este jornal adotou uma linha editorial de resistência à consolidação de um tipo de autoritarismo inaugurado após a decretação do AI-5, se tornando “um campo produtor de significados correspondentes às demandas dos representantes do regime, que viam na diminuição do grau de autoritarismo sobre a imprensa, os partidos e o Legislativo, o primeiro passo para caminhar no sentido de um Estado mais controlado pela sociedade, prescindindo, assim, da intervenção militar na vida política”⁴⁵¹.

Entre os vários atores coletivos responsáveis pela construção da memória social sobre o regime militar, foi a imprensa o seu campo de elaboração privilegiada. A pesquisa de Napolitano sobre os editoriais dos maiores jornais de circulação nacional da época (*O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*) corrobora a tese de que a memória hegemônica sobre o regime militar teve coloração liberal-conservadora. Nesse estudo, o autor acompanha todo o período que vai de 1964 a 1985, observando as nuances dos respectivos jornais em relação ao regime e a forma como foram se posicionando ao longo de todo o período autoritário⁵¹⁰.

Segundo o historiador, nos primeiros anos após o golpe, a imprensa percebia o processo histórico em aberto; já no período mais repressivo, os editoriais dividiam-se entre um elogio ao “milagre econômico” e uma crítica sutil à natureza violenta do regime. As comemorações dos dez anos do regime foram acompanhadas tanto por uma adesão pragmática ao anúncio da

⁴⁴⁹ ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 82-83.

⁴⁵⁰ ALVES, 2005, p. 262.

⁴⁵¹ CARVALHO, 2019, p. 27.

⁵¹⁰ NAPOLITANO, 2017.

abertura lenta, gradual e segura, quanto por uma crítica doutrinária. Entre 1974 e 1978, observase um esforço concentrado na busca de um modelo político voltado para a institucionalização das “conquistas da Revolução” e o retorno da normalidade institucional, o que não significou uma adesão a um projeto de derrubada abrupta da ordem autoritária. À exceção de *O Globo*, os demais órgãos de imprensa se afastaram do regime e iniciaram um processo de reconstrução da memória de sua participação ao longo da ditadura militar, o que pode ser observado claramente a partir de 1979, ano que apontou “para uma cisão clara na consciência liberal sobre o golpe e o regime, uma nova e definitiva dobra de tempo para a cristalização de uma memória hegemônica sobre o regime”⁴⁵².

Os dados a respeito dos contatos políticos e intelectuais que Arinos manteve durante todo o ciclo autoritário, somados às informações legadas pela produção historiográfica dedicada à compreensão de como os setores mais conservadores da sociedade brasileira se relacionaram com o regime militar, permitem-nos defender a hipótese de que nesse período se estruturou um *campo de interlocução liberal-conservador*⁴⁵³, um espaço de comunicação de ideias e agenciamento de projetos políticos no interior do qual Arinos se movimentou e se tornou um dos seus porta-vozes mais proeminentes.

Pode-se observar como elemento característico do *campo de interlocução liberalconservador* o fato de conformar um discurso ambivalente em relação ao regime militar,

atuando no interior de uma *zona cinzenta*, de modo a se *acomodar* à situação autoritária. Alguns estudos sobre as instituições políticas e culturais desse período parecem corroborar essa hipótese, a exemplo do texto de Denise Rollemberg sobre a Associação Brasileira de Imprensa

⁴⁵² NAPOLITANO, 2017, p. 363.

⁴⁵³ A expressão “campo de interlocução liberal-conservador” foi inspirada no trabalho de David Maciel (2014). Nele o autor afirma que, a partir de 1979, ano que marca a passagem da distensão para a abertura, foi-se formando um “campo de interlocução liberal”, comprometido com o processo de transição nos termos em que ele vinha se dando, “capaz de reunir as principais forças políticas de representação política da sociedade política com forte capacidade de articulação e interlocução com os principais aparelhos de hegemonia da sociedade civil [...] sem que a lógica da transição lenta, gradual e segura tivesse de ser alterada e a autocracia burguesa, abolida”. (MACIEL, D. A Aliança Democrática e a transição política no Brasil. In: PINHEIRO, M. (org.). **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, p. 285). A partir de marcos teóricos distintos, percebemos que o *campo de interlocução liberal-conservador* não se formou nesse momento, mas anteriormente, tal como parece deduzir Carvalho (2019), ao afirmar que já no governo Médici começou a se articular um “campo de forças” no interior do próprio regime e em setores sociais que apoiaram o golpe de 1964, no sentido de questionar os excessos autoritários do momento posterior à decretação do AI-5. O uso do termo “campo de interlocução”, no entanto, parece adequado, uma vez que evidencia o caráter comunicativo da ação dos setores sociais que apoiaram a política distensionista do governo Geisel. Já a definição “liberalconservador” refere-se à cultura política que estava a ser agenciada naquele momento, como tratamos no capítulo anterior.

(ABI), cuja história foi marcada pela “defesa da liberdade de expressão e também a história dessas relações cinzentas com a ditadura. Essa ambivalência estrutura a instituição [...] Tratase de uma realidade *dentro* dos grupos, facções ou tendências; de uma realidade que define individualmente muitos dos membros da ABI, que dá o tom às suas atuações”⁴⁵⁴.

Se, no período mais repressivo do regime militar, poder-se-ia observar a constituição de um “campo de forças” no interior dos setores políticos e sociais que apoiaram o golpe de 1964 e procederam um relativo afastamento após o AI-5, de modo a exigir a diminuição do grau de coerção social⁵¹⁴; a partir de 1974, o *campo de interlocução liberal-conservador* agiu no sentido de legitimar socialmente o projeto distensionista proposto pelo governo Geisel. À medida que o conceito de democracia se tonava chave no discurso político e intelectual⁵¹⁵, parecia oportuno apresentar personalidades públicas capazes de se afirmarem enquanto convictos democratas, de definir os horizontes de expectativa do que significava a construção futura de um regime democrático e de apresentar um discurso histórico mais ou menos coerente com a imagem que projetavam de si. O desafio elementar era o de combinar uma crítica ao endurecimento do regime, a positivação (ou minimização) da memória de sua participação no movimento político que levou os militares ao poder e o respaldo ao projeto de distensão continuada do governo Geisel.

Deste modo, mesmo sob forte pressão autoritária e convivendo com mecanismo que restringia a liberdade de imprensa, os veículos de comunicação no Brasil, durante todo o período de existência da ditadura militar, ainda permaneceram como um espaço de comunicação e veiculação de ideias políticas e culturais. A atuação dos principais jornalistas da época não prescindiu de seu papel como veiculadores de bem simbólicos e culturais, e a política continuou sendo a matéria-prima preferencial de seu trabalho.

Embora tenha comportado importantes nuances, o *campo de interlocução liberalconservador* apresentou uma visão comum do processo histórico brasileiro contemporâneo e, pouco a pouco, encontrou um discurso mais ou menos unificado a respeito de como se processaria algum tipo de transição e foi justamente a imprensa o seu principal veículo de

⁴⁵⁴ ROLLEMBERG, 2010, p. 132. ⁵¹⁴ CARVALHO, 2019 ⁵¹⁵ PÉCAULT, 1990.

comunicação. Através das páginas dos jornais, ainda era possível se manifestar sobre os principais acontecimentos do período, embora com o emprego de cautela e o uso de uma linguagem cifrada, que permitia tratar da questão autoritária sem despertar o fulgor repressivo do regime⁴⁵⁵.

O que era mais discreto e circunstancial, com o anúncio do projeto distensionista, tornou-se mais explícito e consolidado. Portanto, as promessas de abertura e as medidas de liberalização da imprensa favoreceram a rearticulação de um amplo e difuso espaço social que passou a usar suas posições de destaque para fazer veicular uma mensagem que ressaltava a necessidade do consenso em torno das propostas do governo. Segundo Abreu e Lattman-

Weltman, esse processo correspondeu a “uma reorganização discursiva de seu ideário liberalconservador histórico e predominante, que, sem maiores dificuldades, permitiu o reforço de uma narrativa que podia ao mesmo tempo legitimar o golpe de 1964 e critica o regime subsequente por seus desvios”⁴⁵⁶. O *campo de interlocução liberal-conservador*, fortalecido e estimulado a partir de meados da década de 1970, não prescindiu de interlocutores legítimos e autorizados. Ao contrário, figuras como Afonso Arinos foram recebidas como verdadeiros avatares da democracia e os recursos simbólicos e discursivos mobilizados encontraram respaldo e incentivo nos jornais de grande circulação nacional.

Longe de vivenciar alguma espécie de “ostracismo” ou “exílio político” que alguns de seus relatos memorialistas do final da década de 1970 sugerem – exemplarmente metaforizado pelo título do quarto livro de memórias, *Alto-mar Maralto* (1976) – Arinos continuou exercendo consistente atividade pública durante todo o período autoritário, circulando por importantes espaços de sociabilidade e mantendo contato com relevantes nomes da política e da intelectualidade. Nesse período, buscou preservar algum papel no debate político e institucional, embora encontrasse dificuldade, dado o contexto autoritário e o fato de não mais dispor dos recursos políticos de outrora. A disponibilidade dos jornais em acompanhar suas falas e ações públicas era vista como estratégica, já que uma das razões que levam os intelectuais a utilizarem

⁴⁵⁵ No estudo de Martinho sobre a presença de Marcello Caetano no *Jornal do Brasil*, o historiador nota como as críticas ao regime português foram agenciadas através de uma linguagem cifrada, “quase como falar de democracia por vias indiretas” (MARTINHO, F. P. Marcello Caetano no (Jornal do) Brasil. Repercussões da direita portuguesa a ditadura (1968-1974). **Varia História**. Belo Horizonte, v. 34, n. 68, maio-ago., 2019, p. 656.

⁴⁵⁶ ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 94.

a exposição pública oferecida pela imprensa é a “constatação de que em sociedade como a nossa, em que o intelectual se vê compelido a participar diretamente da

política, escrever em jornais seria não só uma oportunidade de manifestação e divulgação de ideias, como também uma forma de legitimação social”⁴⁵⁷.

Na leitura do conjunto de memórias publicadas entre as décadas de 1960 e 1970 é possível perceber como os veículos de comunicação desempenharam diferentes papéis ao longo da sua trajetória, constituindo-se enquanto veículos de expressão literária, campo de batalha das lutas políticas, meios de formação profissional e lugar de sociabilidade intelectual. Mais que isso, na confecção do seu discurso memorialista, as menções à imprensa são agenciadas no sentido de comprovar a sua presença nos momentos mais marcantes da história brasileira contemporânea. Portanto, as repetidas citações das matérias jornalísticas nos seus relatos autobiográficos possuem um significado especial: são parte de uma estratégia simbólica que pretende vincular sua própria memória individual à história nacional, tornando a fonte jornalística a prova cabal da sua própria importância para o destino do país.

A imprensa funcionou como uma espécie de termômetro por meio do qual Arinos conseguia averiguar como seus atos e discursos estavam sendo lidos e reproduzidos. Não foram poucas as ocasiões em que registrou, em *Alto-mar Maralto* (1976) e no *Diário de bolso* (1979)⁴⁵⁸, a ressonância que suas falas públicas tiveram nos jornais de grande circulação nacional, então observados como verdadeiros termômetro da opinião pública nacional.

Os estudos sobre as relações entre intelectuais e política no Brasil, que tomam como base a produção de homens como Afonso Arinos, cuja atuação pública remonta à década de 1920, sugerem a importância que os veículos de comunicação tiveram no processo de sua afirmação enquanto sujeitos voltados para a participação política e como mecanismos de aquisição e acúmulo de capital social⁵²⁰. Ao longo da ditadura militar, esse quadro não se alterou, mesmo comportando particularidades relativas ao contexto sociopolítico da época. De toda forma,

⁴⁵⁷ ABREU, 1996, p. 18.

⁴⁵⁸ O livro *Atrás do espelho* (1994), publicado pelo seu filho homônimo e que contém as correspondências entre pai e filho durante o período de 1951 a 1990, parece corroborar tal ideia, uma vez que foram recorrentes os momentos em que Arinos citava as matérias e demais publicações veiculadas nos jornais que carregavam alguma informação sobre sua inserção no debate público. Cf.: FRANCO FILHO, A. A. M **Através do espelho: cartas de meus pais**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

⁵²⁰ MICELI, 2001.

Arinos continuava a acreditar na indispensabilidade de sua voz para o destino do país, sempre assumindo a sua “vocação natural” para os assuntos públicos nacionais.

Nesse aspecto, nos deparamos com algumas fricções na imagem com a qual Arinos buscava se afirmar publicamente. Desde o fim dos anos 1960, por meio de suas produções memorialísticas, dos discursos parlamentares ou dos artigos publicados nos jornais, procurou

dar vazão à ideia de que havia uma oposição quase que irreconciliável entre as suas posições enquanto “intelectual” e “político”, o primeiro representado como sua real “vocação”, o segundo como uma “missão”. Para Cavalcante, ao contrário, sempre houve uma convergência entre as duas atividades, pois “obedecem a um mesmo desiderato; reproduzem um mesmo estilo e preservam a fidelidade a uma matriz de pensamento pouco comum em nossas elites letradas”⁴⁵⁹.

O estilo intelectual e a forma de atuação pública de Arinos foram demarcados pelos contatos com a tradições clássica e humanista, estabelecidos não apenas pelas suas leituras, como também por meio das viagens, fossem elas espaciais ou temporais⁴⁶⁰. Portanto, a importância concedida à retórica e à oratória, bem como a necessidade de preservação da memória de sua atuação pública para as gerações futuras, constituem-se “em uma das estratégias que recorreu, com disciplina e regularidade, na concretização de seu projeto intelectual e político”⁴⁶¹.

Ainda de acordo com Cavalcante, uma consequência da modelagem “clássica de sua postura moderna”, foi justamente a construção de uma obra inteiramente voltada para edificação de uma “pedagogia cívica”. Mesmo quando sua atuação pública tornou-se mais discreta, Arinos nunca deixou de evocá-la em seus discursos e manifestações. Após sua saída do parlamento, o ex-senador soube se utilizar dos espaços abertos pela mídia para fazer circular suas impressões, angústias e ideias sobre a situação brasileira, dispondo de todo seu repertório cultural e contatos sociais para conceder gravidade às suas declarações.

Nesse sentido, há um elemento de continuidade em relação à compreensão do papel dos intelectuais no debate público desde os anos 1930, quando já defendia a visão de que o intelectual é um ser universal, um sujeito que compreende certos problemas sem relativismo,

⁴⁵⁹ CAVALCANTE, B. De volta ao futuro: história e política em Afonso Arinos. **Varia História**. Belo Horizonte, n. 28, dez., 2002, p. 163.

⁴⁶⁰ CAVALCANTE, 2006, p. 21 *et. seq.*

⁴⁶¹ *Id.*, 2002, p. 166.

não abandonando, contudo, a perspectiva nacional, pois a “combinação da sua posição de intelectual com o seu estado de brasilidade é que determina o ângulo sob o qual ele deve encarar os problemas político-sociais em que o mundo se debate, e tirar dessa observação os ensinamentos aplicáveis ao Brasil”⁴⁶². Em 1943, nos anos finais do Estado Novo e em um contexto de guerra mundial, Afonso Arinos dissertou sobre a posição dos intelectuais da seguinte forma:

há momentos em que os intelectuais criam, pela sua agitada desorientação, uma confusão desastrosa, que coloca as massas nesse estado de excitação e incerta procura que as torna a princípio violentas, depois indefesas diante dos colapsos nacionais e das consequentes tiranias. Porém, há outras ocasiões em que a voz do espírito manifesta sensivelmente a verdade, denunciando os crimes e os erros das organizações políticas e interpretando insofismavelmente o obscuro mas potente pensamento de milhares de homens”⁴⁶³.

Sabedor do caráter polimorfo do conceito de intelectual, e tendo passado por diferentes momentos em que tal conceito sofreu algum tipo de variação, Arinos apresentou, ao longo da ditadura militar, uma concepção do papel intelectual ao mesmo tempo sincrética e fluida. Além das raízes “clássicas de sua postura moderna”, o conselheiro sofreu inegável influência da forma como o campo cultural francês definiu o significado e a função do intelectual⁴⁶⁴. A própria ideia de um sujeito dedicado à missão de esclarecimento do sentido da história, ou a imagem de um clérigo, um homem ao mesmo tempo de Estado e de cultura, cujo poder intelectual se encontra na emanção do saber, ou mesmo na capacidade de enunciar a verdade e de defender princípios universais a serem proferidos em um tom profético, foi retirada das constantes leituras e do contato estabelecido com a cultura francesa⁴⁶⁵.

⁴⁶² FRANCO, 1933, p. 255, *apud*. RANGEL, 1981, p. 16.

⁴⁶³ FRANCO, 1944, p. 139.

⁴⁶⁴ Sobre a importância que figuras como Rousseau, Proust e Anatole France tiveram na formação intelectual de Arinos, especialmente nas primeiras décadas de sua vida, *Cf.*: NAVA, 1983, p. 44-45. A figura dos “anatolianos” também foi estudada por Miceli (2001, p. 197), para quem: “os anatolianos eram polígrafos que se esforçavam por satisfazer a todo tipo de demanda que lhes faziam a grande imprensa, as revistas mundanas, os dirigentes e mandatários políticos da oligarquia, sob a forma de críticas, rodapés, crônicas, discursos, elogios, artigos de fundo, editoriais etc”.

⁴⁶⁵ A origem do conceito de intelectual remonta aos debates que emergiram na esteira do caso Dreyfuss, na França do final do século XIX e início do século XX. Para uma história mais ampla do “século dos intelectuais”, *Cf.*: WINOCK, M. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Para uma análise do caráter polimorfo da figura do intelectual no campo cultural francês, *Cf.*: RODRIGUES, H. O intelectual no “campo” cultural francês: Do “Caso Dreyfus” aos tempos atuais. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 21, n.34, p. 394-413, jun., 2005. Um bom panorama sobre o conceito de intelectual em suas interfaces com o marxismo no mundo lusófono, encontra-se em: MARTINHO, F. P.; FREIRE, A. Intelectuais, militância e marxismo no mundo lusófono: uma breve introdução. *In*: MARTINHO, F. P.; FREIRE, A (org.). **Intelectuais, militância e marxismo no mundo lusófono**. Rio de Janeiro; Recife: Autografia; EduPE, 2019, p. 7-19.

Porém, as contradições e especificidades do campo intelectual brasileiro, cuja estruturação remonta aos anos 1920, que implicaram, entre outras coisas, na centralidade do Estado e das funções burocráticas na definição do papel do intelectual, condicionaram a apropriação que Arinos fez da leitura francesa. Mesmo resguardando a ideia de que a missão intelectual fundamental era a intervenção no debate público, isso não redundou na definição de intelectual engajado na luta contra o poder. Os temas da transição e da modernização política, em especial ao longo das décadas de 1970 e 1980, desafiavam intelectuais como Arinos a

refleti-los à luz dos eventos contemporâneos, mas a resposta elaborada não deixava de observar no Estado, mesmo que autoritário, o sujeito preferencial das reformas modernizadoras.

Porém, fiel a uma visão bacharelesca da história e encontrando-se fora do núcleo decisório do governo, não depositava suas expectativas na tecnocracia estatal e na visão despolitizada de que a modernização seria empreendida por um corpo técnico racional e burocratizado. Mais perto dos *intelectocratas* do que dos *intelligenti*⁴⁶⁶, o modelo de intelectual de Arinos era aquele que encontrava no Estado, por convicção ou pragmatismo, a força propulsora da modernização. Mas a concepção bacharelesca que via a conexão entre política e direito a sua matéria preferencial impossibilitava que a sua esperança fosse depositada na burocracia estatal em si. Ainda persiste, portanto, a ideia de que seriam as elites ilustradas do país as principais responsáveis tanto pelo planejamento institucional quanto pela costura política que o possibilitaria.

Portanto, o homem de letras, que acumulava prestígio nos campos da cultura e da política, e que era portador de uma visão de história privilegiada, além de modernas concepções de direito e de política, cujas raízes históricas remontam aos séculos XVIII e XIX, mas que encontrou na geração dos homens públicos nascidos no início do século XX o seu ponto de convergência e síntese, ainda era defendido como o intelectual modelar, mesmo em um

⁴⁶⁶ Um debate interessante sobre a relação entre intelectual, revolução e reforma, partindo da história intelectual russa no contexto das “grandes reformas” de meados do século XIX, é formulado em: REIS FILHO, D. A. Intelectuais e política nas fronteiras entre reforma e revolução. In: REIS FILHO, D.A. (org.). **Intelectuais, História e política (séc. XIX e XX)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000b., p. 11-34. O autor encontra na oposição dos intelectuais revolucionários (*intelligenti*) e os intelectuais estatistas (*intelectocratas*), indícios para o estudo do papel e função dos intelectuais nas transições e no processo de modernização. Dada centralidade do Estado para a definição do campo intelectual e suas relações com os projetos de modernização no Brasil, a avaliação de Reis Filho parece pertinente.

momento no qual o campo cultural apresentava radicais mudanças e viu emergir outras formas de organização do discurso intelectual⁴⁶⁷.

Se a compreensão de intelectual como agente dedicado à intervenção no debate público permanece inalterada durante a ditadura, no que diz respeito ao tipo de relação que possuía com o poder, parece ter sofrido uma discreta flutuação. Segundo Bobbio, a relação com o poder é o principal problema enfrentado pelos intelectuais, podendo ser estabelecida de diferentes

formas⁴⁶⁸. Afonso Arinos não se apresentou como *intelectual opositor do poder*, nem tampouco fora alguém que se desinteressou pelo tema. Também não há de se falar em um *intelectual no poder*. No entanto, ponto mais sensível, e que não possui um movimento retilíneo no percurso de mais de vinte anos que se estendeu a ditadura militar, diz respeito a sua atuação no sentido de *legitimar o poder*⁴⁶⁹.

Para Arinos, porém, a questão fundamental era como o intelectual seria capaz de *influenciar* o poder, atividade que não era estranha a sua própria trajetória pública, sobretudo quando observado que desde a década de 1920 já vinha exercitando, através da escrita de libelos e panfletos, o projeto de se tornar uma espécie de “mentor intelectual da classe dirigente”⁴⁷⁰, além de elaborar uma obra histórica, como já observado, completamente dedicada a exaltar o itinerário de homens públicos que participaram da vida nacional na forma de conselheiros políticos e de arquitetos das instituições nacionais.

A pesquisa da presença de Arinos nos jornais de grande circulação nacional permite visualizar a maneira pela qual foi se posicionando ao longo da ditadura. Nesse sentido, o conceito de *intelectual mediador*, teorizado por Gomes e Hansen, possui um potencial analítico

⁴⁶⁷ Um bom texto sobre o campo intelectual no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo no que se refere à definição da “estrutura cultural conservadora” e das instituições de sociabilidade intelectuais (a exemplo do CFC, ABL e IHGB) que mesmo vendo seu prestígio diminuir continuaram a ter importante atuação pública e contribuíram para que intelectuais tradicionais permanecessem na disputa das batalhas simbólicas do seu tempo em detrimento de outros espaços e modelos intelectuais, encontra-se em: CUNHA, D. O campo intelectual no Brasil nas décadas de 1960 e 1970: A “estrutura cultural conservadora”, as universidades e as esquerdas. **História Unicamp**. Campinas, v. 3, n. 5, p. 100-120, jan.-jun., 2016.

⁴⁶⁸ BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. (M. A. Nogueira, Trad.) São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

⁴⁶⁹ Em um dos seus discursos de despedida do Congresso Nacional, Arinos se dedica à análise sobre a relação do que chamava de “Poder Militar” e “Poder Civil”, procurando deixar claro que “num sistema democrático não há contradição entre poder político, poder civil e poder militar. Na realidade só existe um poder, que é o poder do Estado, que é o poder jurídico” e uma Constituição que se estabeleça sobre tal contradição “não é uma Constituição democrática – é uma Constituição submetida aos impulsos da ditadura ou da rebeldia” (Franco, 1978 [1966], p. 68-69).

⁴⁷⁰ MICELI, 2001, p. 220.

para definir o tipo de atuação que empreendeu a partir de meados da década de 1970. Partindo de uma compreensão de intelectual enquanto um produtor e divulgador de bens simbólicos, tal proposta procura romper com a tradicional dicotomia hierarquizadora estabelecida entre o intelectual *autor-produtor* e o intelectual *divulgador-vulgarizador*. De acordo com as autoras, a importância que as práticas comunicativas desempenham na sociedade contemporânea fez com que os historiadores e cientistas sociais incorporassem ao seu arsenal teórico-metodológico elementos e variáveis que permitem uma leitura mais dinâmica da forma como se organizam as práticas culturais e sociopolíticas que condicionam o trabalho intelectual.

Segundo Gomes e Hansen: “os intelectuais mediadores podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos iniciados, como a um público não especializado, composto de amplas parcelas da sociedade”⁴⁷¹. Afonso Arinos não apenas produziu obras

voltadas para um público específico, através de uma linguagem mais ou menos cifrada e especializada, como também buscou se comunicar com um público mais amplo e diversificado, sobretudo quando fez uso estratégico dos meios de comunicação para difundir a sua pedagogia cívica.

Portanto, a análise da presença de Arinos nos jornais de grande circulação nacional favorece a observação da dimensão comunicativa do trabalho intelectual como um dos seus elementos centrais, dando vazão à afirmação de que atuou como um *intelectual mediador*, ou seja, “um agente que produz a rotinização de significados de bens culturais. Tal atividade tem como premissa, muitas vezes, fazer com que seus produtos sejam ‘recebidos/consumidos’ em larga escala, utilizando para isso suportes de grande circulação”⁴⁷².

Enquanto a bibliografia mais ensaística de Afonso Arinos reflete a especificidade do seu pensamento político-jurídico e os seus livros de memórias evidenciam a forma como buscava se inscrever na duração temporal, as fontes jornalísticas possibilitam acompanhar como buscou “rotinizar os significados de bens culturais”, as estratégias utilizadas para se comunicar com diferentes públicos, quais os “bens culturais” que buscava veicular e, sobretudo, como esses elementos foram mobilizados nos embates políticos, ideológicos e simbólicos do seu tempo.

O próprio conceito de “público”, nesse tipo de abordagem, é alterado, uma vez que é considerado como uma criação do processo de produção e circulação de bens culturais, “ou seja,

⁴⁷¹ GOMES; HANSEN, 2016, p. 21.

⁴⁷² GOMES; HANSEN, 2016, p. 33.

os públicos, nessa acepção, são produzidos pela interpelação dos processos comunicativos, constituindo-se em um dos resultados da dinâmica dos mercados (nichos) e dos meios”⁴⁷³. A leitura da documentação jornalística de Arinos demonstra que, na qualidade de *intelectual mediador*, operou uma dupla forma de comunicação: de um lado, ao falar para um público mais amplo, buscava se colocar de forma apartidária, sem claro vínculo com qualquer grupo político, o que o qualificava para conceder conselhos para a nação como um todo; mas, por outro lado, de uma forma menos eloquente e de maneira menos publicizada, também se dirigia especificamente aos grupos dirigentes, principalmente aos militares, com quem manteve duradoura interlocução e não rara contribuição. Neste caso, não evidenciava o fato de pertencer aos quadros da Aliança Renovadora Nacional (Arena), mas de que suas competências intelectuais, sobretudo as de historiador, cientista político e especialista em direito constitucional, habilitavam-lhe enquanto uma voz racional, comprometida com os “melhores

objetivos da revolução de 1964”, mas que possuía divergências na forma como se conduziu o problema da institucionalização do regime.

Ao público mais amplo, Afonso Arinos se postava enquanto um *ideólogo*, como alguém compromissado com os ideais liberais e democráticos; ao mais específico, se apresentava como um *experto*, um sujeito dotado de conhecimento técnico e experiência política capaz de oferecer os meios capazes de tornar factível o objetivo de institucionalização daquilo que considerava as conquistas do regime⁴⁷⁴. Portanto, por meio de sua inserção nos jornais de grande circulação nacional, procurou conciliar uma *ética da convicção* a uma *ética da responsabilidade*⁴⁷⁵. Ou seja, Arinos se colocava como alguém que falava em nome dos valores liberais e democráticos, apresentando os princípios que deveriam ser publicamente defendidos e cultivados por toda a sociedade, inclusive pelos detentores do poder. Porém, seu discurso público não se caracterizou apenas pela enunciação de princípios e valores, mas, sobretudo, por uma abordagem que se queria realista e consequente. Daí a necessidade, segundo seu juízo, de elaborar conselhos que atentassem à realidade política e institucional do país, o que implicou numa forma de inserção

⁴⁷³ *Ibid.*, p. 14.

⁴⁷⁴ BOBBIO, 1997, p. 71 *et. seq.*

⁴⁷⁵ Sobre a relação entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade para os intelectuais nos baseamos em Bobbio (1997) e na reflexão que o autor italiano oferece sobre o texto “a política como profissão e vocação” de Max Weber (WEBER, M. A política como profissão e vocação. In: WEBER M.; PETER R. S. Lassman (Ed.). **Escritos políticos**. (K. E. Regis Barbosa, Trad.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014, p. 389464).

no debate público ambígua, mas que guardava indisfarçável coerência com a imagem de homem público moderado e conciliador que sempre buscou projetar⁴⁷⁶.

Nesse sentido, a mediação cultural que Arinos operou a partir de sua inserção nos jornais de grande circulação nacional, sobretudo no período que compreende o processo de transição, se deu em dois níveis ao mesmo tempo distintos e complementares: a difusão de elementos simbólicos próprios de uma cultura política que remontaria às raízes históricas da construção da nação, a qual objetivava dotar de inegável atualidade, sobretudo por apresentar uma fórmula consagrada pelo tempo da melhor maneira de se transitar de um regime político em decadência para um novo ordenamento institucional; e a comunicação entre o Estado e a sociedade, afastados nas décadas anteriores, fosse pelo processo de modernização e seus efeitos dissolventes, fosse pelo autoritarismo em curso. A mediação, portanto, se daria em dois níveis: do passado com o presente e do Estado com a sociedade.

Nesse último eixo, a comunicação pretendida era de mão dupla, uma vez que Arinos tanto se apresentou ao poder como intérprete das “aspirações nacionais”, quanto se dedicou a falar à sociedade como um interlocutor democrático do governo. Os apelos também eram dúbios: para o governo exigia que mirasse o futuro com base naquilo que considerava as intenções democráticas originais da revolução; em direção à sociedade, apresentava um conselho apaziguador e conciliatório, sempre atentando para seguir as orientações do governo e resguardando a necessidade de uma transição que permitisse a reconciliação do Estado com a nação.

Nos quadros a seguir pode-se observar os números de publicações selecionadas por ano e jornal (Quadro 3), o tipo de publicação jornalística de cada um dos recortes coletados (Quadro 4), o quantitativo das matérias em termos temáticos (Quadro 5), excluindo da contabilização a *Coluna do Castelo*. Na sistematização da *Coluna do Castello* é possível perceber com precisão o número de menções ao nome Afonso Arinos por ano e por década (Quadro 6).

⁴⁷⁶ Para uma análise da dicotomia entre realismo e idealismo no pensamento político brasileiro, Cf.: LYNCH, C. E. C. Idealismo e realismo na teoria política e no pensamento brasileiro: três modelos de história intelectual. **Revista Brasileira de Ciência política**, n. 34, p. 1-57, 2021.

Quadro 3 - Recortes de jornais selecionados x Ano X Jornal (1967-1985) - Sem Coluna do Castello

Jornal	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	Total
O Estado de São Paulo	22	3	3	1	2	0	5	0	4	1	5	11	9	20	42	17	9	9	9	172
Folha de São Paulo	5	1	0	1	1	0	0	0	4	1	8	8	10	15	18	11	24	6	13	126
O Globo	10	0	1	0	2	2	5	2	4	4	9	13	10	16	25	27	10	14	17	171
Jornal do Brasil	24	9	8	6	0	0	5	5	8	5	6	7	9	9	12	34	8	35	14	204
Total	61	13	12	8	5	2	15	7	20	11	28	39	38	60	97	89	51	64	53	673

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 4 - Recortes de jornais selecionados x Tipo de publicação jornalística (1967-1985) – Sem Coluna do Castello

Jornal	Notícias/ Reportagens/ Notas	Entrevistas concedidas por Arinos	Textos escritos por Arinos	Editoriais	Colunistas de opinião/ textos de sucursais/ matérias assinadas	Outros (Cadernos literários, matérias especiais, entrevista e citações de terceiros etc.)	Total
O Estado de São Paulo	135	2	0	7	15	13	172
Folha de São Paulo	88	1	0	2	31	4	126
O Globo	141	10	1	0	0	19	171
Jornal do Brasil	132	7	12	9	24	20	204
Total	496	20	13	18	70	56	673

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 5 - Recortes de jornais selecionados x Tema (1967-1985) – Sem Coluna do Castello

	Temas jurídicos e políticos (constituição, distensão, governo, regime, reformas, democracia, liberalismo etc.)	Outros temas (biografia, livros, história, política externa, memórias, cursos, cultura etc.)	Total

O Estado de São Paulo	147	25	172
Folha de São Paulo	94	32	126
O Globo	136	35	171
Jornal do Brasil	129	75	204
Total	506	167	673

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 6 - Coluna do Castelo x Afonso Arinos										
Menções por ano-década (1963-1993)										
1963-1969										
1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	Total
-	-	-	10	14	31	25	10	1	7	99
1970-1979										
1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	Total
3	0	1	7	7	17	11	12	16	8	82
1980-1989										
1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Total
13	13	27	14	19	43	26	33	17	11	215
1990-1993										
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total
8	2	6	1	-	-	-	-	-	-	17
Total (1963-1993)										413⁴⁷⁷

Fonte: elaborado pelo autor

Pela sistematização de tais dados é possível consolidar algumas constatações. A primeira delas é a de que a presença de Afonso Arinos nos grandes jornais de circulação nacional foi crescente ao longo da década de 1970, tendo o ano de 1975 como o momento de inflexão. Em 1967, Arinos possuiu mais destaque na imprensa enquanto ocupava a cadeira no Senado, depois de sua saída do Congresso vai pouco a pouco diminuindo sua inserção na mídia. Esses dados subsidiam a hipótese, que exploraremos no próximo capítulo, de que Arinos mudou sua forma de atuação a partir do anúncio da abertura, utilizando estratégias específicas de inserção no debate público.

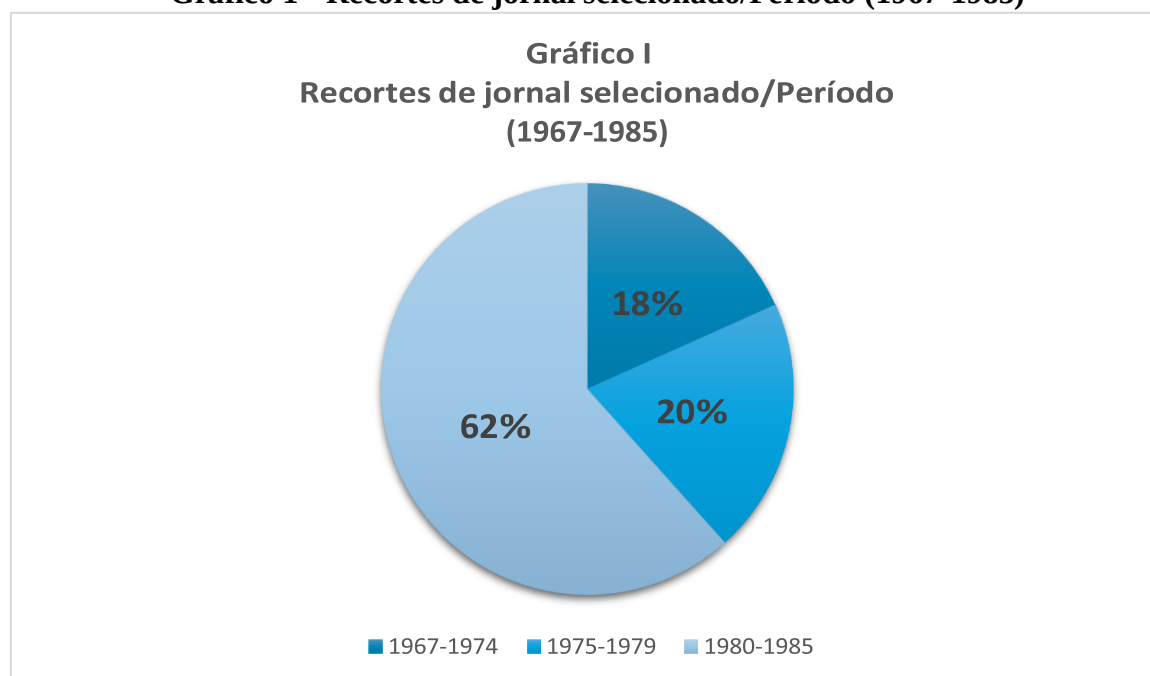
O cruzamento dos dados dos quatro jornais com as menções na *Coluna do Castelo* permite a construção de uma periodização da atuação pública de Arinos ao longo da ditadura militar. Como já tratamos, da saída do Congresso até mais ou menos 1974, sua presença nos grandes veículos de comunicação nacional é discreta e intermitente, sendo marcada por um discurso público sinuoso em relação à situação política e institucional. A partir de 1975, com as promessas de abertura, Arinos passa a frequentar as páginas dos jornais de forma mais consistente. Esse é o momento em que vai ser celebrado como intelectual moderno e atual, bem

⁴⁷⁷ No resultado da busca sobre Afonso Arinos realizada no sítio <https://www.carloscastellobranco.com.br/> encontra-se 419 registros. As 6 citações excedentes referem-se ao filho homônimo (2 em 1965, 2 em 1966, 1 em 1968, 1 em 1976).

como marca o início da confecção de uma *identidade estratégica* própria. Desde o início da década de 1980, bem situado no processo de abertura gradual que então se desenvolvia, Arinos passa a se movimentar em torno da solução que considerava mais adequada para a redemocratização do país, encampando a tese da *Constituinte Instituída*. Nesse momento, se

aproxima do campo político, se imiscuindo nas movimentações partidárias e eleitorais, além de ocupar a presidência do *Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas (INDIPO-FGV)*, o que lhe garantiu notoriedade e redundou em um salto expressivo no número de aparições na imprensa.

Gráfico 1 - Recortes de jornal selecionado/Período (1967-1985)



Fonte: elaborado pelo autor

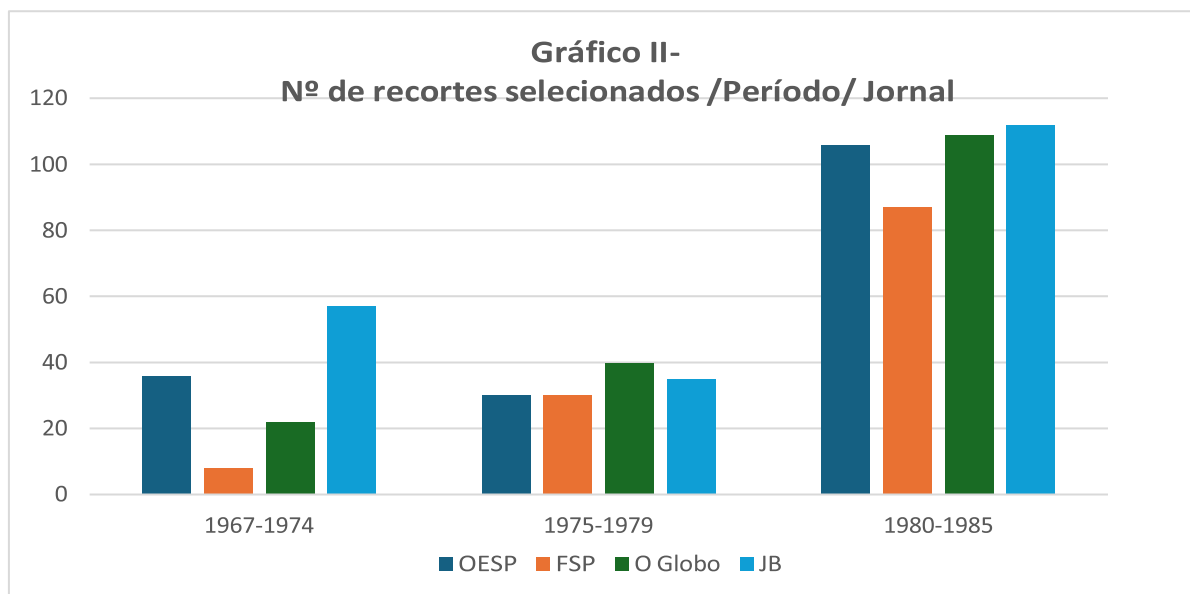
Outro dado relevante se refere à maior proximidade que Arinos possuía com os jornais cariocas, especialmente com o *Jornal do Brasil*. Esse foi o veículo a apresentar maior variedade de tipos de publicação e larga consistência em termos de inserção ao longo de todo o período estudado, inclusive no momento de menor aparição pública. Isso pode ser explicado pela proximidade geográfica entre a sede daquele jornal com a residência e os locais frequentados por Arinos, mas também pela afinidade entre a linha editorial adotada durante o regime militar e as posições que assumiu neste período. Além de reservar espaço no noticiário político, também publicou textos de sua autoria, o que não foi comum naquele momento.

O jornal *O Globo*, por outro lado, nitidamente alinhado com o regime militar e mais noticioso que os demais órgãos de imprensa escrita, abriu maior espaço a Afonso Arinos na medida em que suas posições se conectavam com as do governo. Nesse veículo, as menções a Arinos apresentam-se consistentes no decorrer dos anos 1970 e 1980. Os jornais cariocas também foram aqueles em que encontramos maior número de entrevistas, que eram concedidas em momentos-chave. A forma como Arinos se portava, tal qual a especificidade do seu discurso, parecem demonstrar uma personagem que calculava bem suas declarações e escolhia a melhor oportunidade para anunciá-las.

Os jornais paulistas, por sua vez, incorporaram Arinos em suas páginas de diferentes maneiras. *O Estadão* realizou uma cobertura mais consistente no noticiário nacional, reservando espaço, quase que exclusivo, às manifestações em torno dos temas jurídicos e políticos. O número de menções desse jornal tem um salto expressivo no ano de 1981, quando cobriu a defesa de forma mais veemente da tese da *Constituinte Instituída*.

Já a *Folha de São Paulo* incorporou o intelectual e político mineiro de forma mais diversificada, contando com temas que extrapolavam o âmbito do seu discurso jurídico-político. É perceptível que passa a noticiar os passos de Arinos com mais frequência no exato momento em que se afasta do regime militar e encampa um discurso abertamente favorável às liberdades democráticas. Depois do *Jornal do Brasil*, que contava com a *Coluna do Castello*, é justamente esse o veículo a apresentar maior número de menções a Arinos empreendidas por colunistas de opinião, pelos editoriais das sucursais e por matérias assinadas. Isso ocorreu de forma mais intensa nos anos 1980, quando promoveu uma série de alterações editoriais e procurou se notabilizar pela pluralidade das opiniões que veiculava.

Gráfico 2 - Número de recortes selecionados/Período/Jornal



Sobre os editoriais, percebemos quase que uma completa ausência do nome de Afonso Arinos no período que vai de 1967 a 1979. Um dos fatores que ajudam a entender isso é que esse tipo de texto jornalístico dedica mais atenção ao que considera os grandes acontecimentos nacionais e às principais personalidades políticas. Uma vez que Arinos não ocupou nenhuma função de relevo parece natural que os editorialistas não tenham lhe dedicado atenção especial. Já nos anos 1980, Arinos aparece com maior frequência, seja na condição de referência intelectual ou mesmo a partir de uma reflexão mais detida sobre suas ideias e propostas, sobretudo no que se refere à questão constitucional. Dado o fato de serem a posição aberta do jornal, muitas vezes escritos pelo proprietário do veículo, esse é um bom indicador de como Arinos foi ganhando protagonismo no debate político e institucional ao longo daquela década.

A análise do número de menções da *Coluna do Castello* ao nome Afonso Arinos reforça as conclusões retiradas das demais fontes jornalísticas e bibliográficas. Mais do que isso, permite observar os contornos gerais da aparição pública de Arinos nos trinta anos de sua existência, que atravessou todo o período que vai da crise que redundou na deposição de João Goulart, em 1963, até a morte do jornalista, em 1993. O cruzamento dos números de recortes jornalísticos selecionados com os dados relativos às menções na *Coluna do Castello* revelam uma coincidência no que diz respeito à presença de Arinos nos jornais nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

Embora os números dos dados coletados sejam aproximativos, é possível constatar que foi nas páginas dedicadas ao noticiário político nacional o espaço no qual Arinos mais apareceu

em todo o período analisado. Até 1977, as notícias, matérias e notas jornalísticas que abordavam a atuação pública de Afonso Arinos, em sua maioria, repercutiam as conferências, cursos e discursos proferidos em diversas instituições de sociabilidade intelectual. A partir daquele ano, somou-se a divulgação de encontros com renomados nomes da política institucional, o que favoreceu o aumento no número de menções, uma vez que a particularidade desse tipo de cobertura jornalística é justamente o seu oficialismo. Também é nesse momento que vai figurar nas páginas dos jornais na condição de “jurista”, um intelectual que reúne conhecimentos no campo da história, do direito e da política, capaz de orientar racionalmente o debate constitucional.

O que surpreende, entretanto, é o número de menções na década de 1980. Esse dado põe em questão boa parte da literatura memorialista de Afonso Arinos que trata o período posterior à sua saída do parlamento como um momento de despedida da vida pública e de exclusiva celebração da sua produção política e intelectual. Não adentraremos agora nos motivos dessa retomada em termos de relevância no debate político nacional, mas deve-se destacar o papel desempenhado na questão constitucional, sobretudo se levarmos em conta a sua idade já

avançada e a longevidade da sua trajetória pública. Questões específicas do contexto dos anos 1980 ajudam a explicar isso. Mas, em nossa visão, as movimentações de Arinos, especialmente a partir de meados dos anos 1970, abriram caminho para seu protagonismo no debate político e jurídico experimentado na década posterior.

Como já demonstrado, o espaço jornalístico que mais contribuiu para a confecção da identidade estratégica de Afonso Arinos enquanto um conselheiro da transição foi a *Coluna do Castello*. Observar de mais perto como o jornalista incorporou o intelectual e político mineiro em sua coluna diária parece ser uma forma adequada de perceber a especificidade da comunicação pública de Arinos a partir do olhar de um dos seus principais interlocutores do período, que o ajudou a ser alçado ao patamar de intérprete racional do seu tempo, a cujos conselhos a sociedade brasileira como um todo, e o governo em particular, deveriam se atentar. Nesse sentido, na próxima seção, iremos abordar a forma como o “professor” Afonso Arinos foi retratado por Carlos Castello Branco.

2.3 O professor na Coluna do Castello

Em 1978, às vésperas da posse de João Batista Figueiredo na Presidência da República, a imprensa acompanhava atentamente a formação do novo ministério. A discussão aberta pela mídia girava em torno das promessas de uma maior abertura política e do declarado compromisso do futuro presidente com o retorno do Estado de Direito. Nesse momento, Afonso Arinos é cotado para liderar o projeto de reconstitucionalização do país, encontrando em Carlos Castello Branco uma das vozes mais entusiasmadas:

Tratar de confiar a uma equipe de alto nível a revisão constitucional. Chamar-se-ia, por exemplo, um homem da experiência política, do conhecimento do direito público e da história das instituições brasileiras, como o professor Afonso Arinos, insuspeito para as diversas correntes de opinião em que se divide país e posto acima das contingências de uma carreira política, para organizar uma equipe de estudos e reler a Constituição para propor-lhe um modelo duradouro. O Sr. Afonso Arinos, como se sabe, definiu a Carta de 1967 como uma Constituição-Instrumento destinada a curta duração, pois visava a alcançar objetivos de curto prazo. A essa transitoriedade, que persiste com a Reforma Geisel, é que procuraria pôr fim⁴⁷⁸.

⁴⁷⁸ A democracia em 100 dias. **JB**. 16 out. 1978, Coluna do Castello, p. 2.
Carlos Castello Branco.

Ainda segundo a *Coluna do Castello*: “como amigo e conselheiro do futuro Presidente, ele influirá na definição das reformas políticas que, segundo as promessas do candidato,

continuarão a ser implantadas no próximo governo até que se transforme o Brasil numa verdadeira democracia”⁴⁷⁹. O mesmo colunista chegou a apontar Arinos como o nome ideal para o Ministério da Justiça, o que acabou por não se confirmar⁴⁸⁰.

Alguns meses depois de empossado, Figueiredo, mais uma vez, visitou Arinos em sua famosa residência, na Rua Dona Mariana. Segundo Castelinho: “Foi um diálogo importante o que se travou entre o General e o professor e dele se haverá de beneficiar o esforço de conciliação nacional para congregar forças disponíveis para a tarefa comum de resolver, sem abdicação de posições doutrinárias, problemas comuns”⁴⁸¹.

Mais tarde, Castello Branco lembraria que no momento da montagem da equipe de primeiro escalão, Arinos foi ventilado para “comandar uma equipe que faria a revisão da própria constituição que voltaria a entrar em vigor a partir de 1º de fevereiro”. Porém, a escolha de Petrônio Portella para o Ministério da Justiça excluiu aquela hipótese, pois “seria no exercício temporário dessa pasta que o Sr. Afonso Arinos iria fazer a reforma harmônica e global da Constituição e das leis que conformam o nosso Direito Público. A opção estava feita e o Governo passou a preferir uma revisão limitada, progressiva e política a uma revisão geral dentro de um prazo definido”⁴⁸².

Essa não foi a primeira vez que Arinos era apontado por Carlos Castello Branco como interlocutor privilegiado de um dos presidentes militares em matéria de reforma constitucional. Logo no início do regime, no período que se estendeu entre a decretação dos dois primeiros Atos Institucionais, a *Coluna do Castello* noticiou, em sucessivas ocasiões, as conversas entre Humberto Castello Branco e o então senador pela Guanabara⁴⁸³. Depois do estabelecimento do AI-2, em outubro de 1965, Arinos era visto como o nome incontornável no debate sobre a

⁴⁷⁹ Carlos Castello Branco. Figueiredo vai retomar lições. **JB**. 30 nov. 1978, Coluna do Castello, p. 2.

⁴⁸⁰ Carlos Castello Branco. Figueiredo, Arinos, Portella. **JB**. 04 dez.1978, Coluna do Castello, p. 2.

⁴⁸¹ Carlos Castello Branco. Introdução a Figueiredo. **JB**. 21 jul. 1979, Coluna do Castello, p. 2.

⁴⁸² Carlos Castello Branco. Da reforma da Constituição. **JB**. 28 ago. 1979, Coluna do Castello, p. 2.

⁴⁸³ Em 1965, vários artigos de Carlos Castello Branco noticiavam os encontros e conversas entre Arinos e o primeiro dos ditadores militares: Carlos Castello Branco. Entre Arinos e Castelo. **JB**. 07 mar.1965, Coluna do Castello, p. 4; Carlos Castello Branco. Castelo acelera a sondagem da reforma. **JB** 19 ago.1965, Coluna do Castello, p. 4; Carlos Castello Branco. Objeções militares ao parlamentarismo. **JB**. 25 ago.1965, p. 4. Carlos Castello Branco.

reforma constitucional: “O Senador Afonso Arinos, cuja ciência jurídica tem recorrido frequentemente o Presidente da República, deverá ser um dos membros da Comissão de Alto Nível que o Governo designará para elaborar o anteprojeto de reforma da Constituição”⁴⁸⁴.

Posteriormente, o mesmo jornalista apresentaria uma visão mais pessimista sobre a reforma constitucional, sendo tratada “como uma possibilidade limitada e será certamente uma

simples verificação de textos, labor ao qual não se aplica a vigorosa imaginação política do Senador Afonso Arinos”. Para o cronista político, o “movimento de março” não era inovador, mas conservador, pois “temas como o do sistema de Governo, o do âmbito e do limite da autoridade presidencial, o da definição e atribuições do Congresso não podem ser eleitos sem a prévia consideração do veto dos chefes militares parlamentarista ou ao que dela se aproxime”⁴⁸⁵. Castello Branco, ao passo que afirmava a receptividade do presidente em relação às teses de Afonso Arinos, que era visto como o “principal conselheiro do Presidente em matéria doutrinária”⁴⁸⁶, preocupa-se com a linha antijurídica e militarista adotada pelo regime, bem como com o distanciamento do próximo militar a presidir o país em relação aos políticos udenistas⁴⁸⁷.

Naquele momento pareciam se confirmar as primeiras impressões do parlamentar mineiro: “O Senador Afonso Arinos, que participou da revolução no setor mineiro, dizia ontem que a revolução lhe parecia uma fotografia bem batida, mas revelada sem fixador. ‘Já começou a amarelecer’, acrescentou”⁴⁸⁸. Assim como seria comum nos próximos anos, Arinos foi incorporado por Castello Branco como um frasista sem igual, capaz de sintetizar os principais dilemas nacionais em uma única imagem ou palavra.

Uma década depois, na altura do anúncio da abertura lenta, gradual e segura, Carlos Castello Branco definiu Afonso Arinos como um dos principais “condutores da distensão”. Segundo o jornalista, o Brasil não possuía mais a mesma qualidade de políticos que outrora auxiliaram o primeiro presidente militar. Para atender às exigências da “imaginação criadora” proposta por Geisel, “não é preciso buscá-los nas prateleiras de homens enterrados pelo Movimento de 1964. Eles se encontram entre os que, em altos postos, serviram ao processo

⁴⁸⁴ Arinos na Comissão da Reforma. **JB**. 18 dez.1965, Coluna do Castello, p. 4

⁴⁸⁵ Carlos Castello Branco. Limites da reforma Constitucional. **JB**. 29 dez. 1965, Coluna do Castello, p. 4.

⁴⁸⁶ Carlos Castello Branco. Mem de Sá para fazer o parlamentarismo. **JB**. 11 jan.1966, Coluna do Castello, p. 4.

⁴⁸⁷ Carlos Castello Branco. Costa e Silva prepara-se para falar dia 31. **JB**. 13 mar.1966, Coluna do Castello, p. 4.

⁴⁸⁸ Carlos Castello Branco. Fotografia sem fixador. **JB**. 08 abr.1964, Coluna do Castello, p. 4.
Carlos Castello Branco.

revolucionário sem prejuízo de suas convicções. Citaríamos, entre outros, Afonso Arinos, Prado Kelly, Temístocles Cavalcanti, Oswaldo Trigueiro e já agora Aliomar Baleeiro, que reconquistou sua forma física”⁴⁸⁹.

Sobre Arinos enquanto um dos “condutores da distensão”, Castello Branco assinala que “dispõe ele de uma experiência privilegiada e de uma vivência sempre atualizada dos problemas nacionais que o situam como pessoa indicada a aconselhar isentamente o Governo e os Partidos no ajustamento das situações”⁴⁹⁰. Deste modo, para uma negociação política eficaz, homens

como o ministro da justiça, Armando Falcão, figura indisposta ao diálogo, deveriam ser substituídos por personalidades capazes de eliminar as divergências e localizar as convergências. As palavras apaziguadoras de Afonso Arinos serviriam de comprovação de que ele seria o nome ideal para esse empreendimento, uma vez que “os bloqueios à política do Presidente Geisel vem decorrendo exatamente da ausência de negociadores, de personalidades aptas ao diálogo, à conversação e à conciliação”⁴⁹¹.

Nos dias finais do regime militar, pouco antes da posse de Tancredo Neves, mais uma vez Carlos Castello Branco se põe a analisar “o papel de Afonso Arinos”. Sendo uma das poucas personalidades sem função oficial a assistir à posse no Palácio do Planalto, a *Coluna do Castello* sublinha que “ele passará a semana em Brasília, pois está de pé o convite que lhe fez o presidente Tancredo Neves para chefiar a comissão que deverá elaborar o anteprojeto de Constituição e os projetos de lei que limparão o terreno para a eleição da Constituinte”. Nesse artigo, Castelinho aconselha os líderes da Nova República a dotar tal comissão de *status* ministerial, para “oficializar o papel da comissão e dar aos projetos que dela emanarem o caráter de projetos de governo, e não de uma comissão privada”⁴⁹².

Essas e outras declarações de Carlos Castello Branco evidenciam a importância que sua coluna diária no *Jornal do Brasil* teve na confecção da *identidade estratégica* de Afonso Arinos como um conselheiro da transição, constituindo-se como uma das instâncias privilegiadas de sua publicização. A pesquisa sobre a presença de Afonso Arinos nos jornais de grande circulação nacional evidencia que a *Coluna do Castello* foi o espaço jornalístico que mais contribuiu para a circulação da sua imagem pública. A leitura desse importante fórum de

⁴⁸⁹ Carlos Castello Branco. O transitório por natureza. **JB**. 13 maio 1975, Coluna do Castello, p. 2.

⁴⁹⁰ Os condutores da distensão. **JB**. 16 maio 1975, Coluna do Castello, p. 2.

⁴⁹¹ Carlos Castello Branco. Os condutores da distensão. **JB**. 16 maio 1975, Coluna do Castello, p. 2.

⁴⁹² O papel de Afonso Arinos. **JB**. 02 mar. 1985, Coluna do Castello, p. 2.
Carlos Castello Branco.

interlocução liberal-conservador revela que a imagem que Arinos fazia de si é elaborada no interior de específicas relações de sociabilidades, sendo importante, portanto, observar como outros sujeitos concorreram para sua significação.

As informações disponibilizadas pela *Coluna do Castello* são ricas em pelo menos três sentidos: apresentam dados consistentes ao longo de todo o período estudado, possibilitando uma análise diacrônica do modo pelo qual Arinos foi se apresentando publicamente; favorecem a compreensão da dimensão comunicativa do discurso público de Arinos através do olhar de um dos seus principais interlocutores dessa fase; e dispõem a linguagem política com a qual o *campo de interlocução liberal-conservador* buscou representar o processo de transição no exato momento de sua emergência.

Carlos Castello Branco nasceu em 25 de junho de 1920. Tendo realizado seus estudos secundários em Teresina, mudou-se, em 1937, para Belo Horizonte. Na capital mineira, frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Além das relações de sociabilidade estabelecidas no campo literário, também entrou em contato com alguns importantes nomes da política mineira, entre os quais Milton Campos, a figura pública que exerceu maior influência na conformação do seu pensamento político⁴⁹³.

Começou na carreira jornalística como forma de subsidiar seus estudos. Já nos anos 1940, iniciou sua trajetória profissional como repórter no *Estado de Minas*. Nessa época, conheceu Assis Chateaubriand, o poderoso proprietário dos *Diários Associados*, e Carlos Lacerda, que o convidou a trabalhar na *Agência Meridional de Notícias*, onde passou a escrever o noticiário policial e, logo depois, se dedicou à cobertura internacional da Segunda Guerra Mundial. O início da vida profissional de Castelinho se deu no contexto ditatorial do Estado Novo, o que favoreceu a adoção de uma imagem extremamente negativa de Getúlio Vargas⁵⁵⁶.

Em 1945, se transferiu para o Rio de Janeiro, então capital federal e centro das discussões políticas e culturais do país. Na então capital federal, tornou-se subsecretário do periódico *O Jornal*. Assumiu, em 1950, a chefia da reportagem política no *Diário Carioca*, veículo em que trabalhou por mais de dez anos e no qual participou, junto com outros importantes nomes do jornalismo brasileiro, do processo de modernização da imprensa brasileira. Fez parte, portanto, da “geração de 1945”, como ficou conhecido o conjunto de jornalistas e escritores que participaram do processo de inovação técnica da profissão. Na década de 1950, contribuiu com diversos veículos de imprensa, sendo correspondente da *Folha de São Paulo*, no Rio de Janeiro, editor da *Tribuna da Imprensa*, além de escrever para os jornais *A Noite* e *O Estado de São Paulo*, e para as revistas *Cruzeiro* e *Manchete*, entre outros.

Mesmo trabalhando em várias áreas do jornalismo, se destacou enquanto cronista político. Desde os anos 1940 desenvolveu suas atividades no âmbito do gênero opinativo, quando escrevia editoriais para o *Estado de Minas*. Na década de 1950, assinou a seção “Diário de um repórter” do *Diário Carioca*. Segundo Leal, Carlos Castello Branco foi o “comentarista paradigmático da imprensa brasileira”, uma vez que contribuiu para a consolidação do

⁴⁹³ MARCHI, C. **Todo aquele imenso mar de liberdade**: a dura vida do jornalista Carlos Castello Branco. Rio de Janeiro: Record, 2015. ⁵⁵⁶ *Ibid.*, p. 102 et. seq.

comentário político enquanto gênero jornalístico no Brasil⁴⁹⁴. Já Di Sabbato, aponta que a sua produção jornalística foi marcada pela construção de uma linguagem do Brasil moderno⁴⁹⁵.

Carlos Castello Branco foi reconhecido como um dos grandes jornalistas de sua época, sobretudo a partir do trabalho que desempenhou no *Jornal do Brasil*. Convidado para escrever opiniões políticas para a *Tribuna da Imprensa*, acabou por ser contratado pelo *Jornal do Brasil*, periódico que desde a década anterior tinha sofrido grandes modificações e ocupado crescente importância no âmbito da imprensa nacional. Em acordo com o diretor Nascimento Brito e Alberto Dines (editor-chefe), aceitou dois desafios: abrir e chefiar a sucursal do jornal na recém-criada capital federal (posição que desempenhou até 1972) e escrever diariamente opiniões políticas na então nomeada *Coluna do Castello*.

A *Coluna do Castello* funcionou quase que ininterruptamente entre 1963 e 1993, ano da morte de seu autor. Portanto, atravessou o momento que vai da crise que levou à deposição de João Goulart, passando por todo o período dos militares no poder, e chegando ao processo de transição e consolidação democrática. Além da longevidade, outros elementos contribuíram para torná-la uma das principais fontes para o estudo dos acontecimentos políticos do país: a posição adotada pelo jornalista nos momentos-chaves; a forma como se relacionou com os regimes ditatoriais e democráticos; a linguagem jornalística que desenvolveu; e o pensamento político que expressou. Não à toa, desde os primeiros estudos mais sistemáticos sobre a ditadura militar brasileira, a *Coluna do Castello* figurou entre as fontes privilegiadas de pesquisas.

Devido a sua longevidade, alguns estudos estabeleceram, inclusive, uma periodização da *Coluna do Castello*, levando em consideração tanto os acontecimentos políticos decisivos, quanto a linguagem jornalística adotada. Segundo Leal, pode-se dividir a *Coluna do Castello* em quatro fases: a primeira, de 1963 até 1968, momento em que vê (e apoia) a chegada dos militares ao poder e a estruturação do regime ditatorial; a segunda, que acompanha o período mais repressivo da ditadura militar, entre os anos 1969 e 1973; a terceira atravessa o processo de abertura gradual, estendendo-se entre os anos de 1974 e 1985; e, por fim, o período que cobre o processo de redemocratização e reconstitucionalização do país, que vai de 1985 a 1993⁴⁹⁶.

⁴⁹⁴ LEAL, D. M. J. R. **Carlos Castello Branco**: o comentarista paradigmático da imprensa brasileira. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). São Bernardo do Campo: PPGCS-UMESP, 2011.

⁴⁹⁵ DI SABBATO, T. **Carlos Castello Branco**: jornalismo político e oposição liberal à ditadura militar no Brasil (1964-1985). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2012.

⁴⁹⁶ LEAL, D. M. J. R. A Coluna do Castello: da instabilidade política à repressão. **Estudos de jornalismo e mídia**. v. 11, n. 1, p. 132-144, jan.-jun., 2014.

Mesmo que tenha continuado a escrever depois do fim da ditadura, Castello Branco despertou atenção justamente por ser uma das poucas vozes tidas como liberais que escreveram sistematicamente sobre o regime militar no exato momento de sua vigência. A própria posição do jornalista em relação aos militares no poder é motivo de alguma controvérsia. Alguns chegam a afirmar que se tratou de “intelectual orgânico do golpe” e um dos agentes no “pacto das elites” estabelecido na “transição negociada” do final da ditadura⁴⁹⁷; outros, contudo, preferem assinalar que Castello Branco foi um “opositor liberal” da ditadura⁴⁹⁸.

Assim como muitos liberais, o jornalista teve uma forma de atuação sinuosa na ditadura. Apoiador do golpe, não deixou de proferir duras críticas aos governos militares. Logo depois das cassações de mandatos políticos e da decretação do AI-2, Castello Branco lança mão da distinção entre o “movimento revolucionário” e o “processo revolucionário” e, à semelhança de Arinos, não se cansa de repetir que o regime estava a se afastar das suas “intenções democráticas” originais.

Do ponto de vista da linguagem jornalística, no início a *Coluna do Castello* expressava um misto de texto informativo e opinativo; após a decretação do AI-5, contudo, sua linguagem é remodelada, passando a ser veiculada de forma cifrada e se caracterizando mais pelo tom analítico e interpretativo do que pelo conteúdo informativo⁴⁹⁹. Já em 1964, Castello Branco observava algum tipo de pressão política, sendo acompanhado de perto pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) e recebendo bilhetinhos que o “convidavam” a manejar nas críticas ao governo⁵⁰⁰. Contudo, ainda resguardava certa margem de liberdade, o que só mudaria a partir de dezembro de 1968, na altura da decretação do AI-5, quando foi preso por cinco dias e sua coluna suspensa por duas semanas.

A mudança na forma como veiculava as informações e opiniões seguiu o ritmo das linhas gerais traçadas pelo regime militar. No governo de Emílio Garrastazu Médici, o *Jornal do Brasil*, por meio de seu diretor, Nascimento Brito, se manteve próximo de alguns representantes do regime, sobretudo do ministro Leitão de Abreu, o que aumentou a pressão sobre Castello

⁴⁹⁷ AZEVEDO, L. C. **O colonismo político e transição negociada: a Coluna do Castello e o pacto de elites no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Niterói. IACS-UFF, 2013.

⁴⁹⁸ DI SABATTO, 2012; MARCHI, 2015.

⁴⁹⁹ LEAL, 2011.

⁵⁰⁰ MARCHI, 2015.

Branco para diminuir o tom crítico de sua coluna e acabou por gerar alguma celeuma entre o jornalista e o diretor do jornal⁵⁰¹.

Por outro lado, o próprio Castelinho estabeleceu relações de amizade com alguns elementos mais próximos do presidente, como o próprio Leitão de Abreu, Roberto Médici (filho do general-presidente), e o jovem ministro de indústria e comércio, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, esses últimos autodeclarados leitores e admiradores de seu trabalho. Tais relações atendiam a interesses mútuos: ao passo que Castelo Branco garantia certa liberdade de atuação profissional e fontes de informações inacessíveis a outros jornalistas, não excedia na crítica, poupando a figura pessoal do presidente e chegando a ressaltar seus aspectos positivos, sobretudo na gestão da política econômica⁵⁰².

Apesar das umbilicais relações que travou com alguns dos homens mais poderosos do regime, não deixou de veicular um discurso em favor das liberdades democráticas, do Estado de Direito e dos Direitos Humanos. As análises mais consistentes da *Coluna do Castello* mostram que esses temas foram recorrentemente discutidos pelo jornalista⁵⁰³. Questões delicadas como a censura, os “desaparecidos políticos”, a tortura, e a existência do “esquadrão da morte” aparecem de forma sutil e reiterada ao longo dos anos mais repressivos da ditadura. Grimberg afirma que Carlos Castello Branco fez parte da geração de jornalistas que acompanhou o debate sobre os Direitos Humanos na Organização das Nações Unidas (ONU), e acabou por difundir o seu vocabulário e ideário em um momento que possuíam pouco espaço na mídia nacional⁵⁰⁴.

Sobre o pensamento político de Castello Branco, Di Sabbato, Grimberg, e Marchi concordam em apontar de que se tratava de um pensamento liberal-democrático. Nesse aspecto, contribuiu à ascendência intelectual que o liberalismo de Milton Campos teve sobre o autor da *Coluna do Castello*. Assim como Afonso Arinos, o liberalismo do jornalista era aquele que encontrava na categoria “Estado” o eixo central, cujas funções principais se davam na organização da vida social e econômica e na garantia da ordem social. Nesse sentido, o tema da

⁵⁰¹ *Ibid.*

⁵⁰² MARCHI, 2015.

⁵⁰³ GRIMBERG, L. No capítulo dos direitos humanos: direito, política e história na “Coluna do Castello” (1969-1973). *Estudos Ibero-americanos*, v. 45, n. 1, p. 57-73, jan.-abr., 2019.

⁵⁰⁴ GRIMBERG, L. “O Estado Novo da UDN”: memória e vida partidária na Coluna do Castello. *Acervo*, v. 27, n. 1, p. 121-136., jan.-jun., 2014. ⁵⁶⁸ DI SABBATO, 2012.

representação política foi uma constante em seus escritos, sendo reservado ao Congresso Nacional e à imprensa os *loci* privilegiados de participação política⁵⁶⁸.

A problemática do papel dos partidos políticos para a democracia se tonou uma das questões fundamentais para Carlos Castello Branco. Nesse âmbito, a proximidade que mantinha com os políticos udenistas não fez com que ele guardasse reservas às ações controversas do

partido dos bacharéis. De toda forma, procurava preservar o que considerava o saldo positivo do udenismo histórico: a defesa da institucionalidade liberal-democrática. Carlos Castello Branco tomava os políticos mineiros como modelo ideal de ação política, uma vez que eram capazes de reunir, como práticas indissociáveis, conhecimento jurídico e articulação política⁵⁰⁵.

Afonso Arinos e Carlos Castello Branco se conheceram em 1947, na altura da posse do político mineiro na Câmara dos Deputados. As fontes biográficas e memorialistas que acompanham suas trajetórias possuem algumas menções à amizade que desenvolveram⁵⁰⁶ (figura 21). Apesar da diferença de idade, frequentaram espaços de sociabilidades comuns, compartilharam opiniões aproximadas em termos políticos, culturais e ideológicos, e tornaram-se referências em suas respectivas áreas de atuação no interior do regime constitucional de 1946. Além da filiação intelectual que tiveram com Milton Campos, repudiavam a figura de Getúlio Vargas. Castello Branco trabalhou nos mesmos jornais que repercutiam as ações parlamentares de Afonso Arinos. Ambos se relacionaram com Carlos Lacerda, cuja memória de seu radicalismo foi fundamental para se autodeclararem intelectuais moderados e aversos a qualquer tipo de fanatismo.

⁵⁰⁵ MARCHI, 2015.

⁵⁰⁶ Grimberg (2014) cita Arinos entre os correspondentes de Carlos Castello Branco. Embora importante, essa documentação foge ao escopo documental da presente tese, por não analisarmos a documentação privada do autor. Porém, as missivas ativas e passivas de Arinos, compõem uma documentação ainda não analisada e que merece mais atenção de pesquisas futuras.

Figura 22



Fonte: **OG**. Afonso Arinos cumprimenta o novo imortal. 05 nov.1982, p. 13.

Também serviram ao governo Jânio Quadros, sendo Castello Branco seu secretário de imprensa e Afonso Arinos o ministro das relações exteriores. Os motivos que levaram à intervenção militar, assim como a crença de que a “revolução” deveria se ater a seus propósitos democráticos também são matérias que aproximam os dois. Outro ponto de contato é a imagem

positiva que faziam do primeiro presidente militar, Humberto Castelo Branco (com quem Castelinho possuía vínculo familiar distante). De toda maneira, apesar de algumas diferenças em pontos específicos no que diz respeito aos “rumos da revolução” em todo o período inicial do regime militar, Arinos e Castello Branco apresentaram visões aproximadas no que tange ao processo político e institucional. Talvez a maior distância entre os dois em termos de atuação pública tenha sido no momento posterior à saída de Arinos do parlamento, uma vez que enquanto o cronista continuou sua insistente pregação liberal e acumulou prestígio entre jornalistas e políticos, o ex-parlamentar mineiro teve atuação discreta e intermitente.

Contudo, voltaram a se aproximar em torno do projeto de distensão gradual empreendida pelo governo Geisel, atendendo ao chamado à “imaginação criadora”. Nesse aspecto, a crônica jornalística não deixou de repercutir a importância de Castello Branco para os planos dos dirigentes militares⁵⁰⁷. Nesse momento, as opiniões veiculadas na *Coluna do Castello* circulavam de forma mais livre, o que pôde ser percebido pelo retorno de uma linguagem mais informativa quase que ausente no período anterior⁵⁰⁸.

Sobre o tema da distensão política, Di Sabatto nota que apareceu 468 vezes entre os anos de 1974 e 1978, enquanto nos anos anteriores só foi alvo de apenas dez menções⁵⁰⁹. Mesmo contribuindo para a difusão do projeto de liberalização, a *Coluna do Castello* não poupou na crítica ao governo, sobretudo quando este parecia contrariar as declarações no sentido de liberalização do regime, o que pode ser observado tanto no discurso otimista em relação à abertura da imprensa, quanto na crítica elaborada na ocasião da morte do jornalista Vladimir Herzog. A narrativa, comum à época entre antigos apoiadores do regime, de que havia um descompasso entre a revolução e seu processo, passa a figurar com mais ênfase no mesmo momento em que cobrava da oposição cautela e apoio ao projeto de distensão⁵¹⁰.

A *Coluna do Castello* pode ser considerada um dos principais espaços de interlocução liberal-conservador em atividade no regime militar. Mesmo nos anos mais duros do regime, funcionou como um dos raros fóruns de debate político e institucional a possuir relativa liberdade de crítica. É possível perceber, no estudo dessa fonte, que o jornalista não apenas

⁵⁰⁷ Segundo Merval Pereira, no início do seu governo, Geisel ouvira de Petrônio Portella a seguinte afirmação: “Só há um homem no Brasil que fará com que se acredite que o senhor quer mesmo fazer a abertura. Este homem é o jornalista Carlos Castello Branco”. Disponível em: https://www.carloscastellobranco.com.br/sec_avulsos_view.php?id=116. Acesso em: 15 out. 2022.

⁵⁰⁸ LEAL, 2011.

⁵⁰⁹ DI SABBATO, 2012.

⁵¹⁰ Entre 1977 e 1979, Carlos Castello Branco publicou, pela editora Nova Fronteira (cujo proprietário era Carlos Lacerda), um conjunto de três volumes com números selecionados da *Coluna do Castello* que pretendiam recontar a história dos “militares no poder”. ⁵⁷⁵ DUARTE, 1983.

escreveu sobre os acontecimentos políticos e institucionais, como também veiculou a voz de outros atores, muitas vezes publicando correspondências, discussões privadas e diálogos íntimos; outras, veiculando réplicas e tréplicas, proferidas em resposta a alguma crítica realizada. Ao citar outras figuras de renome, Castello Branco tanto garantia respeitabilidade ao seu discurso, como concedia notabilidade a quem citava. Não parece dispensável o dado de que a *Coluna do Castello* era reproduzida por mais de vinte órgãos regionais⁵⁷⁵, o que extrapolava o alcance do jornal carioca e tornava o seu autor um cronista cuja amplitude e influência atingia o âmbito nacional.

Portanto, estudar a presença de Afonso Arinos na *Coluna do Castello* parece uma forma adequada de compreender como o político e intelectual mineiro foi representado por um dos

mais importantes articulistas do país. Qual a imagem pública que era reproduzida e em que sentido tal espaço foi importante na confecção da *identidade estratégica* enquanto um conselheiro da transição? Partimos da hipótese de que parte do capital social que Arinos recuperou a partir de meados dos anos 1970 guarda relação com a sua constante presença na *Coluna do Castello*, quando foi apontado como um dos poucos sujeitos a reunir condições intelectuais, políticas e morais capazes de apontar a saída para a crise brasileira.

A partir da análise dos dados mais gerais a respeito do número de menções a Afonso Arinos na *Coluna do Castello*, levando em conta os sucessivos avanços e recuos em termos de aparição pública, é possível dividir a trajetória de Arinos em diferentes períodos que extrapolam a divisão por década. O Quadro 7 sistematiza os diferentes períodos da presença Arinos naquele espaço jornalístico, tomando como base o número de menções na *Coluna do Castello*, o contexto político mais abrangente e os diferentes temas em torno dos quais se pôs a debater.

Quadro 7 - Coluna do Castelo x Afonso Arino - Menções por período	
Períodos	Número de menções/edição da Coluna do Castello ⁵¹¹
1º) 1963-1966: Atividades parlamentares e implantação do regime militar	79

⁵¹¹ Dados retirados do site: https://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna.php. Acesso em: 20 ago. 2022.

2º) 1967-1974: Afastamento da vida política e momento mais repressivo da ditadura	36
3º) 1975-1979: Retorno ao debate político-jurídico em torno da proposta de distensão gradual	64
4º) 1980-1984: Presidência INDIPO-FGV e debate sobre a saída constitucional	86
5º) 1985-1989: Comissão Afonso Arinos, eleição para o Senado e Constituinte 1987-1988	130
6º) 1990-1993: Morte de Arinos e de Castello Branco	17
Total	413

Fonte: elaborado pelo autor

Para atingir os objetivos do presente capítulo, nos dedicamos à análise do período que vai dos últimos dias de Arinos no parlamento, no início de 1967, até o primeiro ano do mandato de Figueiredo, quando o intelectual mineiro passa a ocupar novas funções, em especial no debate sobre o tema da reconstitucionalização do país. Estabelecemos o ano de 1979 como marco final, sobretudo porque a partir de 1980 Arinos torna-se diretor do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas (INDIPO-FGV), o que significou um momento de virada na sua trajetória pública, uma vez que veio a proceder um movimento de institucionalização do seu discurso, ausente desde os anos mais ativos enquanto parlamentar udenista. Além disso, mesmo contando com muitas menções na *Coluna do Castello*, outros espaços jornalísticos passaram a noticiar suas ideias, discursos e ações nesse período. Portanto, utilizamos o total de 100 números da *Coluna do Castello* que, de alguma maneira, veicula o nome Afonso Arinos, no período que vai de janeiro de 1967 a dezembro de 1979.

Antes de adentrarmos na especificidade do discurso sobre Arinos veiculado pela *Coluna do Castello*, é importante avaliar alguns aspectos mais gerais da forma pela qual a inserção do intelectual foi gerida naquele espaço jornalístico. Quatro aspectos formais foram analisados: a localização da citação de Arinos no interior da *Coluna do Castello*, uma vez que poderia aparecer no corpo do texto principal, no subtópico ou em ambos, além da presença do nome de Afonso Arinos no título principal ou do texto complementar (Quadro 8); a forma de tratamento

usado por Castelinho para se referir a ele, quais os pronomes de tratamentos, os títulos e posições recorrentemente utilizados para sua referência (Quadro 9); a divisão por temas, na qual procura-se destacar quais os assuntos que Castello Branco associava a Arinos (Quadro 10); e, por fim, o grau de importância relativa da referência ao seu nome em relação ao tema central do texto no qual foi incorporado (Quadro 11).

Os dois primeiros aspectos são, por sua natureza, quantificáveis, permitindo uma sistematização em termos numéricos mais exatos; já os dois últimos foram elaborados a partir de uma leitura prévia dos textos selecionados, redundando numa classificação aproximativa quanto aos dados quantitativos, mas substancial no que se refere à análise qualitativa.

Quadro 8 - Número de citações a Arinos x Localização na Coluna do Castello							
	No texto principal	No subtópico	No texto principal e no subtópico	Total	No título do texto principal	No título do subtópico	Total
1967-1974	25	10	1	36	1	2	3
1974-1979	55	8	1	64	3	1	4
1967-1979	80	18	2	100	4	3	7

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 9 - Forma de tratamento a Arinos/ número de edições citadas na Coluna do Castello⁵¹²

⁵¹² Os números apresentados se referem à quantidade de edições da *Coluna do Castello* que utilizaram cada forma de tratamento pelo menos uma vez, portanto quando uma forma de tratamento se repetiu na mesma edição da coluna só consideramos uma única vez. Excluímos da contagem os textos que dispõem de uma lista exaustiva de títulos e posições desempenhadas por Arinos, uma vez que pretendemos observar a quantidade de menções específicas. Em três edições a *Coluna do Castello* lançou mão desse expediente (“Os condutos da distensão”, 16 maio 1975; “Toque de reunir em torno do presidente”, 20 jun. 1975”; “O setentão Afonso Arinos”, 28 nov. 1975). Dois números incorporaram o nome “Afonso Arinos” referindo-se a um documento de sua produção (“Lei Afonso Arinos”, 28 abr. 1978; “Parecer Afonso Arinos”, 05 set. 1978). Por fim, existem aquelas edições que não utilizam nenhum pronome de tratamento, título ou atividade intelectual para se referir a Arinos, geralmente por fazerem uma citação sem maior relevância ou por se referir à fala de terceiros. Entre 1967 e 1974, foram duas ocasiões (“Constitucionalidade da Lei da Imprensa”, 01 jan. 1967; “Mais alguns meses de recesso parlamentar”, 09 mar. 1969). Entre 1975 e 1979 isso ocorreu em seis números (“Foi-se um dos sobreviventes”, 19 jul. 1975; “O que envelhece e o que sobrevive”, 03 ago. 1975; “José Bonifácio e o voto distrital” 20 ago. 1975; “As fontes do Nordeste”, 25 set. 1975; “Quem pode conduzir a distensão”, 14 fev. 1976; “A UDN, o golpe e o bom-bocado”, 02 out. 1978).

Natureza da Função/Título conferido	Forma de Tratamento	Número de edições 1967-1974	Número de edições 1975-1979	Total de edições 1967-1979
Cargos e funções políticas	Senador/ExSenador	12	8	20
	Embaixador	4	2	6
	Deputado	0	1	1
	Líder Partidário	1	0	1
	Parlamentarista	1	0	1
	Político	1	0	1
	Chanceler	0	1	1
	Ministeriável	0	1	1
Profissão/Atividade Intelectual	Professor	1	25	26
	Constitucionalista	1	0	1
	Jurista	0	2	2
	Historiador	2	1	3
	Escritor	2	0	2

	Prefaciador	0	1	1
	Cientista Político	0	1	1
Tratamento respeitoso	Sr.	13	13	26
	Mestre	0	4	4

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 10 - Menção a Afonso Arinos/Tema central da Coluna do Castello			
Temas ⁵⁷⁸	1967-1974	1975-1979	1967-1979
Memória Histórica/Produção Bibliográfica/Relato biográfico	17	14	31
Conceitos “Democracia” e “Estado de Direito”	4	9	13
Constituição de/Reconstitucionalização/Constituinte	4	11	15
Processo de distensão/Abertura política	1	18	19
Outros temas variados	10	12	22
Total	36	64	100

Fonte: elaborado pelo autor

⁵⁷⁸ A definição dos temas se deu após exaustiva leitura da *Coluna do Castello* no respectivo período. Tentamos sintetizar ao máximo os diversos temas específicos reunindo-os em poucos eixos temáticos. Pela proximidade dos assuntos, fizemos duas operações: Primeiramente, identificamos o assunto central de cada edição da *Coluna do Castello* e observamos como Arinos aparece em relação a ele. Daí se seguiu uma lista de mais de dez temas específicos. Por conseguinte, reunimos os temas mais próximos e chegamos à lista anunciada. Portanto, os números citados se referem a um tema em cada uma das colunas, mesmo que na mesma edição apareçam mais de um tema. Desta maneira, o tema “Memória histórica, produção bibliográfica e relato biográfico” reúne tanto as referências da atuação pretérita de Arinos, como sua produção bibliográfica (que em geral também tem conteúdo histórico) e os textos voltados para a construção de um perfil biográfico de Arinos. Sobre as temáticas “Conceitos ‘democracia’ e ‘Estado de direito’” reunimos os artigos que se propõem a fazer uma análise conceitual e utilizam-se de Arinos como referência teórica. No eixo “Constituição/Reconstitucionalização/Constituinte” observamos particularmente as menções a Arinos em referência tanto a sua ação na Constituição de 1967 como aos seus apelos de reconstitucionalização do país a partir de meados dos anos 1970. O tema “Distensão/Abertura” se refere à participação de Arinos no debate sobre o processo de abertura, em que reunimos desde discursos citados a encontros com importantes figuras políticas. A maior dificuldade foi distinguir o tema “reconstitucionalização” e “distensão”, uma vez que fazem parte do mesmo processo histórico; tal como separar o debate mais conceitual sobre “democracia” e “Estado de Direito” das temáticas “constitucional” e “política”. Por fim, o eixo “outros temas” se refere a debates mais específicos em que Castello Branco incorporou Arinos, como a questão do “voto distrital” ou do “parlamentarismo”, estes que poderiam compor qualquer um dos demais eixos temáticos, mas que por possuírem peculiaridades e serem citados em poucos números acabamos por incorporá-los em uma seção comum, juntamente com temáticas que não se referem a assuntos políticos, jurídicos, bibliográficos ou biográficos.

Quadro 11 - Importância relativa da citação de Arinos em relação ao tema central da Coluna do Castello⁵¹³

	1967-1974	1975-1979	1967-1979
Baixa	7	15	22
Média	15	36	51
Alta	14	13	27

Fonte: elaborado pelo autor

⁵¹³ Esta foi a classificação mais difícil que realizamos. Procuramos definir qual a posição relativa da citação a Arinos em relação ao texto geral. Nesse sentido, o eixo “baixa importância” se refere àquelas citações que não dedicam maior atenção a Arinos, geralmente utilizadas de passagem para reafirmar algum ponto do texto, ou mesmo por ele ser citado em textos que não são da autoria do jornalista e se referem a Arinos só ilustrativamente; a classificação “média importância” é mais abrangente, vai desde citações mais detidas de alguma fala ou ação de Arinos, sem, contudo, torná-lo o tema central do texto. Pela abrangência dessa categoria, alguns textos poderiam ser classificados como “baixa importância” e “alta importância”, mas acabamos por incorporá-los à “média importância” quando ficamos na dúvida sobre a centralidade ou marginalidade da citação para a tese principal do texto. Isso explica, em partes, o seu número bem superior aos demais. Por fim, o eixo “alta importância” incorpora os textos em que Arinos é o seu principal objeto de atenção, ou mesmo os que incorporam alguns de seus pensamentos na tese central ou no título da coluna. Para essa sistematização não foi decisiva a posição da citação no texto tal qual evidenciado no Quadro 6, ou seja, se estava no corpo do texto central ou no subtópico complementar, pois alguns subtópicos são exclusivamente dedicados a Arinos, carregando, inclusive, seu nome no título; ao passo que muitas citações no corpo do texto principal são ilustrativas ou retóricas. Por outro lado, os poucos títulos que tiveram o nome de Arinos, fossem no texto central ou no subtópico da coluna, foram incluídos na categoria “alta importância”. Por fim, deve-se ressaltar que essa divisão tem significado específico no que se refere à forma de citação de Arinos e a sua importância relativa para a tese central do texto, o que nos leva a crer que mesmo uma citação passageira, classificada como “baixa importância”, tem um significado especial e deve ser levada em consideração na análise.

A partir dos dados apresentados nos quadros 8, 9, 10 e 11 é possível perceber algumas questões substantivas e formais no que se refere à maneira como Arinos é retratado por Carlos Castello Branco. Em primeiro lugar, o local privilegiado da *Coluna do Castello* em que figura o nome de Arinos é o corpo do texto principal, embora sejam relevantes os números de aparições nos subtópicos complementares. A despeito disso, são poucos os títulos que carregam o nome do ex-senador. A diferença numérica entre a referência no texto principal ou em algum texto complementar é menor no intervalo entre 1967 e 1974, e aumenta bastante no momento subsequente. Isso pode ser considerado como um indicador de que as ações e ideias de Arinos foram, pouco a pouco, recebendo maior atenção de Castello Branco e as questões que ambos se puseram a discutir se aproximaram no decorrer dos anos 1970. Sobre esse ponto, parece substancial o fato de que os temas “distensão e aberturas”, “reconstitucionalização” e “conceitos de democracia e Estado de Direito” são, respectivamente, aqueles que mais proporcionaram a Castello Branco citar Arinos a partir de 1975, em contraste com o período anterior, quando as temáticas em destaque eram aquelas relativas às “memórias históricas, produção bibliográfica e relato biográfico”. Embora o número de citações nesse âmbito tenha

se tornado estável ao longo de todo o período, é perceptível que o crescimento das menções a Arinos a partir de 1975 se deu, sobretudo, pela problemática da “distensão e abertura”, o que pode significar que não apenas ele era celebrado em relação à memória de sua produção política e intelectual pretérita, como também foi abordado por Castello Branco como um intelectual relevante para o enfrentamento dos problemas do seu tempo.

O Quadro 11, porém, nos dá uma noção aproximada da forma como Arinos era retratado por Castello Branco, uma vez que nem sempre a simples menção ao nome “Afonso Arinos” significou um texto estritamente voltado para abordar algum pensamento ou ação do intelectual mineiro. Ao contrário, as citações se deram de diversas formas, ora mais detida e detalhada, ora lateral e indireta. De maneira geral, ele aparecia como referência intelectual e ator de destaque, muitas vezes sendo lembrado por alguma ideia, livro e ação que poderiam elucidar as questões mais amplas tratadas por Castello Branco; outras vezes o antigo parlamentar era abordado como um indivíduo entre tantos, sem maior destaque; há também os artigos que tomam Arinos como tema central ou incorporam algum ponto de seu pensamento como tese principal do texto. O número estável de textos que conferiam “alta importância” a Arinos demonstra que mesmo em uma época em que o ex-senador teve atuação pública mais discreta, ainda continuava sendo

uma referência para o colunista, a ponto deste conceder-lhe um espaço que, na maioria das vezes, era reservado a políticos que ocupavam cargos e funções oficiais de relevo.

Talvez o dado mais significativo sobre como evoluiu o tratamento dado por Carlos Castello Branco a Afonso Arinos esteja presente no Quadro 9. Os títulos conquistados, cargos e funções desempenhadas e atividades profissionais e intelectuais desenvolvidas são formas de creditações sociais que homens públicos como Arinos sempre fazem questão de ostentar, uma vez que se tornam indicadores do capital social acumulado ao longo da trajetória na vida pública. Arinos, como lembram alguns autores, foi um dos homens públicos brasileiros que desempenharam, em igual proporção e dedicação, tanto atividades intelectuais como políticas, sendo distinguido por comportar “múltiplas notabilidades”⁵¹⁴.

Não foi incomum que sua apresentação pública, realizada por ele mesmo ou por terceiros, era acompanhada de uma extensa listagem de títulos e créditos sociais acumulados. Com Castello Branco não foi diferente. Mesmo se dedicando aos aspectos jurídicos e políticos do pensamento e ação de Arinos, há a presença constante de outras áreas em que este era considerado um “mestre”, tal como a docência, a diplomacia, a literatura, entre outros. O

próprio autor da *Coluna do Castello* se utilizava dessas formas de tratamento nos momentos que considerava mais adequado, ou seja, quando citava Arinos na abordagem de algum tema relativo à política internacional o nomeava por “embaixador”; quando se referia a seus textos historiográficos conferia-lhe a alcunha de “historiador”; quando relembra sua atuação política trava-o por “senador” e assim sucessivamente.

Nas poucas vezes em que discordou publicamente de alguma tese levantada pelo ex-parlamentar o tratamento dispensado sempre foi cordial e respeitoso. A presença do termo “Sr.” não possui uma significação relevante, uma vez que era o pronome de tratamento mais comum utilizado para se referir a importantes nomes que não estavam a desempenhar função ou cargo público de relevo, por isso se manteve estável em todo o período estudado. De maneira geral, os termos “senador” e “ex-senador” são utilizados de duas formas: ou na lembrança de alguma ação pretérita no tempo em que ocupava cadeira no Senado Federal, ou como um tratamento genérico que, seguindo o costume no jornalismo brasileiro, aborda as personalidades políticas pelo último cargo que ocuparam ou pela função mais relevante desempenhada. A esse respeito, uma mudança nas duas fases destacadas é relativa aos termos mais “políticos” ou “intelectuais”:

⁵¹⁴ GRILL, 2015.

enquanto no período entre 1967 e 1974, “Senador” e “Ex-Senador” foram utilizados de forma mais recorrente (é importante lembrar que a maior parte dos artigos desse período incluem os últimos dias de Arinos no parlamento), no período subsequente há maior número de menções às suas propriedades intelectuais, em especial no uso recorrente do termo “professor”.

Esse dado é bastante relevante quando o consideramos na problematização da construção da identidade estratégica de Arinos como um “conselheiro”, um sábio que se dirige à nação e às suas elites através de uma pedagogia cívica, sempre indicando o melhor caminho para a construção da democracia no país. Quando Carlos Castello Branco o trata como “professor” não está se referindo estritamente à profissão docente (embora, em alguns textos ele cite em especial “professor de direito constitucional”), mas à forma de seu discurso público, empreendido enquanto “lição”, “ensinamento” e “conselho”. Leva em consideração a raiz etimológica da palavra, sendo o “professor” tanto aquele que realiza falas públicas, como também o que professa uma crença ou ensinamento. O próprio Castelinho se posta como um aluno atento e passa indicar as aulas cívicas ao conjunto de seus leitores, sobretudo aos políticos e militares com poder de decisão. Não parece coincidência que é justamente quando passa a citar Arinos como uma referência intelectual para o problema da distensão, que começa a utilizar, com mais consistência, tal qualitativo.

Portanto, é necessário situar com mais precisão o papel relegado a Arinos no interior dos escritos de Carlos Castello Branco ou, em outros termos, quais as “funções” que a *Coluna do Castello* define ao “autor”⁵¹⁵ Afonso Arinos e, conseqüentemente, qual a imagem do intelectual mineiro foi compartilhada naquele espaço de interlocução liberal-conservador. A leitura das edições da referida coluna que o citam entre 1967 e 1979 nos leva a crer que três foram as formas privilegiadas de sua incorporação: enquanto autor de livros, prefácios e discursos cuja leitura era compreendida como fundamental para o esclarecimento dos problemas nacionais; como personagem histórico que testemunhou alguns dos momentos mais decisivos da vida republicana brasileira; e enquanto “professor”, a cujos conselhos, aulas e lições todos deveriam se atentar, especialmente no que tange a problemática da transição do autoritarismo para a democracia. Nesse sentido, o próprio Castello Branco se coloca como leitor, admirador da figura histórica e difusor dos conselhos oferecidos por Arinos.

Entre 1967 e 1979, suas principais publicações foram lidas e veiculadas por Carlos Castello Branco em sua coluna diária no *Jornal do Brasil*. Através de notas informativas, em que antecipava a próxima obra a ser publicada, ou mesmo por meio de um texto mais detido, no qual procurava assinalar as lições mais importantes, o jornalista sempre buscava assinalar a relevância das ideias de Arinos para o esclarecimento das questões consideradas atuais. Mesmo livros que não possuíram grande destaque na crítica especializada eram recomendados como portadores de uma versão autêntica a respeito de algum acontecimento ainda não devidamente esclarecido⁵¹⁶.

O fato de Arinos ter testemunhado alguns dos acontecimentos mais importantes da história contemporânea era observado como um dos pontos de distinção de seus escritos, uma vez que evidenciavam, em um só lance, a qualidade do escritor talentoso, a perspicácia do arguto intelectual e a experiência singular de um homem que viveu a história, na condição de testemunha ou de protagonista. Porém, não parecia interessar a Castello Branco os acontecimentos pretéritos em si, mas como o passado poderia iluminar os dramas vivenciados no presente.

⁵¹⁵ Sobre “função-autor”, Michel Foucault escreveu interessantes páginas. Para o filósofo, na modernidade, o autor adquiriu a função de delimitar, organizar e selecionar o universo dos discursos (FOUCAULT, M. O que é um autor? In: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos III**. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. I. A. Barbosa, Trad. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 264-298).

⁵¹⁶ Uma versão sobre a renúncia. **JB**. 05 out. 1967, Coluna do Castello, p. 4. Carlos Castello Branco.

É desse modo que a *Coluna do Castello* incorpora o terceiro volume de memórias do intelectual mineiro. Sobre o *Planalto* (1968), antes mesmo de sua publicação, já havia certa

ansiedade em torno de quais revelações o “embaixador” iria trazer, especialmente porque trataria do período entre sua posse no Ministério das Relações Exteriores e seus últimos dias no parlamento⁵¹⁷. Depois da publicação, Castello Branco dedica um espaço exclusivo na sua coluna para expressar o que aprendera com a leitura do novo livro de Arinos. Em sua resenha, afirma que “lendo-se as páginas finais de *Planalto*, terceiro volume das memórias do Sr. Afonso Arinos de Melo Franco, é mais fácil identificar as razões que levaram a opinião liberal a impugnar a Constituição de 1967 e a repudiá-la como instrumento de organização democrática”⁵¹⁸.

Em um momento de recrudescimento repressivo, a crítica liberal à Constituição de 1967 é ressaltada, dada a incompatibilidade entre o regime democrático e o conjunto de restrições políticas que redundaram “na imposição militarista destinada a impedir o exercício da liberdade pública”. Ao passo que faz uma crítica ao “militarismo presidencialista”, o jornalista não deixa de ressaltar as virtudes cívicas e democráticas do primeiro presidente militar, reproduzindo a imagem de que este agiu de modo a conciliar “as reivindicações revolucionárias com a instituição do governo democrático”. Por fim, a *Coluna do Castello* resalta a ação democrática de Arinos materializada na escrita do capítulo dos direitos do homem da Constituição de 1967, o qual representou “a esperança de que aquele capítulo viesse a se constituir em núcleo de reorganização do regime democrático no país”.

Arinos não era apenas abordado como escritor de obras originais, mas também redator de prefácios e notas introdutórias de livros escritos por outros relevantes personagens da cena política brasileira. Ainda mais importante é a mensagem cívica veiculada pelo intelectual mineiro e reproduzida por Castello Branco, que se esforçava em retirar dos escritos de Arinos aquilo que, em sua opinião, seria mais relevante para a compreensão da sua contemporaneidade⁵¹⁹.

No caso do prefácio escrito para a segunda edição das memórias de Juarez Távora, o jornalista apreende justamente a principal tese que Arinos estava a defender naquele momento:

⁵¹⁷ Carlos Castello Branco. As memórias de Afonso Arinos. **JB**. 26 mar. 1968, Coluna do Castello, p. 4.

⁵¹⁸ Carlos Castello Branco. Da Carta de 67 ao parlamentarismo. **JB**. 26 jan. 1969, Coluna do Castello, p. 4.

⁵¹⁹ Arinos prefacia Krieger. 13 set. 1973, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco.

JB.

o gradual enfraquecimento do presidencialismo “que degenerou na atual autocracia”. Assim como na resenha que escreveu para o livro *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo* (1973), Carlos Castello Branco ressalta a tese de que desde a Primeira

República as sucessivas crises políticas vivenciadas no Brasil deveram-se às fragilidades do sistema presidencialista⁵²⁰.

Em ambos os textos, a avaliação da história republicana brasileira é empreendida a partir da observação de que as elites políticas foram incapazes de criar uma institucionalidade que contivesse os ânimos sociais e pacificasse o país. Essa história não apenas continuou com a instauração do regime militar em 1964, como foi reforçada. Sobre esse ponto, o jornalista cita passagem de Arinos sobre a conjuntura política e institucional então vivenciada: “O sistema, em linhas gerais, continua a ser o mesmo: fechado, incompressível, sem nenhuma perspectiva política, e, o que é pior, sem nenhuma perspectiva de rumos de adequação do estado de exceção ao estado de direito”⁵²¹.

A sinuosidade da crítica de Arinos, a qual inscreveu os problemas brasileiros na longa duração da história republicana de modo a não os situar como particulares ao regime militar, é captada por Castello Branco e reforçada em sua crônica. Em um contexto de promessas de uma maior descompressão política, o jornalista utiliza-se da respeitabilidade de Arinos para cobrar a continuidade do projeto distensionista, sem deixar, contudo, de afirmar a necessidade histórica da ação das Forças Armadas nos “idos de março de 1964”⁵²². O tom mais ou menos pessimista da sua leitura sobre o passado brasileiro é direcionado a partir de uma mensagem otimista sobre o futuro do país:

Nos idos de março de 1964, as Forças Armadas entraram em cena para depor o mesmo Sr. João Goulart como vanguardistas de uma Nação alarmada, às vésperas do caos. O desdobramento dessa operação, que comportou alternativas de legalidade e de ilegalidade, terminando por prevalecer a tendência autocrática, conduziu-nos ao impasse de hoje. A Nação, no entanto, teve a feliz oportunidade de mostrar qual o rumo das suas aspirações. A Nação abrange obviamente suas Forças Armadas. Haverá nelas bolsões radicais e aspirações personalistas, mas na sua ação coletiva sempre predominou o interesse maior do país e das suas subjacentes aspirações de ordem e

⁵²⁰ Carlos Castello Branco. Uma republica em permanente crise. **JB**. 18 out. 1973, Coluna do Castello, p. 4.

⁵²¹ Carlos Castello Branco. A fatalidade do futuro. **JB**. 17 dez. 1974, Coluna do Castello, p. 4.

⁵²² Sobre o termo, Cf.: DINES, A.; CALLADO, A. **Os idos de março e a queda em abril**. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.

Carlos Castello Branco.

liberdade. Essa será a “fatalidade do futuro” a que se aludiu o Senador Afonso Arinos, ela nos devolve a esperança e dissolve os bocejos de tédio que rondam a alma da nossa última geração de homens públicos.⁵²³

Entre 1967 e 1974, Arinos aparece na *Coluna do Castello* na condição de testemunha histórica, ator político de destaque do passado recente, escritor talentoso ou mesmo em meio a

algum debate sobre as instituições políticas brasileiras⁵²⁴. Já a partir de 1975 o tema privilegiado da sua incorporação é o da distensão e abertura política. Esse, inclusive, foi o objeto de texto escrito pelo jornalista em caderno especial do *Jornal do Brasil*, intitulado “A safra da distensão”. Ao lado de livros como o escrito por Luís Viana Filho sobre o governo de Humberto Castelo Branco, aparece o recém-publicado *Problemas políticos brasileiros* (1975), ambos vistos como exemplos de publicações que contribuem para o esclarecimento da conjuntura brasileira no pós-1964⁵²⁵. Livro publicado pelo novo selo editorial da Editora José Olympio, “Brasil em Questão” – que aspirava “fugir aos radicalismos” e incentivar o debate democrático⁵²⁶ – prometia, nas palavras de Castello Branco, “ser uma importante meditação sobre o Brasil atual e seus impasses”⁵²⁷.

Na esteira das promessas de uma maior abertura política, Castello Branco deu vazão às ideias de militares considerados moderados, sobretudo aqueles que defendiam a estratégia de descompressão gradual, como foi o caso de Golbery do Couto e Silva, figura central no governo Geisel e um dos remanescentes da “Sorbonne Militar”, cuja atuação foi indispensável na conformação da Doutrina de Segurança Nacional empreendida pela Escola Superior de Guerra (ESG). Sobre Golbery, a *Coluna do Castello* reproduziu a nota introdutória escrita por Arinos para o livro *Geopolítica do Brasil*, publicado em 1967: “trata-se de documento no qual

⁵²³ A fatalidade do futuro. 17 dez. 1974, Coluna do Castello, p. 4.

⁵²⁴ Uma tese que Carlos Castello Branco encampa no final dos anos 1960 e início da década de 1970 é a da necessidade de substituição do sistema proporcional pelo voto distrital, nesse aspecto o colunista destaca Arinos como um dos intelectuais favoráveis à ideia e ambos passam a debater o assunto na coluna. Sobre isso, Cf.: Carlos Castello Branco. Eleição distrital fortalece o regime. **JB**. 26 fev.1969, Coluna do Castello p. 4.; Carlos Castello Branco. Arinos pela eleição distrital. **JB**. 01 mar.1969, Coluna do Castello p. 4; Carlos Castello Branco. Última eleição com voto proporcional. **JB**. 16 nov.1970, Coluna do Castello p. 4.

⁵²⁵ Carlos Castello Branco. A safra da distensão. **JB**. 24 maio1975, Livro, p. 2.

⁵²⁶ Entre os títulos desta coleção esteve *Segurança e Democracia*. de Amaral Gurgel, que avaliou, em chave positiva, o conceito de democracia em suas relações com a Doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra (GURGEL, A. **Segurança e Democracia**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1975).

⁵²⁷ Carlos Castello Branco. Fungindo aos radicalismos. **JB**. 12 abr. 1975, Coluna do Castello, p. 2.
Carlos Castello Branco. **JB**.

acompanhamos a evolução e a maturação de algumas teses e conceitos que justificam melhor, do ponto de vista intelectual, as motivações mais avançadas e profundas da Revolução de 64”⁵²⁸.

A estratégia adotada por Carlos Castello Branco parece se alinhar com aquela levada a cabo por Afonso Arinos: na medida em que observavam algum movimento por parte do governo no sentido de abertura política, mobilizavam a memória positiva das “intenções democráticas originais” da revolução de 1964 para questionar os “rumos” que o regime militar havia tomado. A crítica era circunscrita ora a elementos que ultrapassavam a experiência dos

⁵²⁸ A geopolítica em vigor. 21 fev. 1974, Coluna do Castello p. 4.
Carlos Castello Branco. **JB.**

militares no poder, ora aos contornos institucionais do regime. Asseguravam, entretanto, a respeitabilidade das Forças Armadas, ao mesmo tempo que defendiam que o que se estava praticando negava sua verdadeira identidade.

Castello Branco preocupava-se em manter uma interlocução ativa e, até certo ponto, crítica com as Forças Armadas. Ao separar “radicais” e “autoritários” de “moderados” e “democratas”, encorpava o coro de observadores que defendiam que a única forma do Brasil transitar para a democracia era isolar os militares radicalizados e legitimar a ação dos moderados no poder. Assim, encontrou em Arinos um exemplo ótimo de democrata que entendia que em nada acrescentava o radicalismo oposicionista.

O jornalista não se coloca apenas como leitor de Afonso Arinos, mas também como aluno. A partir de meados dos anos 1970, como já dito, passa a se referir de forma recorrente ao intelectual mineiro como “professor”. As aulas, originalmente proferidas em instituições universitárias ou em eventos comemorativos, são veiculadas como verdadeiras “lições” cívicas⁵²⁹. O “professor Afonso Arinos” é reclamado na crônica de Castelinho sempre que profere algum conselho. Sobre o tema da distensão, os ensinamentos iam na direção de aceitação tácita do projeto do governo como única fórmula possível de transição para a democracia.

As lições são de consentimento e resignação: “O professor Afonso Arinos endossou a tese da Arena de que a vitória eleitoral desse partido, a 15 desse mês, dará condições ao Presidente da República de prosseguir, com mais segurança, sua política de distensão, posta em risco a partir da derrota oficial nas eleições de 1974”⁵³⁰. Castello Branco também noticia movimentações de Arinos no sentido de respaldar o projeto distensionista: “O professor Afonso Arinos voltará a Brasília na próxima quarta-feira para receber o Prêmio Nacional de Literatura e para prosseguir a troca de ideias, ainda no âmbito parlamentar, com políticos situacionistas empenhados em oferecer ao Presidente Geisel fórmulas coerentes de reforma constitucional”⁵³¹.

Na *Coluna do Castello* aparecem referências de conversas privadas entre seu autor e o ex-senador sobre o suposto consenso construído em torno da redemocratização e reconstitucionalização do país:

Numa conversa dominical com o professor Afonso Arinos de Melo Franco – o qual, ontem, no auditório da Universidade de Brasília, proferiu conferência sobre a mais

⁵²⁹ Carlos Castello Branco. As três lições de Afonso Arinos. **JB**. 24 jun. 1976, Coluna do Castello, p. 2.

⁵³⁰ Carlos Castello Branco. A distensão e o clube Carter. **JB**. 07 nov. 1976, Coluna do Castello, p. 2.

⁵³¹ Afonso Arinos de volta a Brasília. **JB**. 20 ago. 1977, Coluna do Castello, p. 2.
Carlos Castello Branco.

importante de nossas Constituições, a de 1824 – chegamos facilmente à conclusão, em face da sucessão de pronunciamento de pessoas e entidades representativas de

todas as classes sociais, de que se estabeleceu finalmente, em nível de Nação, um consenso em favor da constitucionalização e da democratização do país. O prolongado processo dito revolucionário, ao longo do qual o Brasil foi governado pelo arbítrio, gerou cansaço e explodiu, após o erro de abril, num coro de manifestações reivindicantes do reconhecimento pelo Governo dos direitos do cidadão e da normalização das instituições políticas.⁵³²

Até 1978 Arinos é incorporado à *Coluna do Castello* como um possível conselheiro do governo para a distensão gradualista. A partir dali passou a discutir qual a pauta prioritária da redemocratização. No mesmo momento em que setores da sociedade reivindicavam a suspensão do AI-5, a anistia, o fim do bipartidarismo e a volta das eleições diretas para o Executivo, Afonso Arinos defendia que a “reconstitucionalização” é o pressuposto da “redemocratização” do país.

Pouco a pouco, Arinos foi se colocando no debate de modo a se posicionar como conselheiro capaz de oferecer fórmulas que levariam à reconstitucionalização do Brasil. As “aulas” dadas a Figueiredo pareciam indicar o papel que atribuía para si no novo governo que se iniciaria em 1979. Carlos Castello Branco, por sua vez, proferirá reiteradas declarações de apoio às opiniões de Arinos e fará do bacharel udenista o melhor exemplo de constitucionalista democrata⁵³³.

Nesse sentido, a visão de Arinos sobre a abertura era considerada, pelo jornalista, como a mais precisa: “A abertura, para ele, não é uma decisão opinativa de um Presidente e seus assessores. Não é diferença de estilo, mas de época. A abertura que experimentamos é uma ‘constatação factual’ – Os objetivos do grupo no Poder eram muito limitados, mas o grupo era cada vez menor diante da nação”, portanto “Esse conflito entre Governo e nação teria de resolver-se ou pela transformação do autoritarismo em ditadura, com grave comoção nacional, ou pela abertura política. Conflito vai se resolvendo em favor da nação e contra os objetivos limitados do grupo no Poder, cada vez mais restrito”⁶⁰⁰.

Nesse artigo, Castello Branco observa uma forte tensão estabelecida entre o “governo” e a “nação”. Arinos, por sua vez, era apresentado como intérprete dos melhores interesses nacionais, para cujos “objetivos limitados do grupo no Poder” pareciam não atentar. A oposição

⁵³² Carlos Castello Branco. Um retrato da unidade. **JB**. 25 out.1977, Coluna do Castello, p. 2.

⁵³³ Carlos Castello Branco. Em busca do permanente. **JB**. 26 ago. 1979, Coluna do Castello, p. 2. ⁶⁰⁰ Em busca do permanente. **JB**. 26 ago. 1979, Coluna do Castello, p. 2.

entre Estado e sociedade se tornaria um dos marcos da memória social sobre o regime militar. Uma mudança significativa na forma como era percebida a configuração política da época, o

que favoreceu às personalidades, que atuaram na zona de influência dos governos militares, a se apresentarem como intérpretes da nação brasileira na sua luta pela democratização.

Afonso Arinos, que desde o início da abertura regulada se apresentou como um interlocutor do campo liberal-conservador com o poder, reclama maior autonomia da sociedade em relação ao governo, e reorienta seu discurso público: não mais pede à sociedade que siga as orientações gerais do regime, mas exige dos líderes civis e militares que ouçam o apelo social por democratização. Uma sutil mudança, que balizará sua forma de atuação pública nos próximos anos e que continuou a encontrar na pena de Castello Branco um dos canais mais expressivos de comunicação. Durante toda a década de 1980, Arinos continuará sendo objeto de atenção de Carlos Castello Branco. Porém, outros espaços institucionais e lugares de sociabilidades políticas e sociais serão utilizados pelo “professor” para se apresentar como fiel defensor da democracia e lutador incansável da reconstitucionalização do país.

3 O CONSELHEIRO DA TRANSIÇÃO

3.1 “Toque de recolher em torno do presidente”

Em 20 de junho de 1975, *O Estado de São Paulo* noticiou, com riqueza de detalhes, a conversa entre o ex-parlamentar udenista e aquele que, por duas vezes, se candidatou à presidência pelo partido dos bacharéis. Assinada pelo jornalista Villas-Bôas Corrêa, a matéria não escondeu sua fonte: foi o próprio Afonso Arinos quem informou o ocorrido. A manchete assinalava o interesse público daquele diálogo: *Brigadeiro pede união com Geisel pela redemocratização*. Segundo informado ao jornalista, a conversa girou em torno da experiência de Eduardo Gomes nos movimentos revolucionários dos quais foi participante ativo, inclusive nas articulações que levaram os militares ao poder em 1964. O tom elogioso sobre as intenções democráticas do primeiro presidente do regime combinou-se com a reprovação dos “desvios revolucionários” e as violências praticadas contra os presos políticos.

A matéria noticiou o apelo feito pelo herói udenista a Afonso Arinos: “É muito necessário – acrescentou o brigadeiro – colocar a sua experiência política e de antigos companheiros, todos de comprovadas tendências democráticas, a serviço de um esforço, ao lado do presidente Ernesto Geisel, pela legalidade constitucional”. Por fim, Villas-Bôas Corrêa arrematou: “Considerando natural que a Revolução honre os seus compromissos, o brigadeiro não fez qualquer referência as resistências, civis ou militares, a plena restauração democrática. Como se as eventuais resistências não merecessem ser levadas a sério, pela evidência da sua nenhuma importância”⁵³⁴.

Carlos Castello Branco, em sua coluna diária, repercute tal encontro com sugestivo título: *Toque de recolher em torno do presidente*. Sobre Arinos, diz: “Dos sobreviventes da campanha de 1945, parece que ele não só é atualmente o mais dotado como o que fisicamente se apresenta em melhores condições para oferecer um projeto em torno do qual se reagrupassem os políticos civis e militares que puserem, na linha do Brigadeiro, a ajudar o presidente Ernesto Geisel a recompor a vida democrática no país”⁵³⁵.

O encontro com um dos heróis da memória liberal-conservadora tem especial simbolismo: ao passo que sustenta certa continuidade entre passado e presente, define o próprio

⁵³⁴ Villas-Bôas Corrêa. Brigadeiro pede união com Geisel pela redemocratização. **OESP**. 20 jun. 1975, p. 5.

⁵³⁵ Carlos Castello Branco. Toque de recolher em torno do presidente. **JB**. 30 jun. 1975, Coluna do Castello, p. 2.

Afonso Arinos como um dos interlocutores do campo liberal-conservador com o governo

Geisel. Não havia dúvida, a saída do impasse deveria ser empreendida seguindo as estratégias definidas pelo próprio governo e cabia aos democratas contribuírem, sem contestação, com os detentores do poder.

Essa conversa revela, ainda, a consolidação, no interior do campo de interlocução liberalconservador, de duas interpretações sobre o significado histórico da transição. Segundo Abreu e Lattman-Weltman, o “retorno do filho pródigo” e a “correção de rumos” – juntos com a “reforma pactuada” – formam as principais teses sobre a transição em voga no próprio período de sua consecução. Enquanto o “retorno do filho pródigo” aponta que a abertura iniciada em 1974 significaria voltar ao “espírito reformista” do movimento de 1964, pressupondo certa continuidade dos valores que “mantiveram-se de algum modo sempre presente no cálculo e na perspectiva dos líderes do regime”⁵³⁶; a tese da “correção de rumos” define que a transição é pensada “como resposta, originalmente não prevista, às disfuncionalidades geradas involuntariamente pelo próprio sistema autoritário em seu desenrolar; o que se enfatiza, nesse caso, é muito mais a *ruptura* ocasionada no espírito do movimento pelos efeitos perversos do sucesso incontestável da ‘Revolução’ no combate à chamada ameaça subversiva”⁵³⁷.

Ambas as interpretações, mais tarde consolidadas pelos estudos da Ciência Política e da História⁵³⁸, foram construídas *pari passu* ao próprio processo desencadeado pelo governo Geisel, e encontraram no *campo de interlocução liberal-conservador* espaço propício para sua fomentação. Mais do que uma teoria bem-acabada, tratava-se de uma justificativa histórica da posição ocupada pelos atores que apoiaram a deposição de João Goulart e, em alguma medida, se afastaram do regime no período mais repressivo. A perspectiva de que algumas mudanças estavam a ocorrer e a sensação de que a “revolução” se distanciara das suas “inclinações democráticas originais” estimularam a promoção de uma narrativa de caráter duplo: assinalar a *continuidade* de certos princípios e valores supostamente encarnados na “revolução de 1964” e

⁵³⁶ ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 69.

⁵³⁷ *Ibid.*

⁵³⁸ Deve-se considerar que alguns dos principais trabalhos historiográficos sobre a ditadura militar tiveram como fontes de pesquisas os próprios discursos veiculados na grande imprensa e a proximidade dos pesquisadores com a linha adotada pelos “militares moderados”, o que acabou por perpetuar, no interior do texto historiográfico, os pontos mais caros da memória liberal-conservadora sobre o regime militar. Exemplo da historiografia liberal que utilizou desse recurso analítico foi Thomas Skidmore, na obra já supracitada. Para uma crítica da historiografia que reproduziu a memória liberal sobre a transição, Cf.: NAPOLITANO, 2021.

atentar para a necessidade de “corrigir os rumos”, seja no sentido de “volta ao espírito de 1964” ou na direção da construção futura de uma ordem constitucional e democrática.

A difícil tarefa, no plano discursivo e simbólico, era a de estabelecer uma narrativa coerente, capaz de afirmar que os próprios detentores do poder se dedicavam a tornar o regime menos autoritário. Além disso, a “mudança de rumos” não significava um abandono completo do “legado da revolução”, mas um reforço dos seus méritos e conquistas. Para figuras como Afonso Arinos, os canais de diálogos abertos pelo regime com a sociedade, mesmo que seletivos, eram indicativos suficientes de que o governo estava interessado em proceder algum tipo de abertura política. Portanto, tornar evidente algo que poderia soar como contraditório foi uma atividade complexa e que demandou um esforço intelectual e uma construção comunicacional bem articulada. É nesse sentido que *intelectuais mediadores* como Afonso Arinos se tornaram relevantes e desempenharam papel estratégico na rotinização da legitimação social do projeto distensionista.

Ao longo da década de 1970, Arinos vai, pouco a pouco, encontrando a melhor maneira de falar sobre a problemática da transição. Aproveitando os debates abertos pela mídia, passou a tratar do tema, inicialmente de forma indireta e, depois, de maneira aberta. Ele também se qualificava para opinar em outras esferas, tal como a dos acontecimentos internacionais. Neste quesito, o evento mais relevante a contar com a voz do ex-ministro das relações internacionais foi a Revolução Portuguesa de 1974. No que diz respeito à experiência histórica recente de Portugal, Arinos também apresentava a própria vivência pessoal como evidência da importância da sua voz para o esclarecimento dos grandes temas da atualidade.

Já no dia 28 de abril de 1974, o *Jornal do Brasil* fez uma longa cobertura do ocorrido em Portugal, ficando a cargo de Afonso Arinos a análise da questão colonial portuguesa, em texto intitulado *Portugal-Brasil-África*⁵³⁹. No artigo de página inteira, o ex-ministro elaborou extenso histórico das relações entre Portugal e suas possessões de ultramar, assinalando as diferentes políticas portuguesas nesse quesito entre os séculos XV e XX. Também apresenta um relato individualizado, sublinhando sua atuação à frente do Ministério das Relações Exteriores, sua relação com Marcello Caetano, além de lembrar da conversa com Salazar, em 1961, sobre a questão angolana e a posição brasileira na ONU. Afirmou, ainda, que desde aqueles eventos

⁵³⁹ Afonso Arinos de Melo Franco. Portugal-Brasil-África. *JB*. 28 abr. 1974, p. 22.

tinha formado a convicção de que o fim do Estado Novo se aproximava e o principal fator de sua dissolução seria, justamente, o mal encaminhamento dado à questão colonial⁵⁴⁰.

Figura 23



Fonte: **OG**. Entrevista. “Afonso Arinos ao Globo: Militares portugueses não querem o poder”. 21 jul. 1974, p.17.

Em julho daquele ano, após estadia em Portugal, Afonso Arinos concedeu entrevista a *O Globo* em que relatava o ambiente político que encontrara naquele país⁵⁴¹. Esclarecendo que entrou em contato com diversas lideranças civis e militares, constata não haver qualquer intenção, por parte das Forças Armadas portuguesas, em implantar uma ditadura militar. Elogia o papel moderador dos comunistas e socialistas portugueses, assegurando a respeitabilidade de homens como Álvaro Cunhal e Mário Soares⁵⁴². Negando qualquer orientação marxista nas fileiras das Forças Armadas portuguesas, afirma a existência de um profundo “sentimento

⁵⁴⁰ Nas suas memórias, Arinos também relatou o encontro com o ditador português quando ministro das relações exteriores, Cf.: FRANCO, 2018 [1968], p. 1260 *et. seq.*

⁵⁴¹ **OG**. Entrevista. “Afonso Arinos ao Globo: Militares portugueses não querem o poder”. 21 jul. 1974, p. 17.

⁵⁴² Arinos lembra que na visita a Salazar, em 1961, chegou a conversar com alguns jovens opositores, entre os quais Mário Soares (Franco, 2018 [1968], p. 1264). Sobre a conversa que teve com Mário Soares na esteira dos acontecimentos portugueses, Arinos se detém no quarto volume de memórias, Cf.: FRANCO, 2018 [1976], p. 1564 *et. seq.*

social” orientado no sentido de arrancar Portugal da “idade média salazarista” e trazê-lo para o século XX, de forma a “proteger os trabalhadores e de criar novas condições sociais”. Lamentase, ainda, que embora exista uma imprensa livre, há uma marginalização da presença conservadora no debate público, “conservadora no sentido de preservar os valores cuja continuidade é essencial ao equilíbrio da sociedade e à personalidade nacional”. Deduz que a principal disfuncionalidade do regime salazarista era a sua anacrônica administração financeira,

sempre ciosa de equilíbrio orçamentário e saneamento monetário, tornando-se incompatível com as demandas do século XX, as quais se corporificam em torno do planejamento estatal, única ideia do pensamento soviético adotada pelas democracias ocidentais. Por fim, observa que, mesmo com as divergências internas na coalizão que governa Portugal, o processo político estava prosseguindo em direção à formação de uma Assembleia Constituinte capaz de elaborar “aquele documento garantidor das liberdades públicas e da ordem, e preservador da intervenção do Estado nos assuntos econômicos e sociais que caracterizam a necessidade de nosso tempo”. Sobre essa estadia em Portugal, deixaria registradas, no quarto volume de suas memórias, algumas reflexões a respeito dos “aspectos históricos do restabelecimento democrático dos países em desenvolvimento”⁵⁴³. Arinos medita sobre a influência das Forças Armadas em tais processos, observando como, nos diversos países que experimentaram algum tipo de transição democrática, a imparcialidade política dos militares “revelou-se hipótese infundada”.

A reflexão que me acode, há tempos, incessantemente, ao espírito, é a de que, no processo histórico do século XX, os países mais capazes ou mais tendentes ao restabelecimento do sistema democrático de governo (...) só poderão chegar à estabilidade institucional com a iniciativa e a cooperação das Forças Armadas. (...) O que aconteceu em Portugal não me parece ter disso um caso único, mas sim a expressão de um fenômeno geral que prevejo inevitável na Espanha, no Brasil e em outros países com tradições democráticas (...) Eis porque a revolução democrática portuguesa, provocada pelos militares, tanto me interessa. Seu sucesso abreviará muito a solução do caso brasileiro. Seu fracasso retardará o restabelecimento da legalidade no Brasil.⁵⁴⁴

A constatação de que não havia possibilidade de se pensar o reestabelecimento democrático no Brasil sem a contribuição ativa das Forças Armadas, já aparecia nos textos e entrevistas que concedeu em 1974, mas ganharia mais gravidade na série de artigos publicados pelo *Jornal do Brasil*, em junho de 1975, sob o título *Tormenta em Portugal*. Nesta ocasião,

⁵⁴³ FRANCO, 2018 [1976], p. 1563.

⁵⁴⁴ *Ibid.*, p. 1563-1564.

além de tratar dos antecedentes históricos das instituições políticas portuguesas⁵⁴⁵, dos problemas enfrentados pelo “impasse ultramarino”⁵⁴⁶ e do “processo de descolonização e independência”⁵⁴⁷, Afonso Arinos apresenta ao leitor uma reflexão recorrente em sua produção intelectual: a problemática da autoridade do Estado no decorrer das revoluções⁵⁴⁸.

Diferentemente das primeiras impressões, observa que as disputas internas e a radicalização de parte dos revolucionários portugueses evidenciavam a preocupante situação “em que a autoridade do Estado desaparece e é sucedida, ou pela anarquia, ou pela confrontação de forças internas, nenhuma delas capaz de criar verdadeira autoridade legal”. Da experiência portuguesa, Afonso Arinos depreendeu que a politização das Forças Armadas não só permitiu o rompimento com o regime salazarista, como significou uma força de moderação contraposta aos ímpetos radicais dos comunistas que teimavam em negar o princípio da representatividade democrática.

A partir dessa análise, afirma que a especificidade da relação entre as Forças Armadas brasileiras e o “poder civil” estaria no fato de que aquelas “deixaram margem à ação civil, orientação hoje acentuada e transferida ao próprio terreno político pelo presidente Geisel”. A afirmação de que a singularidade da situação brasileira se deve à “larga margem de manobra” concedida pelos militares aos civis não é trivial. A representação das Forças Armadas enquanto instituição fundamental para a implantação da democracia, embora contradita pela experiência recente, corresponde a uma estratégia de Afonso Arinos, que o acompanhou durante toda o período autoritário, de preservar a imagem das instituições militares a fim de manter uma interlocução com suas alas mais moderadas. A observação de que havia uma larga margem de participação civil, por outro lado, correspondeu ao lugar ocupado pelo intelectual mineiro em relação ao governo Geisel e suas promessas de abertura lenta, gradual e segura.

A lição da necessidade de equilíbrio entre ordem e liberdade, retirada da experiência portuguesa é parte integrante da mensagem cívica veiculada, a partir de meados dos anos 1970, à opinião pública brasileira. Compõe, também, outro recurso recorrentemente mobilizado por

⁵⁴⁵ Afonso Arinos de Melo Franco. Série Tormenta em Portugal I- Antecedentes. **JB**. 10 jun. 1975, p. 10.

⁵⁴⁶ Afonso Arinos de Melo Franco. Série Tormenta em Portugal II- O impasse ultramarino. **JB**. 11 jun. 1975, p. 10; Afonso Arinos de Melo Franco. Série Tormenta em Portugal III – O impasse ultramarino. **JB**. 12 jun. 1975, p. 12.

⁵⁴⁷ Afonso Arinos de Melo Franco. Série Tormenta em Portugal IV – Descolonização e Independência. **JB**. 13 jun. 1975, p. 11.

⁵⁴⁸ Afonso Arinos de Melo Franco. Série Tormenta em Portugal V- Síntese e conclusões. **JB**. 14 jun. 1975, p. 10.

Arinos na confecção da sua imagem pública: a de um homem pertencente a uma das mais ricas tradições culturais brasileiras que é aquela originada de Minas Gerais.

Além de se apresentar como intelectual cosmopolita, o ex-parlamentar udenista nunca deixou de integrar à sua identidade as relações umbilicais com a cultura mineira. À imagem do seu pai, homem que soube combinar o provincianismo mineiro, a brasilidade e o cosmopolitismo⁵⁴⁹, Afonso Arinos fez tributo à tradição política mineira, em um tipo de ritualismo caro à *mitologia da mineiridade*⁵⁵⁰. De acordo com Arruda: “Estamos assim, diante de um rito que busca legitimar de forma incontestável o lugar dos mineiros no Brasil,

principalmente nos momentos cruciais, nas fases de transição entre o fim de uma época e abertura de outra”⁵⁵¹.

Tal identidade regional, cuja especificidade reside na capacidade de se conectar à simbologia nacional, possui uma longa história. Os usos políticos que instrumentalizaram a mineiridade ocorreram em diversas ocasiões importantes na história brasileira, inclusive como parte da legitimação ideológica tanto do movimento conspiratório que articulou o golpe de 1964, quanto do regime político que o sucedeu⁵⁵². Embora Arinos tenha proferido, em vários momentos da sua vida pública, manifestações de invocação da mineiridade, a partir de meados dos anos 1970 ganharam contornos específicos: é em torno da problemática da transição que passou a mobilizar tal imaginário.

Nesse momento, o evento mais representativo da forma como Arinos incorporou a mitologia da mineiridade ao seu discurso público foi a aula magna proferida na Universidade Federal de Minas Gerais, em março de 1976, cujo título, *Pela Restauração do Direito*⁵⁵³, carrega a síntese da mensagem que se pôs a veicular. Pensada como ocasião ideal para execução de um plano que alimentava havia algum tempo, Afonso Arinos via ali a “conveniência de uma manifestação, ao mesmo tempo moderada e afirmativa, de análise da situação nacional”, e o momento ideal para “lançar, em forma didática e não polêmica ou contestatória, o meu próprio manifesto”⁵⁵⁴.

⁵⁴⁹ A biografia que escreveu sobre seu pai, Afrânio de Melo Franco, foi dividida em três volumes, cada qual correspondente a uma fase: mineira, nacional e internacional.

⁵⁵⁰ ARRUDA, M. A. **Mitologia da mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 94.

⁵⁵¹ *Ibid.*, p. 100.

⁵⁵² STALING, 1986.

⁵⁵³ FRANCO, A. A. M. *Pela restauração do direito*. In: FRANCO, A. A. M. **O som do outro sino: um breviário liberal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1976], p. 191-214.

⁵⁵⁴ FRANCO, 2018 [1976], p. 1609.

Nessa aula, o professor lança mão de boa parte da simbologia particular ao discurso político da mineiridade, apresentando como tese “algumas considerações sobre a continuidade e atualidade brasileira da política de Minas Gerais”⁵⁵⁵, de maneira a reforçar a ideia de que “o passado político de Minas serve de ensinamento, estímulo e exemplo para o planejamento de instituições políticas”⁵⁵⁶. Seria Minas o único estado, em razão da sua formação histórica tardia, com “características privativamente brasileiras”⁵⁵⁷, tornando-se o polo decisivo tanto no processo de constituição da unidade nacional como na criação do Estado brasileiro. Foi deste estado que teria se originado “o atraente espetáculo de uma cultura partida das elites que se vem enraizar, robustecer e adquirir originalidade criadora nas massas populares”⁵⁵⁸. Portanto, é da

osmose entre as ideias da elite absolvida pelo sentimento da massa que se “argamassou este equilíbrio entre ordem e liberdade que marcou para sempre a personalidade do povo mineiro”⁵⁵⁹. Segundo Arinos, estes seriam os dois polos da “tradição política liberal de Minas”, uma vez que “consiste nessa inclinação continuada para colocar em termos racionais e não passionais as limitações às liberdades que são necessárias à coexistência social”⁵⁶⁰. A própria história brasileira parecia movimentar-se pendularmente entre tais imperativos, e foram os ilustres estadistas mineiros que exemplarmente travaram a luta da ordem contra a anarquia e a da liberdade contra o despotismo.

É desta maneira que Arinos apresenta o panteão de estadistas mineiros, sempre apelando para a exemplaridade das suas ações e a virtuosidade da moralidade política por eles expressas. Do Império à República, os casos são vários: Marquês do Paraná conseguiu realizar o ideal da conciliação, que foi capaz de eliminar as lutas facciosas pelo poder e servir de instrumento político “da grande fase de paz e desenvolvimento do Império que vai de 1850 até depois de 1860”⁵⁶¹; Teófilo Ottoni, “a outra face de Minas”, depois da sua impetuosa ação “luzia”, liderou o “verdadeiro liberalismo, aquele que corresponde ao império da lei sobre a liberdade e sobre o poder”. Mas teria sido Bernardo Pereira de Vasconcelos o principal nome, entre os estadistas mineiros, a representar com fidelidade o movimento pendular entre ordem e liberdade, sendo

⁵⁵⁵ *Id.*, 1978 [1976], p. 195.

⁵⁵⁶ *Ibid.*, p. 195-196.

⁵⁵⁷ FRANCO, 1978 [1976], p. 196.

⁵⁵⁸ *Ibid.*, p. 202.

⁵⁵⁹ FRANCO, 1978 [1976], p. 203.

⁵⁶⁰ *Ibid.*, p. 206.

⁵⁶¹ *Ibid.*, p. 209.

⁶²⁹ *Ibid.*, p. 207.

ele tanto o liberal do Primeiro Reinado a enfrentar o despotismo de Pedro I, quanto o conservador da Regência, que combateu a anarquia de Feijó.

Arinos cita o discurso do velho conservador mineiro, datado de 1837: “Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém é diverso o aspecto da sociedade; os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora o risco pela desorganização e pela anarquia”⁵⁶². Ao lembrar que essa é a parte mais recordada daquele discurso, faz questão de ressaltar outro trecho menos conhecido: “Quem sabe se, como hoje defendo o país contra a desorganização depois de o haver defendido contra o despotismo... não terei algum dia de dar outra vez minha voz ao apoio e à defesa da liberdade”⁵⁶². Portanto, a personalidade de Vasconcelos exprimiria “de forma admirável, aquele equilíbrio entre ordem e liberdade que é da essência do espírito mineiro e consubstancial à democracia”⁵⁶³.

Outros nomes das elites políticas mineiras, especialmente os republicanos Cesário Alvim, Artur Bernardes e Antônio Carlos, continuaram a busca do equilíbrio entre ordem e liberdade. Além destes, “O mesmo papel representaram, em 1945, Virgílio de Melo Franco, e, em 1964, Pedro Aleixo e Milton Campos. Em 1945, Minas liberal defendia a liberdade contra a ditadura, e partiu dela o primeiro golpe, com o Manifesto Mineiro. Em 1964, Minas liberal defendia a ordem contra a anarquia.”⁵⁶⁴. Arinos finaliza seu discurso demonstrando a continuidade dessa história pendular, ressaltando que o momento seria de: “Contribuir com a continuidade do seu pensamento liberal, contribuir para aquilo que o momento exige, o aprimoramento da ordem pela restauração do direito e da liberdade”⁵⁶⁵.

A construção da narrativa de Arinos a respeito da tradição mineira é elucidativa tanto da forma como do conteúdo da mensagem por ele veiculada nesse momento. No que diz respeito à forma de seu discurso, a evocação de uma simbologia que encontra na experiência exemplar de homens cujas ações contribuíram para a conformação da nacionalidade e, como tal, é capaz de elucidar os dilemas do presente, guarda relação com o seu próprio estilo intelectual e sua compreensão do tempo histórico. No tocante ao conteúdo, a mensagem é dupla: de um lado busca positivar a ação dos apoiadores do movimento de 1964, reafirmando a virtuosidade da defesa da ordem contra a anarquia, que teria sido o seu motivo originário; por outro, defende a

⁵⁶² *Ibid.*

⁵⁶³ *Ibid.*

⁵⁶⁴ FRANCO, 1978 [1976], p. 203, p. 213.

⁵⁶⁵ *Ibid.*, p. 214.

necessidade de se pensar, no presente, uma forma de empurrar o pêndulo para o lado da liberdade, abrindo espaço para o restabelecimento do Estado de Direito. Portanto, a evocação do legado mineiro na construção das instituições brasileiras não tem a função exclusiva de celebrar uma tradição passada, mas a de garantir a sua atualidade, de confirmar sua importância no tempo presente. Nesse sentido, o próprio Arinos, ao se colocar como herdeiro dessa tradição política, se dispõe a continuar sua história.

A repercussão desse discurso é reveladora do apelo simbólico que possuía a cultura política liberal-conservadora no momento de sua enunciação⁵⁶⁶. A imagem de Arinos como grande conselheiro é reforçada na medida em que suas lições a respeito do passado brasileiro são entendidas como “esboço de progresso político, que pode e deve ser um roteiro para o nosso futuro próximo”, tal qual afirma Tristão de Athaíde. Ainda segundo o pensador católico, essa aula significou:

a mais elegante condenação, sem o dizer, do regime político instaurado em 1964. É até hoje indefinido em suas definições teóricas, mas claramente definido como um regime de força em seu exercício prático. Daí refletimos que esse esboço de programa político, baseado no espírito da liberdade, da ordem e da justiça social, pode ser o ponto de partida de uma solução para o impasse institucional em que nos encontramos⁵⁶⁷.

Aspecto importante na confecção da *identidade estratégica* de Arinos deve-se a sua reafirmação enquanto pertencente à tradição liberal. Como vimos, no início dos anos 1970, algumas de suas manifestações foram na direção de relativizar a pertinência do credo liberal para a resolução dos problemas jurídicos, políticos e econômicos brasileiros. A partir de meados dos anos 1970, ao contrário, a autoimagem cultivada de representante do liberalismo histórico brasileiro torna-se uma das marcas distintivas do seu discurso público.

É justamente essa a mensagem reproduzida pela imprensa na oportunidade da aula proferida na Universidade de Minas Gerais, sendo ressaltada tanto a diferença entre o liberalismo econômico (que rejeita) e o liberalismo político (que reafirma), definindo-o como “sistema de racionalização das limitações às liberdades individuais”⁵⁶⁸; quanto a

⁵⁶⁶ Arinos deixaria registrado, no quarto volume de suas memórias, a grande quantidade de manifestações públicas e privadas de aprovação do seu discurso. Finaliza o texto revelando as suas expectativas: “Agora é esperar pela possível maturação da sua leitura desapaixonada pelos grupos dirigentes, principalmente aqueles não institucionalizados” (Franco, 2018 [1976], p. 1610).

⁵⁶⁷ Tristão de Athaíde. Sonho de uma noite de verão. **JB**. 29 abr. 1976, p. 4.

⁵⁶⁸ **JB**. A. Arinos diferencia liberalismos. 08 mar. 1976, p. 3.

indispensabilidade dos Direitos Humanos para o desenvolvimento econômico. Nesse aspecto, o trecho destacado pelo *Jornal do Brasil* é elucidativo:

Nunca será mais possível erradicar da consciência coletiva de povos como o brasileiro – econômica e socialmente em desenvolvimento, mas plenamente desenvolvido quanto à herança cristã – a segurança instintiva de que o desenvolvimento econômico e o progresso social só se justificam historicamente como base e garantia dos Direitos Humanos. Sem eles, ordem é tirania e desenvolvimento, privilégio⁵⁶⁹.

Essa não foi a única vez que a voz de Arinos aparecia associada à necessidade de reordenação jurídica do Estado brasileiro. Em 1977, recebeu o Prêmio Teixeira de Freitas pelo Instituto de Advogados, evento em que proferiu o discurso *Teixeira de Freitas e a renovação do direito*. No *Diário de Bolso* (1979), assinala que os discursos de 1976 e 1977 significaram “minhas manifestações de inconformidade política”⁶³⁸. Em correspondência com seu filho, relata o alcance e o interesse que tal fala provocou:

Fiz no Instituto dos Advogados, ao ensejo do recebimento da medalha Teixeira de Freitas, o discurso cuja cópia remeto. O Instituto vai editá-lo em *plaque*. Todos os grandes jornais do Rio e S. Paulo publicaram trechos significativos. Hoje o JB dedicou um editorial. Creio que a repercussão vai-se alargar. O Odilo fez uma referência pública; o Cardim está procurando transcrevê-lo na íntegra; recebi vários telefonemas e telegramas. Foi uma espécie de tentativa de manifesto mineiro com uma só assinatura. O Tancredo Neves pediu-me um exemplar para levar a Brasília. O Presidente da Assembleia Mineira fez o mesmo, para BH. Como você verá, nada tem ele de mais a não ser um convite à reflexão e uma palavra de incentivo. O Guilherme⁵⁷⁰ assistiu e pediu-me um exemplar para remeter ao irmão. Descarreguei minha consciência⁵⁷¹.

Afonso Arinos estava animado com a repercussão do seu discurso. Além disso, a recepção, tanto por parte da imprensa como por setores políticos ligados à oposição moderada e ao governo, revela uma forma de posicionamento nas discussões sobre a liberalização. A mensagem não é de contestação ao governo, mas um chamado à colaboração e uma convocação para o que chamou de “reconciliação nacional”. O *Estado de São Paulo* assinalou que: “o conselho que o antigo mestre, hoje aos 72 anos, dá aos que ‘não são responsáveis pela direção do Estado, ou a ela se oponham, é que se afaste do ‘espírito vazio da contestação’ que não traduz

⁵⁶⁹ **JB**. Afonso Arinos acha que só tem desenvolvimento com plenos direitos humanos. 09 mar. 1976, p. 3; **OESP**. Para Arinos ordem sem direito é tirânica. 21 mar. 1976, p. 5. ⁶³⁸ FRANCO, 2018 [1979], p. 1651.

⁵⁷⁰ Alude a Guilherme Figueiredo, irmão do General João Batista de Figueiredo, que já, naquele momento, era apontado como um possível sucessor de Geisel na presidência da República.

⁵⁷¹ FRANCO FILHO, 1994, p. 299.

consigo nem ideologia, nem projeto nacional, nem reivindicação de classe. A atitude que o bom senso lhe indica é a colaboração, mesmo não solicitada”⁵⁷².

Ao mesmo tempo em que proclamava a necessidade de alinhamento, sem contestação, ao esforço do governo no sentido da conciliação nacional, também propôs uma revisão na classificação do regime enquanto “revolução”. *O Estado de São Paulo* destacou o seguinte trecho: “Não há propriamente revolução – disse Arinos – na simples imposição da ordem material fora do direito. Quando se alteram os fundamentos do Direito Público e se conservam as bases obsoletas do Direito Privado (...) O que está se processando é o contrário de revolução”⁵⁷³. No *Jornal do Brasil*, matéria, editorial e seu principal colunista reafirmaram que revolução não é o mesmo que regime antijurídico e, portanto, dever-se-ia deixar de tratar como tal um movimento histórico que se forjou pelo abandono do Estado de Direito⁵⁷⁴.

Na leitura das fontes jornalísticas, fica perceptível que o ano de 1975 demarca o início de um movimento de maior articulação de Arinos com as forças políticas e sociais que

respaldavam o projeto distensionista do governo Geisel. Uma aproximação importante se deu com o partido governista. Naquele momento, a Arena vivenciava as ressonâncias das derrotas nas eleições legislativas de 1974, quando, empreendidas sob um clima de maior liberdade, o MDB soube utilizar-se dos meios de comunicação e propaganda para promover uma crítica aberta a pontos sensíveis do regime, fortalecendo o discurso oposicionista e evidenciando que a competição eleitoral se constituía em campo importante de contestação do arbítrio⁵⁷⁵. De toda maneira, o resultado favorável para a oposição, em especial nas áreas de maior concentração urbana, não deixou de surpreender o governo. A Arena passou a ser pressionada a apresentar resultados capazes de respaldar o programa de liberalização. Para isso, alguns líderes reafirmaram a necessidade de revitalizar o partido, de modo a promover maior aproximação com a sociedade e torná-lo um polo de debate dos problemas políticos e econômicos, além de reclamar centralidade à “autodeterminação partidária”⁵⁷⁶.

⁵⁷² OESP. Arinos: crise tem solução. 07 ago.1977, p. 7.

⁵⁷³ OESP. Ex-Senador condena abandono do direito. 28 jul. 1977, p. 6.; Pedro Dantas. Revolução Semântica. OESP. 30 ago.1977, p. 4.

⁵⁷⁴ JB. Afonso Arinos critica as revoluções que se afirmam pelo abandono do direito. 28 jul. 1977, p. 33; JB. Editorial “Hiato prolongado”. 29 jul. 1977, p. 10; Carlos Castello Branco. Crepúsculo passageiro. JB. 31 jul. 1977, Coluna do Castello, p. 2.

⁵⁷⁵ LAMOUNIER, B. O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, A. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 83-134.

⁵⁷⁶ GRIMBERG, 2009, p. 196. A Arena também tentou articular outros mecanismos de “participação social”, à exemplo da fundação da Arena Jovem, em 1969. A partir de meados dos anos 1970 novas demandas por maior participação política da juventude do partido foram articuladas. Sobre a Arena Jovem, Cf.: AMATO, G. Um

Foi nesse contexto que o partido criou a Fundação Milton Campos⁵⁷⁷. Presidido pelo deputado pernambucano Marco Maciel, o órgão pretendia capitanear projetos culturais e desenvolver pesquisas que preparassem o partido para as eleições municipais de 1976. A primeira reunião do seu conselho técnico, formado por renomados intelectuais, foi atentamente acompanhada pela imprensa. Afonso Arinos aparece, pela primeira vez desde a fundação do partido, vinculando-se explicitamente à legenda, chegando a se apresentar como “soldado arenista disciplinado”⁶⁴⁷.

Figura 24

O GLOBO ☆ 13-11-75 – Quinta-feira ☆ Páginas 6 ☆ 2.º Clichê

Fundação da Arena aprova Plano de Ação para 76

Etelvino sugere opções para estado de direito

BRASILIA (O GLOBO) — “A Revogação do Ato 17, para possibilitar o restabelecimento do Estado de direito, dependerá dos instrumentos ideológicos e permanentes de defesa do Estado, capazes de enfrentar as vicissitudes do mundo conturbado de nossos dias.”

A afirmação é do ex-Deputado Etelvino Lins, atual membro do Conselho Técnico da Fundação Milton Campos, para quem esse instrumental poderá ser efetivado por um desses três caminhos: o emendamento da Arena com o MDB, a transformação do atual Congresso em Constituinte e a promulgação de um Ato Adicional.

Poder constituinte

Em entrevista ao GLOBO, Etelvino Lins frisou que o Ato 17 não pode ser revogado para o simples, porque desarmaria o Estado para enfrentar as crises e

BRASILIA (O GLOBO) — Após intensa discussão entre o Professor Afonso Arinos de Melo Franco e o Senador Petrônio Portela, que também debateram o projeto sem querer falar nada com os jornalistas, a Fundação Milton Campos aprovou ontem plano de ação para 76 com sugestões para que sejam realizadas curtos, conferências e se criem projetos dos problemas institucionais brasileiros.

A reunião teve início às 16 horas com a presença de todos os membros do Conselho Técnico e Administrativo da Fundação, sob a presidência do Deputado Francisco Pereira. Inicialmente o presidente da Arena agradeceu a participação nos trabalhos de Miguel Resak, Afonso Arinos, Djalma Marinho, Etelvino Lins e Geraldo Trigueiro e abriu os debates sobre os quatro itens do Plano de Ação: Curta e Conferências, Projetos e Pesquisas, Movimento Eleitoral e Atividades Administrativas.

Divergência

O Senador Teófilo Vilela pediu que fosse colocada, como ponto principal para as pesquisas e estudos da Fundação, o problema do aperfeiçoamento das instituições. Imediatamente o Senador Petrônio Portela, que tinha dedicado do convite para fazer parte da mesa e ficou sentado na última fileira do Auditório Milton Campos, disse que a proposta estava prejudicada porque o assunto já tinha sido tratado, pela manhã, através da sugestão do ex-ministro Etelvino Lins, durante o encontro do Conselho Técnico.

Teófilo retrucou, afirmando que o colóquio do Professor Orlando Carvalho, de Minas Gerais, ao apresentar que “a Fundação tem um plano muito grandioso, bem acima das suas possibilidades financeiras”.

— Não somos ricos — disse — como os órgãos congêneres da Alemanha ou da Inglaterra. Se, nos tempos, como cientistas e pesquisadores, obrigação de levantar a questão institucional e indicar sugestões aos órgãos partidários. Quero somente chamar a atenção de que nos estamos dispondo a um trabalho que demanda recursos superiores aos da própria Fundação Getúlio Vargas.

Afonso Arinos retomou o pulso, recordando os esforços da Presidência Castelo Branco para institucionalizar a Revolução e tentou convencer por ouvir uma proposta de Miguel Resak, que resumiu as sugestões de Etelvino Lins e Teófilo Vilela e que foi aprovado por unanimidade.

Institucionalização

Na primeira reunião do Conselho Técnico da Fundação Milton Campos de Pesquisas e Estudos Políticos, depois de relembrar o rol do presidente do órgão, Marco Maciel, o ex-Deputado Etelvino Lins, um dos conselheiros, disse que, “para além de discussão, o mais importante seria o estudo para se promover a institucionalização da Movimento Revolucionário de 1964”.

O encontro do Conselho teve a participação de Afonso Arinos, Miguel Resak, Joazeiro Vilanova, Djalma Marinho, Eduardo Prado, Walter Costa Porto, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Etelvino Lins, Geraldo Trigueiro, Orlando Carvalho, Antônio

do Professor Orlando Carvalho, de Minas Gerais, ao apresentar que “a Fundação tem um plano muito grandioso, bem acima das suas possibilidades financeiras”.

— Não somos ricos — disse — como os órgãos congêneres da Alemanha ou da Inglaterra. Se, nos tempos, como cientistas e pesquisadores, obrigação de levantar a questão institucional e indicar sugestões aos órgãos partidários. Quero somente chamar a atenção de que nos estamos dispondo a um trabalho que demanda recursos superiores aos da própria Fundação Getúlio Vargas.

Afonso Arinos retomou o pulso, recordando os esforços da Presidência Castelo Branco para institucionalizar a Revolução e tentou convencer por ouvir uma proposta de Miguel Resak, que resumiu as sugestões de Etelvino Lins e Teófilo Vilela e que foi aprovado por unanimidade.

Institucionalização

Na primeira reunião do Conselho Técnico da Fundação Milton Campos de Pesquisas e Estudos Políticos, depois de relembrar o rol do presidente do órgão, Marco Maciel, o ex-Deputado Etelvino Lins, um dos conselheiros, disse que, “para além de discussão, o mais importante seria o estudo para se promover a institucionalização da Movimento Revolucionário de 1964”.

O encontro do Conselho teve a participação de Afonso Arinos, Miguel Resak, Joazeiro Vilanova, Djalma Marinho, Eduardo Prado, Walter Costa Porto, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Etelvino Lins, Geraldo Trigueiro, Orlando Carvalho, Antônio

Arinos: problema é representação

BRASILIA (O GLOBO) — O Professor Afonso Arinos de Melo Franco, que está participando da reunião do Conselho Técnico da Fundação Milton Campos de Estudos e Ciências Políticas, analisou ontem a participação das várias classes sociais, como os jovens e trabalhadores, na vida política nacional e disse que “o grande problema do mundo, que não tem sido equacionado no Brasil, é o das representações”.

Fonte: OG. Arinos: problema é representação. 03 nov. 1975, p. 6.

O ex-senador mineiro aproveitou a oportunidade para apresentar sugestões para a superação da crise brasileira. Na ocasião, não veiculou um discurso com os mesmos tons de

lugar para a mocidade na política: a atuação das juventudes na Arena Jovem durante a ditadura militar brasileira (1969-1979). In: BOHOSLAVSKY E.; MOTTA, R. P.; BOISARD, S. (org.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 371-390.

⁵⁷⁷ JB. Partido instala hoje Fundação Milton Campos. 17 set. 1975, p. 3.

⁶⁴⁷ OESP. Um plano para mobilizar a Arena. 13 nov. 1975, p. 4.

Miguel Reale e Etelvino Lins, para quem os objetivos daquela fundação seriam de atender ao chamado de Geisel à “imaginação criadora”, de modo a “estratificar a ideologia da revolução de 1964” e “institucionalizar o movimento revolucionário”⁵⁷⁸. Preferiu, no entanto, avaliar o sistema representativo e o papel dos partidos no seu fortalecimento. Em sua visão, “o grande problema mundial contemporâneo” reside na crise que afeta a representação política⁵⁷⁹, ameaçada “pelas minorias radicais de extrema-direita e extrema-esquerda que se insurgem contra a vontade da maioria”⁵⁸⁰.

Deste modo, a Arena teria que se revitalizar, criando formas de aproximações com os jovens e trabalhadores, camadas sociais afastadas do universo político e passíveis de serem absorvidas pelas “tentativas de minorias radicalizadas”. Portanto, o partido não era mais uma instituição permeada de notáveis personalidades, “um clube fechado”, mas um instrumento capaz de despertar o interesse do povo pela política e servir de intermediário entre “a necessidade do povo e o poder do Governo”⁵⁸¹. A Arena teria o importante papel, “sem agredir ninguém e sem utilizar a força do poder, que só afastaria a simpatia do povo – mas mobilizando

toda sua juventude na demonstração dos aspectos positivos e populares da revolução, aí incluiria, de forma realista, as perspectivas da distensão”⁵⁸².

A principal novidade de sua fala na ocasião foi o apelo para que fosse institucionalizado o “poder militar” na vida política, definindo-se juridicamente a sua limitação. Aponta, ainda, que o papel da classe política era o de “procurar informações sobre o que pode fazer, até onde pode ir em sua contribuição”. Sobre os militares, ressaltou que estavam “acessíveis ao diálogo” e órgãos como a Fundação Milton Campos da Arena e o Instituto Alberto Pasqualini do MDB, poderiam ser considerados “a vanguarda dos contatos para a convergência dos interesses nacionais”, pois já passava da hora de se estabelecer uma maior articulação entre as Forças Armadas e o “poder civil”⁵⁸³.

Importante notar que só em 1976, Afonso Arinos utiliza-se, de forma recorrente, do conceito de *distensão* para se referir à estratégia do governo em diminuir o grau de controle

⁵⁷⁸ **FSP**. Reale e Etelvino propõem estratificar a revolução. 13 nov. 1975, p. 3; **JB**. Arinos esclarece posição a respeito dos temas da Fundação Milton Campos. 19 nov. 1975, p. 4.

⁵⁷⁹ **OG**. Arinos: o problema é representação. 03 nov. 1975, p. 6.

⁵⁸⁰ **OESP**. Arinos pede redefinição de poderes. 13 nov. 1975, p. 4.

⁵⁸¹ **OG**. Afonso Arinos diz que partido não é clube fechado. 12 nov. 1975, p. 2.

⁵⁸² **OESP**. Afonso Arinos: AI-5 suspendeu a constituição. 15 maio 1975, p. 4.

⁵⁸³ **OG**. Afonso Arinos diz que partido não é clube fechado. 12 nov. 1975, p. 2.

coercitivo e abrir canais seletivos de diálogos com a sociedade. Esse é um momento em que as declaradas intenções de liberalização política se encontrarão sob suspeita. Como já dito, o processo de liberalização não se deu de forma progressiva e retilínea. Ainda na esteira da derrota eleitoral de 1974, o regime se notabilizou por operar duras perseguições a integrantes do PCB. Geisel utilizou os instrumentos de exceção para cassar mandatos de parlamentares da oposição considerados radicais. Os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho foram fartamente repercutidos pela imprensa e constrangeram publicamente o governo. Além disso, como resposta à derrota nas eleições de legislativas, o governo aprovou a chamada Lei Falcão, promovendo reformas no sentido de reverter os avanços eleitorais do pleito anterior, dificultando uma possível vitória do MDB nas eleições municipais de 1976.

Sobre tais assuntos, Arinos pouco tratou. Ao contrário, passou a veicular falas que reafirmavam a “distensão como única saída”. Após encontro com o senador Magalhães Pinto, deixou-se entrevistar por jornalistas que o questionaram sobre os conselhos que poderia oferecer ao governo depois das eleições de 15 de novembro. Sua resposta foi esclarecedora do tom adotado para tratar de temas delicados: “A melhor mudança é não haver mudança, mas sim a continuidade do processo que defendo, na linha já enunciada pelo Presidente da República”. Diz, ainda, que a anistia é uma alternativa factível, mas que esta deveria ser considerada como conclusão de um processo e não seu pressuposto, pois “é preciso que se encontrem as condições

sociais, políticas e econômicas para que o processo chegue a bom termo”. Nessa ocasião, define distensão nos seguintes termos:

uma ação no sentido que as liberdades civis abranjam plenamente os direitos humanos e a consciência, por parte do governo, de que esse processo será executado sem resistências, a partir das liberdades civis para os direitos humanos. E não podemos senão reconhecer que a situação do país hoje está diferente de alguns anos antes. Já estamos conseguindo alguma coisa. E estou certo de que a distensão se fará na medida em que o processo não encontre resistência. Ele envolverá, inclusive a possibilidade de o Governo ganhar as eleições majoritárias, o que significará uma mudança no comportamento eleitoral do povo em relação a ele⁵⁸⁴.

Sem contestação, sem resistência e com a vitória eleitoral da Arena, eis a chave para a continuidade da liberalização política. Nesse âmbito, o ex-parlamentar buscava alinhar sua fala à estratégia do governo, naturalizando as condições, impostas pelos militares no poder, de

⁵⁸⁴ **JB.** Arinos propõe distensão como única solução. 06 nov. 1976, p. 4.

implementação de algum tipo de reforma política. Se os aspectos formalista, abstrato e idealista caracterizam seu discurso jurídico, no eixo mais especificamente político sua retórica procurou dar vazão a uma abordagem realista e consequente. A vitória da Arena era o pressuposto de qualquer avanço no sentido da liberalização política, “porque significará uma mudança do comportamento do eleitorado em relação ao Governo. Com a distensão, o Governo ficará numa situação eleitoral muito melhor. Ela implica desaparecimento dos temores e queixas em relação a repressão e representa a possibilidade, por outro lado, do reconhecimento das realizações do governo”⁵⁸⁵.

A disposição do regime para manter-se no controle do processo político foi se complicando à medida que importantes setores sociais passaram a elevar o tom e assumiram um discurso abertamente oposicionista. O descontentamento chegou às classes altas e médias, fosse pela centralização das decisões econômicas, pelos crimes cometidos no âmbito dos Direitos Humanos ou mesmo pelo clima de violência de Estado comprometer o funcionamento de certas categorias profissionais. Os empresários e industriais brasileiros iniciaram o movimento pela desestatização da economia. Setores médios, a exemplo de advogados, jornalistas e cientistas, através de órgãos representativos como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), se engajaram pelo retorno do Estado de Direito. A Igreja

Católica, através das comunidades eclesiais de base (CEB's) e da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), engrossou o coro na luta em defesa dos Direitos Humanos.

Outros movimentos sociais se mobilizaram a partir de pautas relativas às condições socioeconômicas, a exemplo do movimento das mulheres contra a carestia, ou do debate sobre os direitos políticos, articulado na Campanha pela Anistia. No âmbito político partidário, o MDB sentiu-se revigorado com a vitória nas eleições legislativas e passou a incorporar em seus quadros militantes de diversas tendências ideológicas, aumentando o tom na crítica ao regime militar. As mobilizações e protestos de ruas foram reativadas, papel que coube aos estudantes, em importante passeata realizada em 05 de maio de 1977⁵⁸⁶.

⁵⁸⁵ **OG.** Arinos: vitória da Arena vai ser estímulo à distensão. 06 nov. 1976, p. 3.

⁵⁸⁶ NAPOLITANO, 2021.

Naquele ano, inclusive, dos vários manifestos pela democracia, o que contou com maior cobertura da imprensa foi a “Carta aos Brasileiros”, lida em ato público na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), em agosto de 1977, quando o curso de direito completava 150 anos. Seu autor, o jurista Goffredo da Silva Telles Junior, discutiu os fundamentos jurídicos e filosóficos do poder e da democracia, estabelecendo uma dura separação entre o que é legal e o que é legítimo. Para Marcos Napolitano: “Com a Carta, a oposição liberal ganhava uma base ideológica consistente, que se encaminhava para a defesa da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte como forma de marcar a transição e superar a ditadura, projeto que nem de longe passara pelos planos do Governo Federal”⁵⁸⁷.

Se as movimentações oposicionistas de maneira geral não despertaram grande interesse em Afonso Arinos, o caso da Carta aos Brasileiros tem especial relevância, uma vez que a temática da legitimidade do poder lhe era cara e seria natural, dado o seu reconhecimento de notável jurista, que se tornasse um dos consignatários daquele documento. Publicamente não esclarece o motivo de não ter assinado a Carta⁵⁸⁸. Afirma, contudo, que já apresentou, em palestra no Instituto dos Advogados, um apelo “para transição pacífica para o impasse brasileiro”: “Minha manifestação pessoal – afirmou – corresponde, no essencial as ideias contidas no documento, que são aquelas que atraem os grandes setores da sociedade civil, da Igreja, da Imprensa, dos meios jurídicos, dos meios políticos, dos meios intelectuais e, acredito também, que de crescentes setores das Forças Armadas”⁵⁸⁹. Porém, “se as ideias correspondem às suas”, parece que a forma mais veemente e mesmo oposicionista do documento, não. Em

missiva endereçada a seu filho, o motivo alegado de não ter assinado a carta é outro: “Não quis assinar a tal *Carta aos Brasileiros*, que representa bem o que não me parece aceitável no ‘espírito das Arcadas’. Formalismo”⁵⁹⁰.

A situação de maior pressão para ampliação da liberalização pretendida pelo governo ganharia mais força devido às condições internacionais, em especial a partir da vitória de Jimmy Carter para presidência dos Estados Unidos e sua retórica de questionamento das ditaduras latino-americanas e de defesa dos Direitos Humanos. O imbróglcio que envolveu a questão da tecnologia nuclear e das novas relações entre Brasil e Alemanha na área ganhou as páginas dos

⁵⁸⁷ *Ibid.*, p. 265.

⁵⁸⁸ **JB.** Afonso Arinos defende novo modelo político. 11 ago. 1977, p. 4. Nesta matéria, há a informação de que Arinos se negou a falar da Carta aos Brasileiros, uma vez que tinha enviado correspondência a Goffredo Telles Junior e não tinha sido respondido.

⁵⁸⁹ **FSP.** Para Arinos, as ideias correspondem às suas. 09 ago. 1977, p. 5.

⁵⁹⁰ FRANCO FILHO, 1994, p. 300.

jornais. Nesse caso, Afonso Arinos não silenciou e encampou o discurso do governo de defesa da soberania nacional: “Na medida em que se verifica uma ingerência indevida em assuntos ligados à nossa soberania e à competência constitucional de nossos poderes, cabe ao governo impedir esta ingerência e tomar as medidas que considera necessárias para dar prosseguimento a esta posição”. Entretanto, procurava deixar claro que soberania e Direitos Humanos deveriam se combinar, já que: “não posso desvincular a minha posição de defesa da soberania nacional no plano externo à defesa dos direitos humanos no plano interno”⁵⁹¹.

Importante notar uma sutil clivagem no discurso público de Arinos desse momento. Ao se colocar como apoiador das medidas reformistas do governo, de buscar respaldar o projeto distensionista e atenuar as contradições do processo de liberalização, o então professor emérito de Direito Constitucional tentava deixar claro que suas posições se davam de forma realista, uma vez que não havia qualquer possibilidade de restabelecimento democrático sem que deste processo participassem ativamente as Forças Armadas. Aceitava como um dado as declarações alarmantes de que maior pressão sobre o governo poderia significar um retrocesso no curso de liberalização. Nesse aspecto, a lembrança dos recuos de Humberto Castelo Branco diante das pressões autoritárias, e do fechamento do regime a partir de 1968, serviria de alerta para o que poderia ocorrer caso a oposição e a sociedade como um todo não cooperassem com o governo.

Este posicionamento dúbio de Arinos, dividido entre a retórica democrática em termos idealistas e as manifestações políticas pretensamente realistas, não é uma novidade desse momento, podendo ser observado em outras ocasiões, como no processo de elaboração da Constituição de 1967. A questão fundamental é a temporalidade de cada uma de suas manifestações: se o futuro poderia ser tratado como aberto a uma projeção mais próxima dos ideais democráticos, o presente deveria ser considerado em sua complexidade e nas suas

específicas relações de forças. A afirmação de que a racionalidade prudencial é uma virtude política a ser considerada nos momentos-chave, permitia-lhe adotar um discurso flexível, capaz de, ao mesmo tempo, criticar o regime e elogiar o governo. Eis a discreta clivagem presente nas manifestações públicas desse momento: o fato de se dedicar a respaldar o governo na execução das medidas de liberalização não significava a ausência de um discurso crítico ou moderadamente reprovativo dos caminhos trilhados pelo regime. Ao contrário, só seria possível a “correção de rumos” com o reconhecimento de que a “revolução” se afastara das suas

⁵⁹¹ **FSP**. Os políticos solidários com o Executivo. 06 mar. 1977, p. 10.

“intenções originais democratizantes”.

Figura 25



Fonte: FSP. Arinos critica regime. 29 abr. 1977, p. 4.

Figura 26

Arinos exalta luta pela normalização

RIO (Socursal) — Ao receber ontem a noite o título de "Cidadão Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro", o jurista e ex-chanceler Afonso Arinos sustentou que a volta ao Estado de Direito "não é somente o clamor dos juristas".

"Toda a consciência cultural brasileira está mobilizada para alcançá-la. Os cientistas das mais variadas especialidades, os escritores e os artistas de todas as categorias, a Igreja católica e as demais confissões religiosas, os estudantes, a imprensa escrita e falada, os empresários, os trabalhadores, os desportistas, os funcionários, em maioria que se aproxima da totalidade, não parecem desejar outra coisa. E as Forças Armadas, instituições nacionais historicamente sensíveis aos anseios do povo, sustentam o seu comandante-em-chefe no rotatório já iniciado. Os resistentes são minoria negligenciável. São aqueles que, como no velho testamen-



Para Afonso Arinos, "os resistentes são minoria negligenciável".

tos palavras da sua definição. Mas o dever histórico dos responsáveis é mobilizar as consciências dos que, por

habilidade entre as ciências sociais".

"Os mestres do Direito no Brasil têm o dever de, sem desafios nem provocações, recusar qualquer acomodação com o poder, ou com a força, que não vise ao restabelecimento do Estado de Direito. Seus princípios essenciais resistem a qualquer relativismo. A aplicação deles é que sofre as influências culturais, históricas e sociológicas, mas essas acomodações só podem ser processuais e não atingem a integridade da substância" — declarou.

Destacou não existir Estado de Direito "onde os direitos humanos não são reconhecidos", explicitando:

"Nem há Estado de Direito onde a repressão entrega o indefeso à violência de força irresponsável, onde um dos poderes submete a autonomia dos outros ao seu arbítrio, onde a justa liberdade é contida pela visão unilateral, onde a ideia de segurança do Estado se torna exclusiva,

Fonte: FSP. Arinos exalta luta pela normalização. 12 nov.1977, p. 5.

Além dos citados discursos na aula magna da Universidade Federal de Minas Gerais e no recebimento do Prêmio Teixeira de Freitas concedido pelo Instituto de Advogados, ambos fartamente reproduzidos pela imprensa e encarados por seu autor como "o seu manifesto mineiro", Afonso Arinos aproveitou ao máximo as oportunidades em que fora chamado a proferir algum conselho sobre a conjuntura política e institucional brasileira para emitir uma opinião reprovativa do caminho tomado pelo regime. O tema, na maior parte das vezes, se dava no âmbito jurídico. Inclusive, a divisão entre comentários políticos mais conservadores e a avaliação jurídica mais liberal parece conformar as duas faces do seu discurso, o que imprime substância à afirmação de que se tratou de um intelectual liberal-conservador.

A grande questão, portanto, era "o que fazer com o AI-5"⁵⁹². Nesse quesito, a "imaginação criadora" incentivada pelo governo apresentava duas direções: no âmbito político, as forças sociais consideradas relevantes deveriam se unir ao governo na sustentação das medidas de liberalização; no âmbito jurídico, a discussão em torno do modelo político brasileiro e de uma

⁵⁹² OESP. O que fazer com o AI-5. 14 dez. 1975, p. 6.

fórmula mais adequada de institucionalização do regime era incentivada, o que não significava um compromisso do governo na adoção de qualquer fórmula que retirasse das suas mãos o poder de decisão do alcance e do ritmo da liberalização⁵⁹³. Para Arinos, esse duplo processo tinha um pressuposto e uma consequência: a distensão era, necessariamente, política, e qualquer reforma institucional que dela originasse seria resultado de negociação. Restava à sociedade, portanto, colaborar na fomentação de um ambiente propício para o consenso e, ao mesmo tempo, elaborar fórmulas capazes de agregar os princípios democráticos à realidade política⁵⁹⁴.

Nesse sentido, se a crítica ao AI-5 era uma tônica do seu discurso público, isso não o levava a concluir que a solução jurídica para os impasses institucionais era a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte, vista como “idealista”, “irreal” e “impraticável”. Também não parecia uma opção o simples retorno à Carta de 1967⁵⁹⁵. Cumpre ressaltar que o discurso liberal-conservador de Afonso Arinos estabelecia uma sequência cronológica e lógica do processo de transição: primeiro a criação do consenso político em tono das propostas do governo, depois a implementação de reformas institucionais⁵⁹⁶.

Laureado professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e aclamado como respeitável jurista. É dessa posição de intelectual *experto*, possuidor de conhecimentos históricos, políticos e jurídicos, que Afonso Arinos irá se apresentar no debate sobre a transição a partir de meados da década de 1970. Também nesse aspecto seu recado apresenta uma duplicidade em termos de público-alvo: dirige-se tanto às elites políticas e intelectuais, retomando o apelo para que saíssem de seu isolamento e contribuíssem para a obra de conciliação nacional⁵⁹⁷; quanto, especificamente, aos “dirigentes governamentais”, veiculando sugestões para o prosseguimento do projeto distensionista. Sobre o regime instalado em 1964, a avaliação tentava ser clara: o que ocorreu foi a formação de “um poder estável e instituições instáveis”⁶⁶⁸.

⁵⁹³ SOARES; D'ARAUJO; CASTRO, 1995.

⁵⁹⁴ **OESP**. Afonso Arinos: AI-5 suspendeu a constituição. 15 maio 1975, p. 4.

⁵⁹⁵ **FSP**. A carta de 67 faz dez anos: Constituição, um documento histórico? 23 jan. 1977, p. 4.

⁵⁹⁶ **OG**. Afonso Arinos afirma que reforma requer uma ideia. 03 dez.1976, p. 7.

⁵⁹⁷ SARAYAMA, M. O isolamento das elites e o aviso de Afonso Arinos. **FSP**. 01 maio 1977, p. 6.

⁶⁶⁸ **OG**. Após 64, um poder estável e instituições instáveis. 02 maio 1976, p. 14.

Figura 27

O GLOBO 2-5-76 - Domingo ☆ Página 14

40 ANOS DE BRASIL, SEGUNDO AFONSO ARINOS

Após 64, um poder estável e instituições instáveis

BRASILIA (O GLOBO) — “A partir de 1964, a República brasileira atravessa uma fase de constante instabilidade de poder e permanentemente instabilidade institucional”. Essa é uma das principais conclusões do Professor Afonso Arinos de Mello Franco em sua síntese histórica sobre a Câmara dos Deputados, que será lançada quinta-feira, em português e inglês, como parte das comemorações dos 150 anos do Parlamento.

O livro do ex-Chanceler assinala: “É ainda imprevisível, neste início de 1976, o rumo que, no futuro, tomarão os acontecimentos políticos e, portanto, os elementos institucionais e constitucionais da nossa estrutura de poder”.

“A legalidade democrática é inseparável da Estado de Direito e pressupõe a limitação do arbitrio do poder pela sua submissão à lei. Circunstâncias conjunturais de caráter variado, nacionais e internacionais, têm obstado a que esse objetivo básico da Revolução seja alcançado. Não é possível negar, no entanto, que, sem ele, os ideais de 1964 terão sido atastados, assim como frustrada historicamente a ação conjugada das Forças Armadas com as forças democráticas”.

Com 110 páginas, o livro do Professor é dividido em dois grandes títulos — Império e República — com subdivisões de acordo com os períodos mais marcantes da História do Brasil.

Além do lançamento do livro de Afonso Arinos, a Câmara realizará na quinta-feira sessão solene e uma exposição no salão verde, de documentos e peças mobiliárias que retratam a sua história. Ainda como parte da comemoração, estarão abertas até o dia 30 de junho as inscrições para o concurso de monografias sobre a importância da Câmara, que serão julgadas por uma comissão presidida pelo ex-ministro e senador-aposentado Alomar Belchior. Os outros membros da comissão são os professores Afonso Arinos, América Jacobina Lacombe, Orlando Carvalho e José Honório Rodrigues.

A seguir, os capítulos finais do livro de Afonso Arinos que relatam o período compreendido entre o Estado Novo, e a deflagração do movimento revolucionário de 64:



Afonso Arinos de Mello Franco

Fonte: OG. Após 64, um poder estável e instituições instáveis. 02 maio 1976, p.14.

O ano de 1977 marca um aprofundamento nas aparições públicas de Afonso Arinos. Cada vez mais confortável com a *identidade estratégica de conselheiro da transição*, se dispõe a alarmar, de forma aberta, os perigos da continuidade do autoritarismo⁵⁹⁸. Além disso, recupera da cultura política liberal-conservadora a afirmação de que para retornar o Estado de Direito deveria haver um esforço comum de “conciliação nacional”⁵⁹⁹. Em discurso proferido na Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao receber do título de “Cidadão Emérito da UFRJ”, expõe o que significaria tal esforço coletivo:

Toda a consciência cultural brasileira está mobilizada para alcançá-la. Os cientistas das mais variadas especialidades, os escritores, e os artistas de todas as categorias, a Igreja Católica e as demais confissões religiosas, os estudantes, a imprensa escrita e falada, os trabalhadores, os desportistas, os funcionários, em maioria que se aproxima da totalidade, não parecem desejar outra coisa. E as Forças Armadas, instituições nacionais historicamente sensíveis aos anseios do povo, sustentarão o seu

⁵⁹⁸ FSP. Autoritarismo separa Estado da nação, diz Arinos. 28 jul. 1977, p. 4.

⁵⁹⁹ OG. Arinos prega conciliação nacional. 12 nov. 1977, p. 7.

comandante-em-chefe no roteiro já iniciado. Os resistentes são minorias negligenciáveis. São aqueles que, como no velho testamento, vão se petrificar porque olham para trás. Pode-se afirmar que todas as divergências ideológicas, políticas e profissionais ou religiosas desaparecem diante do anseio que transforma hoje o país em partido único, o partido da legitimidade, da justiça e da liberdade⁶⁰⁰.

Arinos dirige-se especialmente aos juristas e aos “mestres do direito”, afirmando que estes “têm o dever de, sem provocações, recusar qualquer acomodação com o poder, ou com a força, que não vise o reestabelecimento do Estado de Direito”. Mais uma vez, o formalismo jurídico deveria se respaldar na realidade política. Eis uma das características do bacharelismo mobilizado nesse momento: diferentemente do jurista puro, dedicado à criação de fórmulas consideradas ideais para a resolução dos impasses institucionais, o bacharel volta-se para a questão de como torná-las politicamente viáveis⁶⁰¹.

As manifestações de Arinos em favor da conciliação nacional não passaram despercebidas pelo meio político, tanto da situação como da oposição. Emedebistas, como o senador Mauro Benevides, afirmaram que “não devem ser medidos esforços” para a realização da tarefa de reconstrução democrática⁶⁰². O então deputado estadual por Minas Gerais Gerardo Renault declarou que Afonso Arinos “abordou o aspecto que nos parece fundamental da crise política brasileira: a dissociação entre Estado e Nação”. Além disso, o parlamentar arenista avaliou que: “Este era um ponto já sentido por Milton Campos no primeiro governo da Revolução. De lá para cá, as evidentes dificuldades de institucionalização levaram à situação antijurídica que, acima de tudo, promove o isolamento do Poder das suas legítimas fontes de origens”⁶⁰³.

Entretanto, a proposta de “conciliação nacional” não deixou de receber críticas, inclusive de políticos arenistas comprometidos com a continuidade do regime, a exemplo do deputado Aderbal Jurema, para quem Arinos falava “mais como mestre do que como político, que serviu ao mais calamitoso governo da República, o de Jânio Quadros”. O presidente da Arena de Pernambuco assinalou, ainda, que “A institucionalização da Revolução é uma preocupação de todos nós. Isso, no entanto, tem sido atrapalhado pela contestação. Desde o governo Castelo

⁶⁰⁰ **FSP**. Arinos exauta luta pela normalização. 12 nov. 1977, p. 5.

⁶⁰¹ CHALOUB, 2019.

⁶⁰² **FSP**. Emedebista apoia a conciliação. 29 jul. 1977, p. 4.

⁶⁰³ **FSP**. Emedebista apoia a conciliação. 29 jul. 1977, p. 4.

Branco perseguimos a plenitude do estado de direito, que, da democracia moderna está ligado ao sentido de preservação do regime, ideológica e politicamente”⁶⁰⁴.

O ano de 1977, portanto, parece ser um momento de inflexão, não apenas para Afonso Arinos, mas também para o próprio regime, que sofria fortes pressões para ampliar as medidas liberalizantes e diminuir o aparato repressivo. Para Marcos Napolitano, esse ano demarca o momento em que “a ‘questão democrática’ saía das enfadonhas discussões institucionais sobre o ‘modelo político’ mais adequado para institucionalizar o regime e ganhava a opinião pública

mais ampla”⁶⁰⁵. Se as manifestações oposicionistas não foram capazes de tomar a iniciativa política dos detentores do poder, conseguiram ampliar tanto o ritmo como a abrangência da abertura, uma vez que “Até o começo de 1977, a abertura era uma miragem, um projeto ainda incerto, mais preocupado em reorganizar o ‘modelo político’ do regime. A partir de 1978, transformou-se em uma agenda política voltada para a transição democrática”⁶⁰⁶. Não parece coincidência que é justamente nesse momento que Afonso Arinos passa a proferir seus apelos de “conciliação nacional”, redobrar a crítica aos limites jurídicos do regime e atenuar os movimentos aparentemente contraditórios do governo.

Figura 28



Fonte: OESP. Carneiro: conciliação só com anistia e nova Carta. 03 dez. 1978, p. 4

Nesse aspecto, cumpre lembrar que em abril daquele ano, Geisel dispôs dos instrumentos do AI-5, fechando o Congresso e promulgando medidas de casuísmo eleitoral, conhecidas como

⁶⁰⁴ OG. Jurema discorda da conciliação proposta por Arinos. 29 jul. 1977, p. 2.

⁶⁰⁵ NAPOLITANO, 2021, p. 262.

⁶⁰⁶ Ibid., p. 262.

“Pacote de Abril”⁶⁰⁷. Tais reformas pretendiam preparar o caminho para a institucionalização do regime e impedir que a oposição ganhasse maioria no Congresso nas eleições de 1978, instituindo eleição indireta para um terço do Senado; mantendo indiretas as eleições para os próximos governadores estaduais; aumentando a representatividade dos estados menos populosos (localidades nas quais a Arena tendia a conquistar mais votos); continuando as restrições à propaganda eleitoral já estabelecida pela Lei Falcão do ano anterior; alterando o quórum parlamentar para aprovação de emendas constitucionais; e ampliando o mandato presidencial para seis anos. Segundo Napolitano: “O recado era direto. A condição para a

liberalização do regime se consolidar era o controle absoluto do processo institucional por parte do Poder Executivo”⁶⁰⁸.

Mais uma vez, o silêncio foi o recurso encontrado por Arinos para não se manifestar a respeito de uma ação do governo que parecia contrariar as suas próprias intenções democratizantes. Só em 1978, na ocasião do encontro com o então candidato oficial à sucessão presidencial, que Afonso Arinos tratou das “recentes reformas”, sustentando que: “não correspondem à minha definição de Estado de Direito, mas eu acho que elas são um processo em fluxo, estão inseridas num processo cujo decurso vai acontecer e me parece necessário”⁶⁰⁹.

Ao mesmo tempo que o governo fechava o cerco para uma possível vitória eleitoral do MDB, e usava dos instrumentos de exceção para cassar parlamentares de oposição tidos como radicais, procurou ampliar os canais de diálogo com setores da sociedade. Para isso, contou com a participação ativa do senador Petrônio Portella. Conhecido como negociador hábil e político com inclinações liberais, o então presidente do Senado passa a encampar a “Missão Portella”, já ensaiada no início do governo Geisel, quando tentou uma aproximação com o MDB em torno do projeto distensionista, e aprofundada a partir de meados de 1977, voltando-se para o diálogo com representantes autorizados da sociedade civil.

Os encontros de Petrônio Portella, em sua maioria, foram acompanhados estrategicamente pela imprensa. Em junho de 1978, na iminência do anúncio das reformas constitucionais

⁶⁰⁷ D'ARAUJO; CASTRO, 2021.

⁶⁰⁸ NAPOLITANO, 2021, p. 257.

⁶⁰⁹ **FSP**. Reformas, um tema no encontro com Afonso Arinos. 07 jul. 1978, p. 4. O jornalista Carlos Castello Branco cita Afonso Arinos ao avaliar que o Pacote de Abril apresenta uma perspectiva favorável ao aceleração de medidas de revisão do regime com vistas à institucionalização democrática, cuja sucessão presidencial era estratégica e necessária, Cf.: Carlos Castello Branco. Predispondo ao otimismo. **JB**. 11 ago. 1977, Coluna do Castello, p. 2. Já em 1979, durante o governo Figueiredo, Arinos afirmou que o presidente foi contra o Pacote de Abril, Cf.: **OESP**. Arinos: Figueiredo foi contra Pacote de Abril. 21 jul. 1979, p. 4. ⁶⁸¹ **JB**. Petrônio afirma que Geisel fez mais do que prometeu. 24 jun. 1978, p. 7.

promovidas pelo governo Geisel, que tiveram como marco a extinção do AI-5, o *Jornal do Brasil* dedicou amplo espaço para tratar da importância da “Missão Portella” para o processo de abertura. Além de veicular os elogios do presidente do Senado ao presidente⁶⁸¹, resume os inúmeros contatos estabelecidos na sondagem das opiniões sobre as reformas políticas. Segundo a reportagem, foram pelo menos 58 encontros estabelecidos em seis meses, que iam desde juristas e políticos, passando pela Igreja, pelas entidades de classe e chegando aos líderes sindicais. A matéria destaca ainda que entre os interlocutores mais vezes consultados estiveram o marechal Cordeiro de Farias, Raymundo Faoro (então presidente da OAB), Prudente de Moraes Neto (presidente da ABI) e Afonso Arinos de Melo Franco, este

considerado “uma das principais influências sofridas pelo Senador Petrônio Portella no seu projeto de reforma”⁶¹⁰.

Figura 29



Fonte: OG. Arinos diz que do diálogo surgirá reforma profunda. 15 out. 1977, p.3

⁶¹⁰ JB. Os interlocutores do senador. 25 jun. 1978, p. 7.

A partir desse momento, Afonso Arinos passa a figurar nas páginas dos jornais dedicadas à política nacional de forma cada vez mais constante. As idas a Brasília, atendendo a convites para recebimentos de honrarias, propiciaram encontros com importantes nomes da política nacional, na maioria parlamentares com longa trajetória, cujas relações estabelecidas remontam ao momento anterior à chegada dos militares ao poder em 1964⁶¹¹. Com Petrônio Portella, os jornais noticiavam alguns encontros⁶¹². Nos comentários concedidos à imprensa não deixou clara a natureza da reforma pretendida. Emitiu opiniões que variaram entre uma retórica alarmista, segundo a qual ou se reforma o sistema ou o Brasil viverá uma crise jamais verificada em sua história; e uma mensagem pacificadora, afirmando a sensibilidade do presidente em

conduzir o processo político a partir de uma visão global. Sustentou, mais uma vez, que qualquer texto jurídico só poderá ser empreendido depois de um entendimento político⁶¹³.

Figura 31

⁶¹¹ **OG**. Tancredo reúne-se por 40 minutos com Afonso Arinos. 26 out. 1977, p. 6. Nessa matéria, além da conversa com Tancredo Neves em que foi acompanhado por Cordeiro de Faria, também são relatados os encontros com os senadores Daniel Krieger e Eurico Resende.

⁶¹² **JB**. Informe JB. 08 set. 1977, p. 6; **JB**. Afonso Arinos encontra Portella e espera a volta da democracia. 25 out. 1977, p. 5; Carlos Castello Branco. Afonso Arinos de volta a Brasília. **JB**. Coluna do Castello. 28 ago. 1978, p. 2.

⁶¹³ **JB**. Afonso Arinos nega encomenda. 18 ago. 1977, p. 14.

⁶⁸⁶ FRANCO FILHO, 1994.

Tancredo reúne-se por 40 minutos com Afonso Arinos

BRASILIA (O GLOBO) — Depois de um encontro de 40 minutos com o ex-Senador Afonso Arinos, o Deputado Tancredo Neves desmentiu que esteja postulando a liderança do MDB na Câmara, cargo que disputaria com o atual líder Freitas Nobre na eleição do próximo ano.

Tancredo procurou esquivar o assunto, lembrando que atualmente o "MDB" é um partido homogêneo e coeso, o que não poderia ser de outra maneira, já que o líder Freitas Nobre vem se conduzindo muito bem na liderança da bancada.

O deputado nada quis revelar sobre o que conversou com Afonso Arinos, lembrando bem humorado que "conversa entre mineiros se passa a dez mil milhas de altura, mas sem altivezas".

— Às vezes perdemos a atitude, mas na hora de alertar não acontece.

Embora Tancredo Neves tenha se recusado a adiantar detalhes do encontro, um parlamentar que conversou com ambos, disse que o ex-Ministro Afonso Arinos "participa de um esforço patriótico que está sendo feito, realizado por várias pessoas, para vencer barreiras que impedem o retorno do País ao Estado de Direito".

Segundo o mesmo parlamentar, nada de concreto foi discutido no encontro entre Tancredo e Afonso Arinos, notando contudo que o ex-Senador, "movido por alto espírito público, coordena a investida contra as sólidas barreiras existentes diante dos entendimentos".

— Como o ex-Ministro é um velho amigo do Tancredo, a conhece bem sua experiência e conhecimento político, nada mais natural que o procurasse para conversar, o que aliás deverá fazer outras vezes — disse a fonte.

A mesma fonte oposicionista desmentiu ainda que Tancredo tivesse sido procurado por Afonso Arinos para avaliar as possibilidades da oposição apoiar os entendimentos mantidos pelo Governo para institucionalizar o regime, na eventualidade do Partido estar realmente dividido com o lançamento da candidatura do Deputado mineiro à liderança na Câmara.

Cordeiro de Farias

A presença do Marechal Cordeiro de Farias no diálogo também foi analisada pela fonte, que destacou sua importância como um dos encaminhadores do diálogo, negando porém que o ex-Ministro do Interior funcione como ligação entre civis e militares, "mesmo porque, as ligações do Marechal são hoje muito mais com a área civil do que com a militar".

Esta mesma fonte revelou certa preocupação com a visita de Jimmy Carter ao Brasil, afirmando que a visita poderá adiar o processo de redemocratização do País, "porque o Presidente Geisel não tomara providências nesse sentido antes da chegada de Carter, nem depois da partida, para evitar a especulação de que foi pressionado". Acrescentou que Tancredo Neves compartilha dessa opinião.



Afonso Arinos e Tancredo: conversa de mineiros

Arinos quer substantivos

BRASILIA (O GLOBO) — O ex-Ministro Afonso Arinos advertiu ontem, após reunir-se com os Senadores Eurico Rezende, líder do Governo, e Daniel Krieger (Arena-RS), sobre a possibilidade dos convênios "conceituais entre políticos se diluírem, pois o entendimento político se faz através de conversas substantivas capazes de ser normatizadas".

No gabinete da liderança do Senado, Afonso Arinos disse que, no encontro com Krieger e Rezende, a conversa foi genérica, "típica de amigos que se reencontram".

— Mas, professor, comenta-o que o Senhor e o Senador Krieger estão redigindo

do um texto para as reformas políticas.

— Eu não redijo nada. Quem tem talento para isso é o Afonso Arinos — respondeu Krieger.

— Eu também não estou redigindo nada. Estou apenas ouvindo e conversando — complementou Afonso Arinos.

— O Senhor deu alguma ideia ao Senador Krieger, em relação às reformas?

— Quem dá ideias não sou eu. O Krieger me deu duas ou três grandes ideias. Se ele autorizar eu as revelo — respondeu Arinos.

— Que é isso? A hora é de silêncio — retrucou, sorrindo, o Senador Krieger.

Fonte: **OG**. Tancredo reúne-se por 40 minutos com Afonso Arinos. 26 out. 1977, p. 6.

Importante frisar que a maneira pela qual Arinos se apresentava publicamente, sempre verbalizando valores e princípios democráticos e atenuando as contradições do governo, foi articulada de forma estratégica e bem pensada. A leitura de outras fontes, em especial do volume de correspondências mais tarde publicado por seu filho homônimo⁶⁸⁶, favorece uma avaliação comparativa da maneira como falava à imprensa e o modo pelo qual, no seu círculo íntimo, observava os movimentos políticos e institucionais. Publicamente, a sua fala era moderada e apaziguadora, deixando transparecer um otimismo cauteloso em relação ao futuro do país. Nas correspondências posteriormente publicadas, ao contrário, o clima parecia ser de imprevisibilidade. Ali encontra-se um tom reprovativo em relação à maneira pela qual o

governo estava a conduzir a liberalização, demonstrando, inclusive, certa impaciência quanto ao ritmo lento e gradual. Aos jornais, diferentemente, procurava sustentar a inevitabilidade do gradualismo governista. Nas missivas publicadas, é possível perceber que as suas declarações à imprensa eram realizadas de forma seletiva e calculada, promovendo um jogo, caro aos políticos de ofício, de silenciar e falar nos momentos em que considerava mais oportuno.

Entre agosto de 1977 e junho de 1978, várias são as passagens de *Através do espelho* (1994) em que Arinos informa os contatos que vinha mantendo com o círculo de políticos e militares próximos a Geisel e ao seu futuro sucessor, João Baptista de Oliveira Figueiredo. A situação nacional é vista como “fluída e estável”⁶¹⁴, embora confusa, pois “a periodização forçada pelo Presidente e sua total abstenção (no que se toca à ação pública) vão criando problemas. Não é razoável que as reformas constitucionais estejam presas à indicação do candidato”⁶¹⁵. Já no início de 1978 aprofunda as conversas com Petrônio Portella, que o solicita a escrever “tudo o que pensava” sobre a situação nacional. Informa ao filho as condições para oferecer seus conselhos e colaborar com o governo:

Minha ideia é obter informações políticas tão sérias quanto for possível e, depois, escrever um trabalho preliminar, em forma de relatório confidencial, com poucas cópias, dizendo tudo o que eu penso. Se houver clima poderei colaborar concretamente. Claro que não espero que aceitem tudo (de resto não há uma necessidade em uma reforma parcial e casuística), mas não aceitarei colaborar em emplastros e cataplasmas do AI-5 – Estou numa fase da vida em que devo deixar propostas que sirvam de modelos futuros e não curativos de emergência, sobretudo transigindo com pontos básicos⁶⁸⁹.

Escrito entre os meses de fevereiro e março de 1978, o estudo teve bastante receptividade pelos setores civis ligados ao governo. Depois de apresentado a Petrônio Portella, Afonso Arinos resolveu publicá-lo em alguns dos principais jornais brasileiros⁶¹⁶, o que se seguiu a várias solicitações de entrevistas e colaborações para a imprensa. Em suas palavras: “meu trabalho foi um estouro nacional”⁶¹⁷. O *Jornal do Brasil* assim noticiou a entrega do texto: “Está

em Brasília, com 22 páginas e duas cópias, o documento que o professor Afonso Arinos de Mello Franco preparou para forrar o direito constitucional à imaginação criadora oficial. Não é um projeto de reformas, nem um esboço de constituição. É uma bússola”⁶¹⁸.

⁶¹⁴ FRANCO FILHO, 1994, p. 298.

⁶¹⁵ *Ibid.*, p. 304.

⁶⁸⁹ *Ibid.*, p. 311.

⁶¹⁶ Foi publicado, em partes ou na íntegra, pelo *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*. Sobre a repercussão na imprensa Cf.: **JB**. Arinos acha as reformas legítimas, mesmo sem constituinte. 30 abr. 1978, p. 4; **JB**. Ulisses discorda de Arinos, mas Tancredo apoia as teses de reformas gradualistas. 03 maio 1978, p. 3.; **OG**. Afonso Arinos sugere troca do AI-5 pelo Estado de Direito. 30 abr. 1978, p. 8; **OESP**. Projeto de reforma só será feito após diálogo com oposição. 23 mar. 1978, p. 3; **OESP**. Entrevista. Não existe democracia relativa. 19 mar. 1978, p. 10; **OESP**. Editorial: “A proposta da consciência jurídica”. 02 maio 1978, p. 3.

⁶¹⁷ FRANCO FILHO, *op. cit.*, p. 314.

⁶¹⁸ **JB**. Informe JB. 25 mar. 1978, p. 6.

O *Relatório sobre as Reformas Políticas* se tornou um documento-síntese do pensamento de Afonso Arinos sobre como deveria se processar a transição. Além disso, o seu autor o incorporaria na coletânea de textos publicada em 1978, *O som do outro sino: um breviário liberal*, livro que era composto de textos, conferências e entrevistas que comprovariam a sua inequívoca luta “liberal” pela democracia. Algumas das teses que veiculava desde o início do governo Geisel são ali expressas, assim como as propostas de saída para o impasse institucional solicitadas por Portella.

Arinos defendeu, no espírito da liberalização gradualista, não haver “democracia relativa”⁶¹⁹, uma vez que seus princípios são universais. Porém, as reformas deveriam seguir uma “periodização na implantação desses princípios”⁶²⁰. Tomando como impossível a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, argumenta que o constituinte originário só existiria nas ocasiões em que o regime fosse destruído, quer por golpe de Estado quer por uma revolução, o que não estava a ocorrer. Por outro lado, levanta a bandeira, a que se dedicaria nos próximos anos, da necessidade de formulação de uma nova Constituição, a ser elaborada pelo Congresso Nacional. Repele, ainda, as acusações de elitismo que esse tipo de proposta poderia sugerir, afirmando que todas as constituições democráticas foram obras de “grupos representativos das forças dominantes historicamente da sociedade”⁶²¹, ou seja, das elites. O grande objetivo a ser perseguido por qualquer proposta constitucional seria o de buscar o equilíbrio entre a ordem e o direito, elementos tidos como “inerentes ao Estado de direito democrático”⁶⁹⁶. Se a integração imediata do Estado de Direito é observada como politicamente inviável, seria possível promover medidas que garantissem sua implantação futura, tais como: cessação do AI-5, substituindo-o pelo Estado de Sítio, considerado como instrumento mais eficaz para a garantia da segurança nacional; restauração do *habeas corpus*; promoção da anistia e revisão das punições políticas.

Figura 32

⁶¹⁹ A expressão “democracia relativa” havia sido utilizado por Geisel. Sobre essa expressão Alves (2005) e Napolitano (2021) observam que é reveladora de qual “democracia” Geisel planejava instituir a partir da liberalização política.

⁶²⁰ FRANCO, A. A. M. Não existe democracia relativa. In: FRANCO, A. A. M. *O som do outro sino: um breviário liberal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 273.

⁶²¹ *Ibid.*, p. 309.

⁶⁹⁶ *Ibid.*, p. 311.

Política

DOCUMENTO

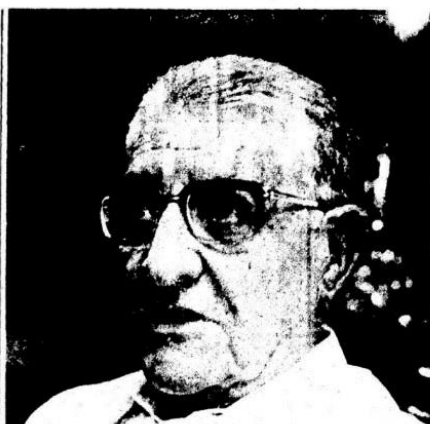
Afonso Arinos

Arinos: "Não existe democracia relativa"

A restauração da liberdade é um processo em todos os países, em todos os regimes, em todos os tempos. Ela não é um relâmpago, mas uma aurora. Mas não há relativismo na democracia, não pode haver democracia relativa, não existe ambigüidade na enunciação, na aceitação e na convicção dos princípios democráticos, que são poucos, porém inamovíveis e indiscretíveis. Ou existe ou não existe. O que há é uma periodização na implantação desses princípios, que têm de ser reconhecidos definitivamente de antemão, periodização que se submete, esta sim, às condições sociológicas, históricas, às

condições do meio e às potencialidades do momento.

E é que afirma o ex-chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, em longa entrevista ao "Estado", na qual retrata, de forma crítica, a história recente do Brasil, de 1934 para cá. Nesse depoimento, ele comenta as Constituições de 34 e 46, assim como as distorções do nosso sistema eleitoral, analisa o papel da antiga UDN, da qual foi líder numa das fases mais difíceis da política brasileira, faz revelações sobre a política de abertura para a África, iniciada quando dirigia a nossa diplomacia e discute o futuro político e institucional do País.



"A UDN não queria o governo. Queríamos ser contra os governos."

que era incompatível com as inclinações do governo. A UDN não queria o governo. Havia alguns udenistas que queriam governar, como Gabriel Passos, por exemplo. Mas os udenistas autênticos não queriam governar. Não queríamos ser contra os governos. Naquele tempo a única forma correta de ser contra, e essa é uma carreira brilhante, sabe? Muito mais interessante do que se chafurdar num cargo executivo.

Podemos voltar ao voto proporcional, para que o senar concisa e sua análise?

O voto proporcional multiplicando os partidos, a partir do governo Dutra, facilitou com que nenhum partido tivesse condições de eleger o presidente da República. Nos Estados Unidos não é assim, e isso é fundamental.

Brasil, o que aconteceu no Brasil? O presidente saía da sobre as molduras parciais. Três, sem exceção, tiveram isso. Dutra, Getúlio, Juscelino. Já Jânio, Jango. Os presidentes enfrentaram as molduras partidárias e passaram a se dirigir diretamente ao povo, prometendo coisas que os partidos não os deixaram cumprir. Eles fizeram e mentaram coisas que os Gracos na Roma antiga ficaram de costas para o Senado e falaram ao povo. E nós sabemos que acabou com os Gracos. Os nossos governantes desse período para adquirirem a presença carismática

O PTB não nos deixava em quanto, por causa da possibilidade do surgimento de uma oposição seriada. Não tinham uma certa repugnância pelo PTB, porque o conhecimento e sabedoria que ele era perseguido e assassinado, pelo poucos valores.

Não há porque de fato basicamente um movimento anti-PTB, de inspiração udenista?

Não, porque não foi um movimento anti Jango, o que é outra coisa. O Jango não era PTB, era o candidato popular, o candidato da anarquia, da desordem da ignorância, do primitivismo. Ele era o maior perseguido de Serra do Brasil. E muito triste recordar tudo isso porque ele já morreu, mas essa é a verdade.

Gostaria de relatar uma coisa importante que o presidente Castelo Branco me disse certa vez, e que se relaciona também com os acontecimentos do dia 12 de outubro passado (demissão do ministro Sylvia Franco). O presidente era muito mais meu amigo do que se supõe. Alas, foi por causa dele que não fui casado. Meu primeiro contato com ele foi na Escola Superior de Guerra, onde fui conferenciado. Depois, chamava-me frequentemente ao Palácio. Não foi o primeiro contato que me pediu, mas sempre solicitava trabalhos, planos etc.

Mas o que queria relatar

Carreira do destino

Na longa entrevista que *Problemas de Marçá*, neste mês de março, antes de sua morte, ele afirmou, falando de seus colegas de juventude, que o sr. estava muito mais adiantado que ele, em termos de maturidade literária e formação estética, principalmente em função de sua familiarização com a literatura francesa, notadamente o simbolismo. Gostariamos que falasse um pouco desse período, quando as primeiras linhas mestras de sua formação se delinearam.

A vida cultural desabrochou em meio a um período de luto. Não soube quanto vai a minha me-

tal de leve. É uma coisa pesada ficar de luto por um período tão longo, considerando a importância das ideias com uma relação de amizade. Arinos me lembrou com aquela cabeça grande. Lá dentro tudo está mexendo. Essa é a ideia que sempre tive de Prudente desde o tempo. No colégio, meu avô foi Prudente. Na Faculdade mineira, fui aluno de Sérgio Buarque de Holanda, ambos um pouco mais velhos do que eu.

Ainda recentemente estive com Sérgio e ele permaneceu aquela coisa fascinante, aquela cabeça impenetrável. O Sr.

não está nos livros, pois não há quase nada escrito sobre esse período. Por isso, gostaria de pedir uma análise do período que vai de 34 a 46. Por que esse experimento democrático fracassou?

Bom, tudo isso há muitas razões a dizer, e preciso selecionar para não me tornar prolixo e tedioso. Há séries de muita coisa, duas etapas distintas, que sucessivamente se seguem, mas não quero me alongar. A primeira é a da Constituição de 34 e a segunda é a de 46. A Constituição de 46 foi a única que eu não lembro, elaborada sem um projeto. A Assembleia utilizou-se da Constituição de 34 para traçar

Fonte: OESP. Entrevista: Arinos "Não existe democracia relativa". 19 mar. 1978, p. 10.

Além do primeiro documento endereçado a Portella, foi chamado a revisar o texto constitucional que encerraria o AI-5. Para Arinos, a Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978, embora não tenha sido por ele redigida e não tenha incorporado todas as suas sugestões, carregou suas digitais⁶²². Com essa legislação, o governo extinguiu, no início de 1979, todos os atos institucionais e complementares. Para a memória liberal-conservadora, essa decisão final de Geisel seria a prova cabal das suas intenções democráticas, passando à história como o ditador que conduziu, com mão de ferro, o país à democracia⁶⁹⁸. Personalidades como Afonso Arinos, imersos nas articulações reformistas, foram fundamentais para a perpetuação desse tipo de memória, que possuiu como canal de expressão e difusão a imprensa e alguns dos mais notáveis jornalistas, em especial aqueles que se dedicaram a escrever livros voltados para contar a história dos militares no poder⁶²³.

Outro ponto sensível dos movimentos encampados pelo governo foi a questão da sucessão presidencial, ainda mais por observar setores radicalizados das Forças Armadas mobilizados na

⁶²² Em carta endereçada a seu filho em 18/06/1978, Arinos informa que: "Durante a tarde tinha conversado, longamente, com o Petrônio e o Krieger, sobre a fase final das reformas. Ele me deu o texto que vai submeter ao Presidente (com quem tem sempre conversado) amanhã. Minhas divergências ficaram marcadas no último memorando que lhe enviei, mas minha aceitação do projeto é consequência da sua importância na marcha posterior" (Franco Filho, 1994, p. 317). No dia 27/06/1978, fala envaidecido: "o Presidente, por duas vezes (hoje, na mensagem de remessa das reformas) referiu-se indiretamente à minha colaboração, no caso antecipado da vigência. Não dá o nome, mas define a pessoa. Muito do que foi feito veio dos meus dois papéis, embora sugestões hajam sido recusadas" (*Ibid.*, p. 318). ⁶⁹⁸ NAPOLITANO, 2021, p. 230.

⁶²³ Alguns dos principais jornalistas da época se dedicaram a recontar a história do regime militar, valendo-se da proximidade que adquiriram com algumas das suas principais lideranças. A obra mais importante nesse sentido

direção contrária das reformas gradualistas, explicitado no imbróglio que resultou na demissão do general Silvio Frota⁶²⁴. Arinos acompanhava com atenção as articulações palacianas em torno da candidatura de João Baptista Figueiredo, com quem passou a se comunicar e dedicar apoio.

Diferentemente das sucessões anteriores, o candidato oficial promoveu intensa campanha publicitária. Nesse contexto, Arinos emprestou prestígio à candidatura de Figueiredo, não só proferindo elogios, mas também deixando-se fotografar ao lado daquele que seria o último general a presidir o Brasil⁶²⁵. A sua postura diante das câmeras, reproduzida nos jornais, era a mesma que vinha fomentando há anos: postava-se como um conselheiro, experiente e respeitável, que se prestava a proferir lições não apenas à nação como um todo, mas ao próprio futuro presidente, a quem caberia concluir o projeto de abertura⁶²⁶.

é a coleção de cinco volumes publicada por Élio Gaspari. Para uma análise crítica dessa produção, Cf.: CALIL, G. G. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Élio Gaspari. **Siglo XX, Revista Catalã d'história**. n.7, p. 99-126, 2014.

Figura 33

⁶²⁴ Sobre a importância dos eventos que circundaram a demissão do General Silvio Frota, Cf.: D'ARAUJO; CASTRO, 2021.

⁶²⁵ Sobre os encontros com Figueiredo, Cf.: **OG**. Afonso Arinos reafirma seu apoio ao candidato. 07 jul. 1978, p. 6; **OESP**. Figueiredo voltará ao Rio e deverá consultar Arinos. 04 jul. 1978, p. 7.; **OESP**. Com Arinos, 'uma aula de direito'. 07 jul. 1978, p. 5.; **FSP**. Reformas, um tema no encontro com Afonso Arinos 07 jul. 1978, p. 4.

⁶²⁶ Seu apoio não se deu apenas no campo publicitário, mas também no âmbito jurídico, uma vez que chegou a redigir parecer, solicitado por Portella, que definia a infidelidade partidária inconstitucional, respondendo ao temor, por parte do governo, que parlamentares arenistas votassem no candidato da oposição e comprometessem a sucessão. Sobre esse assunto, Cf.: **FSP**. Sarnei. 18 ago. 1978, p. 5; **FSP**. Euler contesta Arinos na questão dos dissidentes. 25 ago. 1978, p. 4; **FSP**. Parecer de Arinos é apenas sugestão. 28 ago. 1978, p. 4; **OESP**. Portella: Arinos prevê anulação dos votos infieis. 22 ago. 1978, p. 4; **OG**. Arinos acha que voto de dissidente é nulo. 24 ago. 1978, p. 6; **OG**. Petrônio pede a Arinos parecer contra dissidência. 28 ago. 1978, p. 6.



Fonte: OG. Capa. 07 jul. 1978, p. 1.

Alguns historiadores demarcam o ano de 1979 como o início de uma nova fase no processo de transição⁶²⁷. Sem os instrumentos de exceção do período anterior, com maior pressão social pela ampliação da abertura e com problemas crescentes nas áreas econômicas e sociais, mas ainda com o poder de iniciativa política, o governo de João Baptista Figueiredo tomou posse em um clima de incerteza e desconfiança⁷⁰⁴. Afonso Arinos, por sua vez, estava cada vez mais envolto no papel de conselheiro da transição. O final da década de 1970

⁶²⁷ REIS FILHO, D.A. **Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe militar de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. ⁷⁰⁴ NAPOLITANO, 2021.

parecia bem mais promissor do que o início, uma vez que atravessou um processo progressivo de celebração da sua imagem pública e de reativação da sua posição de relevância no debate nacional. O estreitamento das relações com o presidente trouxe a proximidade com o poder que não experimentava desde os anos iniciais do regime.

Com Figueiredo volta a se encontrar publicamente em julho de 1979, dias antes da promulgação da Lei da Anistia. Nessa oportunidade, Afonso Arinos declarou que “o país está se transformando sem insurreição, desordem ou violência, porque as massas populares e os grupos empresariais estão revelando possibilidade de arbitramento”⁶²⁸. Porém, não deixa de afirmar que tais transformações estavam se dando à margem do Direito Público, sendo esse o principal objetivo da conciliação nacional.

O que ocorre é que, com a cassação dos atos de exceção, não se seguiu uma reconstrução do Direito Público brasileiro. Somos hoje um país com uma situação estranha, em que o Direito Privado vai evoluindo na sua tradição científica e política, enquanto o Direito Público continua completamente desmanobrado, desarticulado. Isso porque a cassação dos atos de exceção não implica reformulação institucional.⁶²⁹

No início do novo governo, a temática da anistia foi a principal discussão a ganhar corpo, tanto no nível governamental como por meio de variadas manifestações sociais. Também nesse quesito, Arinos é consultado por Portella, veiculando o discurso de que seu principal objetivo é a conciliação nacional⁶³⁰. Em sua visão, tratava-se de um problema eminentemente político, daí a necessidade de maior entendimento entre sociedade e governo, de modo a contribuir para a pacificação nacional. Sempre sinuoso em suas posições, defendia uma anistia ampla o suficiente para “diluir, de uma vez por todas, os ressentimentos cristalizados pelos anos de repressão”. Sustentou que uma legislação que excluísse os crimes cometidos em função da Lei de Segurança Nacional não deixaria de ser uma verdadeira lei de anistia. A fórmula sugerida levava em conta a relação entre a reação da opinião pública, a memória dos crimes e as punições a serem adotadas.

⁶²⁸ **OESP**. Arinos: Figueiredo foi contra o Pacote de Abril. 20 jul. 1979, p. 4.

⁶²⁹ **OG**. Presidente manifesta a Arinos seu desagrado com os intolerantes. 20 jul. 1979, p. 6.

⁶³⁰ Em FSP. Petrônio Viaja. Paineis. 15 maio 1979, p. 3, é informado um encontro entre o ministro da justiça e Arinos, a respeito do tema da Anistia, segundo a nota: “embora adoentado, continua debruçado sobre o projeto de Anistia que o ministro lhe encomendou”. Posteriormente, Arinos negou que tenha sido ele a escrever o projeto de Lei da Anistia e que desconhecia os termos do referido instrumento (**OESP**. Arinos: Objetivo é conciliação. 03 jun. 1979, p. 4).

Ela provocará mais esperança – respondeu – na medida em que os atos delituosos punidos já não preocupam a maioria da opinião, enquanto que a continuação da pena aplicada a seus agentes provoca uma reação mais vigorosa nessa mesma opinião. A

anistia, para que contribua para a pacificação deverá abranger todos aqueles casos cuja memória seja menor do que a negação dela, isto é, todos aqueles atos cuja memória tem hoje uma repercussão menor do que a punição aplicada a seus agentes⁶³¹.

Esse é o mesmo tom adotado por Arinos ao ser indicado como representante do Conselho Federal de Cultura (CFC) no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Órgão criado semanas antes do golpe de 1964, só chegou a ser instalado em outubro de 1968, como parte da estratégia do regime de garantir uma aparência de normalidade constitucional⁶³². Durante o regime militar, o CDDPH alternou entre momentos de formal funcionamento e total interrupção de suas atividades. Apesar das pressões para que investigasse os crimes contra os Direitos Humanos no período mais repressivo, procedeu pelo sistemático arquivamento das denúncias⁶³³. No governo Geisel, o conselho teve suas reuniões suspensas.

Já em 1978, na esteira da eleição de Figueiredo e diante das promessas da reconstrução do Estado de Direito, parlamentares de oposição e setores da sociedade civil cobraram a reinstalação daquele órgão, não mais nos termos da Lei 5.763/1971, mas de acordo com a proposta inicial do deputado udenista Bilac Pinto⁶³⁴. A reinstalação do conselho se deu por iniciativa de Petrônio Portella, logo após tomar posse no Ministério da Justiça. O ministro incentivou a retomada dos trabalhos, mas deixou claro que só as novas denúncias seriam investigadas, uma vez que “mexer no passado seria criar um anticlímax para a anistia que está por vir”⁶³⁵. Para o próprio Arinos, com a sua indicação, “o governo deseja uma demonstração de seus propósitos”⁶³⁶.

As primeiras reuniões, ainda em 1979, foram marcadas pelo debate sobre as competências daquela instituição e pela crítica aberta de alguns dos seus integrantes ao sigilo dos encontros. O tema da anistia, bem como o caso do desaparecimento do deputado Rubens Paiva e do

⁶³¹ **OESP**. Arinos: Objetivo é conciliação. 03 jun. 1979, p. 4.

⁶³² SILVA, L. F. Ditadura civil-militar e a aparência de normalidade constitucional: análise dos discursos na instalação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. **Oficina do Historiador**, v. 2, n. 1, p. 1-15, jan.-jun., 2019.

⁶³³ A Lei 4.319/1964 foi alterada pela Lei 5.763/1971. As principais alterações se deram no número de assentos (passando de 9 para 13 integrantes) e o sigilo das reuniões. Sobre esse assunto, Cf.: BRASIL. **CDDPH** - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana: uma história de luta e resistência pelos Direitos Humanos no Brasil. Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 53 *et. seq.*

⁶³⁴ *Ibid.*, p. 86.

⁶³⁵ **FSP**. Portella reativa CDDPH e arquiva últimas denúncias. 30 mar. 1979, p. 7.

⁶³⁶ **FSP**. Arinos será representante no CDDPH. 04 maio 1979, p. 7.

assassinato do jornalista Vladimir Herzog foram trazidos à tona⁶³⁷. Na imprensa, apareceram declarações que evidenciavam a tensão entre os integrantes que exigiam maior autonomia e

aqueles que estavam alinhados ao governo⁶³⁸. Consultado pela *Folha de São Paulo*, Arinos concorda com a posição adotada por Portella: “Nesta fase da transição, haverá casos, todos referentes ao passado próximo, que são delicados e de difícil encaminhamento, sobretudo quanto se visa a um equilíbrio, entre as exigências da opinião pública e a preocupação do governo no resguardo da revolução como fase histórica”⁶³⁹. Segundo este raciocínio, o CDDPH deveria se adequar à transição encaminhada pelo governo Figueiredo, sendo este um órgão de discussão, não de julgamento⁶⁴⁰.

Embora o tema da anistia, a eleição de Figueiredo e a emenda constitucional de suspensão dos atos institucionais tenham contado com os conselhos de Afonso Arinos, este defendia a questão constitucional como pauta prioritária. Desde meados dos anos 1970, a convocação de uma Assembleia Constituinte já era uma das principais bandeiras do MDB, o que acabaria ganhando força com a *Carta aos Brasileiros* e com as reivindicações de órgãos como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)⁶⁴¹. Segundo Figueiredo e Cheibub, no debate sobre as estratégias para a abertura política, o tema da reforma constitucional opôs os que defendiam uma estratégia gradualista e aqueles que advogavam a instituição de uma nova constituição⁶⁴². Deste modo, na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, a discussão sobre a legitimação do sistema político ganhou renovado ânimo à medida que se observava a preeminência de refundação jurídica do Estado brasileiro.

Elevado a conselheiro jurídico do presidente e do ministro da justiça, Afonso Arinos parecia se sentir mais à vontade em defender publicamente qual seria o principal objetivo da abertura. Nesse aspecto, todo esforço político de conciliação nacional, que incluía a anistia e a revogação das medidas de exceção, deveria ser canalizado para a resolução do caótico ordenamento jurídico legado pela ditadura. Arinos se põe a defender não apenas a reconstitucionalização do país, mas também o método tido como mais adequado do ponto de vista político para a sua consecução. É nesse momento que passa a oferecer entrevistas à

⁶³⁷ **FSP**. CDDPH mantém silêncio sobre questões graves. 10 maio 1979, p. 8; **FSP**. CDDPH pode hoje examinar caso Paiva. 25 set. 1979, p. 5. Sobre esse assunto, Cf.: BRASIL, 2010, p. 85 *et. seq.*

⁶³⁸ BRASIL, 2010.

⁶³⁹ **FSP**. Arinos será representante no CDDPH. 04 maio. 1979, p. 7.

⁶⁴⁰ **OG**. Arinos quer ajustar CPPDH aos propósitos da abertura. 04 maio 1979, p. 7.

⁶⁴¹ FAORO, R. **Assembleia Constituinte**: a legitimidade recuperada. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁶⁴² FIGUEIREDO; CHEIBUB, 1982.

imprensa como um “constitucionalista”, um jurista com amplos conhecimentos técnicos e entendimento político considerados úteis para a fomentação de um consenso social em torno da proposta de formulação de uma nova constituição⁶⁴³.

Figura 34



Fonte: JB. Entrevista a Danusia Barbara: “Afonso Arinos constitucionalista”. 16 jul.1979, Caderno B, p.1.

Em agosto de 1979, é convidado a proferir conferência na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Na ocasião do seu retorno à comissão da qual foi integrante, ofereceu uma leitura ao mesmo tempo política e jurídica dos principais desafios a serem enfrentados na conjuntura brasileira. Defendendo que Geisel iniciou a abertura ao reconhecer que os instrumentos autoritários não correspondiam aos objetivos mais amplos de 1964, avalia que tal processo poderia ser tomado como um realinhamento histórico aos propósitos originais da revolução⁶⁴⁴. Entretanto, na sua visão, não “existe abertura política sem abertura jurídica”⁶⁴⁵.

⁶⁴³ JB. Entrevista a Danusia Barbara: “Afonso Arinos constitucionalista”. 16 jul. 1979, Caderno B, p. 1.

⁶⁴⁴ FSP. Para Arinos, solução é nova Constituição. 10 ago. 1979, p. 5.

⁶⁴⁵ OG. Entrevista “O país não pode viver no pronto socorro”. 20 ago. 1979, p. 6.

O grande problema seria encontrar a fórmula mais adequada para conceder estabilidade jurídica ao Estado brasileiro. O simples retorno à Carta de 1967 era descartado, uma vez que não fora formulada com a pretensão de ser uma constituição duradoura. Também é encarada como ilusória e inexecutável a ideia de convocação de uma Assembleia Constituinte exclusivamente dedicada à elaboração de um novo arcabouço constitucional. Lança mão da

“imaginação criadora” para propor uma forma de elaborar uma nova constituição que fosse capaz de aliar o gradualismo governista e a mudança substantiva defendida pela oposição.

A ideia era conceder poderes constituintes ao Congresso recém-eleito. Arinos não levou em consideração as condições daquelas eleições, empreendidas sob o auspício do Pacote de Abril. Para ele, nem mesmo a presença dos “senadores biônicos”⁶⁴⁶ comprometia a proposta, uma vez que “o Congresso que está aí representa a legitimidade do período que foi criado”⁶⁴⁷. Em sua visão, a própria oposição, ao ter aceitado participar do jogo eleitoral, ajudou na legitimação do Congresso como órgão constituinte⁶⁴⁸.

Figura 35

⁶⁴⁶ Como eram chamados ironicamente os representantes indicados por via indireta ao Senado Federal, após o Pacote de Abril.

⁶⁴⁷ **OG**. Entrevista: “O país não pode viver no pronto socorro”. 20 ago. 1979, p. 6; **JB**. Entrevista “Arinos acha que resultado das eleições não impedem abertura”. 03 dez. 1978, p. 5.

⁶⁴⁸ O *Jornal do Brasil* escreveu editorial favorável à ideia: **JB**. Editorial: “Caminho natural”. 13 ago. 1979, p. 10.

ENTREVISTA

Afonso Arinos



‘O País não pode viver no pronto-socorro’

O diagnóstico é do professor Afonso Arinos de Mello Franco, ex-deputado e ex-senador da antiga UDN, ex-chanceler e, aos 73 anos de idade, uma das personalidades que o presidente João Baptista de Figueiredo procurou ouvir antes e depois de sua posse. Afonso Arinos estranha que o País procure resolver

sempre suas crises com medicina de urgência, “aplicando apenas emplastos e curativos”, sem que ninguém se preocupe em criar uma estrutura jurídica que sirva de remédio definitivo. — Não é possível estabilidade política e desenvolvimento econômico e social com o país metido no pró-cardíaco, no ambulatório,

no CTL, em regime de tratamento intensivo. O Brasil está no CTL. Mas tem que passar para um plano de vida normal, com instrumentos normais de preservação da saúde econômica, social e política. O País não pode viver no pronto-socorro. O caminho para a solução permanente de todas as crises, em sua opinião, seria a elaboração, pelo

Congresso Nacional, de um projeto global de legislação política, nele incluído o projeto de uma nova Constituição. Nesta entrevista ao GLOBO, ele desenvolve essa idéia, ensina como atravessar a “ponte sobre a torrente do autoritarismo” — como denomina a abertura — analisa a onda de greves e diz o que acha da anistia e dos partidos políticos.

Fonte: **OG**. Entrevista: “O país não pode viver no pronto socorro”. 20 ago.1 979, p. 6.

A partir desse momento, e por toda a década de 1980, Arinos irá defender que o grande desafio para o Brasil voltar a ter um regime democrático é a elaboração de uma nova constituição. Os créditos e contatos sociais acumulados durante os cinquenta anos de vida pública serão úteis na confecção de uma imagem de si enquanto um democrata insuspeito. A identidade estratégica de conselheiro da transição, construída durante a abertura, parece ter sido eficaz, uma vez que o alçou à condição de interlocutor privilegiado do poder. Apesar de sua já avançada idade, Afonso Arinos ocupará diferentes posições ao longo da década de 1980 e se colocará como uma das vozes mais respeitadas em matéria constitucional, o que trataremos a seguir.

3.2 O constituinte solitário

Diferentemente dos anos 1970, quando circulou por várias instituições e espaços de produção e divulgação do conhecimento sem, contudo, se vincular abertamente a qualquer uma delas, no início da década de 1980, Arinos assume a presidência do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas (INDIPO-FGV).

Órgão primeiramente criado como Núcleo de Direito Público, tornou-se, em 1952, Instituto de Direito Público e Ciência Política (IDPCP). Em 1973, mantendo o nome, mudou a sigla para INDIPO, cujas atividades foram encerradas no início da década 1990⁶⁴⁹. Da sua fundação até 1980, foi dirigido por Temístocles Cavalcanti, renomado jurista, um dos fundadores da Fundação Getúlio Vargas e ex-ministro do Superior Tribunal Federal (STF)⁶⁵⁰. Durante sua gestão, lançou a *Revista de Direito Político e Ciência Política* (depois chamada de *Revista de Ciência Política*).

Sobre a missão do INDIPO e da *Revista de Ciência Política*, seu diretor entendia que: “completam o quadro de conhecimentos indispensáveis à formação das elites responsáveis pela vida das nossas instituições”⁶⁵¹. A respeito da relação entre Ciência Política e Direito Público, Cavalcanti afirmou que: “A ciência política, armada de estudos de direito público, que será a expressão formal dos dados científicos obtidos, torna-se, assim, indispensável à formação de uma elite intelectual”⁷²⁹.

Logo após a morte de Temístocles Cavalcanti, Arinos se movimentou para ocupar a direção daquela instituição⁶⁵². Os objetivos do órgão, apresentado por seu fundador, pareciam se aproximar da sua visão, tanto no que diz respeito à relação entre Ciência Política e Direito Público, como no que tange aos seus propósitos de formação de uma “elite intelectual responsável”.

Entre os órgãos subordinados ao INDIPO estava o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Criado em 1973, o CPDOC já se apresentava, na altura da posse do novo diretor, como um importante centro de pesquisa da história

⁶⁴⁹ D'ARAUJO, M. C. **Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 106.

⁶⁵⁰ Foi levado ao STF por Costa e Silva, em 1967, permanecendo até 1969, quando completou 70 anos e foi aposentado compulsoriamente.

⁶⁵¹ CAVALCANTI, T. B. O Instituto de Direito Público e Ciência Política. **Revista de Direito Público e Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 134-149, 1968, p. 134. ⁷²⁹ *Ibid.*, p. 136.

⁶⁵² Em relato, Jorge Oscar de Mello Flôres diz que: “Quando Temístocles Brandão Cavalcanti morreu, e ainda não tinha sepultado, o dr. Simões foi procurado pelo dr. Afonso Arinos pleiteando a indicação do INDIPO. Embora estranhando a rapidez com que o postulante se movimentou, o dr. Simões achou que se tratava de um bom nome, com uma posição importante no Congresso, de modo que dificilmente poderia adotar outra solução” (D'ARAUJO, 1999, p. 235).

contemporânea brasileira⁶⁵³. Não deixava de ser curioso, no entanto, que o intelectual e político, cujo passado foi marcado por sua posição antigetulista, tenha se mobilizado para assumir posição de prestígio numa instituição que carregava o nome daquele que havia duramente combatido⁶⁵⁴.

No seu discurso de posse, Arinos saudou a tradição e fecundidade do trabalho realizado por Temístocles Cavalcanti, afirmando que daria continuidade ao seu legado, sobretudo no que se referia à independência político-partidária. Nessa ocasião, apresentou dois objetivos prioritários: realizar trabalho de interpretação histórica sobre a Revolução de 1930⁶⁵⁵ e promover pesquisa abrangente e sintética sobre a questão constitucional brasileira, de modo a captar as “correntes mais significativas do pensamento e das aspirações nacionais, com referência ao inevitável preparo de uma Constituição para o Brasil”⁶⁵⁶. Na conclusão do discurso, ostentou seu currículo como demonstração das suas próprias afinidades intelectuais com o INDIPO: historiador da política republicana, autor de livros de direito, professor da UFRJ e UERJ nas cátedras de Teoria de Estado e Direito Constitucional, consultor jurídico do Banco

do Brasil, deputado e senador integrante da Comissão de Constituição e Justiça de ambas as casas legislativas⁶⁵⁷.

Figura 36

⁶⁵³ O CPDOC passou a ser uma unidade administrativa autônoma no final de 1985. Segundo relatos, Afonso Arinos foi fundamental nesse processo. Ver depoimento de Celina Vargas, em: D'ARAUJO, 1999, p. 235 *et. seq.*

⁶⁵⁴ É importante ressaltar que Arinos, desde os anos 1970, havia procedido uma revisão na sua visão sobre o papel de Getúlio Vargas para a história do Brasil. De toda forma, o passado antigetulista de Arinos não deixou de ser uma preocupação, embora não se tornou empecilho para sua indicação, conforme aponta Celina Vargas em depoimento.

⁶⁵⁵ O seminário internacional realizado em comemoração aos cinquenta anos da Revolução de 1930 ocorreu em setembro de 1980. Cf.: **OG**. Cientista política vê em 20 uma revolução da elite. 23 set. 1930, p. 6.

⁶⁵⁶ FRANCO, A. A. M. Discurso de posse proferido pelo professor Afonso Arinos de Melo Franco ao assumir a direção do Instituto de Direito Público e Ciência Política da FGV, no dia 28 de abril de 1980. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, pp. 4-7, jul., 1980a.

⁶⁵⁷ Em nota publicada na *Revista de Ciência Política*, o currículo de Afonso Arinos também é apresentado, com a adição de que é membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e do Conselho Federal de Cultura (CFC). Cf.: FRANCO, A. A. M. Novo diretor do Instituto de Direito Público e Ciência Política: Professor Afonso Arinos de Melo Franco. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 3, jul., 1980b.



Ao lado de Vitor Nunes Leal, Afonso Arinos (ao centro) abre o seminário sobre a Revolução de 30

Cientista política vê em 30 uma revolução da elite

Fonte: OG. Cientista política vê em 30 uma revolução da elite. 23 set. 1980, p.6.

Arinos utilizou dos recursos institucionais do INDIPO-FGV para difundir suas ideias a respeito do processo político e jurídico brasileiro, assim como serviu de instância de publicização de seu projeto autobiográfico que, naquela altura, estava plenamente voltada para confirmar seu compromisso com a democracia. Nesse sentido, a *Revista de Ciência Política* tornou-se, ao lado dos seus depoimentos e entrevistas concedidos aos jornais, o principal canal de exposição das suas ideias. No mesmo momento em que diminuiu a regularidade de publicação de livros⁶⁵⁸, Arinos desloca para o âmbito da *Revista de Ciência Política*, o local preferencial de publicação dos textos de sua autoria.

Quadro 12 - Publicação de Textos de Arinos na Revista de Ciência Política INDIPO-FGV

Ano	Volume/ Número	Título	Oportunidade e data em que foi originalmente publicado ou proferido.	Publicação em livro

⁶⁵⁸ A última obra inédita publicada por Arinos foi: FRANCO, A. A. M. **Amor a Roma**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

1980	v. 23 (2)	Discurso de posse proferido pelo professor Afonso Arinos de Melo Franco ao assumir a direção do Instituto de Direito Público da FGV no dia 28 de Abril de 1980	Posse no Salão nobre da FGV, em 28 abr. 1980.	-
1980	v. 23 (3)	Atualidade de João Pinheiro	Discurso pronunciado na Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, em 30 nov. 1979	-
1980	v. 23 (3)	Discurso proferido pelo professor Afonso Arinos de Melo Franco, Diretor do Instituto de Direito Público, na abertura do VII Curso de Direito Internacional	OEA/FGV – Abertura do VII Curso de Direito Internacional, em 04 ago. 1980.	Política e Direito (1981)
1980	v. 23 (3)	Prerrogativas do poder legislativo	Conferência proferida no Senado Federal, em 06 ago. 1980.	Política e Direito (1981)
1981	v. 24 (1)	Teixeira de Freitas e a Renovação do direito	Discurso proferido no Instituto dos Advogados em agradecimento ao Prêmio Teixeira de Freitas, em 27 de julho de 1977.	Política e Direito (1981)
1981	v. 24 (1)	Aprimoramento democrático	Sem referência de local e data.	-
1981	v. 24 (2)	Discurso de posse na Cátedra de Direito Constitucional	Discurso no Salão Nobre da Faculdade Nacional de Direito – 07 set. 1950.	Política e Direito (1981)
1981	v. 24 (2)	Aspectos jurídicos da independência	Conferência pronunciada no Conselho Federal da OAB. Sem data informada ⁶⁵⁹ .	Política e Direito (1981)
1981	v. 24 (2)	Prerrogativas do poder legislativo.	Conferência no Senado Federal, em 06 ago. 1980.	Política e Direito (1981)

⁶⁵⁹ Pelo tema, possivelmente o texto foi escrito em 1972, na altura das comemorações do Sesquicentenário da Independência.

1982	v. 25 (1)	A Constituinte instituída	Exposição lida na Comissão de Constituição e Justiça no Senado Federal em 26 ago. 1981.	Política e Direito (1981)
1982	v. 25 (2)	Os partidos políticos brasileiros	Conferência proferida na Escola Superior de Guerra em 27 maio 1982.	Política e Direito (1981)
1982	v. 25 (3)	Palestra de Abertura dos Cursos de Direito	Abertura dos Curso de Direito da FGV em 06 out. 1982	-
1983	v. 26 (1)	A crise política europeia. Apogeu do Absolutismo e do poder divino dos reis. Evolução do colonialismo: oriental e ocidental	Aula proferida no Museu de Belas-Artes, em 14 set. 1982.	-
1983	v. 26 (1)	Pesquisa sobre as aspirações nacionais com vistas à reforma da constituição. Relatório Preliminar ⁶⁶⁰	<i>Revista de Ciência Política</i> - INDIPO-FGV. Relatório escrito em 1983.	-
1983	v. 26 (2)	Do romantismo ao autoritarismo	Conferência proferida no ciclo de conferências sobre o pensamento político organizado pelo Museu Nacional de Belas Artes, em 1981.	-
1983	v. 26 (2)	A necessidade da política	Texto não possui referência de local, data e oportunidade para a qual foi escrita ⁶⁶¹ .	-
1983	v. 26 (2)	Discurso de Arinos no X Curso de Direito Constitucional	Discurso em curso Patrocinado pela Organização dos Estados Americanos, Comitê Jurídico Interamericano, com a cooperação do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, proferido em 01 ago. 1983.	-

⁶⁶⁰ Texto escrito por Afonso Arinos de Melo Franco, Ana Lúcia de Lyra Tavares e Ney Roberto da Silva Oliveira. Arinos escreveu as “primeiras conclusões”.

⁶⁶¹ Possivelmente foi escrito entre 1982 e 1983, quando tratou do assunto em diversas ocasiões.

1984	v. 27 (1)	Processos Contemporâneos de elaboração das constituições	Relatório sobre a participação de Afonso Arinos na Conferência em Washington realizada entre	-

			12 e 16 de setembro de 1983.	
1984	v. 27 (2)	Minha Evolução para o parlamentarismo	Prefácio da obra “Presidencialismo e Parlamentarismo”, escrito em parceria com Raul Pilla, publicado em 1958.	Presidencialismo e Parlamentarismo (1958)
1984	Número Especial	Relatório da Pesquisa sobre as aspirações nacionais com vistas à Reforma Constitucional ⁶⁶² ,.	- Relatório elaborado pelo INDIPO-FGV em conclusão à pesquisa iniciada em 1980. Escrito em 1984.	-
1985	v. 28 (3)	O direito do recurso natural e a Constituição	Pronunciamento no II Conferência Brasileira sobre conservação da Natureza, realizado no auditório da FGV em 17 jul. 1984.	-
1986	v. 29 (2)	Discurso de saudação a Tancredo Neves na Academia Mineira de Letras ⁶⁶³	Discurso na Academia Mineiras de Letras realizado em 1983.	-
1986	v. 29 (3)	A vida de Tancredo Neves	Discurso proferido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sem data no corpo do texto ⁶⁶⁴ .	-
1986	v. 29 (4)	O preâmbulo nas Constituições	Sem e local no corpo do texto.	-

⁶⁶² Autores: Afonso Arinos de Melo Franco, Ana Lúcia de Lyra Tavares, Ney Roberto da Silva Oliveira, Cornélio Octavio Pinheiro Pimenta e Lídice Aparecida Pontes Machado. Arinos assinou as “Notas preliminares”; “Apresentação” e “Conclusão Geral”.

⁶⁶³ Na publicação, o título está Academia Brasileira de Letras, o que está errado e pode ser constatado na leitura do próprio texto de que se tratava da Academia Mineira de Letras.

⁶⁶⁴ O IHGB, publicou esse discurso em: RHIGB. n. 349, p. 41-48, out.-dez. 1985. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/artigos-de-periodicos/item/75159-a-vida-de-tancredoneves.html>. Acesso em: 01 jun. 2024.

1987	Número especial	- Discurso do professor Afonso Arinos de Melo Franco na apresentação do anteprojeto constitucional produzido pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais ao presidente José Sarney	Sem data no corpo do texto ⁶⁶⁵ .	-

1987	Número especial	- O Anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais ⁶⁶⁶	Apresentação de painel do anteprojeto no INDIPO/FGV em 06 nov. 1986.	-
1988	Número especial	Nota Preliminar	Texto escrito nos debates constituintes sobre a proposta de implantação do sistema parlamentarista. Assinado em 10 de novembro de 1987.	-
1990	v. 33 (1)	Discurso da sessão da promulgação da Constituição de 05 out. 1988	Discurso da sessão da promulgação da Constituição de 05 out. 1988	-

Fonte: elaborado pelo autor

Entre 1980 e 1990, Arinos publicou 28 textos na *Revista de Ciência Política*. Destes, oito também foram incorporados à obra *Política e Direito* (1981). Percebe-se que a maior parte dessas publicações ocorreram entre 1980 e 1984, momento em que se dedicará com mais afinco às atribuições do cargo ocupado na Fundação Getúlio Vargas. Também, entre esses textos, estão os trabalhos técnicos, realizados pelo INDIPO-FGV, tais como os relatórios da *Pesquisa sobre as aspirações nacionais com vistas à reforma constitucional* (1983; 1984) e o *Relatório sobre sua participação na Conferência em Washington* (1984).

A partir de 1985, Arinos utilizou a estrutura do INDIPO-FGV para subsidiar as atividades da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, da qual se tornou presidente e por meio da qual pretendia elaborar um anteprojeto constitucional a ser enviado ao Congresso Constituinte. Tanto o anteprojeto produzido pela Comissão dos Notáveis, como o discurso de Arinos

⁶⁶⁵ Publicado no Diário Oficial da União (DOU), em Edição Especial, em 26 de setembro de 1986. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anaais/constituente/afonsoarinos.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

⁶⁶⁶ Texto assinado por: Afonso Arinos de Melo Franco, Alberto Venancio Filho, Candido Mendes de Almeida, Fernando Bastos D'Avilla, Hélio Jaguaribe. Participaram da elaboração de tal documento outros diversos intelectuais não referenciados.

elaborado na conclusão dos seus trabalhos foram publicados pela revista. Em 1986, foi eleito senador pelo Rio de Janeiro e participou ativamente do processo constituinte, sendo presidente da Comissão de Sistematização e um dos mais enérgicos defensores da implantação do parlamentarismo no país. Em outubro de 1988, foi um dos três oradores no ato solene de promulgação da Constituição Cidadã, discurso também publicado pela *Revista de Ciência Política*. Outros textos bem representativos foram disponibilizados pelo periódico, tais como os escritos em homenagem a Tancredo Neves.

Além da publicação de textos autorais, a *Revista de Ciência Política* também veiculou integralmente as discussões realizadas nas mesas-redondas promovidas pelo INDIPO-FGV. Em algumas delas, o próprio Afonso Arinos presidiu e participou ativamente do debate. Os temas discutidos são bem representativos da sua atuação nesse momento: *Violência e criminalidade urbana* (1980), *Reforma da Constituição Federal* (1981), *Solução parlamentar para o Brasil?* (1983), *Participação e representação* (1986), *Reforma Agrária e a Nova República* (1987)⁶⁶⁷.

Arinos utilizou dos recursos institucionais do INDIPO-FGV para se projetar como uma voz autorizada sobre a problemática constitucional. Seu trabalho de maior envergadura à frente daquela instituição, a pesquisa que objetivava captar as “aspirações nacionais” sobre o tema constitucional, serviu para o conselheiro agregar mais uma camada à sua imagem pública: além de professor de direito constitucional, de ex-parlamentar e ministro das relações exteriores, de autor de livros sobre história, política e direito, de imortal da Academia Brasileira de Letras e de “senador da cultura”, se apresentou como um *intelectual experto*, um pesquisador especializado na Ciência Política e no Direito Público. Portanto, somado à sua obra intelectual e política pregressa, a atividade de pesquisador permitia-lhe se mostrar como detentor de conhecimentos teóricos e práticos sobre a realidade brasileira e suas “aspirações nacionais”.

⁶⁶⁷ Sobre o conteúdo do debate nessas mesas-redondas, publicado na íntegra na *Revista de Ciência Política*, Cf.: FRANCO, A. A. M *et. al.* Violência e Criminalidade urbana. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 163-222, 1980c; FRANCO, A. A. M *et. al.* Reforma da Constituição Federal. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 94-116, 1981f; FRANCO, A. A. M *et. al.* Solução parlamentar para o Brasil? **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 86-122, 1984; FRANCO, A. A. M *et. al.* Participação e representação. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 3-37, 1986; FRANCO, A. A. M *et. al.* Reforma Agrária e a Nova República. **Revista de Ciência Política**. v. 30, n. 4, p. 1-37, 1987.

Figura 37

PESQUISA CONFIRMA TESE DO EX-CHANCELER

Afonso Arinos mostra por que é prioritária reforma constitucional

A reforma constitucional está entre as três questões consideradas prioritárias para a sociedade brasileira — perdendo apenas para inflação e desemprego — de acordo com o minucioso trabalho feito há quase três anos, através de questionários, pela equipe do Instituto de Direito Público e Ciência Política (Indipol) da Fundação Getúlio Vargas.

Essa constatação foi uma agradável surpresa para o Diretor do Indipol, o ex-Ministro Afonso Arinos de Melo Franco, que vem defendendo com constância a reforma da Carta. Para o ex-Chanceler, na realidade, "a atual Constituição brasileira não existe".

— No Brasil, o que me angustia é o fato de que se perdeu de maneira definitiva o respeito e a tradição pelo Direito Público. Isso é espantoso: fize um pouco assustado com isso.

Afonso Arinos considera que, nesse sentido, o movimento de 1984 foi "o contrário de uma revolução". Ele observa que uma revolução, como movimento social e político, "arrasa com os direitos privados e cria novas instituições jurídicas e de Direito Público".

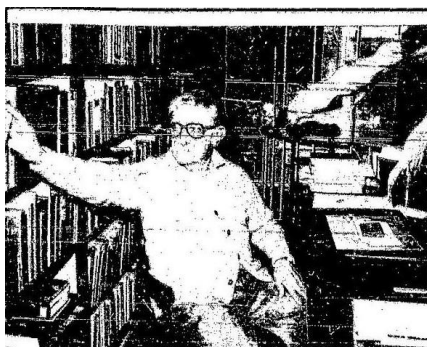
— Isso é uma verdadeira revolução. Aqui foi o inverso. A Revolução de 64 manteve e consolidou o Direito Privado e fez desaparecer definitivamente o Direito Público.

Para exemplificar sua tese sobre o "desaparecimento" da atual Constituição, o jurista conta a história de uma especialista em processamento de dados que viu frustrado seu projeto de ordenar os textos constitucionais.

Ninguém estuda organização jurídica do Estado porque não existe. Isso é uma coisa gravíssima num país como o Brasil. Outro exemplo é a maneira como se tem escolhido os convencionais. É suposto e mostra o estado do controle do Executivo sobre seu partido, de uma maneira quase escolar, disciplinar — acrescenta o ex-Ministro.

Arinos afirma que seria "impossível", nos tempos da UDN, uma escolha de delegados "em salas fechadas, com presenças e pedidos pelo telefone". Ele recorda que as reuniões do Diretório da UDN eram abertas às bancadas e até à imprensa.

— Há um descompasso entre o funcionamento das instituições do Direito Público e o Lei. Ou pior, muitas vezes a própria lei impõe esse tipo de comportamento.



Ex-Chanceler Afonso Arinos de Melo Franco

Pesquisa abrange amplo universo de amostragem

Há três anos o ex-Chanceler Afonso Arinos concentra suas atividades, como Diretor do Indipol, na realização de uma ampla pesquisa sobre a reforma constitucional que considere indispensável à plena democratização da vida nacional.

O método adotado foi o de elaboração de dois tipos de questionários, tendo em vista a heterogeneidade dos quatro grupos que compoem o universo da amostragem estatística simples — Prefeitos de 494 municípios com população superior a 50.000 habitantes, dirigentes de 601 sindicatos com perfil regional, professores de Direito Constitucional e de Ciência Política, e personalidades (políticos, profissionais liberais, magistrados, empresários etc.).

O questionário do primeiro tipo, endereçado à maioria dos consultados, foi escrito em linguagem comum e não comportou questões de técnica constitucional. O segundo, de cunho mais jurídico, foi encaminhado aos professores e às personalidades dos círculos do Direito e da política.

REFORMA DESEJADA

Entre janeiro e agosto de 1982, o Indipol recebeu de volta 151 questionários dos dois tipos. Os resultados da apuração das respostas às mais de 50 questões estão no volume 26, de abril de 1983, da "Revista de Ciência Política".

A necessidade de uma nova Constituição para o Brasil foi apontada por 79,8 por cento dos consultados. Para 86,2 por cento deles, a outorga de poderes constituintes ao Congresso atual é o caminho mais indicado; formam igual percentagem os que preconizam a convocação de uma

Assembleia Nacional Constituinte, enquanto 21,4 por cento pensam na revisão através de emendas constitucionais.

O parlamentarismo seria a forma de governo preferida por apenas 18,8 por cento dos consultados, contra 88 por cento de favoráveis ao presidencialismo.

Entre os princípios e objetivos básicos que deveriam figurar no texto constitucional, destacam-se a promoção do bem-estar social (80,4 por cento), a proteção dos direitos humanos (88,7 por cento), liberdade e justiça, e igualdade perante a lei (anos os itens com 88,6 por cento).

Entre as questões nacionais prioritárias, a inflação ficou com 39,4 por cento e a reforma constitucional com 36,5 por cento (outras questões apontadas foram a dívida externa, a reforma agrária, o sistema eleitoral — 77,5 por cento querem eleições diretas em todos os níveis, apenas 27,8 por cento desejam o voto distrital — e o controle das multinacionais).

Uma das questões dizia respeito à inclusão de direitos e garantias individuais e sociais. A proteção à saúde foi apontada por 72,8 por cento dos consultados, o amparo à velhice por 69,8 por cento, a defesa do consumidor por 65,8 por cento e o seguro-desemprego por 64,9 por cento.

Contraste curioso foi o produzido pelas respostas sobre a legitimidade e a legitimidade dos poderes Executivo e Legislativo. Dos consultados, 77,9 por cento acham que o Poder Executivo tem legitimidade, mas apenas 33,9 por cento acham que ele tem legitimidade. Quanto ao Legislativo, os percentuais são de 79,8 por cento para a legitimidade e de 58,7 para a legitimidade.

O Governo federal acatou uma nova Constituição?

— Ao mesmo tempo que o Presidente Figueredo representa um impulso pessoal no sentido de abrir o processo democrático, ele também tem a responsabilidade e o compromisso com as Forças Armadas para fazer esse processo gradual. Afinal, ele assumiu esse compromisso como representante das Forças Armadas, num processo de seleção, indicado pelo Geisel. O Presidente é como o dono de uma enchente. Precisa manobrar as ondas.

E as Forças Armadas reaceiam uma nova Carta?

— Elas reaceiam uma nova Constituição porque não sabem qual seria o conteúdo. Isso é compreensível. Aquilo que se encontra no poder de acordo com sua visão de poder. E esse grupo que está no poder desde 64 são as Forças Armadas. Ainda existem resíduos de uma visão passivista do Estado democrático, que foi até representada.

va. O Presidente chegou ao poder com o compromisso com esses elementos que queriam a abertura gradual.

A proposta de reforma constitucional seria então inviável no momento?

— Na vida política, todos os planos são sujeitos a uma visão factual. Do contrário, a História seria como previsão do tempo. O Presidente vai se nutrir de novas responsabilidades que lhe chegam através de seu contato com o processo político.

CONSTITUINTE

Afonso Arinos, que recebeu recentemente uma carta particular do Presidente Figueredo sobre o trabalho sobre a reforma da Carta, acha que as questões não estariam dispostas a levar a termo o projeto de convocação de uma Constituição.

— Na verdade, o PMDB e outros setores oportunistas pregam a convocação mas não querem isso. E apenas uma bandeira de luta. Uma convocação para a elaboração de uma Constituição originária

significaria a perda imediata dos mandatos e, teoricamente, fechar o Congresso e, até, o fim do Executivo. Eu me pergunto: como fariam a convocação? É uma utopia. Pergam a Constituinte livre e soberana, mas não dizem como.

Para o ex-Ministro, apenas a "esquerda marxista" estaria verdadeiramente interessada na convocação de uma Constituinte, que, no seu entender, seria equivalente a uma "revolução para derrubar o Governo". Arinos também discorda da alternativa que prevê a reforma através de emendas, tese preferida pelo Governo.

— Minha proposta é de uma Constituição instituída ou derivada. O Presidente da República faria uma proclamação outorgando ao Congresso poderes constituintes. Seria uma Constituinte fundamentalmente política, sem controle do Poder Judiciário. Uma outra alternativa seria o Congresso autoproclicar-se com poderes constituintes, através de decreto legislativo.

Ele frisa que sua ideia tem precedentes históricos com

bons resultados: o Ato Adicional que determinou a maioridade do Imperador em 1841; a Lei Saravia, que implantou o voto direto, em 1881; a permanência de Flávio Cavalcanti no Governo e a instituição do parlamentarismo após a renúncia do Presidente João Quadros para evitar o veto militar a Joffe Goulart. Casos em que, através da resolução, foi mantida a estabilidade institucional. Afonso Arinos observa que, nos Estados Unidos, uma resolução do Congresso foi responsável pelo término da guerra do Vietnam.

MANDATO-TAMPO

Um mandato-tampo seria uma solução intermediária? — Não creio. Seria mais uma manobra para manter no poder o grupo que o detém do que, de fato, um caminho para reformar a Carta. A Constituinte é a grande luta no Brasil, desde o princípio da Independência.

E a reeleição? — Seu contra. No Brasil sempre se procurou evitar a reeleição para impedir a ditadura. Se você facilita a reeleição, você facilita a ditadura. Além disso, incentiva a

tendência à imposição e a corrupção. Nos Estados Unidos, onde a limitação do mandato teve outra origem, a partir do segundo ano de Governo os Presidentes já pensam na reeleição. O Reagan já está pensando na reeleição.

REPRESENTATIVIDADE

A respeito de sua pesquisa sobre as aspirações nacionais com vista à reforma da Constituição, Afonso Arinos acha que ela poderia servir de base para a elaboração de um novo texto. No seu entender, a característica básica de uma Constituição fundamentada na representação seria a representatividade.

— Seria a primeira Constituição a partir dos anseios da sociedade. Nossa primeira Constituição foi elaborada por um Conselho de Estado, pelos titulares diretos do Imperador. Na República, a nova Constituição foi feita pela chamada Comissão dos Cinco. São Cartas concentradas na experiência jurídica. A Constituição que defendemos tem maior representatividade.

VEJA NO LEBLON O 4 QUARTOS CRESCENTE.

Na superfície do Leblon, observe o 4 quartos crescente: varanda, living, sala de jantar, lavabó, 2 banheiros sociais, copa-cozinha, área de serviço, 2 quartos de empregada e 3 vagas na garagem.

Com espaço de 48 m² de lazer, o prédio tem 2 piscinas, 2 quadras tênis, 1 quadra polivalente, sumas secas e vapor, sala de ginástica, sala de jogos, de projeção, playground.

Explore e conquiste o 4 quartos crescente. Sua vida vai entrar numa nova fase.

Seu imóvel vale muito na troca.

O financiamento próprio ou em 12 anos. Informações no local, Rua Santa Bárbara, 699 - Ed. Brondia, apt. 701 - Leblon.

Fonte: OG. Entrevista. Afonso Arinos mostra porque é prioritária a reforma constitucional. 22 maio 1983, p. 9.

A pesquisa que buscava elaborar uma sondagem nacional, com “o objetivo de identificar as aspirações mais profundas dos segmentos representativos da sociedade brasileira, relativas à reestruturação constitucional”⁶⁶⁸, foi inspirada em levantamento semelhante ocorrido na Suíça, entre 1967 e 1973. Com colaboração ativa de Ana Lúcia de Lyra Tavares e Nei Roberto da Silva Oliveira, utilizou o método da “sociologia jurídica”⁶⁶⁹, com o auxílio de questionários enviados para setores tidos como representativos da opinião nacional, tais como: prefeitos, professores de direito constitucional, dirigentes sindicais e personalidades públicas de relevo.

Na conclusão geral do trabalho, Arinos ressalta que: “do conjunto de dados providos dos questionários e dos documentos a expectativa dominante em favor de uma nova Constituição emanada de bases autênticas da representação democrática, sem dependência de imposições autoritárias e resquícios ditatoriais”⁶⁷⁰. Portanto:

Isto significa que, no termo de longos e penosos anos de autoritarismo, tantas vezes nefasto, opiniões indiscutivelmente representativas de brasileiros fornecem uma lição de confiança, serenidade e compreensão, acima das paixões, ressentimentos e intransigências, mas, ao contrário, voltada para a tolerância política, a solidariedade social e a esperança na ação coletiva em busca do bem comum⁶⁷¹.

Não convém apresentar em detalhe todos os resultados da pesquisa, mas compreender como Arinos a utilizou para se colocar na melhor posição possível para liderar o processo de reestruturação constitucional do país. A partir da leitura dos jornais de grande circulação nacional, é perceptível que, em todo o período que vai de 1980 a 1985, Arinos mobilizou essa pesquisa como meio de comprovação das suas teses.

Já em 1980, o *Jornal do Brasil*, em caderno especial, publicou ampla matéria que cobria as especificidades da pesquisa e definia Arinos como elemento central no processo de reforma

⁶⁶⁸ FRANCO, A. A. M.; TAVARES, A. L.; OLIVEIRA, N. R. Pesquisa sobre as aspirações nacionais com vistas à reforma da Constituição - Relatório preliminar. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 83-195, 1983, p. 83.

⁶⁶⁹ No relatório preliminar, afirma-se que a abordagem sociojurídica deve-se ao método da sociologia no levantamento de opinião através do questionário, somado ao embasamento teórico oriundo do direito constitucional. As duas obras referenciadas como fontes para a abordagem sociológica e jurídica foram: DUVERGER, M. **Ciência política: teoria e método**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962; FRANCO, A. A. M. **Direito constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981 [1976].

⁶⁷⁰ FRANCO, A. A. M. Conclusão Geral. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 27, Edição Especial, 1984, p. 292.

⁶⁷¹ *Ibid.*, p. 293.

constitucional⁶⁷². O mesmo veículo, tempos depois, lembrou que o ex-senador já havia contribuído com o encaminhamento do tema constitucional tanto em 1964, quando propôs que a Revolução fosse legitimada pelo Congresso, quanto recentemente, na ocasião em que colaborou com Petrônio Portella. A matéria ressalta que tal pesquisa poderia oferecer ao Congresso “amplo quadro das aspirações nacionais”⁶⁷³. A *Folha de São Paulo*, sublinha, por outro lado, que além de fornecer uma visão panorâmica sobre as “aspirações do povo”, seria promovida sem ideologia, “sem simpatia ou antipatia pelo governo”⁶⁷⁴.

Na medida em que Arinos ia defendendo a preeminência da reformulação constitucional para o processo de transição, dispunha a pesquisa sobre as “aspirações nacionais” como prova inequívoca da sua necessidade, incorporando-a como parte do argumento mobilizado para

convencer o governo e a oposição de se realizar o *Congresso Instituído*, em 1983⁶⁷⁵. Ao jornal *O Globo*, concedeu entrevista dispondo os resultados parciais da pesquisa e defendeu que a sociedade brasileira está plenamente interessada na reformulação constitucional, sendo temática prioritária ao lado da inflação e do desemprego⁶⁷⁶. Já em 1984, em meio ao processo de articulação política em torno da eleição indireta a ser realizada pelo Colégio Eleitoral, o diretor do INDIPO-FGV enviou os resultados da pesquisa tanto a Ulisses Guimarães⁶⁷⁷, presidente do PMDB, quanto a Tancredo Neves, que viria a ser eleito pela Aliança Democrática e incorporaria a problemática constitucional em termos semelhantes ao que vinha aconselhando Arinos⁶⁷⁸.

Deste modo, a atuação de Arinos à frente do INDIPO-FGV agrega valor à tríplice militância levada a cabo nesse momento: além de ser um instrumento valioso na construção da sua identidade política enquanto um convicto democrata, foi um espaço institucional que tanto o permitiu defender o legado da sua obra política e intelectual pregressa, quanto reforçar a

⁶⁷² **JB**. Contribuição a reforma. 07 maio 1980, Caderno Especial, p. 12.

⁶⁷³ **JB**. FGV faz pesquisa para a reforma da constituição. 06 jan. 1981, p. 2.

⁶⁷⁴ **FSP**. Arinos defende pesquisa para a Constituição. 30 abr. 1980, p. 5. O mesmo jornal emite opinião crítica à pesquisa, afirmando que uma sondagem de opinião não é capaz de aferir a “vontade nacional” e que uma constituição deve ser avaliada não por critérios funcionais, mas por sua legitimidade democrática (**FSP**. Editorial: “Tecnologia Constitucional”. 30 abr. 1980, p. 2).

⁶⁷⁵ **OESP**. Arinos elaborou pesquisa para constituinte em 83. 21 jan. 1982, p. 5; **OESP**. O Brasil deve mudar, diz Arinos. 18 maio 1982, p. 13; **OESP**. Quase pronto para o projeto de Arinos. 07 out. 1982, p. 2.

⁶⁷⁶ **OG**. Entrevista: “Afonso Arinos mostra por que é prioritária a reforma constitucional”. 22 maio 1983, p. 9.

⁶⁷⁷ **JB**. Arinos aconselha Ulisses sobre reforma. 13 jul. 1983, p. 5; **OESP**. Arinos cede a Ulisses estudo sobre a carta. 14 jul. 1984, p. 2.

⁶⁷⁸ Lima de Amorim. Constituinte já tem roteiro. **JB**. 02 jan. 1985, p. 3.

relevância de suas opiniões para o debate político e jurídico nos dias finais do processo de transição.

Em agosto de 1981, Afonso Arinos compareceu ao plenário da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal para apresentar aquela que foi a principal tese defendida nos anos finais da ditadura. Não apenas veiculou uma proposta de saída do impasse constitucional, como também uma avaliação mais sistemática do quadro político e jurídico do país. Além do diagnóstico e das propostas defendidas, reuniu os vários elementos que, em conjunto, demarcaram a forma e o conteúdo do seu discurso intelectual ao longo de toda sua trajetória pública⁶⁷⁹.

Enunciado na forma de um conselho ao mesmo tempo técnico, moderado e conciliatório, alinhou os conhecimentos acumulados no campo do direito, da história e da política. Reuniu, de forma sintética e didática, o conjunto de teses que vinha difundindo nos jornais, livros e palestras desde que se despediu do parlamento. O espaço institucional em que proferiu tal discurso não poderia ser mais representativo: o Senado Federal foi a casa legislativa no interior

da qual assistiu aos capítulos mais dramáticos da história recente do país, com a deposição de João Goulart e a institucionalização de um regime que, em nome da democracia, promoveu o autoritarismo.

O diagnóstico oferecido já era conhecido por aqueles que acompanhavam seus discursos e textos: desde 1964, seis “governos revolucionários” se sucederam, todos com processos e orientações tão variadas que, não fosse a regra de sucessão presidencial, poderiam representar, cada qual, um regime peculiar⁶⁸⁰. Segundo o conselheiro, o que surpreende no caso brasileiro é a ausência total de uma ideologia de poder, “de um sistema coerente de ideias político-jurídicas, que dê sentido geral e inteligível à ação dos governantes sobre os governados”⁶⁸¹. Sem uma ideologia jurídica de poder não haveria ordem política digna deste nome. Eis o grande enigma histórico de difícil decifração: “como um país que dispõe do acervo cultural do Brasil, visível nas realizações e nos êxitos de tantas atividades humanas, todas dependentes da potencialidade mental do seu povo e de suas elites, se mantenha, quanto à política, acorrentado às elaborações

⁶⁷⁹ FRANCO, A. A. M. A Constituinte Instituída. In: FRANCO, A. A. M. **Política e Direito**. Brasília: Editora UnB, 1981d, p. 133-147.

⁶⁸⁰ FRANCO, 1981d, p. 133.

⁶⁸¹ *Ibid.*, p. 134.

⁷⁶⁰ *Ibid.*

simplistas, confusas, indecisas, desconexas, sem relação com o povo e inteiramente desligadas de qualquer corpo ideológico identificável?”⁷⁶⁰.

Figura 38



Arinos insiste: só concorre se houver Constituinte

“O poder no Brasil não é legítimo”, diz Arinos

Fonte: OESP. “O poder no Brasil não é legítimo”, diz Arinos. 24 nov.1981, p. 2.

Segundo Arinos, os “governos revolucionários” não criaram qualquer ordenamento capaz de assegurar legitimidade ao poder político, fato que demarcaria um completo ineditismo na história do país: “nunca o Brasil apresentou período tão dilatado de vacância de um Direito Político, e isto em contraste com todos os demais ramos do Direito”⁶⁸². Essa situação ainda soava mais estranha já que não foi um grupo ideológico que dominou o Estado, mas “uma grande instituição social, as Forças Armadas, cuja participação na vida política vem da Primeiro Reinado, mas sempre se exerceu em consonância com os rumos do Direito Público do tempo. Nunca, a não ser a partir de 1964, as Forças Armadas sustentaram tão longo período de poder sem doutrina política e sem direito político”⁶⁸³.

No início da década de 1980, o Brasil vivenciava o agravamento dos problemas econômicos e sociais, esvaziando o modelo de desenvolvimento implantado pelo regime militar e permitindo a elaboração de um diagnóstico crítico do seu legado. Além disso, avolumavam-se as denúncias da violência de Estado, publicizando as perseguições, assassinatos e torturas

⁶⁸² FRANCO, 1981d, p.135.

⁶⁸³ *Ibid.*, p. 136.

promovidas pelo regime. Porém, o que despertou mais atenção em Arinos foi a ausência de uma ordem jurídica coerentemente organizada no sentido de legitimar o poder.

O olhar que Arinos lançava sobre o regime em seus dias finais não parecia ser muito diferente daquele que dispôs nos primeiros anos. A relação entre política e direito ainda constituía a temática privilegiada de sua atenção, embora, devido às novas circunstâncias, era encaminhada em sentido diverso. Enquanto na esteira do golpe de 1964, se empenhou em garantir uma institucionalização jurídica do “governo revolucionário”, no processo de abertura voltou-se para a condução de uma transição que tivesse como ponto de culminância uma nova constituição, vista como única forma de garantir legitimidade democrática ao regime que estava por emergir.

Foi em *Política e Direito* (1981) que Arinos buscou ressaltar como, ao longo das várias décadas de atuação pública, sempre se dedicou a refletir sobre a questão democrática brasileira. Não à toa, o discurso *Constituinte Instituída* é o último capítulo da obra. O conjunto dos textos incorporados àquela coletânea procuram evidenciar a atualidade da linhagem do pensamento político que vê na construção institucional o grande desafio histórico do Brasil, em um momento que o próprio “idealismo constitucional”⁶⁸⁴ teve sua dignidade questionada, sobretudo em razão das relações ambíguas que manteve com o autoritarismo.

Na imprensa, não eram poucas vezes em que Arinos aparecia como um dos principais representantes do liberalismo⁶⁸⁵. Voltando-se contra certa desconfiança, passa a defender a memória da ação política udenista, entendendo que as críticas ao partido dos bacharéis tinham como verdadeiro alvo o próprio liberalismo histórico brasileiro⁶⁸⁶. Bem diferente do tom adotado nos primeiros anos do regime militar, nega qualquer incoerência entre a luta do partido dos bacharéis contra o Estado Novo e o papel desempenhado em 1964⁶⁸⁷.

⁶⁸⁴ Sobre as linhagens do pensamento político brasileiro, em específico o “idealismo constitucional”, Brandão (2010, p. 49-50) assinala que: “a preocupação com as formas, a confiança no poder da palavra escrita, a crença em que a boa lei produziria a boa sociedade, a ideia segundo a qual os problemas do País são fundamentalmente políticos e institucionais, e só serão resolvidos por meio de reformas políticas, a insistência em que, na ausência destas, reformas econômicas e sociais não seriam possíveis ou não se sustentaria”.

⁶⁸⁵ Alguns colunistas e intelectuais expuseram a questão da importância do liberalismo e discutiram o papel de Afonso Arinos como um dos principais integrantes da tradição liberal brasileira. Sobre esse assunto, Cf.: Vamireh Chacon. A imaginação liberal. *OESP*. 09 mar.1980, Suplemento Cultural, p. 3; Carlos Chagas. Os liberais, os nomes de uma época: Quem são eles no Brasil? *OESP*. 23 ago. 1981, p. 8.

⁶⁸⁶ **JB**. Arinos acha que país só vence obstáculos com liberalismo. 21 set. 1980, p.12.

⁶⁸⁷ **JB**. Afonso Arinos: “não houve incoerência da ação de 45 para a de 64”. 28 ago.1980, Caderno Especial, p. 5. Nessa mesma edição do jornal é discutida a ação da UDN a partir de diversos relatos, entre eles os textos de Juracy Magalhães, “O partido sempre foi um repositório de democratas”, e João Agripino, “O programa era liberal mas a ação conservadora”. Além de apresentar as versões de udenistas históricos, o jornal dispôs longa

O argumento mobilizado para defender a memória udenista enfatizava a necessidade de se observar o clima da época: “somos criticados por não estarmos pensando em 1945 como eles estão pensando em 1981. Mas nós, que sobrevivemos da UDN de 1945, estamos hoje pensando como eles”, mesmo porque “Os valores da legalidade jurídica, do direito da justiça, da moralidade administrativa eram tão atuais naquela época como são hoje os valores da distribuição dos benefícios econômicos”⁶⁸⁸. Se a UDN enquanto partido político falhara em suas intenções democráticas originais, o udenismo, na qualidade de traço do liberalismo histórico brasileiro, ainda continuava vivo e atual. Nesse sentido, como demonstra Chaloub:

Deve-se ressaltar, entretanto, que o udenismo não se confunde com a UDN, a despeito da profunda vinculação entre o partido e o referido modo de expressão liberal. Ele não somente ultrapassa os órgãos formais do partido, como se faz presente em outras legendas. Não se trata de uma doutrina partidária, mas de certo conjunto de crenças e práticas políticas, que marcou fortemente a atuação e produção intelectual de um partido, mas não somente deste⁶⁸⁹.

matéria que publicava as argumentações críticas de Maria Vitória Benevides que, recentemente, tinha defendido a tese sobre a “UDN e o udenismo”. Benevides também concedeu, em 1981, entrevista ao jornal *O Globo*, em que ressaltou a proposta de Arinos sobre a Constituinte, como evidência da importância do udenismo no debate público. Cf.: **OG**. Entrevista: “Cientista política analisa em livro a história da UDN”. 19 jul. 1981, p. 8. O tema também seria veiculado pelo *O Estado de São Paulo* que, ao discutir as disputas entre os vários grupos udenistas, trata Arinos como um “músico arrependido” (**OESP**. As disputas entre os vários grupos da

⁶⁸⁸ FRANCO, 1981b, p. 120.

⁶⁸⁹ CHALOUB, 2013, p. 295.

UDN. 28 mar. 1982, p. 7). No mesmo jornal, o colunista Roque Spencer Manuel de Barros afirma existir uma nova UDN, marcada pela decência na vida pública e pela defesa do liberalismo, sendo Afonso Arinos um dos elos entre a velha e a nova UDN: “Roque Spencer Manuel de Barros. A velha e a nova UDN. OESP. 20 fev.1984, p. 2).

Figura 39

8 — O ESTADO DE S. PAULO

Liberais, os nomes de uma época: quem são eles no Brasil

CARLOS CHAGAS

Na teoria, e apesar da dinâmica natural que aprimora doutrinas e conceitos através do tempo, ser liberal corresponde a sustentar a liberdade do indivíduo diante do Estado, ao qual só caberia proteger e propiciar à sociedade condições para que ela decidisse sobre seus destinos. Prega, o liberalismo moderno, a prevalência do indivíduo sobre o Estado, mas subordinando aquele às determinações que este encarnará como seu representante. Que determinações? Todas as provenientes do consenso da comunidade, recolhidas através de meios legítimos de manifestação: a preservação da ordem e da segurança, a garantia dos direitos da pessoa humana, o cumprimento de seus deveres e o atendimento às necessidades sociais e econômicas indispensáveis a que se verifiquem oportunidades iguais para todos. Ficou para trás o liberalismo clássico que, na economia, estipulava a liberdade ampla do capital, apenas voltado para o lucro e sem função social direta.

Na prática, no Brasil moderno, ser liberal tem correspondido a insurgir-se diante das imposições do Estado autoritário, excepcional ou não, nos campos político e econômico. Mas vale a ressalva: nem tudo o que se opõe a esse

Geisel. Nas oposições, hoje, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e quantos mais?

Há que citar apenas alguns, entre tantos, de lá e de cá, separados por nuances e estilos, mas unidos sob a inspiração doutrinária maior de se colocarem contra a virulência do Estado. Célio Borja, Afonso Arinos, Herbert Levy, Olavo Setúbal, Paulo Egydio Martins, ou, mesmo no governo Figueiredo, os que saíram (ou foram saídos, como liberais), maneira de Eduardo Portella, ex-ministro da Educação, Said Farhat, ex-ministro da Comunicação Social, Clóvis Ramalhe, ex-consultor-geral da República. A experiência tem demonstrado que liberais civis não permanecem por muito tempo nos governos da Revolução, mas há liberais militares, ou militares com traços liberais, que subsistem e até ajudam, como Délio Jardim de Matos, ministro da Aeronáutica, ou Maximiano da Fonseca, ministro da Marinha. Porque entre os militares também o liberalismo vingou, inspirado por velhos chefes como o brigadeiro Eduardo Gomes e o general Cordeiro de Farias. Como o falecido general Rodrigo Octávio, ou general Augusto Fragoso, aposentado do Superior Tribunal Militar. E os generais Reynaldo Mello de Almeida e Dilermando Gomes Monteiro, ainda naquela corte.



Arquivo

Arinos, um liberal

**Oposicionista
condena o
“distritão”**

Da sucursal de
BRASÍLIA

O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) protestou ontem em Brasília contra a idéia de se implantar o “distritão” nas eleições de 1982, prevendo que isso “seria a morte dos atuais partidos e a consagração do poder econômico na

Fonte: Carlos Chagas. Os liberais, os nomes de uma época: quem são eles no Brasil? OESP. 23 ago. 1981, p. 8.

De alguma maneira, a defesa aberta da memória udenista pode ser considerada uma forma de resguardar o que lhe parecia essencial: a visão de que o direito é a linguagem preferencial da política. Ao rebater o argumento de que se trata de “exercício abstrato do idealismo, algo romântico”, Arinos afirma que “a História mostra que, em todas as suas vicissitudes, quando viram-se emaranhados por toda série de dificuldades, os povos foram tirados dos impasses e do desânimo pelo Direito”⁶⁹⁰. O liberalismo ainda era considerada uma perspectiva moderna e capaz de responder aos problemas brasileiros, como o fez, por diversas vezes, no passado.

⁶⁹⁰ OESP. Arinos acha direito insubstituível. 29 ago. 1981, p. 2.

Figura 40

12 — POLÍTICA E GOVERNO JORNAL DO BRASIL — domingo 21 de setembro de 1980 — 1º Caderno

Arinos acha que país só vence obstáculos com o liberalismo

Krieger pede aos Partidos que apoiem missão de Sarney

"A intenção do Senador José Sarney é superar dificuldades que sempre surgem nos momentos de transição política. Se os dirigentes dos Partidos políticos compreendem isso, acredito que as dificuldades que enfrentamos serão superadas pela unidade da unidade brasileira", disse ontem o ex-Senador Daniel Krieger, ao manifestar seu apoio ao diálogo proposto pelo presidente do PSD às oposições.

Resaltando que "os princípios essenciais da democracia estão sendo observados no Brasil", o Sr. Daniel Krieger afirmou que "depois do Governo Castelo Branco, cuja fidelidade às convicções democráticas nos levou a não aceitar de Jânio a Constituição, que foi de 1971, até ser deformada pelas emendas que sobre o período indiscutivelmente mais liberal está sendo o do Presidente João Figueiredo."

Hora difícil

A tentativa do Senador José Sarney em estabelecer um entendimento político no âmbito do Congresso, reconheceu o ex-Senador Daniel Krieger, "ocorre, sem dúvida, numa hora difícil, quando diversos problemas, entre eles a falta de unidade política, a crise econômico-financeira e a angústia do povo com o aumento do custo de vida, intrinsecamente o país."

— Mas é justamente nestas horas difíceis — frisou — que o entendimento é indispensável. As aspirações políticas, que são legítimas, devem ceder ao dever de colocar a pátria acima de tudo. Os homens passaram e a pátria fica.

Lider do Governo Castelo Branco e primeiro presidente da extinta Arena, Partido governista antecessor do PSD, o Sr. Daniel Krieger tem ainda outro ponto de admiração com o Senador José Sarney — ambos pertenceram à antiga UDN, que segundo afirma "está fazendo muita falta."

Ele defendeu como alternativa para o país a celebração de um entendimento entre todos os Partidos, incluindo entre eles o Partido dos Trabalhadores, comandado pelo líder metalúrgico Luís Inácio da Silva.

— Acho que só os fascistas e comunistas devem ser excluídos, pois ambos visam a destruição da democracia."

Abertura gradual

— A volta à plena normalidade, como o próprio Presidente Figueiredo tem afirmado — disse o Sr. Daniel Krieger — deve ser lenta e segura. Ele tem cumprido rigorosamente o que prometeu à nação. Deu a mais ampla abertura que a História do Brasil registra, deu plena liberdade de imprensa e está promovendo as eleições diretas para governadores, um anseio da nação brasileira.

Ao fazer essa análise do Governo Figueiredo, ele destacou que "a constância com que o Presidente da República vem buscando o aperfeiçoamento do regime no sentido da democracia nos permite acreditar no prosseguimento da abertura política."

— Por maiores que sejam as dificuldades — disse o ex-Senador Daniel Krieger — elas não devem enfraquecer o ânimo dos que desejam que o país alcance a tranquilidade democrática e que o povo desfrute de maior bem-estar.

Crise de confiança

— Não vejo como o Brasil possa sair da crise sem esta convergência.

— Apenas com a liberdade e com o liberalismo, na sua verdadeira acepção criadora, é que veremos capazes de fazer o país a vencer os atuais obstáculos", disse o ex-Ministro Alano Arinos ao advertir que "a nação está submergindo na incredulidade, no pessimismo e no medo."

Com a experiência de mais de 40 anos de vida pública — deputado Constituinte em 1964, líder da antiga UDN na Câmara dos Deputados, senador no Governo Jânio Quadros — o Sr. Alano Arinos disse que "a única saída para a crise institucional do país é a convergência de esforços e de todos os segmentos sociais, no sentido de identificação conjunta das dificuldades e da escolha das soluções."

Ben comum

O professor Alano Arinos, que atualmente dirige o Instituto de Direito Público e Ciência Política do Pandeão Getúlio Vargas, não acha difícil haver esta convergência de esforços. "Basta que haja", segundo explicou, "uma dose humana de desinteresse, e que as pessoas compreendam que os interesses de grupos podem representar os fins das pessoas e não os grupos".

— É preciso compreender — acrescenta — que o liberalismo comum — aquele que os socialistas chamavam de bem comum — existe e que todos nós estamos interessados nele. Apenas as pessoas não se apercebem que o bem comum é uma parte do seu próprio bem, no momento em que sobem diretamente as consequências do mal, o próprio é afetado na sua e então fica convencido de que se houvesse uma melhor distribuição de oportunidades o assunto ficava mais difícil.

A iniciativa de promover esta convergência, segundo o Sr. Alano Arinos, cabe "aos políticos, à imprensa, aos empresários, aos operários, aos estudantes e ao próprio Governo". Ele admitiu que a maioria das situações pode não ser conjunta mas disse que a identificação dos males e o estudo das soluções, em conjunto, lhe parece necessário e indispensável "para que a gente possa sair disto".

— E acrescentou: — Não vejo como o Brasil possa sair da crise sem esta convergência.

Relatividade

Depois de frisar que falava "como professor de ciência política", e que não é candidato a nada, o Sr. Alano Arinos garantiu que ainda há espaço para o liberalismo e que aquilo que prevaleça a democracia relativa para o país não sabem o que estão fazendo.

— A relatividade não existe nos conceitos — disse, acrescentando — Quando se fala em um regime político relativo, numa concepção política relativa e porque não se sabe o que se está fazendo. A democracia conceitual não pode ser relativa porque não há conceito relativo, desde o momento em que ele passa a ser conceito. É uma situação da razão, uma situação da experiência racional.

Explicou que o que é relativo "é a prática das instituições, em função das limitações e das exigências históricas de um determinado momento, pois todo o tipo de doutrina governativa é submetida a uma aplicação, que precisa depender do desenvolvimento histórico do povo que a aplica."

Seu então a mesma coisa que dizer que a virtude é relativa, porque há o pecado. Ora, para o católico — é no o seu e compreendo que o pecado existe e que não há quem não o pratique — não há nenhum homem que não seja capaz de pecar. Mas isto não quer dizer que a virtude religiosa seja relativa. Ela é absoluta, agora, na sua aplicação, ela sofre as contingências.

Arinos advertiu que a nação está submergindo no pessimismo

ministro acha que muita gente confunde o liberalismo com o liberalismo econômico, "que há uma fase do desenvolvimento — a solução dos problemas dos estudantes, dos operários, da economia, dos empresários e de todos os

Fonte: **JB**. Arinos acha que país só vence obstáculos com liberalismo. 21 set. 1980, p. 12.

A forma predominante dos jornais se referirem a Arinos, no início dos anos 1980, se deu a partir do título de "jurista", o que soou oportuno, dado o prestígio social que tal figura adquiriu no debate público nacional⁶⁹¹. Porém, como lembra Chaloub, o próprio Arinos havia tratado o tema da relação política-direito a partir da distinção entre as figuras do "bacharel" e a do "jurista". Para o bacharel, "o Direito não figuraria como abstração filosófica, inerente à realidade, mas seria antes técnica jurídica aplicada diretamente à realidade política. Mais do que homens das leis, os bacharéis se integrariam à conhecida estirpe de homens da política, do

⁶⁹¹ ADORNO, S. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Estado, responsáveis por aproximar os abstratos e intrincados textos legais das demandas sociais”⁶⁹². Se os bacharéis encontram no direito a linguagem privilegiada da política e no senso de realidade seu norte de ação, os juristas, por outro lado, concentram-se na formulação intelectual ante as imposições da política. O liberalismo defendido por Arinos, ao relegar um espaço secundário ao conceito de mercado, garante ao direito enorme força, pois era “visto

como um instrumento mais relevante para a atuação do Estado e organização da sociedade”⁶⁹³.

Portanto, ainda conforme Chaloub:

os bacharéis não sucumbem a quaisquer perspectivas do jurídico como sistema lógico, característica dos juristas, mas o compreendem como processo social de ordenação dos conflitos o qual nem sempre se confunde com a lei. O Direito era meio que distinguia a opção liberal das outras, autoritárias, e permitia cumprir o objetivo central do liberalismo. Os bacharéis não pretendiam organizar ‘por baixo’ a vida jurídicopolítica, mas almejavam, sobretudo, disciplinar novas forças sociais emergentes⁶⁹⁴.

Neste sentido, os ideais de harmonia social, a visão politizada da economia, e a perspectiva elitista que perpassam o liberalismo dos bacharéis ganham nova roupagem no discurso de Arinos em meio ao processo de transição. Não se tratava apenas de corrigir um sistema corrupto ou ineficiente, ou mesmo de garantir estabilidade jurídica à “revolução”, mas de reconstruir o próprio Estado de Direito. Daí a atualidade do udenismo, uma vez a elaboração de uma fórmula que fosse, a um só tempo, juridicamente democrática e politicamente viável, tornara-se a questão fundamental a ser enfrentada.

Se o direito e a política são considerados um par indissociável, seu campo de exercício e de observação não poderia ser outro a não ser a história. A argumentação de Arinos não se deu a partir da construção de uma fórmula jurídica logicamente perfeita, ou mesmo por meio da exposição de teorias abstratas, mas foi veiculada à luz da experiência histórica. A história, portanto, possui um espaço central no seu discurso público. Reconhecido com um dos grandes historiadores das instituições brasileiras, Afonso Arinos saberá utilizar dessa expertise para reforçar o valor das suas teses. No texto *A Constituinte instituída*, os vários elementos que

⁶⁹² CHALOUB, 2019, p. 270.

⁶⁹³ CHALOUB, 2019, p. 276.

⁶⁹⁴ *Ibid.*, p. 277-278.

compõem a sua visão de história são combinados: ali verifica-se tanto uma perspectiva moralista, em que ressalta os valores e atributos morais considerados imutáveis, quanto a observação de que a história é feita pelos grandes homens, estadistas, políticos e intelectuais, cuja ação pretérita poderia, pedagogicamente, indicar os caminhos a serem perseguidos no presente⁶⁹⁵.

A história, no tipo de argumentação bacharelesca adotada, também é o espaço de verificação da factibilidade de uma ideia ou teoria. Portanto, ora o campo de experiência se abre às iniciativas inovadoras ou criativas, ora é agenciado como uma barreira intransponível, um escudo protetor contra as visões mais ingênuas ou românticas. No âmbito jurídico, a experiência

histórica é apropriada como um acervo de jurisprudências; no campo da política, o que se procura observar são os exemplos de vida dos homens públicos que, apoiados pela razão prudencial, foram capazes de aliar conservação e inovação em benefício da ordem, da liberdade e do progresso social.

No livro *Política e Direito* (1981), o recurso da reflexão histórica para sustentar a indissociabilidade entre política e direito, é fartamente mobilizado. O próprio ensino do direito constitucional parecia estimular uma avaliação mais apurada da experiência histórica, uma vez que é intimamente vinculado ao Direito Político e à Teoria Geral do Estado, disciplinas cujo conhecimento histórico desempenha função analítica central⁶⁹⁶. Como constitucionalista, Arinos voltou-se para a avaliação das várias constituições brasileiras, não apenas interpretando a letra da lei, mas estudando as condições de possibilidades históricas que concorreram para a sua emergência⁶⁹⁷.

Arinos se interessava particularmente pela ação de homens que souberam reunir uma ação política consistente e uma obra jurídica relevante, caso de Raul Fernandes, intelectual que se caracterizou em “fazer do direito o instrumento básico para a solução dos problemas políticos”⁶⁹⁸. A evolução da sua trajetória profissional, inclusive, exemplificava como as carreiras do jurista e do político foram se condicionando uma à outra, numa osmose quase que perfeita: “de advogado, interessado no direito privado, passa a político, e cultiva o direito

⁶⁹⁵ CAVALCANTE, 2006.

⁶⁹⁶ FRANCO, A. A. M. O constitucionalismo brasileiro na primeira metade do século XIX. In: FRANCO, A. A. M. **Política e Direito**. Brasília: Ed. UnB, 1981 [1957], p. 17-38.

⁶⁹⁷ FRANCO, A. A. M. Discurso de posse na Cátedra de Direito Constitucional. In: FRANCO, A. A. M. **Política e Direito**. Brasília: Ed. UnB, 1981 [1950], p. 9-16.

⁶⁹⁸ FRANCO, A. A. M. Raul Fernandes. O jurista e o político. In: FRANCO, A. A. M. **Política e Direito**. Brasília: Ed. UnB, 1981 [1967], p. 39. ⁷⁷⁸ *Ibid.*, p. 40.

público. De vereador, preocupado com os problemas administrativos, sobe a deputado atraído pelos problemas constitucionais”⁷⁷⁸.

Arinos observa que a Primeira República foi um período em que o debate jurídico permeava a agenda dos políticos. Diferentemente do Império, quando havia uma constituição plástica que favorecia a evolução do direito público a partir de um lento trabalho legislativo, na República o texto constitucional era mais rígido, levando a classe política a promover um intenso esforço jurídico de interpretação e adaptação ao quadro existente. Do jurista imperial que atuava politicamente, passa-se ao político republicano que agia juridicamente, mudança que fazia do Congresso Nacional o protagonista no debate político e jurídico da época.

Embora o contexto de vida de Raul Fernandes seja bem diferente daquele em que o texto de Arinos é republicado, a política e o direito ainda são vistos como os sustentáculos da democracia, já que “A lei é inerte, a política é que a faz operar. O papel político democrático é, no fundo, isto: um método fazer operar a lei. Assim também, politicamente, as instituições são inertes; não são elas que agem nós é que agimos dentro dos seus quadros”⁶⁹⁹. Portanto, o que distinguiria o estadista democrático é a sua capacidade “de fazer funcionar a lei, de fazer funcionar as instituições no sentido de progresso humano”⁷⁰⁰. É, portanto, a busca pelo equilíbrio virtuoso entre direito e política, particular à geração de Raul Fernandes, o objetivo fundamental a ser perseguido no contexto da transição.

Ao ressaltar o papel de estadistas que são, ao mesmo tempo, políticos e juristas, Arinos se volta contra o discurso tecnocrático. Mesmo avaliando que, a partir dos anos finais da Primeira República, o direito deixou de ser o instrumento de equilíbrio e de execução da política, sendo substituído primeiro pela sociologia e, depois, pela economia⁷⁰¹; sustenta que em todos os momentos históricos em que ocorreu algum tipo de união nacional, foram as decisões políticas e os atos jurídicos os instrumentos que lhe garantiram êxito.

Na sua visão, era evidente que “o caminho da recuperação brasileira é o da composição e nunca o da confrontação, o livremente consensual e não o autoritariamente impositivo, o jurídico

⁶⁹⁹ FRANCO, 1981 [1967], p. 49.

⁷⁰⁰ *Ibid.*

⁷⁰¹ *Ibid.*, p. 46.

e não o tecnocrático”⁷⁰², mesmo porque “nunca a economia, a finança, a técnica resolveram nada, se a política estava condenada e o direito ausente. Uma nação não é uma empresa, é uma pessoa no mundo da História”⁷⁰³. A ideia de que seria possível viver em um país sem Direito Político soava equivocada, ainda mais quando percebia que os problemas econômicos enfrentados pelo Brasil foram agravados pela separação entre política e direito.

Mais do que isso, o “mito-pretexto” de que a crise econômica seria um obstáculo para a restauração do direito não encontraria respaldo histórico ou sociológico, pois “A convivência com várias crises é inseparável da história humana. Mas nunca se provou que o uso da força eliminasse as crises. Ao contrário, ele esconde, como a anestesia esconde a dor”⁷⁸⁴. Segundo Arinos, a realidade internacional contemporânea, por outro lado, “evidencia que a ausência do

direito ou o monopólio fechado da política não contribuem para a solução dos problemas econômicos, financeiros ou culturais de um povo”⁷⁸⁵.

O diagnóstico da estranha situação em que se encontrava o Brasil passa pela avaliação da abertura como um momento de lusco-fusco, quando ocorreu o desaparecimento do poder autoritário sem que isso significasse uma restauração democrática. Com seu estilo literário, utilizando-se de metáforas como meio privilegiado de comunicação, define esse momento da seguinte forma: “A abertura política tem sido como uma criança nascitura que ainda não deu seu grito inaugural de vida, porque permanece ligada à placenta do parto histórico, e, se não morreu, ainda não pode viver por si mesma”⁷⁸⁶. Numa linguagem mais direta, na mesma ocasião, procurou deixar clara sua percepção: “A ditadura terminou politicamente, mas a democracia só se consolidará, juridicamente, com uma nova Constituição”⁷⁰⁴.

Em um momento de recrudescimento da crise econômica e de crescente desconfiança em relação ao governo, Arinos continuava a afirmar que o povo mantém sua confiança nos

⁷⁰² **FSP**. Arinos prega composição como caminho para o país. 25 fev. 1983, p. 4. Nessa época, inclusive, passou a proferir um discurso reprovativo daquilo que chamava de uma visão tecnocrática do mundo. Sobre o assunto *Cf.*: **OESP**. Arinos vê vitória dos tecnocratas. 09 ago. 1981, p. 10.

⁷⁰³ FRANCO, A. A. M. Teixeira de Freitas e a renovação do direito. In: FRANCO, A. A. M. **Política e Direito**. Brasília: Ed. UnB, 1981 [1977], p. 71. ⁷⁸⁴ FRANCO, 1981d, p. 137.

⁷⁰⁴ *Ibid.*, p. 138. A ideia de que a ditadura havia acabado, mas ainda não existia uma democracia, foi reiterada por Arinos em outras ocasiões. Sobre esse assunto, *Cf.*: **OG**. Arinos defende constituinte através de novo Congresso. 28 out. 1982, p. 2. Em outra ocasião, chegou a afirmar que “Hoje não vivemos nem num Estado de exceção, nem no Estado de direito, mas de transição” (**OESP**. Arinos acha mais difícil regredir do que continuar. 27 set. 1980, p. 2). Esse parece ser o mesmo argumento, recentemente defendido pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho, para quem o reestabelecimento do Estado de Direito não coincidiu com a instauração de uma constituição democrática, “em outras palavras: no período de transição já não havia ditadura, mas ainda não existia uma democracia” (REIS FILHO, 2014, p. 125). ⁷⁸⁸ FRANCO, *op. cit.*, p. 137.

“propósitos democráticos” do presidente João Figueiredo. Como estratégia retórica, o antigo parlamentar udenista ressalta o papel do presidente no processo de superação do estado de indefinição jurídica, ao passo que seria levado, pelo próprio “dinamismo do movimento que lidera”, a incorporar a “chamada ‘abertura’, o processo de reconstitucionalização”⁷⁸⁵.

Afasta, ainda, qualquer hipótese de que não ocorreriam as eleições gerais em 1982⁷⁰⁵, pois “sua realização não é fruto de opiniões teóricas, mas resultado do interesse concreto de setores cada vez mais amplos do povo, em geral, e das entidades e instituições sociais, em

⁷⁸⁵ FRANCO, 1981d, p. 136.

⁷⁸⁶ *Ibid.*, p. 134.

particular”⁷⁰⁶. Se as eleições estavam garantidas, todo o esforço nacional deveria se concentrar no “reestabelecimento da ordem constitucional”, “aspiração largamente majoritária” da sociedade brasileira. Para Arinos: “só uma fração extremamente reduzida da sociedade brasileira se opõe, doutrinária ou politicamente, à prioridade da ordem constitucional. Essa escassa minoria se divide em dois grupos antagônicos, que nunca se unem, mas sempre atuam paralelamente: os ultra direitistas e os ultra esquerdistas. Porque ambos, por fanatismo, ou por interesse aspiram à formação de tipos contrários de ditadura”⁷⁰⁷.

Enquanto a opinião pública majoritária se mostrava favorável à saída rumo à construção de uma institucionalidade democrática, restaria ainda um esforço político para sua consecução. Este movimento não poderia vir de outro lugar se não do próprio Congresso Nacional, encarado como lócus privilegiado da ação política e principal instituição democrática brasileira. O discurso de Arinos no Senado Federal voltava-se inteiramente para conclamar os parlamentares

⁷⁰⁵ Naquele momento, transitava no Congresso Nacional uma emenda constitucional, de autoria do deputado Bezerra de Melo (PDS-SP), que previa a prorrogação de mandatos. Arinos chegou a declarar que a proposta feria o princípio da representatividade e poderia ser sumariamente rejeitada pelo presidente da Câmara dos Deputados (**OG**. Arinos: Marchezan pode recusar emenda de prorrogação. 11 abr. 1981, p. 4). Esse debate se estendeu, e o próprio presidente do Senado, Jarbas Passarinho, chegou a declarar que emenda não seria aprovada (**OESP**. Passarinho: “Prorrogação cairá”. 26 maio 1981, p. 4). Segundo os jornais, o próprio Jarbas Passarinho pretendia procurar Arinos, a fim de obter conselhos jurídicos, no sentido de respaldar a rejeição sumária da emenda. (**OG**. Arinos e a prorrogação. 28 jan. 1982, p. 2). De toda forma, Arinos se mostrava confiante no avanço da abertura e dizia não temer regressão, sobre isso: **JB**. Arinos quer rapidez e não receia regressão. 27 set. 1980, p. 4.

⁷⁰⁶ FRANCO, 1981d, p. 136-137.

⁷⁰⁷ *Ibid.*, p. 137. A tese dos dois demônios, já fartamente explorada desde início do regime militar, tinha sido retomada no processo de abertura como forma de justificar o apoio dos setores liberais à deposição de João Goulart. Nesse caso, Arinos a utiliza em outra direção: as mesmas forças que provocaram o estado de anarquia que redundou na intervenção militar, na abertura estariam se opondo a reconstitucionalização do país. Sem deixar claro quais grupos poderiam ser considerados “ultra direitistas” e “ultra esquerdistas”, convém lembrar que poucos meses antes foram os grupos ligados à linha-dura do exército que vinham promovendo atentados contra o processo de abertura, cujo caso do Rio Centro, em abril de 1981, foi seu ponto de culminância.

a se alinharem à “marcha da História”, cuja presença do Congresso Nacional “é elemento de primeira grandeza”⁷⁰⁸. Os congressistas deveriam se recompor à tradição da qual faziam parte, pois “seu afastamento reconhecido e proclamado do processo em curso, fez do nosso, um país que marcha para a luz com os olhos vendados, pois que as básicas decisões são tomadas no escuro, e o Congresso sempre foi, na nossa História, a lâmpada que iluminou o caminho”⁷⁰⁹.

Em outra ocasião, Arinos refletiu sobre a pouca ação do Congresso, rechaçando o argumento de que o problema era a baixa qualidade dos parlamentares. Em sua visão, o que faltava era estímulo, prestígio e confiança. Diferentemente do seu tempo, quando os congressistas tinham consciência de sua força, “Hoje, é o Congresso que está acuado diante de um governo silencioso, que não se manifesta a não ser por atos que atualmente já não pode praticar. O problema não é da composição do Congresso nem da competência dos congressistas, mas de uma espécie de insegurança coletiva”⁷¹⁰.

Essa avaliação mais pessimista, emitida nas entrevistas concedidas ao CPDOC-FGV, parece corresponder ao próprio fracasso das tentativas de Arinos em fazer do Congresso

Nacional o grande palco do acordo político que poderia levar ao capítulo final da transição, corporificada na formulação de uma nova Constituição. Em 1981, ao contrário, os discursos e falas públicas do intelectual mineiro revelam que, em sua opinião, havia uma oportunidade histórica, possibilitada pelo próprio processo de abertura, que proporcionava ao Congresso Nacional retomar sua posição de protagonista no debate público do país.

Herdeiro de uma longa linhagem de parlamentares que remontava ao período monárquico, ex-deputado e senador, Arinos nunca deixou de fazer declarações públicas da respeitabilidade do Congresso. Isso ficaria mais patente quando se tornou parlamentarista, já nos fins da década de 1950. A partir da crise desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros e com a “solução parlamentarista”, o então senador passou a defender que aquela medida de emergência, instituída com a finalidade de manter a ordem constitucional, deveria ser observada como a solução para o permanente estado de crise da história republicana brasileira. Teria sido a negativa expressa de João Goulart de defender o modelo parlamentar o principal motivo da sua deposição. Importante notar que Arinos observou os acontecimentos de 1964 pelo ângulo da “solução parlamentarista” derrotada de 1961, não à toa, nos anos finais de seu mandato no

⁷⁰⁸ *Ibid.*

⁷⁰⁹ *Ibid.*, p. 134-136.

⁷¹⁰ CAMARGO; TEIXEIRA; MARIANI, 1983, p. 209.

Senado Federal, já em contexto abertamente autoritário, continuou sua pregação parlamentarista.

Na condição de historiador das instituições brasileiras, o próprio Afonso Arinos, em 1976, já havia dado sua colaboração para “restituir a dignidade do Congresso Nacional”. Naquele ano, publicou livro, encomendado pela Câmara dos Deputados, que objetiva construir uma síntese histórica daquela casa legislativa que estava a comemorar o sesquicentenário⁷¹¹. Obra de forte teor institucionalista, busca sintetizar as principais contribuições da Câmara dos Deputados à história brasileira⁷¹². Para o ex-senador, todos os avanços históricos relevantes, do Império à

República, tiveram no parlamento e na ação dos congressistas mais ilustres o seu polo de sustentação. Da manutenção da unidade nacional à abolição da escravidão; do

“presidencialismo constitucional” da Primeira República à legislação social que ganhara corpo no governo Vargas; do enfrentamento das crises de 1955-54 à solução parlamentarista de 1961; em todos os principais momentos da história institucional brasileira, em especial nas fases de transição, o Congresso Nacional teria respondido, à altura, às demandas por ordem, liberdade e progresso social.

Desde a posse de Figueiredo e, mais especificamente, a partir da revogação dos atos institucionais e complementares, Arinos se movimentou no sentido de conferir ao Congresso Nacional o protagonismo político perdido. As idas a Brasília tornaram-se mais constantes, tal como seus encontros com importantes parlamentares governistas e oposicionistas. A conferência de 1981 não foi a primeira vez que, nos anos mais recentes, Arinos havia sido convidado a falar no parlamento. Em agosto de 1979, pregou na Câmara dos Deputados a necessidade de o Congresso promover o debate constitucional. Segundo ele, “a partir de certa

⁷¹¹ Já na dedicatória do livro, Arinos elenca a lista de seus familiares que foram deputados, demonstrando a íntima ligação com a história daquela instituição. Os nomes foram dispostos com os anos que ocuparam uma cadeira na Câmara dos Deputados, considerando tanto a linhagem dos Melo e Franco quanto dos Alvim: Deputados Gerais pela província de Minas Gerais: José Cesário de Faria Alvim (1867-1870;1875-1878;1878-1881;1886-1889); Manoel de Melo Franco (1856,1847; 1848-1850;1861-1864;1864-1866); Francisco de Melo Franco (1854-1855;1856); Bernardo de Melo Franco (1867-1870); Joaquim Pedro de Melo Franco (1869-1872;1878); Virgílio Martins de Melo Franco (1878-1881). Deputados Federais pelo Estado de Minas Gerais: Afrânio de Melo Franc (1906-1930); Virgílio Alvim de Melo Franco (1933-193; 1934-1937); Deputado Federal pelo Estado da Guanabara: Afonso Arinos de Melo Franco Filho (1964-1966). Essa lista poderia ser completada pelo próprio Arinos, que foi deputado entre 1947 e 1958, sendo o segundo nome da sua linhagem com mais anos na casa (depois de seu pai).

⁷¹² Dividido em três partes (antecedentes, Império e República), no qual é disposta uma periodização da história brasileira que já havia sido delineada em obras como *História do povo brasileiro* (1967) e *Rodrigues Alves: apogeu e declínio da República* (1973). Nesse sentido, a história da Câmara dos Deputados teria se iniciado

fase do governo Geisel, foi-se tornando patente que os instrumentos autoritários não correspondiam aos objetivos amplos de 1964”⁷¹³. Retornar às aspirações de 1964 seria, inclusive, retomar o protagonismo do Congresso: “A solução política para o caso brasileiro não pode ser outra, senão a mais moderada, ou seja, a convergência das forças políticas da situação e da oposição no Congresso, no sentido de feitura de um projeto global de Constituição, ou da revisão de um projeto que venha do governo”⁷¹⁴.

Em meados de 1980, Arinos voltou ao Senado Federal para dissertar sobre as “prerrogativas parlamentares”. Avaliando as novas funções e prerrogativas do Poder Legislativo, se deteve no delicado tema da “inviolabilidade e imunidade parlamentar”. Nessa ocasião, não deixou de observar que, contrariando tradição secular, “a Constituição vigente de 1969, no capítulo do Poder Legislativo, impõe restrições injustificáveis ao seu funcionamento, entre elas a de ferir gravemente as tradições brasileiras sobre as prerrogativas parlamentares”⁷¹⁵. Arinos chamava atenção para o fato de que no Brasil “o Executivo, o Judiciário, as Forças

antes mesmo de sua instalação, com as eleições para as cortes de Lisboa e com a Assembleia Constituinte de 1823. O período imperial seria dividido três fases: da Constituinte (1823) à Maioridade (1840); da Maioridade à Guerra do Paraguai (1865); e da Guerra do Paraguai à República (1889). O Período Republicano, por sua vez, também comportaria três fases: de Deodoro (1889) a Rodrigues Alves (1918); de Epitácio Pessoa (1919) a Getúlio Vargas (1945); de Eurico Dutra (1945) a João Goulart (1964).

Armadas, a Administração Civil são intocáveis nas suas prerrogativas e garantias. Só o legislativo é cabide de pancada por palavras e atos. Não é estranho que isto aconteça com a única instituição constitucional emana da soberania popular?”⁷¹⁶.

Figura 41

⁷¹³ OESP. Arinos pede na Camara modelo de Constituição. 10 ago. 1979, p. 4.

⁷¹⁴ FSP. Para Arinos, solução é nova constituição. 10 ago. 1979, p. 5.

⁷¹⁵ FRANCO, A. A. M. Prerrogativas parlamentares. In: FRANCO, A. A. M. **Política e Direito**. Brasília: Ed. UnB, 1981 [1980], p. 95.

⁷¹⁶ FRANCO, 1981 [1980], p. 96.



Fonte: OESP. Arinos pede Constituinte em 82. 01 nov. 1980, p.2.

Figura 42



Fonte: FSP. A Constituinte em 82, propõe Afonso Arinos. 27 ago. 1981, p.5.

Deste modo, a tese da *Constituinte Instituída* teria como efeito reabilitar o parlamento brasileiro como palco privilegiado do debate constitucional, tornando-se o centro gerador das soluções políticas e jurídicas que concorreriam para a saída da crise institucional⁷¹⁷. O momento era o mais oportuno, já que se aproximavam as eleições que enviariam a Brasília “os

⁷¹⁷ JB. Arinos acha que constituinte reabilitará o Congresso. 22 fev. 1981, p. 7.

representantes legítimos da soberania nacional”. Segundo o ex-senador, não fazia sentido o próximo Congresso, “ressurrecto pelo batismo eleitoral”, continuar trabalhando em “mesquinhas construções provisórias”, enquanto as soluções duradouras eram deixadas de lado⁷¹⁸. Fiel ao seu estilo de oratória bastante conhecido de boa parte dos parlamentares presentes, conclama o Congresso para que retome sua tradição e passe ao primeiro plano das decisões políticas:

Ao termo do século e meio de tradição parlamentar, o futuro Congresso, ou se desmoraliza historicamente, ou levanta o edifício nacional da Constituição Federal, no espaço político vazio. Em lugar da vacância legal, a Arca da Aliança Nacional, o simples e sóbrio monumento de reunião do povo, na manifestação de seus anseios de renovação e conservação, de desenvolvimento econômico e progresso social, de ordem e justiça. A permanente busca do bem comum, o incessante amanhecer do futuro. Nada poderá deter o Congresso nessa tarefa, e o Poder Executivo terá de colaborar com ela, para o coroamento do seu mandato, cujo fim precede ao da legislatura⁷¹⁹.

A proposta apresentada pelo ex-senador, amadurecida ao longo dos anos anteriores, defendia que o Congresso funcionasse como órgão constituinte. A fórmula apresentada era considerada “uma solução jurídica porque, por ela, o futuro Congresso objetivará, em texto, a ideia de direito que a nação desejar. Política porque não abala o estado de direito existente. É a única saída histórica pacífica para a grande crise brasileira, que é, antes e acima de tudo, uma crise de direito”⁸⁰⁴.

Cumprе ressaltar que a discussão sobre a melhor oportunidade de elaboração de uma nova Constituição embora só tenha encontrado certo consenso político na esteira da eleição de Tancredo Neves e no início da Nova República, não foi exclusiva daquele momento, mas acompanhou todo o período em que os militares estiveram no poder. Autores como Antônio Sérgio Rocha e Cicero Araujo⁷²⁰ demonstram que as próprias características do regime militar

brasileiro contribuíram para que o debate constitucional se mantivesse na pauta tanto das forças de oposição quanto da coalisção que chegara ao poder com o golpe de 1964.

⁷¹⁸ FRANCO, 1981c, p. 138.

⁷¹⁹ *Ibid.*, p. 139.

⁸⁰⁴ *Ibid.*, p. 140.

⁷²⁰ ROCHA, A. S. Genealogia da Constituinte: do autoritarismo à democracia. **Lua Nova**. São Paulo, n. 88, p. 2987, 2013; ARAUJO, C. O processo constituinte brasileiro, a transição e o poder constituinte. **Lua Nova**. São Paulo, n. 88, p. 321-380, 2013.

As sucessivas tentativas de institucionalização somadas à manutenção (mesmo que parcial e controlada) das instituições representativas, concorreram para a conformação de um regime autoritário com uma natureza dual, que buscava combinar um controle coercitivo autoritário sobre a sociedade com uma retórica liberal e medidas de limitação do arbítrio. O tema do poder constituinte esteve presente desde a gênese do regime militar, corporificada no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, quando as Forças Armadas se afirmavam como representantes da vontade nacional e, como tal, revestidas de poder constituinte. A própria tentativa de constitucionalizar o regime em 1967 e sua rápida interrupção no final de 1968, evidenciava tal tensão interna do regime⁷²¹. Logo após a decretação do AI-5, setores liberais, que permaneciam próximos ao governo, iniciaram um debate sobre formas alternativas de institucionalizar o regime, ressaltando a incompatibilidade entre os compromissos da “revolução de 1964” e a suspensão das garantias aos direitos civis expressos na Constituição de 1967⁷²².

Para Araújo, a distensão iniciada com o governo Geisel não pode ser confundida com transição, uma vez que foi erigida em meio à tentativa do governo de resolver as pressões contraditórias oriundas da própria natureza dual do regime, constituindo-se em um programa de institucionalização autoritária, no qual o presidente tanto buscava reforçar a sua autoridade como chefe supremo das Forças Armadas quanto restabelecer os poderes da República. Tratava-se, portanto, de constitucionalizar o poder constituinte da revolução, sobretudo naquilo que considerava a clausura pétrea: a manutenção da segurança nacional como objetivo máximo do Estado⁷²³.

Enquanto para o governo o tema da institucionalização do regime e da importância de uma constituição que representasse os “ideais da Revolução” esteve entre as suas preocupações e continuamente aparecia no seu discurso oficial, sobretudo como uma forma de perenizar o que entendia serem as suas conquistas; no âmbito das oposições, em especial do MDB, o tema da constituinte foi encampado como uma bandeira que sinalizava para a contestação do autoritarismo e para instauração de um regime verdadeiramente democrático⁷²⁴.

⁷²¹ ARAÚJO, 2013.

⁷²² GRIMBERG, 2009; CARVALHO, 2019.

⁷²³ ARAÚJO, *op. cit.*

⁷²⁴ KINZO, M. D. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988.

Já em 1971, na esteira da acachapante derrota nas eleições do ano anterior, o partido de oposição iniciou um movimento de reorganização interna visando a construção de uma imagem favorável junto ao eleitorado. Além de exigir a revogação do AI-5 e o imediato reestabelecimento da democracia, de tentar reorganizar suas bases por todo o país, de romper o silêncio sobre a existência de tortura, o partido incorporou entre suas pautas a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, simbolicamente defendida pela Carta do Recife. Mesmo que tenha sido mais uma forma de marcar a divisão entre emedebistas autênticos e moderados do que um esforço de mobilização do partido por uma nova ordem constitucional, tal documento teve como mérito evidenciar a recusa ao reconhecimento da legitimidade de qualquer estrutura constitucional gerada pelo regime de 1964⁷²⁵.

Retomada na campanha eleitoral de 1974, juntamente com as críticas à política econômica do regime e às denúncias de violação dos Direitos Humanos, a tese da constituinte livre e soberana só se tornaria pauta prioritária das oposições a partir de 1977⁷²⁶. Em meio às promessas do governo de descompressão política, o regime lançou mão do conjunto de reformas institucionais conhecidas como “Pacote de Abril”, anunciadas pelos seus promotores como necessárias para garantir a manutenção do caráter gradual e seguro da abertura. As manifestações sociais que se sucederam naquele ano vocalizavam a desconfiança em relação promessas de abertura do governo. A proposta de instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte como forma de garantir a democratização passa a ser incorporada à pauta de diferentes movimentos da sociedade civil⁷²⁷, sendo encapada tanto pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)⁷²⁸, quanto pela Carta aos Brasileiros, lida na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco⁸¹⁴.

Desalentado pelas restrições eleitorais impostas pelo Pacote de Abril, o MDB iniciou uma tentativa de estreitar os laços com os movimentos sociais, buscando mobilizar a opinião pública contra aquilo que entendia ser uma nítida evidência das intenções autoritárias do governo. Nesse sentido, “a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte seria o caminho alternativo que o MDB poderia oferecer para se contrapor à política de distensão gradual e segura do

⁷²⁵ KINZO, 1988.

⁷²⁶ *Ibid.*

⁷²⁷ ROCHA, 2013.

⁷²⁸ Sobre a atuação da OAB na primeira década da ditadura militar, Cf.: ROLLEMBERG, D. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: REIS FILHO, D. A; ROLLAND, D. (org.). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 57-96. ⁸¹⁴ KINZO, *op. cit.*

governo”⁷²⁹. Em setembro de 1977, o partido adotou oficialmente a ideia de organizar uma campanha que visava mobilizar a opinião pública em favor da convocação de Assembleia Nacional Constituinte. A direção partidária passou a afirmar que o diálogo e a negociação com o regime só seriam possíveis através de uma constituinte.

De acordo com Kinzo, a campanha não conseguiu expandir-se para além de discursos parlamentares e reuniões e, poucos meses depois de seu início, tornara-se apenas mais um item na agenda do partido. A autora afirma que tanto o pouco apelo público da temática constitucional, quanto as iniciativas do governo no sentido de enfraquecê-la explicam o fracasso da empreitada⁷³⁰. Ainda assim, após a reestruturação do sistema partidário, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), continuou, ao lado da defesa das eleições diretas, ostentando tal bandeira como prioritária para a democratização⁸¹⁷. Não tendo alcançado a amplitude desejada, o tema da constituinte permaneceu no debate público, mesmo que ofuscado por outras questões observadas pelo governo e pelas oposições como mais urgentes, a exemplo da reestruturação do sistema partidário e das eleições diretas para governador em 1982.

⁷²⁹ KINZO, 1988, p. 191.

⁷³⁰ Na visão de Kinzo (1988, p. 202): “As tentativas do partido mobilizar o apoio da sociedade civil, através da Campanha da Constituinte e da Frente Nacional da Redemocratização fracassaram, embora tenham sido iniciativas importantes, elas não conseguiram produzir algum impacto no sistema político, no sentido de acelerar o processo de abertura”. ⁸¹⁷ ROCHA, 2013.

Figura 43

DEBATE

A necessidade de uma reforma constitucional é ponto pacífico para todos os partidos em organização. A discordância surge no debate sobre a competência para a realização dessa tarefa — se através do

atual congresso, com poderes constituintes, ou por meio da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

O GLOBO ouviu em Brasília, o secretário-geral do PDS, deputado

Prisco Viana; os líderes do PMDB no Senado e na Câmara, Paulo Brossard e Freitas Nobre; o líder do PDT na Câmara, Alceu Collares; o líder do PT no Senado, Henrique Santillo, e o vice-líder do PP, deputado Antônio Mariz; no

Rio, ouviu o deputado Celso B. Jr., professor de Direito Constitucional, e os juristas Afonso Arinos e Seabra Fagundes, este presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, e em São Paulo, ouviu a presidenta do PTB, ex-

deputada Ivete Varg. Dentro da reforma constitucional, o sistema eleitoral, o relacionamento entre os poderes e o papel do Congresso no desenvolvimento de uma democracia estável foram aspectos debatidos.

Mudar a Constituição, uma reivindicação de todos

Em que a convocação de uma Assembleia Constituinte ou a transformação do atual Congresso para esse fim ajudaria no processo de abertura política do País?

Prisco Viana: O processo de abertura política haverá de completar-se com uma ampla reforma constitucional. Uma Constituição capaz de refletir a nova realidade política do País. O pensamento dominante no nosso partido, entretanto, é o de que esta reforma pode ser feita através do poder constituinte que tem o Congresso Nacional, portanto, sem que se convoque uma Constituinte. Diariamente estamos discutindo, aprovando ou rejeitando emendas constitucionais, a dade que não se peça a revogação da República e da Federação, qualquer parlamentar pode propor alterações no texto da Carta Constitucional.

O atual quadro político brasileiro não configura os pressupostos da realização de uma Constituinte, que, neste momento, não ajudaria.

Antônio Mariz: A convocação da Constituinte é a consumação da abertura e sua realização mais concreta, porque abre margem à definição de novo pacto social que refletirá, fielmente, a nova realidade econômico-social do País. A fórmula politicamente mais viável seria a transformação do atual Congresso em Constituinte em razão de não implicar na sua dissolução, o que geraria suspeitas de toda natureza.

Paulo Brossard: Não posso acreditar num processo de abertura em um País que não tem instituições, ou mesmo uma Constituição. Penso, também, que transformar o atual Congresso em

"A Constituinte é de fundamental importância, desde que seja, de fato, uma Câmara representativa da soberania popular" (Seabra Fagundes)

"Facete de Abeli", para efeito de manter o poder, evidentemente que o atual Congresso não irá reformular, nem tomar posições, no sentido de levar a atual constituição dos últimos requisitos de execução.

Modificações no sistema eleitoral — como a implantação do voto distrital — seriam de fundamental importância para a institucionalização.

Santillo: — Institucionalização de que? Do autoritarismo? Assim, direi que sim. Neste caso, não vejo outra saída senão a constituição da frente das consciências, sob uma mesma sigla, com um colegiado de dirigentes. Está bem evidente a intenção do Governo de implantar o voto distrital e outros instrumentos casuísticos destinados a eternizar os atuais mandantes no poder.

Brossard: Contribuiria, isto sim, para a institucionalização da fraude e da corrupção, especialmente desta última. É uma infâmia chegar-se a cogitar da implantação desse casuísmo.

Prisco: Poderíamos dizer que, por

se a nação construir, por sua vontade política, os caminhos que pretende seguir. Igualmente, é necessária uma absoluta independência do Poder Judiciário.

Brossard: A única forma de se conseguir o equilíbrio das instituições é com a interdependência e a corresponsabilidade dos poderes políticos, e isto só se dá no sistema parlamentar de Governo.

Collares: A divisão de poderes, os quais devem ser harmônicos e independentes. O princípio é velho, mas não foi superado.

Mariz: É fundamental que cada poder tenha delimitada, de forma clara, a sua área de competência, e dispense de garantias para exercê-la. O Congresso não funcionará plenamente sem as unidades parlamentares, destacando-se como imprescindível a inevitabilidade quanto à palavra, ao voto e à opinião no exercício do mandato. Também o Poder Judiciário submergiria na desconfinção e na perda da credibilidade pública sem as prerrogativas da imovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade dos vencimentos, consagradas nas Constituições democráticas. Na vigência do AI-5, por isso mesmo, o Poder Executivo hipertrofiou-se, esboçando os demais poderes, e, em certa medida a eles se substituindo. Leisões a julgar sem qualquer participação dos demais. Casos congressistas e julgados não poupando nem mesmo a mais alta Corte do País, o STF. Ainda subsistem intoleráveis resíduos da Legislação autocrática.

Nobre: O reconhecimento efetivo da autonomia e da independência destes

"Este Congresso tem máximo poder de emenda; jamais pode investir-se de poder constituinte, que o não lhe deu" (Freitas Nobre)

seu perfeito funcionamento, é p que outras instituições também jam exercendo suas funções em cas. Não se terá um Congresso sem Igreja livre, sem universidade, sem sindicato livre e sem is na livre.

Brossard: Que se afirmasse cos der político e deixasse de ser o q sido até hoje: dependente exclusi Executivo. A emenda das perr vas tem propostas importantes ría o primeiro passo para a Legis reaquiritir a autonomia usurpac tempos anteriores.

Nobre: Infelizmente, esse pap está dependendo do Congresso l nal. A não ser que o Governo, q tem a sua maioria, o faça fim com este propósito.

Mariz: O Congresso contribuirá a estabilidade do regime democ na medida em que refletir, com dade, a opinião nacional. Isto há fazer pela estruturação de partido possíveis, coerentes com seu p

Collares Brossard

Nobre Ivete

Prisco

Santillo Mariz

Seabra Arinos

Fonte: OG. Mudar a Constituição, uma reivindicação de todos. 15 jun. 1980, p. 8.

As alternativas já postas no final da década de 1970, e conduzidas tanto por juristas como por políticos, orbitavam menos em relação à rigidez das teorias jurídicas do que em torno das

questões de fato, e até mesmo os juristas conservadores passaram a tecer argumentos mais estratégicos do que técnicos. As questões “o que se convoca?”, “por que se convoca?” e “como se convoca?” uma constituinte foram agenciadas por argumentos que procuravam definir sua forma histórica concreta, buscando respaldo na cultura jurídica do país, nas iniciativas internacionais ou em contraposição à experiência autoritária recente⁷³¹.

Dados o contexto autoritário e a manutenção do poder de iniciativa política pelo governo, o primeiro tema que opôs juristas conservadores e progressistas foi circunscrito à questão da continuidade ou ruptura institucional. Para os juristas do campo conservador, não haveria oportunidade histórica de se estabelecer um poder constituinte originário, pois as condições históricas para tanto só se dariam com a ruptura do regime político em vigor, o que estaria longe de ocorrer. Tal raciocínio abria brecha para a afirmação de que a elaboração de uma nova constituição só seria possível com o poder derivado, a partir de uma ampla reforma da constituição de 1967.

Se a defesa de uma continuidade institucional era observada como um dado da realidade sociopolítica brasileira, não escondendo a origem autoritária do argumento conservador, os juristas do campo democrático se esforçaram para alargar a discussão para além do tema da continuidade-ruptura, enfatizando aquilo que consideravam evidências da falta de legitimidade do regime de 1964⁷³². Para os opositores do regime, a única solução que resguardava a legitimidade democrática era a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte “livre e soberana”.

A proposta de Arinos visava encontrar uma solução moderada e conciliatória, um caminho de meio termo entre as duas principais linhas de interpretação existentes. Contra a ideia de promover uma reforma constitucional, tendo como base a Carta de 1967, Arinos nunca escondeu de que se tratava de um texto tecnicamente ruim, mais voltado para conter o ímpeto revolucionário do que estabelecer uma ordem democrática duradoura⁸²⁰. O próprio processo de reforma constitucional a partir do poder derivado do Congresso era visto como um método de difícil operacionalização, uma vez que aprovar todos os artigos por maioria absoluta poderia

⁷³¹ ARAUJO, 2013.

⁷³² Araujo (2013) cita Ferreira Filho como exemplo de jurista conservador que buscava embasar a tese do poder constituinte derivado a partir de uma reforma na Constituição de 1967. Por outro lado, como representantes do pensamento “radical-democrático”, cita os juristas José Afonso da Silva, Raymundo Faoro e Paulo Bonavides. ⁸²⁰ OESP. Constituição desprestigia o Brasil, afirma Arinos. 07 ago. 1980, p. 2.

levar anos⁷³³ e, mesmo assim, “se não for aprovado, pode-se pedir uma verificação de votação, o que significa começar tudo de novo”⁷³⁴. Por outro lado, a vantagem, do ponto de vista técnico, do Congresso se atribuir poderes constituintes seria de que “ele faz um regimento para o momento em que estiver funcionando com esses poderes. E faz o regimento como quiser, o que simplifica tudo”⁷³⁵.

Figura 44

Afonso Arinos: O atual Parlamento deve culpar da nova Carta

Constituinte não é a solução política

DOCUMENTO

A s instituições políticas do Estado brasileiro, especialmente a partir do Ato Institucional nº 2, de dezembro de 1964, embora consignadas em textos escritos, perderam o fôlego de uma genuína Constituição escrita. Nossa vida de Estado soberano, com larga tradição no campo do Direito Político, regrediu, hoje, sobre duas Constituições gemêlidas, a de 1967 e a de 1969: 18 emendas constitucionais (entre as quais figura a Constituição de 1959); 17 Ato Institucional, das quais alguns eram emendas à Constituição; 104 Ato Complementares, além de numerosas leis e decretos de caráter constitucional. As causas desta procriação de normas políticas e não jurídicas, é mister ressaltar que a Emenda Constitucional nº 11 revogou todos os Ato Institucionais e Complementares que contrariam a Constituição, mas não determinou quais sejam eles, cabendo, assim, em caso de dúvidas sobre a vigência de uma ou outra, a interpretação judicial.

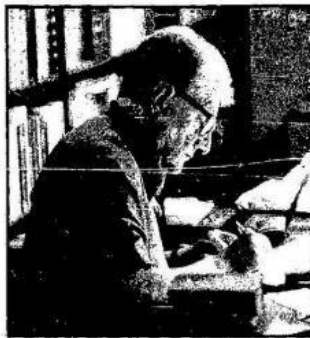
Além dos Ato Institucionais e Complementares revogados sem especificação, a Emenda Constitucional nº 2 foi modificada pela de nº 4, e a de nº 7 ainda não está em vigor integralmente.

Nossos textos básicos de Direito Público passaram a exprimir, desde 1964, as contradições que iam surgindo, no cenário das circunstâncias, entre correntes políticas civis e militares, situações fora dos partidos e fora do Congresso, choques de forças cujos resultados tornavam-se imprevisíveis e, por isso, a manutenção do poder convocante, a inversão dos trabalhos constituintes, a eleição de um novo presidente, T em 1963 e 1969, a Assembleia de ceder a uma revisão do projeto pelo poder convocante e não à de uma nova Constituição. O projeto parou em 1963, como em 1890, Comissão de juristas, nomeada pelos militares, a chamada Comissão de 1963 não sofreu revisão de G. foi enviado diretamente à Constituinte.

Com a repetição das situações, o Poder Constituinte original se apresentou novamente. Em 1965, abalado pelas duas crises militares, pela vitória da guerra mundial e pela aliança com os Estados Unidos, o poder constituinte foi convocado, pela chamada lei com nº 1, o Parlamento constituinte na chamada Constituição de 1960 desta vez “investido de poderes e para cotar a reforma da Carta. Esta foi a origem ambígua da Carta de 1960. Foram marcadas eleições presidenciais para 2 de dezembro, e a reforma tentou, ainda se manter, pelos grupos e a ela ligados e pevistas, civis e militares, e ao governo o presidente do Supremo. A Constituição de 1960 foi, e a tradição que vinha do Império, a preexistência do poder

“A solução política para o caso brasileiro não pode ser outra senão a mais moderada, ou seja, a convergência das forças da situação e da oposição no Congresso, no sentido ou da feitura de um projeto global de Constituição ou da revisão de um projeto que lhe venha do Governo”.

A opinião é do jurista Afonso Arinos, que repele a tese da convocação de uma Constituinte, ao argumentar: “Se sairmos dos apelos verbais e das abstrações ideológicas, esbarraremos na alternativa inafastável: uma Assembleia Constituinte, no Brasil de hoje, só poderia se reunir se convocada pelo Executivo ou por uma revolução vitoriosa. Nada indica que a primeira seja possível, nem a rigor, seria conveniente para o Congresso, que, com ela, teria o seu fim. Quanto à segunda alternativa, não parece necessário comentá-la”.



Fonte: OG. Constituinte não é a solução política. 20 jan. 1980, p. 8.

Apesar de se concentrar na argumentação técnica ao rejeitar a tese da emenda constitucional, Arinos ressaltava que o momento exigia algum grau de inovação jurídica, dado

⁷³³ FRANCO, A. A. M. Entrevista a Severino Francisco: “Ninguém mais é marxista”. Correio Braziliense 02 abr. 1981. In: FRANCO, A. A. M. *Afonso Arinos na UnB*. Brasília: Ed. UnB, 1981c, p. 123.

⁷³⁴ CAMARGO; TEIXEIRA; MARIANI, 1983, p. 219.

⁷³⁵ *Ibid.*

o completo abandono do Direito Público no país e a crescente demanda social por democratização. Nesse âmbito, uma nova ordem democrática não poderia se assentar numa constituição com forte viés autoritário. Daí que no debate travado com os defensores da continuidade institucional do regime de 1964, Arinos se colocava a favor de uma alteração substantiva no arcabouço jurídico existente e se aproximava daqueles que questionavam a legitimidade democrática do regime. Ao enfatizar a superioridade do poder constituinte sobre o poder de emenda ou reforma constitucional, o conselheiro diz que: “O que existe, agora, em matéria de Constituição vigente é, como indicamos, extremamente precário, informe, carente de autoridade e legitimidade”. Assegura, portanto, que “a autoridade da futura Constituição, a sua legitimidade política, serão imensamente maiores se ela vier de um órgão que trouxe consigo o mandato constituinte especial, concedido pelos eleitores”⁷³⁶.

Porém, Arinos se aproximava dos juristas conservadores quando observava inexistirem condições políticas e históricas para uma Assembleia Nacional Constituinte “livre e soberana”. Já em 1978, quando divulgou o seu *Relatório sobre as reformas políticas*, e apresentou pela primeira vez a tese que iria defender nos próximos anos, Arinos acusava a bandeira oposicionista de idealista, irreal e impraticável, mais uma propaganda demagógica com fins

claramente eleitoreiros do que verdadeiramente orientada para a reconstitucionalização do país⁷³⁷. Os argumentos são os mesmos do que os usados pelos juristas próximos ao regime: a instalação de um poder constituinte originário, expresso na proposta de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva e soberana, só seria possível em momentos de ruptura política profunda, provocada por revolução ou por revolta armada, o que estaria longe de acontecer. Novamente, a questão de fato é usada para apontar a inexequibilidade da tese oposicionista: “no Brasil nunca houve uma Constituição originária, ‘livre e soberana’, como apregoam os ilustres líderes da Oposição. Todas elas foram derivadas do Poder Executivo préexistente”⁷³⁸, em resumo: “Em 1823, 1889, 1934 e 1946, na vacância do Poder Legislativo, o Executivo convocou e fez eleger a Assembleia Constituinte. Em 1966, na vigência do Legislativo, o Executivo transformou o Congresso em Constituinte”⁷³⁹.

⁷³⁶ FRANCO, 1981d, p. 141.

⁷³⁷ Em participação na Jornada da Constituinte, promovida pela seção baiana da OAB, Arinos apresentou todos os argumentos contrários à tese da Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, definindo-a como “radical” e “retórica” (OG. Arinos defende a Constituinte mas sem radicalismos. 25 nov. 1981, p. 5).

⁷³⁸ FRANCO, 1981d, p. 139.

⁷³⁹ *Ibid.*, p. 140.

Mesmo a necessidade de reconstrução da ordem jurídica democrática impondo uma posição de relativa mudança em relação ao arcabouço jurídico do regime, no âmbito político deveria ser assegurado um elemento de continuidade. O Congresso, visto como vítima da ação deletéria do regime, resguardaria sua legitimidade democrática, mesmo que sua composição tenha sido definida no âmbito das regras autoritárias vigentes. Na visão de Arinos, foi o Congresso, entre as instituições republicanas comprometidas com a “revolução de 1964”, o sujeito coletivo que melhor representaria as intenções democráticas do movimento que depôs João Goulart. O crescente viés autoritário do regime fora promovido à sua revelia, que atuou como amortecedor das pressões antidemocráticas.

Em 1978, Arinos já pregava a tese de que o Congresso eleito naquele ano poderia empreender tal tarefa ⁷⁴⁰. Ao afirmar que nunca houvera parlamento mais legítimo, desconsiderou, inclusive, as recentes medidas casuísticas do Pacote de Abril, sobretudo no que se referia à institucionalização da figura do “Senador Biônico”⁷⁴¹. Na sua opinião, o Congresso “é legítimo na medida em que emanou daquelas condições básicas que foram eleitos pela oposição. A oposição aceitou concorrer a essa eleição, tanto que elegeu uma porção de pessoas

para o Congresso. O Congresso que está aí representa, então, a legitimidade do período em que foi criado”⁷⁴².

A conciliação histórica pretendida, portanto, se daria em várias dimensões: do direito com a política; do Congresso Nacional com sua história; do Estado com a nação; da necessidade de mudança jurídica com a continuidade das elites políticas. Para isso, a fórmula político-jurídica proposta se constituía em outorgar poderes constituintes à legislatura futura, sendo concedidos pelo próprio Poder Legislativo, através de uma resolução legislativa, a ser aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

A proposta, ao mesmo tempo que procurava garantir a elaboração de uma nova Constituição, tentava se adequar à tradição jurídica brasileira, uma vez que pressupunha que o

⁷⁴⁰ **JB.** Arinos prevê fim do ciclo revolucionário em março e um congresso constituinte. 20 out. 1978, p. 3.

⁷⁴¹ **JB.** Entrevista a Paulo José Cunha: “Arinos acha que resultado das eleições não impedem abertura”. 03 dez. 1978, p. 5.

⁷⁴² **OG.** Entrevista: “O país não pode viver no pronto socorro”. 20 ago. 1979, p.6. ⁸³¹ FRANCO, 1981d, p. 141.

poder constituinte seria instituído por um poder anterior pré-existente. A novidade, no entanto, era que o poder constituinte originário seria concedido pelo próprio Legislativo. Segundo Arinos, essa seria uma solução original, “uma solução brasileira, para o caso brasileiro”, um procedimento “inatacável” política e juridicamente:

Politicamente não haveria confronto entre os poderes constituídos atribuídos e poder revolucionário existente. Eles coexistiriam cronologicamente, o primeiro erigindo o estado de direito futuro, o segundo mantendo o estado de direito anterior, até a entrada em funcionamento daquele. Em outras palavras: a Revolução se liquidaria juridicamente, e não revolucionariamente. Haverá alguém que conteste, com fundamentos, as vantagens políticas deste processo?

Juridicamente ele será, também inatacável. Corresponde às noções, reconhecidas pelos mestres de Direito Público, entre continuidade jurídica e continuidade legal. A futura Constituição estabelecerá a forma jurídica do Estado brasileiro a partir da sua entrada em vigor, mas, até então, manterá a continuidade legal revolucionária, permitindo, inclusive, sua evolução interna⁸³¹.

A ideia de que o Congresso se atribuisse poderes constituintes, através de um ato legislativo, não seria a única saída possível, mas, em sua visão, a mais realista. Outra alternativa seria o Executivo convocar uma Assembleia Constituinte, mas “hesitante sobre as urgentes alternativas políticas decide, invariavelmente, não tomar nenhuma”⁷⁴³. Não havendo qualquer norma constitucional que respaldasse a tese, Arinos recorre à “tradição jurídica brasileira” para sustentá-la. O mandato constituinte operado pelo Legislativo ordinário era bem mais simples de defender: “Vale recordar que é da nossa primeira tradição, pois na grande Constituição do Império, o poder de emenda não era inerente à legislação existente, mas concedido

especialmente à legislatura posterior. Em 1891, 1934 e 1946, os órgãos constituintes traziam mandato especial, conferido pelo sufrágio popular, e todos três continuaram a funcionar como Legislativo ordinário”⁷⁴⁴.

Por outro lado, Arinos sabia que o uso da resolução legislativa como instrumento utilizado pelo Congresso para conceder poderes constituintes a si mesmo era o ponto mais sensível da proposta, dado o seu ineditismo, a ausência de respaldo nas normas constitucionais vigentes e pelo fato de que seria operado à revelia do governo. Sustenta, porém, que esta era uma solução eminentemente política, “mas se revestiria de forma jurídica, o que lhe acrescentaria em valor e

⁷⁴³ *Ibid.*, p. 139.

⁷⁴⁴ FRANCO, 1981d, p. 141-142.

prestígio”⁷⁴⁵. Para isso, recorda que o parlamento tomou decisões políticas “constantes de verdadeiras resoluções às vezes com rigor formal, outras vezes sem ele, que decidiram favoravelmente perigosas situações históricas”⁷⁴⁶. Discorrendo sobre as várias vezes em que o poder legislativo resolveu impasses e crises através de decisões políticas, cita os mesmos acontecimentos fundadores que havia estudado em vários dos seus livros e textos: O Ato Adicional de 1834; a Lei da Maioridade de D. Pedro II; a manutenção do mandato de Floriano Peixoto para evitar a Guerra Civil, em 1891; o impedimento de Café Filho e Carlos Luz, em 1955; o Ato Adicional de 1961, que implementou o “parlamentarismo”; e a prorrogação do mandato de Castelo Branco, em 1964⁷⁴⁷.

Por fim, rebate a possível arguição de que o uso da resolução legislativa pelo Congresso fosse inconstitucional. Como não agrediria direito ou garantia individual e sendo uma proposta de caráter não judicial, mas eminentemente política, o Supremo Tribunal Federal não teria competência para julgá-la⁷⁴⁸. Ressalta, ainda, que a fórmula proposta prevê um espaço cronológico entre a promulgação da futura constituição e a sua implementação, que só ocorreria

no fim do mandato de Figueiredo, “este período seria, no máximo, de dois anos. Formalmente, não há nenhuma dificuldade nisto, e a questão seria resolvida por uma simples Disposição Transitória, acrescentada ao texto constitucional”⁷⁴⁹.

Portanto, “politicamente, juridicamente e historicamente a solução seria perfeita”⁷⁵⁰. Politicamente por não interferir no mandato de Figueiredo e seus poderes seriam respeitados, permitindo, inclusive, o “prosseguimento dos seus programas de governos, quaisquer que eles

⁷⁴⁵ *Ibid.*, p. 142.

⁷⁴⁶ *Ibid.*

⁷⁴⁷ Uma das discussões mais importantes no debate sobre a relação entre direito, política e crise, foi apresentada por Arinos em relevante texto de 1957, prevendo que para a crise do direito era necessário construir um direito da crise. Sobre a importância da compreensão da “Crise do Direito” e do “Direito da Crise” na obra de Arinos, Cf.: ARAÚJO, E. B. Crise do Direito e Direito da Crise: Crise, revolução e planejamento em Afonso Arinos. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, n. 9, p. 512-533, jul.-dez., 2017. Ademais, parte dessa argumentação já constava em seus livros *História do povo brasileiro* (1967), *Problemas políticos brasileiros* (1975), *Câmara dos Deputados, Síntese histórica* (1976).

⁷⁴⁸ Nesse aspecto, Arinos invoca o pensamento do mais notável jurista brasileiro, Rui Barbosa, que dizia haver uma região impenetrável à autoridade da Justiça, a região política: “Rui Barbosa explica que a matéria é política quando se trata do exercício de um Poder Constitucional, considerando na sua conveniência oportuna, exercício que não traga prejuízo a direitos e garantias individuais” (FRANCO, 1981d., p. 145). Arinos sabia da importância simbólica e do respeito que suscitava a evocação ao pensamento de Rui Barbosa. Sobre a importância de Rui Barbosa para o pensamento de Arinos e dos demais bacharéis udenistas, Cf.: HOLLANDA; CHALOUB, 2017.

⁷⁴⁹ FRANCO, 1981d, p. 146.

⁷⁵⁰ *Ibid.*

sejam”⁷⁵¹; juridicamente, por não haver argumento contrário válido; e, historicamente, por encontrar no “admirável modelo na Constituição dos Estados Unidos da América, modelo de todas as Constituições escritas no mundo, especialmente das nossas Constituições, no Império e na República”⁷⁵².

Mais do que marcar o anúncio inédito de uma solução histórica, jurídica e política para a crise brasileira, a exposição realizada no Senado Federal, em agosto de 1981, evidencia uma certa mudança na estratégia de comunicação pública de suas teses. Enquanto ao longo da liberalização promovida pelo governo Geisel, Arinos resguardava a necessidade de alinhamento com o ritmo lento e gradual da abertura, respaldando a compreensão de que qualquer reforma só seria possível com a composição das forças políticas com o governo; nos primeiros anos do governo Figueiredo, o conselheiro da transição aparece cobrando maior rapidez no processo de abertura⁷⁵³, mesmo que continue acentuando a necessidade de prudência e moderação⁷⁵⁴.

Uma mudança discreta relacionava-se a quem se dirigia quando cobrava a saída constitucional como forma de resolução da crise. Em 1980, Arinos ainda via possibilidade de o governo encaminhar um projeto de reforma global da Constituição ao Congresso⁷⁵⁵, e não deixava de respaldar essa ideia como uma alternativa possível, embora não a considerasse ideal⁷⁵⁶. Arinos vai evoluindo de uma posição em que elogia a atitude do governo federal em

relação “à reconquista das liberdades política e individual”⁷⁵⁷, para uma posição mais crítica. Pouco a pouco vai diminuindo suas expectativas em relação às intenções do governo de promover uma reforma constitucional e acomoda seu discurso no sentido de reclamar do Congresso Nacional maior protagonismo no tema⁷⁵⁸. Embora desde 1978 já vinha aventando a

⁷⁵¹ *Ibid.*, p. 147.

⁷⁵² Arinos nunca escondeu sua admiração pela Constituição Americana e pela obra dos Federalistas, recentemente havia republicado livro que estudava a cultura jurídica do país: FRANCO, A. A. M. **Algumas instituições políticas no Brasil e nos Estados Unidos**: um estudo de direito constitucional comparado. São Paulo: Forense, 1975b.

⁷⁵³ **JB**. Arinos quer rapidez e não receia regressão. 27 set. 1980, p. 4.

⁷⁵⁴ Carlos Castello Branco. As reformas só em 1981. **JB**. 13 jan. 1980, Coluna do Castello, p. 2.

⁷⁵⁵ Em editorial, o *Jornal do Brasil* afirmava, com base em fala recente de Arinos, que a única solução possível era uma Constituição pactuada entre Executivo e Legislativo, “com o objetivo de alargar a abertura até caber a Constituição” (**JB**. Editorial: “Concessão ao ideal”. 08 ago. 1980, p.11).

⁷⁵⁶ Ao longo de 1980, algumas manifestações de Arinos ainda iam na direção de que o governo poderia promover a reforma constitucional. Sobre esse assunto, *Cf.*: **OG**. Constituinte não é solução política. 20 jan. 1980, p. 8; **OG**. Entrevista: “É o regime que pode superar as crises”. 25 maio 1980, p. 8; **OG**. Afonso Arinos defende a reforma da constituição. 07 ago. 1980, p. 4.

⁷⁵⁷ **OG**. Entrevista: “Nova carta coroará o processo”. 16 mar. 1980, p. 9; **OESP**. Arinos acha mais difícil regredir do que continuar. 27 set. 1980, p. 2.

⁷⁵⁸ **OG**. Arinos tem nova proposta de Constituinte. 25 jan. 1981, p. 4.

possibilidade de uma *Constituinte Instituída*, em termos semelhantes à tese apresentada no Senado Federal, só em 1981 que a define como a solução mais plausível⁷⁵⁹.

Pela leitura dos jornais de grande circulação nacional não é possível saber com exatidão a que se deveu essa sutil mudança, sobretudo porque Arinos era muito cauteloso ao falar do governo e sempre teve o cuidado de distinguir suas posições dos discursos mais ácidos da oposição. Porém, alguns fatores se somaram para que o intelectual mineiro modulasse sua fala. O primeiro diz respeito à crescente percepção de que o país estava a viver uma “subversão social”⁷⁶⁰, na qual camadas da sociedade antes afastadas do processo político iniciaram um processo de questionamento da ordem política vigente. Nesse aspecto, bem ao seu estilo, combinando elementos conservadores e progressistas, chega a anunciar que “temos que marchar para uma democracia social, porque senão o fator social marcha contra nós antidemocraticamente, e é preciso que transformemos o Brasil, antes que o Brasil nos transforme e talvez em coisa muito pior”⁷⁶¹.

Figura 45

⁷⁵⁹ **JB.** Arinos propõe que futuro congresso tenha poderes constituintes. 25 jan. 1981, p. 2.

⁷⁶⁰ A *Folha de São Paulo* chegou a noticiar que Arinos fez um alerta de que seria necessária uma Assembleia Nacional Constituinte para evitar a Guerra Civil (**FSP**. Um alerta. 29 jan. 1981, p.2.). O fantasma da Guerra Civil já havia sido invocado por Arinos em diversas ocasiões, inclusive no início dos anos 1960 para embasar a “solução parlamentarista” e o golpe de 1964.

⁷⁶¹ **OESP.** Arinos pede Constituinte em 1982. 01 nov. 1980, p. 2. A frase “temos que transformar o Brasil antes que o Brasil nos transforme” parecia alcançar a sensibilidade dos jornalistas dos grandes jornais brasileiros, além do *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Folha de São Paulo* deram ênfase. Cf.: **OG.** Arinos pede compreensão para a posição da igreja. 01 nov. 1980, p. 4; **FSP.** Frases. 02 nov. 1980, p. 2; **FSP.** País vive ‘subversão social’, diz Arinos. 01 nov. 1980, p. 4.

País vive “subversão social”, diz Arinos

BRASILIA (Sucursal) — “Temos de mudar o Brasil ou o Brasil nos mudará a todos. Não há perigo de revolução social, mas estamos vivendo uma verdadeira subversão social”, disse, ontem, o ex-chanceler Afonso Arinos, ao comentar o movimento revolucionário de 1930, em simpósio promovido pela Câmara dos Deputados.

Segundo Arinos, “uma revolução social exigiria lideranças, inexistentes, mas a subversão social é algo espontâneo. O Estado — acrescentou — perdeu o controle até das filas de pão e de feijão. Meu Deus, será que ninguém mais lê o que aconteceu na Revolução Francesa?”

Insistiu o ex-ministro em que “é preciso fazer alguma coisa para marcharmos rumo à democracia social”.

“É preciso, também, compreender a posição da Igreja. Eu vi o Concílio Vaticano 2.º. Vi o que aconteceu em Puebla, sei o que representa a Igreja, que, em 1929, combatia a atitude mental do século passado, então existente no Brasil.”



Arinos: “Não há perigo de revolução”.

Fonte: FSP. País vive “subversão social”, diz Arinos. 01 nov.1980, p. 4.

Porém, é de se supor que Arinos tenha observado no governo uma fragilização no seu poder de iniciativa política. Não encontrando respaldo para suas teses, passa a direcionar sua atenção à instituição que considerava ser o centro das grandes decisões políticas na história brasileira. Outro ponto importante diz respeito ao calendário eleitoral e o tempo das reformas pretendidas. Se de fato acreditava ser viável a instauração de uma *Constituinte Instituída*, isso deveria ocorrer antes de início do processo eleitoral, seja porque a parte central da sua tese seria a de que a legislatura atual concederia poderes constituintes para a futura, seja por perceber que em ano eleitoral haveria pouca margem para reformas institucionais. De toda forma, já no início de 1981, Arinos altera não somente o sujeito da mudança institucional pretendida, como também o tempo do seu discurso, deslocando de um futuro próximo para o presente imediato a temporalidade da sua proposta.

Não é trivial, porém, que um homem que havia sido apontado como o conselheiro jurídico do presidente e trabalhara para legitimar o projeto distensionista se descolasse do governo e exigisse maior autonomia do Congresso. Em um momento delicado, que ainda comportava um alto grau de imprevisibilidade quanto aos rumos a serem tomados pelo país no sentido de construção de uma ordem democrática, a proposta de Arinos, a depender de quem a observasse, poderia significar tanto uma postura rebelde em relação ao poder quanto mais uma forma de

garantir a continuidade de elementos da ordem política e social existente. Ao tentar encontrar um meio termo entre a necessidade de reconstrução da ordem jurídica a partir da elaboração de uma nova Constituição e a manutenção do protagonismo no processo constitucional pelos políticos que, em sua maioria, apoiaram o regime militar, Arinos conseguiu arregimentar apoio, mas também enfrentou fortes críticas, seja por parte da oposição ou de elementos ligados ao governo. Nesse sentido, acompanhar as reações às teses de Arinos permite a avaliação do potencial polêmico que representavam na própria época de sua veiculação.

Do lado da oposição⁷⁶², ou dos setores que defendiam a instauração de uma Assembleia Nacional Constituinte como única saída legítima para o impasse constitucional, a voz mais representativa a se levantar contra a ideia de uma *Constituinte Instituída*, foi a de Raymundo Faoro. Intelectual com forte inserção no debate público da época, sobretudo a partir do momento em que presidiu o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, quando se tornou um dos homens públicos mais proeminentes a contestar a legitimidade do regime militar e a defender uma transição política que rompesse com o padrão histórico brasileiro da conciliação⁷⁶³. O autor de *Os donos do poder*, entendia que a tese de Arinos soava como “uma maneira erudita, ou professoral, de evitar aquilo que se deve fazer [...] uma proposta sancionadora do *status quo*”⁷⁶⁴.

Em texto escrito em um momento no qual se formara um consenso político em torno da ideia de que o Congresso, eleito em 1986, teria poderes constituintes, Faoro observava que foram os “setores mais astutos do conservadorismo” aqueles que propuseram transformar o Congresso em Constituinte⁷⁶⁵, sendo esta “uma reforma constitucional, promovida dentro do quadro vigente, capaz, sem dúvida, de aperfeiçoar as instituições, sem mudanças mais profundas”⁸⁵⁵. Defensor da tese da Assembleia Nacional Constituinte originária e soberana, que visava reconquistar a democracia pela instauração da soberania popular, Faoro via em propostas

⁷⁶² No início do debate sobre a tese de Arinos, o principal problema para os moderados do MDB era a questão dos senadores biônicos, eleitos em 1978. Caso de Humberto Lucena, senador do MDB pela Paraíba, que disse ver com bons olhos a proposta, mas apontava ser a questão dos senadores biônicos o ponto mais delicado da proposta (OESP. Constituinte provoca divergências. 30 ago. 1981, p. 5). Outra preocupação dos parlamentares de oposição era de que a ideia representasse mais uma manobra do governo para manter-se no poder e evitar a democratização. Sobre o assunto, Cf.: OESP. Thales, Constituinte pode ser uma nova manobra. 23 maio 1981, p. 4; FSP. Vilela denuncia manobras para adiar eleição de 82. 29 jul. 1981, p. 5.

⁷⁶³ REZENDE, M. J. Raymundo Faoro e os enigmas da transição política no início da década de 1980 no Brasil. *Revista de Ciencias Humanas*. Florianópolis, v. 42, n. 1-2, p. 165-192. abr.-out., 2008.

⁷⁶⁴ FSP. Roteiro ou desvio. 13 fev. 1981, p. 2. Carlos Castello Branco acompanhava, com atenção, as posições de Arinos e de Faoro, explicitando suas diferenças e virtudes (Carlos Castello Branco. Pressupostos da Constituinte. JB. 07 fev. Coluna do Castello, 1982, p. 2).

⁷⁶⁵ FAORO, R. Constituinte: verdade e sofisma. In: SADER, E. et. al. (org.). *Constituinte e Democracia no Brasil hoje*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985b, p. 11. ⁸⁵⁵ *Ibid.*, p. 13.

como a de Arinos a continuidade de um padrão reformista na história brasileira. Para o já expresidente da OAB, no Brasil, em tempos de transição, as reformas sempre foram encaradas como um processo de melhora de uma estrutura consagrada pelo tempo, produzidas no sentido de aceitar mudanças pontuais ao mesmo tempo em que buscava garantir a manutenção dos elementos políticos e sociais da ordem vigente. Nesse sentido, “O papel dos conservadores não é, como se supõe, resistir ao que se fará, ainda que por meios não previstos, mas isolados ou insurgentes, manter e assegurar a continuidade do esquema básico do poder”⁷⁶⁶.

No início da década a oposição mais consistente à tese de Arinos veio de elementos próximos ao governo, o que evidencia que mesmo a saída moderada defendida era encarada como um movimento rebelde em relação ao poder. Em 1981, quando a proposta começou a ser veiculada nos jornais de forma mais intensa, o secretário de imprensa do Palácio do Planalto foi a público esclarecer que o governo não cogitava promover uma reforma da Constituição nos termos sugeridos por Arinos⁷⁶⁷. Curiosamente, o mesmo argumento mobilizado contra a hipótese de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, era articulado pelos setores governistas para rebater a tese de Arinos: qualquer reforma constitucional só poderia ocorrer com a chancela do Executivo.

Para o ministro da justiça, um Congresso transformado em constituinte significaria um golpe⁷⁶⁸. Abi-Ackel assegurou a legitimidade da ordem constitucional existente e deixou claro que o único instrumento de alteração constitucional admitido pelo governo seria o da emenda constitucional⁷⁶⁹. Enquanto alguns parlamentares do PDS chegaram a declarar que a proposta era válida, mas só prosperaria com a concordância de todos os partidos e através de um acordo entre Executivo e Legislativo⁷⁷⁰, outros nomes de peso do partido governista, como Luís Viana Filho, assinalaram que se tratava de um expediente perigoso, uma vez que a convocação de uma constituinte ao arrepio da Constituição “exigiria a suspensão da Constituição vigente. Não sei

⁷⁶⁶ FAORO, 1985b, p. 8.

⁷⁶⁷ **FSP**. Constituição será mantida, diz assessor. 17 fev. 1981, p. 6.

⁷⁶⁸ Arinos já havia se encontrado com o ministro da justiça, embora não tenha esclarecido a pauta, é possível que a matéria da conversa tenha sido em torno da pauta constitucional (**OG**. Abi-Ackel visita Afonso Arinos e critica a oposição. 11 out. 1980, p. 3).

⁷⁶⁹ **OESP**. Constituinte não deve ir além de debates. 29 ago. 1981, p. 3.

⁷⁷⁰ **OESP**. Constituinte provoca divergências. 30 ago. 1981, p. 6. O próprio líder do governo no Senado, Nilo Coelho, disse que iria encaminhar a proposta de Arinos (**OESP**. Novo líder admite clima de reformas. 20 fev. 1981, p. 5).

se isso não oferece perigo ao abrir um precedente, que pode ser grave. Não digo que não seja feito com boa-fé, mas amanhã podem ocorrer novas circunstâncias em que se diga: do mesmo

modo que se fez aquilo, também hoje é imprescindível que se faça um novo ato ao arrepio da Constituição”⁷⁷¹.

Miguel Reale, jurista com uma larga folha de serviços prestados à ditadura⁷⁷², e conhecido por ser, desde os anos 1930, um dos principais representantes do pensamento autoritário no Brasil⁸⁶³, foi quem elaborou a manifestação mais contundente contra a tese de Arinos. No contexto da abertura, passou a admitir que o país não vivia uma democracia, mas que também não era esse um regime adequado à realidade brasileira, dada a sua incompatibilidade com o desenvolvimento econômico. O governo Geisel, em sua visão, estava conduzindo o país de forma a garantir o máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança possível⁷⁷³. Na sua coluna no jornal *O Estado de São Paulo* vinha fazendo uma defesa consistente da abertura regulada, assinalando a sua própria importância no processo, uma vez que tinha se convertido em um dos assessores jurídicos de Figueiredo⁷⁷⁴. Utilizando-se do espaço aberto pela mídia para colocar em descrédito as bandeiras da oposição que cobravam maior protagonismo popular no processo de transição, defendeu que a única alternativa válida era a reforma constitucional operada pelo regime a partir da Constituição de 1967⁷⁷⁵. Reale repeliu veementemente tanto a ideia de instauração de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, como a tese da Constituinte Instituída, acusando-a de “golpe branco do legislativo”⁷⁷⁶.

⁷⁷¹ **OESP**. O livre caminho das ideias. 05 mar. 1981, p. 4.

⁷⁷² Miguel Reale apoiou o golpe de 1964 e teve relevante papel na elaboração da Constituição de 1967, tal como na Emenda Constitucional de 1969. Naquele ano foi indicado pelo ministro da justiça, Alfredo Buzaid, à reitoria da USP. Em 1972, tornou-se assessor jurídico do governo na construção da hidrelétrica de Itaipu. No governo Médici, foi um dos pensadores que afirmavam que o Brasil estava a vivenciar uma democracia social, empreendida de acordo com as possibilidades nacionais. Sobre isso, *Cf.*: FERNANDES, P. A cultura jurídica brasileira e a chibata: Miguel Reale e a história como fonte do direito. **Prisma Jurídico**, n. 5, p. 237-255, 2006. Ao longo da redemocratização vai tentar reformular sua imagem pública sem abandonar o conteúdo essencial de suas teses, para isso utilizar-se-á da escrita de uma autobiografia. Sobre esse assunto, *Cf.*: PATSCHIKI, L. Miguel Reale e seus relatos autobiográficos (1986-1987). **Meditações**. n. 19, p. 119-134, jan.-jun., 2014. ⁸⁶³ OLIVEIRA, 1982; CUNHA, 2018.

⁷⁷³ FERNANDES, *op. cit.*

⁷⁷⁴ PATSCHIKI, *op. cit.*

⁷⁷⁵ No anúncio de que Arinos iria apresentar suas teses ao Senado Federal, Miguel Reale já indicava que a única saída válida era a reforma da Carta de 1967 (**OESP**. Arinos vai debater constituinte. 13 jun. 1981, p. 4).

⁷⁷⁶ FERNANDES, *op. cit.*

Arinos e Reale irão promover um importante debate nas páginas do *Jornal do Brasil* sobre a temática constitucional⁷⁷⁷. Enquanto o intelectual mineiro defendia que depois das eleições abria-se a oportunidade histórica de se produzir o desfecho natural do processo de abertura com a elaboração de uma nova Constituição, assegurando, inclusive, que havia uma continuidade

entre o regime de 1964, que conduziu gradualmente o processo no sentido da restauração democrática, e a proposta defendida⁷⁷⁸; Miguel Reale não se furtou a apontar a tese de Arinos como expressão do “iluminismo filosófico”, feita pelos amantes das ideias abstratas, sem razoabilidade histórica e “realismo objetivo”. Para o ex-reitor da USP, seria impossível um parlamento autoproclamar-se Assembleia Constituinte, o que só ocorreria como um ato revolucionário ou uma fratura institucional. Além de não ter respaldo histórico, uma vez que todas as constituições brasileiras foram convocadas pelo Executivo, e tal “resolução revolucionária do parlamento” não seria conveniente no momento, dado o seu potencial disruptivo⁷⁷⁹.

Embora os jornais tenham sido bastantes receptivos às propostas de Arinos, concedendo espaço no noticiário a qualquer uma de suas falas públicas, ainda observavam com certa desconfiança a viabilidade da tese defendida⁷⁸⁰. O *Jornal do Brasil*, em editorial, vê na proposta de Arinos um ideal a ser perseguido, pois permitiria ao “movimento revolucionário em curso” voltar “às suas fontes democráticas de inspiração”⁷⁸¹. Contudo, a realidade política indicaria que só o presidente pode convocar uma constituinte, sendo uma constituição pactuada entre Executivo e Legislativo a única solução viável⁷⁸². Posteriormente, o mesmo periódico assinalou que a explanação de Arinos, ao desconsiderar as necessidades do governo, era teórica e

⁷⁷⁷ Tal debate será acompanhado atentamente por Carlos Castello Branco, argumentando em favor de Arinos de que sua tese é respaldada na “tradição brasileira” e de que falta legitimidade para a atual constituição (Carlos Castello Branco. Entre Reale e Arinos. **JB**. 23 dez. 1981, Coluna do Castello, p. 2).

⁷⁷⁸ Afonso Arinos de Melo Franco. A hora é da constituinte. **JB**. 19 dez. 1982, Caderno Especial, p. 6.

⁷⁷⁹ Miguel Reale. Iluminismo constitucional confirmado. **JB**, 09 jan. 1983, Caderno Especial, p. 3.

⁷⁸⁰ Em vários momentos, os jornais abriram discussão sobre a questão constitucional, chamando nomes que representariam diferentes propostas e alternativas. Um exemplo disso encontra-se em: **OG**. Mudar a Constituição, uma reivindicação de todos. 15 jun. 1980, p. 8; **OESP**. Constituição, o que poderá mudar 09 mar. 1980, p. 7. O jornal *O Globo*, em seu suplemento infanto-juvenil “Globinho Pesquisa”, divulgou texto de Arinos, em tom didático, ensinando o que é Constituição: Afonso Arinos de Melo Franco. A Constituição. **OG**. 14 fev. 1982, O Globinho Pesquisa, p. 6. Vários colunistas ao analisar o tema ressaltavam o papel de Arinos, caso do texto: Newton Rodrigues. Peças rotas no varal das reformas. **FSP**. 29 jul. 1981, p. 3; Carlos Chagas. O caminho legítimo. **OESP**. 15 set. 1980, p. 2.

⁷⁸¹ **JB**. Editorial: “Concessão ao ideal”. 08 ago.1981, p. 11.

⁷⁸² **JB**. Editorial: “Concessão ao ideal”. 08 ago.1981, p. 11.

historicamente correta, mas politicamente equivocada⁷⁸³. O *Estado de São Paulo* também se mostrava cético quanto à possibilidade de os militares abrirem mão de sua posição⁷⁸⁴. Mais próxima das oposições, a *Folha de São Paulo*, por sua vez, defendeu que só uma Assembleia Nacional Constituinte, convocada para tal, poderia reconciliar a sociedade com as instituições

políticas. Apesar disso, diz que a proposta de Arinos tinha a vantagem de não ser uma reforma parcial e estar respaldada por mandato popular, embora o casuísmo eleitoral tivesse diminuído a representatividade do próximo pleito⁸⁷⁶.

Arinos sabia que sua proposta só prosperaria caso fosse criado um amplo consenso político, que envolvesse as várias forças políticas representadas no Congresso Nacional assim como a opinião pública em geral. Entre 1980 e 1982, tentou, sem sucesso, promover uma campanha pública em favor daquilo que considerava ser a única saída possível para o impasse brasileiro. Viajou o Brasil, atendendo a convites para conferir palestras e seminários e tentando agregar apoio social às suas teses⁸⁷⁷. Comportou-se, como certa vez ironizou um parlamentar da oposição, como um “constituente solitário”⁷⁸⁵ que, mesmo diante das dificuldades enfrentadas, não cansou de repetir que ou o Brasil se mobilizava para transitar para uma ordem constitucional democrática ou definharia em grave crise política e social.

Entendendo como uma solução eminentemente política, redobrou seus contatos com algumas das principais lideranças partidárias, fossem elas da situação ou da oposição. Do partido do governo, nomes como Jarbas Passarinho, Célio Borja, Magalhães Pinto, José Sarney, além dos governadores da Paraíba e de Alagoas, demonstraram alguma disposição para apoiar a ideia⁷⁸⁶. Da oposição, Arinos buscou contato com figuras como Ulisses Guimarães, Itamar

⁷⁸³ **JB**. Editorial: “Tese e Circunstância”. 20 jan. 1981, p. 10. O próprio Carlos Castello Branco escreveu texto parecido, assinalando que os governistas continuarão votando com o governo. Carlos Castello Branco. Os poderes constituintes. **JB**, 28 jan. 1981, Coluna do Castello, p. 2; Carlos Castello Branco. Saída técnica, não política. **JB**, 30 jan. 1981, Coluna do Castello, p. 2.

⁷⁸⁴ **OESP**. Editorial: “A propóstito da Constituinte”. 13 jun. 1981, p. 3. Importante assinalar que *O Estadão*, no mesmo editorial, assinala que a principal tarefa deveria se dar no campo econômico e não jurídico, desconcentrando o poder econômico das mãos do Estado.

⁷⁸⁵ Em 1978, na altura das eleições indiretas para presidente, quando Arinos defendeu a nulidade dos votos dos dissidentes, o senador Gilson Rocha (MDB-SE) assim ironizou o conselheiro (**OG**. Senador chama Arinos de constituinte solitário. 27 ago. 1978, p. 11).

⁷⁸⁶ **OG**. Passarinho apoia fórmula Arinos para Constituinte. 28 ago. 1981, p. 4; **FSP**. Passarinho admite novo Congresso Constituinte. 10 fev. 1981, p. 4; **OG**. Projeto de Constituinte. 06 jun. 1981, p.2; **OG**. Governadores

⁸⁷⁶ **FSP**. Editorial: “Constituinte Zumbi”. 15 abr. 1982, p. 2.

⁸⁷⁷ Os jornais noticiaram boa parte dos discursos e atos públicos de Arinos: Aula inaugural na Universidade Federal do Paraná (UFPR) (**JB**. Arinos prega novo sistema. 25 mar. 1980, p. 4); Seminário sobre a revolução de 1930, promovido pelo CPDOC-FGV (**JB**. Arinos exalta a Revolução de 1930 e afirma que nenhuma outra a igualou. 23 set. 1980, p. 2); Aula inaugural na UFRJ (**OG**. Arinos espera carta democrática. 12 mar. 1981, p. 5); Convite para falar na Escola Superior de Guerra (ESG) sobre a tese do *Congresso Instituído* (Carlos Castello Branco. Os militares ouvem Arinos. **JB**. 26 abr. 1981, Coluna do Castello, p. 2; **OG**. Arinos defende na ESG tese de Congresso Constituinte. 28 maio 1982, p. 5.; Palestra no 8º Curso de Direito Internacional Privado da FGV (**OG**. Arinos: mocidade cultua o direito contra a força. 29 ago. 1981, p. 9); Jornada pela Constituinte organizada pela OAB (**OG**. Arinos defende definição no Brasil de uma ‘ideologia do poder. 24 nov. 1981, p. 3); Palestra no II Congresso Brasileiro de Direito Constitucional (**OG**. Arinos prega nova constituição. 18 maio 1982, p. 6).

Franco e até mesmo Leonel Brizola⁷⁸⁷, antigo adversário político com quem recentemente estabelecera relação cordial⁷⁸⁸.

Foi Tancredo Neves, dentre os nomes de peso da política nacional, aquele que mais dedicou apoio público à iniciativa de Arinos. Embora com um passado de confronto e rivalidade, na esteira do processo de abertura desencadeado pelo governo Geisel, Tancredo e Arinos se aproximaram, sobretudo por perceberem a “conciliação nacional” como o método mais eficaz de transição política. Defensores do discurso da mineiridade política, em todo processo de transição, sempre resguardaram a necessidade de moderação seja do governo seja da oposição⁷⁸⁹. Arinos via que o Partido Popular (PP), recém-criado por Tancredo Neves, ocuparia o lugar da UDN “exaltado na oposição verbal, mas cauteloso na oposição construtiva”⁷⁹⁰. O senador mineiro, por outro lado, não deixou de elogiar as teses de Arinos, reafirmando que a reconstitucionalização do país deveria ser uma prioridade das oposições, tratando-se de uma solução mais política do que jurídica⁷⁹¹. Apoiado pelo presidente do seu partido, o deputado

apoiam tese de Arinos. 01 set. 1981, p. 3; **FSP**. Sarney insiste na negociação para reforma. 29 jan. 1981, p. 4; Entre os apoiadores de primeira hora do projeto estava Jarbas Passarinho. O então presidente do Senado viabilizou a ida de Arinos àquela casa e divulgou várias vezes estar de acordo com ele. Porém, posteriormente, Arinos declarou que sua ideia de reforma era bem distinta da do senador pessedista, já que esse defendia que a legislatura atual deveria conceder poderes constituintes a si próprio e não à próxima legislatura (**FSP**. Afonso Arinos não concorda. 14 abr. 1982, p. 5).

⁷⁸⁷ **OG**. Brizola e Arinos. 06 fev.1981, p. 2; **OG**. Arinos com Ulisses. 27 jun.1981, p.2; **OG**. Itamar debaterá com Arinos Constituinte. 29 dez.1982, p. 4.

⁷⁸⁸ Arinos e Brizola participaram juntos, depois do político gaúcho ter sido eleito governador do Rio de Janeiro, de mesa redonda organizada pelo INDIPO-FGV, Cf.: FRANCO, A. A. M. *et. al.*, 1984b.

⁷⁸⁹ **OESP**. Tancredo teme ‘guerra santa’ com oposição. 11 jul. 1981, p. 5.

⁷⁹⁰ FRANCO, A. A. M. Os partidos políticos brasileiros. In: FRANCO, A. A. M. **Política e Direito**. Brasília: Ed. UnB, 1981e, p. 129.

⁷⁹¹ **OESP**. Tancredo justifica a Constituinte. 27 jan. 1981, p. 2; **OESP**. Entrevista com Tancredo Neves; “Constituinte, solução política. 14 jun. 1981, p. 5”; **OG**. Entrevista com Tancredo Neves: “Tancredo se define”. 14 fev. 1982, p. 8.

Ruben Figueiró (PP-MS) apresentou um projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, inspirado nas declarações de Arinos⁷⁹².

À medida que se aproximavam as eleições gerais de 1982, Arinos percebia que se fechava a brecha temporal para fazer aprovar sua proposta. Não apenas se movimentou no sentido de se aproximar das lideranças partidárias, como buscou ocupar uma posição de destaque no debate eleitoral. Ponto importante era ressaltar o lugar dos partidos como instrumento legítimo da representação democrática. Nesse âmbito, Arinos conferiu palestra na Escola Superior de Guerra (ESG) em que procurou demonstrar aos militares a importância de um sistema partidário

forte para a reestruturação democrática⁷⁹³, tal qual já havia apontado em livro republicado anos antes⁷⁹⁴.

Mesmo com os apoios conquistados e com o esforço dispendido, Arinos não conseguiu mobilizar a opinião pública como desejava e as manifestações de apreço por suas ideias não se materializaram em medidas efetivas de implementação. O governo não demonstrou interesse em implementá-las, tal como o Congresso, ainda majoritariamente governista, esteve longe de produzir qualquer ato que soasse como uma rebeldia ao Executivo⁷⁹⁵. Mesmo sofrendo oposição declarada do ministro da justiça, pouco antes da eleição, se encontrou com o ministro da casa civil, Leitão de Abreu, para angariar apoio, o que não surtiu efeito⁷⁹⁶.

⁷⁹² **OESP**. Parlamentar vai propor constituinte. 09 maio 1981, p. 4; **OG**. Consulta a Arinos. 14 maio 1981 p. 2; **OESP**. Projeto de Constituinte segue Afonso Arinos. 12 jun. 1981, p. 2. Nessa última matéria, é assinalado que o projeto contou com 232 assinaturas de deputados e 23 de senadores. Esse projeto foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e arquivado. Em março de 1983, Ruben Figueiró, agora no PMDB, voltará a discutir nova proposta, sem surtir grandes efeitos. (**OG**. Deputado quer Congresso com poderes constituintes. 12 mar. 1983, p. 4).

⁷⁹³ Em 1981 e 1982, Arinos concedeu duas conferências na ESG. O texto da primeira, *Os partidos políticos brasileiros*, também foi republicado em *Política e Direito* (1981). Em 1982, Arinos volta à ESG e defende a tese do Congresso Constituinte. Ambas as apresentações receberam menções nos jornais, sobretudo destacando sua previsão para o cenário político partidário após as eleições de 1982 e as críticas feitas às elites políticas: **OESP**. Editorial: “Da incompetência de nossas elites”. 08 ago. 1981, p. 2; **OESP**, Editorial: “A hora e a vez dos partidos”. 09 out. 1981, p. 3; **JB**. Arinos prevê que em 1982 PDS, PMDB e PP ficarão om a maioria dos votos. 06 ago. 1982, p. 2; **OG**. Arinos defende na ESG tese de Congresso Constituinte. 28 maio 1982, p. 5; **FSP**. Arinos e os militares. 28 maio 1982, p. 2.

⁷⁹⁴ FRANCO, 1974 [1948].

⁷⁹⁵ **OESP**. Abi-Ackel rejeita a convocação de uma Constituinte em 83. 22 jan. 1982, p. 5; **OESP**. Ministro afasta hipótese de reforma constitucional. 28 set. 1982, p. 4; **OESP**. Marchesan diz que a Constituição não muda. 24 set. 1982, p. 2.

⁷⁹⁶ **FSP**. Voto e Constituinte. 28 set. 1982, p. 2; **OESP**. Quase pronto projeto de Arinos. 07 out. 1982, p. 2.

Arinos não parecia se animar com a *transição por via eleitoral* que mobilizava as principais forças políticas da época. Ainda que observasse na realização das eleições gerais um importante passo no caminho da redemocratização, o conselheiro não deixava de declarar que “eleições não alteram o sistema” e que o movimento mais importante, o restabelecimento da ordem constitucional, ainda estava por ser dado⁷⁹⁷.

Alguns dias depois do pleito de 1982, Arinos declarou que: “Estamos saindo de um ciclo pré-democrático para o democrático. E é neste momento que se faz necessário uma reforma constitucional, capaz de consolidar o processo de restabelecimento do estado de direito em nosso país”⁷⁹⁸. Mais uma vez, como ocorreu no contexto imediatamente posterior ao golpe de 1964, os conselhos de Arinos não lograram o êxito imediato desejado. No início de 1983, ainda reafirmava a função constituinte do novo Congresso eleito⁷⁹⁹, mas logo se veria imerso em outras articulações eleitorais, desta vez envolvendo a sucessão de Figueiredo.

3.3 O notável da Nova República

Na noite de 14 de março de 1985, o Brasil foi surpreendido com a notícia de que o presidente eleito, Tancredo Neves, que horas mais tarde tomaria posse, havia sido hospitalizado. Até aquele momento, o clima era de festa. A posse presidencial foi celebrada como o marco inaugural tanto do fim da ditadura, que já perdurava por duas décadas, quanto do início de uma nova era política, a Nova República. À surpresa com a doença repentina daquele que teria como missão concluir o processo de transição e instaurar a democracia no país se sucedeu uma apreensão generalizada, sobretudo porque pairavam dúvidas sobre quem seria empossado, ou até mesmo se haveria possibilidade, na ausência do presidente eleito, de transmissão da faixa presidencial. O tema era delicado, ainda mais pelo histórico problemático da sucessão presidencial no Brasil e pela possibilidade de recuo autoritário.

Naquela madrugada, o noticiário se desdobrou em dois temas: de um lado, acompanhou as notícias relativas às condições de saúde de Tancredo, do outro, procurou vozes autorizadas entre políticos e juristas para esclarecer como se daria a posse presidencial. Entre os consultados,

⁷⁹⁷ **FSP**. Eleições não alteram o sistema. 07 nov. 1982, p. 10.

⁷⁹⁸ **FSP**. Eleições impõe a negociação política. 21 nov. 1982, p. 8.

⁷⁹⁹ **OESP**. Arinos reafirma função constituinte do Novo Congresso. 30 jan. 1983, p. 2.

estava aquele que se dedicou, durante todo o processo de transição, a professar conselhos que respaldassem uma passagem moderada e conciliatória para a nova ordem democrática.

Arinos soube dos problemas de saúde do presidente na casa da empresária Vera Brant, que havia oferecido um jantar em sua homenagem. Lá se encontravam nomes importantes, como o jornalista Carlos Castello Branco e o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Victor Nunes Leal. Quando chegou a notícia, o clima festivo da reunião se converteu instantaneamente em tensão e temor⁸⁰⁰. Foi convencido de que deveria falar ao país e apaziguar os ânimos. Concedeu entrevista ao *Jornal da Globo* e a um dos mais importantes noticiários de TV brasileira. Com a Constituição em mãos, o conselheiro declarou que era José Sarney quem deveria assumir, tomando por base a “consideração factual de que o Vice-Presidente da República não é Vice do Presidente. Mas Vice da República, que é regida pelos termos dos dispositivos constitucionais”⁸⁰¹.

Como notou o jornalista Fernando Pedreira, Arinos não se dirigiu apenas às autoridades, mas ao país inteiro⁸⁰². Além da mensagem mais técnica, também aproveitou a oportunidade

para emitir um conselho apaziguador à sociedade brasileira: “permaneça em calma, em tranquilidade, sem emoção, sem perturbação de ânimo, sem choque de qualquer natureza, porque esta crise pela qual passa o poder está perfeitamente prevista e resolvida com clareza pelo texto da Constituição”⁸⁰⁶. Por fim, rechaçou qualquer possibilidade de retrocesso e tentou veicular uma mensagem otimista quanto ao novo tempo que estava por emergir: “A Nova República que se inicia hoje vige, existe, permanece, é suprema à Constituição Federal. Não existe possibilidade nenhuma de solução que seja contra o texto constitucional”⁸⁰³.

Figura 46

⁸⁰⁰ Luís Fernando Emediato. Afonso Arinos e as horas de tensão. **OESP**. 16 mar. 1985, p. 5.

⁸⁰¹ **JB**. Juristas legitimam posse de Sarney. 15 mar. 1985, p. 2.

⁸⁰² Fernando Pedreira. O país, ao vivo. **JB**. 17 mar. 1985, p. 11.

⁸⁰³ **JB**. Juristas legitimam posse de Sarney. 15 mar. 1985, p. 2.



Fonte: TV Globo, 15 mar. 1985⁸⁰⁴.

Nos dias posteriores, algumas matérias destacaram a atuação do conselheiro naquela madrugada: “até que Arinos quebrasse esse inexplicável estado de perplexidade, mais de 10 fórmulas, que não aquela consagrada na Constituição – e reclamada logo pelo ex-chanceler e mestre de Direito – foram vendidas ao país”⁸⁰⁵. Segundo Carlos Castello Branco, o jurista

também agira nos bastidores, aconselhando o próprio Ulisses Guimarães a seguir o rito constitucional⁹⁰⁰.

Arinos havia se dirigido a Brasília como um dos oito nomes sem mandatos convidados para assistir, no Palácio do Planalto, a posse presidencial, o que evidenciava o prestígio que havia adquirido junto às forças políticas que apoiaram a eleição de Tancredo Neves⁹⁰¹. Desde o início do ano, parecia clara a posição que assumiria na Nova República: presidiria a comissão responsável por elaborar um anteprojeto a ser submetido à constituinte eleita em 1986 e iniciada

⁸⁰⁴ *Print* de vídeo que compilou reportagens e imagens sobre a internação e morte de Tancredo Neves. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eDyCg1ekkc0&t=759s>. Acesso em: 14 nov. 2023.

⁸⁰⁵ Rogério Coelho Neto. Fim dos exorcistas de aluguel. **JB**. 16 mar. 1985, Coisas de Política, p. 11.

em 1987⁸⁰⁶. Na véspera da posse, ao chegar em Brasília, foi visitado pelo futuro ministro da justiça. De acordo com Carlos Castello Branco: “Mestre Afonso Arinos chegou ontem a Brasília e foi visitado pelo Ministro da Justiça, Sr. Fernando Lyra, que lhe mostrou a minuta do decreto-lei mediante o qual o Presidente Tancredo Neves o designará presidente da comissão especial para elaborar os projetos de reforma institucional”⁸⁰⁷.

Em longa matéria do *Jornal do Brasil*, dedicada a avaliar “os notáveis da Nova República” que se reuniram em torno de Tancredo Neves, Afonso Arinos era visto como pertencente aos “notáveis sem mandato”. Segundo a reportagem: “Sua residência deverá transformar-se no principal ponto de encontro da comissão encarregada do anteprojeto da constituição, ele é um dos poucos a dispor de ideias claras sobre as reformas políticas necessárias à implantação da democracia”⁸⁰⁸. Além disso, era apontado como o “padrinho de batismo da Nova República”, termo adotado por Tancredo Neves ao longo da campanha e rapidamente incorporado pelos apoiadores da Aliança Democrática⁸⁰⁹.

⁹⁰⁰ Carlos Castello Branco. Ato de afirmação a posse de Sarney. **JB**. 16 mar. 1985, Coluna do Castello, p. 2.

⁹⁰¹ Carlos Castello Branco. O papel de Afonso Arinos. **JB**. 08 mar. 1985, Coluna do Castello, p. 2.

Figura 47

⁸⁰⁶ Carlos Castello Branco. Tancredo compõe o ministério. **JB**. 08 fev. 1985, Coluna do Castello, p. 2; Carlos Castello Branco. O papel de Afonso Arinos. **JB**. 08 mar. 1985, Coluna do Castello, p. 2.

⁸⁰⁷ Carlos Castello Branco. Afonso Arinos satisfeito. **JB**. 15 mar. 1985, Coluna do Castello, p.2. Embora Carlos Castello Branco procurasse deixar claro que a posição de Arinos já estava definida e que a referida Comissão seria submetida diretamente ao presidente, “cabendo ao Ministério da Justiça apenas oferecer-lhe amparo logístico – máquina, papel, datilógrafo e secretários”, havia uma disputa de bastidores entre o ministro da justiça e Afonso Arinos, em torno de quem protagonizaria o processo de reconstitucionalização. O próprio Fernando Lyra declarou que a Comissão seria submetida ao ministério da justiça (**JB**. Conversa com seis ministros 11 mar. 1985, p. 3) e de que havia a possibilidade de Fernando Henrique Cardoso, aventado relator da comissão, liderar o governo no Congresso, o que poderia esvaziar a Comissão (**JB**. Fernando Henrique Cardoso deve ser relator da comissão sobre constituinte. 12 mar. 1985, p. 4; Carlos Castello Branco. A missão Cardoso. **JB**. 14 mar. 1985, Coluna do Castello, p. 2). Sobre a Comissão dos Notáveis, ou Comissão Afonso Arinos, como ficou conhecida, e sua importância para o momento pré-constituinte Cf.: BASTOS, M. V. **Comissão Afonso Arinos, Assembleia Nacional Constituinte e a elaboração do texto da Constituição de 1988: construção, procedimento e legitimidade**. Rio de Janeiro: Editora Lun Juris, 2019.

⁸⁰⁸ **JB**. Os notáveis da Nova República. 17 mar. 1985, Caderno Especial, p. 3.

⁸⁰⁹ **JB**. Nova República. 03 fev. 1985, Lance Livre, p. 6. Segundo relatos, Arinos escreveu carta a Tancredo com a expressão, o que o então candidato passou a adotar, num comício na cidade de Vitória no Espírito Santo. Sobre



Fonte: **JB**. Os notáveis da Nova República. 17 mar. 1985, Caderno Especial, p. 3.

Nesse sentido, acompanhar a trajetória de Arinos nos anos finais da ditadura pode ser uma forma de observar como os setores conservadores da sociedade brasileira foram, pouco a pouco, se distanciando do governo e pavimentando um caminho capaz de assegurar seu próprio lugar na nova ordem política que estava por emergir. Mesmo que desde meados da década de 1970 já se observasse um crescimento na crítica ao regime, não é possível verificar que seu rompimento com as linhas diretivas do projeto oficial de abertura se deu antes de 1983. Até aquele momento, as críticas eram dúbias, sempre antecedidas por uma ressalva a respeito da respeitabilidade das Forças Armadas e do interesse do presidente de tornar o país democrático. Com o resultado das eleições de 1982, a saída ou morte dos principais articuladores políticos do regime, o aprofundamento da crise econômica, a doença de Figueiredo e os impactos negativos que o atentado do Rio Centro⁸¹⁰ teve sobre o governo, percebe-se uma perda

a carta enviada a Tancredo e o batismo da “Nova República”, Cf.: LEMOS, Renato. Afonso Arinos de Melo Franco. Verbete Biográfico. CPDOC-FGV, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/afonso-arinos-de-melo-franco>. Acesso em: 10 maio 2023.

⁸¹⁰ O caso do Rio Centro ocorreu em 30 de abril de 1981, na altura das comemorações do Dia do Trabalhador que reuniam milhares de pessoas com apresentações de grandes nomes da Música Popular Brasileira (MPB). Aconteceu na esteira de vários atentados a bomba realizados por grupos de extrema direita contrários à abertura gradualista em curso. No Rio Centro, pretendia-se explodir bombas para gerar confusão. Uma delas explodiu dentro de um carro quando estava sendo armada, frustrando os planos dos terroristas. Posteriormente, o Exército tentou creditar tais ações na conta das organizações de esquerda, o que foi desmentido publicamente e acabou por constrianger o governo.

progressiva da sua capacidade de conduzir a transição, o que estimulou o distanciamento das forças conservadoras e o reposicionamento do seu discurso público.

Nesse momento, Arinos aparece definindo a experiência do regime militar como um fracasso e alertando que o militarismo, por incapacidade e incompatibilidade com as demandas do seu tempo, não poderia gerar outra coisa a não ser crise e anarquia⁸¹¹. Até 1982, ainda considerava o governo um interlocutor privilegiado na promoção das reformas consideradas essenciais para a democratização, mas já apontava a necessidade de maior autonomia do Congresso e dos partidos políticos em relação ao Poder Executivo. A partir de 1983, o discurso de conciliação nacional volta-se inteiramente para as forças políticas civis.

Logo após seu discurso no Senado Federal, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS). Mais tarde, nas entrevistas concedidas ao CPDOC-FGV, Arinos enfatizaria que as antigas relações de sociabilidades o levaram a ingressar no partido governista e não a afinidade política, pois “Estando com eles, o fato de eu ficar contra a opinião deles não rompe a amizade”⁹⁰⁸. Portanto: “Entrei para o PDS porque não havia outra condição para mim. Tinha que ficar com os políticos meus amigos, que estavam todos na linha da revolução. Toda herança do lado contrário era a herança hostil a meu pai, hostil a meu irmão, hostil ao meu estado”⁸¹².

Certamente os contatos sociais e políticos construídos em décadas de vida pública eram recursos indispensáveis, sobretudo para um sujeito que estava sem funções e cargos políticos de relevo e almejava ser uma voz de destaque no debate constitucional. Porém, a leitura das fontes jornalísticas permite observar outro ponto, ausente nas entrevistas concedidas em 1983: mesmo assumindo que o objetivo primordial da transição era a elaboração de uma nova constituição, observando o processo eleitoral como um meio para se alcançar esse fim, Arinos sabia que a sua proposta, por ser eminentemente política, tinha que ser apoiada pelos partidos e pela classe política em geral, para isso não bastava fazer declarações contundentes e se reunir com importantes quadros partidários, mas também se engajar no processo eleitoral. Nesse âmbito, observa-se uma tensão na autorrepresentação assumida em vários de seus discursos da época, quando, por diversas ocasiões, afirmou que era mais um homem de letras, um intelectual, do

⁸¹¹ Eliane Castanhede. Arinos acha que militarismo gera anarquia. **JB**, 20 nov. 1983, p. 9. A jornalista repercute declaração feita por Arinos nas entrevistas concedidas ao CPDOC-FGV, em que afirmou: “Se eles (os militares) tentarem voltar a dominar tudo, implantam no país a anarquia”. ⁹⁰⁸ CAMARGO; TEIXEIRA; MARIANI, 1983, p. 217.

⁸¹² *Ibid.*, p. 216.

que um político. Nas páginas dos jornais, ao contrário, Arinos aparecia com uma desenvoltura peculiar aos políticos de ofício, calculando bem suas declarações, se

movimentando estrategicamente e buscando se colocar na melhor posição possível no processo eleitoral.

Antes mesmo da sua filiação ao PDS, Arinos era visto como um dos poucos políticos sem mandatos que influenciam as reformas⁸¹³. Na altura de sua inserção nos quadros do partido governista, criticou o fato deste ser apenas uma delegação do Executivo⁸¹⁴. Mesmo assim procurou ressaltar que o partido “é o instrumento mais poderoso para viabilizar a transição democrática”⁸¹⁵. Acompanhado pela imprensa, no ato de filiação, Arinos cobrou tanto apoio de Figueiredo ao PDS quanto maior autonomia da agremiação em relação ao governo: “a democracia brasileira começa a funcionar espontaneamente, fugindo a qualquer força de contenção. A constatação dessa realidade deve dar ao PDS a consciência de sua força e a responsabilidade de sua autonomia”⁸¹⁶. Nessa ocasião, emitiu declaração elogiosa: “é o mais brasileiro dos partidos, sem que isso signifique qualquer restrição aos outros e, sim, porque corresponde a uma tradição republicana. É um partido que corresponde à fisionomia do País por ter a maioria no Congresso e milhares de prefeitos em seus quadros. Tem o suporte das forças municipais, congressuais e armadas”⁹¹⁴.

⁸¹³ **OESP**. Políticos sem mandatos influenciam as reformas. 02 nov. 1980, p. 3.

⁸¹⁴ **OG**. Arinos acha que PDS será testado. 06 ago. 1981, p. 5.

⁸¹⁵ **OG**. Arinos concorre pelo PDS se Congresso for Constituinte. 28 out. 1981, p. 2.

⁸¹⁶ **OG**. Arinos ingressa no PDS e pede apoio de Figueiredo. 04 nov. 1981, p. 9. ⁹¹⁴
OESP. Senador, Arinos e Farhat no PDS. 04 nov. 1981, p. 4.



Arinos, ao centro, fala para Francisco Melo Franco, Marchezan, Sarney, Prisco Viana e Said Farhat sobre a pujança do PDS

Arinos ingressa no PDS e pede apoio de Figueiredo

Fonte: **OG**. Arinos ingressa no PDS e pede apoio de Figueiredo. 04 nov.1981, p. 9.

Desde o início de 1981, os jornais noticiavam algumas manifestações de apoio a uma possível candidatura de Arinos no pleito que estava por se realizar⁸¹⁷. Sempre que questionado sobre o assunto, declarava que só se candidataria caso o futuro Congresso fosse investido de poderes constituintes⁸¹⁸. Ao longo de 1982, na medida que as eleições se aproximavam, Arinos redobra seus contatos e aparições públicas. Viaja a Minas Gerais e conversa com o governador Francelino Pereira, tratando tanto das eleições no estado como da temática constitucional⁸¹⁹. No Rio de Janeiro, chega a visitar obras⁸²⁰ e inicia uma conversa com Wellington Moreira Franco, que viria a se candidatar a governador pelo PDS. Embora reafirme que sua participação nas eleições se restringiria à defesa da constituinte⁸²¹, se envolve ativamente na indicação de

⁸¹⁷ Arinos foi especulado como candidato a vários cargos: ao Senado Federal pelo Rio de Janeiro (**OG**. Ítalo Bruno: Afonso Arinos para o senado. 23 jul. 1981, p. 4; **OG**. Afonso Arinos e a eleição. 15 abr.1982, p. 2); ao governo do Rio de Janeiro (**OG**. Arinos, sem planos. 08 set. 1981, p. 2); e a deputado federal por Minas Gerais (**OG**. Arinos quer ser constituinte. 09 abr. 1981, p. 2).

⁸¹⁸ **JB**. Arinos quer ir para Constituinte. 03 jun. 1981, p. 4; **JB**. Arinos assinada ficha do PDS as só aceitará mandato de constituinte. 28 out.1981, p. 2; **OESP**. Arinos crê na Constituinte. 29 out. 1981, p. 2.

⁸¹⁹ **OG**. Constituinte tema com Arinos. 27 jan. 1982, p. 3; **OG**. Francelino apoia união dos mineiros pedida por Arinos. 03 fev. 1982, p. 2.

⁸²⁰ **OG**. Arinos visita Torre-Sul. 09 fev. 1982, p. 8.

⁸²¹ **OG**. Arinos não toma parte na campanha. 10 ago.1982, p. 5.

Figura

seu filho, Francisco Melo Franco, para candidato a vice na chapa governista⁸²². O próprio Moreira Franco declarou que a sua candidatura apoiava as teses de Arinos e que iria trabalhar para transformar o próximo Congresso em órgão constituinte⁸²³.

Desde a eleição de Jânio Quadros, Arinos não se envolvia, com tal intensidade, em campanhas eleitorais. Na eleição indireta de Figueiredo, chegou a demonstrar algum apoio à candidatura oficial, mas nada se comparado à sua participação no pleito de 1982. Além do apoio público à chapa do PDS ao governo do Rio de Janeiro, também contribuiu com outras candidaturas, utilizando, inclusive, a memória udenista como capital político. Em propaganda veiculada em *O Globo*, o então candidato a deputado federal, Amaral Neto, ostentou o apoio de Arinos, com a seguinte declaração: “Examinando a conjuntura resolvi escolher meu candidato a deputado federal um homem de coerência, retidão e espírito de luta. Um homem que representa com autoridade os grandes momentos do Congresso Nacional. Voltando às minhas origens udenistas, declaro meu voto para deputado federal. Meu candidato é Amaral Neto”⁸²⁴. Também para vereador, em mensagem semelhante, Arinos declarou seu voto da seguinte maneira: “Animo-me a pedir a todos os bons cidadãos e, particularmente, aos correligionários da União Democrática Nacional, cujo apoio tanto me encorajou nas minhas funções de líder do partido da Câmara e de seu Senador pela Guanabara, que ajudem com seu voto, a eleição do fiel e denotado ex-companheiro Wilson Leite Passos”⁸²⁵.

⁸²² Os jornais noticiaram encontros de Arinos com Moreira Franco e declarações do candidato afirmando que a candidatura de Francisco de Melo Franco foi uma indicação do seu pai: **OG**. O vice. 14 jul. 1982, p. 2; **OG**. PDS escolhe Melo Franco para vice e Célio como o candidato ao Senado. 20 jul. 1982, p. 3; **OG**. Arinos escolheu o vice do PDS. 21 jul. 1982, p.2.

⁸²³ **OESP**. Constituinte é a meta de Franco. 21 jul. 1982, p.2; **OESP**. Pedessista defende reforma total logo. 30 set.1982, p. 2.

⁸²⁴ **OG**. Afonso Arinos declara seu voto. 16 set. 1982, p. 7.

⁸²⁵ **OG**. Wilson Leite Passos, candidato a vereador indicado por Afonso Arinos. 02 out. 1982, p. 2. Interessante ressaltar que Wilson Leite Passos e Amaral Netto estiveram bem longe do tipo de atuação mais moderada dos bacharéis udenistas. As trajetórias políticas de ambos, assim como a defesa da pena de morte por Amaral Netto e do projeto da eugenia defendido por Leite Passos, demonstram perfis mais à direita, mesmo para os padrões do PDS. A partir das fontes consultadas não é possível definir a que se deveram tais apoios. Porém, é possível perceber que, embora Arinos procurasse projetar uma autoimagem moderada e conciliatória, não deixou de manter contato com políticos cujo histórico iam na direção contrária. Sobre Wilson Leite Passos, Cf.: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/passos-wilson-leite> . Acesso em: 03 de ago. 2024. Sobre Amaral Neto, Cf.: <https://www.camara.leg.br/deputados/74832/biografia>. Acesso em: 03 de ago. 2024.

AFONSO ARINOS

DECLARA SEU VOTO



Examinando a conjuntura resolvi escolher meu candidato a deputado federal um homem de coêrência, retidão e espírito de luta.

Um homem que representa com autoridade os grandes momentos do Congresso Nacional. Voltando às minhas origens udenistas, declaro meu voto para deputado federal meu candidato é :

AMARAL NETTO

P D S - 157

A LUTA ESTÁ VOLTANDO E ESTE SABE LUTAR

GOVERNADOR: MOREIRA FRANCO SENADOR: CÉLIO BORJA

Comitê: Arnaldo Quintela, 86. Telefones: 266-2949 e 266-7586.

Fonte: **OG**. Afonso Arinos declara seu voto. 18 set. 1982, p. 13.

Vendo fracassar a proposta de tornar a pauta constituinte o principal objetivo do processo de transição, Arinos passou a se engajar cada vez mais nos debates eleitorais. Já em meados de 1983, é perceptível como o conselheiro aparece de forma crescente nas articulações em torno da sucessão presidencial. É possível que tenha percebido, na própria defesa da *Constituinte Instituída*, que a questão constitucional só seria encarada como uma prioridade nacional após a mudança de regime e com a saída dos militares do poder. Até aquele momento, parecia resistir à ideia de que o principal esforço a ser despendido pelas forças democráticas se daria no sentido de retirar os militares do poder a partir do processo eleitoral, deixando de sustentar que mesmo sob uma ordem política autoritária seria possível reconstruir a institucionalidade jurídica democrática.

Figura

A leitura dos jornais de grande circulação nacional evidencia que Arinos procedeu uma mudança de rota, não apenas levantando o tom contra a ditadura que observava superada, como também se imiscuindo nas conversas em torno da sucessão presidencial. A viabilização de uma constituinte ainda se apresentava, em sua visão, como objetivo principal a ser perseguido, mas já estava claro que isso só ocorreria depois de restabelecido o poder civil. Restava-lhe, portanto, colocar-se na melhor posição política possível para que, no momento adequado, fosse uma voz relevante no debate constitucional.

No interior do PDS, as articulações em torno da sucessão presidencial se acirraram. Nomes como Mário Andreazza, Marco Maciel, Paulo Maluf e Aureliano Chaves se apresentaram como candidatos possíveis na convenção partidária marcada para 1984. Mesmo sem mandato e não ocupando cargo de relevância, o apoio de Arinos era disputado pelos pré-candidatos do partido governista. Foi visitado por Maluf, que lhe dedicou elogios públicos⁸²⁶. Mas acabou fechando apoio ao então vice-presidente⁸²⁷, argumentando que era o melhor candidato⁸²⁸, por ser uma “solução de centro” – “tanto ideológico quanto geográfico” – , um legítimo representante do liberalismo histórico mineiro⁸²⁹.

Arinos se associou à pré-candidatura de Aureliano Chaves, integrando o grupo que ficaria responsável pela elaboração do seu programa nos assuntos ligados às questões institucionais⁸³⁰. Também em propostas mais audaciosas, tais como a redução do mandato presidencial de seis para quatro anos⁸³¹ e a defesa da realização das eleições diretas, o vice-presidente fazia questão de ostentar o apoio e a contribuição do intelectual mineiro⁹³⁰.

⁸²⁶ **FSP**. Sem pressa. 12 abr. 1983, Painei, p. 3. Mesmo depois de Arinos ter declarado seu apoio a Aureliano Chaves, Maluf ainda dizia que Arinos iria presidir uma comissão de notáveis juristas para elaboração de um pré-projeto da Constituição. Ideia mais tarde incorporada por Tancredo Neves, como veremos. Sobre esse assunto, *Cf.*: **JB**. Maluf inclui em seus planos fim das mordomias. 28 set. 1983, p. 4; **JB**. Maluf acha uma pena Brasil não ter mais de um Delfim 01 nov. 1983, p. 2; **JB**. Maluf se lançará com proposta de nova Constituição 15 jan. 1984, p. 3.

⁸²⁷ **JB**. Afonso Arinos fica com Aureliano e prega parlamentarismo. 15 abri. 1983, p. 2.

⁸²⁸ **OG**. Afonso Arinos: Aureliano é o melhor candidato. 01 set. 1983, p. 4.

⁸²⁹ **OESP**. Solução de centro. 26 jun. 1983, p. 4.

⁸³⁰ Carlos Castello Branco. Semana rica para a sucessão. **JB**. 10 jan. 1984, Coluna do Castello, p. 2.

⁸³¹ **JB**. Aureliano quer reduzir mandato do presidente. 13 jan. 1984, p. 1. ⁹³⁰

OESP. Aureliano propõe diretas. 04 fev. 1984, p. 4.

Arinos fica com Aureliano e prega o parlamentarismo

Brasília - A. Dorigem

Brasília — "A estabilidade, o progresso, a paz e o desenvolvimento nacional só poderão ser alcançados pela instituição no país do regime parlamentar de Governo", declarou, ontem, o ex-Chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, ao falar no seminário sobre Ciência Política, promovido pela Câmara dos Deputados e pela Universidade de Brasília. Arinos deu seu apoio, na luta pela sucessão de Figueiredo, à candidatura de Aureliano Chaves.

Afonso Arinos defendeu uma nova Constituição como exigência fundamental da sociedade, ressaltando que a solução dos problemas econômicos, que reconheceu serem graves, pode ser encontrada pela mudança constitucional. Observou que a experiência federativa tem de ser avaliada numa nova Constituição, principalmente no que diz respeito ao agenciamento tributário. E se manifestou contrário a qualquer ideia de divisão dos Estados.

No final da exposição, em entrevista, Afonso Arinos contou a conversa mantida com o candidato a Presidente da República, Paulo Maluf, há algumas semanas.

Ele foi muito polido, não falou de sucessão presidencial. Apenas revelou uma preocupação muito grande de demonstrar os seus conhecimentos na área administrativa, revelou.

Afonso Arinos marcou, contudo, "como mineiro", a sua posição sobre a questão sucessória. "Sou Aureliano Chaves, porque é mineiro e o melhor". E, completando com bom humor uma lista de qualidades que atribui ao Vice-Presidente, acrescentou: "E além do mais, tem 96 quilos. É um candidato de peso".

Parlamentarismo

Arinos fez um apelo ao Congresso Nacional, para que estude a questão em profundidade.



Arinos espera apoio de Figueiredo para reforma da Constituição pelo atual Congresso

Legislativo, na sua opinião, será a única forma de a resistência do P-de

Figura

Com a vitória dos partidos da oposição em estados-chave nas eleições de 1982, somada à divisão política no interior do partido governista, iniciou-se uma ampla articulação em torno da proposta de que a futura eleição presidencial se desse através do voto direto. Em março de 1983, o deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou emenda constitucional que previa a substituição das regras eleitorais, transferindo do Colégio Eleitoral para o voto direto o mecanismo de eleição presidencial. Ao longo daquele ano, iniciaram os contatos para a realização de uma campanha cívica suprapartidária, que visava pressionar o governo e os parlamentares do PDS, ainda majoritário no Congresso, a votarem pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

No início de 1984, Figueiredo, em face das divisões que ocorriam no interior do PDS, desistiu de coordenar politicamente a sua sucessão. Nesse mesmo momento, a bandeira das *Diretas Já* tomava as ruas, a partir de comícios, passeatas, apresentações artísticas e diversas formas de manifestação. Facilitados pelo apoio dos governadores dos partidos de oposição, entre janeiro e abril daquele ano, diferentes setores da sociedade brasileira, e os principais líderes da oposição, se movimentaram pela defesa das eleições diretas⁸³².

A envergadura daquelas manifestações, e o notável apoio social que adquiriram, não passou despercebida pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira. As articulações de bastidores foram confrontadas pela presença do povo nas ruas, tornando a *Campanha das Diretas Já* um acontecimento político de tal envergadura que nem mesmo o mais elitista dos políticos poderia ignorar. A forma com a qual Arinos reagiu às notícias daquelas manifestações revela ao mesmo tempo sua compreensão elitista de democracia e a capacidade ímpar de se colocar diante dos fatos de modo a resguardar a respeitabilidade das suas opiniões.

Arinos concedeu entrevista para *O Globo*, em que esclareceu suas posições sobre o tema. O depoente apresentou uma visão mais ampla sobre o processo de transição brasileira, reproduzindo a síntese do texto recentemente escrito em decorrência do encontro organizado pela Suprema Corte americana do qual foi o único jurista brasileiro a participar⁸³³. O argumento mobilizado enquadrava o processo brasileiro no âmbito internacional, retirando das experiências estrangeiras os ensinamentos que deveriam servir de lições orientadoras para a transição no Brasil. Citando os casos ocorridos na Itália, França, Alemanha, Portugal e Espanha,

⁸³² DELGADO, 2007.

⁸³³ FRANCO, A. A. M Processos contemporâneos de elaboração das constituições. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, vol.27, n. 1, p. 1-32, jan.-abr., 1984b.

Arinos define aquilo teria sido comum a todos os países que passaram, nas décadas anteriores, por um processo bem-sucedido de saída do autoritarismo:

O segredo disso, que para mim é muito provocante e triste, porque não vejo a reprodução dele no Brasil - o segredo em todos esses países, sem exceção, foi uma espécie de convergência de todos os valores, de todas as tendências, de todas as ideologias, até as mais opostas. Essa concentração de esperanças é que deu lugar à possibilidade de uma periodização institucional, à formação de um compromisso, porque nenhum podia vencer o outro. Era preciso que todos vencessem, que fossem derrotados e vitoriosos ao mesmo tempo. Aqui no Brasil, os partidos estão completamente divididos entre eles, porque só tratam de saber quem vai ser o futuro Presidente. O meu partido, que é o PDS, está dividido, o PMDB também, todos estão divididos. Não estão cumprindo as funções que exerceram nos outros países, talvez por não serem autênticos: foram formados por um sistema de ditadura militar, que no fundo não queria partidos, queria muletas para poder sair da paralisia em que estava. Isso precisa ser meditado, temos que imitar o que os outros fizeram, sair de um esforço concentrado para um fim comum que é a democracia representativa⁸³⁴.

⁸³⁴ **OG.** Entrevista: “A crise brasileira exige um Presidente que dê ao País a sua própria morte”. 04 dez. 1983, Edição de Domingo, p. 1-2.

Sobre o tema da eleição direta, reafirma sua importância, mas relativiza o alcance do debate ante o fato de ser “teórica e convictamente” parlamentarista, considerando-o, portanto, “um tópico importante, mas não preponderante”, uma vez que “no regime parlamentar todo Governo é direto, já que, sendo o gabinete emanção do parlamento, qualquer sujeito que faz parte dele tem eleição direta. No regime presidencial, entretanto, a existência da eleição direta é um dado a que atribuo grande importância, porque corresponde hoje a uma aspiração nacional indubitável”.

Figura 51

Eleições não alteram o Sistema

Personalidades não acreditam que o pleito encerre a curto prazo a “desordem institucional”

CARLOS DE OLIVEIRA

“Não sou profeta, mas enquanto o poder estiver nas mãos dos militares, enquanto o chefe de governo for um general, nada vai mudar substancialmente em nosso País. Continuaremos nessa anarquia e nessa desordem institucional que aí está. Depois de 18 anos de frustrações econômicas, sociais e políticas, o País não tem remédio se continuar controlado pelo sistema castrense.”

Essa é a opinião do jurista Sobral Pinto a respeito do Brasil que surgirá logo após a realização das eleições de 15 de novembro, um acontecimento político da maior relevância — até porque o brasileiro não elege seus governadores de Estado há exatamente 20 anos — mas que não deverá concorrer de maneira tão decisiva, pelo menos a curto prazo, para uma mudança estrutural nas instituições, na realidade política e econômica nacional.

A visão do jurista, hoje com 83 anos, e de outras personalidades ligadas à

Afonso Arinos de Melo Franco, apenas as eleições de 15 de novembro não serão suficientes para recolocar o País na trilha institucional. “Nada poderá ser modificado sem que antes se altere a Constituição — disse —, e isso será inevitável, mas no decurso de um processo impossível de ser medido, em razão da tendência geral dos acontecimentos. Mas a Constituinte virá, porque dela depende a solução dos mais variados problemas que hoje afligem a vida nacional.”

Segundo o ex-chanceler, “não se pode querer uma reforma tributária, por exemplo, que elimine a dependência dos Estados em relação à União, sem dar a essa questão o fundamento constitucional que a sustente. Muita coisa que aparentemente nada tem a ver com a reforma da Constituição, na verdade o tem. Em toda a parte foi assim, por que não o seria também no Brasil?”

“REUNIR O POVO DISPERSO”
Do lado da Igreja Católica

Afonso Arinos considera o pleito do dia 15 apenas um passo.

Sobral Pinto acha que resultados das eleições pouco influirão.

Dom Mauro Morelli diz que Igreja manterá pregação.

Fonte: FSP. Eleições não alteram o sistema. 07 nov. 1982, p. 1.

Bem ao seu estilo, aponta a fórmula institucional mais adequada para encaminhamento da questão: “Ela só pode sair de uma reforma profunda da Constituição que não deve ser tão longa quanto importante. Bastaria mudar os artigos que dizem respeito ao Colégio Eleitoral e estabelecer um fixando a eleição direta”. Porém, procura deixar claro que: “a mudança não se reduza a isso: é preciso um plano maior de renovação institucional. A eleição direta, por si só, não satisfaz aos resultados dela própria”⁸³⁵.

⁸³⁵ OG. Entrevista: “A crise brasileira exige um Presidente que dê ao País a sua própria morte”. 04 dez. 1983, Edição de Domingo, p. 1-2.

A contraposição entre eleição direta e a sua convicção parlamentarista não parece ter sido fortuita. É justamente quando emergem as movimentações em torno da campanha das *Diretas Já* que Arinos volta a proferir, de forma mais veemente, a tese parlamentarista. A partir da análise da presença de Arinos nos jornais de grande circulação nacional, é perceptível que o ano de 1983, desde sua saída do Congresso, é aquele em que mais aparece ostentando a bandeira do parlamentarismo e reafirmando que esta é a resposta mais adequada para a crise brasileira⁸³⁶.

No final de 1982, participa do 1º Encontro Nacional Parlamentarista, sediado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, ao lado de figuras importantes como Paulo Brossard, Célio Borja e Herbert Levy⁸³⁷. Convidado pelo governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, para integrar a comissão especial que almejava reestruturar o patrimônio artístico e cultural mineiro, Arinos aproveitou a ocasião para declarar que o parlamentarismo é o melhor sistema de governo, mas seu encaminhamento não poderia “se dar apenas para atenuar uma crise, como ocorreu em 61, porque assim não surtiria maiores efeitos”⁸³⁸. No mesmo tom, o intelectual mineiro participou, em outubro de 1983, do simpósio promovido pela Câmara e pelo Senado sobre o tema, quando chegou a sugerir a realização de um plebiscito para a sociedade decidir qual o sistema de governo a ser implantado⁸³⁹.

As posições de Arinos sobre o tema das diretas sempre foram sinuosas. Ao mesmo tempo em que repetia que não era possível ficar insensível às aspirações populares, sendo a eleição direta “a grande reivindicação popular e se eu estivesse no Congresso votaria a favor delas, mesmo sendo parlamentarista”⁸⁴⁰, não deixava de ressaltar que a “solução parlamentarista não

⁸³⁶ **OG.** Afonso Arinos acha o parlamentarismo a melhor solução. 15 abr. 1983, p. 3.

⁸³⁷ **OESP.** Sul prepara encontro sobre Parlamentarismo. 26 out. 1982, p. 2.

⁸³⁸ **OESP.** Parlamentarismo é a solução da crise. 17 jun. 1983, p. 3. Na edição do *O Globo* do mesmo dia, Tancredo Neves é mais cuidadoso, afirmando ver com bons olhos a discussão sobre o regime parlamentarista, mas ressaltando que a isso deve anteceder um trabalho de conscientização social (**OG.** Tancredo quer respaldo do povo para o parlamentarismo. 17 jun. 1983, p. 3).

⁸³⁹ **OG.** Arinos sugere plebiscito para instituir o Parlamentarismo. 28 out. 1983, p. 6. Nessa ocasião, Arinos também sugeriu que o Congresso fizesse pesquisa interna para aferir a posição majoritária do Congresso (**FSP.** Arinos quer pesquisa. 28 out. 1983, p. 4). Embora alguns jornalistas e políticos tenham demonstrado certo apoio às ideias de Arinos, a posição majoritária do seu próprio partido ia na direção contrária. O jornalista Rubem de Azevedo Lima, em longa matéria na *Folha de São Paulo*, analisa as dificuldades da aprovação da matéria e constrói um quadro amplo de como as principais forças políticas ligadas ao governo viam o assunto, prevendo que no ano de 1984 o tema ganharia mais importância. (Rubem de Azevedo Lima. Proposta do parlamentarismo terá alento em 1984. **FSP**, 30 out. 1983, p. 6). Na mesma página, o jornal ostentou um histórico do debate no Brasil, relatando que vários juristas, como Afonso Arinos e Miguel Reale, são favoráveis (**FSP.** Políticos e juristas, os que mais se bateram pela medida 30 out. 1983, p. 6).

⁸⁴⁰ **FSP.** Para Arinos, aspiração do povo. 07 dez. 1983, p. 4.

é solução da crise. É de salvação nacional: afasta o poder pessoal, corrupção, a improvisação, a permanência dos erros”⁸⁴¹.

Enquanto o país vivia o auge das manifestações em favor das eleições diretas, Arinos participava de seminário, promovido pelo Instituto Roberto Simonsen da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), voltado para discussão sobre o parlamentarismo. O principal organizador do evento, Celso Lafer, citando Arinos, reforçava que: “o presidencialismo representa o despotismo do poder pessoal, enquanto o parlamentarismo, ainda que caracterize a instabilidade do Governo, se contrapõe à tirania do Legislativo ou do Executivo presidencialistas”⁸⁴². Alguns dos principais argumentos em defesa do sistema parlamentar foram mobilizados nessa ocasião, inclusive aqueles já presentes na retórica dos seus defensores na esteira do golpe de 1964: o risco da eleição direta seria a escolha de um dirigente irresponsável, suscetível a medidas demagógicas e/ou autoritárias⁸⁴³.

Figura 52



Fonte: **OG**. Tancredo quer respaldo do povo para parlamentarismo. 17 jun. 1983, p. 4.

⁸⁴¹ **OESP**. Arinos quer novo regime. 16 fev. 1984, p. 7.

⁸⁴² **JB**. Lafer acha que crise é institucional 03 fev.1984, p. 3.

⁸⁴³ **JB**. Juristas acham que só diretas não resolve. 16 fev. 1984 p. 2.

Ao passo que criticava a própria legitimidade do Colégio Eleitoral, o qual, em sua opinião, só foi legítimo enquanto representava as “forças da Revolução”⁸⁴⁴, declarava que as dificuldades enfrentadas para aprovar a emenda Dante de Oliveira deviam-se à atuação errática do PMDB que, além de não chamar o PDS para discutir a sua viabilização, teria perdido a oportunidade de aprovar a matéria quando o presidente Figueiredo havia sinalizado apoio⁸⁴⁵. Ao seu estilo, em palestra na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, declara que a sociedade brasileira havia se engajado pelas diretas como o fez na abolição, na independência e na República, e defende que seja aprovada a emenda, sob o perigo de uma danosa frustração social⁸⁴⁶.

No mesmo momento em que alguns quadros do PDS buscavam demonstrar apoio às diretas, tentando se vincular à iniciativa⁸⁴⁷, Aureliano Chaves lançava pré-candidatura em evento realizado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Entre os convidados de honra estava Afonso Arinos. No discurso do vice-presidente aparecia boa parte das bandeiras oposicionistas: defesa das eleições diretas, redução do mandato presidencial, instalação de uma Assembleia Constituinte. Apesar de afirmar sua preferência pelas eleições diretas, duvida da sua aprovação e prepara sua postulação para o Colégio Eleitoral. A ambiguidade do discurso do pré-candidato parece a mesma de Arinos: afirma publicamente defender as diretas, mas se posiciona para a escolha presidencial a ser realizada por via indireta⁸⁴⁸.

⁸⁴⁴ **FSP**. Magalhães e Arinos têm propostas. 16 dez. 1983, p. 5. Fala proferida em programa “Diálogo”, da TV Manchete, de que participou ao lado de Roberto Magalhães, governador de Pernambuco pelo PDS. Nessa ocasião, Arinos declarou: “Hoje é ilegítimo porque não corresponde a nada mais que seja eficaz para o futuro do país”.

⁸⁴⁵ **FSP**. Para Arinos, PMDB perdeu oportunidade. 19 dez. 1983, p. 4.

⁸⁴⁶ **JB**. Arinos compara Colégio com sambistas que atravessam a passarela sem alcançar a apotesose. 28 mar. 1984, p. 3.

⁸⁴⁷ **JB**. 18 fev. 1984, Lance livre, p. 6. Nessa nota, o *Jornal do Brasil* noticia o convite do Comitê Pró-Diretas do Rio a várias personalidades, “acima de qualquer suspeita”, para participar do Comício do dia 21/03/1983. Um dos convidados foi Afonso Arinos. Não há registro nos jornais consultados de que Arinos tenha participado de qualquer comício. Entretanto, o próprio jornal anuncia que Arinos iria falar ao grupo pró-diretas do PDS, em 29/05/1984, após a derrota da emenda Dante de Oliveira (**JB**. Ciclo pró-diretas. 24 maio 1984, Informe JB, p. 6).

⁸⁴⁸ **OESP**. Aureliano propõe diretas. 04 fev. 1984, p. 4.

Marcado para o dia 25 de abril de 1984, a votação da Emenda Dante de Oliveira pela Câmara dos Deputados foi acompanhada com um misto de entusiasmo e apreensão pelos partidários das *Diretas Já*. Alguns dias antes, o governo impôs o Estado de Emergência no Distrito Federal a fim de manter os manifestantes longe do Congresso e evitar que conseguissem pressionar os parlamentares do PDS a votarem a favor da emenda. Segundo Skidmore, no início da campanha poucos imaginavam que obteria sucesso, uma vez que o partido governista ainda

controlava a maioria das cadeiras da Câmara dos Deputados. Mesmo assim, em razão do grande apelo social, havia a expectativa de sua aprovação, ao menos para grande parte da população que acompanhava atentamente o desfecho daquela votação. No fim do dia, o resultado não foi o esperado. Faltaram 22 votos para a aprovação da emenda, que contou com 298 votos, dos quais 55 vieram de integrantes do PDS⁸⁴⁹.

Derrotada a Emenda Dante de Oliveira, a sucessão presidencial se daria indiretamente pelo Colégio Eleitoral. A ressaca da derrota não impediu que as forças oposicionistas se movimentassem no sentido de viabilizar uma chapa competitiva, mesmo na configuração de um Colégio Eleitoral majoritariamente controlado pelo PDS. O PMDB viu-se fortalecido na sua posição de principal mecanismo institucional de oposição, buscando canalizar o apoio popular dado às *Diretas Já* para forjar uma candidatura capaz de vencer a eleição indireta, de modo a atrair partidários do governo. O nome escolhido foi Tancredo Neves, governador mineiro e político conhecido por ser um hábil articulador e visto como oposicionista moderado, sobretudo se comparado a Ulisses Guimarães, presidente do PMDB e nome favorito do partido caso a eleição presidencial fosse realizada pelo voto direto.

Do lado do PDS, com vários nomes conhecidos e pouca disposição do presidente Figueiredo de assumir a sua sucessão, o cenário era de fragmentação. Mesmo com o suposto controle do Colégio Eleitoral, o partido precisaria manter a unidade para sair vitorioso do pleito e assegurar a indicação de um civil alinhado com o regime. Não contribuiu para isso a campanha agressiva de Paulo Maluf, que tentou repetir nas convenções partidárias o que havia feito em 1978, quando contrariou a orientação presidencial e foi indicado governador de São Paulo. Em julho de 1984, Aureliano Chaves anunciou sua desistência da candidatura, denunciando a campanha malufista de corrupção. Em agosto, o ex-governador de São Paulo foi indicado pelo PDS para a disputa no Colégio Eleitoral.

⁸⁴⁹ SKIDMORE, 1988.

Dias depois da derrota da Emenda Dante de Oliveira, Arinos foi a Brasília para discutir com os parlamentares a situação do país, no mesmo momento em que o direcionamento político do PMDB se inclinava para a eleição indireta e Tancredo Neves era apresentado como “o candidato do consenso”⁸⁵⁰. Nessa oportunidade, o conselheiro defende uma aliança entre Aureliano Chaves e Tancredo Neves, nomes que, ao seu ver, possuíam maior respaldo popular⁹⁵⁰. Com o avanço da postulação de Maluf e o descontentamento de alguns dos

principais quadros do PDS, consolidou-se uma dissidência no partido governista, nomeada de Frente Liberal⁸⁵¹, que se pôs a negociar com o PMDB e acabou por formalizar a composição política que ficou conhecida como Aliança Democrática⁸⁵², com a indicação de José Sarney, que até pouco tempo era o presidente do PDS, para a vaga de vice-presidente. Com Tancredo Neves e José Sarney, Arinos manteve contatos diretos e seus conhecimentos jurídicos foram utilizados tanto na questão da elegibilidade dos dissidentes do PDS⁸⁵³, quanto com o rito de votação no Colégio Eleitoral⁸⁵⁴.

A proximidade com os candidatos da Aliança Democrática não data, porém, daqueles dias. Suas relações com Sarney remontam ao tempo da UDN, quando o jovem parlamentar maranhense havia chegado à Câmara dos Deputados e fora liderado pelo já conhecido político udenista. Nos anos 1980, Sarney tornou-se um dos nomes da política brasileira a ressaltar a importância histórica da atuação parlamentar de Arinos⁸⁵⁵. Em texto escrito para a *Folha de São Paulo*, o senador maranhense elevou seu antigo colega udenista ao patamar de “símbolo parlamentar”: “Afonso Arinos é um desses homens raros que fazem a história dos Parlamentos. Fez história e construiu um pedaço da própria história. Afonso Arinos me surge, neste instante, como um símbolo de um político apaixonado e sábio, mas que nas horas de decisão, utilizou a

⁸⁵⁰ Carlos Castello Branco. A estratégia dos moderados. **JB**. 26 maio 1984, Coluna do Castello, p. 2; Carlos Castello Branco. O candidato do consenso. **JB**. 30 maio 1984, Coluna do Castello, p. 2. ⁹⁵⁰ **OG**. Arinos defende aliança entre Tancredo Neves e Aureliano. 30 maio 1984, p. 3.

⁸⁵¹ **JB**. Frente Liberal exige a Petrobrás, o BNH, a Eletrobrás, a Vale e o Banco do Brasil. 27 jul. 1984, p. 2; **JB**. Frente lança Sarney e cria bloco parlamentar. 02 ago. 1984, p. 4. Essas matérias informam que Arinos estava a contribuir na redação do manifesto do partido que surgiria da Frente Liberal.

⁸⁵² **JB**. Aureliano e Sarney desligam-se do PDS. 28 jul. 1984, p. 1; Carlos Castello Branco. PMDB e Frente ajustam programas. **JB**. 01 ago. 1984, Coluna do Castello, p. 2. Essas matérias informam que Arinos estava a compor a “comissão de notáveis” que estavam a elaborar o programa da Aliança Democrática.

⁸⁵³ **OESP**. Infidelidade preocupa. 21 jul. 1984, p. 5. Havia questionamentos sobre a possibilidade de José Sarney disputar a eleição na chapa oposicionista, uma vez que tinha sido eleito senador pelo PDS, em razão disso desligou-se do partido e filiou-se ao PMDB. Segundo *O Estado de São Paulo*, Sarney consultou Arinos sobre a questão.

⁸⁵⁴ **JB**. Parecer ilustre. 31 out. 1984, Caderno B, p. 3. No debate sobre a forma de votação no Colégio Eleitoral, era visto como fundamental que o pleito fosse realizado de forma oral, para evitar surpresas. Segundo o *Jornal do Brasil*, Arinos escreveu parecer a pedido de Tancredo Neves.

⁸⁵⁵ SARNEY, 1981.

razão e a transigência para sairmos da crise”⁸⁵⁶. Também um político conhecido por ser um homem das letras, Sarney, quando pleiteou uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL), recebeu o apoio do acadêmico mineiro⁸⁵⁷, o que evidencia que suas relações de sociabilidades iam para além do campo da política.

Figura 53



Falando na comissão mista do Congresso, Afonso Arinos, ex-Ministro, comparou a atual Constituição à de 1937

Fonte: **JB**. Capa. 07 ago.1980, p. 1

Com Tancredo Neves as relações nem sempre foram cordiais. Na primeira experiência democrática brasileira integraram grupos políticos rivais, tanto em Minas Gerais como no cenário nacional. Enquanto Arinos liderava a oposição contra Getúlio Vargas, Tancredo era o ministro da justiça e um dos políticos mais próximos do presidente gaúcho. Da mesma forma se deu no governo de Juscelino Kubitschek e na eleição para governador de Minas Gerais, em 1960, quando o pessedista foi derrotado por Magalhães Pinto, apoiado pelo udenista. Em 1964, Tancredo Neves denunciou o golpe, diferentemente de Arinos que o apoiou. Depois do AI-2 e da reestruturação do sistema partidário, o udenista entrou para a Arena enquanto Tancredo foi um dos fundadores do MDB.

⁸⁵⁶ José Sarney. Arinos, símbolo parlamentar. **FSP**. 29 mar. 1984, p. 3.

⁸⁵⁷ Isa Cambará. Sarney não perde nem na Academia de Letras. **FSP**. 18 jul. 1980, Folha Ilustrada, p. 27.

Mesmo assim, as diferenças em termos de escolhas políticas não foram capazes de ofuscar algumas afinidades, que ficaram mais claras no decorrer da ditadura militar. Ambos adotaram o discurso da mineiridade e defenderam uma visão moderada e conciliatória de política. Como parlamentar de oposição, Tancredo Neves não apresentava o mesmo ímpeto de combate dos chamados “autênticos do MDB”⁸⁵⁸. Arinos pregava o mesmo que o seu conterrâneo: era necessária uma composição entre as forças moderadas do governo e da oposição na promoção de uma transição pacífica para o regime democrático. Já no governo de Figueiredo, suas posições não pareciam muito diferentes quanto ao principal ponto em discussão, defendendo a

necessidade de uma “conciliação nacional” através de encaminhamento jurídico e político para a questão constituinte. Outro ponto que aproximava os dois políticos mineiros era o debate a respeito da “solução parlamentarista”, embora Tancredo não apresentasse a mesma disposição para defendê-la e observasse com mais receios a possibilidade de sua implementação no país⁸⁵⁹.

A mineiridade, o liberalismo constitucionalista, a conciliação como método e objetivo político e a importância do fortalecimento dos partidos enquanto mecanismos de organização das forças sociais são pontos que aproximam a visão de Afonso Arinos e Tancredo Neves, ainda mais em um momento no qual o grande desafio da sociedade brasileira, em seus respectivos entendimentos, era a redemocratização do país.

Segundo Silva e Delgado, Tancredo Neves passou a defender que a construção de um amplo pacto social era o pressuposto para a superação da situação autoritária. Ainda de acordo com as autoras: “O pacto social, ou sua suspensão temporária dos movimentos reivindicatórios e de cobrança ao governo, seria a etapa preparatória de um novo pacto político, a ser discutido e formalizado na Assembleia Constituinte”⁸⁶⁰. A constituinte, portanto, seria o fórum adequado de reunião, confronto e debate de todos os segmentos representativos da sociedade brasileira, uma oportunidade “de se criar uma nova forma de convivência que não se baseasse em princípio de exclusão ou de revanchismo”⁸⁶¹.

⁸⁵⁸ Sobre os autênticos do MDB, conferir os depoimentos reunidos no livro: NADER, A. B. **Autênticos do MDB: Semeadores da democracia. História oral de vida política**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

⁸⁵⁹ O jornal *O Estado de São Paulo*, em razão dos vinte anos da emenda parlamentarista de 1961, abriu um longo espaço para discussão do tema, do qual participaram Afonso Arinos, Tancredo Neves e Almino Afonso, representantes dos três principais partidos da época (**OESP**. A experiência do parlamentarismo ou a importância de um fracasso. 13 set. 1981, Caderno de Cultura, p. 1-9).

⁸⁶⁰ SILVA, V. A.; DELGADO, L. A. N. **Tancredo Neves: a trajetória de um liberal**. Petrópolis; Belo Horizonte: Editora Vozes; Ed. UFMG, 1985, p. 39.

⁸⁶¹ *Ibid.*, p. 40.

No início de 1983, Arinos recebeu o governador eleito de Minas Gerais na Academia Mineira de Letras. Na saudação, o acadêmico lançou mão do discurso da mineiridade, tão comum em seus pronunciamentos, para construir um retrato daquele que, em sua opinião, se tornara a síntese do espírito político e cultural mineiro. O ex-senador colocou o antigo adversário na galeria de estadistas mineiros que representaram, ao longo de toda a história brasileira, o próprio ideal de conciliação nacional. Tancredo Neves, no olhar de Afonso Arinos, personificava “o mineirismo cultural e a mineirice política” que “confluem para a síntese histórica da mineiridade”⁸⁶², o que inspirava a credibilidade e a confiança que faltavam ao Brasil, ainda marcado pela desesperança.

A perigosa situação brasileira se daria ante o fato de que o desespero das massas “é o instrumento do radicalismo ideológico”, este “incapaz de promover uma ação política eficaz”⁸⁶³. Segundo Arinos: “a concórdia como instrumento e o consenso como fim constituem a marcha de nosso tempo. Por enquanto isto parece difícil, talvez integral, mas já vimos que valor pode ter o irrealismo realista. Ainda aqui, Sr. Acadêmico Tancredo Neves, vossa posição é bem mineira. Discretamente, sem alardes, marcais o rumo contrário ao radicalismo reinante, tanto nas vossas hostes quanto nas nossas, isto é, nas dos vossos adversários”⁸⁶⁴. Nesta ocasião, o acadêmico sublinha a convergência de suas posições: “é uma expressão lídima da mineiridade: não há poder democrático sem estrutura jurídica”⁸⁶⁵.

Figura 54

⁸⁶² FRANCO, A. A. M. Discurso de saudação a Tancredo Neves na Academia Mineira de Letras. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 4-10, jan./jun. 1986 [1983].

⁸⁶³ FRANCO, 1986 [1983], p. 5.

⁸⁶⁴ *Ibid.*, p. 8.

⁸⁶⁵ *Ibid.*, p. 7.

A formação



A mineiridade, segundo Arinos, é a síntese do mineirismo (amor pelas letras) com a mineirice (sede disfarçada de poder)

Sarney e Urbano Santos: em comum, o Maranhão, o gosto pela literatura, a carreira jurídica, a Vice-Presidência...

Para Afonso Arinos, Tancredo é um caso refinado de mineirice

Compreender os aparentes mistérios do comportamento de Tancredo requer uma lição do ex-Ministro Afonso Arinos de Melo Franco, também nomeado futuro Presidente, da mesma geração (Arinos é cinco anos mais velho) e cordial adversário que militou na UDN, vivendo os passos do líder passadista. No discurso que fez como patrono da Tancredo na Academia Mineira de Letras, em 1984, Afonso Arinos desenvolveu uma peculiar definição do "modus vivendi" mineiro.

— O fetiche mineiro — ensinou o Ministro — é discutível, pode ser apreciado ou desagrado, pouco importa. Mas não é indecisa nem misteriosa. Decorre da confluência entre o desejo do poder e o gosto das letras, na formação das elites mineiras.

Após as experiências de 30 e 45, quando chegou ao poder com apoio militar, em 85 o liberalismo encontra sustentação popular

— Propõe-se a análise do conjunto — prosseguiu — partindo de uma categoria geral, que chamarei a mineiridade, e da individualização dos elementos componentes dessa categoria, aos quais chamarei mineirismo e mineirice.

O mineirismo, segundo a concepção de Arinos, está ligado à formação cultural dos que viveram no regime minerador, São João del-Rei inclusive. Seria uma característica, por exemplo, das postas inconfidentes, cujos devaneios foram confundidos, pela Coroa Portuguesa, com a mineirice, uma forma distorcida de se alcançar o poder pregando anaristicamente a intencionalidade. A mineirice

religiosa que o procurou, às vésperas da formação do Secretariado em Minas, dizendo que não sabia mais como conter as especulações que indicavam seu nome para a equipe de Governo. Procurou o chefe para tirar a questão a limpo.

— Mas a senhora não está declarando que ainda não escolheu nenhum nome, doutor Tancredo? — perguntou o correligionário.

— É verdade — respondeu Tancredo.

— Mas com toda essa especulação, se eu não for escolhido (e olhe que eu não estou ploteando nada), vão dizer por aí que o senhor me desistiu.

— Ora, meu amigo — aconselhou o Governador —, se lhe perguntarem, diga que eu o convidei mas você não aceitou.

Mas não se resume na facilidade de ser mineiro o segredo de Tancredo. Um outro adversário da UDN, José Monteiro de Castro, contemporâneo de Tancredo na Escola de Direito, avalia que se de sua geração foram amadurecidos na vivência de duas épocas bem distintas. Educados na Belo Horizonte dos anos 30, quando o País mal saía da República Velha, eles viram morrer todo um estilo de vida, cujo ponto final foi colocado pela Segunda Guerra Mundial.

Monteiro de Castro identifica essa mudança comparando a oratória quase gongórica de Rui Barbosa, que tanto influenciou a geração de Tancredo, à velocidade seca com que as idéias são transmitidas hoje pela TV. E acredita que uma das razões de Tancredo ser respeitado pela juventude e ouvido pelos mais velhos reside na compreensão que o ex-Governador teve dessa mudança, transmutando-a à sua maneira, ali para seu discurso.

— Tancredo — reconhece Monteiro de Castro — não tem a intencionalidade



Paulo Pinheiro (à esquerda), Ribeiro Pena, Benedito Valscaros, José Maria Alkimin e Tancredo Neves: a mineiridade reunida



Arinos: "O mineirismo seria uma característica dos poetas inconfidentes da região mineradora"



Drummond: "falta completa de mineirice"

Fonte: OG. Para Afonso Arinos, Tancredo é um caso refinado de mineirice. 14 jan. 1985, p. 21.

Concluindo sua saudação, Arinos observa em Tancredo Neves a própria personificação do papel de Minas Gerais para a reconstrução democrática do país: "Sois um filho e uma

expressão desse espírito, dessa tradição de nossa gente, que não é a negação do futuro, mas, muito ao contrário, em muitas ocasiões, como agora, a afirmação exuberante — digamo-lo sem jactância mas sem falsa modéstia — uma das mais seguras esperanças desse futuro. Sem a colaboração de Minas unida, muito mais dura, penosa e difícil será a marcha da recuperação brasileira"⁸⁶⁶.

A mitologia da mineiridade, outrora mobilizada para justificar a intervenção militar de 1964 ou para respaldar a política distensionista iniciada no governo Geisel, agora é agenciada no sentido de definir a forma como seria concluído o processo de transição do autoritarismo para a democracia. O "espírito de Minas" sempre teria sido corporificado por renomados estadistas e a própria crise brasileira se daria pela ausência da figura do mineiro na política nacional. Tancredo Neves, portanto, seria o melhor representante dessa tradição e o momento

⁸⁶⁶ FRANCO, 1986 [1983], p. 9-10.

histórico, o da viabilização da transição democrática, não poderia ser mais propício à ação do estadista mineiro⁸⁶⁷.

A campanha midiática que almejou construir um amplo apoio popular em torno da figura de Tancredo Neves, ao passo que buscou criar uma pressão social para influenciar os integrantes do Colégio Eleitoral a votarem na Aliança Democrática, dispôs do discurso da mineiridade como recurso simbólico capaz de garantir unidade política e social para a candidatura⁸⁶⁸. Portanto, em toda a campanha, Tancredo Neves tratou de incorporar à sua retórica a simbologia particular à *mitologia da mineiridade*. Segundo Arruda:

Os políticos de Minas Gerais apresentam-se como artífices primorosos dos momentos de conciliação da sociedade brasileira. A conciliação política – de larga tradição no pensamento brasileiro – apareceu no império, ligada à figura do mineiro Honório Hermeto, Marquês de Paraná. A conciliação,  m disso, ressurg  sempre conectada   questão da unidade nacional, quando os problemas políticos se tornam significativamente mais espinhosos. Não casualmente, Honório Hermeto passou para a história do Império como a figura central da arte conciliatória, entre liberais e conservadores. [...] A concilia o afigura-se pois como etapa transicional, concebida para absorver as dissen  es e imprescindível   tessitura de um futuro promissor. Produto da habilidade política pessoal, a concilia o passa a resultar das qualidades inerentes a alguns homens. Nessas ocasiões, ocorre comumente uma excessiva personaliza o de políticos tidos como fundamentais   urdidura do novo pacto. Desse ponto de vista, as atitudes conciliatórias surgem envoltas no véu do conservadorismo, uma vez que a necessidade de se atrib  rem todos os méritos a certas personalidades descobre a fragilidade das instituições pol ticas⁹⁶⁹.

O que Afonso Arinos e Tancredo Neves estavam a mobilizar era todo um imaginário sobre a forma como deveria se processar a transição no país. O próprio elogio da política de conciliação é fruto de uma longa história discutida em chave crítica por autores que observam um enraizamento na cultura política do país de uma prática política construída para a atenuar os conflitos sociais nos momentos de transição, possibilitando alguma reforma pontual, mas resguardando a continuidade do *status quo*⁸⁶⁹. De acordo com Silva e Delgado, por outro lado, para Tancredo Neves, “conservador que era, mas convencido da necessidade histórica de democratizar a política brasileira, a conciliação não era uma opção política circunstancial e

⁸⁶⁷ Para uma análise mais ampla da trajetória política de Tancredo Neves do período que vai da distensão   Nova República, Cf.: MENDONÇA, D. (2004). **Tancredo Neves: da distensão   Nova Republica**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

⁸⁶⁸ SANTOS, M. C. Tancredo Neves e o reforço da mineiridade: o papel da imprensa nesse processo. In: PRATA, N.; CAMPELO, W. (org.). **Tancredo Neves: a travessia midiática**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 213-226. ⁹⁶⁹ ARRUDA, 1990, p. 223-224.

⁸⁶⁹ Uma série de autores analisam o problema da conciliação como traço da cultura política brasileira, entre os quais: RODRIGUES, J. H. **Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965; DEBRUM, M. **A conciliação e outras estratégias**. São Paulo: Brasiliense, 1983. Assim como Motta (2017), considero que esse é um tema importante e merece pesquisa mais aprofundada.

pragmática. Não era mero oportunismo, mas impunha-se pelo próprio tipo de evolução da sociedade brasileira”⁸⁷⁰.

Arinos e Tancredo acreditavam que a prática política deveria ser realizada no interior das instituições representativas, sendo os partidos políticos o mecanismo por excelência de participação política, daí a reiterada afirmação da necessidade de fortalecimento do sistema partidário. No entanto, a campanha da Aliança Democrática não prescindiu de uma intensa mobilização social, observada como essencial tanto para garantir a vitória como para embasar socialmente o amplo pacto político almejado.

Perguntado o porquê havia mudado de opinião quanto a legitimidade do Colégio Eleitoral, Arinos respondeu que: “O que me fez mudar foi a atitude nobre de Aureliano Chaves, que retirou a sua candidatura deixando Tancredo como figura de consenso no Colégio Eleitoral. Não há outra saída. Mas atualmente eu vejo a pressão da opinião pública sobre o Colégio quase como uma eleição direta, porque o povo vai se manifestar a favor de Tancredo”⁸⁷¹. Nessa mesma entrevista, Arinos reafirma que o melhor caminho seria a implantação do sistema parlamentar, mas acha pouco provável que Tancredo Neves encampe a ideia, pois, embora houvesse respaldo de uma opinião pública qualificada sobre o assunto, a maioria da população seria contrária à ideia por “pura tradição”⁸⁷².

Em relatório escrito no final de 1983, intitulado *Processos contemporâneos de elaboração das Constituições*, Arinos já apontava Tancredo Neves como nome brasileiro que estava a angariar apoio para a “conciliação nacional”, à semelhança do que fizera na Espanha Adolfo Suarez, quando “optou pelo *modus vivendi* à italiana, ou pelo que, no Brasil, se chama, hoje, consenso. Posição que, desde logo preconizada pelo governador Tancredo Neves, vai conquistando entre nós, novos e valiosos adeptos (o próprio presidente Figueiredo parece inclinar-se por ela). Posição que constitui a única ponte para a marcha pacífica, conforme indicam os exemplos repetidos nesse trabalho”⁸⁷³.

⁸⁷⁰ SILVA; DELGADO, 1985, p. 33.

⁸⁷¹ **OG**. Entrevista a Denise Assis: “Afonso Arinos tem esperança de que o país mude para melhor”. 02 out. 1984, *Jornal do Bairro*, p. 6.

⁸⁷² Segundo Silva e Delgado (1985), Tancredo Neves achava que o parlamentarismo poderia ser uma solução, sobretudo no que se refere à participação política dos militares, mas reconhecia que os hábitos e tradições políticas dos brasileiros não se afinam com as exigências do regime parlamentarista.

⁸⁷³ FRANCO, 1984b, p. 29.

Figura 55

ELE CONFIAR NA EXPERIÊNCIA DE TANCREDO NEVES PARA PROMOVER AS MUDANÇAS QUE A SOCIEDADE REIVINDICA

Afonso Arinos tem esperança de que o País mude para melhor

Cerca de 25 mil volumes que compõem sua biblioteca, da qual garante ter lido praticamente com por cento das obras ao longo de sua vida de intelectual e jurista, Afonso Arinos de Melo Franco, aos 78 anos, fala do Brasil e seus problemas com a clareza e sabedoria de quem dedicou tantos anos à vida pública.

Na política ingressou em 1936, como Deputado Federal tendo o último de sua família — uma das primeiras de intelectuais e juristas, Afonso Arinos de Melo Franco, aos 78 anos, fala do Brasil e seus problemas com a clareza e sabedoria de quem dedicou tantos anos à vida pública.

Não há segredo para o sucesso de Arinos. Ele é um homem de poucas palavras que resiste à expansão insubordinada no bairro. Criado em Copacabana, mudou-se depois do casamento com Ana, neta do Conselheiro Rodrigues Alves, de quem ela herdou a casa. Atualmente, participa da Associação dos Moradores e Amigos de Botafogo, dando apoio jurídico — “mesa vai às reuniões porque pouco assa”. Sobre seu escalinho, o livro de Dumas de Albrancet que ora lê, “Como se faziam presidentes”, deixa transparecer seu grau de preocupação com a questão sucessória. Uma carta escrita de próprio punho e endereçada ao Vice-Presidente Aurélio Chaves, por enviar, não deixa dúvidas de que lado está. Afonso Arinos, que há alguns anos defende o sistema parlamentarista e em 82 já sugeria o nome de Tancredo Neves para suceder Figueiredo como Primeiro-Ministro, apóia o movimento “Diretas Já”, mas agora fecha com a “Frente Liberal” e o contraponto, ex-governador de Minas.

NECESSIDADE DA CONSTITUINTE

Interessado em contribuir com a ideia de Tancredo, de convocar uma Constituinte, tão logo assuma, Afonso

Arinos realizou junto com uma equipe de professores da Fundação uma pesquisa entre as camadas mais representativas da sociedade. Foram ouvidos cerca de 50 mil profetas, sindicalistas, personalidades, professores de Ciências Sociais, com o objetivo de estabelecer, da forma mais ampla possível, quais as expectativas das cidadãos brasileiras sobre os itens que devem constar da Constituição. Sobre a Carta em vigor, é taxativo:

— Eu a riscaria de cima a baixo. Ela é ruim, sem unidade. Não está à altura da cultura e da experiência constitucional do Brasil de hoje. A pesquisa que fiz me foi inspirada por uma idêntica realizada na Suíça, na época em que lá estive estudando. O que me levou a realizá-la foi a constatação de que todas as Constituições brasileiras, desde o Império, foram elaboradas por um grupo limitado de juristas. A primeira, feita pelo Ministério de D. Pedro, não sofreu reformas, a não ser na Primeira República, por cinco vezes. A de 34, foi feita por uma comissão reducida de juristas, presidida pelo meu pai, Adriano de Melo Franco. As demais foram feitas da mesma maneira.

O resultado da pesquisa de Arinos foi compilado em cerca de dez mil itens encadernados em quatro volumes. Sobre a necessidade de uma nova Constituição, votada por um Congresso livre, segundo ele, as respostas afirmativas foram unânimes.

Outro ponto que fica próximo da unanimidade é sobre o sistema de governo: parlamentarismo ou presidencialismo?

— No total, não tenho dúvidas, vence o presidencialismo, mas esta resposta foi dada por empresários. A sociedade civil, ao geral, deseja esta forma de governo por parafrasear. Mas entre os cientistas políticos, os estudiosos do assunto, todos preferem o parlamentarismo. O que mostra que, de ponto de vista científico, o parlamentarismo é mais aceito. Quem estuda sabe que ele evita as perturbações e golpes possíveis dentro do presidencialismo. Eu, inclusive, participei desta experiência ao lado de Tancredo em 61 e ele só não venceu pelo momento em que foi. Pela resistência feita até por Juscelino. Existem livros e teses sobre isto, enfocando os ramos do País, caso o parlamentarismo tives-



Afonso Arinos: “Eu riscaria a atual Constituição de cima a baixo”

se dado certo. E hoje, mais do que nunca, eu continuo achando que o ideal seria o parlamentarismo, com Tancredo à frente. Ele tem experiência, é estudioso do assunto e, creio, se sairia muito bem.

Afonso Arinos não crê que Tancredo Neves mude o sistema de governo logo assumo o poder. “Não seria mineiro” — afirma rindo.

— O Tancredo tem muito tato e é um dos ministros mais mineiros que conheço. Ele só o faria se tivesse um bom respaldo.

Amigo dos casos, reminiscências e “luzes de espírito”, Afonso Arinos, durante a campanha pré-diretas, declarou que o Colégio Eleitoral “é uma escola de samba que sirva como meio de chegar na apoteose”. Na ocasião, apontava como única saída para a desesperança brasileira a eleição direta. “A sociedade se engajou na campanha das diretas da mesma forma que no passado defendeu a abolição da escravidão, a independência e a República”, afirmava. No entanto, hoje sua opinião é diferente:

— O que me fez mudar foi a situação de Aurélio Chaves, que retirou sua candidatura deixando Tancredo como figura de consenso no Colégio Eleitoral. Não há outra saída. Mas atualmente eu vejo a pressão da opinião pública sobre o Colégio quase como uma eleição direta, porque o povo vai se manifestar a favor de Tancredo. Se não houver provocação dos grupos radicais pró-Tancredo, estas manifestações vão mostrar a repugnância do povo quanto a outras candidaturas. Por que de uma coisa o Presidente Figueiredo pode estar certo: o povo está do lado dele em favor das mudanças de abertura. Mas não ficará a favor dele numa contramarcha.

‘O POVO NÃO ACEITA UM RETROCESSO’

O que ele, jurista experiente, não crê que aconteça:

— Não acredito nesta contramarcha porque os Ministros todos têm se declarado contra. Se houvesse uma tentativa de se cortar esta abertura, seria uma atitude grave e o Governo sabe que tem que representar a maioria participante. E esta maioria está nas ruas, a favor de Tancredo.

Em sua interpretação, emenda do Presidente (foi retirada do Congresso) para evitar a submissão que daria as diretas.

— O temor por eles — afirmou — “mostrou que eles preferem um inócuo a uma derrota”.

Para Afonso Arinos, o segredo do apoio que Tancredo vem recebendo não está em nenhum senso do “novo”. É expulso:

— Com a eleição de Tancredo, não teremos novidade nenhuma. Pelo contrário. Teremos práticas, processos e objetivos de velhos padrões melhorados da democracia representativa. Ele está tendo apoio total dos jovens porque até os jovens estão hoje mais preparados do que nunca para aceitar estes velhos padrões, tendo em vista que os novos fracassaram. O próprio 68 na Europa deixou claro que foi uma grande revolução que não saiu da praça de teatro francês. Estes movimentos não vingaram. A inovação dos estudantes está no estilo de vida, no social, mas não no plano político.

Ainda sobre a candidatura Tancredo, diz que ele se fortaleceu a partir das renúncias de Aurélio e Ulysses Guimarães:

— A desistência deles foi fundamental. Então, certo de que seria dois nomes de importância dentro do Governo de Tancredo. O Ulysses, por exemplo, foi meu colega na Câmara e sei que é um homem íntegro, discreto e desambíguo. Acho que a ele deveria caber o papel de presidir a Constituinte. E era só ele deixar crescer a barba para se transformar em uma espécie de Prudente de Moraes dos nossos dias.

OPINIÕES DO JURISTA

Sobre o candidato Paulo Maluf:

— Conheço pouco este rapaz. Ele veio à minha casa e me fez uma exposição coordenada de sua atuação à frente da Caixa Econômica e do Governo de São Paulo. Considero que ele não é a solução para o País, no momento. A experiência dele é menor que a do Tancredo, que dá maior segurança. Ele não pediu meu apoio e eu não conheço seu programa.

Sobre a revolução de 64:

— Ele cumpriu seu papel qualquer outra revolução mudar o sistema do país, ciclo que começou em 30 e nitidamente com ele. Não há uma parcela civil que em uma transição revolucionária não há segredo para o sucesso. É um processo, um pouco o dom de Deus talvez seja que um deve g outro que de si mesmo.

Sobre o Partido dos Trabalhadores:

— A principal característica do PT é



No quintal da casa de Afonso Arinos, no Dona Mariana, ainda existe uma roda d'água

Fonte: Entrevista a Denise Asis: “Afonso Arinos tem esperança de que o país mude para melhor”. OG. Jornal de Bairro, 02 out. 1984, p.6

Para o conselheiro, a candidatura do já ex-governador de Minas Gerias significava um verdadeiro “consenso nacional”, devendo se “reposicionar na perspectiva do futuro”: “Ela precisa deixar claro que o que há a fazer no futuro é muito mais importante do que rever o passado. O revanchismo pode ser ultrapassado como uma posição realística e que busque corresponder às esperanças nacionais. Esta é uma exigência da pacificação reclamada por todos os que analisam o quadro político com bom senso”⁸⁷⁴. E, ainda: “Para quê apurar culpas e responsabilidades? Isso faz a história, estatutária do passado. Mas a política é vida, não é história.

⁸⁷⁴ JB. Arinos não teme voto e vê Tancredo eleito. 04 nov. 1984, p. 3.

A política não é estatutária do passado, mas parteira do futuro. Não procuremos os culpados, salvemos os inocentes”⁸⁷⁵.

Esse foi um dos pontos mais delicados da costura política realizada por Tancredo Neves. Segundo Silva e Delgado: “Ao montar uma estratégia de alianças políticas para permitir ao país chegar sem traumas maiores e confrontos violentos à fase de transição, Tancredo Neves teve como princípio diretor essencial neutralizar qualquer projeto revanchista em relação aos militares”⁸⁷⁶. Na visão dos mineiros, os militares constituíam parte ativa da história política brasileira, e o principal desafio era criar regras claras para delimitar sua atuação no interior do regime democrático, o que deveria ser feito com cautela e parcimônia.

Figura 56

10 • O PAÍS
A OPINIÃO DE AFONSO ARINOS

Sem atos de exceção, não há revanchismo, e sim Justiça

Sem aplicar métodos de exceção, dispensando até atos do Executivo, é possível, utilizando apenas os instrumentos disponíveis — Congresso e Justiça —, atender à consciência rapadora da opinião pública e evitar a repetição de escândalos de improbidade, sem revanchismo.

Esta é a opinião do jurista Afonso Arinos que, embora admita que o revanchismo sempre existiu no Brasil, diz ter ouvido do candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, a informação de que, se eleito, não assumirá qualquer atitude revanchista.

Uma boa notícia que tive outro dia é a de que certos casos muito provocativos serão entregues a Comissões da Câmara dos Deputados, aos representantes do povo, que vão examinar essas coisas e ver realmente o que houve de verdade — afirma.

Ele entende que o futuro Governo correria um sério risco se decidisse concentrar as atenções do povo nas investigações e lembra que o necessário é ter o apoio popular para os problemas mais imediatos: combate à inflação, ao desemprego, ao custo de vida, “a miséria imensa que está vivendo o povo brasileiro”.

“Criar um órgão de exceção para investigar os desmandos, nem pensar. Afonso Arinos é claro: politicamente eles devem ser entregues ao Congresso e, juridicamente, à Justiça. Como ocorreu nos Estados Unidos quando do processo que resultou na renúncia do Presidente Richard Nixon.

Apesar de contrário a qualquer tipo de revanchismo, o jurista acha que a questão deve ser discutida em meio à sucessão presidencial pois, em sua

opinião, a luta pela sucessão implica um verdadeiro duelo, uma situação de conflito.

Resalta, porém que não se deve fazer nada que aumente as dissensões nacionais:

— Nós só devemos fazer aquilo que contribua para a união nacional, porque só ela poderá beneficiar a solução dos problemas nacionais que estão angustiando o povo.

De acordo com Afonso Arinos, o revanchismo não é novo. Sempre existiu, pois está muito ligado à questão personalista do poder. No Estado moderno significa um processo de luta para a

“A investigação dos desmandos deve ser entregue ao Congresso e à Justiça, que tem poderes suficientes para esclarecê-los”

conquista do poder e para a sua manutenção por uma oligarquia.

No caso brasileiro, segundo o jurista, no início da República, o revanchismo tinha aspectos de violência física:

— Como os partidos eram regionais, até 1900 as lutas locais tinham um caráter extremamente circunscrito, faltava a visão nacional dos problemas, embora fossem mais ou menos os mesmos — explica.

E lembra histórias de violência política ocorridas na República Velha, citando o então Presidente Washington Luís que liquidou na Paraíba todos os Deputados da Aliança Liberal:

— Em Minas Gerais, ele mandou tirar dois Deputados de cada um dos sete distritos eleitorais, inclusive o meu pai, em 1909.

Exemplos da História não faltam e Afonso Arinos deles se serve para afirmar que “a vingança, o ódio e a violência não trarão nenhuma contribuição nova ao estado de espírito necessário para que o Brasil se reconstrua e se reconstrua”.

Fonte: OG. Sem atos de exceção, não há revanchismo, e sim Justiça. 02 dez. 1984, p.10.

Ao longo da campanha que antecedeu a votação no Colégio Eleitoral, foi ficando claro qual o papel de Arinos na Nova República. Até dezembro de 1984, ainda pairavam dúvidas sobre qual seria a fórmula a ser empregada por Tancredo Neves na questão constitucional. Alguns integrantes da Aliança Democrática passaram a alertar para a necessidade de prudência no encaminhamento da questão⁸⁷⁷. A sugestão que ganhou corpo foi a de que a constituinte deveria ser empreendida em 1987, com os parlamentares eleitos em 1986, devendo ser

⁸⁷⁵ FRANCO, 1984b, p. 9.

⁸⁷⁶ SILVA; DELGADO, 1985, p. 41.

⁸⁷⁷ JB. Brossard pede a Tancredo que país em desordem não espera milagres. 21 dez. 1984, p. 2.

precedida pela elaboração de um anteprojeto, a ser redigido por figuras renomadas no direito constitucional brasileiro⁸⁷⁸. A ideia de formação de uma “comissão de notáveis” com a responsabilidade de redigir um pré-projeto constitucional não era nova, sendo, inclusive, sugerida por Paulo Maluf no início da sua campanha.

Logo que começaram as especulações sobre a formação da referida comissão, o nome de Afonso Arinos já era apontado como seu possível presidente⁹⁸⁰. Além de ser figura tarimbada nos debates constitucionais, também apresentava como trunfo o fato de ter realizado, através do INDIPO-FGV, pesquisava que poderia subsidiar a redação do novo projeto constitucional. O próprio Afonso Arinos, ao narrar a história constitucional brasileira, procurou sublinhar que mesmo as constituições democráticas do país foram antecedidas pela elaboração de um anteprojeto por um pequeno número de políticos e juristas, tratando-se de uma tradição do direito constitucional brasileiro⁹⁸¹. Mais tarde, a intitulada Comissão Provisória de Estudos Constitucionais será criticada pelo seu caráter elitista, ao que Arinos responderá que nunca houve Constituição que não fora elaborada pelos melhores representantes das elites ilustradas de um país.

Figura 57

⁸⁷⁸ Carlos Castello Branco. O problema da Constituinte. **JB**. 12 dez. 1984, Coluna do Castello, p. 2; Carlos Castello Branco. Só em 1986 haverá eleição. **JB**. 19 dez. 1984, Coluna do Castello, p. 2. ⁹⁸⁰ **JB**. Constituinte terá seu anteprojeto. 09 dez. 1984, p. 12. ⁹⁸¹ FRANCO, 1981 [1976].



“Nunca, em nenhum país, a Constituição foi feita pelas massas. Centenas de pessoas viajam de avião, mas há um piloto para dirigi-lo”

AFONSO ARINOS

Fonte: **OG**. 11 jun. 1985, p. 4.

Nos meses que antecederam o fim do regime militar, Arinos concedeu várias entrevistas em que se pôs a refletir sobre o significado mais amplo do conceito de democracia e o resultado daquilo que ainda nomeava como “revolução”. Fiel ao seu estilo de oratória e sempre ressaltando sua identidade de convicto democrata, se porta como um professor que ensina aquilo que considera mais básico e fundamental para o novo tempo que estava por emergir.

Parecia compreender a necessidade de assentar os “poucos e imutáveis” princípios que conformam a doutrina democrática, tantas vezes enunciados em livros, conferências e entrevistas, mas muito distantes de se observar na realidade sociopolítica imediata. Naqueles dias, o intelectual mineiro, muito confortável no autoatribuído papel de conselheiro da transição, falava com a tranquilidade de quem, enfim, poderia vislumbrar a chegada de um tempo que estivesse mais próximo do seu ideal de sociedade.

Apresentando um saldo completamente negativo da experiência dos militares no poder, chega a questionar o significado histórico reunido em torno do *slogan* “segurança e desenvolvimento”: “a aplicação desta tese do desenvolvimento e da segurança sem liberdade levou a uma concepção extremamente elitista. Quer dizer de segurança como ordem aparente e de desenvolvimento como sinônimo necessário de grandeza. Ora a ordem aparente não é segurança. A grandeza aparente não é desenvolvimento”⁸⁷⁹. Denunciando a incompetência

⁸⁷⁹ **JB**. Entrevista a Villas-Boas Correia: “O mundo radical não é democrático”. 08 abr. 1984, Caderno Especial, p. 1.

daquilo que agora nomeava por ditadura – que “prende tudo e só libertou a incompetência” –, se permite expressar certa indignação com a conjuntura autoritária do país: “Estamos de saco cheio de intervenção militar, com o autoritarismo do Executivo, com o desprestígio do Congresso, com a corrupção administrativa”⁸⁸⁰.

No dia 16 de janeiro de 1985, o *Jornal do Brasil* publicou um longo suplemento intitulado *Tancredo, a restauração*, em que recolheu depoimento de várias personalidades que se empenharam a refletir sobre a situação política emergente. Afonso Arinos foi um dos consultados e avaliou justamente a diferença entre o que estava se processando naquele instante e o que havia assistido em 1945, quando findou-se o Estado Novo. Segundo o depoente: “A grande diferença entre 45 e hoje é que agora não há intervenção militar. Em 1945 ela foi necessária para compor o quadro. Em 84-85 houve uma espécie de desabamento de todas as barreiras postas pelo continuísmo, pela reação política, pelo autoritarismo”⁸⁸¹.

Saudando o que ocorreu nos meses anteriores, seja na campanha das *Diretas Já*, seja na eleição de Tancredo Neves, Arinos observa que, inesperadamente, “houve uma inundação da praça pública por um sentimento de libertação democrática e de reinvidicação da probidade, da honra. Tudo isso era mais forte que o clamor pelas eleições diretas. Era um grande anseio pela volta da dignidade da política”. Dispondo, como nunca havia feito antes, de um discurso de exaltação da participação popular, reafirma o aspecto pacífico e festivo daquele fenômeno que, aos seus olhos, se revelara inédito na história brasileira: “o mais extraordinário nesse anseio pela volta da dignidade política foi a maneira pela qual a praça de repente ficou inundada pelo povo. Tudo se deu em meio a muita alegria. Não era nada ameaçador, nada rancoroso. Não houve tiroteios, massacres, nem uma batida de automóvel, uma queda de bicicleta [...] Foi tudo uma festa, com muita cantoria, muita alegria”.

⁸⁸⁰ **JB.** Entrevista a Villas-Boas Correia: “Afonso Arinos: os jovens de hoje só não são livres se não quiserem”. 30 nov. 1984, Caderno Jovem, p. 2.

⁸⁸¹ **JB.** Arinos ressalta que o povo se adiantou às elites. 16 jan. 1985, Suplemento “Tancredo, a restauração”, p. 32.

Figura 58



Fonte: **JB**. Arinos ressalta que o povo se adiantou às elites. 16 jan. 1973. Suplemento “Tancredo, a restauração”, p. 32.

Tratava-se, portanto, de um “anseio pela liberação total” que contrastava com o que o país vivenciou em 1945, quando “saímos muito pelas mãos do grupo militar democrático. Agora isto ocorre praticamente sem tutelas. O clamor popular pela redemocratização escapou até do próprio quadro institucional, da política. Nasceu de fontes diretas, independentes de organização”⁸⁸⁵. Ainda em tom exclamativo, o conselheiro sublinha que: “esses últimos 20 anos comprimiram as elites e amadureceram o povo, que tomou a liderança do processo sem que as elites pudessem até mesmo se organizar, quanto mais impedir. A inundação surpreendeu até mesmo a oposição. E o Colégio Eleitoral desapareceu. Passou a ser apenas um microfone”⁸⁸².

Esse, inclusive, é o alerta que o conselheiro fez aos setores mais conservadores da sociedade brasileira:

É preciso que os grupos conservadores brasileiros tenham muita consciência, muito equilíbrio, para canalizar as resistências aos aspectos inevitáveis que a Nova República trará ao progresso social. A situação social é grave. A gestão desse processo num sentido que se componha com o desenvolvimento e com a ampliação das forças

⁸⁸² **JB**. Arinos ressalta que o povo se adiantou às elites. 16 jan. 1985, Suplemento “Tancredo, a restauração”, p. 32.

de produção não pode coincidir com o estancamento das reivindicações justas dos trabalhadores. O que eu tenho medo é de uma atividade conservadora se torne não repressiva – porque não terão forças para a repressão –, mas intransigente, o que poderá criar problemas. Disto eu tenho medo⁸⁸³.

Portanto, nos últimos dias da ditadura, Arinos se põe a refletir sobre a temática que sempre ocupou sua atenção e constitui o cerne do seu conceito de democracia: a relação *povo x elite*. Mesmo apresentando uma visão mais positiva sobre o papel das massas para a história brasileira, Arinos continua a defender que, ao fim e ao cabo, são as elites o verdadeiro sujeito da história do país. Na esteira do golpe de 1964, sobretudo com os artigos publicados no *Jornal do Brasil*, Arinos observava uma novidade: inesperadamente, o povo se mantinha calmo e ordeiro, enquanto os elementos representativos da sociedade brasileira agitavam-se em mesquinhos dissídios, levando o país à fronteira do caos. Nos dias finais da ditadura, o conselheiro afirmaria que o “povo se adiantou às elites” e que os anos autoritários ao mesmo tempo que possibilitaram um gradual amadurecimento popular, enclausuraram as elites, afastando-as ainda mais da sua verdadeira missão histórica.

Porém, esse aparente protagonismo não seria suficiente para a consolidação democrática no país. Ainda restava a arquitetura das instituições políticas e jurídicas, consubstanciadas na elaboração de uma obra constitucional que fosse capaz de incorporar e ordenar as novas “surgências”. Ironicamente, o apelo que o conselheiro faz nos anos finais da ditadura é o mesmo que realizou nos seus primeiros dias: as elites brasileiras precisam compreender seu papel histórico e disso dependeria o sucesso da consolidação democrática.

Também nos últimos dias da ditadura, foi questionado sobre o que faltava para a concretização da democracia no país. Sua resposta foi peremptória: “nada”, pois “o que está havendo hoje, no Brasil, é exatamente a representação política”⁸⁸⁴. Ressaltou, ainda, que “Com a eleição de Tancredo, não teremos novidade nenhuma. Pelo contrário. Teremos práticas, processos e objetivos de velhos padrões melhorados da democracia representativa”⁸⁸⁵. A

⁸⁸³ **JB**. Arinos ressalta que o povo se adiantou às elites. 16 jan. 1985, Suplemento “Tancredo, a restauração”, p.32.

⁸⁸⁴ **JB**. Entrevista a Villas-Boas Correia: “O mundo radical não é democrático”. 08 abr. 1984, Caderno Especial, p. 1.

⁸⁸⁵ **OG**. Entrevista a Denise Asis: “Afonso Arinos tem esperança de que o país mude para melhor”. 02 out. 1984, *Jornal do Bairro*, p. 6.

democracia representativa, portanto, era considerada “a única inovação verdadeiramente determinante do pensamento ocidental no que diz respeito à teoria ou à prática política”⁸⁸⁶.

Tanto a avaliação da relação entre o povo e a elite, quanto a observação de que já se realizara no país os poucos e imutáveis princípios da democracia representativa, integram o escopo do conceito de democracia de Arinos. Revelam também que mesmo contendo algumas sutis mudanças, o que o intelectual e político e mineiro estava a defender para a Nova República era uma antiga compreensão de democracia. Ao afirmar que no Brasil a democracia “esteve muito mais nas preferências populares do que na realidade política. No Império funcionou visivelmente melhor do que na República, embora limitada pelo sistema de escravidão e por outros fatores que concentravam o poder em círculos muito restritos de proprietários rurais e urbanos”⁸⁸⁷, informava sobre o que queria dizer quando falava de democracia, pois no Brasil, ainda que parcialmente, os princípios imutáveis da doutrina democrática já haviam sido experimentados e chegara o momento de consolidá-los em um regime político que fosse capaz de eliminar os erros do passado sem deixar de ressaltar suas virtudes historicamente consagradas.

Em um momento em que se dedicava a definir as bases da sua interpretação sobre os motivos que levaram à erosão do regime constitucional de 1946, Arinos escreveu, em parceria com Jânio Quadros, o livro *História do Povo Brasileiro* (1967). O título da obra, tal como seu conteúdo, revela o que queria dizer quando falava em povo. Arinos tratou de incorporá-lo mais como uma figura retórica do que enquanto verdadeiro sujeito da história brasileira, o que significou uma sutil alteração no sentido atribuído a conceito de povo⁸⁸⁸, uma vez que desde as primeiras décadas da vida pública seu discurso fora marcado por alguma dose de *demofobia*⁸⁸⁹. Porém, tal alteração não deixou de comportar uma notável continuidade: a história do povo brasileiro era a história de suas elites. As classes populares só apareciam como fatores de desestabilização, desordem e anarquia, e a responsabilidade de racionalização das demandas

⁸⁸⁶ JB. Entrevista a Villas-Boas Correia: “O mundo radical não é democrático”. 08 abr. 1984, Caderno Especial, p. 1.

⁸⁸⁷ JB. Entrevista a Villas-Boas Correia: “Afonso Arinos: os jovens de hoje só não são livres se não quiserem”. 30 nov. 1984, Caderno Jovem, p. 2.

⁸⁸⁸ SANTOS, 2006.

⁸⁸⁹ Sobre o conceito de demofobia, especialmente no pensamento oligárquico da Primeira República, Cf.: LYNCH, C.E.C. **Da monarquia à oligarquia**: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930). São Paulo: Alameda, 2014b.

populares por progresso ainda era dos elementos mais representativos da sociedade brasileira, estes que historicamente teriam respondido à altura, costurando acordos políticos e arquitetando instituições que garantiram o progresso social ordenado.

Em *História do Povo Brasileiro* (1967), Arinos continuou a operar a partir de uma antiga divisão na noção de povo, empreendido pelos intelectuais e políticos do século XIX que incorporaram o conceito de democracia ao vocabulário político da época. De acordo com

Lynch: “É fundamental chamar atenção para os limites do conceito liberal de democracia no Brasil, geralmente circunscrita ao espaço senhorial graças a uma distinção implícita no significado da palavra *povo*, empregada tanto como *populis* para se referir à elite, quanto como *plebs* para designar as camadas sociais subalternas”⁸⁹⁰. Ainda conforme o autor:

Eis porque a representação da sociedade brasileira como democrática só fazia sentido para a elite na medida em que reservava para si as referências positivas de povo ou de nação enquanto *populus*. (...) Esta concepção de matriz puramente liberal de democracia, restritiva e elitista (“da gravata lavada”), perduraria no decorrer do século XX, encontrando seu arquétipo no conceito que dela faziam alguns dos quadros mais representativos do principal partido liberal brasileiro durante a Terceira República brasileira: a União Democrática Nacional. De fato, nas obras político-históricas de Afonso Arinos de Melo Franco, como *Um Estadista da República*, a Primeira República emerge como um período de ouro da evolução democrática brasileira, evolução que havia sido impedida ou sabotada, todavia, pela manipulação autoritária e demagógica das massas promovida por Vargas a partir de 1930. (...) Do ponto de vista da literatura liberal, a persistência dessa tradição de pensar a democracia numa dimensão aristocrática tem dificultado a compreensão intelectual do nosso percurso democrático, que deve ser pensado também a partir de sua dimensão social e igualitária, de que ela é inseparável⁸⁹¹

Não sendo possível observar a existência de um regime democrático pelo menos até meados dos anos 1940, poder-se-ia avaliar o lento processo histórico de afirmação dos princípios liberais que teriam concorrido para sua conformação. Arinos reconhece a presença de tais princípios no próprio processo de Independência, seja na representação brasileira junto às Cortes de Lisboa, na formulação da primeira carta constitucional ou mesmo na atuação da Câmara dos Deputados durante todo Império⁸⁹². Porém, desconsidera que os sintagmas “democracia representativa” e “democracia liberal” foram resultado de um processo histórico complexo e que já no século XIX chegaram a ser tidos como inconciliáveis entre si, possuindo uma relação tensa e muitas vezes autoexcludente⁸⁹³.

⁸⁹⁰ LYNCH, 2011, p. 375-376.

⁸⁹¹ *Ibid.*, p. 384-385.

⁸⁹² FRANCO, 1976.

⁸⁹³ CAETANO, 2014.

Mas isso não era realizado despropositadamente. A naturalização dos conceitos “democracia representativa” e “democracia liberal” era resultado de uma leitura histórica bem precisa, cujas referências filosóficas destacadas continham em si uma forma de observar o significado de democracia, na maioria das vezes mobilizado para domesticar o conteúdo

igualitário de tal conceito⁸⁹⁴. Por exemplo, quando, na altura do debate sobre a tese da *Constituinte Instituída*, foi acusado por Miguel Reale de expressar um “iluminismo filosófico”, romântico, sem realismo objetivo, a sua resposta foi a de que a tradição jurídica brasileira era anti-iluminista, sendo menos influenciada pelo pensamento de Rousseau, do que por nomes como o Abade Sieyès, Edmund Burke e Benjamin Constant⁸⁹⁵. Admirador da obra dos federalistas, responsáveis pela definição da ideia de representação como um sistema aristocrático eletivo ou enquanto sinónimo de governo de elite com algum consenso popular⁸⁹⁶, Arinos mobilizava justamente o discurso político das elites imperiais que outrora defendiam a impossibilidade da existência da democracia no país⁸⁹⁷.

Sobre os pensadores citados, Rosanvallon afirma que o governo representativo reivindicado por Sieyès não se confunde com a democracia, jamais pensado como regime político da modernidade, permanecendo “uma palavra incômoda”. Entre os federalistas, a história da palavra democracia apresentou traços análogos: “Pode-se dizer que o termo democracia serve de florete para os pais fundadores, sendo responsável por todos os males e os desvios políticos que eles queriam metodicamente evitar [...] Em 1787, os constituintes da Filadélfia se identificavam muito bem com a opinião de Edmund Burke, que estimava que ‘uma democracia perfeita é a coisa mais vergonhosa do mundo’”⁸⁹⁸.

⁸⁹⁴ Um exemplo ilustrativo disso: quando trata, em *História da Câmara dos Deputados: Síntese Histórica* (1976), da conciliação promovida pelo Marquês de Paraná, afirma que a política de conciliação ressaltou a representação, possibilitando a existência de um liberalismo democrático e evitando a radicalização socialista, já ensaiada com a Revolução Praieira.

⁸⁹⁵ Afonso Arinos de Melo Franco. A hora é da constituinte. **JB**. 19 dez. 1982, Caderno Especial, p. 6.

⁸⁹⁶ CINTRA, 2013.

⁸⁹⁷ LYNCH, 2011.

⁸⁹⁸ ROSANVALLON, P. O universalismo democrático: História e problemas. In: MAGNELLI, A.R.P.; CAMPOS, S. L. S.; SILVA, F. M. G. (org.). **Uma democracia (in)acabada**: Quadros e bordas da soberania do povo com Pierre Rosanvallon. Rio de Janeiro: Ateliê das Humanidades, 2019, p. 138.

Arinos tratou de recortar justamente a atenuação aristocrática e elitista da noção de governo popular, despida de sua radicalidade e acentuada em seus aspectos moderados⁸⁹⁹. Ao mesmo tempo que exaltava a ideia de povo enquanto *populus*, devidamente incorporado pelos critérios de inclusão da cidadania política da época, silenciava ou minimizava a exclusão política, social e civil da *plebs*, desconsiderando os impactos negativos do sistema escravocrata para a afirmação dos direitos de cidadania no país⁹⁰⁰.

Dessa maneira, quando analisou a história da ideia democrática no Brasil, ressaltando o sistema representativo imperial e os princípios liberais expressos pelos estadistas da época,

naturalizando a ampla exclusão dos direitos de cidadania da maior parte da população e desconsiderando o tema da escravidão como elemento central para avaliação da ordem política e social brasileira, Arinos continuou a operar a partir do que Sérgio Adorno chamou de “dilema democrático” do liberalismo brasileiro. De acordo com o autor: “A partir da formação do Estado Nacional, o liberalismo brasileiro pôs a nu seu caráter essencialmente instrumental, promovendo uma demarcada dissociação entre seus princípios e os princípios democráticos”⁹⁰¹.

Porém, mesmo continuando a defender os princípios liberais da democracia representativa, Arinos não deixou de fornecer uma leitura crítica do seu desenvolvimento histórico no país. Mas o espaço de experiência a ser avaliado é outro: a história da República brasileira. Enquanto apresenta uma leitura idealizada do período imperial, recolhendo os exemplos tidos como fundamentais para a promoção de uma pedagogia cívica, de modo a reforçar uma tradição que teria tido o mérito de garantir a unidade nacional e estruturar o Estado brasileiro, na discussão sobre a experiência republicana se permite avaliar os seus limites e contradições.

Nesse aspecto, as sutis alterações no seu discurso público operado desde o final dos anos 1950, agravadas com a instauração da ditadura militar, forneceram elementos para uma avaliação crítica da experiência republicana brasileira e seu permanente desencontro com o ideal democrático. Com a conversão ao parlamentarismo e mediante a percepção de que as elites nacionais estavam a negar sua tradição de ordem e progresso, Arinos tenta esclarecer quais os obstáculos institucionais, morais e políticos para a plena realização democrática no país.

⁸⁹⁹ CAETANO, 2014.

⁹⁰⁰ CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo percurso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁹⁰¹ ADORNO, 1988, p. 47.

Já nos artigos publicados nos *Jornal do Brasil* e, sobretudo, em *História do Povo Brasileiro* (1967), é possível perceber como o autor observava a problemática democrática na experiência republicana brasileira. Sobre a Primeira República, elogia a Constituição de 1891, que teria honrado “nossas tradições”, embora tenha aproximado o país do presidencialismo latino-americano, uma vez que sem o poder transformador do judiciário norte-americano, configurou um sistema mais propício a reformas profundas e efêmeras, impactadas por processos revolucionários. Do ponto de vista democrático, mesmo com alguns avanços institucionais, o problema mais grave foi a incapacidade do regime de transformar a oposição

em governo, configurando um sistema que marginalizava as minorias, o que criou as condições para o seu “declínio”.

O tema fundamental orbitava em torno da relação *democracia x revolução*. Partindo de uma compreensão de revolução que remonta ao pensamento de direita dos anos 1920 e 1930⁹⁰², Arinos tentava dar uma nova coloração ao debate. Na sua visão, a Revolução de 1930 tentou reunir os dois impulsos que historicamente haviam se desencontrado no país: a *democracia política* e a *democracia social*. A história contemporânea brasileira movimentou-se pendularmente entre tais modelos, que poderiam ser definidos a partir da díade *ordem x progresso*. Já entre 1930 e 1934, ocorreu um embate entre a corrente reformista, que defendia a existência de uma ditadura como meio para se alcançar o progresso social, e a corrente conservadora, que propugnava as reformas no interior de um quadro institucional estável e com a manutenção das instituições liberais clássicas.

Esse desencontro entre *democracia política* e *democracia social* teria permanecido durante a República de 1946, agravada pelo modelo presidencialista, cujo processo eleitoral se assentou em um eleitorado semianalfabeto, sensível à propaganda demagógica e a promessas impossíveis de serem cumpridas, o que era intensificado com a fragmentação partidária e com o sistema proporcional, que combinados geraram a situação do presidente ser eleito sem que tivesse condições políticas para implementação do programa vencido nas urnas, pavimentando o caminho da corrupção administrativa e da instabilidade política.

Teria sido o colapso desse sistema, por suas próprias contradições, que permitiu a chegada dos militares ao poder. Porém, mais uma vez, a emergência de um regime autoritário, instaurado

⁹⁰² CUNHA, 2018.

em nome da democracia, não foi capaz de resolver o dilema *democracia social x democracia política*. Pelo contrário, já nos primeiros meses após o golpe de 1964, com o afastamento daqueles que Arinos considerava os elementos democráticos da revolução, o que teria ocorrido foi um aprofundamento do dissídio entre o regime de ordem jurídica, que resguardava as liberdades democráticas, e a necessidade de promoção de um progresso social, mesmo que suave e moderado. Embora percebesse na ação de Castelo Branco uma tentativa malsucedida de preservar as instituições liberais, o curso do processo revolucionário tendeu para uma solução autoritária, inclusive com uma política econômica que agravou as contradições sociais existentes, ao mesmo tempo em que a ordem jurídica democrática não foi devidamente preservada.

Arinos parecia muito confortável com a *transição por transação* que estava se assistindo. Se o povo havia se adiantado às elites no processo de redemocratização, ainda o desafio fundamental, o da reconstrução institucional brasileira, seria dado pelos “elementos representativos da sociedade brasileira”. Criar partidos políticos fortes e estabelecer um processo constituinte equilibrado, operado pelos legítimos representantes da sociedade brasileira, ainda era o passo fundamental a ser realizado. Não à toa, a ideia de uma “comissão dos notáveis”, responsável por escrever um anteprojeto constitucional, parecia ser o caminho mais adequado para a consolidação democrática no Brasil.

No alvorecer da Nova República, Arinos propugnava uma antiga concepção de democracia, agora colorida com roupagens mais modernas e progressistas, mas ainda com um conteúdo profundamente aristocrático e nomeadamente conservador. Nada mais simbólico. Uma Nova República que deveria ser capaz de consolidar uma antiga forma de democracia. Mestre da retórica e da oratória, as palavras, mesmo que gastas pelos diferentes usos, ainda comportavam um significado preciso. Quando afirmou já existir plenamente a democracia representativa no país, empreendida mais por força do povo do que pela capacidade das elites, o que estava tentando fazer, mais uma vez, era domesticar o potencial igualitário de tal conceito⁹⁰³, mal disfarçando as máscaras institucionais do seu liberalismo oligárquico⁹⁰⁴.

⁹⁰³ MIGUEL, L. F. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento contemporâneo. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 3, p. 483-511, 2002.

⁹⁰⁴ SANTOS, W. G. **Retorno**: Máscaras institucionais do liberalismo oligárquico. Rio de Janeiro: Ed. Opera Nostra, 1994. A tensão entre uma retórica democrática, que defendia a expansão dos direitos de cidadania, e uma visão oligárquica, que buscava controlar a amplitude da democratização através da conformação de instituições políticas tidas como representativas, ficará mais explícita nos próximos anos, sobretudo na defesa que empreendeu do parlamentarismo no âmbito da Constituinte e, anteriormente, na Comissão dos Notáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 29 de agosto de 1990, as páginas dos principais jornais brasileiros noticiaram a morte de Afonso Arinos de Melo Franco, aos 84 anos de idade. Como de praxe, os relatos fúnebres procuraram fixar a imagem derradeira do “homem que simbolizada a lei e a história”⁹⁰⁵, do “do homem que pensava”⁹⁰⁶, do “aristocrata dividido entre os livros e a política”⁹⁰⁷, do sábio respeitado e admirado até mesmo por seus adversários, cuja vida pública teve na moderação sua principal marca⁹⁰⁸. De acordo com Franco Montoro: “Afonso Arinos foi um exemplo de homem público. Defensor intransigente da democracia e dos direitos da pessoa humana”⁹⁰⁹.

Mas os próprios depoimentos que acompanharam a notícia do seu falecimento não foram consensuais em relação à natureza do seu posicionamento político. Ora celebrado como “praticante do credo liberal”⁹¹⁰, ora denunciado como “elitista e conservador”⁹¹¹; para alguns um social-democrata sensível às causas sociais⁹¹², para outros um verdadeiro representante da

Concordo com Santos (1994) que o debate sobre *oligarquia x democracia* é tão importante quanto a discussão sobre *democracia x autoritarismo*, embora menos comentada.

⁹⁰⁵ **JB**. Editorial: “O homem que simbolizada a lei e a história”. 29 ago. 1990, p. 4.

⁹⁰⁶ Villas-Bôas Correia. Um homem que pensava. **JB**. 29 ago.1990, p. 10

⁹⁰⁷ Sérgio Sá Leitão. Um aristocrata dividido entre os livros e a política. **JB**. 29 ago. 1990, p. 5.

⁹⁰⁸ Marcos de Castro. Uma vida pública com a moderação como maior marca. **JB**. 29 ago.1990, p. 4.

⁹⁰⁹ André Franco Montoro. **OG**. 29 ago. 1990, p. 4.

⁹¹⁰ Fernando Henrique Cardoso. Afonso Arinos. **FSP**. 30 ago. 1990, p. 2.

⁹¹¹ Maria Vitória Benevides. **FSP**. 29 ago. 1990, p. 2.

⁹¹² Carlos Castello Branco. O desaparecimento de um grande brasileiro. **JB**. Coluna do Castello, 29 ago. 1990, p. 4.

“tradição brasileira de modernização conservadora”⁹¹³. Outras imagens, contudo, são menos contraditórias, porque firmadas sobre algumas das suas ações mais conhecidas, como a do líder udenista e opositor ferrenho de Vargas, a do incansável defensor do parlamentarismo e a do excelente orador, talvez o último da estirpe de políticos que via no uso da palavra o instrumento mais poderoso da luta política¹⁰¹⁸.

As diferentes imagens elaboradas sobre Arinos na altura de sua morte são resultado de uma vida pública polêmica, multifacetada e longa. Sobretudo nos relatos laudatórios, observa-se a coerência com a imagem que Arinos fazia de si. Não foram, portanto, erigidas em torno de alguém que se descuidou da forma como os outros o observavam, mas são consequência de uma prática consistente de afirmação e difusão de uma memória autobiográfica. Tal atividade, desenvolvida com afincamento e dedicação durante mais de cinco

décadas de vida pública, a julgar pelos escritos elaborados em sua homenagem, teve alto grau de eficácia, o que não significa que foi imune a tensões.

Embora tenha sido crescente o interesse pela sua vida e obra, sua performance ao longo da ditadura ainda permanece no campo do não dito, permeada ora por um silêncio conveniente ora por algum tipo de narrativa estrategicamente erigida no sentido de minimizar as relações ambivalentes nutridas com o regime ditatorial. Porém, ao se olhar mais de perto o conjunto de fontes oriundas desse período, o que se nota é uma atuação pública complexa. Esse é um aspecto que parece pôr em questão os diversos relatos laudatórios elaborados sobre Arinos. O desempenho público de tal personagem não foi marcado pela coerência e linearidade. O intelectual e político fez de suas próprias ambiguidades instrumento de ação, o que foi útil em um momento marcado pela imprevisibilidade.

Apesar de perseguir a monumentalização de uma autoimagem sem rasuras, as próprias contingências históricas o desafiaram a se equilibrar entre um tipo de conduta que exigia de si certa fluidez e plasticidade e a elaboração de uma escrita de si que perseguia o ideal de coerência e coesão. Nesse sentido, a experiência ditatorial foi um marco decisivo na sua vida pública, não apenas por interromper uma experiência parlamentar que já durava mais de duas décadas, mas, sobretudo, por desnudar os limites e contradições do seu conceito de democracia.

⁹¹³ Marcio Moreira Alves. Afonso Arinos: lembrança. **JB**. 29 ago. 1990, p. 11. ¹⁰¹⁸ José Sarney. **FSP**. 29 ago. 1990, p. 2.

Quando se avalia o conjunto da obra de Afonso Arinos percebe-se que grande parte fora construída ao longo da ditadura militar, o que contrasta com a ausência de uma avaliação sistemática. Naquele momento, não apenas continuou a redação e publicação dos seus livros de memórias, como escreveu ensaios de interpretação, obras dedicadas à avaliação da história, da política e do direito. Ainda nos primeiros anos da ditadura, enquanto ainda ocupava a cadeira no Senado Federal, participou ativamente das principais discussões do período, tendo papel de destaque na elaboração da Constituição de 1967. Mais adiante, circulou por diferentes instituições culturais e espaços de sociabilidades intelectuais, além de ter consistente inserção nos veículos de imprensa. Ao contrário do que mais tarde sustentaria, esteve longe de vivenciar um completo ostracismo. Sua atuação pública ao longo dos mais de vinte anos de ditadura, foi ao mesmo tempo sinuosa e ambivalente, em muitos momentos adotando um silêncio oportuno, às vezes demonstrando um desconforto com a situação autoritária, em outras ocasiões veiculando um discurso otimista quanto ao futuro da democracia no país.

A temática central dos seus textos de interpretação, livros de memórias e discursos públicos com ampla cobertura da imprensa, continuou a orbitar em torno da problemática da democracia. Esta foi tanto princípio de coerência de uma memória autobiográfica cuidadosamente erigida, objeto de interpretação que demandou um consistente esforço intelectual, e instrumento de combate no campo político. Sabedor da alta carga polissêmica de tal conceito, nunca deixou de mobilizá-lo nos embates normativos de que fora participante ativo.

Ao longo de toda ditadura cruzaram-se a defesa de um significado preciso de democracia com diversos usos (e abusos) desse conceito, o que demonstra ao mesmo tempo elementos de continuidade em relação a uma antiga compreensão de democracia, oriunda da *cultura política liberal-conservadora* de que foi um dos mais destacados intérpretes, difusores e mediadores, com nuances e variações significativas empreendidas em respostas às diferentes conjunturas que conformaram o período ditatorial.

Se a percepção aristocrática de que os verdadeiros sujeitos da democracia são as elites ilustradas continuou permeando seu discurso público, isso não significou a ausência de algumas variações importantes, temperadas ao sabor dos ventos da conjuntura. Por exemplo, nos anos que se seguiram à sua saída do parlamento não veiculou um discurso abertamente crítico dos rumos autoritários tomados, a não ser no que tange ao debate constitucional. Como norma, adotou um silêncio oportuno, só interrompido quando fez alguma manifestação de apoio ao regime, chegando a ensaiar uma nova conceitualização do termo, nomeada de “Democracia

Estatizante”.

Observando o relativo sucesso do governo militar na área econômica, chegou a afirmar que a democracia liberal, tal como conhecida no ocidente, estava sendo substituída por um modelo menos individualista, com a diminuição dos direitos liberais clássicos em detrimento de uma perspectiva mais social e humanista. O maior obstáculo democrático em países como o Brasil se daria no âmbito do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, entre 1967 e 1974, a característica fundamental do discurso pretensamente democrático de Arinos é a ambiguidade: às vezes parecia defender a perenidade e universalidade da visão liberal de democracia, em outros momentos parecia questioná-la; em algumas ocasiões criticava o regime por ter se distanciado das “inclinações democráticas originais”, mas também ressaltava a vocação democrática das Forças Armadas e dos avanços econômicos alcançados pelo regime.

Desde o início da abertura, Arinos redobrou suas apostas para se firmar enquanto o melhor exemplo de democrata-liberal. Os jornais de grande circulação nacional foram os espaços propícios para tal empreitada ao concederem amplo espaço a cada uma de suas obras publicadas, discursos proferidos ou entrevistas e depoimentos ofertados. Mas também no interior da sua obra autobiográfica, voltada para fixação da imagem de si a ser legada para a posteridade, imprime algumas sutis alterações. Em *Alto-mar, maralto* (1976) e *Diário de bolso* (1979), radicaliza a tendência apresentada em *Planalto* (1968): difunde a autoimagem de um homem lançado ao ostracismo pela incompatibilidade com o autoritarismo. Sua presença pública é notada apenas quando faz algum discurso moderado de contestação do arbítrio, reproduzindo a imagem de um intelectual que, orgulhoso de suas ideias e derrotado no campo da política, se recolhera em sua famosa biblioteca, detendo-se na verdadeira vocação intelectual. Enquanto registro de época, habilmente, os textos autobiográficos costuraram sua própria história pessoal à história da democracia no Brasil. Se despediu da vida pública assim que a democracia deixou de ocupar um lugar no horizonte de expectativa, já quando o tema da redemocratização voltou à baila, retornou ao debate nacional.

A *seletividade da memória* construída de si ficaria ainda mais explícita nas coletâneas de textos publicadas na passagem da década de 1970 para a década de 1980. Em *O som do outro sino: um breviário liberal* (1978) e *Política e Direito* (1981), coletâneas cujos escritos foram criteriosamente selecionados, Arinos apresenta sua luta em favor da democracia e do liberalismo não mais por meio do registro íntimo, mas através da republicação de textos originalmente publicados no decorrer das várias décadas de vida pública, deixando de fora do enquadramento aqueles mais polêmicos, que poderiam soar contraditórios com a imagem de si

que buscava projetar. Livros como *Afonso Arinos na UnB* (1981) e *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos* (1983) continuam a promover uma memória individual que se queria representativa das aspirações democráticas da melhor elite nacional. Mesmo temas mais capciosos, problemáticos do ponto de vista da autoimagem de democrata-liberal, eram devidamente justificados e contextualizados. Nessa empreitada, Arinos não esteve sozinho. Contou com a contribuição de jornalistas, intelectuais, políticos e instituições de sociabilidades intelectuais que viam nele a personificação do democrata moderno.

Durante todo o processo de transição, Arinos foi chamado a opinar sobre os principais problemas nacionais. É possível deduzir do conjunto de fontes consultadas que observou, no chamado do governo à imaginação criadora, uma oportunidade de voltar ao primeiro plano do debate nacional. Para se fazer ouvido, mobilizou seus contatos na imprensa, na classe política e nos espaços e nas instituições culturais por onde circulava. Utilizou todo seu repertório cultural, lançando mão, inclusive, de malabarismos retóricos para tornar coerente ideias notadamente ambíguas: defendeu o projeto de distensão controlada do governo ao mesmo tempo que criticava elementos institucionais do regime; compreendeu que, embora houvesse algum espaço para se elaborar fórmulas jurídicas capazes de levar o país à redemocratização, isso só poderia ocorrer a partir de uma postura não rebelde nem contestatória; retomou da cultura política liberal-conservadora o argumento de que só poderia haver transição com a conciliação entre Estado e nação; retirou das experiências internacionais o aprendizado de que seria impossível a redemocratização sem que desse processo participassem ativamente as Forças Armadas, mesmo que a realidade interna indicasse o contrário; anunciou, diferentemente da retórica oficial, que não há “Democracia Relativa”, mas, assim como o governo, defendeu a existência de uma periodização de implantação dos princípios democráticos por meio de reformas paulatinas e gradualistas.

Forjou, por fim, toda uma coreografia de sua autorrepresentação pública, a partir uma *identidade estratégica* que lhe permitiu ao mesmo tempo manter um diálogo aberto com o governo e suas lideranças mais proeminentes sem, contudo, comprometer a autoimagem de fiel defensor das liberdades democráticas. O tom do seu discurso público, veiculado na forma de conselhos ao mesmo tempo moderados e realistas, somou-se a uma temática privilegiada (a transição) e a uma instância de publicização preferencial (a imprensa). Mesmo sem o dizer claramente, comportou-se como um conselheiro, experiente e sábio, sempre disposto a mediar os conflitos e apresentar soluções conciliatórias, dirigindo-se à opinião pública nacional, às elites políticas e intelectuais e ao governo. A eficácia dessa estratégia pode ser auferida nos

anos finais do governo Geisel, quando passou a ser consultado sobre as reformas institucionais e recebeu o candidato oficial e futuro presidente na sua residência, dedicando-lhe apoio e conselhos, devidamente registrados pelo olhar atento da imprensa.

Ao longo do governo Figueiredo, por outro lado, se movimentou de maneira mais autônoma, propondo, ao seu estilo, a fórmula considerada ideal para a consolidação democrática no país. Na defesa da *Constituinte Instituída*, não apenas anunciou que o principal desafio era a elaboração de uma verdadeira constituição democrática, recompondo o país com suas tradições e lançando as bases do desenvolvimento futuro, como também definiu o principal sujeito do amplo pacto político almejado, reclamando o protagonismo do Congresso Nacional, instituição brasileira que mesmo sob o regime ditatorial teria mantido sua legitimidade democrática.

Procurou intervir no debate público e nas políticas de Estado. Se postou como os estadistas tantas vezes homenageados: articulador político e arquiteto das instituições nacionais. Nos anos finais da ditadura, entretanto, apresentou-se como um *intelectual experto*, detentor de saberes práticos e teóricos, políticos, históricos e jurídicos, que o habilitavam a oferecer uma opinião qualificada sobre as *aspirações nacionais* e a melhor forma de tornar o país uma verdadeira democracia. Mais uma vez suas propostas não tiveram o êxito imediato alcançado, mas garantiram-lhe lugar cativo em meio às articulações de bastidores que acompanharam a formação da *Aliança Democrática*. Se aproximou de Tancredo Neves, dedicando-lhe saudações e manifestações públicas de apreço, chegando a sugerir o nome do novo tempo que estava por emergir, prontamente difundida pelo presidenciável mineiro que o batizou de Nova República.

Procurou resguardar, nos dias finais da ditadura, seu próprio lugar na ordem política emergente. Como legítimo representante daquilo que considerava ser a tradição jurídica brasileira, se apresentava como nome incontornável em matéria constitucional. As duas teses que defendeu com consistência e dedicação durante a transição foram novamente difundidas no início da Nova República: a defesa da formação de uma espécie de comissão de notáveis, que escreveria um pré-projeto constitucional e embasaria a Constituinte Congressual a ser instalada posteriormente; e a tese parlamentarista, que arregimentou apoio e promoveu calorosos debates.

Como conciliar a defesa dos princípios liberais e democráticos com a existência de um regime autoritário que chegou a dedicar apoio e conferir legitimidade? Como continuar se afirmando como exemplo de estadista democrático depois de ter apoiado o golpe que extinguiu o regime constitucional do qual fora um dos principais artífices? A possível acusação de que se tratava de um caso exemplar de *autoritarismo instrumental* foi contrabalanceada por diferentes

estratégias de memória e de inserção no debate público. Se seus dias eram imprevisíveis, estava atento às oportunidades que se apresentavam, foi assim que aproveitou o processo de transição lento e gradual para se projetar como um conselheiro da transição, um modelo de democrata liberal capaz de indicar os caminhos para a instauração da democracia no país.

Restou-lhe, porém, definir qual democracia a ser instaurada. Nesse sentido, agiu para domesticar o conceito. Não deixa de ser curioso que se despediu da vida com uma imagem bem mais progressista do que sua atuação pretérita poderia supor. Possivelmente, os cinco anos que separam a saída dos militares do poder e sua morte foram decisivos para isso: a atuação à frente da Comissão dos Notáveis que inicialmente despertou desconfiança entre as forças progressistas, mas cujos trabalhos possibilitaram uma inédita participação popular em matéria de elaboração constitucional, levantando resistências dos setores conservadores⁹¹⁴; a defesa do

voto do analfabeto no processo constituinte; e a entrada para os quadros do PSDB, partido mais à esquerda de sua longa e tortuosa experiência política. Esses pontos merecem melhor investigação, ainda mais por terem sido empreendidos em um momento decisivo, em que se disputava os limites e alcances democratizantes da Nova República⁹¹⁵. Porém, é possível supor que Arinos defendia a consolidação de uma espécie de conservadorismo em chave democrática⁹¹⁶, despido dos erros do passado, atento às *surgências* do presente e fiel a uma visão de futuro pautada pela ideia de *progresso conservador*, capaz de garantir algumas mudanças pontuais, sobretudo em matéria institucional, ao mesmo tempo em que buscava preservar os elementos tidos como essenciais da ordem política e social vigente.

Por fim, para encerrar essas já longas considerações finais, gostaria de evocar uma citação que esteve na origem do meu *interesse* pelo estudo da trajetória pública de Afonso Arinos.

⁹¹⁴ No contexto do debate constitucional levantado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, algumas vozes conservadoras se levantaram contra os rumos mais progressistas tomados pela comissão, caso exemplar é o livro: PRADO, N. **O notável erro dos notáveis**. Da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Rio de Janeiro: Forense, 1987. O período pré-constituente, o papel de Arinos e a Comissão dos Notáveis ainda carecem de reflexão mais acurada, sobretudo pela tensão entre uma perspectiva elitista e a crescente

⁹¹⁵ Já nos primeiros anos, o termo Nova República foi matéria de discussão, levado a cabo sobretudo pela Ciência Política, uma boa coletânea de textos, que buscam avaliar as suas continuidades e mudanças, encontra-se em: CAMARGO, A.; DINIZ, E. (org.). **Continuidade e mudança na Nova República**. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1989. A percepção é de que os historiadores ainda engatinham na discussão dessa temporalidade, concentrando seus esforços até a fronteira da Ditadura Militar. Uma coletânea de textos que permite observar a fecundidade do estudo do período que se iniciou com o fim da ditadura, é: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (org.). **O Brasil Republicano (V. 5)**. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Quinta República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

⁹¹⁶ NOBRE, M. Conservadorismo em chave democrática. In: ALONSO, A.; DOLHNIKOFF, M. (org.). **1964: do golpe à democracia**. São Paulo: Hedra, 2015, p. 247-266.

Trata-se de um trecho do livro de ensaios do historiador italiano Carlo Ginzburg, intitulado *Medo, reverência e terror: quatro ensaios de iconografia política* (2014):

Às vezes é preciso se subtrair ao rumor, o rumor incessante das notícias que nos chegam de toda parte. Para compreender o presente, devemos aprender a olhá-lo de esgoela [...] devemos aprender a olhar o presente à distância, como se o víssemos através de uma luneta invertida. No final, a atualidade surgirá de novo, porém num contexto diferente, inesperado⁹¹⁷.

O título da obra me despertou atenção, mas suas linhas iniciais me alertaram para a forma de como deveria proceder aquela *carência de orientação temporal* que estava a experimentar⁹¹⁸. O ano era 2018, e vivíamos a ressaca de uma derrota histórica, que não se restringia à derrota eleitoral, mas de toda uma compreensão de mundo assentada em princípios humanísticos e democráticos. Como bem sintetizado por um filme que seria lançado

participação popular. Sobre esse último ponto, um trabalho relevante é: VERSIANI, M. H. **Linguagens da cidadania**: os brasileiros escrevem para a constituinte de 1987/1988. Tese (Doutorado em História, política e bens culturais). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2013.

posteriormente, a democracia no Brasil estava em vertigem⁹¹⁹. Curioso, no entanto, que de uma hora para outra todos estavam falando em democracia, em defesa do Estado de Direito, no risco para os Direitos Humanos etc. Aquela palavra, que até então parecia autoevidente, ganhara uma nova coloração, revestida com ares de dramaticidade. Cheguei a ser positivamente constrangido por um aluno que me inquiriu: “Professor, afinal de contas, o que é democracia?”⁹²⁰. Com o texto de Ginzburg acabei por perceber que para responder tal questão era necessário me “subtrair ao rumor incessante que chega de toda parte” e tentar, mesmo que parcialmente, “olhar o presente de esgoela”.

Quando propus minha candidatura ao programa de Doutorado em História na Universidade de Lisboa, o fiz tanto como uma fuga quase que desesperada de uma realidade

⁹¹⁷ GINZBURG, C. **Medo, reverência e terror**: quatro ensaios de iconografia política. São Paulo: Cia. Das Letras, 2014, p. 13.

⁹¹⁸ As noções de *interesse* e *carência de orientação temporal*, retiro das reflexões teóricas contidas em: RÜSEN, J. **Razão histórica**: teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

⁹¹⁹ O filme referido é o documentário *Democracia em Vertigem*, dirigido por Petra Costa, lançado em 2019. Outro filme do mesmo ano, que também apreende o clima da época, embora através da representação fictícia, é *Bacurau*, do diretor brasileiro Kléber Mendonça Filho. Assisti a ambos, com apreensão e esperança, em Lisboa.

⁹²⁰ Tal percepção já vinha de antes, pelo menos desde 2016, com o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff. Naquele momento me deparei com o livro: MATTOS, H.; MARRIGONIAN, B. G.; BESSONE, T.(orgs). **Historiadores pela democracia**: o golpe de 2016: a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016. Embora concordasse com os termos das denúncias realizadas pelos autores dos textos que compõem a coletânea, percebi uma fragilidade no que se refere à definição do significado de democracia, o que me despertou a percepção da necessidade de seu estudo.

que me parecia ameaçadora, quanto na direção de um encontro com um conhecimento histórico capaz de atenuar minhas próprias inquietações. Estava decidido a olhar o Brasil de fora, mesmo que apenas espacialmente, já que todos meus anseios, expectativas e esperanças ainda se encontravam do outro lado do oceano. A ideia inicial era investigar a história do conceito de democracia no Brasil, suas disputas, usos e significações. A temporalidade escolhida era aquela da nossa “última catástrofe”⁹²¹. Planejava construir o projeto de tese ao longo das disciplinas, ao mesmo tempo que iria acumulando leituras e debates sobre temas variados. Não poderia esperar, contudo, que minha experiência em Lisboa fosse abortada por uma crise epidemiológica que havia mais de um século não experimentávamos.

O encontro com a figura de Afonso Arinos não deixou de ser fortuito, provocado por uma espécie de acaso induzido. No semestre interrompido pela pandemia fui relendo os clássicos da historiografia política brasileira, além de textos que remetiam à existência de um pensamento conservador em suas interfaces com a problemática democrática. À medida que a leitura ia avançando, comecei a perceber referências esparsas ao nome do intelectual e político mineiro. Além de observar que pouco se comentou a respeito de sua atuação pública ao longo da ditadura militar, o que me chamou mais atenção foi seu insistente esforço em se afirmar um convicto

democrata, mesmo depois de ter apoiado o golpe que interrompeu o regime do qual fora um dos mais destacados artífices. Notei que a história do conceito de democracia que eu estudaria era a história dos seus usos e abusos e que o estudo de uma trajetória individual permeada de polêmicas, cuja linha temporal se estendeu por mais de cinco décadas, poderia ser uma forma de compreender o tempo presente e seus dilemas através do olhar de alguém que tanto buscou se afirmar como um amante da democracia, quando chegou a ser um dos seus detratores⁹²².

Para além de contribuir com a historiografia da ditadura, com a literatura sobre o pensamento conservador e de direita, ou mesmo com a fortuna crítica de uma personalidade central para história do país, a presente tese é uma tentativa, mesmo que parcial e introdutória, de observar os dilemas e vicissitudes do conceito de democracia no Brasil. Em um tempo fortemente marcado pelo *presentismo*⁹²³, olhar o presente de esgoela e compreender os vínculos misteriosos que ligam os nossos dias aos dos que nos antecederam, ainda é uma forma de

⁹²¹ ROUSSO, H. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

⁹²² Uma leitura relevante, que me fez perceber a importância de estudar a democracia através do olhar dos seus *inimigos íntimos*, é: TODOROV, T. **Os inimigos íntimos da democracia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

⁹²³ HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiência no tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

observar a atualidade de maneira diferente, de compreender seus dilemas, mas também de indicar algumas possíveis saídas ou mesmo de orientar a ação política e intelectual.

Por fim, por compreendermos que a democracia é um conceito em permanente disputa – cujo aparente consenso esconde inúmeros dissensos e confusões, levando a um cegamento sobre si⁹²⁴ –, reafirmar um sentido igualitário, que tenha no centro os objetivos de promoção da justiça social e da afirmação dos Direitos Humanos, que respeite e valorize a pluralidade e diversidade cultural e que permita a construção de uma cidadania plena, ativa, com maior participação social, sem desrespeitar os direitos das minorias, parece ser um imperativo ético do historiador no tempo presente.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

- LIVROS, ARTIGOS E DISCURSOS DE ARINOS

FRANCO, A. A. M. **Homens e temas do Brasil**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944.

FRANCO, A. A. M. **Um estadista da república**: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

FRANCO, A. A. M. **Evolução da crise brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FRANCO, A. A. M; QUADROS, J. **História do Povo Brasileiro**. v. 1. 2.ed.. São Paulo: J. Quadros Editores Culturais S. A, 1968 [1967].

⁹²⁴ Constatação feita por alguns teóricos da democracia, em especial Pierre Rosanvallon (2019). Parece instigante a crítica do autor, se referindo à história da democracia na França, a uma história apaziguadora da liberdade e da participação: “É por isso que o objetivo de uma promoção da democracia não poderá tomar um sentido verdadeiro senão se o mundo ocidental fizer um retorno sobre as indeterminações e os problemas de sua própria experiência democrática. Assim, a ideia de um *universalismo fechado do modelo* deve ceder o passo para um *universalismo aberto de confrontação de experiências*. É a esse preço que uma certa desocidentalização do olhar não se reverterá em um duvidoso relativismo. Daí a necessidade primeira de retornar sobre as tensões e as interrogações que envolvem o próprio uso do termo democracia no Ocidente. Daí ainda a necessidade de compreender os mecanismos que conduziram esse Ocidente a cegar-se sobre si mesmo” (ROSANVALLON, 2019, p. 129-130, grifos do autor).

FRANCO, A. A. M. **História do Povo Brasileiro**. v. 6. 2. ed. São Paulo: J. Quadros Editores Culturais S. A, 1968 [1967].

FRANCO, A. A. M. Ciência Política nos países tropicais. **Revista Brasileira de Cultura**, n. 4, p 63-74, abr.-jun., 1970.

FRANCO, A. A. M. Constituição: Mito e Realidade. **Revista Brasileira de Cultura**, n. 9, p. 33-42, jul.-set., 1971.

FRANCO, A. A. M. **Rodrigues Alves**: apogeu e declínio do presidencialismo. V. 2. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973.

FRANCO, A. A. M. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfaômega, 1974 [1948].

FRANCO, A. A. M. **Problemas políticos brasileiros**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975a.

FRANCO, A. A. M. **Algumas instituições políticas no Brasil e nos Estados Unidos**: um estudo de direito constitucional comparado. São Paulo: Forense, 1975b.

FRANCO, A. A. M. **A Câmara dos Deputados**: Síntese histórica. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputado, 1976.

FRANCO, A. A. M. A reforma constitucional de 1966. *In*: FRANCO, A. A. M. **O som do outro sino**: um breviário liberal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1966], p. 411-34.

FRANCO, A. A. M. As ideias políticas no Brasil. *In*: FRANCO, A. A. M. **O som do outro sino**: um breviário liberal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1972], p.135-190.

FRANCO, A. A. M.

Pela restauração do direito. *In*: FRANCO, A. A. M. **O som do outro sino**: um breviário liberal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1976], p. 191-214.

FRANCO, A. A. M. Não existe democracia relativa. *In*: FRANCO, A. A. M. **O som do outro sino**: um breviário liberal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 273-302.

FRANCO, A. A. M. **O Diário de bolso seguido de retrato de noiva**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

FRANCO, A. A. M. Discurso de posse proferido pelo professor Afonso Arinos de Melo Franco ao assumir a direção do Instituto de Direito Público e Ciência Política da FGV, no dia 28 de abril de 1980. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 4-7, jul., 1980a.

FRANCO, A. A. M. Novo diretor do Instituto de Direito Público e Ciência Política: Professor Afonso Arinos de Melo Franco. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 3., jul., 1980b.

FRANCO, A. A. M. *et. al.* Mesa Redonda: Violência e criminalidade urbana. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 163-222, 1980c.

FRANCO, A. A. M. **Direito constitucional**: teoria da Constituição, as Constituições do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981 [1976].

FRANCO, A. A. M. Afonso Arinos por ele mesmo. *In*: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB**: conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981. Brasília: Editora UnB, 1981a, p.67-83.

FRANCO, A. A. M. No Brasil, o Estado ainda está modelando a nação. Entrevista a Lourenço Dantas Mota. O Estado de São Paulo. Suplemento Cultura, n. 44. 14 abr. 1981. *In*: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB**: conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981. Brasília: Editora UnB, 1981b, p. 115-122.

FRANCO, A. A. M. Ninguém mais é marxista. Entrevista a Severino Francisco. Correio Braziliense. 02 abril 1981. *In*: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB**: conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981. Brasília: Ed. UnB, 1981c, p. 122-125.

FRANCO, A. A. M. A Constituinte Instituída. *In*: FRANCO, A. A. M. **Política e Direito**. Brasília: Editora UnB, 1981d., p. 133-147.

FRANCO, A. A. M. Os partidos políticos brasileiros. *In*: FRANCO, A. A. M. **Política e Direito**. Brasília: Ed. UnB, 1981e, p. 115-129.

FRANCO, A. A. M. *et. al.* Mesa Redonda: Reforma da Constituição Federal. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, 1981f, p. 94-116.

FRANCO, A. A. M. Discurso de posse na Cátedra de Direito Constitucional. *In*: FRANCO, A. A. M. **Política e Direito**. Brasília: Ed. UnB, 1981 [1950], p. 9-16.

FRANCO, A. A. M.

FRANCO, A. A. M. O constitucionalismo brasileiro na primeira metade do século XIX. *In:*

FRANCO, A. A. M. **Política e Direito**. Brasília: Ed. UnB, 1981 [1957], p. 17-38.

Raul Fernandes. O jurista e o político. *In:* FRANCO, A. A. M. **Política e Direito**. Brasília: Ed. UnB, 1981 [1967], p. 39-49.

FRANCO, A. A. M. Teixeira de Freitas e a renovação do direito. *In:* FRANCO, A. A. M. **Política e Direito**. Brasília: Ed. UnB, 1981 [1977], p. 67-75.

FRANCO, A. A. M. Prerrogativas parlamentares. *In:* FRANCO, A. A. M. **Política e Direito**. Brasília: Ed. UnB, 1981 [1980], p. 87-97.

FRANCO, A. A. M. **Amor a Roma**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

FRANCO, A. A. M.; TAVARES, A. L.; OLIVEIRA, N. R. Pesquisa sobre as aspirações nacionais com vistas à reforma da Constituição - Relatório preliminar. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 83-195, 1983, p. 83.

FRANCO, A. A. M. Conclusão Geral. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 27, Edição Especial, p. 290-293, 1984a.

FRANCO, A. A. M. Processos contemporâneos de elaboração das constituições. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 1-32, jan.-abr., 1984b.

FRANCO, A. A. M. *et. al.* Mesa Redonda: Solução parlamentar para o Brasil. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 86-122, 1984c.

FRANCO, A. A. M. *et. al.* Mesa Redonda: Participação e representação. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 3-37, 1986.

FRANCO, A. A. M. Discurso de saudação a Tancredo Neves na Academia Mineira de Letras. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 4-10, jan.-jun. 1986 [1983].

FRANCO, A. A. M. Mesa Redonda: Reforma Agrária e a Nova República. **Revista de Ciência Política**. v. 30, n.4, p. 1-37, 1987.

FRANCO, A. A. M. Prefácio. *In:* FRANCO, A. A. M.; PILLA, R. **Presidencialismo ou parlamentarismo?** Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 1999 [1958], p. 1-13.

FRANCO, A. A. M. **Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006 [1944].

FRANCO, A. A. M. A alma do tempo. *In:* FRANCO, A. A. M. **A alma do tempo: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018 [1961], p. 37-520.

FRANCO, A. A. M. A escalada. *In:* FRANCO, A. A. M. **A alma do tempo: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks. 2018 [1965], p. 525-1082.

FRANCO, A. A. M. Planalto. *In:* FRANCO, A. A. M. **A alma do tempo: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018 [1968], p. 1087-1431.

FRANCO, A. A. M.

FRANCO, A. A. M. Alto-mar maralto. *In*: FRANCO, A. A. M. **A alma do tempo**: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018 [1976], p. 1435-1615.

Diário de bolso. *In*: FRANCO, A. A. M. **A alma do tempo**: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018 [1979], p. 1619-1737

- PERIÓDICOS

1. ARTIGOS ESCRITOS POR ARINOS PUBLICADOS NOS JORNAIS

O MANIFESTO dos Mineiros. **JB**. Caderno Especial “O Estado Novo 25 anos depois”, 26 out. 1970, p. 5.

PORTUGAL-BRASIL-ÁFRICA. **JB**. 28 abr.1974, p. 22.

COMEÇO a condenar os que o condenaram. **JB**. Caderno Especial, 25 ago.1974, p. 5.

SÉRIE Tormenta em Portugal I - Antecedentes. **JB**. 10 jun. 1975, p. 10.

SÉRIE Tormenta em Portugal II - O impasse ultramarino. **JB**. 11 jun. 1975, p. 10.

SÉRIE Tormenta em Portugal III - O impasse ultramarino. **JB**, 12 jun. 1975, p. 12.

SÉRIE Tormenta em Portugal IV - Descolonização e Independência. **JB**. 13 jun. 1975, p. 11.

SÉRIE Tormenta em Portugal V- Síntese e conclusões. **JB**. 14 jun. 1975, p. 10

JOSÉ Olympio, 75 anos. **JB**. 11 dez. 1977, Caderno B, p. 1.

A CONSTITUIÇÃO. **OG**. 14 fev.1982, O Globinho Pesquisa, p. 6.

A HORA é da constituinte. **JB**. 19 dez. 1982, Caderno Especial, p. 6.

2. ENTREVISTAS CONCEDIDAS POR AFONSO ARINOS AOS JORNAIS

JB. Entrevista: “Cultura também tem preço”. Caderno Especial, 07 jan.1973, p. 1.

JB. Entrevista: “Preservar o que é nosso”. Caderno B, 20 mar. 1973 p. 10.

OG. Entrevista: “Afonso Arinos ao Globo: Militares portugueses não querem o poder”. 21 jul. 1974, p. 17.

FSP. Entrevista concedida a Isa Sabará: “70 anos de Afonso Arinos, um intelectual na política”. 24 nov.1975, p. 3.

OG. Entrevista: “Arinos: não se pode fazer agora uma reforma profunda”. 05 mar. 1978, p. 6

OESP. Entrevista: “Não existe democracia relativa”. 19 mar. 1978, p. 10.

FRANCO, A. A. M.

JB. Entrevista concedida a Paulo José Cunha. “Arinos acha que resultado das eleições não impedem abertura”. 03 dez. 1978, p. 5.

JB. Entrevista concedida a Danusia Barbara “Afonso Arinos constitucionalista”. 16 jul. 1979, Caderno B, p. 1.

OG. Entrevista: “O país não pode viver no pronto socorro” 20 ago.1979, p. 6.

OG. Entrevista: “Nova carta coroará o processo”. 16 mar. 1980, p. 9.

OG. Entrevista: “É o regime que pode superar as crises”. 25 maio1980, p. 8;

OG. Entrevista: “Afonso Arinos mostra porque é prioritária a reforma constitucional.” 22 maio 1983, p. 9.

OG. Entrevista: “A crise brasileira exige um Presidente que dê ao País a sua própria morte”. Edição de Domingo. 04 dez. 1983, p. 1-2.

JB. Entrevista concedida a Villas-Boas Correia: “O mundo radical não é democrático”. Caderno Especial. 08 abr. 1984, p.1.

OG. Entrevista concedida a Denise Asis: “Afonso Arinos tem esperança de que o país mude para melhor”. Jornal do Bairro. 02 out.1984, p. 6.

JB. Entrevista concedida a Villas-Boas Correia: “Afonso Arinos: os jovens de hoje só não são livres se não quiserem”. Caderno Jovem. 30 nov. 1984, p. 2.

3. COLUNA DO CASTELLO

Carlos Castello Branco. Os artigos do Senador Afonso Arinos. **JB.** 03 set. 1963, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. Arinos repercute na área militar. **JB.** 24 set.1963, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. Jânio felicita Afonso Arinos. **JB.** 02 out.1963, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. Fotografia sem fixador. **JB.** 08 abr.1964, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. Entre Arinos e Castelo. **JB.** 07 mar.1965, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. Castelo acelera a sondagem da reforma. **JB** 19 ago.1965, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. Objeções militares ao parlamentarismo. **JB.** 25 ago.1965, Coluna do Castello p. 4.

Carlos Castello Branco. Arinos na Comissão da Reforma. **JB.** 18 dez,1965, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. Limites da reforma Constitucional. **JB.** 29 dez. 1965, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. Mem de Sá para fazer o parlamentarismo. **JB.** 11 jan.1966, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. Costa e Silva prepara-se para falar dia 31. **JB.** 13 mar.1966, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. Arinos fará críticas ao projeto. **JB**. 07 set.1966. Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. Governo satisfeito com Arinos. **JB**. 15 dez. 1966. Coluna do Castello p. 4.

Carlos Castello Branco. Castelo lisonjeia Arinos. **JB**. 16 dez.1966. Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. Depois que a banda passou. **JB**. 22 jan. 1967, Coluna do Castello p. 4.

Carlos Castello Branco. A versão da renúncia. **JB**. 05 out. 1967, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. As memórias de Afonso Arinos. **JB**. 26 mar. 1968, Coluna do Castello p. 4.

Carlos Castello Branco. Da Carta de 67 ao parlamentarismo. **JB**. 26 jan. 1969, Coluna do Castello. p. 4

Carlos Castello Branco. Eleição distrital fortalece o regime. **JB**. 26 fev.1969, Coluna do Castello p. 4.

Carlos Castello Branco. Arinos pela eleição distrital. **JB**. 01 mar.1969, Coluna do Castello p. 4.

Carlos Castello Branco. Por instituições de caráter nacional.**JB**. 18 ago.1970, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. Última eleição com voto proporcional. **JB**. 16 nov.1970, Coluna do Castello p. 4.

Carlos Castello Branco. Modelo nacional para a democracia. **JB**. 05 dez. 1970, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. A democracia estatizante. **JB**. 07 jan.1973, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. Questão do regime. **JB**. 18 jan. 1973, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. Arinos prefacia Krieger. **JB**. 13 set. 1973, Coluna do Castello p. 4.

Carlos Castello Branco. Uma república em permanente crise. **JB**. 18 out. 1973, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. A geopolítica em vigor. **JB**. 21 fev. 1974, Coluna do Castello p. 4.

Carlos Castello Branco. A fatalidade do futuro. **JB**. 17 dez. 1974, Coluna do Castello, p. 4.

Carlos Castello Branco. Fungindo aos radicalismos. **JB**. 12 abr. 1975, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. O transitório por natureza. **JB**. 13 maio 1975, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. Os condutores da distensão. **JB**. 16 maio1975, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. Toque de recolher em torno do presidente. **JB**. 30 jun.1975, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. O setentão Afonso Arinos. **JB**. 28 nov. 1975, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. As três lições de Afonso Arinos. **JB**. 24 jun. 1976, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. A distensão e o clube Carter. **JB**. 07 nov.1976, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. Crepúsculo passageiro. **JB**. 31 jul. 1977, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. Predispondo ao otimismo. **JB**. 11 ago. 1977, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. Afonso Arinos de volta a Brasília. **JB**. 20 ago. 1977, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. Um retrato da unidade. **JB**. 25 out.1977, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. A democracia em 100 dias. **JB**. 16 out. 1978, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. Figueiredo vai retomar lições. **JB**. 30 nov. 1978, Coluna do Castello p. 2.

Carlos Castello Branco. Figueiredo, Arinos, Portella. **JB**. 04 dez.1978, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. Introdução a Figueiredo. **JB**. 21 jul. 1979, Coluna do Castello p. 2.

Carlos Castello Branco. Em busca do permanente. **JB**. 26 ago. 1979, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. Da reforma da Constituição. **JB**. 28 ago. 1979, Coluna do Castello p. 2.

Carlos Castello Branco. As reformas só em 1981. **JB**. 13 jan. 1980, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. Os poderes constituintes. **JB**, 28 jan. 1981, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. Saída técnica não política. **JB**. 30jan.1981, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. Os militares ouvem Arinos. **JB**. 26 abr.1981, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. Pressupostos da Constituinte. **JB**. 07 fev. 1982, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. Entre Reale e Arinos. **JB**. 23 dez. 1982, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. Semana rica para a sucessão. **JB**. 10 jan. 1984, Coluna do Castello, p. 2.

Carlos Castello Branco. A estratégia dos moderados. **JB**. 26 maio1984, Coluna do Castello, p. 2.

- Carlos Castello Branco. O candidato do consenso. **JB**. 30 maio 1984, Coluna do Castello, p. 2.
- Carlos Castello Branco. PMDB e Frente ajustam programas. **JB**. 01 ago. 1984, Coluna do Castello, p. 2.
- Carlos Castello Branco. O problema da Constituinte. **JB**. 12 dez. 1984, Coluna do Castello, p. 2.
- Carlos Castello Branco. Só em 1986 haverá eleição. **JB**. 19 dez. 1984, Coluna do Castello, p. 2.
- Castello Branco. Tancredo compõe o ministério. **JB**. 08 fev. 1985, Coluna do Castello, p. 2.
- Carlos Castello Branco. O papel de Afonso Arinos. **JB**. 02 mar. 1985, Coluna do Castello, p. 2.
- Carlos Castello Branco. A missão Cardoso. **JB**. 14 mar. 1985, Coluna do Castello, p. 2.
- Carlos Castello Branco. Afonso Arinos satisfeito. **JB**. 15 mar. 1985, Coluna do Castello, p. 2.
- Carlos Castello Branco. Ato de afirmação a posse de Sarney. **JB**. 16 mar. 1985, Coluna do Castello, p. 2.
- Carlos Castello Branco. O desaparecimento de um grande brasileiro. **JB**. Coluna do Castello, 29 ago. 1990, p. 4.

4. RESENHAS/ARTIGOS DE OPINIÃO/TEXTOS ASSINADOS

- Benetito F. Bastos. A explicação. **OESP**. 04 nov. 1967, p. 4.
- Temístocles Linhares. Desabafo de um homem de Estado. **OESP**. 31 maio 1969. Suplemento Literário, p. 1.
- Carlos Chagas. Os mineiros, onde estão? **OESP**. 24 out. 1973, p. 5.
- Tristão de Athaíde. Atores e expectadores. **JB**. 08 fev. 1974, p. 6.
- Gilberto Negreiros. Uma revisão de prioridades? **FSP**. 26 nov. 1974, p. 5.
- Carlos Castello Branco. A safra da distensão. **JB**. 24 maio 1975, Livro, p. 2.
- Villas-Bôas Corrêa. Brigadeiro pede união com Geisel pela redemocratização. **OESP**. 20 jun. 1975, p. 5.
- Pedro Dantas. Uma tranquila convicção democrática. **JB**. 20 set. 1975, Livro, p. 2.
- Tristão de Athaíde. Sonho de uma noite de verão. **JB**. 29 abr. 1976, p. 4.
- Alvaro Pessoa. Reafirmação do credo democrático. **JB**. 28 nov. 1976, Livro, p. 6.
- Mauro Sarayama. O isolamento das elites e o aviso de Afonso Arinos. **FSP**. 01 maio 1977, p. 6.
- Pedro Dantas. Revolução Semântica. **OESP**. 30 ago. 1977, p. 4.
- Vamireh Chacon. Breviário Liberal. **JB**. 16 jan. 1979, Caderno B, p. 3.

- Gerardo Bezerra de Menezes. Afonso Arinos memorialista. **JB**. 08 mar.1980, Caderno B, p. 10.
- Vamireh Chacon. A imaginação liberal. **OESP**. 09 mar.1980, Suplemento Cultural, p. 3;
- Isa Cambará. Sarney não perde nem na Academia de Letras. **FSP**. 18 jul.1980, Folha Ilustrada, p. 27.
- Carlos Chagas. O caminho legítimo. **OESP**. 15 set.1980, p. 2.
- Newton Rodrigues. Peças rotas no varal das reformas. **FSP**. 29 jul.1981, p. 3.
- Carlos Chagas. Os liberais, os nomes de uma época: quem são eles no Brasil? **OESP**. 23 ago. 1981, p. 8.
- Miguel Reale. Iluminismo constitucional confirmado. **JB**, 09 jan. 1983, Caderno Especial, p. 3.
- Rubem de Azevedo Lima. Proposta do parlamentarismo terá alento em 1984. **FSP**, 30 out. 1983, p. 6
- Eliane Castanheda. Arinos acha que militarismo gera anarquia. **JB**. 20 nov. 1983, p. 9.
- Roque Spencer Manuel de Barros. A velha e a nova UDN. **OESP**. 20 fev.1984, p. 2.
- José Carlos de Oliveira. Proíbam essa lei! **JB**. 22 fev.1984, Caderno B, p. 2 José
- Sarney. Arinos, símbolo parlamentar. **FSP**. 29 mar. 1984, p. 3.
- Lima de Amorim. Constituinte já tem roteiro. **JB**. 02 jan. 1985, p. 3.
- Luís Fernando Emediato. Afonso Arinos e as horas de tensão. **OESP**. 16 mar. 1985, p. 5.
- Rogério Coelho Neto. Fim dos exorcistas de aluguel. **JB**. 16 mar. 1985, Coisas de Política, p. 11.
- Fernando Pedreira. O país, ao vivo. **JB**. 17 mar. 1985, p. 11.
- Villas-Bôas Correia. Um homem que pensava. **JB**. 29 ago.1990, p. 10
- Sérgio Sá Leitão. Um aristocrata dividido entre os livros e a política. **JB**. 29 ago. 1990, p. 5.
- Marcos de Castro. Uma vida pública com a moderação como maior marca. **JB**. 29 ago.1990, p. 4.
- André Franco Montoro. **OG**. 29 ago. 1990, p. 4.
- Maria Vitória Benevides. **FSP**. 29 ago. 1990, p. 2.
- Marcio Moreira Alves. Afonso Arinos: lembrança. **JB**. 29 ago. 1990, p.11.
- José Sarney. **FSP**. 29 ago. 1990, p. 2.
- Fernando Henrique Cardoso. Afonso Arinos. **FSP**. 30 ago. 1990, p. 2.

5. EDITORIAIS

JB. Editorial: “Hiato prolongado”. 29 jul. 1977, p. 10.

OESP. Editorial: “A proposta da consciência jurídica”. 02 maio 1978, p. 3.

JB. Editorial: “Caminho natural”. 13 ago. 1979, p. 10.

FSP. Editorial: “Tecnologia Constitucional”. 30 abr. 1980, p. 2.

JB. Editorial: “Concessão ao ideal”. 08 ago. 1980, p. 11.

JB. Editorial: “Tese e Circunstância”. 20 jan. 1981, p. 10.

OESP. Editorial: “A propósito da Constituinte”. 13 jun. 1981, p. 3.

JB. Editorial: “Concessão ao ideal”. 08 ago. 1981, p. 11.

OESP. Editorial: “Da incompetência de nossas elites”. 08 ago. 1981, p. 2;

OESP. Editorial: “A hora e a vez dos partidos”. 09 out. 1981, p. 3; **FSP.**

Editorial: “Constituinte Zumbi”. 15 abri. 1982, p. 2.

JB. Editorial: “O homem que simbolizada a lei e a história”. 29 ago. 1990, p. 4.

6. NOTÍCIAS/REPORTAGENS/NOTAS/MATÉRIAS ESPECIAIS/OUTROS

JB. Arinos: nova carta está democratizada. 10 jan. 1967, p. 4.

OESP. Arinos contra o pessimismo. 17 jan. 1967, p. 4.

OESP. Quadros retorna em março. 21 fev. 1967, p. 4.

OESP. O M. Educação deveria ser o censor, 26 abr. 1967, p. 8.

OESP. Telegrama. 08 abr. 1967, p. 3

JB. Arena carioca e Lopo reafirma posições políticas já adotada. 14 jul. 1967, p. 3.

OESP. Quadros revela apreensão. 25 out. 1967, p. 4.

FSP. Povo é herói na história de Arinos. 30 maio 1967. Caderno Ilustrado, p. 24.

JB. Arinos limita a duração da Carta de 67. 17 mar. 1968, p. 24.

OESP. Arinos propõe solução. 21 abr. 1968, p. 5.

OESP. Arinos vai voltar a política. 18 jun. 1968, p. 5.

JB. Quem pode empunhar a bandeira liberal. 31 dez. 1969, Coisas de Política, p. 6.

JB. CFC se reúne e fica na dúvida. 05 mar. 1970, p. 3.

JB. Conselho Federal de Cultura marca reunião para avaliar efeito da censura prévia. 25 jul. 1970, p. 3.

- JB.** Arinos vai debater na ESG o sistema político. 04 dez. 1970, p. 3.
- JB.** Origem. 25 jul. 1970, Informes JB, p. 10.
- FSP.** Arinos refuta visões da imprensa estrangeira. 25 jul. 1970, p. 3.
- OESP.** Prevalece no país o mito constitucional. 25 maio 1971, p. 4.
- OESP.** Arinos prega o livre debate. 22 jun. 1971, p. 4.
- FSP.** 200 milhas é ato legal, diz Arinos. 22 jun. 1971, p. 4.
- OG.** Arinos vê confirmação de sua política. 22 jun.1971, p. 9.
- OG.** Afonso Arinos conta como nasceu a independência. 27 abr. 1972, p. 12.
- JB.** Afonso Arinos recomenda formulação de política de desenvolvimento cultural. 10 nov. 1972, p. 4.
- OG.** Afonso Arinos: Só incentivo fiscais salvarão a cultura. 24 nov.1972, p. 20.
- OG.** Afonso Arinos tem novo conceito de democracia. 03 jan. 1973, p. 2.
- JB.** Arinos vê esse ano uma boa possibilidade de abertura. 03 jan. 1973, p. 3.
- OG.** Nelson Carneiro discorda da tese de Arinos. 04 jan. 1973, p. 2.
- OESP.** Oposição pede volta do *habeas corpus*. 04 jan. 1973, p. 5.
- JB.** De onde virão as aberturas. 04 jan. 1973, Coisas de Política, p. 1.
- OESP.** Arinos esclarece sua posição. 06 jan. 1973, p. 4.
- OESP.** Êxito econômico trará abertura, diz Arinos. 03 jan. 1973, p. 5.
- OESP.** Tancredo confirma Arinos. 17 jan. 1973, p. 6.
- JB.** Arinos diz que Plano de Cultura não dá prioridade à criação do Ministério. 27 fev.1973, p. 14.
- OESP.** Para líder arenista, liberalismo morreu. 06 out. 1973, p. 4.
- OESP.** Princípios atuais. 24 out.1973, p. 5 (Página Censurada).
- FSP.** Arinos, o intelectual do ano. 02 mar. 1974, p. 21
- FSP.** Afonso Arinos recebe troféu “Juca Pato”. 05 maio 1974, p.14.
- OESP.** Afonso Arinos: AI-5 suspendeu a constituição. 15 maio1975, p. 4.
- JB.** Partido instala hoje Fundação Milton Campos. 17 set. 1975, p.3.
- OG.** Arinos: o problema é representação. 03 nov. 1975, p. 6.
- OG.** Afonso Arinos diz que partido não é clube fechado. 12 nov. 1975, p. 2.
- FSP.** Reale e Etelvino propõem estratificar a revolução. 13 nov. 1975, p. 3 **OESP.** Arinos pede redefinição de poderes. 13 nov. 1975, p. 4.

- OESP.** Um plano para mobilizar a Arena. 13 nov. 1975, p. 4.
- OESP.** A contribuição de duas gerações para a cultura nacional. 16 nov. 1975, p. 38
- JB.** Arinos esclarece posição a respeito dos temas da Fundação Milton Campos. 19 nov. 1975, p. 4.
- OG.** Afonso Arinos de Mello Franco: Aos 70 anos, na força da idade. 27 nov. 1975, p.37.
- JB.** Afonso: Testemunho e poesia. 28 nov. 1975, Caderno B, p. 1.
- OESP.** O que fazer com o AI-5. 14 dez. 1975, p. 6.
- JB.** Afonso Arinos acha que só tem desenvolvimento com plenos direitos humanos. 09 mar.1976, p. 3.
- JB.** A. Arinos diferencia liberalismos. 08 mar.1976, p. 3.
- OESP.** Para Arinos ordem sem direito é tirânica. 21 mar. 1976, p. 5.
- FSP.** Afonso Arinos narra a sua participação. 31 mar. 1976, p. 6.
- OG.** Após 64, um poder estável e instituições instáveis. 02 maio 1976, p. 14.
- JB.** Arinos propõe distensão como única solução. 06 nov. 1976, p, 4.
- OG.** Arinos: vitória da Arena vai ser estímulo à distensão. 06 nov. 1976, p. 3.
- OG.** Afonso Arinos afirma que reforma requer uma ideia. 03 dez.1976, p. 7.
- FSP.** A carta de 67 faz dez anos: Constituição, um documento histórico? 23 jan. 1977, p. 4.
- FSP.** Os políticos solidários com o Executivo. 06 mar. 1977, p. 10.
- JB.** Afonso Arinos critica as revoluções que se afirmam pelo abandono do direito. 28 jul. 1977, p. 33.
- FSP.** Autoritarismo separa Estado da nação, diz Arinos. 28 jul. 1977, p. 4.
- FSP.** Emedebista apoia a conciliação. 29 jul. 1977, p. 4.
- FSP.** Arinos critica regime. 29 abr. 1977, p. 4.
- OESP.** Ex-Senador condena abandono do direito. 28 jul.1977, p. 6.
- OESP.** Arinos: crise tem solução. 07 ago.1977, p. 7.
- FSP.** Para Arinos, as ideias correspondem as suas. 09 ago. 1977, p. 5.
- JB.** Afonso Arinos defende novo modelo político. 11 ago. 1977, p. 4 **JB.**
- Informe JB. 08 set. 1977, p. 6.
- JB.** Afonso Arinos nega encomenda. 18 ago. 1977, p. 14.
- JB.** Memórias políticas. 03 set. 1977, Livro, p. 1.
- OG.** Arinos diz que do diálogo surgirá reforma profunda. 15 out. 1977, p. 3.
- JB.** Afonso Arinos encontra Portella e espera a volta da democracia. 25 out. 1977, p. 5

- OG.** Tancredo reúne-se por 40 minutos com Afonso Arinos. 26 out. 1977, p. 6 **FSP.**
- Arinos exalta luta pela normalização. 12 nov.1977, p. 5.
- OG.** Arinos prega conciliação nacional. 12 nov. 1977, p. 7.
- OESP.** Projeto de reforma só será feito após diálogo com oposição. 23 mar. 1978, p. 3.
- JB.** Informe JB. 25 mar. 1978, p. 6.
- JB.** Arinos acha as reformas legítimas, mesmo sem constituinte. 30 abr. 1978, p. 4. **OG.**
- Afonso Arinos sugere troca do AI-5 pelo Estado de Direito. 30 abr.1978, p. 8.
- JB.** Ulisses discorda de Arinos, mas Tancredo apoia as teses de reformas gradualistas. 03 maio 1978, p. 3.
- JB.** Petrônio afirma que Geisel fez mais do que prometeu. 24 jun. 1978, p. 7.
- JB.** Os interlocutores do senador. 25 jun. 1978, p. 7.
- JB.** Colaborador. 25 jun. 1978, Informes JB, p. 6.
- OESP.** Figueiredo voltará ao Rio e deverá consultar Arinos. 04 jul./1978, p. 7.
- FSP.** Reformas, um tema no encontro com Afonso Arinos. 07 jul. 1978, p. 4 **OG.**
- Afonso Arinos reafirma seu apoio ao candidato. 07 jul.1978, p. 6.
- OESP.** Com Arinos, ‘uma aula de direito’. 07 jul.1978, p. 5.
- FSP.** Sarney. 18 ago. 1978, p. 5.
- OESP.** Portella: Arinos prevê anulação dos votos infiéis. 22 ago. 1978, p. 4.
- OG.** Arinos acha que voto de dissidente é nulo 24 ago. 1978, p. 6.
- FSP.** Euler contesta Arinos na questão dos dissidentes. 25 ago. 1978, p. 4.
- OG.** Senador chama Arinos de constituinte solitário. 27 ago. 1978, p. 11.
- FSP.** Parecer de Arinos é apenas sugestão. 28 ago. 1978, p. 4.
- OG.** Petrônio pede a Arinos parecer contra dissidência. 28 ago.1978, p. 6.
- JB.** Arinos prevê fim do ciclo revolucionário em março e um congresso constituinte. 20 out. 1978, p. 3.
- OESP.** Carneiro: conciliação só com anistia e nova Carta. 03 dez. 1978, p. 4 **JB.**
- Arinos prega no CFC livre debate na Universidade. 24 fev.1979, p. 25.
- FSP.** Arinos será representante no CDDPH. 04 maio 1979, p. 7.
- OG.** Arinos quer ajustar CPPDH aos propósitos da abertura. 04 maio 1979, p. 7.
- FSP.** CDDPH mantém silêncio sobre questões graves. 10 maio 1979, p. 8;
- FSP.** Portella reativa CDDPH e arquiva últimas denúncias. 30 mar. 1979, p. 7.
- OESP.** Arinos: Objetivo é conciliação. 03 jun. 1979, p. 4

- OESP.** Arinos: Figueiredo foi contra o Pacote de Abril. 20 jul. 1979, p. 4.
- OG.** Presidente manifesta a Arinos seu desagrado com os intolerantes. 20 jul. 1979, p. 6.
- OESP.** Arinos pede na Camara modelo de Constituição. 10 ago. 1979, p. 4.
- FSP.** Para Arinos, solução é nova Constituição. 10 ago. 1979, p. 5.
- FSP.** CDDPH pode hoje examinar caso Paiva. 25 set. 1979, p. 5.
- OG.** Constituinte não é a solução política. 20 jan. 1980, p. 8.
- OESP.** Constituição, o que poderá mudar. 09 mar. 1980, p. 7.
- JB.** Arinos prega novo sistema. 25 mar. 1980, p. 4.
- FSP.** Arinos defende pesquisa para a Constituição. 30 abr. 1980, p. 5.
- JB.** Contribuição a reforma. 07 maio 1980, Caderno Especial, p. 12.
- OG.** Mudar a Constituição, uma reivindicação de todos. 15 jun. 1980, p. 8.
- OESP.** Constituição desprestigia o Brasil, afirma Arinos. 07 ago. 1980, p. 2.
- OG.** Afonso Arinos defende a reforma da constituição. 07 ago. 1980, p. 4.
- JB.** Afonso Arinos ‘não houve incoerência da ação de 45 para a de 64. 28 ago.1980, Caderno Especial, p. 5.
- JB.** Arinos acha que país só vence obstáculos com liberalismo. 21set. 1980, p. 12.
- OG.** Cientistas política vê em 30 uma revolução da elite. 23 set. 1980, p. 6.
- JB.** Arinos exalta a Revolução de 1930 e afirma que nenhuma outra a igualou. 23 set.1980, p. 2.
- OESP.** Arinos acha mais difícil regredir do que continuar. 27 set. 1980, p. 2.
- JB.** Arinos quer rapidez e não receia regressão. 27 set.1980, p. 4.
- OG.** Abi-Ackel visita Afonso Arinos e critica a oposição. 11 out. 1980, p. 3.
- OESP.** Arinos pede Constituinte em 82. 01 nov. 1980, p. 2.
- FSP.** País vive “subversao social”, diz Arinos. 01 nov.1980, p. 4.
- OG.** Arinos pede compreensão para a posição da igreja. 01 nov. 1980, p. 4.
- OESP.** Políticos sem mandatos influenciam as reformas. 02 nov. 1980, p. 3.
- FSP.** Frases. 02 nov. 1980, p. 2.
- JB.** FGV faz pesquisa para a reforma da constituição. 06 jan. 1981, p.2.
- JB.** Arinos propõe que futuro congresso tenha poderes constituintes. 25 jan. 1981, p. 2.
- OG.** Arinos tem nova proposta de Constituinte. 25 jan. 1981, p. 4.
- OESP.** Tancredo justifica a Constituinte. 27 jan. 1981, p. 2.

- FSP.** Um alerta. 29 jan. 1981, p. 2.
- FSP.** Sarney insiste na negociação para reforma. 29 jan. 1981, p. 4.
- OG.** Brizola e Arinos. 06 fev.1981, p. 2
- FSP.** Passarinho admite novo Congresso Constituinte. 10 fev. 1981, p. 4.
- FSP.** Roteiro ou desvio. 13 fev. 1981, p. 2.
- FSP.** Constituição será mantida, diz assessor. 17 fev. 1981, p. 6.
- OESP.** Novo líder admite clima de reformas. 20 fev. 1981, p. 5.
- JB.** Arinos acha que constituinte reabilitará o Congresso. 22 fev. 1981, p. 7.
- OESP.** O livre caminho das ideias. 05 mar. 1981, p. 4.
- OG.** Arinos espera carta democrática. 12 mar. 1981, p. 5.
- OG.** Arinos quer ser constituinte. 09 abr. 1981, p. 2.
- OG.** Arinos: Marchezan pode recusar emenda de prorrogação. 11 abr. 1981, p. 4 **OESP.** Parlamentar vai propor constituinte. 09 maio 1981, p. 4.
- OG.** Consulta a Arinos. 14 maio 1981 p. 2.
- OESP.** Thales, Constituinte pode ser uma nova manobra. 23 maio1981, p. 4.
- OESP.** Passarinho: “Prorrogação cairá”. 26 maio 1981, p. 4.
- JB.** Arinos quer ir para Constituinte. 03 jun. 1981, p. 4.
- OG.** Projeto de Constituinte. 06 jun. 1981, p. 2.
- OESP.** Projeto de Constituinte segue Afonso Arinos. 12 jun. 1981, p. 2.
- OESP.** Arinos vai debater constituinte. 13 jun. 1981, p. 4.
- OESP.** Entrevista com Tancredo Neves: “Constituinte, solução política”. 14 jun. 1981, p. 5.
- OG.** Arinos com Ulisses. 27 jun.1981, p. 2.
- OESP.** Tancredo teme ‘guerra santa’ com oposição. 11 jul. 1981, p. 5.
- OG.** Entrevista com Maria Victória Benevides: “Cientista política analisa em livro a história da UDN”. 19 jul. 1981, p. 8.
- OG.** Ítalo Bruno: Afonso Arinos para o senado. 23 jul. 1981, p. 4.
- FSP.** Vilela denuncia manobras para adiar eleição de 82. 29 jul. 1981, p.5.
- OG.** Arinos acha que PDS será testado. 06 ago. 1981, p. 5.
- OESP.** Arinos vê vitória dos tecnocratas. 09 ago. 1981, p. 10.
- FSP.** A Constituinte em 82, propõe Afonso Arinos. 27 ago. 1981, p. 5.
- OG.** Passarinho apoia fórmula Arinos para Constituinte. 28 ago.1981, p. 4.

- OESP.** Constituinte não deve ir além de debates. 29 ago. 1981, p. 3.
- OESP.** Arinos acha direito insubstituível. 29 ago. 1981, p. 2.
- OG.** Arinos: mocidade cultua o direito contra a força. 29 ago.1981, p. 9.
- OESP.** Constituinte provoca divergências. 30 ago. 1981, p. 6.
- OG.** Governadores apoiam tese de Arinos. 01 set. 1981, p. 3.
- OG.** Arinos, sem planos. 08 set. 1981, p. 2.
- OESP.** A experiência do parlamentarismo ou a importância de um fracasso. 13 set. 1981, Caderno de Cultura, p. 1-9.
- JB.** Arinos assinada ficha do PDS as só aceitará mandato de constituinte. 28 out.1981, p. 2
- OESP.** Arinos crê na Constituinte. 29 out. 1981, p. 2.
- OG.** Arinos concorre pelo PDS se Congresso for Constituinte. 28 out. 1981, p. 2.
- OG.** Arinos ingressa no PDS e pede apoio de Figueiredo. 04 nov. 1981, p. 9.
- OESP.** Senador, Arinos e Farhat no PDS. 04 nov.1981, p. 4.
- OG.** Arinos defende definição no Brasil de uma ‘ideologia do poder. 24 nov. 1981, p. 3.
- OESP.** “O poder no Brasil não é legítimo”, diz Arinos. 24 nov.1981, p. 2.
- OG.** Arinos defende a Constituinte mas sem radicalismos. 25 nov. 1981, p. 5.
- OESP.** Arinos elaborou pesquisa para constituinte em 83. 21 jan. 1982, p. 5.
- OG.** Constituinte tema com Arinos. 27 jan. 1982, p. 3.
- OG.** Arinos e a prorrogação. 28 jan. 1982, p. 2.
- OG.** Arinos visita Torre-Sul. 09 fev. 1982, p. 8.
- OG.** Entrevista com Tancredo Neves: “Tancredo se define”. 14 fev. 1982, p. 8.
- OG.** Francelino apoia união dos mineiros pedida por Arinos. 03 fev. 1982, p. 2.
- OESP.** As disputas entre os vários grupos da UDN. 28 mar. 1982, p. 7 **FSP.**
- Afonso Arinos não concorda. 14 abr. 1982, p. 5.
- OG.** Afonso Arinos e a eleição 15 abri.1982, p. 2
- OG.** Arinos prega nova constituição. 18 maio 1982, p. 6.
- OESP.** O Brasil deve mudar, diz Arinos. 18 maio 1982, p. 13.
- FSP.** Arinos e os militares. 28 maio 1982, p. 2.
- OG.** Arinos defende na ESG tese de Congresso Constituinte. 28 maio 1982, p. 5.
- OG.** O vice. 14 jul. 1982, p. 2

- OG.** PDS escolhe Mello Franco para vice e Célio como o candidato ao Senado. 20 jul. 1982, p. 3
- OG.** Arinos escolheu o vice do PDS. 21 jul.1982, p. 2.
- OESP.** Constituinte é a meta de Franco. 21 jul. 1982, p. 2.
- JB.** Arinos prevê que em 1982 PDS, PMDB e PP ficarão com a maioria dos votos. 06 ago. 1982, p. 2.
- OG.** Arinos não toma parte na campanha. 10 ago.1982, p. 5.
- OG.** Afonso Arinos declara seu voto. 16 set. 1982, p. 7.
- FSP.** Voto e Constituinte. 28 set. 1982, p. 2.
- OESP.** Pedessista defende reforma total logo. 30 set. 1982, p. 2.
- OG.** Wilson Leite Passos, candidato a vereador indicado por Afonso Arinos. 02 out. 1982, p. 2.
- OESP.** Quase pronto projeto de Arinos. 07 out. 1982, p. 2.
- OG.** Arinos defende Constituinte através de novo Congresso. 28 out. 1982, p.2 **OG.** Afonso Arinos cumprimenta o novo imortal. 05 nov. 1982, p. 13.
- FSP.** Eleições não alteram o sistema. 07 nov. 1982, p. 10.
- FSP.** Eleições impõe a negociação política. 21 nov. 1982, p. 8.
- OG.** Itamar debaterá com Arinos Constituinte. 29 dez.1982, p. 4.
- OESP.** Arinos reafirma função constituinte do Novo Congresso. 30 jan. 1983, p. 2.
- FSP.** Arinos prega composição como caminho para o país. 25 fev. 1983, p. 4.
- OG.** Deputado quer Congresso com poderes constituintes. 12 mar. 1983, p. 4.
- FSP.** Sem pressa. 12 abr. 1983, Painel, p. 3.
- JB.** Afonso Arinos fica com Aureliano e prega parlamentarismo. 15 abri. 1983, p.2.
- OG.** Afonso Arinos acha o parlamentarismo a melhor solução. 15 abr. 1983, p.3.
- OESP.** Parlamentarismo é a solução da crise. 17 jun. 1983, p. 3.
- OG.** Tancredo quer respaldo do povo para o parlamentarismo. 17 jun. 1983, p.3.
- OESP.** Solução de centro. 26 jun. 1983, p. 4.
- JB.** Arinos aconselha Ulisses sobre reforma. 13 jul. 1983, p. 5.
- OG.** Afonso Arinos: Aureliano é o melhor candidato. 01 set. 1983, p. 4.
- JB.** Maluf inclui em seus planos fim das mordomias. 28 set. 1983, p. 4.
- OESP.** Sul prepara encontro sobre Parlamentarismo. 26 out.1982, p. 2.
- OG.** Arinos sugere plebiscito para instituir o Parlamentarismo. 28 out. 1983, p. 6.

- FSP.** Arinos quer pesquisa. 28 out.1983, p. 4.
- FSP.** Políticos e juristas, os que mais se bateram pela medida 30 out. 1983, p. 6.
- JB.** Maluf acha uma pena Brasil não ter mais de um Delfim 01 nov. 1983, p. 2.
- FSP.** Para Arinos, aspiração do povo. 07 dez. 1983, p. 4. **FSP.**
- Magalhães e Arinos têm propostas. 16 dez.1983, p. 5 **OESP.**
- Arinos quer novo regime. 16 fev. 1984, p. 7.
- FSP.** Para Arinos, PMDB perdeu oportunidade. 19 dez.1983, p. 4.
- JB.** Aureliano quer reduzir mandato do presidente. 13 jan. 1984, p. 1.
- JB.** Maluf se lançará com proposta de nova Constituição 15 jan. 1984, p. 3.
- JB.** Lafer acha que crise é institucional 03 fev.1984, p. .
- OESP.** Aureliano propõe diretas. 04 fev. 1984, p. 4.
- JB.** Juristas acham que só diretas não resolve. 16 fev. 1984, p. 2.
- JB.** 18 fev.1984, Lance livre, p. 6.
- JB.** Arinos compara Colégio com sambistas que atravessam a passarela sem alcançar a apotesose. 28 mar. 1984, p. 3.
- JB.** Ciclo pró-diretas. 24 maio1984, Informe JB, p. 6.
- OG.** Arinos defende aliança entre Tancredo Neves e Aureliano. 30 maio 1984, p. 3.
- OESP.** Arinos cede a Ulisses estudo sobre a carta. 14 jul. 1984, p. 2.
- OESP.** Infidelidade preocupa. 21 jul. 1984, p. 5.
- JB.** Frente Liberal exige a Petrobrás, o BNH, a Eletrobrás, a Vale e o Banco do Brasil. 27 jul. 1984, p. 2.
- JB.** Aureliano e Sarney desligam-se do PDS. 28 jul. 1984, p. 1 **JB.**
- Frente lança Sarney e cria bloco parlamentar. 02 ago. 1984, p. 4.
- JB.** Parecer ilustre. 31 out. 1984, Caderno B, p. 3.
- JB.** Arinos não teme voto e vê Tancredo eleito. 04 nov. 1984, p. 3.
- OG.** Sem atos de exceção, não há revanchismo, e sim Justiça. 02 dez. 1984, p. 10.
- JB.** Constituinte terá seu anteprojeto. 09 dez. 1984, p.12
- JB.** Brossard pede a Tancredo que país em desordem não espera milagres. 21 dez. 1984, p. 2.
- OG.** Para Afonso Arinos, Tancredo é um caso refinado de mineirice. 14 jan. 1985, p. 21.
- JB.** Arinos ressalta que o povo se adiantou as elites. 16 jan. 1985, Suplemento “Tancredo, a restauração”, p. 32.
- JB.** Nova República. 03 fev.1985, Lance Livre, p. 6.

JB. Conversa com seis ministros. 11 mar. 1985, p. 3.

JB. Fernando Henrique Cardoso deve ser relator da comissão sobre constituinte. 12 mar. 1985, p. 4.

JB. Juristas legitimam posse de Sarney. 15 mar. 1985, p. 2.

JB. Os notáveis da Nova República. 17 mar. 1985, Caderno Especial, p. 3.

OG. 11 jun. 1985, p. 4.

- SITES

ACERVO digital de Carlos Castello Branco. Disponível em: <https://www.carloscastellobranco.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ACERVO digital Folha de São Paulo. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 22 jul. 2022

ACERVO digital O Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ACERVO digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ACERVO do Jornal do Brasil, na hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jan. 2023

AGONIA e morte de Tancredo. Compilado de reportagens e imagens sobre a internação e morte de Tancredo Neves em 1985. 2019. 1 vídeo (98 min). Publicado por Thiago Uberreich. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eDyCg1ekkc0&t=759s>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ALBERTI, V. “Ideias” e “fatos” na entrevista de Afonso Arinos de Melo Franco. In: FERREIRA, M. M. Ferreira; ABREU, A. A. **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994, p 33-65. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6784/193.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 12 dez. 2022.

ARAUJO, Rejane. **DIP**. Verbete Temático. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip> Acesso em: 20 set. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Amaral Netto. Biografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74832/biografia>. Acesso em: 03 de ago. 2024
EDITORA UNB. **Coleção Itinerários**. Disponível em: <https://www.loja.editora.unb.br/colecoes/1/ITINERARIOS> Acesso em: 11 out. 2023.

FERREIRA, Marieta Moraes. **O Estado de Minas**. Verbete Temático. CPDOC-FGV.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-deminas-o>. Acesso em: 24 set. 2022.

FGV-CPDOC. **Wilson Leite Passos**. Verbete. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/passos-wilson-leite> . Acesso em: 03 de ago. 2024.

IHGB. Publicação da RIHGB do discurso de Arinos sobre Tancredo Neves. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/artigos-de-periodicos/item/75159-a-vida-de-tancredoneves.html>. Acesso: 01 jun. 2024.

LEMONS, Renato. **Afonso Arinos de Melo Franco**. Verbete Biográfico. CPDOC-FGV, Rio de Janeiro. <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonsoarinos-de-melo-franco>. Acesso em: 10 maio 2023.

PEREIRA, Merval. Ao mestre. **O Globo**. Disponível em: https://www.carloscastellobranco.com.br/sec_avulsos_view.php?id=116. Acesso em: 15 out. 2022.

SENADO FEDERAL. Entrega do relatório final da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. **Diário Oficial da União (DOU)**, Edição Especial, em 26 de setembro de 1986. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/afonsoarinos.pdf> . Acesso em: 01 jun. 2021.

TRE-RJ. Dados das eleições de 1958 para o Senado Federal no Distrito Federal. Disponível em: <https://www.tre-rj.jus.br/o-tre/memoria-das-eleicoes-do-rj/dados-das-eleicoes> Acesso me: 20 set. 2022.

- FILMES

BACURAU. Direção: Kléber Mendonça Filho. Produção: SBS Productions, CinemasCópia e Globo Filmes. Brasil, 2019 (131 min).

DEMOCRACIA em vertigem. Direção: Petra Costa. Produção: Petra Costa, Joanna Natasegara, Tiago Pavan e Shane Boris. Documentário. Brasil, 2019 (120 min).

BIBLIOGRAFIA

- BIBLIOGRAFIA GERAL - POLÍTICA E CULTURA NO TEMPO DE ARINOS

ABREU, A. A. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 48, p. 53-65, 2005.

ABREU, A. A. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: ABREU, A.A.(org.). **A imprensa brasileira em transição: os jornalistas brasileiros nos anos 1950**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 13-59.

ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU, A. A. (org.) **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 67-191.

ALVES, M. H. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru: Edusc, 2005.

AMATO, G. Um lugar para a mocidade na política: a atuação das juventudes na Arena Jovem durante a ditadura militar brasileira (1969-1979). In: BOHOSLAVSKY E.; MOTTA, R. P; BOISARD, S. (org.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 371-390.

AQUINO, M. A. **Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e O Movimento**. Bauru: Edusc, 1999.

ARAUJO, C. O processo constituinte brasileiro, a transição e o poder constituinte. **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo, n. 88, p. 321-380, 2013.

ARAUJO, M. P. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARRUDA, M. A. **Mitologia da mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AVRITZER, L. Cultura Política, Atores Sociais e Democratização: Uma crítica às teorias da transição para a democracia. **Rev. Bras. Ciências Sociais – Anpoc**, v. 26, p. 109-122, 1995.

AZEVEDO, L. C. **O colunismo político e transição negociada: a Coluna do Castello e o pacto de elites no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – IACS, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

BAUER, L. B. . **O homem e o monumento: criações e recriações de Rodrigo de Melo Franco Andrade**. Tese (Doutorado em História) –PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BIROLI, F. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 213-240, 2004.

BIROLI, F. Representação do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa - 1984-2004. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 41, p. 269-291, jan.-jun., 2009.

BIROLI, F. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspecto da construção do "jornalismo moderno" no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 115-143, 2007.

BRANDÃO, G. M. . Populações meridionais do Brasil. In: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (org.). **Revisão do pensamento conservador**: ideias e políticas no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2010a., p. 119-146.

BRANDÃO, G. M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2010b.

BRASIL. **CDDPH** - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana: uma história de luta e resistência pelos Direitos Humanos no Brasil. Brasília: Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

CAETANO, G. Itinerário conceptuales de la voz “democracia” em Iberoamérica. In: FERNÁNDEZ, S. J. (org.). **Dicionário político y social del mundo ibero-americano** - Iberconcepts II, v. 2. Madrid: Universidade del País Vasco; Centro de estudios políticos y constitucionales, 2014, p. 53-68.

CALIL, G. G. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Élio Gaspari. **Siglo XX, Revista Catalaã d'história**, n. 7, p. 99-126, 2014.

CALIL, G. G. Reflexões sobre a historiografia brasileira da redemocratização de 1945. **Tempos Históricos**, v. 3, n. 1, p. 91-120, ago., 2001.

CAMARGO, A; DINIZ, E. (org.). **Continuidade e mudança na Nova República**. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1989.

CAMPOS, P. H. Empreiteiros e imprensa: a atuação dos empresários da construção pesada junto aos veículos de comunicação antes e durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1988). **Revista de História**, São Paulo, n. 177, p. 1-22, 2018.

CAPELATO, M. H. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, L. A.; FERREIRA, M. M. **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014, p. 299-315.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-ômega, 1980.

CARVALHO, A. C. **Liberalização e tutela militar**: o governo Geisel. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo percurso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAVALCANTI, T. B. O Instituto de Direito Público e Ciência Política. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 134-149, 1968.

CINTRA, W. A. **Qual democracia?** O governo do povo no pensamento político brasileiro (1914-1945). Tese (Doutorado em Ciência Política) – IESP, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. **Boletim do Conselho Federal de Cultura**, Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 2, abr.-jun., 1971.

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. **Boletim do Conselho Federal de Cultura**, Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 4, out.-dez., 1971.

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. **Boletim do Conselho Federal de Cultura**, Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 7, jul.-set., 1972.

CORDEIRO, J. M. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CORDEIRO, J. M. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85-104, jun., 2009.

CUNHA, D. O campo intelectual no Brasil nas décadas de 1960 e 1970: A “estrutura cultural conservadora”, as universidades e as esquerdas. **História Unicamp**, Campinas, v. 3, n. 5, p. 100-120, jan.-jun., 2016.

CUNHA, D. Os conceitos de democracia e revolução no pensamento autoritário de direita entre a ditadura do Estado Novo e o fim do regime militar. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 27, p. 85-122, 2018. D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. (org.). **Ernesto Geisel**. 6. ed. Rio de Janeiro; Santa Maria: FGV Editora; Editora UFSM, 2021.

D'ARAUJO, M. C. **Fundação Getúlio Vargas**: concretização de um ideal. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DEBRUM, M. **A conciliação e outras estratégias**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DELGADO, L. A. N. Diretas-Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, D. A. (org.). **Revolução e Democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 409-427.

DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. (org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

DELGADO, M. P. **O golpismo democrático**: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Juiz de Fora: 2006.

DI SABBATO, T. **Carlos Castello Branco**: jornalismo político e oposição liberal à ditadura militar no Brasil (1964-1985). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2012.

DREIFUSS, R. A. **1964, a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, C. R. Imprensa e redemocratização no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 181-195, 1983.

ELEUTÉRIO, M. L. A imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (org.). **História da Imprensa no Brasil**, São Paulo: Contexto, 2012, p. 83-102.

FAORO, R. **Assembleia Constituinte**: a legitimidade recuperada. São Paulo: Brasiliense, 1985a.

FAORO, R. Constituinte: verdade e sofisma. In: SADER, E. *et. al.* (org.). **Constituinte e Democracia no Brasil hoje**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985b., p. 7-16.

FARIA FILHO, L. M. Editoração, sociabilidades intelectuais e mediação cultural: a ação dos prefaciadores na publicação das obras completas de Rui Barbosa (1939/1949). In: GOMES, A. M. C.; HANSEN P. S. (org.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 366-402.

FAUSTO, B. A vida política. In: GOMES, A.M.C. (org.). **História do Brasil Nação 4**: Olhando para dentro (1930-1964). Rio de Janeiro; Madrid: Fundación Mapfre; Editora Objetiva, 2013, p. 91-141.

FERNANDES, P. A cultura jurídica brasileira e a chibata: Miguel Reale e a história como fonte do direito. **Prisma Jurídico**, n. 5, p. 237-255, 2006.

FERREIRA, G. N. A relação entre leis e costumes no pensamento político e social brasileiro. In: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (org.). **Revisão do pensamento conservador**: ideias e políticas no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, p. 55-75.

FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. Introdução: Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (org.). **Revisão do pensamento conservador**: ideias e políticas no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, p. 11-22.

FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N (org.). **O Brasil Republicano (v. 5)**. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Quinta República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, J.; GOMES, A. M. C. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, M. M. A reforma do Jornal do Brasil. In: ABREU, A.A.(org.). **A imprensa brasileira em transição**: os jornalistas brasileiros nos anos 1950. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 141-156.

FERREIRA, R. F.; VENANCIO, G. M. Raquel de Queiroz: adesão e crítica dos desdobramentos políticos pós-1964. **Perseu: História, Memória e Política**, São Paulo, n. 11, p. 93-111, 2016.

FICO, C. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA J.; DELGADO, L. A. N. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 167-206.

FICO, C. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FICO, C. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, A. C. Democracia & Reformas: a conciliação Frustrada. In: TOLEDO, C. N. (org.). **1964: Visões críticas do golpe**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 59-67.

FIGUEIREDO, M. F.; CHEIBUB, J. A. A abertura política de 1973 a 1981: quem disse o quê, quando - inventário de um debate. **BIB**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 29-61, 2 sem., 1982.

FLEISCHER, D. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se voltou contra o feiticeiro. In: SOARES, G.A.; D'ARAUJO, M. C. **21 anos de regime militar: balanços e perspectiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p.154197.

FONSECA, F. **O consenso forjado**: a Grande Imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.

FRANZINE, F. **À sombra da Palmeira**: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FREIRE, A. O.; MARTINHO, F. C. P. Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia. **Historia da historiografia**, n. 10, p. 124-145, dez., 2012.

GOMES, A. M. C. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOMES, A. M. C. Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em triângulos de cartas. In: GOMES, A. M. C.; SCHMIDT B. B. (org.). **Memórias e narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul: FGV; Ed. UFRGS, 2009, p. 41-77.

GORENDER, J. Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, C. N. (org.). **1964: Visões críticas do golpe**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 133-142.

GRECO, H. A **As dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Tese (Doutorado em História) – PPGH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte:, 2003.

GRIMBERG, L. “O Estado Novo da UDN”: memória e vida partidária na Coluna do Castello. **Acervo**. v. 27, n. 1, p. 121-136., jan.-jun., 2014.

GRIMBERG, L. No capítulo dos direitos humanos: direito, política e história na “Coluna do Castello” (1969-1973). **Estudos Ibero-americanos**. v. 45, n. 1, p. 57-73, jan.-abr., 2019.

GRIMBERG, L. **Partido ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena) 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GURGEL, A. **Segurança e Democracia**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1975.

HERZ, D. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

HOLLANDA, C. B.; CHALOUB, J. G. Rui Barbosa em disputa: a memória política na República de 1946. **Novos Estudos- CEBRAP**, São Paulo, n. 26, p 99-126, nov., 2017.

KINZO, M. D. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988.

- KLANOVICZ, L. R. No olho do furacão: Revista Veja, censura e Ditadura militar (1968-1985). **Revista Literatura em Debate**, v. 4, n. 6, p. 35-50, jan.-jul., 2010.
- KRISCHKE, P. Cultura política e escolha racional na América Latina: interfaces nos estudos. **BIB**. Rio de Janeiro, v. 43, p. 103-126, 1997.
- KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.
- KUSHINIR, B. **Cães de Guarda**: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004.
- LACOMBE, J. A. **Afonso Pena e sua época**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- LAMOUNIER, B. O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, A. **Democratizando o Brasil**. Rio, Paz e Terra, 1988, p. 83-134.
- LATTMAN-WELTMAN, F; ABREU, A. A. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, A.M.C (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011, p. 23-60.
- LAURENZA, A. M. Batalhas em letras de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 175-205.
- LEAL, D. M. J. R. A Coluna do Castelo: da instabilidade política à repressão. **Estudos de jornalismo e mídia**, v. 11, n. 1, p. 132-144, jan.-jun., 2014.
- LEAL, D. M. J. R. **Carlos Castello Branco**: o comentarista paradigmático da imprensa brasileira. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – PPGCS, Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2011.
- LINZ, J. Transições para a democracia. **Política internacional**, v. 1, n. 4, 1991.
- LUCA, T. R. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 149-155.
- LUSTOSA, I. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LYNCH, C. E. C. Do despotismo da gentinha à democracia da gravata lavada: história do conceito de democracia no Brasil (1770-1870). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 355-390, 2011.
- LYNCH, C. E. C. **Da monarquia à oligarquia**: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930). São Paulo: Alameda, 2014b.
- LYNCH, C. E. C. Idealismo e realismo na teoria política e no pensamento brasileiro: três modelos de história intelectual. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34, p. 1-57, 2021.
- LYNCH, C. E. C. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia**: o pensamento político do Marquês de Caravelas. Belo Horizonte: Humanitas, 2014a.

- LYNCH, C. E. C. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e políticas no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, p. 25-54.
- MACIEL, D. A Aliança Democrática e a transição política no Brasil. In: PINHEIRO, M. (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, p. 269-301.
- MAIA, T. A. **Os cardeais da cultura nacional: O Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. São Paulo: Itaú Cultural; Iluminuras, 2012.
- MANNHEIM, K. O significado de conservantismo. In: FORACCHI, M. M. (org.). **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982, p. 107-136.
- MARCHI, C. **Todo aquele imenso mar de liberdade: a dura vida do jornalista Carlos Castello Branco**. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- MARTINHO, F. P.; FREIRE, A. Intelectuais, militância e marxismo no mundo lusófono: uma breve introdução. In: MARTINHO, F. P.; FREIRE, A. (org.) **Intelectuais, militância e marxismo no mundo lusófono**. Rio de Janeiro; Recife: Autografia; EduPE, 2019, p. 7-19.
- MARTINHO, F. P. Marcello Caetano no (Jornal do) Brasil: repercussões da direita portuguesa na ditadura militar (1968-1974). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 34, n. 68, p. 631-660, maio-ago., 2019.
- MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Carlos: Ufscar, 1995.
- MATHIAS, S. K. . O projeto militar da distensão: notas sobre a ação política do presidente Geisel. **Revista de Sociologia e Política**, n. 4-5, p. 149-160, 1995.
- MATTOS, H.; MARRIGONIAN, B. G.; BESSONE, T.(orgs). **Historiadores pela Democracia. O golpe de 2016: a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016.
- MENDONÇA, D. **Tancredo Neves: da distensão à Nova Republica**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- MEUCCI, S. O mundo português criado por Gilberto Freyre: fundamentos, efeitos e possibilidades do luso-tropicalismo nos anos 1950. In: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. **Revisão do pensamento conservador: Ideias e políticas no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec; FAPESP, 2010, p. 311-343.
- MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MIGUEL, L. F. A democracia modesticada: bases antidemocráticas do pensamento contemporâneo. **Dados- Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 3, p. 483-511, 2002.
- MIGUEL, L. F. A teoria democrática atual: esboço de um mapeamento. **BIB**. Rio de Janeiro, n. 59, p. 5-42, 1. sem., 2005.
- MOREIRA, M. S. **Raízes intelectuais da democracia brasileira: linguagens políticas e formação da república**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – FFCH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1985.

MOTTA, R. P. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan.-jul., 2013.

MOTTA, R. P. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, R. P. **Passados presentes**: O golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MUNARO, L. F. Fofocas, boatos e rumores: do Correio Brasiliense ao Padre Amaro em Londres (1808-1822). **Anais do XIII Congresso de Ciência da Comunicação na Região Norte**. Manaus, 2013.

NADER, A. B. **Autênticos do MDB**: Semeadores da democracia. História oral de vida política. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

NAPOLITANO, M. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1964-1985). **Estudos ibero-americanos**. v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago, 2017.

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 58, p. 09-44, nov., 2015

NEVES, L. M. B. P.; FERREIRA, F. S. M.; NEVES, G. P. (org.). **Linguagens da identidade e da diferença no mundo Ibero-Americano (1750-1890)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

NOBRE, M. Conservadorismo em chave democrática. In: ALONSO, A.; DOLHNIKOFF, M (org.). **1964**: do golpe à democracia. São Paulo: Hedra, 2015, p.247-266.

O'DONNELL, G. Transição Democrática e políticas sociais. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v.4, p. 9-16, out./dez., 1987.

OLIVEIRA, G. G. Coleção Documentos Brasileiros: o Brasil em ensaios de história e interpretações sociológicas (1936-1989). **Resgate - Rev. Interdiscip. Cult.** Campinas, v. 25, n. 33, p. 89-110, 2017.

PATSCHIKI, L. Miguel Reale e seus relatos autobiográficos (1986-1987). **Meditações**, n. 19, p. 119-134, jan.-jun., 2014.

PÉCAULT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PERUSO, M. A. **Em busca do “novo”**: intelectuais e movimentos populares nos anos 1970/1980. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PONTES, H. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, editoras e das “Coleções Brasileiras” nas décadas de 1930, 40 e 50. **BIB**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 56-89, jun.-dez., 1988.

PRADO, N. **O notável erro dos notáveis**: da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

QUINTELA, M. M.. Cultura e poder ou espelho, espelho meu existe alguém mais culto do que eu? *In*: MICELI, S. **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984, p. 112-134.

RECONDO, F. **Tanques e togas: o STF durante a ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

REIS FILHO, D. A. Ditadura e sociedade: a reconstrução da memória. *In*: REIS FILHO, D. A.; MOTTA, R. P. *In*: RIDENTI, M. (org.) **O Golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004, p. 29-54.

REIS FILHO, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000a.

REIS FILHO, D.A. **Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe militar de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, D.A. Intelectuais e política nas fronteiras entre reforma e revolução. *In*: REIS FILHO, D. A. (org.). **Intelectuais, História e política (séc. XIX e XX)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000b., p. 11-34.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RESENDE, M. E. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. N. A (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 89-120.

REZENDE, M. J. Raymundo Faoro e os enigmas da transição política no início da década de 1980 no Brasil. **Revista de Ciencias Humanas**, Florianópolis, v. 42, n. 1-2, p. 165-192, abr.out., 2008.

RICUPERO, B. O conservadorismo difícil. *In*: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e políticas no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, p. 76-94.

RIDENTI, M. As oposições à ditadura. *In*: REIS FILHO, D. A.; MOTTA, R. P.; RIDENTI, M. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, M. Censura e ditadura no Brasil, do golpe à transição democrática, 1964-1988. **Concinnitas**. Rio de Janeiro, v. 33, p. 86-100, dez., 2018.

RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. rev. amp. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROCHA, A. S. Genealogia da Constituinte: do autoritarismo à democracia. **Lua Nova**. São Paulo, n. 88, p. 29-87, 2013.

RODRIGUES, H. O intelectual no “campo” cultural francês: Do “Caso Dreyfus” aos tempos atuais. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 394-413, jun., 2005.

RODRIGUES, J. H. **Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

ROLLEMBERG, D. As trincheiras da memória: a Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (org.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários: Legitimidade, Consenso e Consentimento no Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 97-144.

ROLLEMBERG, D. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: REIS FILHO, D. A; ROLLAND, D. (org.). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 57-96.

ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (org.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários: Legitimidade, Consenso e Consentimento no Século XX**. 3 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SALLUN JR, B. Notas sobre a (re)democratização. In: ALONSO, A.; DOLHNIKOFF, M. (org.). **1964: do golpe à democracia**. São Paulo: Hedra, 2015, p. 233-245.

SANTOS, M. C. Tancredo Neves e o reforço da mineiridade: o papel da imprensa nesse processo. In: PRATA, N.; CAMPELO, W. (org.). **Tancredo Neves: a travessia midiática**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 213-226.

SANTOS, W. G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SANTOS, W. G. **Regresso: Máscaras institucionais do liberalismo oligárquico**. Rio de Janeiro: Ed. Opera Nostra, 1994.

SILVA, C. F. T. O conservadorismo como via para a modernidade. **Anos 90**, n. 6, p. 7-20, 1996.

SILVA, F. C. T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA J.; DELGADO, L. A. N. **O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.245-282.

SILVA, F. C. T. O Brasil no mundo. In: REIS FILHO, D. A (org.). **Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)**. História do Brasil nação v. 5. Madrid; Rio de Janeiro: Fundación Mafre; Editora Objetiva, 2014, p. 127-181.

SILVA, L. F. Ditadura civil-militar e a aparência de normalidade constitucional: análise dos discursos na instalação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. **Oficina do Historiador**, v. 2, n. 1, p. 1-15, jan.-jun., 2019.

SILVA, S. M. **A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964**. Tese (Doutorado em História) – PPGH, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

SILVA, V. A.; DELGADO, L. A. N. **Tancredo Neves: a trajetória de um liberal**. Petrópolis; Belo Horizonte: Editora Vozes; Ed. UFMG, 1985, p. 39.

SINGER, P. O processo econômico. In: REIS FILHO, D. A (org.). **Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)**. História do Brasil nação v. 5. Madrid; Rio de Janeiro: Fundación Mapfre; Editora Objetiva, 2014, p. 183-231.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. M. S. Silva (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, G. A.; D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. Introdução. *In*: SOARES, G. A.; D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. (org.) **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 7-41.

STARLING, H. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986.

STEPAN, A. **Os militares: da abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 58.

TODOROV, T. **Os inimigos íntimos da democracia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

VERSIANI, M. H. **Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a constituinte de 1987/1988**. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – CPDOC- Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2013.

VIANA FILHO, L. **O governo Castelo Branco**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

WINOCK, M. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

- BIBLIOGRAFIA- TEORIA E METODOLOGIA

ALFAIX, A.; FERREIRA, B. Prefácio: O paradoxo da história dos conceitos. *In*: KOSELLECK, R. **História de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 7-12.

BERSTEIN, S. A cultura política. *In*: RIPUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998, p. 349-364.

BERSTEIN, S. Os partidos políticos. *In*: REMOND R. (org.). **Por uma nova história política**. 2. ed. Tradução: D. Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 57-97.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução: M. A. Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA M. M.; AMADO, J. (org.). **Usos & Abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191.

CARNEIRO, D. F. Os usos da biografia pela micro-história italiana. *In*: AVELAR, A. S.; SCHMIDT, B. B (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p.33-57.

CHAVEAU, A.; TETÁRD, P. Questões para história do tempo presente. *In*: CHAVEAU, A.; TETÁRD, P. **Questões para história do tempo presente**. São Paulo: Edusc, 1999, p. 7-28.

DOSSE, F. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. Tradução: G. C. Souza. São Paulo: Editora USP, 2009.

- DUVERGER, M. **Ciência política**: teoria e método. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- FERES JÚNIOR, J (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.
- FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017.
- FOUCAULT, M. O que é um autor? In: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos III**. estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Tradução: I. A. Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 264-298.
- GINZBURG, C. **Medo, reverência e terror**: quatro ensaios de iconografia política. São Paulo: Cia. Das Letras, 2014.
- GOMES, A. M. C. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, A. M. C. **Escrita de si, escrita da história** (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 7-25.
- GOMES, A. M. C.; HANSEN, P. S. Apresentação. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. GOMES, A. M. C.; HANSEN, P. S. (org.), **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-40.
- HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiência no tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- JASMIN, M. G; FERES JÚNIOR, J. (org.). História dos conceitos: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.
- KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-RJ, 2006.
- KOSELLECK, R. **História de conceitos**: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- LEVI, G. Udos da biografia. In: FERREIRA M. M.; AMADO, J. (org.). **Usos & Abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.183-191.
- LUCA, T. R. Fontes impressas. História dos, nos e por meio da imprensa. In: PINSKY, C. B. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.
- MORÁN, M. L. Cultura y política: nuevas tendencias em las análises sociopolíticas. In: LEDESMA, M. P.; SIERRA, M. (org.). **Culturas políticas**: teoria e história. Zaragoza: Institución "Fernando el Católico", 2010.
- MOTTA, R. P. S. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan.-mar., 2018.

MOTTA, R. P. S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, R. P. S. (org.). **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvum, 2009.

OLIVEIRA, M. G. (2018). Para além de uma ilusão: indivíduo, tempo e narrativa biográfica. In: AVELAR, A. S.; SCHMIDT, B. B (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 59-72.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROSANVALLON, P. O universalismo democrático: História e problemas. In: MAGNELLI, A. R. P.; CAMPOS, S. L. S.; SILVA, F. M. G. (org.). **Uma democracia (in)acabada: quadros e bordas da soberania do povo com Pierre Rosanvallon**. Rio de Janeiro: Ateliê das Humanidades, 2019, p. 125-154.

ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 22, p. 9-22, 1995.

ROUSSO, H. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

RÜSEN, J. **Razão histórica: teoria da História: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB, 2001.

WEBER, M. A política como profissão e vocação. In: WEBER M.; PETER R. S. Lassman (Ed.). **Escritos políticos**. Tradução: K. E. Regis Barbosa. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014, p. 389-464.

- BIBLIOGRAFIA SOBRE AFONSO ARINOS

ANDRADE, C. D. Depoimento de leitor. In: FRANCO, A. A. M. **O diário de bolso seguido de retrato de noiva**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979, p. XIV-XVIII.

ARAÚJO, E. B. Crise do Direito e Direito da Crise: crise, revolução e planejamento em Afonso Arinos. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, n. 9, p. 512-533, jul.-dez., 2017.

BARBOSA, F. Afonso Arinos, historiador da República. In: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB: conferências, comentários e debates**. Brasília: Ed. UnB, 1981, p.53-62.

BASTOS, M. V. Comissão Afonso Arinos, Assembleia Nacional Constituinte e a Elaboração do texto da Constituição de 1988: Construção, procedimento e legitimidade. Rio de Janeiro: Editora Lun Juris, 2019.

BONAVIDES, P. *et. al.* **As tendências atuais do Direito Público**: estudos em homenagem ao professor Afonso Arinos de Melo Franco. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

BRITO, M. S. Um salutar exercício democrático. *In*: FRANCO, A. A. M. **O som do outro sino**: um breviário liberal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CAMARGO, A. Afonso Arinos: alguns momentos de sua vida. *In*: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB**: Conferências, comentários e debates de um Seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981, Brasília: Ed. UnB, 1981, p.85-92.

CAMARGO, A. *E pluribus unum*. *In*: CAMARGO, A.; TEIXEIRA, M. T.; MARIANI, M. C. **O intelectual e o político**: encontros com Afonso Arinos (org.). Brasília; Rio de Janeiro: Senado Federal; Dom Quixote; FGV, 1983, p. 15-26

CAMARGO, A.; TEIXEIRA, M. T.; MARIANI, M. C. **O intelectual e o político**: encontros com Afonso Arinos. Brasília; Rio de Janeiro: Senado Federal; Ed. Dom Quixote; CPDOCFGV, 1983.

CAMPOS, W. O. **A Lei Afonso Arinos e sua repercussão nos jornais (1950-1952)**: entre a democracia racial e o racismo velado. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

CARVALHO, A. G. s/t. *In*: FRANCO, A. A. M. **Evolução da Crise Brasileira**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.

CARVALHO, J. M. Prefácio à 3ª Edição. *In*: FRANCO, A. A. M. **Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006, p. 9-16.

CAVALCANTE, B. De volta ao futuro: história e política em Afonso Arinos. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 28, p. 161-177, dez., 2002.

CAVALCANTE, B. **Passaporte para o futuro**: Afonso Arinos de Melo Franco, um ensaísta da República. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

CHACON, V. O neoliberal Afonso Arinos. *In*: FRANCO, A. A. M. **Política e Direito**. Brasília: Ed. UnB, 1981, p. 1-7.

CHALOUB, J. G. A economia política dos bacharéis udenistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 32, n. 94, p. 1-18, junho de 2017.

CHALOUB, J. G. Dois liberalismos na União Democrática Nacional: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito. **Revista Estudos Políticos**. Rio de Janeiro, v. 1 p. 294311, 2013.

CHALOUB, J. G. O Brasil dos bacharés: um discurso liberal udenista. **Lua Nova**. São Paulo, v. 107, p. 263-304, 2019.

FRANCO FILHO, A. A. M. **Afonso Arinos de Melo Franco**. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Academia Brasileira de Letras; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

FRANCO FILHO, A. A. M. **Através do espelho**: cartas de meus pais. Rio de Janeiro: Record, 1994.

FRANCO FILHO, A. A. M. **Diplomacia Independente (um legado de Afonso Arinos)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 .

GRILL, I. G. As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 23, n. 54, p. 21-42, jun., 2015.

LATTMAN-WELTMAN, F. **A política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MAGRI, R. R. **Um bacharel liberal: Afonso Arinos na UDN (1945-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). São João del-Rei, PPGH-UFSJ, 2016.

MERQUIOR, J. G. Afonso Arinos, o último patricio. In: FRANCO, A. A. M. **A alma do tempo: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018, p. 32-33.

MERQUIOR, J. G. Império e Nação: reflexões a partir de Afonso Arinos. In: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB: Conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981**. Brasília: Ed. UnB, 1981, p. 93-102.

NAVA, P. Afonso. In: CAMARGO, A.; TEIXEIRA, M. T.; MARIANI, M. C. (org.). **O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos**. Rio de Janeiro; Brasília: Senado Federal; Dom Quixote; FGV. 1983, p. 27-47.

OLIVEIRA, L. L. Introdução. In: OLIVEIRA L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. (org.). **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982, p. 14-30.

RAMOS, A. G. A ideologia da “Jenesse doreé”. **Cadernos do nosso tempo**, São Paulo, n. 4, p. 101-112, abr.-ago., 1955.

RANGEL, V. M. Afonso Arinos e a política externa. In: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB: Conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981**. Brasília: Editora UnB, 1981, p.15-34.

REIS, J. C. Civilização brasileira e pessimismo ultraconservador (cínico): Afonso Arinos de Mello Franco e o medo da emergência do “monstro da lagoa brasileira”. In: REIS, J. C. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.87-121.

SANTOS, A. S. **Afonso Arinos historiador: uma identidade para as elites brasileiras**. Tese (Doutorado em História) –PPGH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SANTOS, A. S. Um Estadista da República: história e biografia em Afonso Arinos. **Revista Ágora**, Vitória, v. 13, p. 1-24, 2011.

SARNEY, J. Afonso Arinos, parlamentar. In: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB: Conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981**. Brasília: Ed. UnB, 1981, p. 35-51.

SERPA, E. C.; CAMPIGNOTO, J. A. Filologia da civilização brasileira: a proposta de Afonso Arinos de Melo Franco. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 199-216, jan.-jun., 2010.

VENANCIO FILHO, A. A historiografia republicana: a contribuição de Afonso Arinos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 151-160, 1990.

VENANCIO FILHO, A. Afonso Arinos e o Direito Constitucional. *In*: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB**: Conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981. Brasília: Editora UnB, 1981, p.8-14.

VENANCIO FILHO, A. **Elogio de Afonso Arinos**: discurso de posse de Alberto Venancio Filho. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1992.

VIANA FILHO, L. Encerramento. *In*: FRANCO, A. A. M. **Afonso Arinos na UnB**: Conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981. Brasília: Ed. UnB, 1981, p. 109-114.